



Juscelino Kubitschek

**MEU CAMINHO
PARA BRASÍLIA**
A ESCALADA POLÍTICA

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

201-B

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Atualidade de Alberto Pasqualini.
O senador Pedro Simon dividiu este livro em quatro partes. A primeira diz respeito às ideias de Alberto Pasqualini, que, segundo o senador, permanecem atuais. A seguir, Pedro Simon historia o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro e o papel preponderante nele exercido pelo grande homem público que é objeto desta obra. Na terceira parte, escreve sobre o cidadão e o ideólogo trabalhista. Ao final, correspondente à quarta parte, o senador reúne artigos, discursos, conferências e entrevistas que dão a exata medida do projeto trabalhista de Alberto Pasqualini.

Este é um livro “didático”, no sentido maior da palavra, já que seu autor se propõe a apresentar uma figura exemplar da vida nacional às novas gerações a fim de que valores como ética, honradez, dignidade e correção sejam vistos como ações comuns dos homens públicos, e não sua excepcionalidade.

Escreve o senador Pedro Simon: “Ao final deste primeiro decênio do século XXI, vemos com assombro que os temas polêmicos que exigiram estudo atento são os mesmos que ainda empolgam a nossa atenção: a necessidade de profundas reformas sociais, o valor do trabalho, a ética na vida pública e a importância da educação.”

VOLUME 144

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Apresentação de Afonso Arinos. Afonso Arinos (1905-1990) é uma das figuras mais importantes do mundo político e intelectual do século XX. Neste volume, o autor traça um perfil humano e, ao mesmo tempo, rigoroso de sua biografia política.

Livro com farta iconografia, apresenta o homem e sua trajetória cultural do mesmo modo que mostra o caminho percorrido por um dos políticos mais influentes de sua época.

Afonso Arinos é por todos conhecido como escritor, polemista, membro da Academia Brasileira de Letras, deputado e um dos fundadores da legenda UDN, ministro das Relações Exteriores até chegar a ser parlamentar constituinte que consolidou a Constituição de 1988.

Virgílio Costa, doutor em História Social pela New York University, recolheu farto material para compor este livro. Há curiosidades sobre o homem e o político, artigos de nomes fundamentais da cultura brasileira como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e outros do mesmo quilate, textos de e sobre Afonso Arinos. Este é um livro que deveria ter como subtítulo "Para Compreender Afonso Arinos". Dividiu-o o autor em duas partes. A primeira constitui a biografia propriamente dita. A segunda parte o autor chamou-a de Documentário, onde estão a cronologia, salva de poemas, fotobiografia, antologia, fortuna crítica e bibliografia. Um livro que honra um político, autor de mais de 60 livros, que foi um dos atores mais atuantes da história brasileira do século passado.

VOLUME 124



Juscelino Kubitschek de Oliveira
(*Diamantina-MG, 12/9/1902 – †Resende-RJ, 22/8/1976),
médico, oficial da Força Pública Mineira e político.

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 201-B

MEU CAMINHO PARA BRASÍLIA

VOLUME II

A ESCALADA POLÍTICA

Juscelino Kubitschek

Senado Federal

Mesa

Biênio 2019-2020

Senador Davi Alcolumbre

Presidente

Senador Antonio Anastasia

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Marcos do Val

Senador Weverton

Senador Jaques Wagner

Senadora Leila Barros

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

Conselheiros

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Caichiolo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Vanderlei dos Santos Catalão

Toni Carlos Pereira

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 201-B

MEU CAMINHO PARA BRASÍLIA

VOLUME II

A ESCALADA POLÍTICA

Juscelino Kubitschek

Brasília – 2020

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 201-B

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: CEDIT e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto da capa: Serviço de multimídia do Senado Federal (Semid)

Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (Sefpro)

© Senado Federal, 2020

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.gov.br

<https://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho>

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-544-0

.....
Kubitschek, Juscelino, 1902-1976.

Meu caminho para Brasília / Juscelino Kubitschek. -- Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

3 v. (400; 598; 509 p.) : il., fots. -- (Edições do Senado Federal ;
v. 201-A-B-C)

v. 1. A experiência da humildade -- v. 2. A escalada política --
v. 3. Cinquenta anos em cinco.

1. Presidente da República, memórias. 2. Política e governo,
Brasil, 1945-1963. 3. Brasília (DF), construção, história. 4. Brasília
(DF), história. 5. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976, biografia. I.
Título. II. Série.

.....
CDD 923.181
.....

.....

Sumário

Prefácio

pág. 13

Novo cenário, novos problemas

pág. 17

“Prefeito furacão”

pág. 31

Uma avenida construída em três dias

pág. 44

Nem frustração nem vaidade

pág. 50

Precipitam-se os acontecimentos

pág. 62

O fim do Estado Novo

pág. 71

A fenda que fez ruir o dique

pág. 80

Nova conspiração contra a democracia

pág. 86

A campanha eleitoral em Minas

pág. 96

Benedito Valadares e a mosca azul

pág. 101

- A deposição de Getúlio Vargas
pág. 106
- A vitória do general Dutra
pág. 119
- Política de pacificação nacional
pág. 126
- O drama da sucessão mineira
pág. 130
- O “Queremos Juscelino”
pág. 142
- Uma coligação derrota o PSD
pág. 148
- Pausa entre dois embates políticos
pág. 159
- Excursão Estados Unidos-Canadá
pág. 165
- Entendimentos para a sucessão
pág. 172
- A candidatura de Cristiano Machado
pág. 182
- Candidato a candidato
pág. 186
- Enfim, candidato a governador
pág. 202
- O Binômio: Energia e Transportes
pág. 207

A campanha eleitoral
pág. 213

Desfecho da batalha do PTB
pág. 220

Governador eleito
pág. 231

A posse
pág. 240

O desafio que iria enfrentar
pág. 242

Face a face com a realidade
pág. 257

No rumo da industrialização
pág. 287

A nova fisionomia do estado
pág. 300

O “grande salto”
pág. 316

A tragédia da Pampulha
pág. 323

A industrialização, enfim
pág. 333

A tragédia que abalou o Brasil
pág. 341

A última visita de Vargas a Minas
pág. 348

A morte trágica de Vargas
pág. 355

A luta pela indicação
pág. 362

A ideia do candidato único
pág. 369

Candidato à Presidência
pág. 376

O golpismo em ação
pág. 383

Contraste entre a situação no interior e no Rio
pág. 391

O facciosismo de Café Filho
pág. 399

Minas: missão cumprida
pág. 406

A indicação
pág. 417

Deixando o Palácio da Liberdade
pág. 422

Brasília nasceu de um aparte num comício
pág. 429

As manobras udenistas
pág. 440

A cilada da cédula oficial
pág. 451

As eleições
pág. 466

O Catete articula o “golpe”
pág. 475

A “doença” de Café Filho
pág. 490

Lott reage contra a tentativa de golpe
pág. 504

Encerra-se o drama do golpismo
pág. 516

Primeiros problemas antes da posse
pág. 530

Excursão Estados Unidos-Europa
pág. 535

Inglaterra, Bélgica e França
pág. 545

A Alemanha e a Itália
pág. 557

Espanha e Portugal
pág. 568

Retorno ao Brasil e organização do Ministério
pág. 574

A posse na chefia do governo
pág. 579

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 585

Minha gratidão ao escritor Carlos Heitor Cony, que desde o início me ajudou a tornar este livro um grande documento para a História. JK lhe dedicava amizade, confiança e admiração. Cony contribuiu com o seu trabalho e entusiasmo, colaborando dia e noite com o presidente na edição de suas memórias.

ADOLPHO BLOCH

.....

Prefácio

UM LIVRO DE MEMÓRIAS é, de certo modo, um complemento da vida pública. Ao escrevê-lo, o memorialista sente que encerrou uma parábola, só lhe cumprindo agora o reexame de si mesmo, no gosto das reminiscências. Este livro não tem outra explicação. Tirei-o do meu mundo de lembranças, não apenas levado pela nostalgia do tempo transcorrido, mas também animado pelo propósito superior de que ele possa constituir uma lição de esperança para os que vieram da humildade, como eu vim.

Uma existência, por mais vitoriosa que seja, não deixa de ter sido amalgamada com sofrimentos e lutas. Entretanto, cumpre-nos apagar esses ressentimentos e amarguras com os nossos triunfos. Só assim o exercício da vida se engrandece.

Dando um balanço no que realizei, ao longo do caminho que me levou ao Planalto Central para ali edificar a capital de meu país, quero ser o primeiro a reconhecer que só esse triunfo, que a História recolheu nas suas páginas imperecíveis, bastaria para atenuar na minha natureza qualquer impulso de cólera ou de revolta.

Nestas memórias, espelho do que sou e do que fui, quero ser mais uma vez coerente com a imagem que de mim projetei na consciência de meus contemporâneos, isto é, a do brasileiro confiante nos altos destinos de sua pátria, otimista por temperamento, democrata por arraigada convicção, e ainda profundamente cristão, com a fé que herdei de meus antepassados, sobretudo de minha mãe.

Jean-Jacques Rousseau, no começo de suas Confissões, dizia que, ao soar a trombeta do juízo final, seriam elas o livro que traria nas mãos ao comparecer diante de Deus.

Não ergo a tão alto o meu propósito. Inspira-me, isto sim, o desejo de recompor diante de meus patrícios, sem distinguir amigos ou adversários, a vida que realmente vivi, na sua modéstia, nas suas lutas, e também nas suas vitórias. Estou convencido de que nosso destino, se em parte nos obedece, como um ato de vontade que de nós exclusivamente depende, também em parte nos escapa, no momento decisivo de seus desígnios superiores. No entanto, sem nosso esforço porfiado, dificilmente se cumpririam esses desígnios.

Por onde tenho andado, no correr dos últimos dez anos, sempre fui interrogado sobre as razões que me impulsionaram a construir uma nova capital para o Brasil. A explicação profunda, que desce à essência mesma do problema, estará talvez nas páginas deste livro.

Possam estas memórias esclarecer aos que me interrogam sobre a geratriz distante de Brasília as razões que determinaram fosse eu, na hora própria, o instrumento de sua criação.

Dei a estas memórias o título geral de Meu caminho para Brasília, o que representa uma súmula da minha atividade na vida pública do meu país. Contudo, dada a extensão do relato, vi-me obrigado a desdobrar a obra em três partes, autônomas, cada uma

refletindo em ordem cronológica uma fase da minha vida, como homem e como político.

A primeira, A Experiência da Humildade, cobre o período da minha infância; da juventude difícil; dos meus estudos em Diamantina e em Belo Horizonte e a respectiva formatura em Medicina; da iniciação política, encerrando-se com a minha nomeação para o cargo de prefeito da capital mineira.

A segunda, sob o título A Escalada Política, relata as minhas primeiras lutas políticas; minha administração como prefeito, num dos períodos mais agitados da evolução brasileira – a instituição do Estado Novo; minha candidatura e eleição para o cargo de governador de Minas; o que foi o Binômio: Energia e Transportes; minha candidatura, campanha eleitoral e eleição para a Presidência da República, através de sucessivos e dramáticos acontecimentos, que culminaram com a deposição de dois chefes do governo – Café Filho e Carlos Luz – e a entrega da Presidência a Nereu Ramos, presidente do Congresso Nacional, a fim de que fosse assegurada a vontade soberana do povo, manifestada livremente nas urnas eleitorais.

E a terceira – 50 anos em 5 –, na qual relato minha atividade presidencial através da realização das 30 Metas, que englobavam os problemas fundamentais do país, e mais da Meta Síntese – a construção de Brasília – culminada com a verdadeira epopeia que foi a transferência da sede do governo do litoral para o Brasil Central.

Não quero concluir sem uma referência nominal a Adolpho Bloch. A rigor, e para ser agradecido, foi ele, com o seu estímulo fraterno, quem venceu minha relutância em escrever estas memórias. Elas me pareciam, em última análise, um ato de narcisismo, que talvez não fosse corretamente entendido.

Outro nome que cito com gratidão é o de Caio de Freitas, que foi infatigável na colaboração que me prestou, ajudando-me a selecionar, no vasto manancial de informações dos arquivos e das publicações, o material adequado à redação das minhas memórias.

Ao lhes dar começo, logo verifiquei que, no repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta ao tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção do reencontro, só por si, valia o ato de recordar.

Mas, por outro lado, cada homem público, no termo de sua jornada, deve aos seus contemporâneos uma explicação – para lhes dizer de onde veio, como veio e ao que veio. É essa a essência deste livro, sem que o seu autor tenha perdido de vista, ao escrevê-lo, a verdade do versículo bíblico: “Deus dá ao humilde a honra da vitória.”

J.K.

.....

Novo cenário, novos problemas



QUANDO ASSUMI a prefeitura de Belo Horizonte em 1940, a guerra devastava a Europa. Poucos dias antes, os alemães tinham passado a concentrar tropas em Trondheim, na Noruega, prevenindo-se contra um possível contra-ataque dos aliados. No dia 10 de maio – menos de um mês após a minha posse – ocorreram as invasões da Holanda, da Bélgica e de Luxemburgo. Esmagados esses países, as *Panzers* de Hitler, abrindo-se em leque, espalharam-se pelo norte da França. Dois dias mais tarde, iria render-se o exército holandês. E paraquedistas passariam a descer, aos milhares, atrás da Linha Maginot. A França aproximava-se da agonia.

No cenário nacional, a atmosfera que se respirava era de aturdimento e apreensão. Em face das devastadoras vitórias dos alemães, o povo temia pelo futuro da Europa. A cúpula governamental, porém – em flagrante desacordo com o sentimento popular –, não disfarçava o entusiasmo com que assistia ao desfile dos estandartes de Hitler pelas nações subjogadas, já que a vitória do III Reich consolidaria, por ação reflexa, a experiência do Estado Novo.

Todos esses fatos, sucedendo-se com uma velocidade incrível, alarmavam a consciência democrática do mundo. Os Estados Unidos – o

grande baluarte de resistência ao totalitarismo – ainda se conservavam neutros. Mas anunciava-se, por outro lado, que era iminente a entrada da Itália na guerra, reforçando o já devastador poderio bélico da Alemanha. E essa perspectiva fazia crer que, num curto período de tempo, toda a Europa – inclusive a Inglaterra – estaria sob o domínio nazista.

No Brasil, após o levante integralista de 11 de maio de 1938, o Estado Novo havia entrado numa fase de visível fortalecimento. A época era de totalitarismo. De ditadores, da direita e da esquerda. Citavam-se as revoluções operadas na Alemanha, na Itália, na Espanha e em Portugal. Existia ainda o caso da União Soviética, a qual, embora obediente a uma linha ideológica diferente, ostentava, igualmente, uma roupagem totalitária.

Os responsáveis pelo Estado Novo reviam-se nesses exemplos, para justificar a supressão da democracia no país. Mas a posição do Brasil não se apresentava de forma alguma cômoda. Existia, para perturbá-la, o sistema da solidariedade continental, ao qual seu governo estava ligado. No dia 29 de outubro de 1939, Getúlio Vargas proclamou a neutralidade do país: “Equidistantes de ambos os grupos pelo pensamento político, não temos, para intervir na luta, sequer a justificativa dos interesses econômicos.” Neutralidade no campo internacional, tendo como finalidade dissipar as apreensões que se avolumavam na atmosfera continental. Mas o gênero de guerra que se travava na Europa era novo no cenário internacional. Nada de compartimentos estanques, de nações que eram respeitadas porque se declaravam à margem dos acontecimentos. A guerra em curso não reconhecia neutralidades: era uma guerra total.

No que dizia respeito ao nosso país, existia, entretanto, uma contradição que saltava aos olhos dos observadores imparciais. O Brasil declarava-se neutro, mas incorporara à sua organização interna uma estrutura totalitária: uma Constituição outorgada; supressão das duas casas do Legislativo; dissolução dos partidos políticos – enfim, um regime ditatorial, com a suspensão de todas as garantias individuais e rígida censura à imprensa.

O presidente Roosevelt, interessado em emprestar uma feição prática à sua política de boa vizinhança, não só vinha fechando os olhos para o que ocorria no Brasil, mas procurava, mesmo, prestigiar a situação brasileira, já que os Estados Unidos não subestimavam a importância es-

tratégica do Nordeste, que poderia ser utilizado como um trampolim para a entrega de suprimentos às nações aliadas no norte da África. Daí a razão por que eles não só iriam fornecer o material bélico de que o nosso país necessitava, de acordo com as negociações em curso em 1940, mas reivindicariam, em contrapartida, a colaboração do nosso governo no esquema de segurança hemisférica, considerada essencial pelo Pentágono, tendo em vista as exigências de sua política aeromarítima do Atlântico.

Das conversações, realizadas em torno desses problemas – que eram da maior importância, pois atendiam a necessidades prementes de ambos os governos – iria resultar a demarcação reformista da administração de Getúlio Vargas, orientada para dois objetivos: justiça social e nacionalismo econômico. O primeiro já estava sendo perseguido desde a criação do Ministério do Trabalho em 1940, com a promulgação da legislação trabalhista, elaborada por Lindolfo Color. E, quanto ao segundo, as bases militares de Natal, Belém e Recife iriam conduzir a uma tentativa de sua realização, através da implantação de uma usina siderúrgica em Volta Redonda.

Esse era o cenário, que se abria aos meus olhos, em princípios de 1940. Mas, entre o velho continente e o Novo Mundo, abria-se o Atlântico – a grande fronteira líquida. Entretanto, Hitler já havia contaminado aquelas águas, infestando-as de submarinos. Não tardaria muito, e o Brasil, revidando a sucessivos torpedeamentos de seus navios mercantes, declararia guerra ao Eixo.

Prefeito de Belo Horizonte! Era o quarto chamado da política a que atendia. Como das outras vezes, havia hesitado, alegando motivos para não aceitar. Mas acabara aquiescendo. Ao ser nomeado, Benedito Valadares não se encontrava em Belo Horizonte, mas em Araxá, servindo de anfitrião a Getúlio Vargas, que decidira passar, em Minas, a data de seu aniversário natalício. Assumi a prefeitura, pois, sem haver recebido qualquer instrução do governador do estado. A única recomendação que me enviou era de caráter político, e me fora transmitida por Israel Pinheiro, então secretário da Agricultura: “Diga ao Juscelino para terminar com urgência a Avenida Contorno, pois o presidente irá a Belo Horizonte, daqui a uns dias, para inaugurá-la.”

Conhecia bem aquela avenida. Era a artéria que separava a zona urbana da suburbana, e fora calçada, em grande parte, por Otacílio Negrão

de Lima. Com a demissão de Otacílio, por ocasião da instituição do Estado Novo, José Osvaldo de Araújo, que o substituíra, dera prosseguimento à obra, sem, contudo, concluí-la. Lembrei-me do que Benedito Valadares me dissera, dois meses antes, quando me convidara para a prefeitura: “Vamos caminhar para a democratização. Getúlio virá brevemente a Minas e irá abordar este tema em discurso que aqui pronunciará.”

Senti-me alvoroçado. Se se confirmasse o prognóstico de Benedito Valadares, já não teria qualquer constrangimento por haver retornado à política. No dia 19 de abril – que por sinal era a data do aniversário natalício de Getúlio Vargas – fui visitado por José Osvaldo de Araújo em minha casa. Disse que ali fora a fim de orientar-me sobre a difícil situação das finanças da prefeitura. Aconselhou-me a agir com a maior cautela, restringindo-me a assinar o expediente, e a evitar qualquer obra de vulto. Após a saída de José Osvaldo de Araújo, não deixei de refletir sobre os dias que me aguardavam, mas não me atemorizei em face das dificuldades. Havia uma outra circunstância que iria contribuir para que se tornasse ainda mais pesada minha tarefa na gestão dos negócios municipais. Era que, apesar da nomeação, conservava-me fiel ao velho propósito de não abandonar, outra vez, a Medicina. Desejava evitar ser colhido de surpresa como acontecera em 1937, quando o Congresso fora fechado. Assim, não tinha a menor intenção de renunciar ao cargo de chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar. Faria, eu próprio, as operações mais importantes e deixaria que os auxiliares – entre os quais se encontravam cirurgiões de real competência como, por exemplo, o Dr. Bolívar Drummond, que acabaria sendo meu substituto naquela chefia – cuidassem dos demais casos e, inclusive, se incumbissem, nas intervenções de menor gravidade, da indispensável assistência pós-operatória.

Dois dias mais tarde, quando Joubert Guerra, vindo de Diamantina, chegou a Belo Horizonte, expliquei-lhe as razões por que o convidara para chefiar o meu gabinete. “Não desejo perder tempo assinando o expediente de rotina. Esse encargo será seu” – e adiantei: “Quanto a mim, irei administrar na rua, e não fechado num gabinete.”

O esclarecimento já representava uma definição. Refletia, na sua simplicidade, um novo estilo de administração. Naquela época, gabinete do prefeito era quase inacessível. Localizava-se no interior do Palácio da

municipalidade – local aonde só se chegava depois de se transpor numerosas salas e antessalas, e todas zelosamente guardadas. Só os privilegiados – isto é, os políticos e os amigos íntimos do prefeito – conseguiam vencer aquele labirinto e penetrar, por fim, no recinto sagrado.

Tudo aquilo me parecia discriminatório. A primeira providência que tomei foi a de transformar o grande salão de recepção no gabinete do prefeito. E nele me instalei, de portas abertas, para receber à tarde quem quer que desejasse me falar. Resolvido esse problema voltei minha atenção para os desafios que me apresentava a cidade. Para cada problema urbano, existiam dez planos elaborados e que nunca haviam sido executados. Em face da situação, só via um caminho a seguir: combater, por todas as formas, a burocracia. E, para contrabalançar a resistência que me fosse oferecida, iria realizar com audácia e determinação uma administração dinâmica e revolucionária. Nomeei o engenheiro Pedro Laborne – do quadro do pessoal efetivo da municipalidade – para a Diretoria de Obras.

Belo Horizonte era uma cidade nova e, como tal, carente de muitas coisas. Parecia mais um jardim do que um centro urbano. Ao ser construída, em 1895, viera desenvolvendo-se segundo o traçado geométrico feito pelo engenheiro Aarão Reis, chefe da Comissão de Construção da Nova Capital. Esse traçado foi a primeira planta de conjunto elaborada no Brasil. Viera, em seguida, o paisagista francês Paul Villon, que se incumbira da arborização. Onde é, hoje, o Parque Municipal, ele instalou uma espécie de horto florestal e, ali, selecionava plantas e fazia germinar espécies raras. E Belo Horizonte crescera a partir do dia 12 de dezembro de 1897 – data de sua inauguração – entre arvoredos e roseirais. Cobrira, uma a uma, as colinas que integram o planalto, que parece um anfiteatro, formado pelos contrafortes da serra do Curral. Na época, o grande elemento civilizador era a estrada de ferro. Providenciara-se, pois, a construção do ramal da Central do Brasil, da estação denominada general Carneiro até o local do antigo Curral d'el-Rei. Dessa forma, a nova capital ficara ligada ao sistema ferroviário do estado, com trens diretos para o Rio, que era a capital da República e o mais importante centro financeiro e cultural do país.

Aarão Reis havia idealizado uma cidade de cerca de 25 mil habitantes, o que já seria uma metrópole nos primeiros anos após a queda do Império. Nesse sentido estabelecera as proporções dos logradouros públi-

cos: ruas de 20 metros de largura e avenidas de 35 metros que se cruzavam em ângulos retos. Existia apenas uma exceção, para confirmar a regra da exiguidade dessas medidas: a Avenida Afonso Pena, que cortaria a cidade de norte a sul e seria destinada à ligação dos bairros opostos. Sua largura era de 50 metros. E, por fim, como uma espécie de cinta, separando o núcleo urbano da zona suburbana, estendia-se a Avenida Contorno. Fora dessa avenida, as ruas se reduziam a 12 metros, pois os planejamentos não sonhavam com a era do automóvel.

Assim fora planejada a cidade. Criada numa prancheta de engenheiro e não concebida por urbanistas. Em 1940, apesar do seu extraordinário desenvolvimento, ela ainda era uma cidade do interior. O casario desdobrava-se, cobrindo as colinas que tinham configurado o antigo Curral d’el-Rei. Mas eram patentes as falhas, as deficiências e os desajustamentos que lhe impediam um funcionamento urbano harmonioso. Mesmo no centro da cidade, viam-se vastas faixas sem calçamento, e este, quando existia, era o que se denominava macadame, não muito apropriado para um intenso tráfego. O mais antigo bairro – o dos Funcionários – era calçado a pé de moleque, um sistema de pavimentação realizado com pedrinhas irregulares que tornava o tráfego penoso até para os pedestres.

Em junho de 1940 – um mês e meio após a minha posse – o professor Agache estivera em Belo Horizonte a convite meu. Desejava que ele visse a represa da Pampulha e sugerisse um plano urbanístico que permitisse a integração daquele lindo recanto no conjunto urbano. Agache se extasiara com a beleza da capital. Julgara o centro urbano perfeito, mas fizera restrições quanto à zona suburbana, que se desenvolvia desordenadamente. E concluía: “Esta cidade é um paradoxo.”

Ninguém melhor do que eu conhecia aquelas deficiências. Como médico da Caixa Beneficente dos Funcionários da Imprensa Oficial, já havia percorrido toda a área de Belo Horizonte – urbana e suburbana, de dia e à noite – atendendo a chamados de doentes. Conhecia, pois, cada bairro, principalmente os mais pobres, que era onde geralmente residiam os funcionários da Imprensa. Sabia, pois, quais os bairros que dispunham de água e quais os que contavam apenas com uma bica, providenciada, quase sempre, numa véspera de eleição. A rede de esgotos não chegava aos

subúrbios, os quais não eram beneficiados, igualmente, por qualquer tipo de calçamento ou servidos por linhas de bondes.

Belo Horizonte estava bem servida de estradas de ferro. Entretanto, a partir da década dos 30, as locomotivas passaram a ser substituídas, gradual e definitivamente, pelos automóveis. Sempre fui um homem preocupado com o futuro. Acompanhava o que vinha ocorrendo nos Estados Unidos e na Europa e, ao assumir a prefeitura, julguei que – embora Belo Horizonte ainda se encontrasse na infância – seria prudente prepará-la desde logo para aquele desafio: o novo ciclo do progresso que se anunciava. A era rodoviária iria requerer uma rede de estradas de rodagem, e estas deveriam ter por base a nova capital. Impunha-se, pois, a preparação, com antecedência, dos indispensáveis terminais – ou bocas, como então eu as chamava – a fim de que, no devido tempo, se processassem, com facilidade, as necessárias conexões.

O povo, habituado com as estradas de ferro, não atentava para os inconvenientes daquele gênero de comunicações: a rigidez dos horários, as paradas fixas, a distância dos pontos de embarque e desembarque. Além do mais, modificavam-se gradativamente os hábitos de consumo da população do país. Desde algum tempo, intensificaram-se as trocas de bens. O consumidor já não se localizava apenas nos centros urbanos, mas se fazia presente em toda parte. Estreitaram-se simultaneamente as relações humanas entre os diferentes grupos sociais, tornando os contatos obrigatórios e frequentes. E desaparecera, por fim, a velha fronteira que separava as áreas urbanas da zona rural.

Em face da nova realidade social, o automóvel cada dia mais se impunha. Era o veículo ideal: obediente tão somente às conveniências de seu proprietário. Em 1940, ele se convertera numa espécie de mania coletiva. Era o hobby social. O boom automobilístico, contudo, só se fazia presente nos centros urbanos. A razão: a escassez de boas estradas. Na época, não existia a Rio-São Paulo e nem a Belo Horizonte-Rio. Os dois trechos eram ligados por uma estrada de terra, intransitável por ocasião de chuvas. Apesar disso estava presente no espírito de todos o velho slogan que havia popularizado Washington Luís: “Governar é abrir estradas.” Empréstado feição prática a essa pregação, ele abriu a Rio-Petrópolis, considerada na época uma iniciativa audaciosa.

Nas minhas peregrinações pelos subúrbios, havia entrado em contato com aquela realidade e sentira, na carne, seus efeitos. As estradas de rodagem existentes – se assim se podem classificar os verdadeiros trilhos que ligavam Belo Horizonte às cidades vizinhas – sofriam soluções de continuidade quando penetravam no perímetro urbano. Deixavam de ser rodovias e se transformavam em vielas – as vielas que eram as ruas suburbanas.

Teria de resolver aquele problema. Mas como fazê-lo, sem dinheiro, sem um plano de obras, sem uma equipe especializada e, sobretudo, sem uma máquina administrativa sensível e eficiente, capaz de ser comandada através do simples aperto de um botão?

Quem se der ao trabalho de ler estas memórias haverá de verificar que um sentimento, de natureza muito especial, sempre predominou na minha personalidade. Trata-se de um impulso interior – talvez resquício de mentalidade característica dos faiscadores – que sempre me levou a correr um risco calculado e, ao fazê-lo, ter a satisfação de ver o êxito coroar, no fim, a minha audácia. Ou seria – quem sabe? – a predominância, ainda que atenuada pela presença do sangue português nas minhas veias, da minha ascendência tcheca?

O que sei é que se trata de uma espécie de instinto, que sempre me forçou a agir numa determinada direção e na hora adequada, assegurando-me, pela conjugação destes dois fatores – rumo e tempo –, pleno sucesso nas investidas que, a outros, pareciam ilógicas e temerárias. Alguém já tentou definir essa característica enquadrando-a na conceituação do que Emerson determinou o gênio da hora. Entretanto, a qualificação não me parece exata. Para alguns observadores – testemunhas oculares das minhas atitudes na atividade pública – o fenômeno é bem mais complexo. Não se restringe a uma simples manifestação de audácia. É audácia, sim, mas aliada a uma visão do futuro. Talvez fosse mais próprio considerá-la como um impulso – uma espécie de luz interior que, em todas as encruzilhadas, me aponta o caminho.

O embaixador Otávio Dias Carneiro, uma das mais poderosas inteligências que já conheci, cunhou uma expressão, para definir essa peculiaridade: instinto kubitschekiano. Segundo ele, essa expressão, reduzida ao seu significado literal, seria uma força que me impelia, independentemente da própria vontade, numa determinada direção e num determina-

do momento, mesmo quando mil vozes se fizessem ouvir, exprobando a temeridade do passo a ser dado. O saudoso embaixador citava exemplos: a indústria automobilística, na qual ninguém acreditava e fora desaconselhada até pelos grandes industriais norte-americanos; a construção de Furnas, combatida ferozmente pela UDN mineira, sob a alegação de que um povoado seria sacrificado pelo acúmulo de água da represa e que a usina nunca seria concluída; a estrada Belém-Brasília, considerada uma loucura por muitos e, depois de concluída, denominada caminho das onças por vários; a Brasília-Acre, rasgada no tempo recorde de 11 meses, quando já me encontrava no último ano do meu mandato presidencial; e por fim – para citar apenas algumas centenas de obras executadas – a construção de Brasília, que levantou uma onda de protestos de todo o mundo político, sendo que a transferência do governo para a nova capital representou, na realidade, a mais dura batalha que tive de travar em toda a minha atividade de homem público.

Essas obras são de ontem e, hoje, são exaltadas pelos próprios políticos que as combateram. Em face delas – que aí estão, e cuja importância só agora está sendo avaliada – será o caso de se perguntar: Como se encontraria o Brasil, neste momento, se elas não houvessem sido construídas?

Na realidade, eu nunca havia surpreendido em mim qualquer inclinação para as realizações práticas. E, sobretudo, nunca tivera a oportunidade de dar ordens. Mas, em abril de 1940, tudo se alterara substancialmente. Sendo prefeito, teria de inverter o papel que sempre havia desempenhado na vida. Não executaria, eu próprio, as tarefas. Mas comandaria homens – engenheiros, urbanistas, trabalhadores de todos os gêneros. E o paciente não seria um ser humano, mas uma cidade. A obra inicial já estava escolhida: o asfaltamento da Avenida Afonso Pena.

O asfaltamento de uma avenida! Sem dúvida, era pouco o que tinha em mira. A exiguidade da obra não se alteraria, porém, se se esclarecesse que se tratava da principal artéria da cidade. Mesmo assim, se me valesse apenas dos recursos municipais, nem essa obra poderia empreender. Mas a prefeitura dispunha de crédito, e seria nessa direção que deveria me orientar. Procurei o engenheiro Valdemar Lopes – homem que desfrutava do maior conceito na capital – e lhe expus a ideia que alimentava: um financiamento a longo prazo. Valdemar Lopes era genro do Dr. Cristiano

Guimarães, presidente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, e estava em condições, portanto, de enfrentar o desafio. O banco poderia financiar a obra; eu faria um contrato com ele e, assim, poderíamos modernizar o calçamento da principal Avenida de Belo Horizonte.

Em vez da quantia necessária para o asfaltamento apenas da Avenida Afonso Pena, eu passara a pleitear que fosse aberto, à prefeitura, um crédito para a renovação de todo o calçamento da zona urbana, prolongamento da Avenida Amazonas até a Gameleira, ligação dos Bairros de Carlos Prates e Lagoinha e a construção de um viaduto na Avenida Contorno, situado no ponto de confluência da Avenida dos Andradas e a Rua Mucuri, de forma a evitar passagem de veículos por um trecho cortado pela Central do Brasil. O engenheiro Pedro Laborne, diretor de Obras, ao tomar conhecimento do que tinha em mente, mostrou-se alarmado: “O senhor não conseguirá esse financiamento.” Sorri, determinado a obter o que tinha em mente: “Quem dá dois, dá três, dependendo apenas de se saber pedir” – respondi-lhe.

Uma semana mais tarde, assinava com a Companhia Construtora e Técnica KOTECA S.A., através de um convênio com a Empresa Nacional de Melhoramentos, o mais vultoso contrato até então feito pela prefeitura. Ia ter início minha primeira experiência no campo da administração pública.

Tudo aconteceu quase sem uma pausa para a reflexão. A nomeação foi no dia 16 de abril. A posse, a 18. A assinatura do contrato, a 27. E as obras tiveram início no dia 28. Doze dias contados entre os dois extremos daquele período. Mas foi assim que sempre agi.

As obras na Avenida Afonso Pena tiveram início pela madrugada. Os moradores de Belo Horizonte que se levantaram cedo e se dirigiram para os seus locais de trabalho, quando passaram pela grande artéria urbana – que era ponto de cruzamento obrigatório –, surpreenderam-se ao contemplar a verdadeira revolução que ali estava em curso. Trabalhadores, às centenas, desafiavam-se, arrancando os paralelepípedos da pista de rolamento. A ideia em execução era a seguinte: seria descalçado, de uma só vez, todo o lado direito da avenida, do alto do Cruzeiro ao Parque Municipal. E os paralelepípedos retirados iriam ser aproveitados no calçamento da Avenida Amazonas – outra obra que não tardaria a ter início.

A impressão que se tinha, contemplando aquele espetáculo, era de um formigueiro humano. Enquanto os descalçadores arrancavam o velho calçamento, os encarregados dos serviços auxiliares rasgavam o leito da avenida, abrindo valas, ao longo das quais seriam assentadas manilhas, construídas caixas de recalque, estendida a fiação elétrica e feita a distribuição da rede subterrânea dos telefones. Na época não existiam tratores. O movimento de terra era levado a efeito com dois tipos de carroças – as galetas, empurradas pelos próprios trabalhadores; e as comuns, puxadas por burros. Era crença, na ocasião, que o asfaltamento da avenida iria comprometer a vitalidade dos fícus – árvores imensas que se erguiam, em renques paralelos, em toda a extensão da via pública.

Tratava-se de mais um tabu dos que são frequentes nas cidades do interior. Os fícus haviam sido plantados durante a construção da cidade e, por isso, eram considerados intocáveis. Para enfrentar o problema, ouvi técnicos e contratei botânicos. Todos me garantiram que as árvores nada sofreriam. Suas raízes eram profundas e, para preservar-lhes a vitalidade, bastava que se tivesse o cuidado de deixar um círculo, sem calçamento, em torno dos troncos. Interpelado por um jornalista, informei: “Os fícus nada sofrerão.” E o jornalista insistiu: “Mas se, apesar da opinião dos técnicos, as árvores morrerem?” “Neste caso” – respondi – “plantarei outras, absolutamente iguais às primeiras.”

Naquele tempo, a Segunda Grande Guerra havia popularizado a Linha Maginot, com a qual os franceses esperavam deter a marcha dos alemães sobre Paris. Eu abria enormes crateras na Avenida Afonso Pena, e o bom humor dos mineiros logo se fez sentir em relação à nova linha. A bucaqueira ali estava e, seguindo em toda a extensão a grande artéria urbana, abriam-se as galerias subterrâneas, no interior das quais trabalhavam centenas de operários. Surgiu, então, o apelido, que se ajustava perfeitamente às circunstâncias – linha Kubitschek. Não tardou que todos – inclusive os habitantes das bibocas que se situavam na periferia das faixas suburbanas – comesçassem a saber que o novo prefeito se chamava Kubitschek.

Benedito Valadares, que ainda se encontrava em Araxá em companhia de Getúlio Vargas, logo soube da revolução que estava sendo levada a efeito na capital. Clóvis Pinto, meu concunhado, tendo ido àquela estância hidromineral, contou-lhe a novidade. Benedito alarmou-se. Na época,

eram difíceis as comunicações entre Araxá e Belo Horizonte. Se houvesse telefone, certamente teria se comunicado comigo, dando-me instruções para que sustasse as obras.

O dia 19 de abril – data do aniversário de Getúlio Vargas – fora comemorado por ele e por Benedito Valadares na Fazenda do Chapadão, nas proximidades da usina Pai Joaquim, situada no Município de Uberaba. Em seguida, ambos rumaram para o Rio, onde Getúlio Vargas anunciou a instituição do salário mínimo para todo o país e, em face da invasão da Bélgica, da Holanda e de Luxemburgo, reafirmou a neutralidade do Brasil, ratificando seu propósito de completar a estrutura “jurídica do novo regime”, a fim de que ele “adquirisse sua forma definitiva”, que seria “um governo forte e democrático”.

Na época, a situação do estado, no setor das obras públicas, era a mais precária possível. Não existia um só empreendimento de porte em andamento em Minas. Daí a razão por que Benedito Valadares tinha me recomendado que concluísse com urgência a Avenida Contorno. Sua inauguração – na falta de coisa melhor – seria utilizada para assinalar a visita do chefe do governo à capital do estado.

A avenida já estava quase concluída quando José Osvaldo de Araújo deixara a prefeitura. Faltavam os remates finais: um resto de asfaltamento, a colocação dos meios-fios e repasse de alguns trabalhos já feitos e danificados por veículos. Concentramo-nos, pois, na Avenida Contorno, que era, de fato, digna de ser admirada. Ela se estendia por 12 quilômetros e circundava todo o centro urbano. Iria permitir acesso aos mais afastados bairros da cidade e, além do mais, ofereceria aos visitantes uma vista panorâmica da capital.

A inauguração teve lugar no dia 12 de maio. Como prefeito, vi-me obrigado a saudar o chefe do governo. E o fiz da maneira mais discreta possível, sem a menor alusão à situação política nacional: Estado Novo, crise da democracia, ameaça do comunismo e outros chavões tão do agrado dos que gravitavam em torno do Catete. Restringi-me à análise dos problemas municipais, o que, evidentemente, constituiu uma dissonância no habitual coro de exaltação à excelência do regime em vigor no país. Getúlio Vargas ouviu-me com a fisionomia fechada. Ao contrário do que me havia dito Benedito Valadares, ele não fez qualquer declaração sobre

a possibilidade de um retorno próximo ao regime legal. E nem poderia fazê-lo, porque, apesar da intensa expectativa popular, não discursou, em resposta. Cortou a fita. E declarou inaugurada a avenida.

A estada de Getúlio Vargas em Belo Horizonte foi rápida: apenas um dia. Na manhã seguinte, já retornava para Araxá, e Benedito Valadares o acompanhara. Assim, não houve tempo para que as obras da Avenida Afonso Pena fossem discutidas e nem ao menos inspecionadas pelo governador. Com as mãos livres de novo, não só intensifiquei os serviços em execução, mas abri, nos dias que se seguiram, outras e maiores frentes de trabalho. Inaugurada a Avenida Contorno e acelerado o asfaltamento da Avenida Afonso Pena, dei início ao prolongamento da Avenida Amazonas. Essa avenida, situada no coração de Belo Horizonte, estendia-se além da Praça Raul Soares até a Avenida Contorno, onde existia uma depressão do terreno, que se abria num verdadeiro abismo, no fundo do qual passava um córrego. Iria canalizar aquele córrego, aterrar a depressão de forma a nivelar as duas vertentes e, por fim, estender sobre a área aterrada o prolongamento da Avenida Amazonas, utilizando, para o calçamento, os paralelepípedos da Avenida Afonso Pena.

A obra era complexa, pois implicava escoramento de encostas, retificação e canalização de um córrego, cujas águas se avolumavam assustadoramente por ocasião das grandes chuvas, e, arrematando aquela série de dificuldades, a necessidade de se proceder a um enorme movimento de terra. Na época, a prefeitura não dispunha de tratores nem de caminhões, pois a metade da frota desses veículos pertencentes à municipalidade estava paralisada na garagem, necessitando de reparos. Para a abertura da Avenida Antônio Carlos tive de contratar o primeiro trator que entrou em Minas.

Providenciei a recuperação da frota de veículos e determinei que as unidades que não estivessem sendo utilizadas no serviço de limpeza urbana fossem deslocadas, em caráter de urgência, para as obras da Avenida Amazonas. Entretanto, os caminhões, mesmo recuperados, não eram suficientes para o atendimento das exigências do grande aterro a ser feito. Lembrei-me, então, de organizar um serviço auxiliar, a ser levado a efeito por carroças puxadas a burro. Anunciei que a prefeitura estava contratando carroças, e logo se apresentaram os proprietários desses obsoletos veículos. Contratei as unidades que se encontravam disponíveis, e a notícia, circu-

lando nos subúrbios, fez com que numerosos outros candidatos se apresentassem pleiteando contratação. Uma semana mais tarde, as carroças se elevavam a cerca de 10 mil. Em face dessa providência, a nova avenida foi rasgada numa velocidade incrível, proporcionando novos pulmões para a respiração da cidade.

Como acontecia na Avenida Afonso Pena, o povo passava a se aglomerar também ali, para ver o espetáculo. Os burrinhos despertavam a curiosidade pública. Trabalhavam em silêncio, arrastando suas carroças, sem que ninguém precisasse tangê-los. Assim, o aterro prosseguiu, batendo recordes diários de cubagem da terra removida. Interpelado por um jornalista, defini, numa frase, pilheriando, o valioso trabalho que aqueles humildes animais vinham prestando: “São os dez mil servidores mais fiéis de que disponho na prefeitura.”

.....

“Prefeito furacão”

ENQUANTO EU PROSSEGUIA com as obras nas Avenidas Afonso Pena e Amazonas, Benedito Valadares permanecia ausente de Belo Horizonte, acompanhando Getúlio Vargas no seu vaivém entre Araxá e o Rio, e vice-versa. Por isso, o interventor ainda não havia podido conversar comigo sobre o que eu vinha realizando à frente da prefeitura. Através de amigos comuns sabia, contudo, de suas restrições ao programa de remodelação da capital.

Na realidade, a parte central de Belo Horizonte estava intransitável, e na cidade não se falava em outra coisa a não ser nas obras municipais. Comentava-se principalmente o fato de haver quebrado, desde o meu primeiro dia à frente da municipalidade, os padrões de morosidade, dentro dos quais se processava o serviço público. Quem tivesse qualquer assunto a tratar na prefeitura constatava a diferença. Antes era necessária uma apresentação política.

Quando mudei o gabinete para o salão de recepção da municipalidade, estava à disposição de quem me procurasse das 4 às 6 horas da tarde. Não existiam portas fechadas e nem antessalas repletas de pessoas à espera de audiência: todos eram atendidos pela ordem de chegada. Quando havia muita gente, invertia os papéis na concessão das audiências: em vez

de ficar na minha mesa, ia ao encontro das partes, indagando de cada uma, de maneira informal, o que desejava. O resultado da conversa era anotado pelo secretário que me acompanhava, para as providências imediatas.

Essa democratização da administração causou impacto na opinião pública. E teve resultados positivos. Coloquei em dia o expediente da prefeitura. Quanto à opinião de Benedito Valadares, já havia traçado o caminho que deveria seguir: se ele mandasse sustar as obras, responderia à ordem demitindo-me da prefeitura. Voltaria, mais uma vez, à Medicina. Aliás, apesar de prefeito, não havia rompido meus vínculos com a vida profissional. Operava, todas as manhãs, no Hospital Militar e, uma semana após a minha posse, havia sido escolhido, pela direção da Santa Casa, para chefiar o Serviço de Urologia instalado no Pavilhão Júlio Soares.

Em meados de junho, Benedito Valadares retornou a Belo Horizonte. Quando fui visitá-lo, falou-me das reclamações que havia recebido e mostrou desejo de ver, com os próprios olhos, o que se fazia na cidade. Saímos de automóvel, seguidos por outros carros, nos quais se encontravam as principais autoridades estaduais. Mostrei-lhe, em primeiro lugar, a Avenida Afonso Pena. O lado direito já estava todo asfaltado até a altura do Parque Municipal. Expliquei-lhe que, ao mudar o calçamento, substituíra, igualmente, as redes subterrâneas de água, luz, esgoto e telefone, utilizando na obra os mais modernos equipamentos. Os fícus, que tanta apreensão haviam causado, tinham sido preservados. Em torno de cada tronco existia um murinho de cimento armado cintando uma área de terra não asfaltada. Dessa forma, as raízes seriam beneficiadas pela água das chuvas.

As crateras eram vistas, então, do lado esquerdo da avenida, mas não pareciam tão dignas de críticas, levando-se em conta a melhoria do calçamento na parte já pronta. Entramos, em seguida, no Parque Municipal, que, antes, era um matagal só frequentado por marginais. Benedito Valadares não disfarçou sua surpresa: “E a capoeira que existia aqui?” Atravessamos o parque de ponta a ponta e as alamedas estavam pavimentadas de areia branca. Viam-se, aqui e ali, operários construindo pequenos bares, onde seriam servidos refrescos ao público, e um pavilhão de esportes. Estava em construção, igualmente, um cais para atracamento dos botes a remo que seriam colocados no lago.

Seguimos, logo depois, para a Avenida Amazonas. O prolongamento da avenida processava-se num ritmo até então desconhecido na administração mineira. Aterros eram feitos. Assentavam-se meios-fios. Fincavam-se postes de iluminação. E caminhões chegavam carregados de paralelepípedos, que eram empilhados ao longo dos lados da via pública. Expliquei a Benedito Valadares: “Estes paralelepípedos são os que retirei da Afonso Pena. Aproveitei-os aqui, para fazer economia, pois ainda existem muitas obras por fazer.” Benedito olhou aqueles montões de pedra quadriculada e nada disse. Avançamos mais um pouco, até depois do cruzamento com a Avenida Contorno. Esclareci o plano que tinha em mente: fazer o prolongamento daquela via pública de forma a ligar a Avenida Contorno ao Bairro da Gameleira, situado já fora do perímetro urbano. Aquela era uma das bocas que havia imaginado criar para quebrar o isolamento de Belo Horizonte, em face da era do automóvel.

Um pouco mais adiante, passamos a apreciar o trabalho de aterro da grande depressão. Era ali que se encontravam os dez mil burros contratados – e a cena era, na realidade, de causar admiração. Lá embaixo via-se o córrego já canalizado, como uma enorme serpente de cimento armado. Ali tudo se movia. Ouviam-se gritos, zurros de burros, pancadas estridentes de martelos. E, através daquela sinfonia de ruídos dissonantes, percebia-se que um enorme esforço estava sendo feito para que a obra ficasse concluída no menor espaço de tempo possível.

O grupo – formado por Benedito, Israel Pinheiro, Mário Matos, Olinto Fonseca e o secretário da Viação, Odilon Dias Pereira – deixou-se ficar em silêncio, contemplando a cena. Até então, Benedito Valadares tudo vira e examinara sem dizer uma palavra. A única observação que fizera fora a referente à ausência da capoeira no parque. Naquele momento, porém, resolvera definir-se. Voltando-se para Israel Pinheiro, que se encontrava ao seu lado, comentou, em voz baixa, evitando que eu pudesse ouvir o que dizia: “Até que enfim, seu Israel, temos prefeito na capital.”

O comentário de Benedito Valadares significou um sinal verde no desdobramento da minha administração. Era uma palavra de estímulo à abertura daquelas numerosas frentes de trabalho. Confesso que sua atitude não deixou de me surpreender. Não ignorava as queixas dos titulares das secretarias em relação à falta de autonomia que lhes era imposta. No

meu caso, Benedito não fizera a menor objeção. E até elogiara, na frente de seus auxiliares diretos, a atividade que vinha desenvolvendo. A razão: seu interesse pessoal por Belo Horizonte. Ele próprio estava convencido de que a cidade havia parado no tempo. Conservara-se, sendo um jardim, esquecida de sua finalidade como capital.

Feito o aterro da grande depressão, a Avenida Amazonas teria de prosseguir do outro lado até atingir a Gameleira. Surgiram aí as primeiras resistências dos proprietários de terrenos e de casas velhas situados na linha que seria o leito da grande artéria. Teria de fazer desapropriações, e estas, em face da burocracia, arrastavam-se por anos seguidos e, muitas vezes, só se resolviam na justiça.

Tendo por lema combater a rotina, decidi discutir pessoalmente as desapropriações com os proprietários dos imóveis. A discussão era na rua, conduzida informalmente, de forma a se ganhar tempo. Levava o engenheiro Pedro Laborne e o advogado Heráclito Moura de Miranda comigo, para esclarecimento da parte técnica do problema. Como chefe da Diretoria de Obras da prefeitura, Pedro Laborne sabia o valor dos terrenos, e a avaliação respectiva nunca deixava de ser justa. Assim, os trabalhos do prolongamento da avenida não foram interrompidos e, oito meses mais tarde, a cidade passara a dispor de uma nova artéria, suficientemente larga para absorver seu vertiginoso crescimento.

Tudo isso, porém, custava-me esforço e muitas noites passadas em claro. Abrira de uma só vez tantas frentes de trabalho quantos eram os problemas urbanos que demandavam solução urgente. Tive de vencer terríveis resistências e sofri uma impiedosa campanha de alguns setores da opinião pública. Nunca, porém, me irritei com as críticas ou perdi a calma em face da incompreensão e da intriga. Tinha um objetivo em mente e, para realizá-lo, estava disposto a enfrentar toda sorte de aborrecimentos.

Em face da mudança que se operava na fisionomia da cidade, os que antes amaldiçoaram o novo prefeito passaram a olhá-lo, a princípio, com respeito e, depois, com simpatia. Os caminhões, as carroças, e os “10 mil fiéis servidores da prefeitura”, quando surgiam num bairro, já não eram recebidos com hostilidade, mas com vivas. Todos sabiam que, em troca de um desconforto temporário, os moradores teriam, em breve, entre outras, estas duas vantagens reais, indiscutíveis: beleza urbanística e

valorização das propriedades. E o tradicional bom senso dos mineiros não lhes permitia fazer uma opção errada.

Uma cidade é uma estrutura orgânica. Não vive por si, solta no espaço e isolada no tempo. Ela se insere no contexto socioeconômico que a rodeia. No caso de Belo Horizonte, essa intervinculação era reforçada por um fator de ordem política: tratava-se da capital de um dos grandes estados da Federação. Daí minha preocupação de ligá-la, de forma racional e prática, à área que lhe servia de fundo. De acordo com esse pensamento, providenciei a abertura das bocas, que eram saídas naturais, vinculando o polo de desenvolvimento, em que ela havia se transformado, ao progresso geral do estado.

Mas as bocas, em si, não resolveriam os problemas da capital. Constituíam um dos veículos de solução. Em 1940, a situação já havia evoluído para melhor. Belo Horizonte se expandira. Ultrapassara a linha divisória do centro urbano, que era a Avenida Contorno, e se esparramara pela área suburbana. Esparramara – eis a expressão própria –, pois não se tratava de um crescimento harmônico, mas de uma verdadeira dilatação de fronteiras, processada de forma desordenada.

O professor Agache, quando o levei a ver Belo Horizonte, não disfarçou sua surpresa pelo que lhe fora dado a contemplar. “Um paradoxo” – exclamou. O centro urbano era perfeito. Mas, a partir da Avenida Contorno, a cidade mergulhara na irracionalidade. Razão: a falta de visão dos planejadores da capital. Julgaram que 25 mil habitantes constituiriam o máximo de sua população. Os subúrbios, caso chegassem a existir um dia, formar-se-iam espontaneamente, de acordo com a pressão da expansão demográfica. Daí o ilogismo da cidade, tornado patente a partir de 1930.

Em palestra comigo, o professor Agache esclareceu: “Urbanismo é uma ciência prática, cujo laboratório está nas ruas.” Senti-me reconfortado ao ouvir estas palavras. O que vinha realizando se enquadrava perfeitamente na definição. Eu, também, era assíduo frequentador daquele laboratório. Exercia minha atividade nas ruas. Via os problemas no local, e não me valia das informações de técnicos. Assim, poderia vivê-los, sentindo na carne e no espírito seus reflexos.

A remodelação do centro urbano, com o asfaltamento de suas principais vias públicas e a modernização dos serviços correlatos de água,

luz, esgoto e telefone, constituíam metas prioritárias. Mas não era tudo. A cidade precisava respirar. Adquirir seus próprios pulmões. Lembrei-me então da Pampulha – um recanto paradisíaco, órfão da atenção das autoridades municipais. Otacílio Negrão de Lima, quando prefeito, havia assentado os alicerces da barragem, ensaiando a construção de um lago. Mas seu esforço morrera aí. Eu conhecia a Pampulha e julgava que ela poderia converter-se no centro turístico que faltava a Belo Horizonte. Daí a razão por que convidara o professor Agache a ir a Minas.

Agache viu a Pampulha, mas não demonstrou a visão que seria de se esperar de um urbanista de fama internacional. Disse-me que era apenas um cenário – um cenário como muitos outros. O que se deveria fazer ali era uma cidade-satélite: um centro de fornecimento, ou melhor, um núcleo abastecedor da capital. Aliás, a má impressão que lhe haviam causado os subúrbios contribuíra para que se fixasse nessa ideia. Falou-me na necessidade da criação não só de uma, mas de diversas cidades-satélites, que funcionariam como entrepostos para atender às exigências da expansão crescente de Belo Horizonte.

A sugestão, na realidade, não me agradou. Os subúrbios não poderiam ser convertidos em unidades urbanas autárquicas, tendo como finalidade apenas o abastecimento da capital. Quanto à Pampulha, então, nossa discordância foi radical. Em vez de uma cidade-satélite, o que eu pretendia construir ali era um recanto turístico. Qualquer coisa diferente de Belo Horizonte, capitalizando em benefício do plano a ser executado: a beleza do cenário, com a formação de um grande lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre a água. Agache inclinava-se para o utilitarismo. Mas o meu pensamento era lírico: a natureza transformada em fator de plenitude espiritual, a serviço da comunidade.

Naquela época – setembro de 1940 – achava-me muito preocupado com a remodelação do centro de Belo Horizonte. O trecho inicial da Avenida Afonso Pena estava concluído nas duas pistas de rolamento. Providenciava, então, o assentamento dos novos postes para a iluminação pública. A experiência adquirida naquela primeira obra permitiu que a conclusão do asfaltamento do resto da avenida pudesse ser feita com maior rapidez e com menores reflexos na atividade normal da cidade.

A nova técnica acelerou o andamento dos serviços e, em pouco tempo, a obra estava terminada. Os automóveis podiam deslizar, então, do alto do Cruzeiro até a Feira Permanente de Amostras sem qualquer trepidação, pois as duas pistas apresentavam uma superfície perfeita. Asfaltei, igualmente, a antiga Avenida do Comércio, hoje Santos Dumont, desafogando toda área adjacente à estação ferroviária. As obras de prolongamento da Avenida Amazonas já se aproximavam da Gameleira.

Naquele tempo, só havia uma favela no perímetro urbano de Belo Horizonte. Era a que ficava situada nas imediações da Pedreira Prado Lopes. Voltei minha atenção para aquele problema. Tratava-se de uma grande área, localizada bem próxima do centro comercial, e que poderia ser recuperada, transformando-se num aprazível bairro residencial. Assim, idealizei um conjunto residencial popular, destinado à classe operária, que, cada dia, se tornava mais numerosa. Como a prefeitura não dispunha de recursos, entrei em entendimento com o engenheiro Plínio Cantanhede, presidente do Instituto dos Industriários – uma das autarquias mais ricas do nosso sistema previdenciário –, no sentido de que ele financiasse o projeto, já que o conjunto seria destinado à residência de seus associados. As conversações tiveram um desfecho favorável, com a construção, em reduzido período de tempo, do Bairro dos Industriários. Abri um enorme corte na pedreira, de forma a facilitar a ligação do novo bairro com a cidade, e, em seguida, fiz o desmonte do morro ali existente. Enquanto providenciava a mudança dos favelados, procedi às medidas indispensáveis à definitiva recuperação da área: arruamento, arborização, ajardinamento e iluminação.

Esse conjunto residencial, por ser obra pioneira, deu origem a uma série de outros do mesmo gênero, que passaram a ser construídos, a partir de 1942, pelos demais institutos. Concluído o núcleo inicial, preocupei-me com os problemas de alimentação e assistência médica para os trabalhadores. Surgiu, então, o primeiro restaurante popular, da cadeia denominada Restaurantes da Cidade, e dei início à construção do hospital municipal.

Tudo indicava que o desfecho daquele vendaval de obras seria benéfico para todos. De fato, após o primeiro ano de administração, verifiquei um fato que era inédito nos anais da existência da prefeitura: o povo passava a colaborar com as autoridades municipais, no sentido de

denunciar a deficiência de qualquer serviço ou de chamar a minha atenção para as necessidades de determinados bairros. Outra norma que adotei e que deu excelentes resultados: a de me fazer presente em todas as frentes de trabalho. Às 6h30min da manhã comparecia, com frequência e inesperadamente, ao pátio do almoxarifado municipal para assistir à saída dos caminhões. Determinei aos motoristas do serviço de limpeza urbana – que percorriam diariamente todas as áreas da cidade – que me denunciassem, ao se encerrar o expediente, a menor anormalidade que constatassem em qualquer rua: um cano furado, por exemplo; ou a existência de um buraco que oferecesse perigo aos transeuntes; e mesmo um habitual engarrafamento do tráfego.

De posse das informações transmitidas pelos motoristas, chamava o engenheiro Pedro Laborne e estabelecia o prazo para o respectivo conserto – duas horas, um dia, três dias, uma semana, conforme o caso – e, na data combinada, ali retornava para verificar se o trabalho estava concluído.

Não somente os motoristas colaboravam com a administração, através de papeletas encaminhadas ao meu gabinete. O povo, igualmente, cooperava. Semanalmente ia a um bairro – dos mais prósperos aos mais humildes – para debater com moradores os problemas locais. Nessas ocasiões, promovia uma reunião numa escola ou em outro qualquer imóvel da prefeitura – e a palavra era livre para quem tivesse reclamações a fazer.

Se agi assim, no campo administrativo, imprimi o mesmo cunho democrático às deliberações de caráter coletivo. Em 1941, estava em construção um templo protestante na Praça Raul Soares. Certo dia, D. Antônio Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, procurou-me para solicitar que embargasse a obra. O motivo alegado era que a ereção daquele templo, no centro da cidade, constituía uma ofensa ao sentimento religioso do povo de Belo Horizonte. Embora sendo, eu próprio, católico praticante, recusei-me a atender ao pedido. Disse ao ilustre prelado que, por formação espiritual, sempre respeitara opiniões políticas e credos religiosos e que, na minha gestão à frente da prefeitura, jamais tomaria qualquer atitude que importasse impedimento ou mesmo cerceamento da livre manifestação do pensamento em Belo Horizonte.

A atividade na gestão dos negócios municipais alterara substancialmente meus hábitos pessoais. Passei a viver, então, sob rígida disciplina,

a fim de poder atender às numerosas obrigações. Já não saía de casa às 6h30min da manhã, como acontecia anteriormente, para estar às 7 horas no Hospital Militar. Sempre tinha alguma obra para inspecionar antes das habituais intervenções cirúrgicas. No hospital operava até às 11 horas e, em seguida, ia para a Santa Casa, a fim de atender aos que procuravam o meu Serviço de Urologia, do qual era chefe. À 1 hora, estava em casa para o almoço, conversando com Sarah ou lendo os jornais do dia, antes de seguir para a prefeitura, que me tomava o resto do dia.

Apesar dessa vida intensa, não deixava de acompanhar, com o maior interesse, o que ocorria no país e como se desenvolvia a guerra na Europa. O Estado Novo realizava sua trajetória, sem maiores reações do povo. A imprensa era maciçamente partidária das democracias ocidentais e nada fazia para disfarçar essa tomada de atitude. Acreditavam os jornalistas que, exaltando o sistema democrático, em vigor nas nações aliadas do Ocidente, implicitamente manifestavam uma nítida reprovação do que ocorria no Brasil.

Quanto ao problema do sistema de governo, o próprio Getúlio Vargas não se mostrava intransigente. O regime em vigor, de acordo com a Constituição outorgada, era totalitário. Isso, no que dizia respeito às suas exterioridades. Na realidade, porém, tratava-se de uma estrutura híbrida. Totalitarismo diluído num paternalismo, criado à feição do temperamento do chefe da nação. Getúlio Vargas desejava governar sem Congresso, e com a imprensa sob censura. Repousava em sua mãos, tão somente, a responsabilidade pelas soluções nacionais. O sistema era seu, adaptado à sua inata rebeldia a tudo quanto significasse imposição constitucional.

Entretanto, a pressão dos acontecimentos externos não tardaria a obrigá-lo a certas atitudes mais ou menos definidas. No início da guerra, mantivera-se equidistante das potências em choque, preocupado apenas com os problemas internos do país. Nesse período chegara a pensar em restabelecer, em época que julgasse oportuna, as extintas franquias democráticas. Mas a guerra tomava novo curso na Europa. No dia 5 de junho de 1940 ocorrera a queda de Dunquerque e, cinco dias mais tarde, a Itália passara a participar do conflito, antecipando-se a um importante fato histórico, que seria a entrada, no dia 14 do mesmo mês, dos alemães em Paris.

Essa sucessão de acontecimentos dramáticos repercutira no Brasil e contribuíra, de forma decisiva, para que Getúlio Vargas recuasse no seu

propósito de caminhar para a redemocratização. No dia 11 de junho, ele se definira num discurso à Marinha, por ocasião das solenidades de comemoração da Batalha de Riachuelo. “Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio” – declarou então, e juntou: “Uma nova era” se anunciava, que iria “remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.”

Esse discurso representara uma profissão de fé antidemocrática. Assim, em meados de 1940 – após dois anos e meio de vigência do Estado Novo –, em vez de algum progresso no rumo da redemocratização, havíamos retornado à mentalidade que havia prevalecido, nas esferas governamentais, em novembro de 1937.

A Pampulha. Cidade-satélite – uma espécie de centro de abastecimento da capital. Esta havia sido a sugestão do professor Agache. A ideia que tinha para aquele lindo recanto, porém, era outra e bem diferente: um local aonde se iria para relaxar os nervos e conviver, em intimidade, com a natureza.

Otacílio Negrão de Lima, quando prefeito, além de haver iniciado a construção da barragem, tinha desapropriado os terrenos que formavam a bacia onde seria a represa. Mas sustara a obra no nascedouro. Os quatro córregos ali existentes ainda corriam nos seus próprios leitos. Os alicerces assentados, sobre os quais se ergueria a barragem, não eram suficientemente altos para conter nem ao menos aqueles minúsculos cursos d’água.

Ali tudo se conservava virgem. A natureza exibia seus caprichosos privilégios, como se estivesse à espera de quem lhe rendesse os tributos de que era merecedora. Mas como se processaria a transformação? Existiam dificuldades – e muitas – que deveriam ser vencidas. Em primeiro lugar, poderia ter a oposição do próprio interventor. Benedito Valadares nunca vira com agrado a projeção da atividade de qualquer dos seus auxiliares. Até então, ele não havia embaraçado minha ação à frente da prefeitura. No caso da Pampulha, porém, era possível que fizesse objeção, pois não se tratava de uma obra prioritária.

Há uma fase na vida em que “somos gregos”, no dizer de Emerson. Apolínea ou dionisiacamente. Eu já havia ultrapassado esse período. Vivera-o, com intensidade, alguns anos antes, logo depois de formado, quando estivera na Europa. Mas a chama daquele ideal de beleza não se extinguiu de todo. Apenas se alterara na sua substância. Ao invés do clas-

sicismo ateniense, havia derivado para novas formas de estética, tão bem expressas pelo denominado estilo moderno. Daí a razão por que acompanhava com o maior interesse a revolução iniciada por Le Corbusier.

Entretanto, a Pampulha ali estava desafiando minhas reservas de imaginação. Um prefeito não deve pensar tão somente em coisas práticas. A beleza, sob todas as formas, precisa fazer parte de suas cogitações. Numa cidade, vivem massas humanas que sentem que são capazes de emoções e que, portanto, não prescindem de estimulantes espirituais. Em face daquele desafio, o que pretendia era aliar o útil ao agradável: criar um centro de turismo e, ao fazê-lo, emprestar uma ressonância de poesia à iniciativa municipal.

Nesse sentido, decidi abrir um concurso de forma a obter a cooperação dos artistas nacionais. O concurso resultou num desapontamento. Verifiquei que eram inaceitáveis os projetos apresentados – quase todos no estilo convencional, segundo os padrões dos edifícios públicos. Alguns – talvez por influência da popularidade de que gozava a Quitandinha na época – apresentavam variações do mesmo estilo normando, o que seria uma aberração em face do gênero fluido da beleza que nos extasiava os olhos na Pampulha.

Certa tarde, porém, ocorreu um fato que me tirou daquela situação de embaraço. Estava no meu gabinete quando fui procurado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico Nacional, do Ministério da Educação. Conversamos sobre a Pampulha e, revelando-lhe meu desagrado em relação aos resultados do concurso, dei-lhe a ver os projetos apresentados. Rodrigo Melo Franco perguntou-me se não desejava experimentar um arquiteto que, naquele momento, estava em Belo Horizonte e que, apesar de sua pouca idade, já revelava impressionantes dons de originalidade artística. Imediatamente mandei que o trouxessem ao meu gabinete.

Pouco depois, dava entrada na sala um jovem de aspecto tímido. Expliquei-lhe o problema e perguntei-lhe se desejava cooperar comigo apresentando-me algumas sugestões. Concordou. Tomamos o meu carro e rumamos para a Pampulha. Seguimos pelo caminho antigo até o aeroporto. Atravessamos o povoado e, após galgar o morro fronteiro, descemos na vertente oposta até o vale onde seria a represa. Estacionei o carro ali, e saímos a pé, percorrendo a bacia. Mostrei-lhe os alicerces da barragem, dizendo que

iria reforçá-los de forma que pudessem suportar o volume de água que pensava represar. Expus em seguida a ideia que tinha em mente. No fundo do vale, o terreno avançava numa saliência, que seria uma espécie de promontório quando o lago estivesse concluído. Pensava construir ali um restaurante, debruçado sobre a água. Na curva, formada pelo morro vizinho, talvez pudesse construir uma igreja, sob a invocação de São Francisco – o mesmo patrono do velho templo de Diamantina, no interior do qual estava sepultado meu pai. Ao longo das margens do futuro lago, outros edifícios poderiam ser construídos, arrematando o conjunto arquitetônico e imprimindo-lhe a indispensável unidade.

Essas obras seriam erguidas pela prefeitura como parte do plano geral de urbanização do local. Depois surgiriam as ruas. Plantar-se-iam árvores. Construir-se-ia uma autoestrada ligando a Pampulha a Belo Horizonte. E, por fim, já que os terrenos ali seriam grandemente valorizados, faria um apelo aos proprietários no sentido de que colaborassem com a prefeitura construindo lindas residências, todas voltadas para o lago. Oscar Niemeyer – era esse o nome do jovem arquiteto – observou o local com a maior atenção. Tomou notas. Fixou em traços rápidos, num pedaço de papel, a situação do terreno. E, por fim, disse-me que iria fazer um esboço para ser submetido à minha apreciação.

No dia seguinte, às 10 horas da manhã, Rodrigo Melo Franco de Andrade me telefonou perguntando se poderia ir ao Grande Hotel – onde ele se encontrava, em companhia de Niemeyer – para ver os desenhos que haviam sido feitos durante a noite. O pedido era porque o esboço dificilmente poderia ser levado ao meu gabinete, já que compreendia diversas plantas e grandes murais, o que tornaria penoso o transporte de todo aquele material até a prefeitura.

Segui imediatamente para o Grande Hotel. Quando Rodrigo Melo Franco me abriu a porta do quarto, deparei-me com uma desordem incrível. Folhas de papel rabiscadas tomavam todo o assoalho. A princípio não entendi o que me era apresentado. Via apenas riscos. Silhuetas de edifícios. Perfis de morros. Tudo desenhado em traços rápidos. Mais figurativamente do que de forma explícita.

Niemeyer, porém, tomando a palavra, passou a me explicar o que havia feito. Surpreendi-me com as ideias novas evidentes naquele mar de

folhas de papel. Nunca havia visto um edifício com uma rampa em lugar de escada, e muito menos paredes de vidro, em substituição às de tijolos. A igreja, então, revelava uma nova concepção ousada, absolutamente revolucionária. Aceitei imediatamente o esboço. Neste caso, o instituto Kubitschekiano havia predominado mais uma vez. No que dizia respeito à arte, meu comportamento tinha sido, até então, o de um contemplativo. Vira as obras dos grandes mestres no Louvre e admirava a pureza das linhas do Partenon, e deixara-me enlevar por tudo aquilo como se ouvisse uma música. Entretanto, havia uma grande diferença entre admirar-se uma revolução arquitetônica e tentar implantá-la num meio provinciano, como era Belo Horizonte na década dos 40. Minas, apesar da intensa atividade dos seus intelectuais e artistas, não conseguira libertar-se do conservadorismo, que era a sua característica mais expressiva. Conservadorismo social, religioso e mesmo político. Como levar a efeito aquela ideia em relação à Pampulha? O projeto de Niemeyer representava um sopro de renovação. Mas, para a sua execução, impunha-se uma atitude de coragem, de audácia, de visionarismo, que implicasse uma antecipação do futuro.

Resolvida a questão do projeto, passei a cuidar das providências de natureza administrativa, no sentido de poder executá-lo. O Tesouro municipal não dispunha de recursos. Para levar a efeito as obras que estavam em execução no centro urbano, tinha contado, como já disse, com uma coincidência feliz. Em relação à Pampulha, porém, já não dispunha do engenheiro Valdemar Lopes, que era genro do presidente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Teria de recorrer a outro construtor. Diante do desafio, pus em ação toda a capacidade de persuasão de que era capaz. Conversei. Debati exaustivamente o problema. Pedi o auxílio dos grupos financeiros de Minas. E, após sucessivos fracassos, o êxito coroou meus esforços. A Construtora Ajax Rabelo decidira correr o risco.

Mas a Pampulha não poderia ficar isolada de Belo Horizonte – ser um recanto paradisíaco, mas sem qualquer vínculo com a capital. A ligação teria de ser cogitada. Uma estrada inteiramente nova ou a melhoria da existente, que levava ao aeroporto? Ou talvez uma avenida moderna, ampla, digna da iniciativa a que iria servir? Optei pela última alternativa: uma avenida. Seria a Avenida da Pampulha.

.....
Uma avenida construída em três dias

ENQUANTO EU ME DEIXAVA ABSORVER pelo plano de modernização de Belo Horizonte, agravava-se a situação das forças aliadas na Europa. 1940 fora um ano de devastadoras vitórias para as potências do Eixo. Subjugado o continente europeu, Hitler voltara suas vistas para a Grã-Bretanha, que havia passado a suportar sozinha todo o peso da guerra. Laval, líder da França colaboracionista, declarara em novembro: “A democracia está morta.” E Hitler, tripudiando sobre a realidade histórica, jactara-se num discurso em Munique: “Em poucos meses, a Alemanha implantou, de fato, a liberdade neste continente.”

No Brasil, permanecíamos sob o Estado Novo. Em março de 1941, Roosevelt, que havia sido eleito para o seu terceiro mandato, dera ordens ao Pentágono para que cuidasse da instalação de bases norte-americanas em Natal, Belém e Recife. Selava-se, através dessa providência, um compromisso de solidariedade entre as duas grandes nações. Esse compromisso, porém, evoluíra rapidamente, não tardando a se converter em aliança. O discurso de 11 de junho do ano anterior, pronunciado por Getúlio Vargas, já era coisa do passado. “Marchamos para um futuro diverso de tudo quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social e política” – dissera, então, o chefe do governo, anunciando o declínio dos

“velhos sistemas e formas antiquadas”. Essa afirmação alarmara os círculos continentais, e movimentaram-se as chancelarias do Hemisfério. O governo, através do DIP, vira-se obrigado a fazer uma retificação. “A política externa do Brasil permanece fiel ao espírito de solidariedade continental” – declarou o Itamaraty, procurando dissipar as apreensões causadas pela alocação presidencial.

No que dizia respeito a sua política exterior, o Brasil vivia à deriva desde o irrompimento do conflito. Faltava-lhe um chanceler, com autoridade, que lhe apontasse o rumo a seguir. A escolha desse chanceler iria ser determinada pela própria força dos acontecimentos. O homem já existia: era Osvaldo Aranha.

A transferência de Osvaldo Aranha da embaixada em Washington para a pasta do Exterior assinalou, efetivamente, um *turning point* nas atividades diplomáticas brasileiras. Ao acordo militar de 17 de janeiro de 1941, seguiu-se o acordo naval de 11 de maio do mesmo ano, e não tardaria muito para que o Brasil e os Estados Unidos passassem a ensaiar os primeiros serviços combinados de comboio marítimo. Em face da velocidade com que se sucediam os acontecimentos na Europa, a situação não comportava atitudes dúbias. Em junho, iniciara-se a invasão da Rússia e, em agosto, Roosevelt e Churchill encontraram-se em alto-mar e subscreveram a Declaração do Atlântico. Osvaldo Aranha, definindo a posição do Brasil, declarou em novembro, no Uruguai: “O isolamento é impossível nesta hora de decisão.”

A magnitude apresentada pelos acontecimentos internacionais minimizava o que ocorria no cenário interno do Brasil. A única política que se fazia no país era a de mobilização da classe trabalhadora. Getúlio Vargas, sendo cético, nunca acreditara na lealdade dos políticos que o cercavam. Nesse sentido, decidira criar sua própria base eleitoral. Essa era a única política que se praticava no Brasil. Política restrita a uma classe, e tendo como objetivo alicerçar a posição pessoal do chefe do governo.

Dada a impossibilidade de se comentar a situação interna, derivava-se para o cenário internacional, transformando-se a guerra no assunto de todas as palestras. No Automóvel Clube, no bar do Grande Hotel e na confeitaria Califórnia, não se discutia outra coisa. Lembro-me da emoção com que ouvi a notícia da entrada dos alemães em Paris. Naquela noite –

13 de junho de 1940 – deveria comparecer a uma cerimônia que teria lugar no Automóvel Clube. Enquanto aguardava que Sarah se vestisse, conversava, no meu escritório, com meu velho amigo Osvaldo Penido. O rádio está ligado. Desde algum tempo, não havia quem deixasse de ouvir, todas as noites, as irradiações da BBC de Londres. De súbito, após ouvir-se a *Oitava Sinfonia* de Beethoven, a voz do locutor anunciou a trágica notícia. O efeito foi arrasador, e nós, ambos – Osvaldo Penido e eu –, ficamos em silêncio, olhando um para o outro, sem que encontrássemos palavras para comentar o fato. Quando Sarah entrou no escritório, percebeu que alguma coisa grave havia acontecido. Mal pudemos explicar-lhe o que acabávamos de ouvir. Ela atravessou o escritório e, dirigindo-se para o rádio – que se encontrava no lado oposto, entre duas estantes – desligou-o. “Chega de notícias desagradáveis” – explicou.

Entretanto, um fato – na realidade sem maior importância – iria contribuir para que, mesmo em face do regime vigente no Brasil, eu passasse a trabalhar, de maneira indireta, pelo restabelecimento das liberdades, suprimidas pelo Estado Novo. É que, em abril de 1941, fui convidado para ocupar a presidência da Sociedade de Cultura Inglesa em Belo Horizonte. Tratava-se de uma associação essencialmente cultural. Entretanto, só porque a Inglaterra se transformara no bastião de resistência democrática no mundo, a sociedade tornara-se suspeita às autoridades.

No discurso que proferi no dia 11 de junho de 1941, por ocasião da inauguração da sede, acentuei que a “Inglaterra havia se transformado no baluarte da liberdade no mundo e que para ela deviam se voltar, em busca de inspiração, todos aqueles que viviam sob a opressão e amavam, acima de tudo, o respeito e a dignidade do homem”. Palavras candentes, sem dúvida, mas utilizadas com a maior frequência por todos quando se discutia a situação em que, naquele momento, se encontrava a Grã-Bretanha. Apesar disso, elas foram alvo de vivos comentários nos círculos políticos estaduais. O coronel Dorneles Vargas, chefe de polícia de Minas, não deixou de sublinhar a dissonância, implícita naquelas palavras, que importava uma demonstração de rebeldia. Fê-lo, porém, em palestra comigo e da maneira mais cordial possível: “Gostei da sua pregação democrática, Juscelino. Mas o seu discurso é de fazer qualquer um perder o cargo...”

Não deixei de ser prefeito por isso. Ao contrário, usando o prestígio da função que exercia, esforcei-me por emprestar o maior relevo possível à obra que a Sociedade vinha realizando no Brasil: passei a convidar destacadas figuras da intelectualidade brasileira para realizar conferências na sua sede. O objetivo que tinha em mente não deixava de ser político. Já que a pregação dos ideais de liberdade estava proibida no país, com a imprensa e o rádio sob estrito controle do governo, pretendia converter a Sociedade num centro de debates, os quais, embora doutrinários, contribuíssem para manter aceso, nos espíritos, o amor à democracia. Dada a projeção do nome de cada conferencista, esses debates atraíam a atenção da sociedade de Belo Horizonte, e os jornais, refletindo o êxito social dessas reuniões, davam-lhes grande destaque em suas páginas, muitas vezes com a publicação, na íntegra, da conferência pronunciada. O primeiro escritor convidado foi Abgar Renault, um dos nossos maiores conhecedores da literatura inglesa, mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras.

Essa atividade extra dava-me grande prazer. Servia-me como uma espécie de derivativo – um relax para os nervos, sempre tensos, dada a complexidade dos problemas urbanos que diariamente desafiava minha capacidade de realização. Naquele momento, por exemplo, estava às voltas com um problema que muito me preocupava. Tratava-se da atualização dos serviços de arrecadação de impostos, tornada imperiosa pelo crescente aumento das despesas municipais. Não desejava aumentar as taxas – embora pudesse fazê-lo com a maior facilidade possível, já que vivíamos sob um regime discricionário –, mas evitar a sonegação. Nesse sentido, a primeira providência a ser tomada seria a de promover-se o senso imobiliário da cidade.

Belo Horizonte havia crescido espantosamente, principalmente na zona suburbana, e cerca de metade dos seus imóveis não constava nos registros municipais. A campanha que empreendi foi a mais democrática possível. Ia de bairro em bairro explicando a necessidade de que seus moradores cooperassem comigo naquela tarefa. Como não pretendia aumentar os impostos, fazia um apelo aos que até então não haviam contribuído para os cofres municipais. E explicava: “Será tirando um pouco de cada um que obterei os recursos de que necessito para modernizar a cidade.”

A campanha foi um êxito. No período de três meses estava concluído o censo imobiliário. De posse das informações contidas nos formulários, a Diretoria da Arrecadação pôde atualizar seus registros e, já no ano seguinte, milhares de proprietários, que até então nunca haviam pago impostos, passaram a fazê-lo, aumentando substancialmente a receita da municipalidade.

Dispondo de maiores recursos, intensifiquei a execução das obras programadas. Descalcei de uma só vez o Bairro dos Funcionários – o mais antigo da cidade –, e suas ruas, até então tranquilas e românticas, ficaram com o ventre exposto. Retirei as grades do Parque Municipal, democratizando sua frequência, e passei a erguer os novos postes de iluminação, com cabos subterrâneos. Dei início à abertura das radiais, que seriam um fator decisivo para o desenvolvimento dos bairros. Iam surgindo, assim, as grandes avenidas – Amazonas, da Pampulha, Silviano Brandão, Pedro II, Francisco Sá e Teresa Cristina –, que seriam as saídas, ou as bocas, que iriam fazer a ligação de Belo Horizonte com as diferentes regiões do estado.

Mais ou menos por essa época – início de 1942 – aconteceu um fato que iria contribuir, de maneira positiva, para firmar minha popularidade em Belo Horizonte e no estado. Deveria efetuar-se por aqueles dias a VII Exposição de Animais e de Produtos Derivados no Bairro da Gameleira, que dista cerca de seis quilômetros do centro urbano. Israel Pinheiro, que era o secretário da Agricultura e organizador da mostra, procurara-me angustiado. Quatro dias antes da inauguração do certame é que se apercebera da inexistência de uma ligação adequada para um tráfego mais intenso entre o Calafate e a Gameleira, o que iria comprometer, sem dúvida, o êxito da promoção governamental. Entre os dois bairros existia um funil, um ponto de estrangulamento, o qual, em face dos milhares de veículos que seriam mobilizados na ocasião, certamente engarrafaria o trânsito, causando má impressão aos visitantes que eram aguardados de todos os estados da Federação. Para tornar mais grave a situação, chegara a Belo Horizonte naquele dia a notícia de que Getúlio Vargas, atendendo a um convite de Benedito Valadares, iria à capital mineira para inaugurar pessoalmente a exposição.

Israel Pinheiro fez-me então um apelo patético, no sentido de que desse uma solução ao caso. Comprometi-me com o secretário da Agri-

cultura a fazer, naquele exíguo prazo de tempo, a ligação indispensável. Minha palavra foi rigorosamente cumprida. Em 72 horas, mobilizando apenas os recursos da prefeitura, rasguei uma avenida de mais de meio quilômetro, numa operação fulminante que incluiu desde o entendimento com os proprietários, para posterior desapropriação, a derrubada dos casebres, a abertura de valas para os serviços subterrâneos, os serviços de terraplenagem e a colocação dos meios-fios até o calçamento definitivo em alvenaria poliédrica.

Esse fato causou admiração e repercutiu em todo o estado, fazendo com que, daí em diante, numerosos moradores no interior de Minas passassem a ir a Belo Horizonte – já encerrada a exposição – só para ver, boquiabertos, a “avenida construída em apenas três dias”.

.....

Nem frustração nem vaidade

UMA AVENIDA CONSTRUÍDA EM TRÊS DIAS. O fato era incomum no Brasil e principalmente em Minas, onde as obras públicas se arrastavam através de sucessivos governos. Revelo o fato não por vanglória ou autopromoção. Mas para ressaltar esta particularidade do meu temperamento: a capacidade de adaptar-me a qualquer gênero de trabalho. Até então, a única atividade a que me havia dedicado com afinco fora a Medicina. De um momento para outro, porém, tomei um rumo diferente: em vez de médico passei a ser político. Mas o homem que existia em mim não sofreu a menor alteração. Assim, não me senti frustrado em face dessa troca de atividade. Se olhava em torno de mim, constatava que o cenário dentro do qual me movia era igualmente bem diferente. E diferente para melhor. Estava casado; residia numa bonita casa, construída por mim mesmo. Nunca me assentava à mesa sem que tivesse, como convidado, um dos meus numerosos amigos. Nesse sentido, revelava a predominância no meu temperamento de uma herança que havia sido uma característica do meu pai. Contava-me minha mãe que ele se desesperava quando se via obrigado a fazer qualquer refeição sozinho. O mesmo acontecia comigo. Lembrava-me, vez por outra, do que me dissera Alkmin, quando fui convidado para a prefeitura: “Sou um homem rural, Juscelino, mas você é urbano.” De fato

sentia-me bem como prefeito – uma função estritamente urbana. Abrir ruas. Rasgar avenidas. Criar bairros.

A época do *prefeito-furacão* já havia passado. O pejorativo diluíra-se no ar, em face da nova fisionomia da cidade. Além do mais, o “cargo não me subira à cabeça”: permaneci acessível, acolhedor, bem-humorado, incapaz de um ressentimento. Entrava em todas as casas. Os meninos tratavam-me com familiaridade, como se eu fosse um deles. Muitas crianças nos bairros pobres se dirigiam a mim desta maneira encantadora: “Ei, Juscelino.”

O mesmo sentimento prevalecia no que dizia respeito ao meu minúsculo mundo afetivo. Depois de quase doze anos de espera, estava prestes a ser pai. Durante aquele largo período de tempo, minha mãe nunca deixara de advertir: “Nenhum lar está completo sem choro de criança.” A advertência não era tudo. Fazia questão, igualmente, de sublinhar essa preocupação, manifestando-a nos momentos de qualquer êxito que ocorresse na minha atividade. Se era convidado para um cargo de importância, se conseguia uma vitória numa eleição, se realizava, com sucesso, uma grave operação cirúrgica, ela aproveitava esses momentos para recordar o que me faltava na vida: “Está tudo muito bem, meu filho, mas quando é que vocês vão me dar um neto ou uma neta?”

A gravidez de Sarah obrigou-me a reduzir um pouco minha atividade nas ruas. Nunca deixei de fiscalizar diariamente as obras, mas o fazia limitando o tempo de permanência nas frentes de trabalho. Oscar Niemeyer entregara-me, no prazo estipulado, o projeto definitivo da Pampulha. Era um conjunto arquitetônico integrado por quatro unidades: o Iate Clube, o Cassino, a Casa do Baile e a Igreja. Todos situados à margem do lago, de forma que seus perfis verticais se refletissem na água. O projeto era uma obra-prima de urbanismo e senso estético. Não se tratava apenas de uma criação arquitetônica adequada à sua localização. Na Pampulha, a paisagem seria modificada pela mão do homem, com a introdução de um elemento novo – a água. Esta seria, na expressão de Aufrère, a *paisagem espiritual*. Um cenário escolhido e preparado para um conjunto arquitetônico, concebido de acordo com a estética moderna. Mas tornava-se imprescindível não negligenciar a finalidade para a qual a obra iria ser executada. Seria imperioso afeiçoar o recanto ao seu objetivo: solucionar o problema

do fim de semana dos belo-horizontinos. Esta seria a sua *paisagem social*, a alteração da natureza, para que ela servisse ao propósito de atender à necessidade de recreação da coletividade.

Tendo em vista esses dois polos de apelo à sensibilidade do homem, Oscar Niemeyer traçara o seu projeto, com a exploração, racional e lúcida, dos valores paisagísticos que seriam utilizados: a grande superfície plana do futuro lago; a linha reta da barragem a ser erguida; o traço sinuoso da avenida que contornaria o bairro. Mas havia a segunda parte do problema – a ligação da Pampulha com a cidade. Essa ligação se faria por uma autoestrada, de 6.800 metros, que partiria da Praça da Lagoinha. Mas o que os engenheiros municipais recomendavam em relação a essa autoestrada estava muito aquém do que eu próprio imaginava. Havia sugerido uma via de comunicação comum, como as demais estradas existentes no estado. Faltava, pois, grandeza ao projeto.

O que eu tinha em mente era bem mais grandioso. Tratava-se de uma autoestrada, com a extensão total de oito quilômetros e meio, com a largura de 25 metros no perímetro urbano e 125 metros na área rural. Não seria, pois, tão somente uma autoestrada, mas um verdadeiro *boulevard*, do tipo dos que havia visto em Paris, com diferentes pistas de rolamento, aleias ajardinadas, gramados redolentes, bancos de madeira para quem quisesse espaiar e, sobretudo, os grandes espaços abertos para o prazer da vista e o relaxamento dos nervos.

Modificado o projeto de acordo com as minhas sugestões, determinei que a obra tivesse início imediato. De todas as características que iria apresentar a Pampulha, a que mais me entusiasmava, porém, era a de que seria um local onde se realizariam competições náuticas. Minas disputando campeonatos de remo! Eis uma realidade que daria origem a anedotas.

Poucos dias antes do parto de Sarah, conversando com D. Odete, esposa de Benedito Valadares, no Palácio da Liberdade, não deixei de manifestar, de forma positiva, minha preferência. “Por que um filho?” – perguntou-me ela, com a bondade tranquila que lhe é característica. “Um filho pode ser muita coisa, D. Odete, inclusive vir a ocupar a Presidência da República” – respondi, seguindo a natural linha de quem iniciava, naquele momento, sua carreira política.

D. Odete olhou-me significativamente e observou: “Para quê? Para sofrer?” Entretanto, no que me dizia respeito, não levei muito a sério a observação de D. Odete. Na época, encontrava-me em lua de mel com a vida. Por que falar em sofrimento? Só mais tarde, compreenderia, em toda a sua crueza, as razões daquele comentário. Ingratidões; injustiças; vozes iradas de despeito; tramas de ambições contrariadas; perseguições de toda espécie.

O ano de 1942 foi de intensa atividade na prefeitura. A cidade já apresentava uma fisionomia diferente da que lhe fora característica no início de 1940. Expandia-se, num ritmo vertiginoso, sua área calçada, o que importava o desaparecimento do flagelo da poeira. O antigo Teatro Municipal, situado na Rua Goiás, tornara-se inadequado em face do desenvolvimento da capital. Urgia a construção de um outro – moderno, amplo, digno da metrópole em que se convertera Belo Horizonte. Não hesitei em relação à providência a ser tomada.

Em julho de 1941, havia posto à venda, em hasta pública, o velho edifício e, com o dinheiro obtido, iniciei a construção de um novo teatro no interior do parque, com capacidade para 3.500 espectadores. Enquanto era erguido o conjunto arquitetônico da Pampulha, haviam tido início ali duas importantes obras complementares: a construção da barragem, que teria 18 metros de altura; e a abertura da grande avenida que contornaria a represa, numa extensão de 18 quilômetros. Completando as providências relacionadas com a criação daquele recanto turístico, ordenei a construção de outra avenida – a que ligaria a cidade à Pampulha –, estabelecendo o prazo de oito meses para a sua conclusão.

Para se ter uma ideia do esforço que realizei em 1942, basta dizer que a área calçada de Belo Horizonte no período de 40 anos, isto é, desde sua inauguração até o início do governo de Benedito Valadares, era de 1.619.000 metros quadrados. Só durante o ano de 1941, na minha gestão, foram calçados – na maioria asfaltados – 600.946 metros quadrados e com volume recorde de terraplenagem de 1.530.023.241 metros cúbicos.

Era compreensível, pois, que me sentisse satisfeito. Preparava Belo Horizonte não para a década dos 40 – que, então, se iniciava –, mas para enfrentar o desafio rodoviário que, naquele momento, empolgava as grandes nações do mundo.

No cenário internacional, a sorte das armas aliadas ainda se mostrava indefinida. Hitler permanecia como senhor da Europa e, apesar do desgaste que lhe infligira a invasão da Rússia, ainda não dera qualquer demonstração de fraqueza. Mussolini, do alto de sua arrogância, ameaçava céus e terras, muito embora suas forças no norte da África já houvessem começado a morder a areia do deserto sob a crescente pressão do 8º Exército inglês.

Em setembro de 1940, fora concluído o acordo para a montagem da siderúrgica de Volta Redonda, no período de dois anos e meio, através de um empréstimo de 45 milhões de dólares. Guilherme Guinle assinara o documento pelo Brasil e o administrador dos Empréstimos Federais, Jesse Jones, o fizera pelos Estados Unidos. Esse acordo constituiria uma espécie de *luz verde* no desdobramento do esquema de estreita cooperação econômica e militar entre os dois países. Quatro dias depois da tragédia de Pearl Harbor, chegava a Natal o primeiro esquadrão de seis *Catalinas* norte-americanos. Estabelecia-se, assim, a efetivação da utilização dos aeroportos do Nordeste como escala para a travessia do Atlântico e a invasão da África.

O governo, sob a liderança de Osvaldo Aranha, passara a derivar, com rapidez, na direção das democracias ocidentais. Era evidente que o Brasil, mais dia, menos dia, seria envolvido nos acontecimentos. Pouco depois, realizava-se no Rio a Conferência dos Chanceleres, cujos trabalhos se desenvolveram num clima de grande tensão, dados os choques de opinião e, também, em consequência da onda de calor que avassalava o Rio – 40 graus à sombra. Mas o Brasil saíra do conclave fortalecido: já não havia dubiedade na sua atitude. Adiantando-se ao Chile, que havia tido a iniciativa de sugerir aquela conferência, o Brasil acabara por romper relações com a Alemanha, a Itália e o Japão. Dessa forma, nosso país se aproximava da guerra por etapas. A primeira havia sido a concessão das bases no Nordeste; e a segunda, o rompimento de relações com as potências do Eixo. Entretanto – como, aliás, era de se esperar – não tardariam as represálias. De 15 a 17 de agosto de 1942, cinco navios brasileiros foram postos a pique ao largo de Sergipe: *Baependi*, *Itagiba*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Arara*. E desaparecera com um deles o 8º Grupo de Artilharia, que seguia para Natal.

Os ataques, sem aviso prévio, tiveram as características de um crime premeditado. Os estudantes se mobilizaram e, em passeata de protesto, seguiram até o Palácio Guanabara. Getúlio Vargas falou de uma das sacadas, sendo secundado por Osvaldo Aranha, com um discurso que inflamou a assistência. No dia 29 de agosto, foi decretada a mobilização parcial das nossas Forças Armadas, acompanhada, no dia seguinte, pela declaração oficial de guerra. O Brasil havia sido envolvido, por fim, no conflito que ensanguentava o mundo. Os norte-americanos começaram a construir os enormes aeroportos de Belém, Fortaleza, Recife, Bahia e Natal. Surgira, pouco depois, o campo de Parnamirim – uma verdadeira cidade militar, dotada de todos os requisitos do conforto moderno. Inaugurava-se a *Rampa da Limpa*. Iria entrar em funcionamento o *Trampolim do Atlântico*.

No setor interno, os grupos financeiros, aproveitando o clima de ordem vigiada, preparavam-se ativamente para enfrentar o desafio do consumo interno, já que as importações estavam grandemente reduzidas pelo bloqueio marítimo. E o país, comprimido no interior de suas próprias fronteiras, deu os primeiros passos no sentido de sua industrialização.

A guerra, por fim, havia passado a afetar o Brasil. O Estado Novo, porém, sentia-se suficientemente seguro para não se preocupar com esses reflexos. Entretanto, uma outra influência – dissimulada, sorrateira, mas extraordinariamente penetrante – já começara a se fazer sentir na consciência da coletividade: a de que a era das ditaduras aproximava-se do fim.

Pelo menos era assim que pensávamos nós, os democratas. Na Europa, a Inglaterra – um exemplo *sui generis* de democracia, já que era uma monarquia aliada a um regime de representação popular – era um motivo de inspiração para o mundo. Para ela se voltavam todos aqueles que acreditavam na liberdade. A frase de Churchill cunhada para a RAF – “nunca tantos deveram tanto a tão poucos” – servia como uma luva para exaltar a tenacidade dos democratas que, acuados pela pressão governamental, defendiam os princípios nos quais acreditavam. Cada um por si, e no seu setor, conspirava discreta, mas eficientemente, contra aquele indefinido prolongamento do Estado Novo. O próprio Francisco Campos, autor da Constituição de 37, revelava-se desiludido. Em conversa com o general Dutra, ministro da Guerra, chegaram ambos à conclusão de que “estavam diante do nada”. A Constituição de 37, que

deveria ser transitória, tornara-se definitiva, pelo menos enquanto Getúlio Vargas controlasse o poder.

Na minha função de prefeito, pouca coisa poderia fazer em favor da causa democrática. Conversava com Benedito Valadares tentando convencê-lo a discutir o assunto com Getúlio Vargas. E, como presidente da Sociedade de Cultura Inglesa, procurava manter aceso, através das conferências pronunciadas por ilustres intelectuais, o debate sobre a democracia.

Assim é que, depois de Abgar Renault – que realizou uma esplêndida palestra sob o título *Rupert Broock e a poesia da morte* – convidei Guilherme de Almeida para falar sobre Baudelaire. O ilustre paulista, que na época era o *Príncipe dos Poetas Brasileiros*, iria chegar a Belo Horizonte no dia 19 de outubro de 1943. Nesse dia, fui recebê-lo na estação ferroviária e, em seguida, seguimos para o Grande Hotel, onde as principais figuras da intelectualidade mineira já o aguardavam. Deixei-o ali, prometendo voltar no dia seguinte, a fim de acertarmos algumas providências que ele havia me solicitado relacionadas com a conferência. Dois dias mais tarde, ou seja, a 22 de outubro, cancelei todos os meus compromissos para a noite, a fim de redigir o discurso com o qual, na qualidade de presidente da Sociedade de Cultura Inglesa, iria saudar o poeta paulista. Após o jantar, fui para a minha biblioteca, na nossa casa da Rua Ouro Preto, e comecei a escrever.

Sarah estava no seu nono mês de gravidez. Vinha dormindo mal e, em face disso, preferia passar longas horas numa poltrona a ir para a cama. Naquela noite, assim que me viu trabalhando, acomodou-se no sofá que ficava ao lado de minha escrivaninha e pôs-se a cochilar. Mais ou menos à meia-noite, acordou sobressaltada. É que passara a sentir as primeiras contrações do parto. Deixei o discurso, que já estava pronto, e telefonei, chamando um táxi. Em seguida, fiz uma ligação para a casa de meu cunhado, Júlio Soares, a fim de prevenir minha mãe e minha irmã Naná. Enquanto esperava a chegada do carro, escrevi à margem do papel, no qual redigira meu discurso, estas poucas palavras: “Será homem ou mulher?” O gesto, espontâneo e quase maquinal, refletia, contudo, meu estado de espírito. Cortei a margem, na qual havia escrito aquela frase, e a guardei no bolso. Para quê? Não posso dizê-lo. Sei apenas que o fiz. E o

fiz de certa forma solene. Ao recordar hoje esse gesto, ele ainda me parece incompreensível.

Estava, na realidade, emocionado. O estado de Sarah me preocupava. Ela tivera uma gravidez acidentada, fazendo prever complicações por ocasião do parto. Pouco depois seguimos para a Casa de Saúde São Lucas, onde já se encontravam minha mãe, minha irmã, Naná, e meu cunhado, Júlio Soares. Não tardou muito e apareceu o Dr. Lucas Machado, que assistira Sarah durante toda a gravidez.

Conforme eu previra, logo surgiram problemas, e o resto da noite foi tumultuado por providências médicas urgentes. Por fim, uma cesariana se fizera necessária. O Dr. Lucas Machado convidou-me para assistir ao ato operatório.

Às 10 horas, concluída a intervenção, apresentávamos o bebê à família. Respirei, aliviado. Olhei minha mãe. Estava serena como sempre, mas visivelmente feliz. Naná, ao lado dela, limpava furtivamente uma lágrima. Márcia havia nascido.

Um período de doze anos dá a impressão de uma eternidade de solidão para um casal sem filhos. Mas tudo chegara ao fim com o nascimento de Márcia.

Vivia-se naquela época uma fase de apreensão generalizada. A mobilização gradual das nossas Forças Armadas decretada por Getúlio Vargas havia representado, na realidade, um grande passo no sentido de o Brasil se formar ao lado das democracias ocidentais. No seu discurso de 24 de dezembro de 1942, por ocasião do almoço que lhe foi oferecido pelas Forças Armadas, o chefe do governo já dera a entender que essa participação estava sendo cogitada. Se os entendimentos não revelavam um progresso rápido era porque os próprios Aliados não se mostravam interessados na questão. Roosevelt, no seu encontro com Getúlio Vargas realizado no dia 28 de janeiro de 1943 em Natal, fora franco a respeito. Não seria conveniente, no momento, a remessa de um corpo expedicionário brasileiro. A providência só se justificaria caso se alterassem as condições do conflito. Apesar disso, prosseguiram os preparativos no Brasil. Em agosto, o ministro Eurico Gaspar Dutra fizera uma visita oficial aos Estados Unidos e, dos entendimentos conjuntos ali realizados resultara

a organização da divisão que, em junho de 1944, iria concretizar a efetiva participação do Brasil na guerra.

Contudo, à medida que passava o tempo, mais os problemas municipais me absorviam. As tarefas no centro urbano estavam concluídas, e isso significava que os canteiros de obras tinham sido transferidos para os bairros. E, mesmo nessas áreas, diversos projetos já estavam concluídos ou em vias de conclusão. Completara-se o prolongamento da Avenida Amazonas. A pedreira Prado Lopes desaparecera, dando lugar a um pitoresco bairro residencial. Fora construído o Cemitério da Saudade. Prosseguiram em ritmo acelerado as obras do Hospital Municipal, com a capacidade para 306 leitos. Tivera início a construção dos restaurantes populares, mantidos pela prefeitura, denominados posteriormente *Restaurantes da Cidade*. E já tinham sido entregues ao tráfego as grandes radiais, que ligariam Belo Horizonte ao sistema rodoviário do estado.

A intensificação da guerra, porém, fizera sentir seus efeitos em Belo Horizonte. O governo decretara o racionamento da gasolina, que iria afetar de maneira desastrosa a movimentação dos caminhões para a coleta do lixo. Discutiu-se o assunto na prefeitura. Aventou-se a ideia de se proceder a um revezamento da coleta, com dias determinados para cada bairro. Vetei a sugestão, por julgá-la prejudicial aos padrões de higiene da cidade. Não havia gasolina? Que se recorresse então ao gasogênio. Tratava-se de um processo rudimentar de tração, obtido através da queima de carvão vegetal numa câmara de combustão. Era uma dessas invenções brasileiras, surgida como uma imposição da anormalidade da situação do país. Chamei o engenheiro Luís Porto Maia, que conhecia bem o processo, e o designei para orientador técnico da fábrica que resolvi montar na Avenida Mantiqueira. A iniciativa resultou num grande êxito. Os caminhões da coleta de lixo não foram retirados do serviço e, igualmente, os carros oficiais – da prefeitura e do governo do estado – passaram a utilizar os aparelhos de gasogênio produzidos na fábrica municipal.

Quanto ao recanto turístico da Pampulha, as obras já se encontravam quase concluídas. A barragem fora erguida. Estavam prontas as unidades que integravam o conjunto arquitetônico. Havia sido rasgada a avenida de contorno do lago, que estava sendo calçada. E fora concluída a autoestrada que ligava a cidade à Pampulha, com o comprimento total de

11 quilômetros e 800 metros, dos quais quase cinco quilômetros eram em linha reta. Só depois que tudo estava quase pronto na Pampulha é que levei Benedito Valadares a visitá-la. Mandei retirar a cerca de arame farpado e tornei livre o acesso ao recanto. A impressão que Benedito Valadares teve, segundo me confessou, foi *de deslumbramento*. Era essa, de fato, a opinião de todos quantos viam, pela primeira vez, a Pampulha. O lago espelhava as colinas circundantes, e a esse jogo de reflexos juntavam-se as linhas harmônicas do conjunto arquitetônico.

A avenida que circundava o lago, depois de calçada, passara a ser arborizada – árvores pequenas e palmeiras anãs. Tudo bem pensado e calculado, de forma a imprimir um *decor* diferente à paisagem mineira. Contudo, apesar de tantos melhoramentos, Belo Horizonte ainda se revelava limitada. Encaixava-se por inteiro no plano geométrico elaborado por Aarão Reis. Seria indispensável forçá-la a expandir-se, a adquirir consistência urbana, a converter-se, enfim, no que deveria ser a capital de um grande estado. Para isso, teria de reforçar-lhe a estrutura, ampliando-lhe o perímetro, através do aumento dos bairros existentes e da criação de outros novos.

Ampliei, pois, o Bairro de Lourdes e, pouco depois, criei o do Sion. Duas manchas de urbanização moderna, para quebrar a monotonia do primitivo traçado geométrico. Procurei fazer mais: decidi dotar a cidade de um bairro modelo – uma experiência de conúbio das vantagens da vida rural com as facilidades urbanas. Seria a Cidade-Jardim, uma área privilegiada, com as residências sombreadas por árvores e situadas no centro dos respectivos terrenos, sem divisas asfixiantes. O recuo obrigatório era de 25 metros e, em vez de muros de pedra ou de tijolos, as propriedades teriam seus limites marcados com cercas vivas.

Escolhi um grande terreno, onde se erguia um velho Posto Veterinário e, dada a extensão da área, fixei em mil metros quadrados a metragem de cada lote. Essa ideia eu a guardava comigo para só ser executada mais tarde, quando a Cidade-Jardim já estivesse urbanizada. Em fins de 1943, dei início a todas essas obras.

Certo dia, ao chegar à prefeitura, fui procurado por um grupo de engenheiros que estava em dúvida sobre como solucionar um problema. Uma rua teria de ser aberta na Cidade-Jardim e, de acordo com o alinhamento feito, ela passaria pelo local onde se erguia a denominada Fazenda

Velha – um pardieiro, situado numa das margens do córrego do Leitão e que era a única casa remanescente do velho Curral d’el-Rei. Esse pardieiro havia sido construído em 1883 e pertencera a Cândido Lúcio da Silveira, proprietário da antiga Fazenda do Leitão. Fizera parte de um conjunto de nove edificações – o núcleo residencial daquela propriedade –, das quais oito haviam sido demolidas por ocasião da construção da cidade. Tratava-se, pois, de uma relíquia histórica.

Pelo período de quatro décadas só existiram em Belo Horizonte duas construções cujas origens remontavam ao tempo do Império: essa *Fazenda Velha* e a igreja da Boa Viagem, um precioso exemplar do estilo barroco, que havia sido demolido em 1932, por ordem do arcebispo D. Antônio Cabral, a fim de se construir, no seu lugar, a obra-prima de mau gosto que é a atual catedral. Quando os engenheiros me falaram da necessidade de demolir a Fazenda Velha, fiquei preocupado. Na mesma hora telefonei a Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, solicitando-lhe que viesse a Belo Horizonte. Uma semana mais tarde, expliquei-lhe o problema, manifestando minha apreensão de que, no futuro, outro prefeito pudesse sacrificar a Fazenda Velha. Rodrigo Melo Franco tranquilizou-me. “Não se preocupe. Vou providenciar imediatamente o tombamento do imóvel.”

Enquanto se processava no Rio o tombamento, procurei restaurar a fazenda. Não só restaurá-la, mas proporcionar-lhe a perspectiva a que fazia jus, em face da sua importância histórica. Desapropriei a área circundante, de forma a deixá-la isolada, no centro de um parque. Quanto à Fazenda Velha, em si, mandei restaurá-la, devolvendo-lhe a característica novecentista, com o assoalho em diversos níveis, as janelas baixas e vidraças em caixilhos quadrados, os moirões à mostra nas paredes e o forro de telha vã em algumas de suas peças. Em seguida, assinei um decreto, convertendo-a em museu. Depois dessas providências, saí a recolher tantas peças de mobiliário antigo quantas me fosse possível encontrar para enchê-la. Até uma escrivaninha que fora feita pelo meu bisavô João Nepomuceno Kubitschek fora trazida de Diamantina e ali deixada, enriquecendo o acervo do museu. Verificaram-se, igualmente, numerosas doações. Hoje, veem-se ali, distribuídos pelas diversas dependências da casa, não só valiosas peças do mobiliário antigo, utensílios domésticos da época, retratos de velhos

políticos mineiros, mas também uma locomotiva rudimentar – a famosa *Mariquinha* – que pertenceu ao conde de Santa Maria, um dos empreiteiros na construção de Belo Horizonte, e que fora a sétima, do mesmo tipo, utilizada nos serviços de remoção de terra na área do Curral d’el-Rei.

Salvou-se, assim, a Fazenda Velha. E ela constitui, hoje, naquela floresta de edifícios modernos – que é Belo Horizonte –, uma romântica nota do passado, lembrando os tempos heroicos, quando o arrojo dos mineiros, enfrentando o desafio de uma natureza difícil e rebelde, transformou o pitoresco Curral d’el-Rei – que, pejorativamente, pretenderam denominar Cretinópolis e Papudópolis* – numa das mais belas cidades do Brasil.

* Durante a construção de Belo Horizonte, constataram-se numerosos casos de bócio, ou papo, entre os antigos moradores do arraial, principalmente entre as pessoas de cor, e, em face disso, os que combatiam a ideia da mudança da capital passaram a dizer que a nova cidade, em vez de Belo Horizonte, deveria chamar-se *Cretinópolis* ou *Papudópolis*.

.....

Precipitam-se os acontecimentos

O TEMPO DE QUE DISPUNHA tornava-se cada vez mais escasso. Três setores exigiam obrigatoriamente minha assistência, e todos eram sumamente absorventes: a prefeitura, o Hospital Militar e a Santa Casa. Apesar disso, a partir de outubro de 1943 uma nova preocupação fora adicionada às existentes: a saúde de minha filha Márcia. Não se tratava de qualquer coisa séria. Eram estados febris. E, sobretudo, resfriados. Estes se sucediam, com uma intermitência fora do comum, o que nos levava a concluir que ela era de natureza frágil, requerendo cuidados especiais.

Nessa ocasião, ocorreu um fato cujos reflexos levaram-me a crer que havia surgido a oportunidade para a efetivação de uma opção decisiva em minha vida. Foi quando indiquei o nome do meu amigo Osvaldo Penido para o cargo de presidente do Iate Clube, inaugurado na Pampulha. Esse conjunto arquitetônico fora concluído em tempo recorde: nove meses. Quando as obras se aproximavam do fim, Oscar Niemeyer levava Lúcio Costa e o pintor Santa Rosa para vê-las e, caso julgassem necessário, apresentar algumas sugestões. Ambos julgaram tudo perfeito, e Santa Rosa oferecera-se para elaborar um projeto de decoração interna dos edifícios. Convidei Burle-Marx para planejar os jardins, que comporiam, através de uma rigorosa seleção de plantas, o fundo vegetal do recanto turístico. Daí

surgira a ideia de se solicitar a Portinari que pintasse uma série de quadros para a igreja de São Francisco de Assis.

No dia 6 de fevereiro de 1941 realizou-se a eleição para a presidência do Iate Clube e Osvaldo Penido, indicado por mim, venceu com facilidade o pleito. Alguns dias mais tarde, eu me encontrava em Poços de Caldas, onde tinha ido passar o carnaval, quando recebi um telegrama de Benedito Valadares – que estava no Rio – dizendo que não tinha gostado da eleição de Penido para o Iate Clube. Até aí não havia nada demais. Entretanto, não concordei com a maneira como ele o fez, através de um telegrama seco, quase inamistoso. Segui para o Rio imediatamente. Encontrei-o no Copacabana Palace Hotel e, após cumprimentá-lo, abordei o assunto do telegrama. Explicou-me que, ao enviá-lo, pretendia apenas fazer-me uma advertência de que, em face do preenchimento de qualquer vaga, ele deveria ser ouvido. Respondi que não se tratava de uma nomeação, mas de uma eleição, e que, mesmo que se tratasse de nomeação, ela era da alçada exclusiva do prefeito. Eu estava realmente magoado com os termos do telegrama e coloquei a questão no terreno pessoal. Benedito retrucou com vivacidade, dizendo-me que providenciasse a anulação do pleito a fim de que ele pudesse indicar outro nome para o cargo.

“Essa ordem você deve dar ao novo prefeito” – disse-lhe pausadamente, mas com firmeza. “Aceitei o cargo, curvando-me quase a uma imposição sua, e o fiz por julgar que, como seu amigo, não deveria lhe faltar quando necessitasse de mim. Ignorava, entretanto, que, ao ser prefeito, não poderia indicar um nome para a presidência de um clube esportivo. Hoje é segunda-feira de carnaval, e não há expediente nas repartições. Mas quarta-feira transmitirei o cargo a quem você nomear para me substituir.”

A conversa morreu aí, porque chegaram outras pessoas. Ao estender a mão para Benedito, ele estranhou: “Ainda não terminamos nossa conversa, Juscelino. Espera aí, que vamos jantar juntos.” Durante o jantar, Benedito voltou às boas, declarando que dava o dito por não dito, e que Osvaldo Penido ficasse como presidente do Iate Clube.

Benedito, como já disse, era autoritário. Comumente passava verdadeiros *pitos* nos titulares das secretarias do governo, e o fazia publicamente, sem levar em conta seus sentimentos de dignidade pessoal. Contudo, durante aqueles quase dez anos que já durava nossa amizade, só nos

desentendemos duas únicas vezes. A primeira, quando estava na chefia da Casa Civil da Governadoria e tendo por causa uma expressão desairosa que ele usara em relação ao meu amigo Odilon Behrens; e a segunda fora aquela, referente a Osvaldo Penido.

No princípio, a ideia que tinha em mente era a de trocar a prefeitura pela Medicina. A prefeitura implicava compromissos políticos, e eu, na realidade, não desejava ir além do que havia ido. Mesmo aquela reduzida atividade política, exercera-a em função da amizade que me ligava a Benedito Valadares. Este já estava no governo de Minas há dez anos e era de se supor que, em face de qualquer mudança no cenário político nacional, deixasse a interventoria para ocupar outro cargo, possivelmente no âmbito federal, dadas suas estreitas ligações com Getúlio Vargas. Se isso acontecesse, teria soado para mim a hora de retornar à profissão.

A situação da guerra passara a apresentar, desde algum tempo, sinais de uma vitória próxima para os Aliados. Na frente leste, a Wehrmacht, contrariando os prognósticos anteriores, começara a recuar. O Exército Vermelho retomara a ofensiva em Stalingrado. A Sicília fora invadida e, em julho de 1943, Mussolini havia sido deposto. Por fim, a Inglaterra já não era mais um leão ferido, recebendo as cutiladas devastadoras da Luftwaffe. Transformara-se numa fortaleza inexpugnável, de onde partiam diariamente milhares de aviões que arrasavam as cidades e as indústrias da arrogante Alemanha.

Nessa época, Pedro Aleixo e eu éramos amigos íntimos e encontrávamo-nos quase diariamente, quando discutíamos, então, a situação nacional. Certa noite, ele apareceu na Casa de Saúde São Lucas, a fim de fazer uma visita a Sarah. Depois de algum tempo, chamou-me à parte e me comunicou que diversas pessoas eminentes de Minas iriam lançar um manifesto reivindicando a redemocratização do país. Mostrou-me o texto. Tratava-se do que foi denominado o *Manifesto dos Mineiros*, que teve a data de 24 de outubro de 1943, dois dias depois do nascimento de Márcia. O documento fora redigido em linguagem moderada, e subscreveram-no 91 pessoas das mais eminentes de Minas, como, por exemplo, entre outras, Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Magalhães Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga, Pedro Aleixo, Tristão da Cunha e Miguel Maurício da Rocha.

O manifesto teve profusa distribuição, não só em Minas, mas em todo o país. Sua mensagem foi considerada tímida, pois repetia, como escreveu mais tarde, com muita propriedade, Afonso Arinos, “o que haviam dito, na linguagem das suas respectivas épocas, os Inconfidentes da Colônia, os *luzias* do Império e os bacharéis da primeira República”. Mas, mesmo assim – e, talvez, por causa do ambiente de restrições em que vivia o país –, o documento despertou, através da benignidade do seu protesto, a consciência jurídica do país.

Benedito Valadares assustou-se com a divulgação do manifesto. Desde a instituição do Estado Novo, ele tudo fizera para se apresentar a Getúlio Vargas como o líder incontestado da maior unidade da Federação. Minas, coesa sob sua liderança, era o esteio, o sustentáculo de toda a estrutura do Estado Novo. Mas tudo ruíra de súbito, em face de um simples pedaço de papel. Diante da situação, a melhor atitude que poderia assumir seria minimizar a importância do *Manifesto dos Mineiros*. E foi o que ele se apressou a fazer, seguindo imediatamente para o Rio.

No Rio, o ambiente que encontrou era bem diferente do que havia esperado. Os círculos palacianos estavam indignados. Benjamim Vargas havia reclamado a prisão dos signatários, e essa violência só não foi consumada por causa da oposição de João Alberto, que era chefe de polícia. Assim, ao se avistar com Getúlio Vargas, Benedito procurou ser cauteloso. Fez rodeios, esclarecendo que o manifesto não tivera a menor repercussão em Minas. E, indagado sobre o que ele próprio achava do documento, saíra-se com esta: “Água de flor de laranjeira, presidente. Não convém dar-lhe a menor importância.”

Entretanto, Getúlio Vargas pensava de forma diferente. Havia considerado o manifesto um desacato à sua autoridade. Esse estado de irritação – em flagrante contraste com sua índole, inclinada para a conciliação e o diálogo – acabara por levá-lo a agir com violência. Na época, ainda não existiam as *cassações*, e o processo de silenciar os adversários era o de pô-los em férias compulsórias em suas atividades profissionais. Naquele encontro, Benedito foi instruído a utilizar a força do poder para afastar das posições que ocupavam, nas organizações privadas, todos os signatários do manifesto. “É preciso bater com força nas cangalhas, para assustar os burros” – teria dito Getúlio Vargas, à guisa de justificativa para a sua atitude.

Ao retornar a Belo Horizonte, Benedito Valadares cumpriu à risca as determinações do chefe do governo. Teve início, então, a derrubada dos *conspiradores*. Bancos, empresas industriais, companhias siderúrgicas e até mesmo colégios particulares receberam ordem de demiti-los, *incontinenti*, sob pena de se tornarem passíveis de represálias do governo.

As medidas que havia tomado para democratizar a administração – acessibilidade ao meu gabinete; minha presença diária em todas as frentes de trabalho; os debates com a população dos bairros, para a solução dos problemas locais; a assistência médico-hospitalar que, pessoalmente, proporcionava a numerosas famílias; e, enfim, a criação dos famosos *comitês de bairros*, que tão relevantes serviços vinham prestando às zonas suburbanas – tinham me tornado muito popular, principalmente entre a gente humilde da capital. Além desse contato pessoal, levado a efeito em função do bom andamento dos serviços, procurava estabelecer vínculos de amizade com as famílias dos servidores, através da realização de festas anuais de confraternização. A prefeitura possuía, na Avenida Mantiqueira, um edifício que era utilizado como garagem. Duas vezes por ano – a 21 de abril, o *Dia de Tiradentes*; e a 12 de dezembro, data da fundação da cidade – promovia a realização, naquela garagem, dessas festas de confraternização. Assim, passei a me dar com todos os funcionários, sabendo onde moravam, os problemas que enfrentavam e o local onde trabalhavam. E oferecia outra vantagem: evitava que se criassem áreas de atrito entre o funcionalismo e a administração. Citarei apenas um fato, para ilustrar a lógica desse raciocínio. Certa vez estava em Diamantina, quando recebi um telegrama de Benedito Valadares solicitando minha presença em Belo Horizonte, com urgência, em face da gravidade de uma greve dos contratados para o serviço da limpeza urbana.

O ambiente que encontrei na prefeitura era de irritação e intransigência. Os diretores, estribados nos poderes discricionários que lhes conferia o Estado Novo, haviam se negado a ouvir os grevistas, ameaçando-os com a rescisão sumária de seus contratos, caso não retornassem, imediatamente, ao trabalho. Não havia coleta de lixo. As ruas estavam imundas. E avolumava-se o clamor público.

Sempre tive a maior paciência em face das queixas dos humildes. Naquele caso, porém, minha benignidade ainda mais se justificava.

Além da humildade dos postulantes, estava em pauta outro problema em relação ao qual nunca deixara de ser compreensivo: uma reivindicação salarial. Não aprovei, em consequência, a atitude que havia sido tomada pelos diretores. Após uma reunião no meu gabinete, perguntei onde se encontravam os grevistas. “Na garagem da Avenida Contorno” – informaram-me. “Pois vou até lá debater com eles o problema” – esclareci, preparando-me para sair. Um dos diretores tentou demover-me alegando a exaltação de ânimos, e concluiu por advertir: “A norma é só conversar com os grevistas depois do retorno ao trabalho.” Respondi: “Não há norma quando se lida com a fome, meu caro diretor.” Deixei o gabinete, tomei o carro e mandei tocar para a Avenida Contorno. Sem me preocupar com o que pudessem estar pensando de mim, dirigi-me para um dos cantos do salão, onde existia um caminhão de coleta de lixo e, subindo nele, dispus-me a dialogar com os grevistas. Expliquei que estava em Diamantina quando recebera um telegrama do governador, comunicando-me o irrompimento da greve. Regressara imediatamente e, antes mesmo de estar com a minha esposa, fora ali a fim de tomar conhecimento do que se passara. Esclareci que, se as reivindicações fossem justas, iria procurar atendê-las. Mas ressaltei: “Procurarei atender as reivindicações que sejam justas, mas não me curvarei a imposições.”

Nesse momento, verificou-se certa balbúrdia no ambiente. Reagi *incontinenti*: “Vim aqui para discutir com os senhores o que pleiteiam. Só o farei, porém, num ambiente de entendimento e cordialidade. Sou o prefeito da cidade, e não admito o menor desrespeito.”

Um parlamentar foi indicado. Perguntei-lhe, então, o que os seus representantes desejavam. Enumerou as reivindicações dos garis, que eram diversas, mas sem menor expressão, sendo que quase todas se vinculavam a uma única e relevante questão: o irrisório salário que percebiam. Anotei as reclamações apresentadas e disse-lhes que iria estudá-las. Mas garanti-lhes, desde logo, uma providência: seus salários seriam imediatamente reajustados. Ergueram-se *vivas* no ambiente. Cessando o barulho, disse-lhes que voltassem às suas atividades, pois, quanto à questão principal – a elevação dos salários –, esta já estava resolvida. Só não poderia dizer-lhes naquele momento a percentagem do aumento, pois teria de conversar antes com o diretor da Receita. Quanto às demais reivindicações, daria

uma solução no dia seguinte. Desci do caminhão e, sempre cercado pelos grevistas, encaminhei-me para o carro, seguindo, debaixo de aclamações, para a prefeitura.

O ano de 1944 chegara ao fim. Se, por um lado, havia sido um período de conclusão de numerosas obras administrativas, constituiu, por outro lado, uma época de expectativa no que se referia à possibilidade de uma abertura democrática por parte do governo. No dia 16 de julho, teve lugar o desembarque, em Nápoles, do primeiro escalão da FEB, sob o comando do general Zenóbio da Costa, o qual foi logo incorporado ao 5º Exército norte-americano, comandado pelo general Mark Clark. Seguiram-se os demais escalões: o do general Cordeiro de Farias e o do general Falconieri, desembarcados no dia 22 de setembro; o do coronel Mário Travassos, a 23 de novembro; e o do tenente-coronel Ibá Jobim Meireles, chegado à Itália no dia 8 de fevereiro de 1945.

Iria caber à FEB desempenhar um dos mais árduos papéis na luta pela libertação da Europa: o de servir de aríete da ofensiva aliada entre os vales do Arno e do Pó, com o objetivo de se romper o poderoso cordão defensivo alemão a que se apelidara, com gosto exótico, de *linha gótica*. Recaíra, assim, sobre os ombros dos nossos soldados, a dura tarefa de realizar a heroica marcha que, partindo de Camaiore e Monte Prano, desenvolver-se-ia ao longo da estrada de Bolonha, cobrindo o triângulo de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese.

Tão logo as notícias das nossas vitórias e também das nossas primeiras baixas chegaram ao Brasil, recrudescera o espírito de inconformismo do povo: lutarmos pela liberdade e pela democracia no exterior, enquanto essas duas conquistas eram negadas ao povo no setor interno. Movimentaram-se, em consequência, os líderes políticos postos em disponibilidade desde novembro de 1937. Sucediam-se as conferências reservadas, e o objetivo era sempre o mesmo: a redemocratização. No que dizia respeito ao *front* mineiro – para utilizar uma linguagem adequada à época –, a efervescência inconformista era igual à que se observava no resto do país. Em Belo Horizonte, numerosos adeptos da ideia procuravam pressionar Benedito Valadares no sentido de que empunhasse, sem demora, aquela bandeira.

Benedito Valadares aceitara de bom grado a missão que lhe fora confiada. Ele e Francisco Campos – este, apesar de se haver demitido da

pasta da Justiça, continuara a frequentar o Palácio Guanabara – não perdiam uma oportunidade de, juntos ou separadamente, pressionar o presidente sobre a conveniência de ir preparando a nação para um retorno à ordem democrática. A resistência de Getúlio Vargas a esses apelos era, porém, irremovível. Enquanto essas discussões estavam em curso, eu vivia dias de angústia. Para desviar a atenção da realidade, concentrava-me no trabalho.

Eram 3 horas da manhã quando o telefone bateu. Levantei-me para atender. A chamada viera da casa do escritor Eduardo Frieiro, crítico literário, homem de imprensa e um dos nossos melhores romancistas. Sua esposa, D. Noêmia, pedia-me que fosse vê-lo com urgência, pois estava se queixando de fortes dores no abdome. Vesti-me rapidamente e saí. Examinei Frieiro e constatei que se tratava de uma apendicite aguda. Telefonei para a Santa Casa solicitando uma ambulância. E, às 6 horas da manhã, quando o dia começava a clarear, dei início à operação. O apêndice estava supurado, e a infecção já se havia alastrado pela região circunvizinha. Fiz o que pude no sentido de debelar o processo infeccioso. Na época, não existia penicilina nem qualquer dos poderosos antibióticos modernos. Depois de 30 horas, porém, percebi que a batalha havia sido ganha. A infecção havia cedido. Cessaram as dores. E melhorara visivelmente o estado geral do operado. Em face disso, chamei uma irmã e dei-lhe o roteiro da medicação a ser seguida dali em diante. Expliquei que a crise havia passado e que poderia ficar tranquilo. Fiz idêntica comunicação à D. Noêmia, esposa do escritor, que se mostrava muito apreensiva.

Durante cerca de uma semana, Eduardo Frieiro reagira bem à intervenção cirúrgica. Passados alguns dias, encontrava-me na prefeitura quando o telefone tocou. Era a irmã que cuidava do romancista. Pedia-me que fosse com urgência ao hospital, pois as condições do doente haviam piorado muito, fazendo temer um desfecho trágico.

Tomei o carro e segui para a Santa Casa. Examinei Frieiro com a maior atenção. Um processo infeccioso, muito raro e perigoso, estava em desenvolvimento. Uma camada de pus estendera-se por todo o seu corpo, localizando-se sob a pele, que adquirira a cor característica das infecções cutâneas. Se tocava em qualquer parte com a ponta do bisturi, o pus aparecia. Pedi que preparassem a sala cirúrgica e, pouco depois, sub-

metia Eduardo Frieiro a uma segunda e mais complexa operação. Rasguei as numerosas partes afetadas, drenando o pus e desinfetando o orifício. Foi um trabalho de beneditino. De dez em dez centímetros tive de fazer uma incisão, já que os focos purulentos se sucediam, espalhados pelo corpo inteiro. Feito isso, aguardei com apreensão o resultado da intervenção. A infecção, após um período de tentativa de resistência, começara a ceder. No dia seguinte, Frieiro abriu os olhos e contemplara, em silêncio, os que o cercavam. Algumas horas mais tarde, falara-me, perguntando se poderia tomar uma laranjada.

Uma semana mais tarde, o escritor estava em condições de retornar ao lar. D. Noêmia procurou-me, para falar-me a respeito. Esclareci, com o alívio de quem houvesse chegado a uma conclusão longamente esperada: “Hoje, vou dar duas altas, D. Noêmia. Uma, ao Frieiro, que já está bom e pode retornar às suas atividades. E outra, a mim mesmo, pois encerro, com o caso do seu marido, minha atividade profissional.”

D. Noêmia olhou-me estupefata. Tirei o avental branco e o guardei ao armário da sala dos médicos. Vesti o paletó. Apanhei alguns livros que estavam sobre a escrivaninha. Estendi a mão à D. Noêmia e saí. A opção, sobre a qual eu havia hesitado durante tanto tempo, acabara de ser feita. Já não era médico. Mas político.

.....

O fim do Estado Novo

O TRABALHO EM FAVOR DA DEMOCRACIA que realizei como presidente da Sociedade de Cultura Inglesa teve repercussão, com reflexos, inclusive, no exterior. Winston Churchill, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em sinal de reconhecimento, enviou-me um punhal fabricado com estilhaços de uma bomba lançada pelos nazistas sobre Londres. Pouco depois, ampliando essa demonstração de apreço, presenteou-me com uma coleção de seus livros, com uma dedicatória de próprio punho.

Enquanto fazia propaganda da democracia, não negligenciava os problemas municipais. O conjunto da Pampulha estava concluído, só faltando os remates internos e a escolha do mobiliário. Quanto ao Iate Clube, ao Cassino e ao Baile, deixei esse encargo para as diretorias que os iriam administrar. Apenas a igreja, dedicada a São Francisco, merecera cuidados especiais, pois eu próprio iria supervisionar a sua decoração.

Cândido Portinari, ao receber o meu convite, viajara *incontinenti* para Belo Horizonte. Quando chegamos à Pampulha, o dia estava muito claro e o sol, atravessando os vidros da fachada da igreja, salpicava o interior de manchas luminosas. Aqueles reflexos emprestavam um ar etéreo ao pequenino templo, acentuando ainda mais a beleza de suas linhas puras e ousadas. Portinari sentiu-se emocionado e passou a fazer croquis do que

lhe vinha à cabeça. As paredes permaneciam como eram – paredes comuns, apenas pintadas de cinza-claro, que é uma cor neutra, em condições de servir de fundo para o que pretendia pintar. Criaria, em seguida, uma série de telas, em cores vivas, reproduzindo as diferentes fases da via-sacra de Cristo, no seu trajeto para o calvário; um batistério, em alto-relevo, a ser colocado à esquerda de quem entrasse; azulejos, desenhados por ele, com motivos religiosos, para o lado externo das paredes; e um grande painel, afresco, mostrando São Francisco numa de suas atitudes características, que serviria de fundo para o altar. Esclareceu, por fim, que eu convidasse o então jovem escultor Cheschiatti para completar a decoração, contribuindo com um de seus trabalhos em bronze.

Quando deixamos a igreja, Portinari voltou-se e admirou, mais uma vez, o maravilhoso trabalho de Niemeyer: o templo, em forma de chapéu de freira, com os telhados caídos, quase servindo de parede; a fachada toda de vidro faiscava ao sol da manhã; e via-se, um pouco distante, o campanário esguio, concebido em linhas retas e separado do corpo da igreja, como nas românticas capelas da Idade Média.

Portinari vivia, na época, um período de tentativa de descoberta do próprio caminho. Em face disso, cheguei a temer que a sua obra não estivesse ainda à altura da concepção revolucionária da arquitetura de Niemeyer. Este, porém, insistira na escolha de Portinari, e o resultado dessa insistência não poderia ter sido mais feliz. Em dois tempos, desenhara os azulejos da parte externa das paredes. Realizara, de forma admirável, os poemas pictóricos que consubstanciaram a via-sacra. Compusera o batistério, com suas figuras em alto-relevo, e que convidava ao êxtase e à contemplação. E, por fim, emprestando um toque mágico ao conjunto, criara um São Francisco diferente, no mural que servia de fundo ao altar.

Quando todo aquele trabalho já se encontrava no seu lugar – com as telas da via-sacra se sucedendo ao longo das paredes da pequena nave, Cheschiatti surgira com o seu *Tentação de Eva e sua expulsão do Paraíso* – um bronze magnífico, impregnado de poesia, que nada ficava a dever ao que Niemeyer e Portinari haviam realizado.

A igrejainha da Pampulha estava terminada. Teve lugar, então, a romaria dos intelectuais, jornalistas, estrangeiros ilustres, escritores e homens do povo, que iam admirar aquela concepção nova de um local

reservado à meditação religiosa. E havia razão para todo aquele interesse. Tudo ali irradiava beleza e tranquilidade. Quem entrava na igreja, após a emoção provocada pelo batistério, pelo bronze de Cheschiatti e pela sucessão das telas que compunham a via-sacra, extasiava-se, por fim, em face do São Francisco. O mural inteiro refletia misticismo – o roxo do fundo; a postura do santo; seu olhar envolvente; o gesto manso e acolhedor em relação ao cão que lhe seguia os passos. Portinari não utilizou o lobo – tradicional alvo da afeição do *poverello* de Assis — para simbolizar a identificação do santo com os animais. Como o lobo é pouco conhecido no Brasil, o *irmão lobo* foi substituído pelo *irmão cão*. E, assim, os que contemplavam a igreja levavam a notícia da sua beleza aos amigos e conhecidos, fazendo com que, dentro de pouco tempo, ela se tornasse um motivo de grande interesse para a imprensa nacional e estrangeira.

Como era natural, as opiniões variavam, já que se tratava de uma obra revolucionária. Em face do antagonismo de pontos de vista, a Pampulha foi combatida e exaltada. De todas as unidades arquitetônicas construídas naquele recanto, a que mais sofreu, incontestavelmente, foi a linda igreja de São Francisco. A campanha que se desencadeou contra ela teve a duração de 17 anos e foi promovida pelo arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio Cabral.

Recordarei, em palavras sucintas, o que foi essa campanha. Concluída a igreja, entrei em contato com o arcebispo a fim de que, sob a proteção desse alto prelado, ela pudesse desempenhar suas funções de uma Casa de Deus. Ao conversar com Dom Antônio Cabral, percebi, porém, que o meu gesto não fora muito bem recebido pelo ilustre arcebispo. A fim de dissipar-lhe a visível má vontade, convidei-o a ir comigo até a Pampulha. Quando lá chegamos, Dom Cabral não se conteve: “De fato, a Pampulha honra a sua administração, Sr. Prefeito.” Aquela atitude animou-me e alterou minha expectativa pessimista em relação ao que pudesse ser sua opinião sobre a igreja. Faltava, apenas, que conhecesse o templo inteiramente.

Quando entramos, Dom Cabral contemplou o mural de Portinari e tornou-se, subitamente, sombrio. Ignorou o batistério, a via-sacra, o bronze de Cheschiatti, para concentrar-se na contemplação daquele suave São Francisco de Assis, cuja figura irradiava tanto misticismo. Aproximou-

-se para examinar melhor. Voltando-se para mim, extravasou sua indignação: “Um cachorro atrás do altar, Sr. Prefeito. É inconcebível.” Expliquei-lhe que Portinari havia nacionalizado a afeição do santo pelos animais. Em vez do lobo, um cachorro humilde, bem brasileiro, que deixava transparecer, através de toda a sua figura, uma comovente expressão de fidelidade ao santo. Dom Cabral, porém, não pôde conter sua indignação: “Um cachorro atrás do altar... Isso é um escárnio à religião.”

A atitude de Dom Cabral não se restringira à descortesia com que me tratara durante aquela visita. Fizera declarações à imprensa condenando o templo, que julgava impróprio para os serviços do culto. A luta em que tive de me empenhar para fazer cessar aquela perseguição foi árdua e se prolongou por 17 anos. Quando deputado e, posteriormente, como governador do estado, tudo fiz para solucionar o caso. Durante todo esse tempo, vali-me de toda sorte de recursos: discursos na Assembleia Legislativa; abaixo-assinados com milhares de assinaturas. Os círculos artísticos também protestaram e intelectuais de relevo escreveram artigos. Contudo, apesar dessa atoarda, Dom Cabral mostrou-se inflexível.

Só em 1959, depois da designação de Dom José de Resende Costa para o arcebispado de Belo Horizonte, é que o problema pôde ser resolvido. Nessa ocasião, já era presidente da República. Poucos dias após a ascensão de Dom João de Resende Costa, promovi um encontro com ele. Durante a conversa – que, por sinal, foi a mais cordial possível – expliquei ao novo arcebispo o caso da igreja da Pampulha. Dom Resende Costa revelou-se profundamente compreensivo e 24 horas mais tarde procurou-me para me dar uma palavra definitiva a respeito. A igreja seria sagrada e um padre deveria ser designado para ali officiar missa. Aventou-se, então, a ideia de uma doação do templo à Mitra Arquidiocesana. Expliquei-lhe que se tratava de uma providência da alçada municipal, mas que, valendo-me da cooperação de amigos, poderia obter a aprovação de uma lei nesse sentido, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Despedindo-se, o arcebispo Dom João de Resende Costa, pilheriando, disse-me que tinha uma exigência a fazer: “Ninguém mais do que o senhor, presidente, lutou por essa igreja. Assim sendo, faço questão da sua presença à cerimônia da sagração.” Sorri, concordando com o ilustre prelado: “Irei, meu caro arcebispo, e levarei comigo toda a minha família.”

Depois desse encontro, tomei as providências necessárias para que tudo se fizesse de acordo com as sugestões de Dom João Resende Costa. O vereador Celso Melo Azevedo apresentou um projeto, no Conselho Municipal de Belo Horizonte, autorizando a doação da igreja, desde que ela fosse usada como templo, e a proposição não teve dificuldade de ser aprovada. Combinou-se, então, a data da sagração – 11 de abril de 1959 – e, durante a solenidade, o prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros, assinaria o termo de transferência da igreja para a Mitra Arquidiocesana. Na data combinada, segui de avião para Belo Horizonte, com Sarah, fazendo-me acompanhar de altas autoridades do governo.

O espetáculo que no dia 11 de abril teve lugar na Pampulha foi, de fato, inesquecível. O povo de Belo Horizonte, que havia participado ativamente da campanha que eu liderara para a abertura da igreja, compareceu em massa à solenidade. Mais de dez mil pessoas estavam presentes, inclusive grande número de intelectuais e artistas. A revista norte-americana *Life* enviara uma equipe de fotógrafos e dois redatores para a cobertura dos acontecimentos. Cheguei ao local, em companhia do governador Bias Fortes, e obtive uma das maiores ovações de que já fui alvo em toda a minha vida. Antes da missa, teve lugar a cerimônia da assinatura do termo de transferência da igreja para a Mitra. Em seguida, ouviu-se a *Ave-Maria*, entoada pelo coro do Seminário Arquidiocesano. Por fim, Dom José de Resende Costa oficiou a missa solene, no meio da qual procedeu-se à cerimônia do batismo do meu primo Lincoln, filho do casal Vanda e Moacir Kubitschek, e do qual fui o padrinho.

A contradição em que o país vivia estava próxima do fim. O clima que se respirava era bem diferente do que havia caracterizado os idos de 37. Já em 1944, a atmosfera passara a ser de debate de ideias, visando à constituição de partidos. Getúlio Vargas, porém, ainda não se mostrava disposto a renunciar aos seus poderes extraordinários. Ouvia os que o aconselhavam a promover uma abertura democrática, e respondia com palavras ambíguas.

Em face da situação, Benedito Valadares procurou Getúlio Vargas, para uma conversa de dois bons e velhos amigos. O momento exigia franqueza e, animado por esse raciocínio, disse-lhe mais ou menos o seguinte: “Estamos lutando na Europa, ao lado dos Aliados, pela democra-

cia. Muitos brasileiros já foram sacrificados. Não podemos continuar no regime ditatorial em que temos vivido. O senhor poderia convocar uma Constituinte, e se elegeria facilmente.”

Getúlio Vargas ouviu seu pupilo com complacência, e indagou, com um sorriso: “Você acha que eu quero governar com o Parlamento?” Benedito encabulou. Esperava tudo, menos aquilo. Mas revidou, com vivacidade: “Presidente, o senhor não realizou o plebiscito e nem criou os órgãos determinados pela Constituição. O governo está a descoberto, e eu percebo que o povo quer eleições. Não seria possível fazer-se alguma coisa no sentido de reaproximar o governo da opinião pública?”

Getúlio Vargas, levantando-se, sugeriu a Benedito Valadares que conversasse a respeito com o ministro Marcondes Filho, titular interino da Justiça. Benedito compreendeu que se tratava de um expediente protelatório. Mesmo assim, não deixou de fazê-lo. Marcondes Filho, depois de ouvi-lo, disse-lhe julgar a ideia boa; que não seria difícil a convocação de uma Constituinte; e que o chefe do governo, caso se candidatasse através de uma eleição indireta, seria certamente eleito. Mas perguntou, encerrando a entrevista: “O senhor acredita que o presidente esteja de acordo com essa ideia?”

Benedito era persistente. Voltou ao Guanabara e deu conta a Getúlio Vargas do que lhe havia dito o ministro da Justiça. O presidente, como o fizera antes, limitou-se a ouvir. Mas Benedito insistiu, solicitando sua autorização para procurar Francisco Campos e conseguir que o seu ex-ministro adaptasse a Constituição de 37 à nova realidade brasileira. A autorização foi concedida.

Francisco Campos acolheu com agrado a *démarche*. Por diversas vezes conversara a respeito com Getúlio Vargas e, numa dessas ocasiões, o chefe do governo se levantara e, apanhando um exemplar da Constituição, solicitara-lhe que indicasse os artigos que deveriam ser suprimidos. O ex-ministro da Justiça apontara, imediatamente, o art. 10, que dava ao chefe do governo o direito de nomear dez senadores. A reação de Getúlio Vargas fora rápida: “Ah, isso não. Desse direito eu não abro mão.” Diante da resistência de Getúlio Vargas, Francisco Campos julgara conveniente nunca mais abordar com ele aquele assunto.

Eis que surgira a sugestão de Benedito Valadares, quase idêntica à ideia que antes havia defendido, mas apresentando uma nítida superior-

ridade: a da prévia autorização do próprio presidente. A situação evoluíra, sem dúvida. Assim, ele coordenou seus pensamentos a fim de elaborar, à noite, a reforma combinada. Após o jantar, Benedito Valadares foi à casa de Francisco Campos, para trocarem ideias sobre o trabalho a ser executado, e o ex-ministro pediu-lhe que se assentasse num sofá e aguardasse ali, enquanto ele redigia o texto. Segundo um depoimento de Benedito Valadares, Francisco Campos “escrevera sem parar até às duas da madrugada, sem abrir um livro”.

No dia seguinte, foram ambos, juntos, à presença do presidente, pois o próprio Campos julgara conveniente estar presente ao ato da entrega do trabalho, a fim de prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários. Getúlio Vargas abriu o trabalho e passou a examiná-lo à luz de um abajur. De vez em quando, anotava certas passagens: “Mas este é o meu Dasp...” E mais adiante: “Bem, com um Congresso funcionando assim, ninguém conseguirá governar.” E, por fim, examinou a supressão do já citado art. 10, referente à nomeação de senadores, fazendo um comentário amargo: “Seria bom a gente ter a liberdade de nomear homens de bem para o Senado.” Guardou o texto numa gaveta e passou a conversar, sem fazer qualquer alusão ao documento. Benedito e Francisco Campos permaneceram com Getúlio Vargas por alguns minutos mais e, pouco depois, deixaram o palácio, convencidos mais do que nunca de que a tentativa que haviam feito resultara num completo fracasso.

Mas os fatos que ocorriam na Europa incumbir-se-iam de realizar no Brasil o que os seus homens públicos não tinham conseguido levar a efeito. Uma vez mais, iria se constatar a dependência do nacional ao universal. Em 1945, a consciência coletiva já estava em ebulição. A ideia de redemocratização que, a princípio, tinha sido apenas um desejo, uma aspiração, transformara-se com o tempo numa convicção, ou melhor, numa certeza.

Em antecipação àquela mais do que provável abertura política, passei a mobilizar a opinião pública de Belo Horizonte. O que tinha em mente era que o governo, contrariando a tradição, pudesse ser vitorioso na capital, quando viessem as eleições. Apesar das opiniões em contrário, a tarefa não me pareceu difícil. As obras que havia realizado não obedeceram a imposições políticas e nem foram condicionadas pela preocupação

de atender a áreas privilegiadas. Visaram, tão somente, ao bem-estar da coletividade. Resultou dessa linha de conduta esta confortadora realidade: a formação, em cada setor da cidade, de um núcleo de amigos pessoais dispostos a trabalhar pela causa que lhes apresentasse. Assim é que, a partir de janeiro de 1945, passaram a se suceder as festas de confraternização, promovidas pelas populações dos diferentes subúrbios.

O rush teve início com uma reunião, realizada no Sete de Setembro Futebol Clube, no bairro da Floresta. Seguiu-se promovida pelos moradores da Vila Independência. E, daí em diante, não havia fim de semana em que não tivesse lugar uma dessas homenagens. As vilas Mariano de Abreu e Concórdia; os bairros de Carlos Prates, do Calafate, as vilas Mariana e Oeste, Ferrugem; os subúrbios de Lagoinha, Pampulha, o Bairro dos Funcionários – enfim, a cidade inteira passara a se movimentar, para agradecer ao prefeito o muito que ele se esforçara para solucionar os seus problemas.

Benedito Valadares pensava em termos políticos. E era natural que assim agisse, já que era governador do estado e o líder de todos nós. Quanto a mim, o que, na realidade, me interessava era a quitação da velha dívida de gratidão que – segundo julgava – havia contraído com Belo Horizonte.

Curioso era que ninguém jamais me cobrara o pagamento dessa dívida. Na verdade, com exceção dos meus amigos íntimos, nem os meus assessores na prefeitura sabiam desse meu sentimento de gratidão. No entanto, era ele que, de um modo quase inconsciente, vinha orientando desde algum tempo minhas atitudes de homem público. Volta e meia, desenhava-se no meu espírito aquela cena, que se me tornara inesquecível: meu desembarque na estação da Central do Brasil, ainda rapazinho, pobre, com uma mala às costas e sem saber, na realidade, o que havia ido fazer em Belo Horizonte. Ser médico constituíra um grande passo a ser dado. Consegui dá-lo. Pois bem, mesmo a Medicina, que tinha sido um ideal obsedante, eu já havia abandonado. Essa renúncia representou um choque para toda minha família, e principalmente para o meu cunhado, Júlio Soares, que era um dos mais conceituados médicos de Minas. Além do mais, estávamos sob o Estado Novo, e a situação era mais ou menos idêntica àquela descrita por Bukharin, o teórico soviético – mais tarde executado

por Stalin – na sua apreciação do Estado comunista: “Poderemos ter um sistema bipartidário: um no poder, outro na prisão.”

Ao renunciar à Medicina, encontrei-me, pois, como se estivesse em face de um muro. Avançar? Impossível. Voltar? Seria acomodar-me a uma situação que julgava já superada. E por que então tomara aquela decisão? Essa pergunta fazia-se presente com frequência no meu espírito. Contudo, nem me preocupava em descobrir-lhe a resposta. Aquele irracionalismo só mais tarde iria compreendê-lo, subentendido numa frase de Erich Fromm, contida no seu livro *O medo à liberdade*: “Quando o homem nasce, o cenário já está montado para ele.”

Entretanto, aquele período ditatorial, na realidade, chegava ao fim. Em outubro de 1944, o general Góis Monteiro havia declarado, ao regressar de uma missão no Uruguai, que “voltara para acabar com o Estado Novo”. O general Dutra, ministro da Guerra, retornando no mesmo mês de sua viagem à Itália, tinha usado uma linguagem franca com Getúlio Vargas: “Já é tempo de se reconstitucionalizar o país, presidente.” Duas manifestações da maior importância, e ambas orientadas para o mesmo objetivo. No início do ano, o Congresso dos Escritores, realizado em São Paulo, havia aprovado uma declaração de princípios conclamando todos os homens de pensamento a “tomarem atitude ante os problemas de sua época e do seu povo”. A advertência era clara, límpida, cristalina.

Sentindo-se acuado, o governo dera alguns passos no sentido de procurar atender às aspirações do país. Todos sabiam o que se tramava na clandestinidade. Marcondes Filho, ministro do Trabalho, mas titular interino da Justiça, forjava um método para legalizar os poderes vigentes. Tratava-se de uma missão árdua, para o desempenho da qual havia sido convocado justamente um dos mais hábeis advogados de São Paulo. Enquanto esse trabalho era realizado em surdina, mais exaltados se mostravam os ânimos. A rebelião contra o Estado Novo teria de explodir um dia. E explodiu, de fato, mais cedo do que se esperava.

Tudo aconteceu no dia 22 de fevereiro – um dia após a tomada de Monte Castelo pela FEB. Foi uma espécie do próprio eco do glorioso feito dos nossos soldados que lutavam pela restauração da liberdade na Europa.

.....

A fenda que fez ruir o dique

APESAR DA EXPECTATIVA de uma próxima redemocratização do país, eu prosseguia no meu trabalho habitual, com o meu tempo distribuído entre o lar e a prefeitura. A emoção de ser pai, nova para mim, havia contribuído para que alterasse um pouco meu sistema de vida. Antes, saíamos todas as noites – Sarah e eu. Eram jantares. Reuniões no Automóvel Clube. Festas de caridade. Depois do nascimento de Márcia, passamos a ficar em casa. Eram os serões domésticos, com a família reunida e os jantares íntimos. Além dos parentes, sempre apareciam os velhos amigos: Alkmin, Tales, Osvaldo Penido, Pedro Aleixo, Francisco Rodrigues, Odilon Behrens – quando estava em Belo Horizonte – e, ocasionalmente, Benedito Valadares.

Em janeiro de 1945, verificou-se intensa movimentação nos círculos políticos e, como resultado dessa atividade, os que eram contra o Estado Novo aproximaram-se e formaram o que, sub-repticiamente, denominavam as Oposições Coligadas. Mais ou menos por essa época, realizou-se em Belo Horizonte o casamento da senhorita Laurita Brand Ribeiro, sobrinha de Pedro Aleixo, com o Sr. Humberto Santana. Fui convidado para ser o padrinho da noiva. Por ocasião da recepção, que teve lugar na residência dos pais da noiva, na Rua Tomé de Sousa, Pedro Aleixo, tomando-

-me pelo braço, levou-me para o interior da casa, onde passamos a conversar à vontade. Disse-me ele que, atendendo ao que combinara com Virgílio de Melo Franco, as chamadas Oposições Coligadas haviam chegado a um acordo sobre a necessidade da indicação de um militar como seu candidato à Presidência da República. E Pedro Aleixo justificava aquela decisão: embora o governo já houvesse tomado algumas providências para a realização das eleições, havia uma suspeita generalizada de que, no último momento, Getúlio Vargas tumultuasse o cenário político, repetindo a manobra de 37. Em face dessa probabilidade, impusera-se a escolha de um candidato militar, o qual, dispondo de prestígio no seio das Forças Armadas, poderia desencorajar qualquer atitude golpista do governo.

Pedro Aleixo juntou ainda que o próprio Virgílio de Melo Franco havia ficado encarregado, pelas Oposições Coligadas, de fazer as *démarches* iniciais, com resultados que vinham revelando ótima receptividade. O militar que eles haviam escolhido aceitaria o lançamento de sua candidatura, não por ambição pessoal, mas por um imperativo de dever patriótico. Pedro Aleixo não revelou o nome desse militar, e pediu-me desculpas por não fazê-lo, pois Virgílio de Melo Franco estava em Recife tratando do assunto.

No dia seguinte, conversando com Benedito Valadares, comuniquei-lhe o que Pedro Aleixo havia me dito, advertindo-o que ele, também, deveria fazer o mesmo. A razão dessa minha atitude: desde seu último encontro com Getúlio Vargas, em companhia de Francisco Campos, Benedito havia entrado numa fase de pessimismo. Certo dia, chegou a desabafar desta maneira: “Sou amigo do Dr. Getúlio, mas reconheço que, enquanto ele estiver no governo, não teremos democracia no Brasil.” Daí a razão da sua frieza quando lhe transmiti a informação de Pedro Aleixo. “Todos os militares apoiam o Estado Novo, Juscelino. A oposição poderá procurar, mas não encontrará um só deles – dos de real prestígio nas fileiras – que queira catucar a onça.”

Mesmo assim seguiu para o Rio, onde transmitiu ao presidente a conversa que Pedro Aleixo tivera comigo. Ambos se puseram a examinar a relação dos militares prestigiosos e chegaram à conclusão que nenhum aceitaria o convite que as Oposições Coligadas formulariam por intermédio de

Virgílio de Melo Franco. Faltou-lhes, no momento, uma bola de cristal através da qual vislumbrassem a figura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Naquela época, eu estava muito ocupado com a urbanização da Cidade Jardim. A rede de esgotos já havia sido colocada e realizara-se, com grande interesse por parte do público, a primeira venda, em hasta pública, dos lotes demarcados. A criação desse bairro era motivo de comentários em Belo Horizonte. Tratava-se do primeiro a ser construído segundo o mais rigoroso planejamento. Tudo ali havia sido previsto. A extensão do recuo obrigatório. A proibição de muros divisórios. A obrigatoriedade de jardins, tanto na frente das casas, quanto nos fundos. A iluminação obedeceria a um modelo especial, com a fiação subterrânea e posteamento de cimento armado. Nas suas ruas e avenidas, a arborização seria cuidadosa, de forma a se assegurar, através da conjugação de espécies variadas, uma floração que cobrisse os doze meses do ano.

Esse cuidado posto no planejamento de um bairro acabou dando motivos a anedotas. Sempre aceitei com espírito esportivo as críticas feitas à minha administração. No caso da Cidade Jardim, julgava até que aquelas anedotas serviam para promover o bairro. De fato, era fora do comum o interesse dos homens de recursos pelo novo setor urbano. Todos queriam adquirir seu lote ali. E muitos, que já eram proprietários de terrenos, andavam à caça de arquitetos que lhes fizessem os respectivos projetos. Essa movimentação, no sentido de se melhorar o nível das moradias, expandiu-se com o tempo, contagiando largos setores da população. Daí a razão por que, até hoje, Belo Horizonte, com exceção de São Paulo, é a cidade brasileira que dispõe de maior número de residências de alto luxo.

Em 1940, a capital mineira já não era mais aquela cidadezinha de interior que eu havia encontrado quando ali chegara para fazer o concurso para os Telégrafos. Transformara-se numa metrópole, com 284 mil habitantes, sendo a terceira das mais importantes do país. Em face disso, julguei que deveria ampliar e emprestar um sentido novo à minha ação administrativa. Calçamento, novas redes de esgoto, iluminação moderna, bairros urbanizados, e centro de turismo – tudo isso já estava feito. Chegara a hora, pois, de cuidar do espírito. E, a esse respeito, uma das minhas preocupações era a fundação de uma Escola de Arquitetura. Não compreendia que Belo Horizonte, possuindo desde muito faculdades de Direito,

de Medicina e de Engenharia, não dispusesse de um estabelecimento daquele gênero. O acaso, porém, viera em meu socorro. Existia na cidade uma modesta Escola de Arquitetura, criada pelo esforço particular e que vinha funcionando graças ao sacrifício pessoal de um grupo de abnegados, presididos pelo engenheiro João Kubitschek. Soube que essa escola estava atravessando um período de sérias dificuldades e que, se não fosse auxiliada com presteza, teria de cerrar suas portas. Assim, em outubro daquele ano encampeei a modesta Escola de Arquitetura. Apesar de sua humildade, ela contava com excelentes professores, que trabalhavam à base de *pro labore*.

Depois de encampada, passou a ser frequentada por numerosos alunos. Não só de Belo Horizonte, mas das principais cidades de Minas. Integrada, hoje, na Universidade Federal de Minas Gerais, essa Escola de Arquitetura tem prestado uma colaboração admirável, através do trabalho de muitas gerações de seus ex-alunos, no desenvolvimento de Belo Horizonte. Além desse estabelecimento de ensino, criei a Escola de Belas Artes e trouxe o grande mestre Guignard para dirigi-la. Este notável pintor foi, de fato, o criador da estirpe de excelentes artistas mineiros.

O acontecimento que ocorreu no dia 22 de fevereiro, e ao qual me referi no final do capítulo anterior, foi tão somente a entrevista concedida por José Américo, um dos chefes civis da Revolução de 30, ao *Correio da Manhã*, num desafio ostensivo à censura à imprensa, exercida pelo DIP. Carlos Lacerda obtivera-a de José Américo e, de posse do documento, andara de redação em redação tentando encontrar um diretor de jornal disposto a correr o risco de divulgá-la. Ocorreria então ao jornalista, sondar, a respeito, Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*. Este leu a entrevista e respondeu: “Vamos publicá-la no *Correio*.” Levantou-se e foi ao telefone, fazendo uma ligação para a redação do seu matutino, avisando ao secretário que tinha matéria de importância para a edição do dia seguinte, mas que só poderia enviá-la depois de meia-noite, para evitar qualquer interferência do DIP. Na manhã seguinte, explodiu a bomba. José Américo disse o que tinha para dizer, sem meias-palavras e sem subterfúgios. Quando o *Correio da Manhã* chegou às bancas, a edição esgotou-se em algumas horas. Telefonemas nervosos foram trocados entre o gabinete do diretor do DIP e a Casa Civil da Presidência. E também entre funcionários do Palácio do Catete e a chefia da Polícia. Mas nada aconteceu.

Na realidade, o efeito da entrevista havia sido atordoador. Ela repercutira como um desafio aberto à censura imposta pelo DIP. E, pior do que isso, representava um ataque direto, irrespondível, ao chefe do governo. José Américo fazia uma análise da situação brasileira e aludia ao que se tramava nos bastidores do oficialismo, com o ministro Marcondes Filho empenhado em legalizar os poderes vigentes, através de uma prorrogação, pura e simples, dos mandatos, quer do presidente da República, quer dos interventores nomeados para todos os estados da Federação. Fez uma referência a um candidato das forças democráticas, sem mencionar-lhe o nome. E concluiu por estabelecer as condições em que o país poderia retornar ao regime da lei: só três pessoas estavam incompatibilizadas para concorrer às eleições, exigidas pela opinião pública: ele próprio, Armando Sales e Getúlio Vargas.

O governo, colhido de surpresa, não soube como reagir. Inflamara-se, em consequência, a opinião pública. Movimentaram-se os líderes da Forças Armadas. E o governo, em face do que declarara José Américo, já não dispunha de força moral para se defender. Marcondes Filho concentrou-se, então, no seu trabalho, tentando encontrar uma fórmula para a prorrogação dos mandatos do presidente e dos interventores nos estados, baseado num parágrafo sibilino da Constituição. Concluído esse trabalho, condensara-o numa exposição de motivos, que era uma obra-prima de malabarismo jurídico. A exposição de motivos justificava um decreto anexo de reforma da Constituição, e ambos foram aprovados numa reunião ministerial convocada apressadamente por Getúlio Vargas. Tratava-se do que ficou conhecido como a *Emenda Constitucional nº 9*, datada de 28 de fevereiro, pela qual se fariam eleições para a Presidência e para a Constituinte, de forma a se eliminar a Constituição de 37, o principal motivo da agitação em que se encontrava o país.

Em face da reviravolta, dizem que Getúlio Vargas, já conformado com a perda dos seus poderes discricionários, teria dito ao general Dutra: “Os homens estão sacudindo seus fraques...” Essa reforma constitucional modificava diversos artigos da Constituição e suprimia outros. Mas o importante era o seguinte: dentro de 90 dias, seriam fixadas as datas das eleições para o segundo período presidencial e para os governadores dos estados, assim como a do pleito para a eleição do Congresso e das assembleias estaduais.

No dia 3 de março – apenas cinco dias mais tarde – Francisco Campos, o idealizador do Estado Novo, concedera também uma entrevista ao mesmo *Correio da Manhã* renegando a Constituição que ele próprio havia elaborado. “Mudou, a datar de dois anos para cá, a fisionomia política do mundo” – declarou, procurando explicar as razões da sua atitude. “A liberdade de opinião não é apenas um conceito político. É um conceito de civilização e de cultura” – e afirmou, para concluir: “O Sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense um pouco no Brasil e no seu povo.”

O Estado Novo havia chegado ao fim, e irremediavelmente, para desespero dos continuístas. José Américo dera-lhe o golpe de morte no dia 22 de fevereiro. Ele estrebuchara, resistindo à acutilada. E, nos estertores de agonia, desovara a *Emenda Constitucional nº 9*, que era uma tentativa extrema de sobrevivência.

.....
Nova conspiração contra a democracia

JOSÉ AMÉRICO, na sua entrevista, falara num candidato já escolhido. E o *Correio da Manhã*, quando publicara suas declarações, abrira um subtítulo nesse trecho, anunciando: “Um candidato irrevelado.” No dia seguinte, isto é, 23 de fevereiro, lançara, pelo seu editorial da sexta página, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

O sobrevivente do feito heroico dos *18 do Forte* era o *candidato irrevelado*. Sua escolha havia sido feita através de demorados entendimentos e, logo que cessara a censura à imprensa, ela passara a empolgar largos setores da opinião pública. O ilustre militar convertera-se, assim, num símbolo do antigetulismo. Nessas condições, sua candidatura, lançada sem partidos organizados, sem debates parlamentares, mas apoiada por quase todos os grandes órgãos da imprensa brasileira, dava a impressão de que já nascera vitoriosa. Solidarizaram-se com ela, entre outros, os seguintes líderes políticos: Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, Osvaldo Aranha, José Américo, Flores da Cunha, Juraci Magalhães, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo e Raul Pila, não lhe faltando mesmo o apoio dos exilados Armando Sales de Oliveira e Júlio Prestes. Além do mais, a *Emenda Constitucional nº 9* não havia sido bem recebida pelas correntes democráticas do país.

Na mesma época, isto é, na última semana de fevereiro, ocorrera outro fato que não deixara de causar apreensão nos círculos políticos. Depois de haver deixado vago por muitos meses o cargo de ministro da Justiça, Getúlio Vargas resolvera subitamente preenchê-lo. E convocara, para esse posto, Agamenon Magalhães, interventor em Pernambuco, e que havia sido, com Benedito Valadares e Francisco Campos, um dos artífices do Estado Novo. Ao ser anunciada a escolha do novo ministro, um grande jornal do Rio dera o grito de alarma: “Vai se repetir a grande farsa de 37.”

Assim, o ambiente que Benedito Valadares encontrou na capital da República – quando ali chegou, após o lançamento da candidatura de Eduardo Gomes – era de visível contradição. Se, por um lado, os políticos denunciavam a emenda constitucional como um ato arbitrário, eles a aceitavam, por outro lado, interpretando-a como uma abertura do governo no sentido de se proceder, com urgência, à redemocratização. Ao tomar posse, no dia 3 de março, da pasta da Justiça, Agamenon anunciara que seria promulgado, em breve, o Código Eleitoral, e essa informação fez com que se movimentassem as lideranças políticas.

Durante sua estada no Rio, Benedito Valadares constatara que numerosos políticos vinham frequentando a casa do ministro da Guerra. Entre outros, ali iam com frequência Francisco Campos e José Américo. Segundo pudera apurar, esses líderes procuravam o general Dutra para levar-lhe suas dúvidas e apreensões, pois, na realidade, ninguém acreditava na sinceridade dos propósitos anunciados pelo governo. O próprio general Dutra, em palestra com Benedito Valadares, fizera seu desabafo, declarando “não saber para onde o presidente queria levar o país”.

O ambiente era de incerteza e de desconfiança. Benedito Valadares, em face dessa realidade, decidira agir. E foi assim que, ao retornar a Belo Horizonte, já tinha um plano político em elaboração. Sua ideia era a de lançar um outro candidato, que polarizasse as forças que apoiavam o governo, e, nesse sentido, nenhuma escolha poderia ser melhor do que a do nome do general Dutra, ministro da Guerra do próprio Getúlio Vargas. A ideia era, sem dúvida, brilhante. Mas havia uma dificuldade para sua concretização: a obtenção da concordância de Getúlio Vargas.

Nos primeiros dias de março, fomos ao Rio. Benedito esteve com o general Dutra, que o fora visitar no Copacabana Palace Hotel. Du-

rante a conversa, disse-lhe mais ou menos o seguinte: “Ministro, já que foi lançada a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, pela oposição, só vejo uma solução para o problema da sucessão: o lançamento do seu nome, apoiado pelas forças governamentais.” O general Dutra, porém, objetou: “O Getúlio não concorda.” Mas Benedito insistiu, dizendo que iria conversar com o presidente.

No outro dia, pela manhã, Benedito seguiu para Petrópolis, onde se encontrava o chefe do governo. Conversaram longamente a respeito, e Getúlio Vargas acabou por concordar com a ideia, determinando a um dos seus oficiais de gabinete que telefonasse ao general Dutra solicitando-lhe sua presença, na tarde daquele mesmo dia, no Palácio Rio Negro. À noite, depois do seu regresso de Petrópolis, o general Dutra procurou Benedito Valadares e comunicou-lhe que, de fato, o presidente havia concordado com o lançamento de sua candidatura. Acertaram os ponteiros, então, para a articulação da indispensável cobertura política, a ser proporcionada por todas as forças que até então vinham apoiando o governo.

Nesse sentido, Benedito era de opinião que o lançamento deveria ser feito em São Paulo, por ser o primeiro estado da Federação; e em seguida, Minas, a segunda mais importante unidade federativa, ratificaria a candidatura de Dutra. Desse modo, o lançamento far-se-ia em grande estilo e, já de saída, com o apoio das duas maiores forças políticas do país.

Enquanto essas conversações tinham lugar no Rio, agitava-se de novo o ambiente político. No dia 5 de março, teve lugar um grande comício no Recife em favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Dada a veemência com que se manifestaram os oradores, o ato degenerou em sério conflito. A polícia interveio. Houve troca de tiros e foi fulminado, por uma bala perdida, o estudante Demócrito de Sousa Filho.

O conflito teve enorme repercussão no país. Os partidários do brigadeiro Eduardo Gomes passaram a discutir – principalmente pela imprensa – uma nova tese: a impossibilidade de realização de eleições com Getúlio Vargas à frente do governo.

Entretanto, o presidente nada dizia. Conservava-se apático. Apesar disso, os que o cercavam passaram a agir nos bastidores, aliciando elementos para a formação de uma terceira facção. Assim é que, enquanto o interventor em Minas e sua comitiva se preparavam para seguir, no dia

8 de março, para São Paulo, grupos suspeitos percorriam as ruas do centro do Rio gritando abertamente: “Queremos Constituinte com Getúlio.” Eu integrava a comitiva de Benedito Valadares. Tudo correu mal desde que chegamos a São Paulo. A recepção que tivemos foi fria, quase hostil. O interventor Fernando Costa, embora avisado, não foi ao aeroporto receber seu colega mineiro, como lhe competia. Mesmo assim, quando chegamos ao hotel, Benedito solicitou ao coronel João Câncio que telefonasse para os Campos Elíseos comunicando que ele se encontrava na cidade e que desejava se avistar com o interventor. Do palácio responderam que Fernando Costa, ciente da informação, iria visitá-lo imediatamente.

O diálogo que se travou entre os dois chefes de governos estaduais, no Esplanada, foi típico da fase de contradições que o país atravessava. Fernando Costa, integrado no esquema governista, apalpava o terreno com a maior cautela. E o interventor, sendo demissível *ad nutum*, esforçava-se por não dar um passo em falso. Benedito fez uma exposição sucinta do motivo que o havia levado a São Paulo e, enquanto falava, Fernando Costa dava a impressão de que o assunto lhe era desagradável. Em dado momento, Benedito Valadares, concluindo sua exposição, interpelou seu colega paulista: “Então, Fernando, estamos entendidos sobre a candidatura do general?” O interventor de São Paulo deu a impressão de que acabara de retornar de um sono profundo. Olhou fixamente para Benedito e indagou, com seu jeitão simplório: “De que general você está falando?”

Benedito ficou desolado. Explicou-lhe tudo de novo e pediu-lhe que reunisse alguns políticos nos Campos Elíseos a fim de que pudessem trocar ideias. Repetiu-se, nos Campos Elíseos, o que havia ocorrido no Esplanada. Benedito explicou as razões de sua presença no estado, e tudo foi ouvido com absoluta indiferença. De vez em quando o telefone interurbano tilintava. Era Benjamim Vargas, que dava instruções a Fernando Costa. A troca de ideias, na realidade, fora um fracasso. Com exceção de Cirilo Júnior e de Mário Tavares, todos os presentes se mostraram visivelmente contrafeitos e, sobretudo, temerosos de assumir qualquer compromisso.

Benedito Valadares, acompanhado por mim e por Mário Matos, viveu horas dramáticas tentando vencer aquelas compreensíveis resistências. Além do mais, ele vinha sendo solapado em seu trabalho por frequentes e sub-reptícias intervenções do Catete. Certo dia, ele se encontrava no

Palácio dos Campos Elíseos, em conferência com o governador Fernando Costa, quando recebera um telefonema do Catete ordenando-lhe que interrompesse as negociações e regressasse imediatamente ao Rio. Era o início do vaivém pelo qual passaria a candidatura Dutra, numa constante, mas sempre frustrada campanha de desmoralização, tendo como objetivo impedir a realização do pleito sucessório. Nesse dia, ao regressarmos ao hotel, Benedito recebera um telefonema do general Cristóvão Barcelos, estranhando que ele estivesse “querendo dividir as Forças Armadas”. Benedito replicou-lhe, com vivacidade: “Será dividir as Forças Armadas indicar um dos seus chefes para a Presidência da República?”

A situação era, de fato, difícil. Voltar atrás, já não seria possível. Prosseguir nos entendimentos equivaleria a ir ao encontro de um completo fracasso. Enquanto analisávamos o problema, tentando encontrar uma saída, lembramo-nos de procurar o cardeal D. Mota, mineiro e nosso amigo, e Gastão Vidigal. Telefonamos a ambos. Assim, pouco depois, realizava-se uma nova reunião, mas desta vez no Esplanada, com a presença do ilustre prelado e de Gastão Vidigal. Benedito explicou sua difícil posição, muito embora sua viagem houvesse sido empreendida com os melhores propósitos. Frisou a necessidade da candidatura Dutra, para que o país se constitucionalizasse, já que a oposição não conseguiria eleger o brigadeiro Eduardo Gomes, com a oposição de Getúlio Vargas.

Gastão Vidigal compreendeu perfeitamente a gravidade da situação e tomou a seguinte deliberação: iria oferecer um jantar a Benedito, convidando todos os políticos paulistas de importância, sem levar em conta as facções partidárias a que pertencessem, e, nessa reunião, discutiriam o assunto. E, de fato, assim aconteceu. Estiveram presentes ao jantar próceres de todos os antigos partidos, inclusive do velho PRP, e o representante do interventor Fernando Costa. Ao terminar a noite, havia ficado assentado o lançamento da candidatura Dutra, por ocasião de uma solenidade a ser realizada no dia seguinte nos Campos Elíseos.

O processo de escolha dos candidatos que estava em prática na época era complexo, personalista e antidemocrático. Os líderes se reuniam e faziam a indicação. E esta era submetida posteriormente à ratificação das respectivas facções a que os líderes pertenciam. Esse recurso havia sido adotado em face da demora, por parte do governo, na

promulgação do novo Código Eleitoral. Agamenon Magalhães, titular da pasta da Justiça, estava empenhado nessa tarefa. Mas, segundo se dizia, alguns elementos integrantes da equipe palaciana vinham fazendo tudo nos bastidores no sentido de sabotar a elaboração desse estatuto. Nessas condições, os líderes partidários tinham derivado para o sistema da escolha dos candidatos em reuniões privadas e, assim, haviam surgido as duas candidaturas já lançadas.

As Oposições Coligadas tinham mesmo anunciado a realização de uma grande convenção nacional, que teria lugar no dia 21 de abril, no Rio. E Benedito Valadares, após as indispensáveis consultas, antecipara-se aos adversários, marcando para o dia 8 do mesmo mês o lançamento, em Belo Horizonte, da grande agremiação partidária que deveria congregiar todas as forças governamentais. Apesar da intensa movimentação dos quadros políticos, Getúlio Vargas mostrava-se apático.

De qualquer forma, as duas candidaturas estavam lançadas, e essa realidade era auspiciosa para todos quantos ansiavam pela redemocratização do país. A abertura democrática era relativa, vivendo quase tão somente da tolerância do chefe do governo. Para prová-lo, basta dizer que, nos estados, o DIP continuava funcionando. Os interventores manipulavam o noticiário, impedindo que a oposição criticasse seus atos. O *Diário de Pernambuco* – um dos mais importantes jornais do país – tivera sua circulação impedida pela polícia e só voltara a ser publicado graças a um *habeas corpus*.

Contudo, em oposição a esses aspectos negativos da situação interna, sucediam-se as boas notícias vindas do teatro da guerra na Europa. No dia 3 de abril, os norte-americanos haviam desembarcado na Ilha de Okinawa. Os russos, no *front* europeu, avançavam no interior da Alemanha e já se preparavam para a sua entrada triunfal em Berlim. A única notícia chocante havia sido a morte de Roosevelt, a 12 de abril. Mas, com a posse de Truman, tudo se normalizara. E, por fim, os nossos bravos *pracinhas* escreviam páginas de heroísmo no chão da Itália.

Aquele fim de março e a primeira semana de abril foram de grande atividade para mim. Existiam diversas obras em conclusão e teria de inaugurá-las, não podendo escapar às homenagens que, nessas ocasiões, me eram prestadas pela população dos bairros beneficiados.

Sucederam-se, assim, as concentrações populares na Cachoeirinha, em Pompeia, no Jardim América e no Horto Florestal. A convenção para o lançamento do partido governamental – que seria o PSD – teria lugar no dia 8 de abril, e o local escolhido fora o Estádio Benedito Valadares. No primeiro momento, ninguém atentou para a inadequacidade dessa escolha. Um estádio é um espaço enorme, difícil de ser lotado. Um dia antes da convenção é que Cristiano Martins, oficial de gabinete do interventor, discutiu, com realismo, o problema: “Mas como iremos encher aquele estádio?” Lembrei-me, então, dos *comitês de bairro*. Telefonei a cada um dos presidentes e obtive a promessa de que trariam o maior número possível de pessoas. E, de fato, assim aconteceu. No dia 8, sucediam-se os caminhões, embandeirados, que despejavam *convencionais* junto aos portões do estádio ou nas suas imediações. E quando teve início a convenção, as arquibancadas estavam repletas, o que surpreendeu os próprios líderes da oposição, que sempre consideraram Belo Horizonte uma área sua.

Os trabalhos da convenção transcorreram num clima de grande entusiasmo, e tiveram início às 20 horas. Benedito Valadares, assumindo a presidência, fez uma rápida exposição do que se passara em São Paulo, resumindo, em seguida, os temas que deveriam ser discutidos e votados pelos convencionais. Desses, apenas dois eram de importância: a indicação do general Dutra como candidato à Presidência da República; e a organização do Partido Social Democrático.

Posta em votação, a proposta foi aprovada, elegendo-se, assim, a primeira Comissão Executiva do PSD de Minas. Em seguida, teve lugar a indicação do general Dutra, sob vibrantes e prolongados aplausos. Falou, então, saudando os mineiros, o representante da Bahia, Tarcísio Vieira de Melo. Ele era muito jovem na época e, portanto, inteiramente desconhecido nos círculos políticos. Seu discurso foi uma obra-prima de criatividade literária e eloquência, causando profunda impressão na enorme assistência.

Foi nessa noite que conheci Vieira de Melo e não poderia pensar que, passados alguns anos, eu seria presidente da República e que ele, já um nome de projeção nacional, iria ser o líder do meu governo na Câmara dos Deputados. Fui escalado para, em nome de Minas, responder à magnífica saudação que ele pronunciara.

Minas mobilizava-se, pois, para a jornada eleitoral que se anunciava. Como acontecera em 1934 – quando fui designado para as funções de diretor da Secretaria do Partido Progressista –, eu voltava a desempenhar um papel semelhante no seio do PSD, embora com designação diferente. Benedito desejava pôr à prova minha popularidade na capital do estado. E daí aquela recomendação, feita em caráter pessoal, numa conversa a dois, no Palácio da Liberdade: “É a sua vez, Juscelino; e espero que não me desaponte.” O interventor poderia ficar tranquilo porque, de fato, não iria decepcioná-lo.

Enquanto se aguardava o anunciado Código Eleitoral, movimentavam-se os círculos políticos. No dia 2 de abril, o brigadeiro Eduardo Gomes exonerou-se da Diretoria das Rotas Aéreas; enquanto Dutra ainda permanecia à frente do Ministério da Guerra, aguardando a homologação de sua candidatura pela Convenção Nacional do PSD. A opinião pública dividia-se entre as duas candidaturas. Mas fora da área especificamente partidária, agitavam-se os esquerdistas, desfraldando a bandeira da anistia. Esse movimento ampliava-se de semana para semana, sensibilizando, uma após outra, numerosas camadas da população. Em face da receptividade popular, o governo não teve outra saída senão abrir as portas das prisões do estado. Em consequência, 138 presos políticos foram postos em liberdade, inclusive Luís Carlos Prestes, o líder comunista.

A ideia de Benedito Valadares em relação ao PSD era convertê-lo num grande partido nacional, de forma que pudesse representar com eficiência o papel de uma agremiação que refletisse o pensamento governamental. Nesse sentido entrou em entendimentos com Agamenon Magalhães, no Rio, tendo em vista a designação de uma comissão pelo próprio ministro, para elaborar o programa e os estatutos da nova organização. Agamenon concordou com o interventor mineiro. A comissão seria integrada por representantes de todos os estados e Benedito, para não perder mais tempo, designou desde logo os delegados de Minas – Carlos Luz e Israel Pinheiro.

Enquanto essa comissão se reunia no Rio, foram tomadas providências para a organização do PSD nas demais unidades da Federação. Acuado pela pressão da opinião pública, o governo decidira, finalmente, promulgar o tão esperado Código Eleitoral, o que ocorreu no dia 28 de

maio. Em face desse decreto-lei, que determinava e regulava a criação dos partidos de âmbito nacional, Benedito Valadares se impacientou com a morosidade da comissão incumbida de elaborar os estatutos do PSD. Viajando para o Rio, avistou-se com Agamenon Magalhães e, desse encontro, resultou a transferência da referida comissão para o seu apartamento, na Rua Raul Pompeia, onde o trabalho pôde ser rapidamente concluído. Foi redator do programa o representante de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho. Lidos e aprovados os estatutos, Benedito Valadares cuidou da realização da 1ª Convenção Nacional do PSD. A data escolhida: 17 de julho de 1945. Local: Teatro Municipal no Rio de Janeiro.

O cenário político continuava cada vez mais agitado. Os partidários do brigadeiro Eduardo Gomes não só faziam ruidosa propaganda de sua candidatura, mas, igualmente, criticavam acerbamente o governo. Enquanto assim agiam os círculos oposicionistas, o situacionismo mostrava-se perplexo. Dutra havia sido escolhido pelas forças que apoiavam o governo e, apesar disso, sua candidatura vinha sendo deixada à própria sorte, como acontecera à de José Américo – também candidato situacionista em 1937. Dada aquela situação de mal-estar, Benedito Valadares insistiu com Getúlio Vargas para que, no seu tradicional discurso de 1º de maio, fizesse referência à candidatura Dutra. O chefe do governo desconversou, tentando evitar o assunto. Mas Benedito voltou à carga e acabou obtendo o que havia pretendido. O discurso, dirigido aos trabalhadores, foi provocativo. Continha ameaças à oposição, que era classificada como um agrupamento de *golpistas*, preocupada apenas em “perturbar a ordem pública”. No fim, havia uma referência à candidatura Dutra, mas feita em termos tão dúbios que dava a impressão de que houvesse sido inserida à última hora e com o propósito apenas de salvar as aparências.

A reação dos oposicionistas foi imediata. Numa entrevista coletiva à imprensa, o brigadeiro Eduardo Gomes devolveu com altivez o ataque que lhe era feito: “Caem as constituições aos golpes do Sr. Getúlio Vargas, e os golpistas passam a ser os que nada golpearam e nem pretendem golpear.” E mais adiante: “Para o Sr. Getúlio Vargas, a única ordem concebível é a sua ordem – ordem do consulado sem povo, sem imprensa, sem tribuna –, a ordem gerada pela desordem das revoluções e dos golpes.”

Enquanto as duas candidaturas realizavam penosamente sua trajetória, avolumava-se o movimento que preconizava uma *Constituinte com Getúlio*. No início, eram reduzidos os partidários desse *slogan*. Mas a facção tomou corpo com o passar dos dias, estimulada por integrantes dos círculos palacianos. E, por fim, transformara-se numa perigosa conspiração contra o pleito que se aproximava, pois, além dos getulistas sinceros, passaram a engrossar suas fileiras os comunistas, tendo à frente Luís Carlos Prestes.

Como acontecera em 1937, estava em fermentação, nos porões do governo, outra conspiração contra a democracia.

.....

A campanha eleitoral em Minas

ASSUMINDO AS FUNÇÕES de 1º secretário do PSD, tratei de instalar sem demora a sede do partido. Depois de examinar alguns prédios, optei por um casarão que havia pertencido a João Pinheiro e situado na avenida que tem o seu nome. Embora o PSD fosse um partido novo, seus diretórios organizaram-se tendo por base as antigas chefias municipais, anteriores ao golpe de Estado de 37.

Em Belo Horizonte, porém, teria de lavar em terra virgem. O eleitorado era tradicionalmente oposicionista. Votava contra, para se mostrar independente, procurando exhibir, através da rebeldia generalizada, seu alto grau de politização. Entretanto, em face da administração que havia realizado, sempre em estreita cooperação com o povo, eu dispunha de um fator valioso para me auxiliar naquela difícil tarefa: eram os *comitês de bairro*. Iria tentar mobilizar aqueles amigos em favor da causa governamental. Assim é que, já no dia 15 de junho – menos de um mês após a organização do partido em Minas –, fiz uma reunião com todos os presidentes dos *comitês de bairro* em meu gabinete, na prefeitura, e não na sede do PSD. O que pretendia era apenas advertir meus amigos sobre a conveniência de que Belo Horizonte desse uma demonstração de civismo, preparando-se

adequadamente, e com antecedência, para exercer no dia 2 de dezembro – data fixada para a realização das eleições – o seu direito de votar. Quando lhes disse que falava não como prefeito ou secretário do PSD, mas como velho companheiro de luta em favor de melhoramentos municipais, percebi que minhas palavras haviam atingido o alvo. Quase todos – porque houve exceções, e era natural que as houvesse – protestaram irrestrita solidariedade a mim, prontificando-se a ingressarem desde logo no PSD.

Daí à realização de comícios foi um passo. Enquanto a UDN, dispondo dos principais jornais e rádios, atordoava a população com a propaganda da candidatura Eduardo Gomes, eu realizava um silencioso trabalho de formiga, visitando com frequência os bairros, entrando de casa em casa, doutrinando pessoalmente os eleitores.

No dia 17 de julho, teve lugar, no Teatro Municipal do Rio, a 1ª Convenção Nacional do PSD. Nessa ocasião, a candidatura do general Dutra foi homologada oficialmente. Poucos dias mais tarde, realizou-se, na sede do PSD, na Avenida Almirante Barroso nº 71 – Edifício Piauí –, sob a presidência de Benedito Valadares, a reunião do Conselho Nacional do partido, para deliberar sobre a eleição da Comissão Diretora, a qual, por proposta de Filinto Müller, ficou assim constituída: Benedito Valadares, Fernando Costa, Agamenon Magalhães, Ernani do Amaral Peixoto, Pinto Aleixo, Ismar Góis Monteiro, Álvaro Maia e Henrique Dodsworth, representantes, respectivamente, dos estados de Minas, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Amazonas e Distrito Federal. Decidiu-se, igualmente, aclamar o nome de Getúlio Vargas para a presidência do partido, cabendo à vice-presidência, em consequência, a Benedito Valadares.

Finda a reunião, os membros da Comissão Diretora foram, incorporados, ao Palácio Guanabara comunicar ao chefe do governo o resultado de suas deliberações. Getúlio Vargas agradeceu sua eleição, mas acrescentou que não poderia aceitar a presidência do partido. “Estou exausto, meus amigos” – foi o que disse, para justificar a recusa. “Meu mandato está no fim e, quando concluí-lo, voltarei para o Rio Grande.” Os líderes pesse-distas entreolharam-se surpresos. Benedito ainda tentou fazer o presidente voltar atrás em sua recusa. Getúlio Vargas encerrou, porém, o assunto, passando a comentar episódios da guerra no Pacífico. Na realidade, o que

acontecia era que Getúlio Vargas tinha toda a sua atenção voltada naquele momento para o PTB, que estava em organização.

A época era, de fato, de fundação de partidos. Entre março e abril, diversas agremiações começaram a solicitar o favor popular. Além da UDN e do PSD, tinham surgido, ou estavam em fase final de organização, o PSP, o PR, o Partido Libertador, a Esquerda Democrática e o PTB. Fato digno de registro: nenhum desses partidos refletia no seu programa qualquer preocupação de ajustamento às ideias que, naquele momento, prevaleciam no mundo.

No dia 18 de julho, chegou o primeiro escalão dos *pracinhas* que haviam lutado na Itália, e Getúlio Vargas, que compareceu ao desembarque, recebeu grandes ovações no trajeto do cais até o Palácio Guanabara. Essa manifestação espontânea, tributada pelos cariocas ao chefe do governo e num momento de grande exaltação patriótica, estimulou os integrantes do movimento *Constituinte com Getúlio*. Poucos dias mais tarde, era anunciado um grande comício *queremista*, a ser realizado no Largo da Carioca. Em antecipação ao comício, Luís Carlos Prestes, após uma reunião do Partido Comunista, enviou um telegrama a Getúlio Vargas sugerindo a elaboração de um decreto-lei que alterasse a Emenda Constitucional nº 9 e determinasse o adiamento das eleições para a Presidência da República e a convocação de uma Constituinte. Esse telegrama teve enorme repercussão, fazendo com que se agravasse a tensão em que vivia o país.

Era evidente que existia uma faixa de franca hostilidade entre os que cercavam o chefe do governo e o ministro da Guerra. Os integrantes do grupo palaciano e os partidários da candidatura Dutra olhavam-se com evidente desconfiança, e tudo faziam para impedir o êxito de qualquer manobra dos seus respectivos adversários. Se a situação era tensa com o general Dutra ocupando o Ministério da Guerra, ela se agravou sensivelmente quando este, em obediência aos dispositivos do Código Eleitoral, teve de se desincompatibilizar, renunciando à pasta na primeira semana de agosto. Substituiu-o o general Góis Monteiro – outro dos artífices do Estado Novo –, olhado com a maior desconfiança pelos líderes democratas.

Contudo, uma semana depois terminava a conflagração mundial, com a rendição incondicional do Japão. A hora era de reflexão. De autocrítica. De balanço interior dos erros cometidos. Uma frase de He-

mingway ajustava-se como uma luva à realidade que exigia maior compreensão entre as criaturas: “Agora que as guerras acabaram e os mortos estão bem mortos, atingimos aquele período mais difícil, em que é dever de um homem compreender o seu mundo.”

No dia 19 de agosto, teve lugar o anunciado comício dos partidários da *Constituinte com Getúlio*. A reunião popular, que, segundo se esperava, deveria ser um debate político, degenerou-se em verdadeira baderna. Encerrado o comício, os manifestantes saíram em passeata pela cidade, dirigindo-se para o Palácio Guanabara. No trajeto, rasgaram cartazes e faixas de propaganda, picharam as paredes com *slogans* getulistas. No palácio, os manifestantes foram acolhidos com simpatia. Abriam-se os portões e Getúlio Vargas falou aos *queremistas*. Suas palavras, ao contrário do que se esperava, foram de estímulo ao movimento. Discursou num tom cabalístico, referindo-se a “uma escada, que ele desceria”, para juntos – ele e os *queremistas* – “acharem o caminho” que os levaria à “felicidade do Brasil”.

No dia seguinte, a imprensa divulgara editoriais alarmistas. A democracia estava sendo apunhalada. Era necessário que o povo se unisse para fazer frente à ameaça. Benedito Valadares, desorientado em face da atitude do governo, já não sabia como agir. Havia sido combinado, entre ele e o general Dutra, que o início da campanha eleitoral deveria ter lugar em Belo Horizonte. Seria uma homenagem de reconhecimento do candidato ao governador que havia articulado a sua candidatura. Benedito, porém, temeroso do que pudesse acontecer, passara a adiar indefinidamente a realização do grande comício. Enquanto isso, a UDN explorava convenientemente o eleitorado, promovendo, um atrás do outro, uma verdadeira maratona de comícios. No dia 15 de julho, o brigadeiro Eduardo Gomes estivera em Belo Horizonte e sua recepção fora consagradora. Depois disso, os líderes udenistas do estado haviam passado a visitar os subúrbios da capital e os municípios do interior, esforçando-se de todas as maneiras por sensibilizar o eleitorado.

E o PSD, entregue à minha supervisão, continuaria inativo? O impasse, porém, não tardaria a ser contornado. No dia 20 de agosto, recebi um telefonema de Benedito Valadares chamando-me a palácio. Quando ali cheguei, encontrei-o em conferência com o general Lima Figueiredo, que

era o diretor da Estrada de Ferro de Bauru. Esse militar havia ido a Minas a fim de saber quando seria possível realizar-se o comício do partido.

Benedito Valadares parecia aturdido. Temia que o operariado de Belo Horizonte, obediente às ordens dos seus respectivos sindicatos, que estavam ao lado de Getúlio Vargas, não comparecesse à concentração popular e esvaziasse a importância do acontecimento. Adiantou-me que o general Figueiredo estava com seu avião no Aeroporto da Pampulha à espera apenas de uma resposta. Pedi três horas de prazo e segui para o meu gabinete. Reuni os presidentes de todos os sindicatos da capital e lhes fiz um apelo no sentido de que comparecessem em massa, com seus liderados, à concentração que iria promover em favor da candidatura Dutra. A princípio houve relutância. O *queremismo* havia chegado também a Belo Horizonte. Entretanto, após um vivo debate, concordaram em comparecer ao comício. Mas com uma condição: de que nenhum deles falasse durante a manifestação e que ninguém discursasse em nome dos trabalhadores. Aceitei o compromisso e voltei ao palácio. O general ouviu, com a maior atenção, o que lhe relatei e, pouco depois, tomava seu avião de regresso ao Rio. Com base nas informações levadas pelo general Lima Figueiredo, realizaram-se as *démarches* para a fixação da data em que o general Dutra deveria estar em Belo Horizonte. Essa data – ficou combinado – seria o dia 1º de setembro.

Foi com prazer que aguardei o dia 1º de setembro. Tudo havia sido preparado com a maior meticulosidade, e esperava que o comício se realizasse com pleno êxito. E, de fato, assim aconteceu. Quando cheguei à Praça da Feira de Amostras, senti-me empolgado. Esperava que houvesse grande afluência de povo, mas o que vi ultrapassou em muito minha expectativa. A praça era um mar de cabeças.

O comício do dia 1º de setembro constituiu um teste excelente. A partir dali, iria dar um novo impulso à campanha, organizando caravanas que percorreriam o interior do estado. Mas, enquanto me preparava para essas excursões, toldaram-se, de novo, e subitamente, os horizontes da política nacional. O *queremismo* já não era uma facção. Ou um simples movimento de amigos e admiradores de Getúlio Vargas. Crescera. Expandira-se naqueles dois meses e se transformara, por fim, numa séria ameaça que pesava sobre todo o país.

.....

Benedito Valadares e a mosca azul

O ANO DE 1945 foi de grandes acontecimentos no cenário internacional. A Alemanha e a Itália renderam-se. No Extremo Oriente, a guerra revelou aspectos ainda mais dramáticos. No dia 6 de agosto, explodiu a primeira bomba atômica sobre Hiroxima e, em dez segundos, a cidade deixou de figurar no mapa. A notícia alarmou o mundo e fez com que se desfizesse, como por encanto, a pressão militarista sobre o imperador Hirohito, permitindo-lhe que determinasse um imediato cessar-fogo. Havia um universo de escombros desafiando a argúcia dos responsáveis pelo destino da humanidade. As realizações da paz, contudo, logo se fizeram sentir. A Alemanha, após tantos anos de isolamento político, fora reintegrada no convívio das nações civilizadas. O mesmo acontecera à Itália, a partir do momento em que os corpos de Mussolini e Clara Petacci foram expostos, pendurados de cabeça para baixo, num posto de gasolina em Milão. E o Japão teve de sofrer a humilhação de passar a ser dirigido por um governo militar norte-americano.

No dia 12 de agosto – uma semana após a explosão sobre Hiroxima –, discursando num comício em Diamantina, referi-me ao “mundo novo que estava amanhecendo”. Era o mundo do qual a aurora havia sido aquela explosão de efeito apocalíptico. Falei da sacada do Clube Acaiaca, e

à minha frente desdobrava-se a multidão. Alguns amigos julgaram que, ao falar naquele alvorecer, eu estivesse me referindo à reabilitação dos valores éticos e políticos que a derrota do totalitarismo certamente iria possibilitar. No entanto, meus olhos se estendiam para a contemplação de horizontes bem mais amplos e recuados. Olhava para o futuro. Tentava surpreender, nas dobras dos anos que haveriam de vir, os contornos de uma imagem diferente para o mundo – *o admirável mundo novo*, de que, mais tarde, falaria Aldous Huxley, e do qual a atual *era tecnológica* é um pórtico.

Desde que se iniciara a campanha eleitoral, tornara-se evidente a disparidade dos candidatos que disputavam a sucessão de Getúlio Vargas. Dutra constituía a conciliação personificada. Impunha-se como o fetichista da Constituição: era o militar que, apesar de haver participado da repressão à revolta comunista do 3º Regimento e ao assalto integralista ao Palácio Guanabara, nunca utilizara os poderes de que dispunha para praticar violências. Já o brigadeiro Eduardo Gomes encarnava, como muito bem disse o historiador Pedro Calmon, “os ideais de 1922, repassados da eletricidade revolucionária de tantos anos de desengano e silêncio”. Transformara-se, por isso, num radical. Para conquistar o poder, não hesitaria em extravasar a área política recorrendo à força, se fosse necessário.

Assim, as personalidades dos candidatos, ou as ideias que eles representavam, acabaram por condicionar o estilo das respectivas campanhas eleitorais. A do general Dutra – apesar de prejudicada em grande parte pela sabotagem governamental – era conduzida com moderação, visando mais à pacificação do país do que propriamente à obtenção de uma vitória nas urnas. A do brigadeiro Eduardo Gomes, porém, estava sendo levada a efeito da forma mais provocativa possível. Se o candidato, pessoalmente, se esforçava por dar uma impressão de serenidade, abordando com elevação os problemas e apontando-lhes as soluções que lhe pareciam indicadas, já os políticos que o cercavam – na sua maioria, veteranos dos *entreveros* partidários, quer no recinto do Congresso, quer nas reuniões em praça pública – descambavam com frequência para os ataques pessoais, injuriando não só o candidato adverso, mas, igualmente, o chefe do governo.

Já relatei o que ocorreu com a visita do general Dutra a Minas, cuja data, após sucessivos adiamentos, só havia sido fixada graças à intervenção do general Lima Figueiredo. Benedito Valadares não tinha sido o

único a reecer tais represálias. Fernando Costa, interventor de São Paulo, dada a complacência com que vinham tratando os integrantes do movimento *Constituinte com Getúlio*, chegara quase a provocar uma cisão no PSD paulista.

Na realidade, o terreno em que se pisava era perigoso. Os *queremistas* mostravam-se cada vez mais ousados. No dia 30 de agosto, haviam promovido outro comício monstro no Largo da Carioca, precedido de dispendiosa propaganda em jornais, nos rádios e através de cartazes, dando a entender que dispunham de farto financiamento. Os oradores tinham insistido na já velha e única tecla, esposada pelos comunistas de Luís Carlos Prestes, da *Constituinte com Getúlio*. Encerrado o comício, realizaram uma *marcha luminosa* – com tochas – até o Guanabara. Ali foram recebidos por Getúlio Vargas, que se fazia acompanhar do general Valentim Benício da Silva, comandante da 1ª Região Militar.

Além desses aspectos exteriores, que não deixavam de ser graves, circulavam rumores, veiculados por autoridades federais, sobre a impraticabilidade da candidatura Dutra. No princípio, a campanha era orientada no sentido de se desmoralizar eleitoralmente o candidato situacionista. Mais tarde – justamente após o êxito do primeiro comício do ex-ministro da Guerra em Belo Horizonte – os continuístas tinham mudado de tática. Fizeram circular notícias sobre a articulação de um terceiro candidato. Nem o brigadeiro Eduardo Gomes nem o general Dutra, mas um *tertius*. Justificativa da manobra: a pacificação do país. Uma nova frente de luta fora aberta. Mas quem seria esse *tertius* cujo nome era mantido em segredo?

No dia 12 de setembro – data do meu aniversário natalício – jantava no meu apartamento no Rio, em companhia de alguns amigos. Quase no fim da refeição, recebi um telefonema da casa de Benedito Valadares, com um recado de que o governador desejava falar-me com urgência. Pedi aos amigos que me desculpassem e, como éramos vizinhos, em poucos minutos já me encontrava na sua residência. Benedito apanhou-me pelo braço e levou-me para a sala de jantar.

Ele acabava de voltar do Palácio Guanabara e se mostrava muito excitado com a conversa que tivera com Getúlio Vargas. Este, na execução dos planos que havia elaborado e já incompatibilizado com a candidatura Dutra, tentara atrair Benedito Valadares para uma terceira solução do

problema sucessório. O movimento *Constituinte com Getúlio*, apesar da agitação que vinha provocando, não poderia alcançar êxito, dada a crescente irritação que prevalecia no seio das Forças Armadas. Getúlio Vargas percebera o impasse e decidira apontar ao governador de Minas a estrada que Benedito desde muito, e ardentemente, namorava: a possibilidade de ser ele, num processo de revisão política, o próprio candidato à Presidência da República. Para a execução dessa manobra, competiria a Benedito Valadares uma missão difícil: teria de fazer sentir ao general Dutra a impraticabilidade de sua candidatura, obtendo, em consequência, sua desistência. Benedito estava, como disse, muito excitado. Sentia ao alcance das mãos o alvo que sempre fora a grande aspiração de sua vida. Bastava abrir a boca, e poderia encerrar, com chave de ouro, sua já surpreendente carreira política.

Benedito relatou-me tudo aquilo, esperando que eu aceitasse, com entusiasmo, a ideia. Era seu amigo e, como tal, meu dever seria alertá-lo sobre os perigos daquela atitude. Discordei da sugestão com delicadeza, mas firmemente. Disse-lhe, textualmente, que se tratava de *uma ideia maluca*. O que não pensaria o general Dutra dos políticos de Minas e dos nossos compromissos assumidos publicamente? Benedito Valadares deixou-se cair numa poltrona e ficou em silêncio. Certamente recompunha na memória o que lhe sucedera em 1936, quando tentara derrubar Antônio Carlos da presidência da Câmara dos Deputados e sofrera uma das maiores contrariedades de sua vida. E depois? Por acaso sua candidatura chegara ao menos a ser cogitada?

Benedito, porém, era pertinaz. Não desistia com facilidade de qualquer plano que tivesse em mente. Apesar dos meus argumentos – com os quais tive a impressão de que havia concordado – chamou o general Dutra ao seu apartamento e tentou obter sua renúncia, como Getúlio Vargas havia sugerido. Apresentou-lhe um quadro inviável para a sua candidatura: a indiferença popular; a falta de cooperação dos demais interventores; e o inegável êxito da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Tendo em vista aquela realidade, concluiu por aconselhar o general Dutra a examinar a possibilidade de renunciar à sua candidatura.

Segundo me informaram mais tarde, o ex-ministro da Guerra, deixando o apartamento de Benedito Valadares, foi à casa de Melo Viana, que ficava nas imediações. Relatou ao ex-senador mineiro o que ocorrera momentos antes e disse-lhe que desejava ouvir uma palavra sua a respeito.

Em Minas sempre existiu uma rivalidade, maldisfarçada, entre os líderes estaduais. Fiel a essa tradição, Melo Viana hipotecou irrestrita solidariedade ao general Dutra, declarando que iria com ele para Minas e que, juntos, percorreriam os municípios do interior, assegurando, assim, a vitória de sua candidatura.

Benedito Valadares, em suas memórias, relatou de forma diferente sua atitude em face do *canto de sereia* de Getúlio Vargas. Escreveu que, indo ao palácio, a fim de alertar o chefe do governo sobre a agitação reinante nos círculos militares, disse-lhe com franqueza, exprobrando sua atitude de esvaziamento da candidatura situacionista: “Presidente, fique com a candidatura do general Dutra, que foi seu ministro da Guerra, já que o senhor não tem outra solução.” Com calma, Getúlio Vargas respondeu: “Vamos lançar seu nome?” Benedito, surpreso, atalhara: “Agora, quando estão postas as candidaturas de dois militares é que o senhor se lembra disto?”

Essa é a versão de Benedito Valadares. A história é sempre feita de informações contraditórias, as quais, embora muitas vezes antagônicas, ajustam-se umas às outras, como as unidades de um mosaico, e, assim, compõem a tessitura plástica dos acontecimentos. Julgavam os continuístas que dois candidatos militares concorrendo ao pleito tornariam impossível uma interrupção do processo eleitoral. Mas se, por acaso, o general Dutra renunciasse – e o fizesse espontaneamente, sem dar a impressão de que houvesse sido pressionado pelo governo –, o brigadeiro Eduardo Gomes, sozinho na arena, não teria condições para fazer frente ao fato consumado de um adiamento do pleito, decretado pelo presidente.

Entretanto, o tiro, tão cuidadosamente calculado, acabou saindo pela culatra. Embora essas *démarches* houvessem se processado sob o maior sigilo, elas transpiraram e chegaram ao conhecimento das lideranças partidárias. A imprensa, através de seus órgãos de maior responsabilidade, denunciou à nação o que se tramava nos bastidores. E o *Correio da Manhã*, cujo desassombro era conhecido, não tardou a advertir: “Nessas condições, fica o ditador na contingência ou de rebatizar o general Dutra de seu candidato *oficial*, após ter tentado liquidá-lo sumariamente, ou de presidir as eleições próximas como magistrado, equidistante dos partidos e das candidaturas.”

.....

A deposição de Getúlio Vargas

O CÓDIGO ELEITORAL, promulgado no dia 28 de maio, havia estabelecido que, no dia 2 de dezembro, teriam lugar as eleições para a Presidência da República e para o Congresso, e que seriam determinadas posteriormente as datas para os pleitos estaduais, isto é, para a eleição dos governadores e dos deputados às assembleias legislativas. Contudo, no dia 10 de outubro – menos de dois meses antes das eleições –, o governo baixou um decreto-lei estabelecendo que os pleitos estaduais teriam lugar no mesmo dia 2 de dezembro e concedendo aos interventores poderes para a elaboração e outorga das constituições dos seus respectivos estados. A medida causou alarme. Cinco eleições federais e duas estaduais realizadas num mesmo dia! E, ainda por cima, a outorga de constituições, elaboradas pelos interventores em exercício! A intenção não poderia ser mais evidente. Agindo daquela maneira, o governo pretendia, de fato, tumultuar o pleito, estabelecendo a confusão nos quadros partidários.

Lembro-me da desorientação que essa medida determinou nos círculos políticos mineiros. Benedito Valadares era candidato à governadoria do estado. Desejava ser o sucessor de si mesmo. Mas, para isso, necessitava de tempo para se organizar para o pleito. Não seria assim, através de um simples anúncio de sua candidatura – e feito quase às vésperas

das eleições —, que conseguiria eleger-se. Já não estava em vigor o Estado Novo, com os poderes discricionários que o caracterizavam. E o eleitorado — visto que a jornada eleitoral estava adiantada — já se tinha comprometido com seus respectivos líderes. Como desfazer, de súbito, todas aquelas combinações? Benedito, que se encontrava no Rio, julgou prudente não se candidatar. Em palestra com repórteres políticos, fora peremptório: “Não sou candidato ao governo do estado. Volto hoje para Minas, a fim de coordenar a candidatura de quem será meu sucessor.”

Em Belo Horizonte, a notícia estourou como uma bomba. Já havia doze anos que Benedito estava no poder, e todos julgavam que já era tempo de se mudar a administração. Surgiram logo os candidatos. Por parte da UDN, Milton Campos e meu concunhado Gabriel Passos, que, em maio, havia renunciado ao cargo de procurador-geral da República para se alistar nas hostes do brigadeiro Eduardo Gomes. E, por parte do PSD, Bias Fortes, Israel Pinheiro, Melo Viana e Celso Machado.

Apesar das modificações introduzidas no processo eleitoral, eu prosseguia no trabalho que me competia, mobilizando as forças situacionistas para o pleito. Até então, vinha arcando, quase sozinho, com a enorme responsabilidade de organizar o recém-fundado PSD. Como o partido ainda não havia divulgado seus candidatos à Câmara e ao Senado, a ajuda de que dispunha no interior era apenas a de alguns amigos pessoais do governo que se julgavam com direito a serem indicados.

No Rio, prosseguia a agitação provocada pelos *queremistas*. No dia 3 de outubro, realizara-se outro ruidoso comício no Largo da Carioca, com a subsequente passeata até o Palácio Guanabara. A escolha da data — que assinalava o irrompimento da Revolução de 30 — foi interpretada como um ato de provocação. Assim acontecera em 1930, o mesmo poderia ocorrer em 1945. Por outro lado, o general Góis Monteiro, à frente do Ministério da Guerra, vinha se conduzindo da maneira mais desconcertante possível. Um dia, apregoava o respeito à Constituição, declarando que garantiria a realização das eleições; e em outro, fazia *blague* sobre a confusão reinante, afirmando que se vivia num *manicômio político*. O comício do dia 3 de outubro, entretanto, fez com que passasse a encarar, com seriedade, o problema político. Já não se tratava apenas de uma agitação *queremista*. O que o país enfrentava era uma verdadeira ameaça comuno-queremista.

Naqueles dias, *démarches* haviam sido feitas no sentido de que o chefe do governo pusesse uma pá de cal naquela agitação. O local dos entendimentos fora o gabinete do ministro da Justiça. Sucederam-se as conferências com o titular da pasta, Agamenon Magalhães. Tanto o general Dutra como o brigadeiro Eduardo Gomes ali estiveram, exigindo uma providência do ministro. Também ali comparecera o general Góis Monteiro e outros líderes militares. E, depois de demoradas trocas de opiniões, ficara assentado que Getúlio Vargas, na primeira oportunidade, desautoraria o movimento *queremista*.

A oportunidade logo aparecera. Fora o comício do dia 3 de outubro. E, quando se esperava que o chefe do governo desencorajasse os perturbadores do processo eleitoral, ele reincidira na sua conhecida dubiedade. Agradecera a manifestação, visivelmente emocionado. Dissera que estava prestes a retornar para o Rio Grande do Sul, mas que, mesmo reintegrado na vida privada, “estaria sempre pronto para atender a qualquer convocação do povo”. Em seguida, tomara de um dos manifestantes uma bandeirinha, com os dizeres *Constituinte com Getúlio*, e, com ela, acenara aos populares.

No dia seguinte, foi divulgado um boletim do I Exército, assegurando ao país que as eleições seriam realizadas no dia 2 de dezembro. Era o primeiro choque das Forças Armadas com o chefe do governo. Sucederam-se as reuniões de militares das três Armas, e o ambiente tornou-se ainda mais tenso. No dia 9 de outubro, Perón, que reproduzia na Argentina o mesmo tipo de política aqui realizada por Getúlio Vargas, foi escoreado do governo pela guarnição do Campo de Maio. O fato teve grande repercussão no Brasil, e o que ocorrera no Prata passou a ser citado como um exemplo a ser seguido. Contudo, os *queremistas*, em vez de refrear seu entusiasmo, assumiram outra atitude de provocação, anunciando, com enorme estardalhaço, a realização de um comício, ainda mais ruidoso, que deveria ter lugar no dia 26 de outubro. Em face do desafio, o coronel João Alberto, chefe de polícia, teve de agir: proibiu as concentrações populares no centro da cidade.

Em Minas, acompanhávamos com apreensão o que ocorria no Rio. Conforme havia sido anunciado, realizou-se no dia 23 de outubro a reunião da Comissão Executiva do PSD. Nesse encontro Benedito declarou

que o governo estava providenciando a elaboração da Constituição do estado e que, em face disso, a organização das chapas do partido ficava adiada para outra reunião a ter lugar após a outorga da nova Carta Magna. Aproveitando a presença de tantos líderes políticos – a Comissão Executiva era integrada por 26 membros –, Benedito Valadares trocou ideias conosco sobre a situação nacional. Reafirmou que não seria candidato à governadoria, pois, se o fosse, teria de deixar imediatamente o governo, a fim de se desincompatibilizar. E isso poderia fazer desmoronar todo o esquema político de sustentação da candidatura Dutra. Nenhum dos presentes acreditou na sinceridade das palavras do governador. Benedito Valadares estava impressionado com a confusão reinante no cenário político e acreditava que, apesar da resistência das Forças Armadas e dos líderes políticos, Getúlio Vargas ainda encontraria uma solução para o impasse, e que esta poderia muito bem ser a que o chefe do governo, confidencialmente, já lhe havia sugerido: sua própria escolha para ser *o tertius*. A *mosca azul* zumbia-lhe nos ouvidos.

De qualquer forma, no dia 29 assinou o decreto-lei, outorgando nova Constituição a Minas, e, antes de dar divulgação ao seu ato, precipitaram-se, de maneira dramática, os acontecimentos no Rio. A proibição da realização de concentrações populares no centro da cidade, determinada por João Alberto, irritara os círculos palacianos. A ordem tinha um objetivo claro: impedir o comício *queremista* no dia 26 de outubro. Mesmo assim, alguns manifestantes mais ousados compareceram ao Largo da Carioca, dispostos a realizar, de qualquer forma, a anunciada concentração popular, mas João Alberto ordenou aos seus subordinados que ocupassem o local e dispersassem os manifestantes. Houve protestos e correrias. Mas comício, de fato, não se realizou.

Entretanto, seus promotores, numa satisfação dada à opinião pública, declararam através de uma nota que o mesmo não havia sido proibido, mas simplesmente adiado, a fim de que pudesse ser realizado com a presença de numerosas caravanas, vindas de todos os estados. Enquanto assim procediam de um lado, do outro faziam pressão sobre os círculos palacianos, no sentido de que estes obtivessem de Getúlio Vargas a demissão de João Alberto.

Todos tinham em mente o que havia ocorrido na Argentina. Perón fora deposto no dia 9 e reconduzido ao governo no dia 17 de outu-

bro por seus *descamisados*. Um fato idêntico poderia acontecer no Brasil. Nos seus últimos discursos aos *queremistas*, Getúlio Vargas feria sempre a mesma tecla: sua ida para o Rio Grande do Sul, onde estaria pronto para atender a qualquer convocação do povo. Era evidente a similaridade das situações. E nem mesmo faltava a Getúlio Vargas, para reproduzir o que ocorrera no Prata, o formidável apoio popular. Ele era, de fato, o homem público de maior prestígio do país. Sete anos de propaganda do DIP haviam composto a sua imagem como sendo o *homem, providencial, o amigo dos trabalhadores*. O PTB – sua criação e do qual era presidente de honra – constituía, sem qualquer dúvida, uma das mais poderosas organizações partidárias do Brasil.

No dia 22 de outubro, João Alberto foi chamado ao gabinete de Agamenon Magalhães. O ministro da Justiça sondou o então chefe de polícia sobre sua transferência para o cargo de prefeito do Distrito Federal. Em circunstâncias normais, a prefeitura representaria até uma promoção. Naquele momento, porém, quando João Alberto já havia manifestado seu desagrado em relação à atitude dos *queremistas*, o convite não deixava de ser uma manobra para afastá-lo da Polícia. João Alberto explicou a Agamenon Magalhães que ele e o general Góis Monteiro haviam assumido um compromisso recíproco no sentido de que, se um deles fosse afastado do cargo, o outro automaticamente se demitiria. Em face desse compromisso, só poderia dar uma resposta depois de haver conversado com o ministro da Guerra.

Agamenon alarmou-se. Solicitou a João Alberto que nada dissesse por enquanto ao general Góis Monteiro, pois, se assim o fizesse, iria desagradar o presidente. Pediu-lhe o maior sigilo sobre o convite, concluindo por dizer-lhe que, mais tarde, o próprio Getúlio Vargas lhe explicaria o motivo daquela transferência. O coronel João Alberto nada disse ao general Góis Monteiro. Aguardou que Getúlio Vargas o chamasse, o que só ocorreu no dia 29 de outubro. O chefe do governo reiterou o convite feito por Agamenon Magalhães, e João Alberto perguntou-lhe se poderia saber quem seria seu substituto na chefia da Polícia. “Vou nomear o Bejo para o teu lugar” – explicou Getúlio Vargas.

João Alberto ponderou ao chefe do governo que a nomeação de Benjamim Vargas não seria bem aceita pela maioria dos chefes militares.

Aconselhava-o, como amigo, a refletir sobre a atitude que pretendia tomar, referindo-se, então, ao seu compromisso com o general Góis Monteiro. Getúlio Vargas, porém, não deu a menor importância à possibilidade de qualquer reação do ministro da Guerra. “Quanto ao Góis” – disse, com ênfase –, “irei substituí-lo pelo general Paquet. Já está tudo combinado.” E fazendo soar a campainha, mandou que lhe levassem, para serem assinados imediatamente, os decretos de transferência de João Alberto para a prefeitura e de Benjamim Vargas para a chefia de Polícia. Isso ocorreu às 14 horas do dia 29 de outubro. Benjamim Vargas logo apareceu, comunicando a João Alberto que tomaria posse às 15 horas, antes mesmo da publicação dos referidos atos. João Alberto deixou o palácio, retornando ao seu gabinete, a fim de tomar as providências necessárias para a transmissão do cargo, e, ao chegar ali, telefonou ao general Góis Monteiro, comunicando-lhe o que estava ocorrendo.

Às 15 horas, como havia sido combinado, Benjamim Vargas tomou posse do cargo de chefe de polícia. Em seguida, rumou para o Ministério da Guerra, em companhia de João Alberto, para comunicar o fato oficialmente ao general Góis Monteiro. O ambiente que encontrou no gabinete do ministro era tenso. O general Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes estavam presentes. E o mesmo acontecia em relação a numerosos oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O general Góis Monteiro comunicou a Benjamim Vargas que, em face da sua nomeação, iria se demitir da pasta da Guerra. Houve uma alteração entre ambos, interrompida por uma intervenção de João Alberto, que conseguiu retirar Benjamim Vargas do gabinete.

Sáíam juntos e, à porta do Ministério, separaram-se: Benjamim Vargas seguindo para o Palácio Guanabara, e João Alberto para a sua residência. Meia hora mais tarde, o irmão do presidente telefonou ao ex-chefe de polícia, comunicando-lhe alarmado: “A coisa estourou, João Alberto.”

Eram 3 horas da tarde do dia 29 de outubro. Eu estava numa reunião, realizada no meu gabinete, com a diretoria do Sindicato dos Comerciantes quando recebi um recado de Benedito Valadares para que fosse imediatamente ao palácio. Encontrei o governador apreensivo. Ele havia recebido um telefonema interurbano de Dutra comunicando-lhe os graves acontecimentos do Rio. “Getúlio nomeou o Benjamim Vargas chefe de

polícia” – dissera-lhe o general – “e por isso o Góis pediu exoneração, mas eu não concordo, estou me fardando e vou agir.” No fim da conversa, o candidato do PSD desejava saber qual seria a atitude de Benedito Valadares, ao que este respondera: “Estou com o senhor, general.”

Benedito desligou o telefone e passou a conversar com seus auxiliares, que se achavam todos presentes. O ambiente era de tensão. Benedito era o único que se movimentava, dando ordens, telefonando, conversando com um e com outro. Mas, na realidade, quase nada fazia de positivo. Pouco depois, deu entrada no salão o coronel Alencar Arippe, comandante do 12º Regimento do Exército. Discutiu-se a possibilidade de se transportar um regimento daquela corporação para Juiz de Fora, a fim de reforçar as defesas do estado. O coronel aderiu à ideia, mas alegou a falta de veículos para a operação. “Temos os caminhões da prefeitura” – esclareci.

Benedito solicitou-me que tomasse aquela providência. Deixei o palácio e retornei ao meu gabinete, onde ainda me aguardavam os integrantes da diretoria do Sindicato dos Comerciantes. O que eles desejavam era que eu assinasse um decreto estabelecendo a *semana inglesa* para o comércio da capital. Após mais alguns minutos de discussão, lavrei o ato, o qual seria o último que assinaria como prefeito. Em seguida, passei a providenciar a mobilização dos caminhões da prefeitura.

A situação no Rio vinha se agravando de hora para hora. Em face da demissão do general Góis Monteiro, seus colegas das três Armas fizeram-lhe um apelo no sentido de que reconsiderasse sua atitude. Ele insistira em manter sua decisão, já que o cargo de ministro era da estrita confiança do presidente da República e não poderia exercê-lo, se estava em franca divergência com Getúlio Vargas. Após demoradas discussões, encontrara-se uma fórmula que conciliava as opiniões em choque; ele se manteria demissionário, mas seria aclamado chefe do Exército pelos oficiais-generais das três Armas. E, nessa qualidade, que era nitidamente revolucionária, ele passara a agir.

Getúlio Vargas, que até então não havia dado importância à reação do seu ex-ministro da Guerra, compreendera, por fim, que estava em face de mais um movimento militar e que a gravidade da situação exigia prudência. Dispusera-se, pois, a negociar.

Duas propostas suas foram encaminhadas ao Ministério da Guerra: *a)* seria divulgada uma proclamação, assinada por ele e por todos os oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, assegurando à nação que as eleições seriam realizadas no dia 2 de dezembro e num clima de perfeita liberdade; *b)* seria revogado o Decreto-Lei nº 8.063 (que antecipara as eleições estaduais); e Benjamim Vargas seria exonerado da chefia de polícia.

Ambas as propostas foram rejeitadas. Enquanto essas negociações estiveram em curso, movimentavam-se as unidades militares. O general Alcio Souto havia partido para o quartel do Derby a fim de fazer sair os carros de assalto. Os generais Dutra e Canrobert Pereira da Costa tinham ido advertir as unidades de São Cristóvão. À tarde, já se viam colunas blindadas nas ruas, desfilando em fileiras cerradas, em direção ao Guanabara.

Tomei conhecimento de todas essas notícias ao regressar ao Palácio da Liberdade. Benedito, que antes se mostrava apreensivo, já estava eufórico. Mais ou menos às 7 horas da noite, chamou-nos para que ouvíssemos a leitura da proclamação que havia redigido e que iria ser divulgada pela Rádio Inconfidência. Ligou-se o rádio e a voz clara do locutor soou com admirável nitidez no salão nobre do palácio.

“São notórias as circunstâncias que nos levaram, no processo de democratização do país” – declarava – “a articular forças políticas em prol da candidatura do eminente general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República.” E prosseguia a proclamação: “Sabe o povo de Minas Gerais que todos os recursos foram empregados para frustrar os nossos esforços em favor de eleições livres, de uma campanha pacífica e da instauração de um regime de plena vigência da vontade popular. O Exército Nacional, em face dos últimos acontecimentos, assumiu patriótica atitude, em consonância com suas tradições, colocando-se ao lado da nação, pela ordem, pela liberdade e pela manutenção dos sagrados compromissos assumidos para com o povo.”

Senti um choque ao ouvir essas palavras. Olhei para Benedito e percebi que ele antegozava interiormente o êxito daquela manobra. E o locutor concluiu a leitura do documento: “Permaneceremos decididamente ao lado das Forças Armadas e ao lado da nação, como sempre estivemos,

ao lado, enfim, de todos quantos desejam a segurança e a prosperidade da pátria, sob o império da verdadeira democracia.”

Através daquele documento, Benedito Valadares rompia com Getúlio Vargas, e o fazia justamente no momento em que o presidente, acuado no Guanabara, estava sendo forçado a renunciar ao governo. Lembrei-me da exclamação de César ao defrontar-se com Brutus entre os conjurados, no átrio do Senado romano: “Pois também tu, Brutus?” E enojado, cobriu-se com a toga, deixando-se sucumbir às vinte e uma punhaladas que lhe foram desferidas.

No Rio, os entendimentos de Getúlio Vargas com os chefes militares não chegaram a qualquer acordo. Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, e o general Firmo Freire, chefe da Casa Militar, transportaram-se para o Ministério da Guerra, numa tentativa extrema para se encontrar uma solução para o impasse. A situação era grave demais para permitir acomodações. Às nove e meia da noite, o general Cordeiro de Farias, na qualidade de chefe do Estado-Maior do general Góis Monteiro, recebeu a incumbência de ir ao Guanabara, em companhia de Agamenon Magalhães, para comunicar a Getúlio Vargas que estava consumada sua deposição. Tudo transcorreu num ambiente de tensão, mas de absoluto respeito. A Getúlio Vargas foram asseguradas as garantias para fazer suas malas, recolher seus arquivos e partir para o Rio Grande do Sul.

No Ministério da Guerra, realizou-se então uma reunião, com a presença dos dois candidatos, e se conveio em entregar a chefia do governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro José Linhares. Dessa forma, haveria apenas uma mudança de quem presidiria o pleito – já que esta era a questão vital que estava em jogo.

Empossado o ministro José Linhares, teve início então a luta surda relativa à solução de alguns problemas inerentes ao pleito que se aproximava. Permaneceriam os interventores? Eis o primeiro problema que o novo presidente teve de enfrentar. A tese vencedora foi incontestavelmente a racional: se os interventores eram pessoas de confiança de Getúlio Vargas, e se Getúlio Vargas havia se incompatibilizado com o processo eleitoral, o lógico seria que eles fossem igualmente substituídos. Mas nem todos os líderes políticos assim pensavam. E uma das vozes discordantes era justamente a de Benedito Valadares. Como a batalha sobre o assunto

iria ser travada no Rio no dia 1º de novembro, ele decidiu seguir para ali, convidando-me para acompanhá-lo. Ao chegar à capital da República, procurou avistar-se com o general Dutra e foi informado de que o candidato do PSD se encontrava na casa do ministro da Guerra. Tomou um carro e seguiu para a residência do general Góis Monteiro.

A recepção não lhe pareceu cordial, pois os dois militares passaram a discutir sua saída do governo de Minas. Existiam outros generais presentes. O ministro da Guerra não se mostrava favorável à substituição de Benedito Valadares. O ex-ministro Dutra ouvia apenas, sem opinar. Durante aquela reunião, nada ficara resolvido. Contrariado, Benedito voltou para o seu apartamento da Rua Raul Pompeia. Estava irritado, principalmente pela atitude do general Dutra, que nem uma só palavra dera em seu favor.

Mais tarde, ele e o general Dutra foram chamados pelo novo ministro da Justiça, Sampaio Dória. Quando entraram no gabinete, o titular da pasta, brincando ou não, disse de supetão a Benedito: “Governador Valadares, o senhor precisa deixar o governo de Minas. Então fizemos uma revolução, e tudo continua na mesma?” Benedito não era homem para ouvir, sem uma resposta à altura, a advertência do ministro da Justiça. Parou. Olhou Sampaio Dória demoradamente. E saiu-se com esta: “O senhor não fez nenhuma revolução. Se esta revolução não triunfasse, o senhor estaria tranquilo em sua casa. O mesmo não aconteceria comigo e com o general Dutra.”

Era evidente que uma entrevista iniciada nesses termos não poderia chegar a qualquer solução. E, de fato, não chegou. Segundo me disse Benedito mais tarde, o general Dutra portara-se como da vez anterior – sem defendê-lo e sem ao menos interessar-se pelo assunto. Em face do que vinha ocorrendo, ele decidiu procurar, à noite, o presidente Linhares.

Ao chegar ao Catete, o chefe do governo insistiu na mesma tecla: “Governador, o senhor está me criando um caso militar no início da minha administração. Concorde em sair, e eu nomearei quem o senhor quiser.” Benedito percebeu, então, que sua posição era bem mais difícil do que pensava. O melhor seria transigir já que nem o general Dutra se sentia com força para sustentá-lo. Aproveitando a deixa do novo presidente, Benedito sugeriu: “Então o senhor pode nomear o Ovídio de Abreu para

o governo de Minas.” Linhares, levantando-se, mandou que fosse lavrado o ato e, este lhe sendo apresentado, assinou-o sem a menor hesitação. Estava ganha a batalha – pensou Benedito – sem se lembrar do *caso militar*, referido pelo presidente.

O erro de Benedito foi justamente aquela indicação. Se houvesse escolhido outro nome – alguém não tão vinculado a ele – talvez a escolha houvesse prevalecido. Ovídio de Abreu, porém, era sinônimo de getulismo. Ou melhor, de valadarismo. E, naquela hora, sua indicação não poderia ser mais infeliz, a despeito de suas notórias qualidades pessoais.

Assim que deixou o Palácio do Catete, Benedito Valadares rumou para o seu apartamento em Copacabana. Sentia-se realizado. Uma hora mais tarde, os rádios divulgaram a nomeação de Ovídio de Abreu e, logo após essa primeira notícia, surgira uma segunda, anunciando que o presidente Linhares havia tornado sem efeito a nomeação e que o interventor em Minas era o desembargador Nísio Batista de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça de Minas. Benedito agitou-se. Correu ao telefone e comunicou-se com o general Góis Monteiro, tentando ainda desfazer a reviravolta. Já era tarde. A explicação dada foi a de que ficara resolvido entregar o governo de Minas – como, aliás, vinha ocorrendo nos demais estados – a um representante do Poder Judiciário.

Depois de doze anos de dominação absoluta de Minas, Benedito Valadares encontrava-se no ostracismo, em consequência justamente de um golpe de estado do qual havia participado como um dos seus líderes, contra o seu velho amigo e protetor Getúlio Vargas.

Na primeira semana de novembro, ainda acreditávamos que o golpe de 29 de outubro teria benéfica implicação na jornada eleitoral. A fórmula escolhida – os governos entregues a magistrados – não poderia deixar de merecer elogios. Era impessoal, apartidária e conferiria um cunho de isenção à situação dominante. Verificamos, pouco depois, que não deixava de ser falsa essa interpretação. O clima que passamos a respirar era de franca hostilidade por parte do novo governo. Tudo para a UDN, e nada para o PSD. O próprio general Dutra, apesar do seu temperamento reconhecidamente conciliador, chegou a divulgar uma nota oficial fazendo séria advertência aos “que pretendiam desviar o movimento de 29 de outubro do seu caráter apartidário”.

Já a transmissão do governo em Minas constituía uma ruidosa festa udenista. Ocorreram passeatas. Realizaram-se comícios. A imprensa embandeirou-se em arco anunciando desde logo a “indiscutível vitória do brigadeiro Eduardo Gomes”. O ambiente era tão hostil aos pessedistas que o interventor Nísio Batista tomou posse perante o seu substituto na presidência do Tribunal de Apelação, o desembargador Leão Starling, sem esperar que Benedito lhe transmitisse o cargo. O mesmo ocorrera com os ex-secretários do governo, os quais – com exceção apenas de Cristiano Machado, da Educação – não se fizeram presentes à cerimônia da posse dos novos titulares. Entretanto, apesar dos anúncios de manifestações de desgosto aos pessedistas que deixavam seus cargos, aguardei com absoluta serenidade a minha substituição na prefeitura. A disposição em que me encontrava era a de seguir para Belo Horizonte tão logo houvesse sido nomeado o novo prefeito, a fim de transmitir-lhe, pessoalmente, o cargo. Completada a substituição do secretariado, chegara, por fim, a minha vez. A escolha do meu sucessor recaía na pessoa do engenheiro João Gusmán Júnior, funcionário efetivo da prefeitura e com quem mantinha relações de amizade. Ao ter conhecimento do ato, telefonei-lhe do Rio, felicitando-o pela nomeação, e aproveitei a oportunidade para dizer-lhe que seguiria de avião, naquela mesma manhã, para Belo Horizonte, e que poderia marcar para a tarde a cerimônia de transmissão do cargo. Às 11 horas, segui para a capital mineira, aonde cheguei mais ou menos ao meio-dia. Logo após o desembarque, telefonei ao Dr. Gusmán Júnior para saber a hora em que deveria estar na prefeitura. Percebi imediatamente que ele se sentia embaraçado. Depois de muitos rodeios, esclareceu-me que já havia assumido o cargo pela manhã e que, portanto, seria desnecessária a minha ida à prefeitura. Soube mais tarde que ele assim havia agido em obediência a ordens superiores.

Não dei maior importância ao fato. O que me havia interessado já estava realizado. Resumindo a obra administrativa que tinha levado a efeito, poderei dizer, lançando mão da terminologia matemática, que ela se expressou através das seguintes e encorajadoras proporções: abri dois terços das atuais avenidas e vias públicas; renovei e tripliquei a rede de esgotos; dupliquei o abastecimento de água; aperfeiçoei o cadastro municipal e racionalizei seu funcionamento; ampliei os bairros de Lourdes e do Sion e

criei o da Cidade Jardim; urbanizei a Pampulha e a incorporei ao complexo urbano; abri as famosas radiais, ou *bocas*, ligando a cidade ao sistema rodoviário do estado; enfim, encontrei uma cidade provinciana e a transformei numa metrópole.

De qualquer forma, a prefeitura havia sido uma grande experiência. Representara a minha iniciação administrativa. Mas tudo chegara ao fim. Dali em diante, era apenas o 1º secretário do PSD, um partido que havia nascido sob as bênçãos do situacionismo e que, naquele momento, em face da transformação operada na esfera federal, fora empurrado para a oposição. Benedito Valadares, presidente da agremiação, tendo sido apeado do poder, sentia-se desorientado. Se procurava o general Dutra, era recebido com frieza. Se tentava rearticular seu antigo prestígio junto aos líderes militares, só encontrava reticências. Irritado com o ambiente que respirava no Rio, decidiu viajar, no dia 8 de novembro, para Belo Horizonte. Ali era o seu campo de ação. No mesmo dia da sua chegada, fez realizar uma reunião da Comissão Executiva do PSD. O motivo da convocação: a indicação dos candidatos do partido à sua representação na Câmara e no Senado.

A reunião foi rápida, pois os nomes a serem indicados desde muito estavam escolhidos: Melo Viana e Levindo Coelho para o Senado; José Maria Alkmin, Bias Fortes, Martins Soares, Pedro Dutra, Duque de Mesquita, Gustavo Capanema, Tancredo Neves, o próprio Benedito Valadares e eu, além de outros, para a Câmara dos Deputados. Ia ter início à jornada eleitoral.

.....

A vitória do general Dutra

A JORNADA ELEITORAL iria realizar-se em condições bem diferentes das que haviam prevalecido até quinze dias antes. Em todo o estado processava-se, num ritmo seguro e crescente, a derrubada de todos os nossos correligionários que exerciam cargos de direção. Alegava-se a necessidade de se preservar *a lisura do pleito*. Em face disso, bastava que o presidente de um diretório da UDN fizesse a denúncia de que seu adversário no município era político de prestígio para que fosse afastado sumariamente do cargo.

A reunião da Comissão Executiva do PSD teve lugar no dia 8 de outubro. Já no dia 9 enviei uma circular aos presidentes de todos os diretórios, quer da capital, quer do interior, comunicando as resoluções daquele órgão de cúpula. Solicitei, em seguida, que cada um dos candidatos integrantes da chapa procedesse da mesma maneira, alertando os amigos de que dispunham nas suas respectivas áreas de influência. Programei, por fim, um minucioso roteiro de comícios, a ser coberto por caravanas dos líderes do partido.

O tempo era curto – curtíssimo. Não chegava a dois meses: de 8 de outubro a 2 de dezembro. Teria de me esforçar por anular essa desvantagem, já que a UDN saíra na nossa frente e desde muito estava em campanha. Assim, transformei a sede do PSD, na Avenida João Pinheiro,

na minha segunda casa. Chegava ali às 6 horas da manhã. Almoçava e jantava na salinha que me servia de escritório e só deixava o local depois das 10 horas da noite. Era copiosa a correspondência. O telefone chamava a todo momento. Gente chegava e saía, pedindo e levando instruções. E havia os comícios de que participava. As circulares que precisava expedir. Vivia, pois, numa roda-viva. Mas sempre me senti bem no bojo das tempestades.

Belo Horizonte sempre fora um reduto oposicionista. Com a alteração operada no cenário político, invertera-se a situação, com a capital convertida numa fortaleza situacionista. A UDN dominava toda a cidade – do centro urbano aos mais distantes subúrbios. Pedro Aleixo, Milton Campos, Bilac Pinto – só para citar os principais líderes udenistas que faziam política na capital – dispunham de um eleitorado seguro. Essa situação não deixava de ser excitante para um jovem político como eu, determinado a enfrentar dificuldades e, se possível, vencê-las. Concentrei, pois, o melhor do meu esforço em Belo Horizonte.

Durante o alistamento, já havia realizado uma façanha que não deixara de preocupar os adversários. Através dos antigos *comitês de bairro*, convertidos em diretórios do PSD, tinha conseguido alistar 15 mil eleitores novos contra 16 mil, providenciados pela UDN. A partir de meados de outubro, intensifiquei os comícios, nunca deixando de discursar. Depois da concentração popular, realizava visitas aos eleitores – tantos quantos me fosse possível procurar – e fazia um apelo pessoal a cada um, solicitando sua cooperação. No desdobramento dessa campanha domiciliar, não distinguia entre udenistas e pessedistas, já que todos eram eleitores. O que procurava era fazer amigos. Estabelecer vínculos pessoais. Projetar uma imagem cordial do candidato que se dava com todos. Essa política de confraternização não tardou a apresentar resultados. Em muitas famílias de adversários políticos, sempre surgia um membro que resolvia quebrar a unanimidade doméstica e se comprometia a me dar o seu voto – e a fortaleza udenista ia sendo minada imperceptivelmente.

Nessa fase ocorreu outro fato que não deixou de me lisonjear. Vez por outra ouvia, no tumulto e na algazarra dos comícios, um brado que soava de maneira insólita, dada a inoportunidade da mensagem que transmitia: “Juscelino para governador!”

Ouvi esse *slogan* pela primeira vez em um comício no Bairro dos Industriários. Quem o lançara fora uma velhinha, de condição humilde, que se encontrava bem junto ao palanque dos oradores. Quando terminou o comício, fui abraçá-la, não pelo que houvesse dito, mas pelo espírito cívico que revelava, comparecendo a uma reunião política e participando do que ali ocorria. Disse-lhe, então, em tom de brincadeira: “Como é, minha amiga, quer jogar fogo em mim?” Sorriu, retribuindo o meu abraço e explicou, com vivacidade: “Vai ser governador sim, meu filho, para que os pobres melhorem de vida.”

O *slogan* lançado pela velhinha não caíra no vazio. Foi uma semente plantada, que não tardaria a germinar. A partir daquele dia, esse brado passara a ser ouvido em quase todos os comícios. Não se tratava ainda de uma facção. Era antes o reflexo do reconhecimento de alguns setores da população pelo que eu havia realizado como prefeito. De qualquer forma, o *slogan* havia surgido e começara a empreender sua trajetória. Não dei a menor importância àquela nova modalidade de *queremismo*. Pois minha aspiração na época era limitada: ser deputado federal. Mas deputado com grande votação, para me sentir autorizado a trabalhar por Minas e a reivindicar alguns direitos para os meus concidadãos.

Desde que assumira o governo, o presidente Linhares, curvando-se à pressão de certos líderes políticos, vinha revogando toda a legislação cerceadora dos direitos civis que havia sido promulgada durante o Estado Novo. Os candidatos à sucessão presidencial eram três: o general Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes e Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, apresentado pelos comunistas. A campanha financeira lançada pela UDN obtivera grande sucesso.

A candidatura Dutra havia passado por muitas provas e, por isso, nosso trabalho tornara-se muito difícil. Além do mais, ela contava com o problema da própria personalidade do candidato. O general Dutra era um homem retraído. Faltavam-lhe flama, o *elan* e a capacidade de motivar o eleitorado. O comício que realizara em São Paulo transcorreria num ambiente frio, sem a vibração que é indispensável às jornadas cívicas.

Entretanto, sem que os adversários o percebessem, um fator psicológico passara a trabalhar em favor da candidatura Dutra. Getúlio Vargas desfrutava de enorme prestígio entre as massas. Sua deposição e o

consequente tripúdio dos udenistas sobre sua desventura política acabaram por irritar os que lhe eram fiéis. E, imperceptivelmente, o eleitorado, composto em sua maioria de gente pobre – a mesma que sempre encarara o líder deposto como o seu benfeitor –, passara a derivar para a candidatura Dutra. Esse eleitorado não iria votar no candidato do PSD porque o julgasse melhor. Tratava-se de uma atitude negativista. Não votaria a favor de Dutra, mas contra a UDN. A partir daí, passamos a sentir que o terreno aos poucos ia se tornando favorável.

Mais ou menos em meados de novembro, ocorreu um fato que foi decisivo para a vitória da candidatura Dutra. João Neves, partidário do ex-ministro da Guerra, havia captado aquele deslocamento psicológico do eleitorado e decidira transformá-lo em um acontecimento político, de forma a liquidar de vez a pendência entre pessedistas e udenistas. O que pretendia era obter uma declaração de Getúlio Vargas aconselhando seus amigos que votassem no general Dutra. Após a deposição, ele havia se recolhido a São Borja, onde representava, à perfeição, o papel de Esfinge dos Pampas. Recebia os que o procuravam. Conversava. Mas não se comprometia. Amaral Peixoto visitara-o no seu exílio voluntário e falaram de política, com a sinceridade de sogro para genro. E, pouco depois, o ex-presidente concordara com a inclusão de seu nome na chapa do PTB. Os udenistas não deram a menor importância ao fato. Para eles, Getúlio Vargas era um homem liquidado. A nação estava com o brigadeiro Eduardo Gomes – o *candidato nacional*.

Quando João Neves chegou a São Borja, Getúlio Vargas já havia abandonado seu mutismo anterior. Voltara a ser político. A jornada eleitoral aproximava-se do fim. Na última semana de novembro, estourou como uma bomba a expressão, divulgada por Hugo Borghi, que teria sido usada pelo brigadeiro para definir os trabalhadores: *marmiteiros*. Alegaram os udenistas que se tratava *de uma infâmia*. Os antigetulistas declararam que era uma *fraude vergonhosa*, maquinada por Hugo Borghi, para incompatibilizar o brigadeiro com a classe trabalhadora. Mas o esforço da UDN resultara inútil. Se os trabalhadores nunca haviam tolerado os udenistas, essa intolerância convertera-se em ódio quando eles próprios haviam sido insultados. No dia 28 de novembro – menos de uma semana para o pleito – outra bomba estourada, por ocasião do grande comício de encerramento

da campanha de propaganda da candidatura Dutra, realizada no Largo da Carioca, no Rio. Hugo Borghi – outra vez o mesmo Hugo Borghi – pediu a palavra e lera, para os milhares de manifestantes, uma mensagem de Getúlio Vargas solicitando aos seus amigos que votassem no ex-ministro da Guerra. Essa mensagem representou a última pá de cal atirada na candidatura Eduardo Gomes. Em Belo Horizonte, logo senti o seu efeito catalisador.

No dia 29 de novembro, encerrei a campanha do PSD com um grande comício, realizado no bairro do Calafate. Ao chegar ao local, logo percebi a presença dos petebistas. Formavam grupos ruidosos e carregavam faixas com o *slogan* criado especialmente pela última mensagem de Getúlio Vargas. Sobre aquele mar de cabeças, lia-se a frase “Ele disse...”, o que definia, com eloquência, o apreço com que a palavra do chefe era ouvida. Era evidente que uma profunda transformação havia se operado no modo de agir da massa trabalhadora. A UDN, colhida de surpresa, reagiu àquela mudança, desencadeando violenta campanha de retaliação pessoal contra os partidários do general Dutra. Sendo eu o secretário do PSD e, portanto, responsável pela mobilização dos seus eleitores, passei a ser o alvo principal das baterias udenistas. Entretanto, há males que vêm para o bem. Iria repetir-se no meu caso o mesmo que havia acontecido, em dimensões bem maiores, com Getúlio Vargas. O ódio dos adversários não conseguira tisonar minha reputação, mas, por outro lado, causara viva irritação nos círculos pessedistas. Resultou daí que os eleitores, em face da injustiça, passassem a cerrar fileiras em torno do meu nome, a fim de revidar, pelas urnas, a injusta campanha de que passara a ser vítima.

No dia 2 de dezembro realizaram-se, em todo o país, as eleições para a sucessão presidencial. A UDN exultou até o último momento, com seus jornais anunciando a *vitória indiscutível* do brigadeiro Eduardo Gomes. Realizado o pleito, ela viveu uns dois dias de ansiosa expectativa. Divulgado os resultados das primeiras apurações – referentes ao Rio e às capitais dos estados – seu candidato estava à frente, com uma pequena vantagem na votação.

Mas os dias passavam, e a margem de vantagem do brigadeiro, em vez de ampliar-se, reduzia-se gradativamente. É que, aos resultados da capital, passaram a ser adicionados os chegados de algumas cidades

do interior. Na realidade, era esmagadora a votação do general Dutra nos municípios mineiros. Aliás, essa falsa impressão não havia sido só dos udenistas. Alguns chefes do PSD também tinham se mostrado pessimistas.

A apuração prosseguia e a votação da UDN, somada à do PR, não se revelava suficientemente volumosa para contrabalançar o crescente aumento da votação do general Dutra. A vantagem inicial do brigadeiro já havia desaparecido. Dutra alcançara-o no quarto dia de apuração e, daí em diante, sempre se conservara na dianteira, não só nos municípios do interior, mas, igualmente, em diversas capitais e em numerosas grandes cidades. No dia 8 de dezembro, Pedro Aleixo, presidente da UDN mineira, não se conteve e exclamou: “A máquina da ditadura continua funcionando.” Era um grito de desespero. Refletia já a desesperança do seu partido. No dia seguinte o ex-presidente Bernardes, líder do PR, secundava a advertência do seu companheiro de chapa para o Senado, declarando à imprensa: “Alguma coisa misteriosa e subterrânea deve ter acontecido, pois, segundo pude constatar durante a campanha eleitoral, todo o povo mineiro estava com Eduardo Gomes.”

Alarmaram-se os círculos udenistas. Pedro Aleixo voltou à carga, tentando reacender o ânimo combalido de seus correligionários: “Não há motivo para preocupação. Tudo foi previsto. A vitória certa da UDN em cem municípios mineiros não só anulará a vantagem atual do general Dutra, mas colocará o brigadeiro de novo na vanguarda.” Contudo, os cem municípios, nos quais o brigadeiro deveria ter uma vitória consagrada, não apareciam. Nem iriam aparecer. A UDN, certa do triunfo, havia se iludido em face da atmosfera de otimismo que ela própria fizera gerar.

No dia 18 de dezembro, o brigadeiro Eduardo Gomes deu por encerrada sua jornada como candidato, declarando, através de um manifesto à nação: “Inclino-me à voz das urnas.” E emprestando uma feição prática ao seu acatamento ao resultado do pleito, apresentou-se ao ministro Armando Trompowski, titular da pasta da Aeronáutica, retornando à atividade militar.

O general Dutra foi eleito com uma diferença de 1 milhão e duzentos mil votos. Quanto à eleição para a Câmara dos Deputados, repetiu-

-se, mais uma vez, a surpresa dos udenistas. O deputado mais votado em Belo Horizonte não tinha sido Pedro Aleixo, presidente do partido, nem Milton Campos, nem Bilac Pinto, que consideravam a capital mineira um feudo eleitoral da UDN. Mas Getúlio Vargas – que quase ninguém sabia fora candidato –, com 12.208 votos. Vim eu, em segundo lugar, com 7.024 votos, e Milton Campos, em terceiro, com 4.143 votos.

Pela primeira vez a oposição – entendendo-se por oposição os udenistas e seus aliados, que, naquele momento, representavam o situacionismo – perdia as eleições em Belo Horizonte, e não as perdia por uma *cabeça*, segundo a gíria turfística, mas por diversos *corpos* de diferença.

.....

Política de pacificação nacional

A ELEIÇÃO PARA A CÂMARA FEDERAL iria impor grandes alterações na minha vida. Deixaria Belo Horizonte por uma grande temporada e iria fixar residência no Rio.

Havia um interregno entre as eleições que acabávamos de disputar e o início do governo Dutra. Dois meses menos um dia para ser preciso. Aproveitaria aquele período para estruturar as bases do PSD. Na ocasião, havíamos aproveitado os chefes políticos que vinham apoiando o governo Benedito Valadares. Entretanto, em face do 29 de outubro, ocorreram várias deserções, exigindo, em consequência, a revitalização de alguns diretórios. Ao preocupar-me em reorganizar esses núcleos eleitorais, levava em conta não somente as necessidades do partido, mas igualmente minha própria situação de político. Até antes de ser prefeito eu fizera política em Diamantina. Por ocasião da última campanha, porém, ampliara substancialmente minha área de atuação, deixando de ser chefe de um município para me converter num dos dirigentes do PSD.

Naquele período, Benedito Valadares vivera fases alternadas de entusiasmo e depressão. Enfraquecera-se-lhe, por isso, o ímpeto de sua liderança. E os diretórios do interior passaram a recorrer a mim para a solução dos seus problemas. Contudo, em face do resultado do pleito – quando

foi o mais votado em todo o estado para a Câmara dos Deputados – e já recuperado do seu anterior estado de espírito, ele se transferira para o Rio e passara a pressionar o general Dutra no sentido de que lhe fosse preservada – já que era o presidente do PSD – a liderança política de Minas. As dificuldades que vinha encontrando eram numerosas.

Benedito, porém, não era homem que desistisse com facilidade. Naquela situação, então, tinha todos os motivos para colocar em ação sua inegável habilidade e seu poder irresistível de persuasão. A causa que estava em jogo era de suma importância: a própria sobrevivência política. Sua atenção se fizera sentir, em primeiro lugar, por ocasião da constituição do Ministério. Indicara dois nomes: o meu, para a pasta da Educação, e outro, para a da Justiça. Esses entendimentos, contudo, não levaram a qualquer conclusão. Dutra estava com Benedito atravessado na garganta e não alimentava a menor intenção de atendê-lo. O que pretendia era entregar aquelas duas pastas a políticos mineiros que não estivessem ligados ao ex-interventor. Os dois nomes, por fim, escolhidos – Carlos Luz, para a Justiça, e Otacílio Negrão de Lima, para o Trabalho – representavam o que havia de mais antivaladarista no PSD de Minas. A atitude do general Dutra, pretendendo impor um *capitis diminutio* a Benedito Valadares naquela ocasião, não teve boa repercussão em alguns círculos políticos. Movimentaram-se, então, os líderes políticos, tanto em Minas, quanto em outros estados. Surpreendido com a reação, o general Dutra procurou reparar o impacto daquela intempestiva demonstração de antivaladarismo. Havia, então, uma oportunidade para um passo atrás: a nomeação do novo interventor em Minas. Dutra não hesitou. Faria uma reaproximação com os principais líderes mineiros, escolhendo um interventor que fosse do agrado de Benedito Valadares. Surgiu então o nome de João Berardo.

A posse do general Dutra na Presidência da República teve lugar no dia 31 de janeiro, e a nomeação de João Berardo para interventor em Minas, em substituição ao desembargador Nísio Batista, foi publicada no dia 2 de fevereiro. No interregno entre a nomeação e a posse, realizaram-se as conversações para a constituição do novo governo mineiro. Quanto ao secretariado, eu não tinha maior interesse. Preocupava-me, isso sim, com a nomeação para o cargo de prefeito de Belo Horizonte.

Desejava que fosse escolhido alguém que não alterasse os planos que havia posto em execução – alguém, de preferência, identificado com a obra que tinha realizado nos meus cinco anos de administração – enfim, alguém que pudesse prosseguir-la e ampliá-la. Durante as conversações entabuladas para a escolha do novo prefeito, tive conhecimento de que um dos nomes em cogitação, e com grande probabilidade de ser nomeado, era o de um adversário político meu. Se tal acontecesse, seria um desastre para a cidade. Viriam as sustações de obras, as alterações dos planos em execução, enfim, as picuinhas administrativas tão comuns em circunstâncias idênticas. Em face da ameaça, decidi agir. Convoquei os diretórios da capital e expus a situação. Todos se mostraram de acordo em que uma delegação procurasse o presidente Dutra no Rio e solicitasse a nomeação do engenheiro Pedro Laborne Tavares, que vinha ocupando o cargo de diretor de Obras da prefeitura e havia sido um dos meus mais eficientes colaboradores. Durante a reunião ficara combinado, igualmente, que eu seria o porta-voz da delegação.

No dia seguinte embarcamos para o Rio e, obtida uma audiência, estivemos com o presidente Dutra por mais de meia hora. Fiz uma exposição do problema e reivindiquei, em nome dos diretórios pessedistas da capital, a nomeação sugerida. O presidente, após ouvir-me com a maior atenção, disse que iria telegrafar, naquele mesmo dia, ao interventor João Berardo, autorizando a nomeação do Dr. Pedro Laborne, o que efetivamente cumpriu.

Isso não representou, contudo, que o presidente Dutra houvesse decidido, finalmente, modificar o rumo que imprimia à sua política, no que dizia respeito a Minas Gerais. Apesar da contramarcha da nomeação de João Berardo para a interventoria, a escolha de Carlos Luz para a pasta da Justiça havia dado início à fermentação de uma crise política que só poderia ser grave, levando-se em conta a proximidade das eleições estaduais. Mesmo assim, o presidente Dutra, talvez influenciado pelo próprio Luz, logo se inclinara para a pequena ala do PSD mineiro, comandada pelo ministro da Justiça, deixando em segundo plano a maioria esmagadora do partido que obedecia à orientação do ex-governador. E como o prestígio oficial sempre desperta ambições de mando, Carlos Luz, sentindo-se bafejado pelo Catete, passara a articular em surdina,

com a conivência de alguns círculos palacianos, sua própria candidatura ao governo de Minas, tendo em vista as eleições que, segundo havia sido estabelecido por um decreto-lei do presidente Linhares, deveriam ter lugar 30 dias após a promulgação da nova Constituição. Entretanto, havia um fator que Carlos Luz não tinha levado em consideração ao decidir dar aquele arriscado passo: a intransigência, ou melhor, a tradição zelosamente respeitada pelos políticos mineiros, de não admitir qualquer interferência do presidente da República na solução dos negócios internos do estado.

.....

O drama da sucessão mineira

NÃO PUDE FUGIR ÀS HOMENAGENS que o povo de Belo Horizonte desejava prestar-me pela consagradora votação que havia alcançado nas eleições de 2 de dezembro. Eu havia adiado essas homenagens, alegando que estava muito ocupado no Rio, já que, além da minha posse no Palácio Tiradentes, tratava da minha instalação definitiva no apartamento da Rua Sá Ferreira, em Copacabana.

No dia 13, quando desembarquei na estação da Central do Brasil, surpreendi-me com as proporções da manifestação que me haviam preparado. A *gare* estava repleta, e foi com dificuldade que atravessei a plataforma e cheguei ao local de saída dos passageiros, onde deveria tomar o automóvel. Na estação, formou-se um cortejo de cerca de 500 automóveis e, assim escoltado, fiz o trajeto até o Grande Hotel, na Rua Bahia, sob aclamações. Ao chegar ao hotel, dirigi-me para uma de suas sacadas, de onde falei à multidão. Ao terminar, ouvi, outra vez, entoado ainda com maior entusiasmo, o mesmo *slogan*: *Juscelino para governador!*

Na época eu tinha em vista a realização imediata de um único objetivo: o de exercer, com dignidade, o meu segundo mandato de deputado federal por Minas. Assim, terminada a manifestação, com Sarah e Márcia, tomei o avião para o Rio, dizendo adeus a Belo Horizonte. Quan-

do o aparelho, após alçar voo, passou por cima da Pampulha, pude contemplar, embora num relance, a beleza daquele recanto turístico. Tudo como eu havia imaginado ao executar aquela obra: a barragem, fechando a garganta entre dois morros; o lago, cujas águas cintilavam ao sol; o conjunto arquitetônico, idealizado por Niemeyer, com seus telhados oblíquos; a avenida, que contornava o lago, serpenteando como uma fita de asfalto, sob os coqueiros-anões plantados por Burle-Marx; e, por fim, estendendo-se na direção da cidade, a enorme autoestrada ligando a Pampulha à cidade. Mais uma vez deixava a capital mineira, em busca de um destino diferente sob outros céus.

O Rio, de novo. O mar, que eu tanto amava, rojando-se contra a areia de Copacabana, bem perto do edifício em que eu morava. Se a paisagem era outra, outros também me pareciam os amigos. No Congresso, ampliei enormemente o círculo das minhas relações. Gente do Norte e do Sul. Do Nordeste e do Planalto Central. E, através das palestras que mantinha com eles, ia conhecendo, aos poucos, mas de forma realística, os problemas de cada região do país.

Se no terreno político tudo parecia correr bem para mim, já não acontecia o mesmo no âmbito da família. Conforme Sarah temia desde que nos instalamos no apartamento da Rua Sá Ferreira, Márcia já não parecia a mesma. Chorava com frequência, dando a impressão de que a mudança não lhe fizera bem. O Dr. Marcelo Garcia, o pediatra que a assistia, ia vê-la quase diariamente e sempre receitava alguma coisa. Apesar dessa assistência permanente, Márcia não reagia aos medicamentos. A debilidade física, como era de se esperar, afetara seu sistema nervoso, tornando-a rebelde. E o que mais me impressionava: ela, que sempre fora viva e alegre, tornara-se triste.

Sarah possui admirável intuição no que diz respeito a doenças em pessoas da família, dado seu agudo espírito de observação. Desde que chegamos ao Rio, não cessava de manifestar seus temores de que o ar marinho pudesse ser a causa das sucessivas indisposições de Márcia. Desconfiava – e com razão – de que ela fora vítima do impacto daquela brusca alteração de clima: o ar puro e seco de Belo Horizonte para a atmosfera úmida e poluída do Rio.

Confirmando as suspeitas de Sarah, a mudança do meio ambiente não tardou a manifestar seus reflexos. Mais ou menos em junho de 1946, ela se apresentou seriamente doente. Quando a vimos, ao acordar, Márcia se debatia na cama, acusando elevada febre. Após examiná-la, julguei melhor telefonar a um médico. Chamei o Dr. Sinval Lins, nosso amigo e profissional de alta competência. Seu diagnóstico não deixou de nos preocupar: broncopneumonia. Teve início, então, a terrível batalha contra a enfermidade. Foram trinta dias de ansiedade e agonia. Revezávamo-nos – Sarah e eu – na vigília à pequenina enferma. Apesar do tratamento racional e intensivo, a febre não cedia, oscilando entre 39 e 40 graus. O Dr. Sinval Lins foi de uma dedicação admirável. Diversas noites passou, em claro, ao lado de nossa filha, ministrando, ele próprio, os medicamentos que, na ocasião, considerava mais adequados. Após quatro semanas de tratamento, o organismo de Márcia começou a reagir. A febre, que no início era contínua, passara a apresentar pausas, fazendo-se sentir de preferência à noitinha. A habitual inapetência fora substituída por frequentes desejos de comer uma fruta ou de tomar uma laranja-da. E a debilidade física, que tanto nos preocupava, ia sendo corrigida, tornando-se visíveis os sintomas de recuperação.

Márcia livrara-se, por fim, da broncopneumonia. Mas a enfermidade deixara-a muito debilitada! As amigas de Sarah levavam-lhe brinquedos. Ela sorria ao recebê-los, mas os abandonava em seguida, como se nada lhe interessasse. Esse alheamento – incomum em uma criança de pouco mais de três anos – chocava-nos e enchia-nos de angústia. Por que não sorria e corria pela casa, como seus primos e primas que iam visitá-la? Sarah, procurando distraí-la, telefonava às amigas pedindo-lhes que deixassem seus filhos passar a tarde na nossa casa. O expediente sempre dava resultado. Por algum tempo, Márcia parecia outra: ria, brincava, corria, como as demais crianças. Mas a tristeza voltava, quando ela se sentia só de novo. Observando o que se passava, Sarah chegou a uma conclusão: temos de adotar uma criança, que seja uma irmã para Márcia. Concordei imediatamente, e, dali em diante, passamos a tomar providências no sentido de solucionar aquele angustioso problema.

O governo do general Dutra havia trazido tranquilidade ao país. Ao organizar o seu Ministério, tentara realizar uma coalizão, aproveitan-

do elementos dos principais partidos que o tinham apoiado. A política retomara, assim, suas linhas tradicionais. Os gestos de concórdia sempre dão resultado. Mesmo antes da posse de Dutra, Otávio Mangabeira, um dos mais intransigentes líderes udenistas, já se manifestava a favor de uma aproximação com os adversários da véspera: “Preferimos apoiar o governo a combatê-lo.”

No âmbito do Congresso, as coisas não se passavam de modo diferente. A bancada oposicionista era numerosa, mas mesmo assim os trabalhos da Constituinte se processavam num clima de elevada cooperação. O Congresso decidira abrir seus próprios caminhos, procurando adaptar a frustrada Constituição de 34 à nova realidade nacional. Logo que esse trabalho teve início, o recinto da Câmara dos Deputados foi agitado por acalorados debates que nada tinham a ver com o problema constitucional. Tratava-se de um dos habituais entreveros partidários, tendo como alvo o cenário mineiro. João Berardo, ao assumir a interventoria, resolvera recompor a situação que prevalecia no estado no período anterior ao 29 de outubro.

Alarmaram-se os udenistas. Teve lugar, então, a renhida batalha no recinto da Câmara. Iniciara os debates meu concunhado Gabriel Passos, logo seguido por Daniel de Carvalho, um dos líderes do PR. Benedito Valadares, acusado pessoalmente, fez sua estreia parlamentar, sustentando a discussão e defendendo o interventor João Berardo. A luta foi árdua e se prolongou por várias semanas.

Enquanto se discutiam, nas comissões do Congresso, as bases da nova Constituição, o cenário político se conturbara de novo, em face da abertura das conversações sobre as sucessões estaduais. O presidente Dutra passou a sofrer pressões no sentido de que interviesse pessoalmente, a fim de que a escolha dos governadores pudesse ser feita de acordo com a necessidade de se fortalecer, tanto quanto possível, o poder central. Em Minas, por exemplo, os conselheiros palacianos julgavam que todo apoio deveria ser dado à candidatura de Carlos Luz, em oposição a qualquer outro nome que viesse a ser indicado pelo PSD. Carlos Luz, sendo ministro da Justiça, era pessoa de confiança do presidente Dutra. Ninguém melhor do que ele, portanto, para assumir o governo de Minas num momento como aquele, em que os udenistas se arregimentavam para disputar – e com

grande probabilidade de êxito, em algumas unidades da Federação – as eleições para as sucessões estaduais.

Vivia-se, assim, numa atmosfera de crescente expectativa. Foi nessa época – no dia 22 de abril – que fiz minha estreia na Câmara dos Deputados. Falei de coisas práticas: a necessidade de se construírem casas populares e de se realizar uma política de conteúdo social, tendo em vista elevar o padrão de vida da população. Aliás, mesmo que me dispusesse a me dedicar à atividade legislativa, não teria tempo para atender a tantos compromissos. A secretaria do PSD exigia a minha presença com maior frequência em Belo Horizonte. E, por fim, existia o problema doméstico, relacionado com a saúde de Márcia. A questão da adoção de uma filha era difícil, já que sérias implicações deveriam ser levadas em conta. Era indispensável que os temperamentos de ambas se ajustassem, de forma a tornar possível entre elas uma amizade fraternal. Mas, quando menos esperávamos, tudo se resolveu, por acaso e da melhor maneira possível.

Pouco depois da doença de Márcia, os círculos políticos do Rio se agitaram. Getúlio Vargas, eleito deputado por seis estados e senador por dois outros, decidira, finalmente, abandonar seu exílio voluntário e assumir uma de suas poltronas na Câmara Alta. No dia 1º de junho desembarcara no Aeroporto Santos Dumont. Em Porto Alegre, ao tomar o avião para o Rio, já havia sido alvo de consagrada homenagem do povo gaúcho. Repetiram-se, na capital da República, as mesmas demonstrações de carinho.

Apesar dos pesares, a Constituinte ia realizando sua tarefa. Vez por outra o ódio recalcado dos udenistas interrompia os trabalhos em andamento, a fim de acutilar a personalidade de Getúlio Vargas, a quem não perdoavam pela vitória esmagadora do general Dutra. No dia 5 de junho, Otávio Mangabeira, líder da UDN, conseguiu ver aprovada, pelo plenário, uma moção de aplauso às Forças Armadas pelo que haviam feito no dia 29 de outubro. Todos esses fatos, importantes ou não, revelavam-se incapazes, todavia, de disfarçar a verdadeira e única causa da generalizada agitação que se observava no cenário político: as sucessões estaduais.

O ano de 1946 passou-se entre discussões políticas e acertos sobre os dispositivos da Constituição, em elaboração no Congresso. Como

secretário do PSD mineiro, participava dos entendimentos, esforçando-me – como é do meu temperamento – por dissipar as desinteligências, aplainar as arestas, enfim, evitar de todas as maneiras que as dissensões se agravassem. Esse modo de ser – ou melhor, esse comportamento conciliatório – fez com que passasse a ser convocado para participar de todas as conversações políticas, nas quais os ânimos se mostrassem exaltados. Apesar de me sentir lisonjeado com a distinção, era com sacrifício que comparecia a essas reuniões. É que, naquele momento, estava preocupado em solucionar um problema de suma importância para mim: a adoção de uma filha, que seria a companheira de Márcia.

O verão havia chegado, e fomos passar os meses de calor em Belo Horizonte. Logo que chegamos à capital mineira, Sarah, conversando com D. Eulália, esposa do meu amigo de infância Armando Mata Machado, manifestou a apreensão em que se encontrava no que dizia respeito à Márcia. D. Eulália disse-lhe que havia adotado uma menina, Dina, filha de um casal de extraordinárias qualidades humanas, e que estava satisfeítíssima. E perguntou: “Por que não faz o mesmo?” Sarah entusiasmou-se com a ideia e sentiu-se ainda mais animada ao saber que o casal Osvaldo e Judite Oliveira Mata, pais de Dina, não faria objeção a que outra de suas filhas fosse adotada por nós.

Como já disse em passagem anterior destas memórias, trabalhava em nossa casa o meu antigo ordenança do tempo em que eu fora capitão-médico da Polícia Militar do estado. Era um negro de pernas tortas, feio, mas de admirável grandeza de alma. Chamava-se Juscelino Felício dos Santos e era, como eu, natural de Diamantina.

O casal Osvaldo e Judite Oliveira Mata tinha 11 filhos e residia nos arredores da cidade de Montes Claros. Tudo combinado, mandei que Juscelino Felício dos Santos fosse à residência de D. Eulália, a fim de trazer Maria Estela. O assunto já vinha sendo discutido desde algum tempo no seio da família Oliveira Mata, e era natural que o meu nome ali fosse mencionado com frequência, muita embora Maria Estela, dada a sua tenra idade, não tivesse uma ideia exata de quem seria aquele Dr. Juscelino, de que tanto se falava. Quando o meu ex-ordenança chegou à casa de D. Eulália para apanhar Maria Estela e levá-la de automóvel para nossa casa, ela, ao ver aquele preto feio, de pernas tortas, saiu em

desembalada carreira, indo refugiar-se no fundo do quintal. Toda a família teve de intervir e, por fim, Maria Estela acabou por entrar no automóvel e seguir com o ex-ordenança para nossa residência.

Dizem que as grandes felicidades nunca são conseguidas sem esforço. Assim aconteceu no processo da complementação da nossa família. As apreensões, as noites em claro, as frequentes visitas de médicos cessaram, como por encanto, em face da simples presença de uma encantadora criança. Lembro-me de que tudo correu bem desde o dia da chegada de Maria Estela. Ao deixar o automóvel, dirigiu-se para Sarah, natural e alegremente. Sarah comoveu-se. Em seguida, virou-se para mim olhou-me demoradamente, como se procurasse dissipar uma dúvida que trazia no espírito. Depois, sorriu com franqueza e estendeu-me os braços, esperando que a acolhesse. Eu o fiz, carinhosamente. Ela e Márcia entenderam-se logo no primeiro encontro. Tornaram-se amigas. E, poucos dias mais tardes, já eram irmãs – a irmã que Márcia desde três anos vinha esperando com ansiedade.

Sarah adotou o critério de nada ocultar a Maria Estela. Fazia com que ela visitasse seus pais e suas irmãs. E, assim, os anos passaram. Fui deputado. Elegi-me governador de Minas. E, por fim, ocupei a Presidência da República. Como todo político, vi-me envolvido por tempestades que fizeram temer pelo meu futuro. Contudo, nesses momentos cruciais, nunca me faltou o apoio dessas duas filhas queridas. Ao lado de Sarah, cuja firmeza de caráter era motivo de admiração para todos, eu me reconfortava com o carinho, o amor e a dedicação sem limites dessas duas crianças. Solidárias em tudo, pareciam feitas uma para outra.

Será justo recordar um fato do qual muito me orgulho. Nunca fizemos a menor distinção entre as duas. Ambas eram filhas com os mesmos direitos e as mesmas atenções. A única diferença era que Márcia nos chamava *papai* e *mamãe*; e Maria Estela nos tratava como padrinhos. Aquela situação não deixava de ser constrangedora para mim. No dia 10 de dezembro de 1957 – quando Maria Estela iria completar 15 anos de idade e eu já sendo presidente da República – preparei um decreto, permitindo que as filhas adotivas tivessem o mesmo direito das legítimas, inclusive o de usar o nome de família dos seus respectivos pais. Lavrado o decreto, entreguei-o a Sarah, pedindo-lhe que o levasse à Maria Estela e lhe dissesse que era o meu presente de aniversário. Sarah fez com que

Maria Estela tomasse conhecimento dos termos do ato e refletisse sobre as suas implicações. Pediu-lhe que não tivesse pressa em dar a sua resposta. Ao terminar a leitura, Maria Estela tomou logo sua decisão. Foi ao meu gabinete e beijando-me disse: “Obrigada, papai.” Abracei-a, comovido.

Apesar da violência com que havia sido conduzida a campanha eleitoral, principalmente pelos udenistas, o presidente Dutra insistia em realizar uma política de conciliação, tentando, sempre que possível, atender às reivindicações de seus adversários da véspera. Contudo, sucediam-se as crises estaduais – algumas de caráter local, mas a maioria fomentada pela alta cúpula udenista. No que dizia respeito a Minas, a situação ia de mal a pior. O ressentimento de Dutra em relação às hesitações de Benedito Valadares durante a campanha eleitoral estava sendo convenientemente explorado pelos brigadeiristas e, assim, repetiam-se, no estado, os atritos que só poderiam enfraquecer o PSD.

Para os udenistas, a tarefa ainda se tornara mais fácil, já que existia para ser explorada – tendo em vista a fragmentação do PSD – a ambição de Carlos Luz de vir a ser o futuro governador do estado. Ocupando a pasta da Justiça e, portanto, convertido numa espécie de árbitro das dissidências municipais, ele passara a utilizar os poderes que lhe conferia a posição que ocupava para fazer o jogo dos udenistas. Dessa forma, começara a ser demolida, sistemática e inteligentemente, a sólida estrutura partidária que eu, como secretário do PSD, e outros correligionários havíamos montado no estado. Apesar de alguns êxitos iniciais, Carlos Luz não se mostrava satisfeito. A fim de reforçá-los, decidi realizar uma campanha de persuasão pessoal, tentando aliciar para a sua causa alguns elementos pessedistas com os quais mantinha relações de amizade. Nesse sentido, procurou-me. Nossa conversa se prolongou por mais de uma hora e meia. Explicou-me as razões que o haviam levado a tomar aquela atitude. Era a sua chance. Tinha tudo a seu favor: o fato de ser ministro, a circunstância de ocupar uma posição de relevo na cúpula do PSD, a ausência de outro candidato em iguais condições para disputar o cargo. Concluiu por me fazer um apelo no sentido de que o apoiasse no seio da Comissão Executiva, alegando que, embora eu fosse amigo de Benedito Valadares, poderia ficar certo de que não alimentava a menor intenção de hostilizá-lo, caso conseguisse eleger-se governador do estado.

Ouvi Carlos Luz com a maior atenção e, por fim, manifestei-lhe com franqueza a minha opinião. Disse-lhe que ele não tivera habilidade em lançar a sua candidatura. Ao invés de aliciar previamente os membros do partido, como era de praxe, ele procurara impor sua escolha de cima para baixo, apresentando-a como uma exigência do general Dutra. Todos éramos correligionários do presidente da República e havíamos trabalhado por sua eleição; contudo, existia a tradição, preservada pelos líderes do partido, de não se permitir que o chefe do governo, justamente por ocupar essa posição, ditasse à Comissão Executiva o nome do candidato em que ela deveria votar para a governadoria do estado. Em face disso, sua atitude causara certa irritação nos círculos pessedistas e, quanto mais ele insistia em dizer que era o candidato do Catete, maior ia se tornando, no seio do PSD, a resistência à sua indicação.

Homem profundamente educado, Carlos Luz agradeceu minha franqueza, mas disse-me, ao despedir-se, que embora compreendesse minhas razões lamentava informar-me: quer o PSD quisesse, quer o PSD não quisesse, ele iria ser o futuro governador de Minas. E, sorrindo, advertiu: “Vamos ver quem manda mais: se o general Dutra ou se os seus amigos pessedistas.”

O que eu lhe dissera não era nada mais nada menos do que ele próprio iria ouvir, com algumas exceções, dos demais próceres pessedistas. Entretanto, em vez de recuar, procurando adotar uma estratégia que pudesse conciliar os interesses em choque, não só insistiu na mesma linha, mas procurou fazê-lo com maior violência. Seu próximo passo seria dirigido no sentido de um desafio direto ao próprio Benedito Valadares. O alvo em mira: o interventor no estado, João Berardo. Durante os poucos meses em que estivera no Palácio da Liberdade, fiel às suas convicções políticas, ele havia procurado reparar, da maneira mais discreta possível, as injustiças praticadas no governo anterior. Bastou isso para que a UDN passasse a agitar o plenário da Câmara dos Deputados, com sucessivas e candentes denúncias da existência de um clima de terror em Minas. Essa situação viera a calhar aos objetivos políticos de Carlos Luz. Entretanto, seus planos não poderiam ser executados com a presteza que desejava, pois era cada vez mais confusa e grave a situação política nacional. Dutra tinha em mente realizar um governo de coalizão. Mas para isso teria de resolver

isoladamente os numerosos casos estaduais, os quais, quase sempre envolvendo problemas de natureza pessoal, apresentavam-se quase insolúveis. Além do caso de Minas, o presidente estava às voltas com o de São Paulo, o da Bahia, o de Pernambuco, o do estado do Rio e o do Rio Grande do Sul.

Em face disso, e também desejando preservar sua autoridade de chefe da nação, Dutra julgara mais prudente delegar poderes ao general Góis Monteiro, o qual, sendo o seu ministro da Guerra e representando o seu pensamento político, talvez obtivesse mais êxito na solução daqueles complexos problemas. Góis Monteiro, conversador emérito, aceitou de bom grado a tarefa que lhe fora confiada.

Concluída a votação da nova Constituição, tomara impulso a sugestão, feita pelo Conselho Nacional do PSD, de que Nereu Ramos fosse o vice-presidente da República. Este foi o primeiro embate. Benedito Valadares tomara a questão a peito, já que surgira, para contestar sua sugestão, a candidatura de outro mineiro também pessedista, Fernando Melo Viana. A disputa fora dura, na realidade. De um lado, o PSD, embora majoritário, mas sem dispor de quaisquer alianças; e, do outro, a coligação UDN, PR e PCB. O ex-presidente Bernardes, líder do PR, era visto em frequentes conciliábulos com Otávio Mangabeira, chefe da UDN. O objetivo dessas conferências era reforçar a posição de Melo Viana, que dia a dia mais se enfraquecia. Em setembro, Benedito havia conseguido o apoio da bancada petebista – aliás, muito numerosa – para a candidatura Nereu Ramos. Em face dessa adesão, a questão parecia estar liquidada.

No dia 5 de setembro concluíra-se a votação do projeto da nova Constituição, e, no dia imediato, fora ratificada a escolha de Nereu Ramos para a vice-presidência da República. Góis Monteiro mostrou-se indignado, mas nada poderia fazer. Estava em face de um fato consumado. Melo Viana, sentindo que lhe faltava a base na qual vinha apoiando sua pretensão, tomou a única atitude que, em face das circunstâncias, lhe competia assumir: desistiu de pleitear o cargo. Em declaração à imprensa, extravasou sua irritação: “Declaro não ser mais candidato à vice-presidência da República.” Mas se Melo Viana desistira por um lado, a UDN, inconformada com a derrota, voltava à carga, apresentando então, para substituir Melo Viana, o nome de José Américo, logo apoiado pelo PR. Se Melo Viana, que

disputara com ardor sua indicação, já havia desistido da luta, que perspectiva poderia ter então José Américo, surgido à última hora, e quando já se encontrava perfeitamente consolidada a posição política de Nereu Ramos? No dia 19 de setembro teve lugar a eleição com o seguinte resultado: Nereu Ramos, 178 votos; José Américo, 139, verificando-se, portanto, uma vantagem de 39 votos para o político catarinense.

O drama parecia ter chegado ao fim. Para nós, mineiros, ele apenas havia começado. Contudo, o cenário do embate já não era o mesmo: em vez de área federal, iríamos lutar no terreno estadual, no interior da própria Minas.

Lembro-me que, após o desfecho do caso Nereu Ramos, que foi considerado uma vitória espetacular de Benedito Valadares, Góis Monteiro convocou-nos – a mim e a Benedito – para uma conferência no seu gabinete. Desta vez, o problema que estava em pauta era a sucessão mineira. Góis desejava convencer-nos a aceitar a candidatura Carlos Luz, já vetada pela maioria dos próceres pessedistas. Falou amazonicamente, como era seu hábito. Benedito, matreiro, ouvia em silêncio. Góis, porém, mostrava-se insistente. Não admitia que pudesse existir a menor restrição à candidatura de Carlos Luz, já que se tratava de um desejo do presidente da República. Voltando-se para mim, tentou aliciar-me para a causa que defendia: “Não concorda comigo, deputado?”

Chamado ao debate, não pude deixar de responder à pergunta. “Para ser sincero, general, devo dizer-lhe que a questão está posta em termos errados. Ninguém é contra Carlos Luz pessoalmente. Eu próprio sou seu amigo e mantenho com ele, desde muitos anos, as melhores relações possíveis. O ponto de vista do PSD mineiro não tem base, pois, na pessoa do ministro da Justiça. O que defendemos – e nesse sentido está coesa a maioria esmagadora da Comissão Executiva do partido – é o direito que devem ter os próceres mineiros de resolver, segundo suas próprias conveniências, os problemas internos do estado. Para dar-lhe um exemplo da nossa isenção, basta dizer que nem um candidato apresentamos ainda para disputar com Carlos Luz a preferência do eleitorado nas próximas eleições.”

Góis interveio visivelmente irritado: “E o Bias? Sei que o Bias é o candidato do governador Valadares.” Benedito interveio: “Não é

verdade, general. Isso é o que disseram alguns jornais, mas ninguém mais do que o senhor tem sido vítima de rumores veiculados pela imprensa.” O ministro acalmou-se: “Reconheço que a imprensa divulga muita coisa que não tem o menor fundamento.”

Prosegui, então: “Não temos candidato, pois este será escolhido pela Comissão Executiva e sua indicação será, ou não, homologada pela Convenção do partido. Há grupos, facções, alas, blocos regionais. Entretanto, cabe à liderança da agremiação ouvir todas as opiniões, fazer a triagem dos possíveis candidatos e, por fim, coordenar um nome. O processo sempre foi esse. O que Carlos Luz deveria ter feito seria submeter-se ao processo. Aliciar adeptos. Formar sua base eleitoral dentro da Comissão Executiva. Todavia, em lugar disso, ele se apresentou como candidato do general Dutra e, baseado nesse apoio, passou a exigir que sua indicação fosse homologada. E, se antes ele tinha possibilidade de ser indicado, hoje a situação alterou-se, e justamente contra a sua pretensão.”

O general Góis interrompeu-me mais uma vez para perguntar: “O senhor quer dizer que, mesmo sendo recomendado pelo presidente da República, ele corre o risco de não ser indicado?” “Justamente, general” – respondi. “A dificuldade na solução reside na maneira como o problema está sendo conduzido. O senhor luta por um nome; e nós defendemos uma tese – a tese de que os assuntos internos de Minas devem ser solucionados pelos próprios mineiros.”

Calei-me, esperando pela palavra do ministro da Guerra. Góis Monteiro apanhou um lápis e passou a fazer rabiscos numa folha de papel. Após alguns segundos, levantou-se, estendeu-nos a mão e deu por encerrada a reunião com estas simples palavras: “Vou pensar sobre o que me disseram.” O fim daquela conferência iria dar início ao drama da sucessão mineira.

.....

O “Queremos Juscelino”

NAQUELE PERÍODO – fins de 1946 – eu dispunha de muito maior tempo para me dedicar aos assuntos políticos. O problema doméstico estava resolvido. Márcia livrara-se da broncopneumonia, e a companhia de Maria Estela restituíra-lhe a vivacidade, cuja ausência temporária tantas preocupações nos trouxera. Em face da paz que desfrutava no lar, vivia a todo vapor. Participava de reuniões políticas. Fazia viagens ao interior de Minas, a fim de manter o indispensável contato com o eleitorado. E desempenhava com a eficiência que se fazia necessária as minhas árduas funções de secretário-geral do PSD mineiro.

No cenário federal, nem tudo corria bem para o governo. As velhas dissensões reponavam a cada momento. Em meados de setembro, discutia-se na Constituinte um dispositivo referente ao que hoje se denomina a sublegenda partidária. Outra era contra a iniciativa, e dera ordem à bancada governista para que vetasse a inovação. O choque alargou ainda mais a área dos desentendimentos políticos, estabelecendo, contra a evidente vontade do presidente, uma nítida linha divisória entre situacionistas e oposicionistas.

Em Minas, a situação era, igualmente, de confusão. Estava de pé a candidatura Carlos Luz, apoiada por uma minoria de integrantes da

Comissão Executiva do partido. Benedito Valadares, apesar do que ele denominara “sua grande vitória no caso Nereu Ramos”, ainda permanecia desconfiado, temendo – como, aliás, acontecia com todos nós – que a imposição da candidatura Carlos Luz, feita pelo Catete, tivesse como resultado uma irremediável fragmentação do PSD mineiro, até então uma organização disciplinada e unida em torno dos seus tradicionais líderes. E se isso acontecesse, estariam abertas para a UDN as portas do poder no estado.

No dia 18 de setembro, Carlos Luz fez uma viagem a Belo Horizonte. Tratava-se de uma espécie do lançamento oficial de sua candidatura. O que tivera em vista com essa excursão era forçar um pronunciamento do PSD. Nesse sentido, farta propaganda foi feita, com cartazes, boletins e entrevistas de adeptos seus pelas emissoras locais. Essa viagem, porém, resultou num grande fracasso. Sua presença em Belo Horizonte não despertou qualquer entusiasmo. Houve uma exceção, é verdade. A imprensa udenista abriu-lhe as suas melhores colunas, saudando-o como o *futuro governador de Minas*.

A atoarda feita pela imprensa em torno da visita de Carlos Luz a Belo Horizonte teve como resultado convencer os pessedistas de que deveriam agir, promovendo – já que a candidatura do ministro da Justiça parecia inviável – a escolha do seu próprio candidato. Surgiram nomes. A própria Comissão Executiva do partido era integrada por homens públicos do maior merecimento, e muitos deles se achavam com direito a dirigir o estado. Daí a dificuldade de se entrar em acordo sobre uma candidatura que pudesse ser bem aceita por todos nós. Alguns jornais lançaram o nome de Bias Fortes. Tratava-se de um homem ilustre, membro da Comissão Executiva e muito ligado ao ex-vice-presidente da República, Melo Viana. A sugestão obteve ressonância e logo sua candidatura passara a receber adesões.

Benedito Valadares não desejava que Bias Fortes fosse o candidato do PSD. Se o problema era pacificar, unir a família pessedista, “ninguém melhor então do que o Juscelino, que é estimado por todos, exerce com a maior eficiência as funções de secretário-geral da Comissão Executiva e dispõe, portanto, de larga folha de serviços prestados ao partido”.

Este era o pensamento de Benedito Valadares, do qual só bem mais tarde vim a tomar conhecimento. Assim, sem o saber, vi-me inscrito

entre os prováveis candidatos e a articulação do meu nome passara a ser feita quase em surdina, através das famosas “conversas ao pé do ouvido” do ex-governador. Nesse sentido ele trocara ideias com Luís Martins Soares, político de grande prestígio na Zona da Mata, que aprovara a sugestão e, igualmente, segundo creio, com Israel Pinheiro. Entendera-se, também, com José Maria Alkmin.

Ignorando o que se tramava nos bastidores, eu havia tido uma longa conferência com Bias Fortes, durante a qual, atendendo a um apelo seu, assumira o compromisso de tudo fazer por sua indicação. Trabalharia para que ele fosse indicado e, quando isso ocorresse, atuaria junto às delegações que estariam presentes à convenção do partido – cuja data ainda não havia sido fixada – para que sua indicação pudesse ser facilmente ratificada. Em face da atitude que havia tido, já não poderia voltar atrás.

Naquele período, Minas dava a impressão de ser um estado sem liderança. Liderança situacionista, bem entendido, pois a oposição era ativa, vigilante e desabrida. A Convenção do PSD vinha sendo adiada de semana para semana, sem que o povo soubesse os motivos dos sucessivos adiamentos. Benedito, o líder da situação, fechara-se num mutismo desconcertante, e só se manifestava em conversas íntimas e, assim mesmo, com um reduzido círculo de amigos.

Belo Horizonte estava entregue, assim, às moscas. Os políticos chegavam. Conferenciavam com o interventor João Berardo e desapareciam no dia seguinte. Mesmo a representação do PSD havia sido seccionada. Os partidários de Carlos Luz reuniam-se em um prédio situado na Rua Goitacazes; e a Comissão Executiva do partido funcionava na sua sede tradicional na Avenida João Pinheiro.

Eu era amigo íntimo de Pedro Aleixo, e estávamos juntos quase diariamente. Nas nossas conversas era abordada, com frequência, a situação política do estado. Como pertencíamos a agremiações diferentes, nunca externávamos com franqueza nossos pensamentos, evitando comentar o que era de interesse exclusivo de cada um dos nossos partidos. Apesar dessa cautela, muitas indiscrições eram trocadas. Pedro Aleixo sabia das minhas apreensões em relação ao que estava ocorrendo no seio do PSD. E eu não ignorava que ele – e todos os seus companheiros udenistas – aguardava,

com ansiedade, que aquela crise se agravasse. Se assim acontecesse, a UDN teria *chance* de eleger o futuro governador do estado.

O ambiente em que vivíamos era, portanto, de desconfiança, de suspeição, de dúvida generalizada. E eis que, agravando a confusão reinante, surgira uma espalhafatosa, contundente e desafiante campanha, tendo como *slogan* a frase *Queremos Juscelino*. Lembro-me como tomei conhecimento do fato. Numa das minhas frequentes viagens a Belo Horizonte, quando seguia para o centro da cidade, após haver deixado o avião na Pampulha, surpreendi-me ao ver aquele *slogan* difundido por toda parte. Muros, tapumes, edifícios em construção, paredes de velhos prédios e até postes de iluminação – tudo ostentava, em letras garrafais, a frase-apelo, desenhada toscamente ou simplesmente pichada.

Ao chegar à sede do PSD, na Avenida João Pinheiro, convoquei meus auxiliares diretos e lhes pedi que apurassem a responsabilidade daquela campanha, que só me poderia ser prejudicial. Pouco depois era informado do que acontecera. Tratava-se de uma iniciativa dos antigos *comitês de bairro*, que eu havia criado em minha gestão na prefeitura. A atitude que tinham tomado havia sido imposta pela evidente omissão da liderança pessedista. Bias Fortes, embora lembrado pela imprensa, não chegava a ser ainda um candidato. Assim, o terreno estava livre para quem dispusesse de eleitorado. E eu era, de fato, muito popular na capital.

No princípio, a campanha era tímida. Acanhada. Temerosa de se afirmar. Mas surgiram numerosas adesões. E o que havia sido a iniciativa de um grupo apenas de amigos transformou-se num movimento popular. Depois dos primeiros dizeres nos muros, vieram as faixas e, por fim, os cartazes. Já se organizavam comitês no centro urbano e cogitava-se de fazer infiltrar a campanha por todo o interior do estado. Em face do que me informaram, convoquei os líderes do movimento para uma reunião na sede do PSD. Expliquei-lhes a situação difícil em que se encontrava o partido – necessitando mais do que nunca de unidade e coesão. Era verdade que ainda não havia sido indicado nosso candidato. Mas, segundo tudo fazia prever, este seria certamente Bias Fortes. Já havia me entendido com ele, e prometera-lhe o meu apoio. Em face das circunstâncias, embora muito me sensibilizasse a lembrança do meu

nome, rogava-lhes que pusessem termo àquela campanha; pois não poderia faltar ao compromisso assumido com Bias Fortes.

Informado sobre o que se tramava nos bastidores do partido, decidi retornar ao Rio imediatamente, a fim de conversar com Benedito Valadares. A situação do plano federal, no que dizia respeito a Minas, permanecia confusa. Contudo, encontrei Benedito em melhor estado de espírito do que o havia deixado ao viajar para Belo Horizonte. Conversamos longamente sobre a situação mineira, e expliquei-lhe as razões que, moralmente, me impediam de ser candidato. Compreendeu-me, declarando apenas que eu havia sido precipitado ao assumir, sem ouvi-lo, o compromisso de apoiar Bias Fortes. Disse-me ainda que naqueles dias iria tirar a limpo aquela “história do Carlos Luz ser o candidato do Catete”, pois havia pedido uma audiência ao general Dutra.

No dia 5 de julho, realizou-se a anunciada conferência do ex-governador com o presidente da República. O assunto em pauta: discussão sobre quem seria o candidato pessedista ao Palácio da Liberdade. Depois de uma longa troca de opiniões, Benedito apresentou ao presidente uma lista de três nomes, na qual figurava o de Bias Fortes e, matreiramente, era omitido o de Carlos Luz. O general Dutra examinou a lista com atenção e concluiu por dizer que todos os três nomes eram excelentes, sem fazer qualquer alusão a Carlos Luz. Ao terminar, garantiu ao ex-governador que não desejava se envolver em assuntos políticos estaduais, e daí a razão por que havia delegado poderes ao general Góis Monteiro para se entender com os líderes nacionais.

Deixando o palácio, Benedito me contou o que se passara na conferência, e concluiu: “Como estava desconfiado, o Luz não é o candidato de Dutra.” Revelou-me a manobra da lista tríplice, muito parecida, aliás, com a tática adotada por Getúlio Vargas com Antônio Carlos por ocasião da escolha de seu próprio nome para a interventoria em Minas. E esclareceu: “A trama da candidatura Luz tem, pois, outra origem: ou é iniciativa de alguns círculos palacianos, ou, talvez, seja um plano pessoal do Góis.”

Animado pelas perspectivas que se abriam, Benedito reuniu a Comissão Executiva do partido no seu apartamento, no dia 14 de junho, a fim de apalpar o terreno que iria trilhar. Nessa reunião, discutiu-se o problema da constituinte estadual. No dia 28 de julho – mês e meio mais tarde, portanto – promovia outra reunião pessedista, mas esta já com uma finalidade

específica: triagem de nomes para a escolha do futuro governador. Os candidatos em potencial eram dois: Carlos Luz e Bias Fortes. Dos dois, o mais cordato era Bias Fortes. Aceitaria qualquer solução, desde que refletisse a vontade da maioria dos integrantes da Comissão Executiva. Carlos Luz, porém, mostrara-se intransigente. Ou seria escolhido, ou romperia com o partido. Percebendo que não contaria com um número suficiente de votantes no seio da Comissão Executiva, ele resolvera dar uma demonstração de prestígio, esperando que, com isso, obtivesse adesões. João Berardo era o interventor no estado e seu comportamento à frente do governo tinha sido alvo de críticas, tanto da UDN quanto do PR. Sua demissão seria, na realidade, uma demonstração de força. Carlos Luz decidiu recorrer a esse expediente extremo, para consolidar sua posição de candidato. Nesse sentido, tramou: reuniu provas, fornecidas pela UDN e pelo PR, mobilizou seus partidários palacianos e conseguiu do general Dutra, por fim, a tão desejada demissão.

Contudo, mesmo nessa jogada, seu triunfo foi relativo. Dutra, fiel à realização de sua política de pacificação nacional, concordara com a demissão de João Berardo, mas com a condição de que fosse nomeado para o seu lugar um interventor apolítico. Assim, no dia 12 de agosto, teve lugar a exoneração de Berardo, sendo substituído no mesmo dia por Júlio Ferreira de Carvalho – advogado, homem íntegro e afastado das competições partidárias, porém íntimo amigo de Carlos Luz.

Com a nova Constituição promulgada e as eleições para a governadoria do estado marcadas para o dia 19 de janeiro de 1947, movimentaram-se, em consequência, os círculos políticos estaduais. Belo Horizonte transformara-se, de um dia para outro, numa espécie de Meca partidária. Chegavam chefes municipais e prefeitos do interior. Os que apoiavam Carlos Luz dirigiam-se para a sede da dissidência, situada na Rua Goitacazes, onde funcionava a denominada *ala liberal*. Já os que haviam permanecido fiéis à antiga liderança concentravam-se no velho casarão da Avenida João Pinheiro, onde estava em atividade a Comissão Executiva do PSD. Para agravar ainda mais a situação – já por si caótica –, Carlos Luz exonerou-se da pasta da Justiça no início de outubro. Objetivo: dedicar-se de corpo e alma à sua candidatura. Ao deixar o cargo, declarou aos jornalistas: “Volto à planície, onde está o povo e, com ele, subirei as escadas do Palácio da Liberdade.”

.....

Uma coligação derrota o PSD

OS DADOS ESTAVAM LANÇADOS. Carlos Luz já iniciara a campanha, enquanto o *PSD Ortodoxo* nem ao menos lançara candidato. Falava-se em Bias Fortes. E eram numerosos os próceres do partido que o apoiariam. Mas Benedito Valadares, apesar de concordar em princípio com a indicação do político de Barbacena, nenhuma atitude havia tomado no sentido de homologá-la. Contudo, o que tanto se esperava acabou por acontecer. Após diversas reuniões realizadas no Rio, havia ficado decidido: Bias Fortes seria o candidato do PSD à governadoria do estado. Resolvido o problema, dei início aos preparativos para a realização da convenção, que deveria ter lugar em Belo Horizonte, na segunda quinzena de outubro. Ia comandar de novo, e desta vez em condições de visível inferioridade – já que o PSD estava dividido e os adversários diziam contar com o apoio do governo federal –, outra renhida batalha política.

O erro de Carlos Luz, como disse, foi justamente o de tentar forçar a liderança do PSD mineiro a indicar o seu nome. Surgiram, então, as resistências. Tornaram-se públicos os primeiros vetos. E, por fim, ocorrera, então, aquela verdadeira cisão no seio da Comissão Executiva, com sete membros declarando-se seus partidários e o resto – que era a maioria esmagadora – permanecendo fiel à liderança de Benedito Valadares. Se

assim acontecia no Rio, o que se dizer, então, sobre o que ocorria em Belo Horizonte – um centro de efervescência política por excelência. Logo minguiaram os mais assíduos frequentadores na sede do seu comitê, instalado na Rua Goitacazes. Não só minguiaram, mas passaram a rondar o Grande Hotel, na Rua Bahia, onde estava hospedado Benedito Valadares. E, re-matando o crescente esvaziamento de sua candidatura, surgiram rumores, cada vez mais insistentes, de que estava sendo discutida a escolha de um *tertius*, já que nem o seu nome nem o de Bias Fortes despertavam grande entusiasmo nos círculos pessedistas. Tomando conhecimento da manobra, Carlos Luz procurou reforçar sua situação, promovendo acordos interpartidários. Conseguiu atrair alguns elementos da UDN, e obteve o apoio do PR, através de longas conversações com o ex-presidente Bernardes.

De qualquer forma, a ideia de um *tertius* estava em andamento. O próprio Bias Fortes, escolhido não oficialmente para ser o candidato do PSD, declarou à imprensa que se poderia resolver o problema de modo mais elevado fazendo-se a escolha entre os grandes nomes de Minas, especialmente entre os ex-presidentes Artur Bernardes e Venceslau Brás e o ex-vice-presidente da República, Melo Viana. A ideia repercutira intensamente. Não só em Minas, mas igualmente na área federal. Quanto a Carlos Luz, dado que sua candidatura se esvaziara completamente, dizia-se que poderia ser o terceiro senador do estado, já que a nova Constituição elevava o número de integrantes da representação senatorial de dois para três em cada unidade da Federação.

Em meados de outubro, era essa a situação política que se configurava em Minas. Eu me encontrava em Belo Horizonte, onde tomava providências para a realização da convenção do PSD, a qual, após sucessivos adiamentos, havia sido marcada para o dia 1º daquele mês. Mas, logo depois, fora outra vez adiada.

Em face das circunstâncias, decidi ir ao Rio. Levava o pensamento de quase todos os membros da Comissão Executiva que se encontravam em Belo Horizonte. Ao chegar ali, encontrei Benedito Valadares mais eufórico do que nunca. Agradara-lhe, de modo surpreendente, a decisão de se optar pela escolha de um *tertius*. Carlos Luz era seu desafeto político. E quanto a Bias Fortes, conquanto suas divergências não fossem profundas, tratava-se de um político com o qual antipatizava. A saída para

um terceiro candidato, era, de fato, o que mais lhe convinha. Tendo em mente essas vantagens, Benedito Valadares passara a desenvolver intensa atividade nos círculos políticos, atuando quer no âmbito estadual, quer na esfera federal. Conversara com o general Góis Monteiro e, depois, obtivera uma entrevista com o presidente Dutra. Em ambos os encontros, defendera a conveniência de escolher Venceslau Brás como candidato à governadoria do estado.

Enquanto Benedito agia por um lado, Carlos Luz, sem o saber, seguia-lhe os passos. Sentindo que já havia perdido a *chance* de ser governador, tomara a deliberação de conseguir, ao menos, ser o coordenador da escolha do *tertius*. No dia 17 de outubro, reunira os líderes que o vinham apoiando – entre eles, o ex-presidente Bernardes, Melo Viana e alguns próceres udenistas – e propusera a retirada de sua candidatura e a escolha, para exercer a futura governadoria do estado, de um dos três mais eminentes líderes mineiros: Bernardes, Venceslau Brás e Melo Viana. Após alguma discussão, a preferência recaía no segundo, por ser um homem sem vinculações partidárias. Feita a escolha, foram incorporados ao palácio, a fim de comunicar ao presidente Dutra o que haviam resolvido. O chefe do governo, agradecendo a gentileza da comunicação, disse-lhe que aceitava, com satisfação, a escolha de Venceslau Brás. Como se vê, Carlos Luz havia recorrido à sugestão feita por Bias Fortes. A única dúvida que ainda pairava nos espíritos era se ele aceitaria, ou não, retomar à atividade política, renunciando, para isso, ao seu tranquilo retiro de Itajubá. Entretanto, as sondagens, feitas a respeito, resultaram positivas. Venceslau concordou em ser candidato, “pois” – segundo esclareceu à imprensa – “dadas as circunstâncias, não me é possível recusar.” E, com surpresa para todos, telegrafou pouco depois ao general Dutra, nos seguintes e enfáticos termos: “Vossa excelência terá em mim um colaborador leal.” Estava concertado o pacto. O *tertius*, até que enfim, havia sido escolhido. Contudo, por quanto tempo se aguentaria a nova candidatura?

A nova composição política, apesar de significar esperança de dias mais calmos para Minas, não deixou de colocar em má situação diversos próceres mineiros: justamente os que haviam apoiado a candidatura Carlos Luz. Em face disso, surgiram os primeiros protestos. Magalhães Pinto, figura preeminente da UDN, declarou em uma entrevista: “Dutra

é, agora, uma figura impopular em Minas.” E, poucos dias mais tarde, ou seja, a 24 de outubro, Virgílio de Melo Franco denunciara, com sua característica franqueza: “Não há mais coalizão em Minas; e a UDN se prepara para a batalha.”

Logo após a denúncia de Virgílio de Melo Franco sobre o fim da coalizão, Magalhães Pinto voltara à carga, chegando quase a insultar o presidente da República: “Os mineiros deram, com sinceridade e boa vontade, crédito ao general Dutra, mas, infelizmente, o chefe do governo abusou desse crédito.”

Contudo, apesar da atoarda, a candidatura Venceslau Brás ia realizando sua trajetória. Em face da sua indicação, logo passaram a circular rumores de que Júlio de Carvalho não se aguentaria no cargo. Citava-se até o nome do provável substituto: Noraldino Lima, ex-secretário do *Comitê pró Carlos Luz*, mas político muito chegado ao novo candidato à governadoria. No dia 4 de novembro, Venceslau Brás fez uma viagem ao Rio. Necessitava fazer contatos. Atualizar-se com a realidade política. E – por que não? – render suas homenagens ao novo chefe da nação. Logo ao desembarcar, definiu para os jornalistas sua linha de ação, numa visível e intencional barretada ao general Dutra: “Governarei acima dos partidos.”

Benedito Valadares, ao tomar conhecimento daquela declaração, não deixou de se irritar. Telefonou-me, chamando-me ao seu apartamento. Tinha um jornal na mão e, apontando a notícia da chegada de Venceslau, perguntou: “Já leu isso?” Em face da minha afirmativa, prosseguiu: “Tivemos um enorme trabalho para afastar o Carlos Luz e, agora, quando tudo parecia solucionado, eis que vem o Venceslau, com esses ares de grão-senhor.” Pensou um pouco e sugeriu: “Vamos procurá-lo imediatamente, a fim de tomar o pulso do homem.”

Independentemente desse aspecto de ordem política, Benedito tinha necessidade, na ocasião, de conversar, de fato, com Venceslau Brás. Existiam diversos problemas que dependiam de um acerto de ponteiros entre ambos: fixação da data definitiva da Convenção do PSD; organização das chapas de deputados estaduais e federais e solução do caso da senatoria mineira. Todos esses assuntos requeriam consideração urgente, já que se realizaria poucos dias depois – a 9 de novembro – a Convenção da UDN para a escolha de seu candidato à governadoria do estado.

Benedito Valadares teve dificuldades em se comunicar com Venceslau Brás, sempre ausente da casa de seu genro, o engenheiro José de Oliveira Marques, que residia em Ipanema, onde estava hospedado. Como secretário do PSD estadual, eu havia organizado o *dossier* dos candidatos pessedistas à Assembleia Legislativa, e era justamente esse assunto que o ex-governador mais desejava discutir com o futuro chefe do governo mineiro. Como eu havia sido o laborador do trabalho, Benedito solicitou-me que o acompanhasse naquela visita.

Recebidos, finalmente, por Venceslau Brás, Benedito expôs a razão da nossa presença e, em seguida, submeteu à consideração do ex-presidente a lista organizada de acordo com as indicações dos diretórios do interior. Mal havíamos abordado o assunto, verificamos, com surpresa, que o candidato à governadoria já tinha uma posição tomada em relação à política que pretendia realizar. Era francamente favorável a Carlos Luz e a Melo Viana. Ao receber a lista dos nomes que deveriam integrar a chapa do partido, nem se deu ao trabalho de lê-la. “Eu mesmo organizarei a lista” – esclareceu. – “De hoje em diante, sou o líder político do estado” – frisou, com certa ênfase, e concluiu: “Desejo que o senhor saiba Dr. Benedito, que não serei um governador *dois-de-paus*.” Tudo foi dito num tom de quem dava ordens e não conversava. Rematando seu desinteresse pela nossa visita, não dispensou ao ex-chefe do governo de Minas a atenção a que ele tinha direito.

A atitude do ex-presidente causou-nos profunda estranheza. Benedito, cujo temperamento era irritadiço, indignou-se e, deixando de lado os demais assuntos que deveriam ser discutidos, deu por encerrada a entrevista. Quando deixamos a residência do engenheiro José de Oliveira Marques, eu já estava certo de que Venceslau havia atirado pela janela a oportunidade, que lhe fora proporcionada, de ser o futuro governador de Minas.

No dia seguinte, regressamos a Belo Horizonte – Benedito e eu – e não se tratou mais da lista dos candidatos à Assembleia Legislativa. O assunto, para ele, estava morto. Ou melhor, inteiramente superado, já que havia surgido um problema de muito maior importância: o de escolher-se quem iria ser, em substituição ao ex-presidente, o candidato do PSD.

No Rio, o ex-presidente prosseguia na sua atividade improfícua, recebendo sucessivas homenagens e – como era praxe – julgou que deveria

dar, também, uma demonstração de força e obteve do general Dutra a demissão de Júlio Ferreira de Carvalho, que foi substituído por Noraldino Lima. Contudo, a destituição do interventor, que era de agrado dos udenistas, ocorrera uma semana após a convenção da UDN, realizada para escolher o candidato do partido à governadoria do estado. A escolha havia recaído em Milton Campos, homem íntegro, grande jurista e figura altamente respeitada por todos os mineiros. Contudo, a exoneração de Júlio de Carvalho, tendo ocorrido após a indicação de Milton Campos, foi interpretada por alguns udenistas como um ato de provocação da facção que apoiava Venceslau Brás. E esses exaltados prepararam-se para a revanche. Promoveram, sob o maior sigilo, a organização de uma manifestação de hostilidade ao interventor recém-nomeado, que teria lugar por ocasião do seu desembarque, ao regressar do Rio.

A posse de Noraldino Lima fora marcada para o dia 19 de novembro. Naquela época, Belo Horizonte atravessava uma fase de intensa especulação imobiliária e existiam prédios em construção por toda parte. Os agitadores, mobilizados pelos udenistas, receberam ordem para ocupar esses edifícios, distribuindo-se estrategicamente de forma a cobrirem todo o percurso a ser realizado por Noraldino Lima, entre a estação da Central do Brasil e o Palácio da Liberdade.

Após o desembarque, quando teve início o cortejo dos que acompanhavam o novo interventor, prorromperam, igualmente, as manifestações de desagrado. Sucediavam-se as vaias, que eram ensurdecedoras. Boletins, insultando o interventor, choviam de numerosas janelas. Dos edifícios em construção eram atirados pedaços de pau, blocos de cimento seco e sobras de material de construção. Na esquina da Rua da Bahia, o carro oficial foi atingido por uma saraivada de pedras e tijolos que lhe quebrou os vidros, deixando-o seriamente danificado. Tão bem organizada fora a *operação-udenista* que a cerimônia de transmissão do cargo teve de ser adiada, realizando-se apenas ao anoitecer. Lembro-me da fisionomia de Noraldino Lima, quando o abracei no interior do palácio. Estava lívido de indignação, e foi com visível emoção que proferiu seu discurso.

Em face do acontecido, Benedito Valadares, que permanecia em Belo Horizonte, redobrou sua atividade política. Fê-lo, porém, ao seu modo. Discretamente. Quando abordado por qualquer membro da Comissão Exe-

cutiva, mostrava-se evasivo, nunca se abrindo para comentar o problema da sucessão mineira. Conhecendo-o bem, eu sabia que ele apenas aguardava uma oportunidade. E esta surgiu, quando se deram os lamentáveis acontecimentos que assinalaram a chegada de Noraldino Lima a Belo Horizonte. O fato havia causado indignação em certos círculos palacianos. Afinal de contas, Noraldino Lima, em face da nomeação, passara a ser um delegado da confiança do presidente da República e, portanto, deveria ser tratado com o apreço e a consideração a que tinha direito. A UDN estava diretamente envolvida no escândalo e, como Carlos Luz e Melo Viana haviam se vinculado a esse partido, criara-se a oportunidade pela qual Benedito Valadares, desde o fim de outubro, vinha esperando. Sua primeira providência: chamar-me e solicitar que tomasse todas as providências para a realização da até então sempre adiada Convenção do PSD. O prazo era exíguo, pois a data fixada fora o dia 10 de dezembro. Pus-me imediatamente em ação. Redigi os comunicados respectivos, e os enviei aos jornais. E passei a telegrafar para os presidentes de todos os diretórios, convocando-os para a grande reunião partidária. Quando todas essas providências já haviam sido tomadas, perguntei a Benedito Valadares: “Nosso candidato será mesmo o Venceslau?” Sorriu enigmaticamente e respondeu: “Isto é assunto que só os delegados dos diretórios resolverão na Convenção...”

Fixada a data da assembleia, verificou-se na capital intensa atividade política. Chegavam deputados do Rio. Próceres pessedistas, que residiam no interior, anteciparam-se aos presidentes dos diretórios e se hospedaram no Grande Hotel. Melo Viana chegara, trazendo grande comitiva. Surgira pouco depois, Carlos Luz, vindo de Leopoldina. Na sede do PSD, reuniam-se diariamente os próceres do partido, em intermináveis conversas políticas. Os jornais abriam manchetes e as emissoras não saíam do ar. Entretanto, tudo era encarado com naturalidade pelo povo, já habituado àquelas periódicas concentrações partidárias. A opinião popular esperava a indicação de Venceslau Brás como candidato do PSD à governança do estado.

Naquela oportunidade, porém, surgira um forte movimento subterrâneo, solapando a candidatura do ex-presidente. O movimento se espalhava, transmitido de pessoa a pessoa, como se obedecesse a um comando invisível. Eu não ignorava quem era o responsável por aquela

estranha conspiração. Mas, como secretário do PSD, o que me competia fazer era atender, da melhor forma possível, as delegações que já haviam começado a chegar.

Benedito Valadares tinha instalado seu quartel-general no Grande Hotel. Da manhã à noite, conferenciava – a portas fechadas – no seu apartamento. E, quanto mais ele conversava, mais se avolumava o número dos que julgavam infeliz a escolha de Venceslau Brás. Entretanto, ninguém tinha ideia de quem seria escolhido para substituí-lo. Alguns dias depois, a confusão era geral. Melo Viana e Carlos Luz desenvolviam, igualmente, grande atividade, aliciando votos para o *solitário de Itajubá*.

De repente, sem que se soubesse como, o nome de Bias Fortes voltou a ser mencionado. Tratava-se de um pessedista sincero, mais interessado no fortalecimento da agremiação partidária a que pertencia, do que na sua situação pessoal. Seria, portanto, um excelente candidato. E o seu nome passou a ser discutido, avolumando-se as adesões dos delegados do interior.

Até então, Benedito Valadares havia trabalhado em sigilo. Agia com prudência, porque temia uma reação de certos círculos palacianos que lhe poderiam arruinar a carreira política. Entretanto, um telefonema, vindo do Rio, contribuiu para que ele alterasse substancialmente sua atitude. Costa Neto, que substituíra Carlos Luz no Ministério da Justiça, dissera a Euvaldo Lodi, deputado federal por Minas, e elemento de influência no PSD, que o “governo federal acompanhava, com apreensão, o que estava ocorrendo na política mineira, mas julgara que competia exclusivamente à Convenção do partido a solução do problema.” E acrescentou: “Fiel a esse ponto de vista, o governo federal não intervirá no problema.” Euvaldo Lodi, deixando o gabinete do ministro, telefonara a Benedito Valadares, que se sentiu eufórico. As palavras do ministro Costa Neto representavam um *abre-te, Sésamo*, para o plano que sigilosamente ele já vinha executando.

Alkmin e eu fomos chamados ao Grande Hotel. Ali Benedito contou-nos o que havia ocorrido. “Temos de conversar com todos os delegados.” Foi um trabalho árduo, penoso, esfalfante. Além dessa tarefa, tinha de supervisionar todos os preparativos para a realização da Convenção.

Enquanto nós, de um lado, fazíamos a campanha em favor de Bias Fortes, Carlos Luz e Melo Viana, do outro, agiam em sentido contrário,

tentando sustentar a candidatura de Venceslau Brás. A luta foi renhida, e nela acabaram tomando parte todos os integrantes da Comissão Executiva. Carlos Luz e Melo Viana, apoiados por mais cinco elementos – ao todo 7 –, apoiariam Venceslau Brás. O bloco maciço, chefiado por Benedito Valadares, integrado por 14 membros da Comissão, votaria em Bias Fortes.

A Convenção teve lugar no cinema S. Luís, o mais espaçoso da cidade, e seus trabalhos se prolongaram por três dias. Durante a primeira sessão preparatória, foi constituída uma comissão de seis membros para fazer a triagem dos candidatos à Assembleia Legislativa. Eram seus membros: Benedito Valadares, Carlos Luz, Melo Viana, Cristiano Machado, Bias Fortes e eu. Três da ala dissidente e três do bloco valadarista. Em face do equilíbrio de forças, tornou-se muito difícil a organização das respectivas chapas. Lembro-me que, ao deixar a sala, interpelado por um jornalista, defini, recorrendo à terminologia médica, os obstáculos que teriam de ser vencidos: “As chapas serão organizadas ainda que tenhamos de recorrer a um esforço obstétrico.” O esforço obstétrico foi feito, mas o parto não ocorreu. Diante do impasse, deixou-se o problema para ser solucionado após a eleição do candidato a governador. Na segunda reunião preparatória, procedeu-se ao reconhecimento das credenciais das delegações que haviam comparecido, chegando-se ao seguinte resultado: 239 diretórios foram reconhecidos e 14 deixaram de se fazer representar.

No dia 10 de dezembro realizou-se, então, no recinto do cinema S. Luís, a sessão solene da Convenção. Desde cedo era enorme a afluência do povo. Plateia e galerias lotadas. O ambiente era de exaltação. Quando chegamos – os integrantes da facção valadarista – fomos recebidos por calorosos aplausos. Toda a Rua Rio de Janeiro, na qual se erguia o cinema, estava tomada por enorme multidão. Foi a custo que conseguimos romper a massa e entrar no recinto. O espetáculo, lá dentro, era de fato deslumbrante. Logo no início dos trabalhos, Alkmin pediu a palavra e sugeriu que a votação fosse secreta. Reagiram os partidários de Venceslau Brás, que desejavam o contrário. Estabeleceu-se uma interminável discussão sobre o assunto, durante a qual Alkmin ocupou a tribuna 5 vezes. A decisão seria da Comissão Executiva e, posta em votação a questão, vencera a facção valadarista. Coube a mim, como secretário-geral do partido, anunciar o resultado: 13 a favor do voto secreto e 5 contra.

Melo Viana, que era de temperamento violento, sentindo-se antecipadamente derrotado, assumiu uma atitude radical em favor de Venceslau Brás. Sua voz metálica fez-se ouvir, apesar das ruidosas manifestações dos convencionais. Pretendia defender a candidatura do ex-presidente. E ao fazê-lo, passou a atacar os que apoiavam Bias Fortes. Irromperam as vaias. Ouviam-se assobios e gritos de “Fora!” Pouco depois, toda a plateia, de pé, gritava em uníssono: “Bias!” “Bias!” “Bias!” Melo Viana desceu da tribuna, fazendo menção de deixar a sala. Se se tratava de uma atitude teatral, com a finalidade de serenar os ânimos, não obteve o êxito que pretendia. Recrudesceram as vaias. Melo Viana retirou-se, então, sendo acompanhado por Carlos Luz, Levindo Coelho, Cristiano Machado, Gustavo Capanema e outros. Restabelecida a ordem no recinto, teve lugar a votação e, depois de feita a apuração, subi à tribuna para anunciar o resultado: Bias Fortes 191; Venceslau Brás, 24; 6 em branco e 16 anulados. Foi esmagadora a vitória da ala valadarista.

Entretanto a cisão, determinada pelo choque das duas correntes, não deixou de enfraquecer o PSD. No dia seguinte, a imprensa ude-nista abriu manchetes, acusando Benedito Valadares. *Traição ao presidente da República; Eleição forjada de Bias Fortes; Fragmentado o PSD* eram as expressões usadas pelos antivaladaristas para justificar a derrota sofrida. Noraldino de Lima, nomeado interventor em função da candidatura Venceslau Brás, demitiu-se do cargo. Era outra crise que se esboçava. Declarada a cisão, procedeu-se a organização das chapas de deputados federais e estaduais, assim como a escolha de Benedito Valadares como candidato à terceira senatoria, criada pela nova Constituição.

Feito isto, Benedito Valadares embarcou para o Rio, a fim de explicar ao general Dutra o que realmente vinha ocorrendo em Minas. Na ocasião, discutia-se ali quem seria o novo interventor, já que diversos nomes eram falados, inclusive o do general Mendes de Moraes. Depois de demoradas *démarches*, ficara combinado: o novo interventor seria Alcides Lins, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, o que era um atestado de competência, e homem afastado das lides políticas.

Enquanto se discutia no Rio quem seria o novo interventor, agitavam-se mais uma vez os círculos políticos mineiros. As eleições estavam próximas. E os líderes teriam de começar a agir. Milton Campos, lançado

pela UDN, já se encontrava em plena campanha percorrendo o interior do estado. Os dissidentes do PSD, desligados da agremiação, sentiam-se no ar, já que não dispunham de força eleitoral para organização de um partido próprio. A solução para eles era uma só: aderir à UDN. E foi o que fizeram. Carlos Luz, que pretendia ser governador do estado, acabara concordando em figurar na chapa de deputados federais, a ser sufragada pela chamada *Coligação Democrática*.

No dia 17 de dezembro, Alcides Lins, nomeado interventor no estado, tomou posse no cargo, num ambiente de expectativa simpática. Competia-lhe presidir ao pleito, que seria realizado no dia 19 de janeiro. Minas estava agitada. Agitada e dividida. Logo após a posse de Alcides Lins, formara-se a coligação contra a candidatura Bias Fortes. Integram-na os seguintes partidos: a UDN, o PR, o PDC, o PTN e a dissidência do PSD. Cinco organizações partidárias contra um PSD fragmentado.

Dissipado o clima de insultos pessoais – talvez por influência do seu próprio candidato Milton Campos, uma das reservas morais do país – travou-se luta eleitoral, com as forças em choque lançando mão de todas as armas de que dispunham. O prélio foi heroico para o PSD, que sozinho, desfalcado de muitos de seus elementos, perdeu a eleição por uma diferença de 59.724 votos. Mas, no que dizia respeito à legenda partidária, ainda foi o vencedor, com 273.073 contra 191.447 da UDN, vindo em terceiro lugar o PR, com 167.359 votos.

No dia 5 de fevereiro, Bias Fortes, em entrevista à imprensa, declarou enfaticamente: “Perdemos numericamente, mas ganharemos politicamente.” A frase deu origem a discussões, mas não deixava de ser verdadeira. Tratava-se de uma previsão, tendo em mente as dificuldades que Milton Campos ver-se-ia obrigado a transpor, para acomodar, dentro do governo de concórdia que pretendia realizar, as diferentes correntes políticas que o haviam apoiado.

.....

Pausa entre dois embates políticos

A VITÓRIA DE MILTON CAMPOS teve enorme repercussão em todo o país. Os jornais udenistas celebraram-na como se houvesse representado uma verdadeira revolução. Só elementos da Coligação Democrática foram convocados para os altos postos estaduais. Pedro Aleixo ocupou a Secretaria do Interior. Magalhães Pinto foi nomeado para a Secretaria das Finanças. O novo governador não desejava qualquer aproximação com os adversários. Iria fazer um governo nitidamente partidário.

De qualquer forma o pleito – apesar do PSD haver assegurado sua situação de partido majoritário, quer na Assembleia Legislativa, quer no Congresso Nacional – não deixou de constituir um desapontamento para quase todos nós – líderes pessedistas mineiros. Em primeiro lugar, Benedito Valadares, presidente da seção estadual, perdera para Bernardes Filho – do PR, que fora apoiado por todas as agremiações que integravam a Coligação Democrática, na disputa pela terceira senatoria do estado. Perdera por pouco, é verdade. Mas perdera.

Apesar de permanecer majoritário isoladamente, o PSD fora derrotado nas urnas. A solução seria, pois, conformarmo-nos com a derrota. E foi o que fizemos. A Constituinte, havendo concluído sua tarefa de elaborar uma nova Carta Magna para o país, entrara em recesso e só abrira,

com o caráter de legislatura ordinária, em meados de março de 1947. Em face disso, tive de voltar para o Rio, a fim de reassumir minha cadeira de deputado federal.

Desde outubro do ano anterior, eu vivera praticamente longe da família. Ou estava em Belo Horizonte, trabalhando na sede do PSD, ou viajava pelo interior do estado, integrando caravanas políticas de propaganda da candidatura Bias Fortes. O retorno ao Rio, após tantas cansaças, pareceu-me um bálsamo para a alma e um refrigério para o espírito. Permitiu-me um convívio mais estreito com os meus, através de acolhedores setores domésticos, vendo Sarah ao meu lado e divertindo-me com as travessuras das meninas, que davam calor e vida ao apartamento, até então quase sempre vazio da presença do chefe da família. Lembro-me ainda de que foi nesse período que o destino interveio, mais uma vez, na minha vida, impedindo que, por afoiteza, pudesse ter truncada definitivamente minha carreira política. O *Queremos Juscelino* havia agitado Belo Horizonte; e Benedito Valadares estivera, em sigilo, articulando a minha candidatura a governadoria do estado. Ao saber do fato, mostrei-me intransigente. Não poderia ser candidato porque já havia me comprometido com Bias Fortes. Os promotores do *Queremos Juscelino* compreenderam minhas razões, e, em consequência, dissipou-se o movimento. Os anos vieram provar, porém, que meu afastamento da competição eleitoral, naquela ocasião, fora determinado por aquele instinto – o já referido *instinto kubitschekiano*. Se houvesse concordado em ser candidato, naquela época, e se por acaso obtivesse a preferência do eleitorado, ao terminar o mandato de governador, seria, certamente, candidato à Presidência da República, e o homem que iria ter pela frente, na disputa pelo voto popular, não seria outro senão Getúlio Vargas, um adversário impossível de ser batido nas urnas.

O comportamento que tive em relação ao novo governador foi, de resto, igual ao de todos os dirigentes do partido. Não me confraternizei com os adversários e não tentei qualquer manobra de conciliação. Ao contrário, tenho a satisfação de revelar que fui um dos inspiradores da linha adotada, na época, pelo PSD – oposição vigilante, mas não incondicional. Se o problema ventilado era de interesse para o estado, solicitava aos nossos deputados que o apoiassem, quando em tramitação na Assembleia. Se se tratava, porém, de uma medida estritamente política, a ordem dada era no

sentido de que a bancada lançasse mão de todos os recursos regimentais, para obstruir ou impedir a sua aprovação. E, nesse terreno, nosso trabalho não deixou de ser eficiente.

A partir de março de 1947, porém, eu passara a ser apenas e tão somente um deputado que estava em oposição ao governo do seu estado. O fato poderia parecer simples, mas não era. Até então, eu tinha vivido na intimidade do poder. Vi-me, de súbito, em face de uma página virada. Benedito, por sua vez, havia sido um dos *donos do país* desde 1933. Mandava e desmandava. E nenhuma articulação se processaria com êxito, na esfera da política nacional, se não dispusesse do seu beneplácito. Entretanto, tudo ruíra de um dia para o outro. Minas, sua tradicional base eleitoral, escapara-lhe das mãos. Ademais, agravando o que ocorrera na área estadual, logo surgira um movimento para afastá-lo da presidência efetiva do PSD nacional. Essa ameaça não tardou a se positivar. No dia 24 de fevereiro, mesmo antes da publicação oficial do resultado das eleições, reunira-se a Comissão Diretora do PSD, sendo Benedito Valadares substituído por Nereu Ramos, que era o vice-presidente da República. Três golpes arrasadores no curto período de dois meses.

Na realidade, a cisão do PSD mineiro fora um acontecimento de suma gravidade para o partido. Ao assumir a presidência da Comissão Diretora, Nereu deu alguns passos decisivos no sentido de recompor a estrutura da agremiação, tão perigosamente fendida. Os jornais passaram a veicular rumores de que ele iria apresentar um *ultimatum* aos dissidentes: ou se submetiam aos padrões da fidelidade partidária, ou seriam expulsos do partido.

A notícia causou alarme. Passadas as eleições, os dissidentes haviam compreendido o logro de que haviam sido vítimas. Deram a vitória à UDN e ficaram aguardando as compensações. Estas, porém, não vieram. Nem por ocasião da constituição do secretariado, nem quando se deu início à reorganização dos diretórios do interior.

Entretanto, em meados de junho de 1947, algo de diferente aconteceu. Alguns deputados haviam decidido organizar uma excursão, com a finalidade de permitir aos que dela participassem conhecer o Noroeste do Brasil. Existia até um roteiro já traçado: Rio-Belém-Manaus-Rio Branco e vice-versa, de forma que aquela visita proporcionasse, aos

representantes do povo, uma visão, tão ampla quanto possível, da região amazônica, desde a foz do grande rio e, subindo o seu curso, até os confins do território do Acre.

Entusiasmei-me com a ideia e já me preparava para a partida, quando Cirilo Júnior, da maioria na Câmara dos Deputados, escalou-me para uma tarefa que não poderia recusar. No dia 28 de junho deveria chegar ao Rio, em visita oficial, o presidente do Chile, Gabriel Gonzalez Videla, e constava do programa das solenidades, organizado pelo Itamaraty, uma visita sua ao Congresso, que o receberia em duas sessões solenes, uma realizada no Senado e outra na Câmara dos Deputados. Cirilo Júnior havia me designado para, em nome dos deputados brasileiros, saudar o ilustre estadista, por ocasião da solenidade no Palácio Tiradentes. Em face desse compromisso, que não deixava de ser uma alta distinção conferida a um jovem deputado, tive de cancelar a viagem já programada à região amazônica.

Na época, ainda não estava muito afeito à tribuna e, nessas condições, o convite para ser o orador oficial da homenagem ao presidente Videla, embora muito me sensibilizasse, não deixou de me preocupar. Contudo, apesar dessa natural apreensão, não deixei de ficar satisfeito por haver sido escalado para aquela tarefa. O Chile gozava, naquele período, de grande popularidade no Brasil. O programa do primeiro dia do presidente Videla no Brasil foi intenso. Após haver estado no Catete, foi ao Senado e, em seguida, rumou para o Palácio Tiradentes.

O vozerio que se fazia ouvir no recinto foi substituído, de súbito, por um grande silêncio, quando o ilustre visitante ali se fez presente. Subi as escadas da tribuna sob forte emoção. Acredito que esse discurso e o que pronunciei em 1964, no Senado, em Brasília, foram os dois pontos culminantes da minha passagem pela tribuna do Congresso.

Cumprida a tarefa, surgira a oportunidade de conhecer, como já haviam feito outros colegas meus, o extremo norte do Brasil. A iniciativa dessa segunda excursão foi do deputado Coaraci Nunes, representante do Amapá na Câmara Federal e irmão do governador desse território, o então capitão Janari Nunes. Deixamos o Rio no dia 22 de julho, viajando num avião da FAB, posto à nossa disposição pelo Ministério da Aeronáutica. Esse grupo de deputados recebeu o nome pomposo de *Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia*, a qual tinha como objetivo

conhecer, ao vivo, as necessidades daquela imensa região, notadamente os problemas que dificultavam o desenvolvimento dos territórios federais da zona norte do Brasil. Tratava-se, como se vê, de uma iniciativa do maior alcance. Napoleão já dizia: “A política de um país é a sua geografia.”

Seguimos pelo litoral, fazendo escala em algumas capitais estaduais, para reabastecimento do avião, já que o nosso destino era Belém. Dali, tomamos o rumo do território do Amapá, em cuja capital, Macapá, o governador Janari Nunes nos aguardava. A travessia, de Belém a Macapá, já havia nos impressionado. Mas o que havíamos visto era apenas um pedaço, uma simples mancha do imenso lençol verde que cobria dois terços do território nacional. Sendo apenas um simples deputado, não deixei, contudo, de me preocupar com a sorte daquelas populações rarefeitas, agrupadas em vilarejos humildes, quase asfixiados pela selva.

O Amapá dava a impressão de uma sentinela da Federação, guardando as ignoradas fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa. Janari Nunes, que conheci na ocasião, revivia a epopeia dos bandeirantes em pleno século XX. Revivia-a, porém, emprestando-lhe um sentido de fixação que sempre faltara aos desbravadores do Brasil Colônia. Naquela época, o manganês mal havia sido descoberto no território. Um pescador encontrara uma pedra escura, diferente das outras, e, apanhando-a, andara com ela, de casa em casa, mostrando-a aos amigos. Janari Nunes, tomando conhecimento do achado, pedira a pedra emprestada e mandara examiná-la num laboratório mineralógico no Rio. Era manganês – o precioso minério, do qual existiam jazidas por toda parte da região. Por ocasião da nossa visita, o manganês era ainda uma vaga promessa. A linha do equador atravessava a cidade de Macapá e todos nós, lembrando nossos tempos de criança, fizemos questão de pisar a linha imaginária, assinalada por um marco de pedra.

Seguimos depois para o norte, com destino às cidades de Amapá e Oiapoque. Quando sobrevoamos Amapá, pudemos ver o que restava de uma enorme base aérea, ali construída pelos norte-americanos, durante a II Guerra Mundial, e que constituía o primeiro estágio na rota dos seus gigantes bombardeiros com destino ao norte da África. Nas imediações daquelas duas cidades, estava situada a Vila de Clevelândia, que se tornara famosa no governo de Artur Bernardes, por haver sido transformada em zona de

confinamento para exilados políticos. Tomamos o avião de novo, e cruzamos a fronteira, entrando na Guiana Francesa. Caiena era uma cidade pitoresca – uma espécie de quisto indo-chinês encravado na selva amazônica. Na viagem de volta, visitamos Belém, São Luís, Fortaleza, Teresina, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador. A visão desses centros urbanos ao longo do litoral – cada um com seus costumes típicos, sua arte característica, sua indumentária própria – fez-me pensar no milagre da unidade brasileira, em contraste com a fragmentação operada no antigo império colonial espanhol.

Foi essa a primeira vez que entrei em contato com um Brasil diferente daquele a que me habituara a admirar nas cidades do Centro e do Sul. Se a beleza dos cenários me seduziu e deslumbrou, tive a oportunidade de viver, por outro lado, o drama daquelas populações deserdadas, perdidas nos desvãos de um território imenso e quase sem um vínculo efetivo com a capital da República. A constatação dessa fragmentação socioeconômica, que transformava o país num verdadeiro arquipélago, lançou, em meu espírito, a raiz tenra de uma preocupação, que me seria obsedante mais tarde: a de ligar todos os estados – uns aos outros, e todos ao centro do país – através de uma extensa rede de estradas, de forma a realizar, por terra, o que a aviação já vinha levando a efeito pelo ar, naquela época, mas de maneira ainda tímida.

Ao regressar ao Rio, o ambiente que encontrei era de confusão e perplexidade. Falava-se com insistência no problema da sucessão presidencial, mas nenhuma candidatura até então conseguira ser articulada. No setor mineiro, prosseguiam, em câmara lenta, os entendimentos, tendo em vista um acordo entre as diferentes lideranças políticas. Contudo, apesar da boa vontade das partes interessadas, nada se conseguia que pudesse ser considerado definitivo. Isso queria dizer que iria retornar mais uma vez à anterior situação de expectativa, o que constituía um impacto para o meu temperamento, inclinado para a ação. Lembrei-me, então, dos Estados Unidos – único grande país ocidental que ainda não conhecia. Tinha os olhos e a alma cheios de recordações da Europa, do norte da África e do Oriente Médio.

Era tempo de sair de novo. Antes, havia visto as velhas civilizações. Convivera com povos que já faziam história, quando a Bíblia ainda não tinha sido escrita. Desta vez, porém, iria entrar em contato com uma nação nova, mas que já era a mais rica e poderosa do mundo – os Estados Unidos.

.....
Excursão Estados Unidos-Canadá

TENDO IDO A BELO HORIZONTE, conversei a respeito com meu amigo Mendes de Sousa e este aceitou com entusiasmo a sugestão. Sendo médico, tinha necessidade de se atualizar em relação ao que ocorria no campo da medicina e, na época, os Estados Unidos ofereciam possibilidades ilimitadas a esse respeito. Tomando conhecimento do nosso projeto, Sarah aprovou-o igualmente, e o mesmo acontecera com D. Berta, esposa de Mendes de Sousa. A época que escolhemos para a viagem seria a primeira semana de maio – plena primavera nos Estados Unidos – e, assim, evitaríamos o rigor do inverno na parte do hemisfério ocidental.

Adquirimos passagens no navio norte-americano *Argentina*, integrante da recém-organizada Frota da Boa Vizinhança, e chegamos a Nova Iorque no dia 18 de maio. O tempo estava excelente, com a primavera salpicando de flores os parques e os balcões das grandes lojas. Até então eu nunca sentira especial atração pela grande nação do Norte. Educado sob a influência da cultura francesa e havendo formado meu espírito na análise e na interpretação dos fatos, cujas raízes mergulhavam na história do Velho Mundo, julgava que minha sensibilidade estivesse condicionada apenas para a aceitação do que era europeu.

Não obstante, ao desembarcar em Nova Iorque, não pude fugir ao impacto causado pelo esplendor daquela civilização. Refeitos do deslumbramento inicial, tomamos providências – Mendes de Sousa e eu – para aproveitarmos ao máximo nossa permanência nos Estados Unidos. Depois de visitarmos Nova Iorque, percorrendo todos os seus bairros, compramos um automóvel e iniciamos uma excursão, que incluía, de saída, uma visita ao Canadá. Revezávamo-nos ao volante e, assim, sem maior cansaço, visitamos Quebec, Ottawa, Montreal e Toronto.

Em 1948, o Canadá já era um dos países mais adiantados do hemisfério ocidental, havendo passado do período da exploração das riquezas naturais para o da industrialização. Suas cidades principais – Montreal, Toronto, Winnipeg, Vancouver, Hamilton, Quebec, Victoria, Halifax – constituíam verdadeiras metrópoles, dotadas do maior conforto moderno.

A excursão constituiu para nós uma grande experiência. Vimos um país diferente, construído por colonos de duas nacionalidades, os quais, apesar daquela diferenciação racial, no que dizia respeito aos vínculos que os prendiam à terra, consideravam-se canadenses – visceralmente canadenses. Mas a visita chegara ao fim. No dia 4 de junho, abastecemos convenientemente o carro e, munidos de um roteiro rodoviário, preparamo-nos para retornar aos Estados Unidos. O rumo? Detroit e Chicago, com uma visita, de permeio, à catarata do Niágara, sobre cuja beleza começara a ouvir falar ainda nos meus tempos de seminarista em Diamantina.

Quando deixamos Toronto, surpreendemo-nos ao contemplar a estrada pela qual iríamos retornar aos Estados Unidos. Eram seis pistas de rolamento, sendo três em cada mão. Eu, que sou amante de velocidade, logo me senti em casa. Pisei o acelerador com entusiasmo, e deixei que o carro devorasse as distâncias.

No trajeto de Toronto ocorreu-nos um incidente que não deixa de ser curioso. Já havíamos vencido cerca de uma centena de quilômetros quando percebemos que um carro buzinava, com insistência, atrás do nosso. Como estava no volante, acelerei a marcha, o que fez com que o outro automóvel tomasse idêntica providência. Enquanto corríamos pela maravilhosa estrada, nosso estranho companheiro de itinerário não nos perdia de vista, esforçando-se, tanto quanto lhe era possível, para aproximar-se do nosso veículo. Intrigado, decidi reduzir a marcha. O motorista do outro

veículo, ao se emparelhar conosco, fez sinal para que parássemos. Obedeci estacionando num dos *by-pass* da rodovia. Compreendi, então, profundamente constrangido, o motivo daquela desconcertante perseguição: uma moça – por sinal muito bonita – desceu do outro carro e, caminhando na nossa direção, entregou-me o casaco de pele de Sarah, que havia caído da mala sem que o percebêssemos.

Passamos a noite no hotelzinho da fronteira, do qual guardamos a melhor das impressões. Arrancamos depois no sentido sudoeste, em direção às cataratas do Niágara. O rio Niágara, que liga os lagos de Érie e Ontário e que serve de limite entre o Canadá e os Estados Unidos, precipita-se, de súbito, em duas quedas espetaculares: a situada em território canadense, que tem 900 metros de largura; e a que se encontra em solo norte-americano, com 300 metros de largura e que, já naquela época, fornecia mais de 1 milhão de Hp.

Tudo ali havia sido preparado pelo homem para realçar a beleza do espetáculo. Faróis poderosos jorravam luz de várias cores sobre as águas revoltas, e o arco-íris que se formava constituía um espetáculo que impressionava os mais exigentes visitantes.

Das cataratas do Niágara seguimos para Detroit – a cidade dos automóveis. Quando passamos em frente às instalações da Ford, vi estacionados, em grandes áreas privadas, cerca de 80 mil veículos. Julguei que eram carros saídos das linhas de montagem, e que ali se achavam depositados, a fim de que fossem distribuídos pelo mercado consumidor. Soube, pouco depois, que aqueles automóveis pertenciam aos operários que trabalhavam na fábrica.

Os Estados Unidos, apesar da sua imensa extensão territorial – 7.800.000 quilômetros sem o Alasca –, já dispunham em 1948, quando o Brasil mal engatinhava nesse terreno, de uma multiforme rede de vias de comunicações: rodovias, ferrovias, aerovias e navegação fluvial. Essa rede ligava, uns aos outros, todos os estados, vinculando as capitais de suas principais cidades e tornando efetiva a noção da unidade federativa, que, no Brasil, não passava de simples afirmação conceitual.

Chegamos à capital norte-americana mais ou menos às 10 horas da manhã. O dia era claro, e a luminosidade do céu, reverberando nos mármores dos edifícios, quase nos ofuscava a vista. Apesar disso, captamos

num relance o sentido social da metrópole. Ambiente tranquilo. Largas avenidas. Um traçado urbano concebido com o propósito específico de servir de sede ao governo. Tomamos um carro a hora, e passamos a percorrer a cidade. O capitão John Smith dizia já em 1607 sobre o local em que, um dia, se ergueria Washington: “O céu e a terra nunca se puseram tão de acordo para criar, para o homem, um lugar tão habitável.”

A história de Washington é curiosa e reflete, nas peripécias políticas que assinalaram seu nascimento, a indecisão de uma nação jovem que, após haver rompido seus vínculos com a mãe-pátria, ignorava ainda qual o caminho que deveria trilhar. Logo após a independência, ela compreendeu que sua sobrevivência dependeria da existência de um governo federal com sede própria. O *Congresso Continental* da jovem República era uma instituição nômade, pois os seus integrantes e o Poder Executivo haviam sido albergados até então por diferentes municipalidades: Filadélfia, Baltimore, Lancaster, Princeton, Anápolis e Nova Iorque. Cumpria, pois, que se tomasse uma decisão definitiva sobre a localização da capital. Mas as opiniões variavam. Contudo, após longas e penosas discussões, Washington, Adams, Jefferson e outros fundadores da nova república acabaram por entrar em acordo: a cidade seria construída às margens do Potomac.

O governo recebera doações dos dois estados – Maryland e Virgínia – e o decreto que criara a capital estabelecia sua própria caducidade se as obras não fossem concluídas “até a primeira segunda-feira de dezembro de 1800”. Esse decreto era de 1792 e faltavam, portanto, apenas oito anos para a construção da nova capital.

O major Pierre Charles L’Enfant, oficial do Exército francês que lutara ao lado de George Washington durante a Guerra da Independência, foi encarregado de elaborar o projeto. Tratava-se de um engenheiro militar, perito em construção de fortificações, e não de um urbanista. Mas, em face das circunstâncias, sua colaboração tornara-se preciosa. Para realizar o seu trabalho, ele se inspirou no esquema de Versailles, com suas avenidas diagonais e seu grande eixo central. Esse plano, no entanto, apesar de modificado, corrigido e acrescido posteriormente, não deixava de ser grandioso.

A época, porém, era diferente. Não se levavam muito a sério as exigências dos arquitetos. Na Avenida Pensilvânia, por exemplo, um fazendeiro, amigo de George Washington, entendeu de construir – e construiu

– uma casa sobre o eixo da grande artéria urbana ainda por abrir. L'Enfant protestou, criando-se um caso político. Washington, porém, resolveu o impasse atendendo à exigência do fazendeiro, seu amigo. E resultou dessa sua transigência a demissão de L'Enfant.

A conta que o major Pierre L'Enfant apresentou ao governo por seu trabalho foi de 150 mil dólares. Entretanto, o Tesouro só lhe pagou 3 mil dólares. Contudo, L'Enfant acabou sendo recompensado mais tarde: seus restos mortais foram depositados no cemitério de Arlington, esculpindo-se sobre a lápide de seu túmulo a planta da cidade que ele havia concebido.

George Washington não foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a residir na Casa Branca. Esse privilégio coube ao seu sucessor James Adams, que se mudou para a nova capital em julho de 1800. A carta que a Sra. Adams enviou à sua família, transmitindo suas impressões da cidade, revela o estado lastimável em que se encontrava a capital quando para ali se fez a transferência da sede do governo. Edifícios concluídos: só a Casa Branca e a Secretaria do Tesouro. As ruas ainda não haviam sido pavimentadas e existia tanta lama que ela, ao descer do carro que a conduzira à Casa Branca, tivera seus sapatos inutilizados. Quanto ao funcionalismo público, seu número não excedia a modesta cifra de 126 pessoas!

Lembro-me da atoarda que se fez no Brasil quando transferei a sede do governo para Brasília. A Sra. Adams descreveu o que era Washington após oito anos de trabalhos. A construção de Brasília, no entanto, foi realizada em apenas três anos e meio, e o que ali existia no dia 21 de abril de 1960 – data de sua inauguração – era bem diferente. A cidade dispunha de todos os serviços urbanos: calçamento, água, esgoto, telefone – nacional e internacional – e luz elétrica. Todos os edifícios públicos estavam concluídos e em funcionamento: o Palácio da Alvorada, o do Planalto, o da Justiça, o do Parlamento e os dos ministérios. Achavam-se prontos e entregues aos seus moradores 3.500 apartamentos, dotados de todo conforto, inclusive mobiliário. A população já era de 70.000 habitantes e, só do Poder Legislativo, 2.500 servidores públicos haviam sido transferidos do Rio. E que dizer-se, então, da maravilhosa rede de estradas ligando Brasília aos quatro pontos cardeais do território nacional?

Em Washington vimos tudo que existia para ser visto. O Capitólio, de belas proporções; a Casa Branca, de estilo simples e despretensioso; a Secretaria do Tesouro; a Biblioteca do Congresso, em cujas estantes se acumulavam cerca de 48 milhões de volumes; o Instituto Smithsonian; o Memorial de Lincoln; o Memorial de Jefferson; e a Galeria Nacional de Arte.

Mas o tempo era exíguo para ver tanta coisa. Passamos ainda por Filadélfia, ao regressar a Nova Iorque. Filadélfia é um relicário da história norte-americana: ali foi votada a primeira Constituição, elaborada por Jefferson.

Em Nova Iorque, passamos mais alguns dias, e pudemos visitar o Metropolitan Museum; a grande biblioteca da cidade; os grandes edifícios como o Empire State Building; as pontes sobre o Hudson; os túneis abertos sob o rio; e o *subway*, com sua rede de trens subterrâneos, que transportavam diariamente de 3 a 4 milhões de pessoas.

A excursão chegara ao fim. Tínhamos as malas prontas. E a volta, em vez de ser por mar, seria por via aérea, 30 horas de voo, de Nova Iorque ao Rio, o que era considerado, na época, uma rapidez espantosa. Em meados de julho, tomamos o avião de volta. Na tranquilidade da cabina, ouvindo apenas o ruído monótono dos motores, passei a dar um balanço nos resultados daquela excursão. O espetáculo daquelas duas civilizações em funcionamento – a dos Estados Unidos e a do Canadá – despertaram-me o instinto para as necessidades do Brasil. Vi e senti o caminho que deveríamos seguir. O esforço que precisava ser feito. E, mais importante ainda, o sentido, a direção, o rumo, que os governos do nosso país tinham de imprimir ao nosso progresso.

Ser político é uma vocação. Mas para se transformar num estadista tem-se necessidade de passar por um longo e duro aprendizado. Lembro-me da impressão que me causou o visionarismo de Akhnaton – o *Faraó Herege* – impondo a crença na unicidade divina quatorze séculos antes dos Evangelhos e fazendo a transferência da capital do Egito de Tebas para Tell el-Amarna.

Em 1948, contemplando a civilização norte-americana, tive uma visão idêntica, que não deixava de ser profética. Compreendi o papel que o Brasil poderia representar no mundo, se o seu desenvolvimento fosse orientado para a industrialização. O Canadá sugerira-me a ideia do que

significara, para um país jovem, a decisão de enfrentar e vencer a natureza. Nos Estados Unidos, porém, consegui admirar essa obra de pioneirismo já feita. Entretanto, não foram pequenos os tropeços que lhes dificultaram a marcha. A luta contra o pele-vermelha, senhor da terra. A rebeldia do nacionalismo nascente que expulsou o inglês. A guerra interna que foi travada para se lavar a mancha de escravidão. E, por fim, restabelecida a paz entre os irmãos, o esforço gigantesco para se converter o país, geograficamente grande, na nação mais industrializada do mundo.

A imagem que tinha do Brasil era a de mediocridade das iniciativas governamentais. Trabalhava-se em escala liliputiana, tendo pela frente um país gigante. Daí a razão por que não saíamos do mesmo lugar. Os Estados Unidos tinham a nossa idade e, no entanto, já eram uma das mais poderosas e ricas nações do mundo. E quanto ao Brasil? Existia até uma frase cunhada, para nos definir com absoluta fidelidade: “No Brasil, tudo é grande, menos o homem.” Foi então que compreendi a importância de se ter audácia, para que o gigante pudesse ser despertado. Certa vez, *o Time Magazine* denominou a Belém-Brasília *a estrada do sonho*. Julgo a definição perfeita. De fato, ao rasgá-la, não pensei no presente, mas sonhava com o futuro. Contudo, o sonho deve converter-se em realidade e, para isso, há necessidade de coragem, de audácia e de determinação.

Coragem, audácia, determinação – três qualidades que nunca me faltaram. E quanto ao sonho – Sonho, com S maiúsculo –, ele constituía uma característica que trouxera do berço.

.....

Entendimentos para a sucessão

O AMBIENTE POLÍTICO que encontrei ao regressar do exterior ainda era de relativa calma. O general Dutra realizava uma administração serena, sem lances de grandeza, mas, igualmente, isenta de erros que dessem causa a inquietações. O único problema que apresentava alguma gravidade era o de São Paulo, onde Ademar de Barros havia ganhado as eleições e assumira o governo do estado.

Numerosos elementos – principalmente alguns políticos do PSD – tinham pleiteado do presidente a decretação de uma intervenção em São Paulo, sob a alegação de que Ademar havia sido eleito pelos comunistas. E, numa tentativa de seduzir o chefe da nação, chegaram a apresentar a candidatura de Noveli Júnior, que era seu genro, convencidos de que explorando seus sentimentos afetivos poderiam obter que o honrado militar acabasse por ceder aos seus insistentes apelos. O general Dutra, porém, manteve-se fiel à Constituição, e o *caso de São Paulo* solucionou-se sem maiores conseqüências.

No dia 1º de julho, o PTB reunira-se e elegera Getúlio Vargas seu presidente. O fato causara apreensões, notadamente nos círculos ude-nistas. Analisando-se os fatos, porém, o que se verificava era que os ude-nistas, já senhores de sete governadorias estaduais, preparavam-se, com an-

tecedência, para outra disputa do poder. Mas de que candidato poderiam dispor para essa segunda investida no rumo da Presidência da República? Eduardo Gomes ou Canrobert Pereira da Costa? Para eles, qualquer um servia, já que ambos eram militares de prestígio no seio de suas respectivas corporações. Assim, o clima que se respirava no país era desagradável. Além daquela competição entre os partidos – todos se preparando para a sucessão presidencial que se aproximava – surgira, para agravar ainda mais a situação, a questão da nacionalização da exploração do petróleo. Essa tese, consubstanciada no *slogan* “O petróleo é nosso”, havia sido apresentada pelos comunistas e logo empolgara diversos líderes políticos, fazendo gerar, em consequência, verdadeiros quistos ideológicos no seio das grandes agremiações partidárias. O ex-presidente Bernardes, por exemplo, sobre cuja conduta não poderia pairar a menor suspeita de vinculação ao comunismo, havia se transformado num dos porta-estandartes desse movimento, o qual era veementemente apoiado, por sinal, por largos setores da intelectualidade do país.

Em setembro de 1948, quando se aventou a hipótese de se escolher um candidato único à sucessão do presidente Dutra, o que importaria num movimento coletivo de renúncia, tendo em vista preservar-se a tranquilidade do país, Virgílio de Melo Franco, líder udenista, interpelado a respeito pelos jornalistas, respondera com a maior sem-cerimônia: “Apoio inteiramente a ideia, desde que o candidato único seja da UDN.”

Quando regresssei da América do Norte, Benedito Valadares deu-me conhecimento detalhado do que ocorria no cenário político. Seu grande interesse, na ocasião, era proceder ao reagrupamento do PSD mineiro, levando de volta às suas fileiras os dissidentes que integravam a chamada ala liberal. Estava informado de que os dissidentes, embora desgostosos com o situacionismo estadual, não haviam retornado ao seio do PSD por influência de Luís Martins Soares, que, além de integrante da ala liberal, era tio do governador Milton Campos. O que Martins Soares temia era que aquele retorno pudesse enfraquecer a situação política do sobrinho, quer na Assembleia Constituinte estadual, quer em face da bancada mineira no Congresso Nacional. Se a situação era aquela – expliquei a Benedito Valadares – poderíamos contornar a crise através de entendimentos diretos com Luís Martins Soares, com quem eu mantinha estreitas relações de

amizado. Esse era o meu plano. Benedito, que secretamente alimentava a aspiração de voltar a ser governador, relutou em aprová-lo. Mas, por fim, após outras ponderações minhas, aquiesceu, solicitando-me, então, que seguisse imediatamente para Belo Horizonte a fim de me entender com Luís Martins Soares.

No dia 29 de julho de 1948, segui para Belo Horizonte e, à noite, avistei-me com Luís Martins Soares. Conversamos longamente e, por fim, dei-lhe conhecimento dos propósitos que nos animavam em relação à sucessão estadual. Concluí por dizer-lhe que, depois de minucioso exame da situação, havíamos chegado à conclusão de que a pessoa indicada para solucionar a crise era ele. Percebi que a sugestão o sensibilizara. Antigo político no interior e desfrutando de grande prestígio na Zona da Mata, mas sem haver ocupado até então cargos de maior relevo – a não ser o de chefe de polícia no governo de Benedito Valadares –, era justo que a conquista do Palácio da Liberdade se lhe afigurasse um sonho que, em seus devaneios íntimos, lhe parecesse de difícil realização. No entanto, sem que fizesse qualquer esforço nesse sentido, tudo lhe era oferecido como uma dádiva do destino.

Dotado de espírito irônico, ao qual não era estranha certa dose de sarcasmo, Luís Martins Soares concordou com o que lhe propunha, dizendo-me com bom humor: “Sou um homem doente, como você sabe; mas, se não se importam em converter o Palácio da Liberdade num hospital, aceito, com prazer, ser candidato.”

Ele acusava, de fato, uma saúde precária. A tuberculose representava uma ameaça que pesava sobre toda a sua família. Apesar de já ter os pulmões afetados, defendia sua sobrevivência à custa de um severo regime. Nossa conversa se prolongou por muitas horas, e só o deixei por volta da meia-noite. Às 6 horas da manhã do dia seguinte, o deputado estadual Adolfo Portela acordou-me, pelo telefone, na casa do meu cunhado Júlio Soares, e me deu a trágica notícia: Luís Martins Soares acabara de falecer.

A sua morte criara uma atmosfera de *suspense* nos círculos da cúpula pessedista. Um fato, porém, ficara evidente. O falecimento do líder da ala liberal tivera de imediato uma consequência que não poderia ser desprezada: a direção do PSD ortodoxo compreendera, por fim, que em face da inviabilidade de uma concórdia partidária, a única atitude que lhe

competia tomar seria a da apresentação de um candidato próprio, arrostando os azares de uma dura competição eleitoral.

No dia 29 de outubro, cheguei cedo ao Palácio Tiradentes e me encaminhei para a bancada mineira, até então vazia. Alguns minutos depois dava entrada no recinto Virgílio de Melo Franco, então secretário-geral da UDN, que passou a conversar comigo. O assunto foi o que seria de se esperar no desenvolvimento de uma conversa entre dois políticos mineiros, embora de partidos diferentes: o propalado acordo entre as forças partidárias do estado, tendo em vista a sucessão presidencial. Virgílio de Melo Franco revelou-se favorável ao acordo, mas ponderou que deveria ser realizado por iniciativa dos políticos interessados, e não através de interferências de autoridades estranhas aos assuntos estaduais. Adiantando-me ao seu pensamento, disse-lhe que era necessário, igualmente, que se processasse uma reforma na mentalidade dos que militavam na atividade partidária, os quais até então tratavam os adversários políticos como se fossem inimigos pessoais.

Nossa conversa se prolongou por mais de meia hora e o que me surpreendeu foi verificar como coincidiam nossos pensamentos. Nesse dia, houve uma sessão noturna na Câmara e, quando se encerraram os trabalhos, Benedito Valadares procurou-me, perguntando-me se lhe podia dar uma carona até Copacabana, pois estava sem carro. No trajeto, contei-lhe o que Virgílio de Melo Franco me havia dito. Benedito não se mostrou admirado. Disse-me que já tivera conhecimento de uma nova manobra da UDN, orientada justamente naquele sentido: concórdia geral em Minas, para a sustentação de um candidato mineiro à sucessão do general Dutra. Mas que candidato seria aquele?

Logo que atravessamos o Túnel Novo, um carro emparelhou-se com o nosso e quem o dirigia era Pedro Batista Martins, ex-advogado-geral do estado, autor do Código do Processo Civil e sócio de Francisco Campos num grande escritório de advocacia, instalado numa das ruas do Castelo. Era visível que Pedro Batista desejava nos falar. Passamos então para o carro dele – já que o meu estava sendo dirigido por um motorista – e seguimos juntos ao longo da Rua Barata Ribeiro. Mal o automóvel se pusera em movimento, ele abordou o assunto que era inevitável naqueles dias: a necessidade de um acordo na política estadual. Suas palavras eram

quase as mesmas utilizadas por Virgílio de Melo Franco, o que revelava que estavam em contato permanente. Apenas uma diferença constatei entre o que me dissera Virgílio e o apelo que, naquele momento, nos dirigia o ex-advogado-geral do estado: a referência a um nome. Virgílio falara em tese, analisando impessoalmente o problema. Pedro Batista, porém, insistia em que a articulação se fizesse tendo por base o governador de Minas: “Milton Campos” – esclarecia, com veemência – “é um homem compreensivo, tolerante e de fácil acesso, e mesmo os que se excederam no combate à sua candidatura durante a campanha eleitoral não se sentirão constrangidos em face de uma união em torno do seu nome.”

Ao chegarmos ao Posto 6, separamo-nos, cada um indo para a sua casa. Ao entrar no meu apartamento, telefonei a Benedito Valadares, o qual foi logo dizendo: “Estava esperando que você me telefonasse.” Fez uma pausa e acrescentou, com sua habitual linguagem pitoresca: “Viu aquela do Pedro sobre o Milton Campos? As conversas coincidem. Não há dúvida de que querem fazer dele o futuro presidente, com o apoio do PSD.”

Estava explicada, assim, toda aquela movimentação udenista no sentido de se obter um acordo na política estadual: o lançamento da candidatura Milton Campos, apoiada por todos os partidos mineiros, à sucessão do general Dutra.

Às 4 horas da manhã seguinte, o telefone retiniu, ecoando por todo o apartamento. Acordei sobressaltado, e corri para atender. Era um repórter de *O Globo*. Desculpando-se por haver telefonado tão cedo, pediu-me que ditasse uma frase sobre Virgílio de Melo Franco, a fim de publicá-la na primeira edição do vespertino que deveria circular mais ou menos às 9 horas. Estranhei o pedido. Mas o repórter comentou: “Tenho a impressão de que o senhor não sabe o que aconteceu.” E, após um rápido silêncio, esclareceu: “O Dr. Virgílio foi assassinado durante a noite.”

Fiquei estupefato. Entretanto, o repórter, percebendo minha emoção, contou-me com todos os detalhes a tragédia. Durante a noite, Virgílio percebera ruídos estranhos no interior da casa em que residia e que era de dois pavimentos. Apanhou um revólver 38 e, deixando o quarto de dormir, saiu para apurar o que havia. A casa estava às escuras. Mas a iluminação da rua, filtrando-se através de uma claraboia, permitia alguma visibilidade no interior. Ao deixar o seu quarto, Virgílio se encaminhou ao longo

de um corredor que levava ao topo da escada circular, que comunicava o pavimento superior com o vestíbulo. Mal dera alguns passos, e distinguiu um vulto que se movia escada acima. Não hesitou: apontando o revólver naquela direção, acionou o gatilho. O intruso, porém, fez o mesmo, disparando a espingarda de caça que tinha nas mãos. Dois tiros ecoaram simultaneamente, fazendo estremecer os vidros das janelas. E seguiram-se os ruídos característicos de dois corpos que tombavam.

Virgílio, atingido no hemitórax, teve o fígado estraçalhado pela carga de chumbo grosso; e o intruso, mortalmente ferido no peito, rolou alguns degraus, tendo o seu corpo ficado atravessado no meio da escada. Esquecendo que o repórter estava na linha, desliguei o telefone e acordei Sarah. Contei-lhe o que acabava de ouvir e lhe pedi que fizesse uma ligação para o apartamento de Benedito Valadares. Enquanto ela tomava essa providência, comecei a fazer a barba, a fim de ganhar tempo.

Quando Benedito atendeu, comuniquei-lhe a tragédia, dizendo-lhe que estava me vestindo e que iria imediatamente para a residência de Virgílio. Ele me solicitou que, ao sair, passasse por sua casa, pois desejava ir também, acrescentando que ia telefonar a Bias Fortes, que morava perto, o qual, por haver sido amigo íntimo do morto, certamente desejaria nos acompanhar.

Ao entrarmos na residência de Virgílio de Melo Franco, situada na Rua Maria Angélica, 664, existiam poucas pessoas presentes. Era muito cedo ainda, e a notícia não havia circulado. Lembro-me de que vi, entre os que se encontravam no saguão, o brigadeiro Eduardo Gomes. O quadro que se abria aos nossos olhos era verdadeiramente trágico. O intruso estava estendido, de través, num dos degraus do meio da escada, tendo sobre o corpo a espingarda assassina. Virgílio era visto no fim do corredor e, sobre ele, debruçava-se, em pranto convulsivo, sua esposa, D. Dulce. Havia sangue por toda parte.

Virgílio, apesar de adversário político, era tido por todos nós do PSD na mais elevada consideração. Idealista por índole, mas displicente no que dizia respeito aos seus próprios interesses, ele se afirmou como um novo tipo de homem público – intransigente, quanto aos princípios que defendia; bravo, por ocasião da luta; e clemente, em face do acerto de contas. Desfrutando de enorme prestígio, utilizava-o em benefício das causas que abraçava,

sem se preocupar com a sua própria situação pessoal: fez numerosos ministros e governadores, sem jamais pleitear para si qualquer desses cargos – e mereceu, por tudo isso, o respeito e a admiração de seus contemporâneos. Ele se definiu através desta frase, que é uma admirável autocrítica: “Vivo a balançar a árvore, para que os outros apanhem os frutos.”

O falecimento de Virgílio de Melo Franco, apesar de sua trágica repercussão, não teve qualquer reflexo sobre os entendimentos em curso visando a articulação da candidatura de Milton Campos à sucessão do presidente Dutra. Houve uma semana de pausa nas *démarches*. Mas, em seguida, os udenistas se movimentaram de novo.

Naquele momento, Getúlio Vargas interpretava, com admirável senso de oportunidade, o desconcertante papel de Esfinge dos Pampas. Desde que fora deposto, em outubro de 1945, recolhera-se à sua fazenda de Itu, no Rio Grande do Sul, e ali se deixara ficar em silêncio, criando o ambiente psicológico que lhe ia compondo, aos poucos, o perfil de mártir de que necessitava para um retorno triunfal ao cenário político.

O general Dutra, pouco afeito às surpresas da política, insistia, contudo, na realização do seu ideal de ser *o presidente de todos os brasileiros*. A ideia era digna de elogios. Entretanto, o problema sucessório se avizinhava, e o general teria de agir, coordenando as diferentes correntes políticas, sob pena de perder o controle sobre sua própria sucessão. Na realidade, todas as preocupações tinham uma origem só: qual seria a atitude de Getúlio Vargas em face do pleito a realizar-se no dia 3 de outubro de 1950?

A situação evoluía, pois, entre avanços e recuos, fazendo prever, para breve, a ocorrência de fatos que só poderiam ser desagradáveis e que logo surgiram. Ademar de Barros, governador de São Paulo, teve sua candidatura lançada por ocasião de uma série de comícios na Alta Araraquara. Pouco depois, o próprio Getúlio Vargas saíra do seu prolongado mutismo para afirmar, numa entrevista que fora reproduzida por todos os grandes jornais do país: “Não sou um oportunista, mas um homem de oportunidades.”

Pressionado pelos círculos palacianos, o presidente Dutra resolvera, enfim, agir. Mas decidira agir no sentido menos adequado para a ocasião: convocando o governador de Minas para uma conferência em

Petrópolis. Milton Campos era cético por natureza, e discutir o problema sucessório com ele seria empenhar-se num diálogo inútil. Despido de ambição pessoal, aceitaria qualquer solução, mas seria incapaz de lutar por convertê-la em realidade. Assim, nada de positivo resultou do encontro de Petrópolis. E teve início, então, a tragicomédia do acordo mineiro, cujo objetivo seria o lançamento de uma candidatura única: um candidato só, apoiado por todas as forças políticas nacionais, para fazer frente ao que, naquele momento, não passava de um simples fantasma: Getúlio Vargas.

Os entendimentos se processavam quase exclusivamente no nível das lideranças, e minha esfera de ação era configurada pela área coberta pelas atividades das minhas funções de secretário-geral do PSD mineiro. Mas, em abril, chegara a minha vez de ser também mobilizado. Benedito Valadares desejava que fosse a Belo Horizonte e, através de conversas individuais com os nossos correligionários, sondasse o terreno sobre a viabilidade de um acordo interpartidário no estado, tendo em vista a sucessão presidencial.

A missão era espinhosa. Conhecia bem o ambiente político mineiro, no qual as divergências eram profundas e seria difícil – se não impossível – reunir, sob uma só bandeira, pessedistas e udenistas. Mesmo assim, tentei levar a bom termo a missão. As resistências, porém, eram bem mais fortes do que tinha imaginado. Os próprios pessedistas mostraram-se contrários a qualquer reconciliação. Para facilitar o meu trabalho, cheguei a propor uma fórmula: “A UDN apoiaria um candidato pessedista no setor federal; e o PSD retribuiria a cooperação com seu apoio integral a um candidato da UDN na esfera estadual.” Isso queria dizer que o PSD faria o próximo presidente da República e a UDN permaneceria senhora do Palácio da Liberdade.

Cientificado por mim do ambiente que prevalecia em Minas, Benedito Valadares decidira ir a Belo Horizonte e, valendo-se de sua autoridade de presidente do PSD estadual, conduzir, ele próprio, os entendimentos. Nesse sentido, conversou com Pedro Aleixo e, em seguida, com Milton Campos, numa chácara situada na Pampulha, onde o governador estava repousando alguns dias. A ideia inicial já havia evoluído e, em vez de se cogitar tão somente de um acordo mineiro, o que se tinha em vista era a formação de uma *frente democrática*, no bojo da qual se aninharia a tão desejada reconciliação dos partidos estaduais.

Os jornais deram grande destaque às conversações na Pamulha. Mas sua repercussão fora quase imediatamente neutralizada pelo noticiário, vindo do Sul, relatando o que havia acontecido por ocasião do grande churrasco oferecido a Getúlio Vargas, no dia 19 de abril em São Borja, em comemoração ao seu 65º aniversário natalício. O PTB iria participar da luta sucessória, e o seu candidato seria o próprio Getúlio Vargas, ou alguém por ele indicado.

Pedro Aleixo, vindo ao Rio, conseguiu, porém, estabelecer, em bases racionais, o problema sucessório. “Minas não pretende apresentar um candidato” – declarou o secretário do Interior –, “mas oferece sua união como base para o apoio a um candidato a ser escolhido pelas direções nacionais dos respectivos partidos.” Formou-se, então, uma comissão – o denominado *Comitê dos Três Grandes* – integrada por Nereu Ramos, do PSD; Prado Kelly, da UDN; e o ex-presidente Bernardes, do PR – para coordenar as diferentes correntes políticas e dar-lhes uma orientação única, visando à sucessão presidencial.

As conversações tríplexes levaram, como era natural, à indicação dos candidatos em potencial. Bias Fortes, amigo pessoal de Dutra, passou a ser o de maior viabilidade. Mas havia um empecilho no seio mesmo do comitê: Nereu Ramos, que se mostrava inclinado à sua própria candidatura. Em face das divergências, os mineiros decidiram assumir uma atitude definida e oferecer uma solução ao general Dutra. Mas, para que estes pudessem ter autoridade, necessário se fazia que estruturassem, num documento formal, o próprio acordo mineiro. Passou-se, então, à elaboração do manifesto, que consubstanciaria o esquema daquela reconciliação. Foram encarregados da redação do texto: Gabriel Passos, pela UDN; Mário Brant, pelo PR; e eu, pelo PSD.

Inconformado com o rumo tomado pelos entendimentos, Nereu Ramos reagiu e, como presidente nacional do PSD, convocou uma reunião da Comissão Diretora do partido. Pretendia neutralizar a ação dos mineiros, através do recurso de, em vez de se discutir uma fórmula, escolher-se, desde logo, o candidato – tese essa que acabou sendo rejeitada. E a nota, divulgada após a reunião, ratificava a orientação anterior – seguida por nós, mineiros: união de todos os partidos em torno de uma causa nacional.

Contudo e apesar dos pesares, o acordo mineiro foi assinado em meados de agosto, e dele participaram os partidos estaduais, com exceção do PTB. Esse convênio representava uma etapa vencida.

Era esta a situação em que se encontrava o problema ao findar-se o mês de setembro. Como as discussões pareciam intermináveis, impacientaram-se Prado Kelly e Flores da Cunha, que exigiram uma solução rápida para a questão. O general Dutra mostrava-se, igualmente, preocupado e, chamando Benedito Valadares, incumbiu-o de ir a Belo Horizonte a fim de resolver, com os signatários do acordo, quem deveria ser o candidato à sua sucessão.

Viajamos no próprio avião do presidente Dutra, já que Benedito insistiu em que eu o acompanhasse. Nossa missão era difícil. A escolha deveria ser feita entre diversos nomes, e estes estavam apoiados por três facções distintas: o PSD, com as suas duas alas, e a UDN. Ao todo, sem levar em conta o candidato à governadoria do estado – que seria resolvido mais tarde –, existiam sete postulantes. Sucederam-se, pois, as conferências. E, ao cabo de intermináveis discussões, não conseguimos chegar a qualquer acordo. Resolvemos, então, retornar ao Rio e transferir a solução do problema para o *Comitê dos Três Grandes*.

Assim, no dia 28 de setembro, essa comissão debateu pela primeira vez, e diretamente, a questão do candidato. Entretanto, alguns dias mais tarde, a 8 de outubro, os estudantes, congregados num denominado *Movimento Nacional Popular pró-Eduardo Gomes*, lançaram, com enorme estardalhaço publicitário, a candidatura do brigadeiro. E o que faziam os Três Grandes, reunidos no Rio? Discutiam. Debatiam o assunto, sem que chegassem a um acordo. Irritado com a demora, Mangabeira fizera ouvir sua voz, vinda da Bahia: “Basta de entendimentos, já é hora de conclusões.” E, enquanto essas infrutíferas reuniões se sucediam, começaram a circular rumores de que, no dia 20 de setembro, Getúlio Vargas lançaria, por fim, sua candidatura.

.....
A candidatura de Cristiano Machado

ESTABELECIDO O ACORDO MINEIRO, abriram-se simultaneamente as duas frentes de especulação que lhes eram inerentes: a sucessão presidencial e a sucessão estadual. No plano federal, os entendimentos evoluíam com a maior lentidão, porque os Três Grandes não conseguiam firmar uma linha uniforme de conduta. Contudo, já não acontecia o mesmo no que dizia respeito à sucessão estadual. Assim que fora aberta a questão, minha candidatura logo se impusera, e isso por dois motivos: *a)* eu era o político de maior prestígio popular entre os pessedistas; e *b)* sendo o secretário-geral do partido, sempre estivera em contato direto com os diretórios municipais e, no desenvolvimento dessas relações, transformara-me numa espécie de cônsul dos correligionários do interior, encarregado de resolver seus problemas com os líderes do PSD. Levando-se em consideração essas duas circunstâncias, minha candidatura surgira naturalmente, apoiada desde logo por largos setores da opinião estadual. Os próprios jornais afirmavam que eu era “o candidato natural do PSD”.

De qualquer forma, o ano de 1949 havia sido de confusão generalizada. Existiam os candidatos em potencial – Getúlio Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes, Nereu Ramos, Ademar de Barros e Bias Fortes –, mas nenhum deles assumira uma atitude ostensiva, disputando abertamente a preferência do eleitorado. Em face da situação, o ex-presidente

Bernardes, percebendo a inutilidade dos entendimentos, deixou de comparecer às reuniões do *Comitê dos Três Grandes* e Prado Kelly, igualmente agastado, imitou-lhe o exemplo. Em consequência, no dia 22 de outubro de 1949, aquela comissão deixou de existir.

Se, por um lado, a extinção do *Comitê dos Três Grandes* representou um passo atrás na política de reconciliação nacional, ela não deixou de ter, por outro, reflexos favoráveis no âmbito das negociações estaduais. A ala liberal, até então recalcitrante no que dizia respeito a uma reaproximação com os Ortodoxos, logo reformulou sua política, realizando-se, então, no gabinete de Cirilo Júnior, presidente da Câmara dos Deputados, a primeira reunião das duas facções pessedistas, separadas desde o início do governo Dutra. Sentindo-se livre da camisa de força, que lhe parecia a Comissão dos Três Grandes, Nereu Ramos passou a agir com inteira liberdade, tentando concertar alianças que pudessem reforçar a sua posição de candidato. Entretanto, o general Dutra agia também em sigilo, mas em sentido contrário. No dia 10 de novembro, teve uma longa e importante conversa telefônica com o governador Milton Campos e, desse entendimento, resultou a revitalização do já quase extinto Acordo Mineiro: seria organizada uma lista para ser submetida à consideração das partes interessadas. Os nomes, referidos na ocasião, foram os seguintes: Bias Fortes, Israel Pinheiro, Carlos Luz e Ovídio de Abreu.

Organizada a lista, causou estranheza a exclusão do nome de Cristiano Machado da relação dos candidatos a candidato, e o fato foi considerado uma manobra de Benedito Valadares, o que irritou os udenistas. Agravou-se, pois, a crise entre o PSD e a UDN. Rematando aquela série de desentendimentos, a 12 de novembro houve uma conferência de Nereu Ramos com o general Dutra, durante a qual se positivou, em termos irreversíveis, o rompimento político dos dois, resultando daí a sua renúncia à presidência do PSD nacional, sendo substituído por Benedito Valadares.

Apesar do afastamento de Nereu Ramos, não se dissiparam as desconfianças que dificultavam os entendimentos entre os líderes dos diversos partidos de Minas. No dia 8 de dezembro, a UDN recusou a fórmula mineira, propondo que os entendimentos se processassem em bases diferentes. Essa atitude causou revolta e Tancredo Neves, líder da oposição na Assembleia Legislativa do estado, respondeu à altura ao desafio: "Considero a deliberação udenista uma atitude que brada aos céus. Vamos para a luta." Criara-se um novo impasse nas negociações para a pacificação estadual. O

general Dutra, preocupado, deu instruções a Cirilo Júnior para reatar os entendimentos. Cirilo agiu de um lado, e Góis Monteiro – também comissionado pelo presidente – agiu de outro, embora ambos se esforçassem por atingir o mesmo objetivo.

Contudo, o cenário político continuava confuso. Findara-se 1949. Em face dos atritos, das desinteligências e das incompreensões que haviam pontilhado os últimos meses de 1949, foi com uma sensação de alívio que saudamos a entrada de 1950. Em março, porém, surgira a candidatura de Afonso Pena, sugerida ao general Dutra por Milton Campos. A indicação do governador de Minas fizera com que se revigorasse, no seio do PSD, a tese, já quase esquecida, da candidatura partidária.

Enquanto os pessedistas discutiam, o PTB armava a candidatura de Getúlio Vargas, o qual, através de um manifesto, declarara estar disposto a disputar a sucessão do general Dutra. Ademar de Barros, por seu lado, procurando insinuar-se junto ao eleitorado, afirmara, com a maior ênfase: “Basta de políticos. O Brasil precisa é de um gerente.”

No dia 18 de abril, foi lançada oficialmente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Afonso Pena, surpreendido pela notícia, telegrafou no dia seguinte a Milton Campos agradecendo a gentileza da lembrança do seu nome e declarando que havia resolvido retirar-se do páreo. Concluiu, melancolicamente, que sua “candidatura havia durado exatamente 37 dias”.

Abrira-se, em consequência, nova cisão no estado. A candidatura do brigadeiro e a desistência de Afonso Pena cavaram um fosso intransponível, separando a UDN do PSD. Ao findar-se a primeira semana de maio, surgiu o meu nome para governador do estado como o de um político capaz de manter acesa a chama partidária. Julgava-se que a minha candidatura, não devendo provocar atritos – já que dispunha de livre trânsito em quase todas as áreas partidárias –, evitaria que os efeitos da crise federal tivessem reflexos no cenário estadual. O *slogan* do *candidato natural*, insinuado a princípio timidamente, foi adquirindo ressonância, granjeando aos poucos popularidade, polarizando, enfim, largos setores da opinião pública. Em maio, embora ainda não houvesse sido indicado, já se organizavam concentrações regionais no estado, tendo como divisa a frase *Juscelino para o Palácio da Liberdade*.

Ribeiro Pena, vice-governador de Minas, temendo a irradiação do movimento popular em favor da minha candidatura, saíra pelo interior promovendo comícios. Seu objetivo era o de preparar a opinião do eleitorado para a aceitação de sua própria candidatura. Em face de uma provável cisão nas hostes pessedistas, o PR passara a ter uma enorme importância política, já que, durante o prélio, conquanto não dispusesse de um grande eleitorado, poderia desempenhar o papel de fiel da balança, dando a vitória ao postulante que dispusesse do seu apoio. E, ciente disso, o ex-presidente Bernardes, agastado com a UDN – que não dera as compensações a que os perristas se julgavam com direito –, mantivera-se arredio da cena política, desde a dissolução do *Comitê dos Três Grandes*, à espera da oportunidade que sabia não tardaria a se abrir para o seu partido.

No dia 15 de maio, teve lugar a indicação de Cristiano Machado como candidato do PSD à sucessão do general Dutra. A indicação era extraoficial, já que não resultara de uma deliberação solene da Comissão Nacional do PSD. Houve um encontro de líderes no apartamento de Cirilo Júnior, provocado pelos representantes da seção gaúcha do partido. O general Góis Monteiro, senador e representante do PSD alagoano, falou em primeiro lugar. Não propôs nomes, mas advertiu que o indicado deveria ser aceito por todas as correntes em que se dividia o partido e merecer também a confiança de Getúlio Vargas, a fim de que tornasse possível uma aliança com o PTB. Em seguida, Oscar Fontoura discursou em nome da seção gaúcha e indicou quem poderia ser o candidato: Cristiano Machado, da ala liberal do PSD. Agamenon Magalhães, representante de Pernambuco, mostrou-se de acordo com a sugestão e secundou-o Amaral Peixoto, presidente da Comissão Executiva do partido no estado do Rio.

Todos olharam para Benedito Valadares, cuja opinião era da maior importância, já que o assunto interessava diretamente ao famoso Acordo Mineiro, cuja execução deveria processar-se em bases do *toma lá, dá cá*, isto é, a ala liberal indicaria o candidato à Presidência da República, e a ala ortodoxa daria o postulante à sucessão de Milton Campos. Houve um momento de intensa expectativa. Na época, Cristiano Machado não se encontrava em boas relações com o presidente do PSD mineiro, e era de se esperar que seu nome fosse por ele impugnado. A decisão do ex-governador de Minas não se fez esperar: “Aprovo o nome de Cristiano Machado.”

.....

Candidato a candidato



QUANDO SE DEU A ESCOLHA do nome de Cristiano Machado, eu me encontrava no sul de Minas, na cidade de Conceição Aparecida, em companhia de Ribeiro Pena, vice-governador do estado, e de vários deputados e políticos. Estando hospedado na casa do chefe local do PSD, João Barbosa Sobrinho, eu me recolhera à meia-noite, encerrado o comício que havíamos realizado na cidade. Nada sabia, pois, do que havia sido resolvido no Rio. Entretanto, em todas as cidades existem os notívagos que se deixam ficar colados ao rádio até a madrugada. Um desses ouviu a irradiação da notícia e difundiu-a na cidade, surpreendendo todo o grupo pessedista. Fui acordado às 5 horas da manhã pelo meu querido companheiro Starling Soares, o qual me relatou o que ocorrera no Rio, acrescentando: “É a sua vez, Juscelino.”

Como não havia telefone na cidade, deliberei tomar um automóvel e seguir para Passos, que oferecia maiores recursos. Ao chegar ali, consegui um *teco-teco*, que me levou até o Rio. Deixando o aviãozinho, segui diretamente para o apartamento de Benedito Valadares. O ex-governador estava eufórico. “Aparei o golpe dos gaúchos” – disse-me exultante, e acrescentou: “Agora, o candidato a governador de Minas sairá das nossas fileiras.” Na realidade, a indicação de Cristiano Machado havia representado a efetivação do reagrupamento do PSD no plano federal. Estavam

reunidas, finalmente, as duas alas. Contudo, no setor estadual persistiam as divergências e as susceptibilidades feridas. Àquela altura – fins de maio de 1950 – já não existia qualquer esperança de que Minas comparecesse unida às eleições de outubro daquele ano. A candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes estava lançada. Iniciei minha campanha – mesmo sem haver sido indicado – comparecendo a um comício, realizado em Areado. Aquele comício representou para mim um teste. Pude sentir a vibração da assistência quando lhe dirigi a palavra. Na praça, onde se realizara a concentração, viam-se faixas e cartazes ostentando o já habitual *slogan* “Juscelino para o Palácio da Liberdade”.

Oficializado o conagraçamento do PSD no plano federal, chegara a hora de se pensar na escolha do candidato do partido para a governadoria do estado. As opiniões estavam divididas, refletindo a existência de duas correntes: a que me apoiava; e a que seguiria Bias Fortes. Apesar dessas divergências, o PSD, considerado como um todo, apresentava externamente uma impressão de unidade, o que muito o fortalecia no cenário político estadual. Tendo em vista esse conagraçamento, cheguei a comentar, numa entrevista à imprensa: “Abolimos do nosso dicionário partidário as expressões *liberal* e *ortodoxo*.” Em junho, Getúlio Vargas, em carta dirigida a Ademar de Barros, concordara, finalmente, em ser candidato. No dia 15 do mesmo mês, sua candidatura fora lançada por Ademar de Barros, durante um comício monstro, tendo por cenário a histórica colina do Ipiranga.

Três candidatos já se encontravam em atividade: o brigadeiro Eduardo Gomes, Cristiano Machado e Getúlio Vargas. Entretanto, Minas, que havia desempenhado um papel de tanta relevância na efetivação da política de conagraçamento nacional, via-se a braços com a solução do seu próprio problema sucessório. Era certo que a UDN concorreria às eleições com um candidato próprio; e o mesmo deveria ocorrer com o PSD. O PR, seguindo a tradição de representar o papel do fiel da balança partidária, mostrava-se esquivo, aguardando que os grandes partidos fizessem suas escolhas, para que ele, analisando seus interesses, pudesse definir-se.

Compreendendo que só faltavam três meses para o pleito, o PSD marcara, finalmente, para o dia 10 de junho a reunião da sua Comissão Executiva, que teria lugar em Belo Horizonte. Objetivo do conclave: a escolha do seu candidato. Estariam presentes liberais e ortodoxos. E os

candidatos a candidato, que, a princípio, eram três, tinham ficado reduzidos a dois – Bias Fortes e eu – já que Carlos Luz, o terceiro pretendente, havia desistido. Dois dias antes, a UDN havia realizado sua reunião, e seus líderes tinham resolvido designar uma comissão que recomendaria cinco nomes à convenção do partido a realizar-se proximamente. Os udenistas, como os pessedistas, estavam em dificuldades para a escolha de quem concorreria às eleições sob a sua bandeira.

No dia 10, finalmente, teve lugar a reunião do PSD. Desde cedo, seus principais líderes passaram a se reunir em sessões preparatórias, a fim de dirimir, em conversas informais, as numerosas dificuldades que impediam a solução do caso. A primeira dessas reuniões teve lugar no palacete de Álvaro Cardoso, situado na Rua Santa Catarina, 907. À tarde, realizou-se a segunda na sede do PSD, na Avenida João Pinheiro. Esta, realizada num local de fácil acesso, converteu-se numa ruidosa concentração política.

Pouco antes das 15 horas – quando deveria ter início a reunião – o povo começou a se aglomerar nas imediações da sede do partido. E, por fim, a avenida se tornou intransitável, em face da presença de milhares de pessoas – pessedistas e não pessedistas – que carregavam faixas, nas quais se lia o já popular *slogan* “Juscelino para o Palácio da Liberdade”.

Em face da atitude dos juscelinistas, reagiram os partidários de Bias Fortes, que logo surgiram gritando o nome do seu líder. O encontro das duas correntes fez temer que a manifestação degenerasse em conflito, levando-se em conta que, apesar do policiamento reforçado, algumas correrias já tinham ocorrido ao longo da Avenida João Pinheiro. Benedito Valadares pediu-me que procurasse refrear o entusiasmo dos meus correligionários, falando-lhes da sacada, com a maior moderação possível.

Minhas palavras eram intercaladas, a cada momento, por *vivas* e aclamações. O povo não desejava ouvir discursos naquele momento. O que o preocupava era apenas a sucessão governamental, e se irritava porque a Comissão Executiva, após tantos entendimentos sigilosos, não houvesse ainda chegado a qualquer solução. Na realidade, a comissão enfrentava sérias dificuldades. Os dois candidatos dispunham de defensores intransigentes e nenhuma das correntes estava disposta a abrir mão de seus pontos de vista. Ante a impossibilidade de se chegar a um acordo, Benedito Vala-

dares deu por encerrada a reunião, marcando outra que teria lugar à noite, após o jantar.

Essa terceira reunião realizou-se às 21 horas, no apartamento do senador Melo Viana, situado no 25º andar do Hotel Financial. Nesse encontro, Euvaldo Lodi, coordenador da candidatura Bias Fortes, fez uma proposta sob o pretexto de se facilitar a solução do problema: sugeriu que a escolha do candidato fosse levada a efeito através de duas etapas. Naquela reunião, designar-se-ia uma subcomissão de cinco membros, que teria o encargo de fazer a seleção dos nomes dos candidatos e, vencida essa etapa, a mesma subcomissão, sob a presidência de Benedito Valadares, discutiria o assunto no Rio. Assim que a referida subcomissão houvesse chegado a uma conclusão, o que deveria “ser feito no prazo mais curto possível”, submeteria seu *veredictum* à Comissão Executiva, por ocasião de outra reunião.

O recurso de Euvaldo Lodi explodiu como uma bomba no plenário da reunião. Tornava-se evidente que ele, constatando que Bias Fortes não dispunha de maioria no seio da Comissão Executiva, procurava protelar a solução do problema, na esperança de que, através de novos entendimentos, pudesse melhorar sua posição. E tanto isso era verdade que Euvaldo Lodi, não desejando levantar suspeita sobre a sua verdadeira intenção – que era a protelação –, referira-se vagamente a *candidatos*, como se existissem outros, que não eu e Bias Fortes. Alkmin, levantando-se, reduziu a questão aos seus verdadeiros termos. Alegou que a Comissão Executiva considerasse as duas candidaturas já lançadas como as únicas dignas de consideração e que apenas, em relação a elas, a subcomissão se pronunciasse.

A sugestão de Euvaldo Lodi havia colhido de surpresa os membros da Comissão Executiva, os quais, aturdidos, olharam para Benedito Valadares, que era o presidente, em busca de uma orientação. Benedito, porém, que poderia rejeitar *in limine* a proposta – já que ela fugia às normas das deliberações daquele órgão –, incompreensivelmente capitulou, sendo acompanhado na sua atitude pelos demais participantes da reunião. Procedeu-se então à escolha dos integrantes da referida subcomissão, que ficou assim constituída: presidente, Benedito Valadares; membros, o senador Melo Viana e os deputados Euvaldo Lodi, Ovídio de Abreu e Israel Pinheiro. Como era de se esperar, aquele resultado repercutiu de maneira

chocante em Belo Horizonte e em todo o estado. Após três reuniões prolongadas, chegar-se a um resultado daqueles! Embora eu estivesse presente e houvesse sido testemunha de tudo, julguei que não deveria intervir nos debates, pois minha atitude poderia ser interpretada como uma tentativa para forçar uma solução imediata do problema.

Quando Benedito Valadares apareceu, por fim, no *hall* do Hotel Financial, populares e jornalistas o cercaram, ansiosos por saber quem havia sido indicado. Constrangido, ele anunciou o que tinha ficado resolvido. A reação, refletida em todas as fisionomias, foi de profunda decepção. E pior do que isso: dada a exaltação de ânimos reinante entre os meus correligionários, a deliberação da Comissão Executiva desaguou num acontecimento funesto: um dos meus amigos, Salvador Ferraz – homem sincero, de temperamento apaixonado e que era tabelião em Belo Horizonte, ao tomar conhecimento do que Benedito Valadares anunciara, fora acometido, no próprio *hall* do hotel, de uma crise cardíaca, vindo a falecer, minutos depois, no interior do veículo que o transportava para um hospital.

No dia seguinte, o *Estado de Minas* – órgão udenista e, portanto, insuspeito em relação ao resultado a que chegara a Comissão Executiva do partido adverso – publicou em negrito, na primeira página, e com enorme destaque, uma nota sob o seguinte título: “O Sr. Juscelino Kubitschek será o candidato do PSD.” E, no corpo da nota, explicava: “Dos cinco membros da subcomissão, três – Benedito Valadares, Israel Pinheiro e Ovídio de Abreu – votarão no Sr. Kubitschek”. E concluía: “O ex-prefeito da capital ganhará o páreo por um voto.”

Ser indicado para a governadoria por um voto! A contingência era, de fato, constrangedora. Principalmente para mim, que acreditava no povo e no sistema democrático-representativo. A proposta de Euvaldo Lodi, aprovada pela Comissão Executiva, soava-me como uma coisa falsa – uma das *fórmulas pessedistas* que tanta impopularidade tinham causado à agremiação.

Ao ter notícia do que ocorrera a Salvador Ferraz, corri para a residência do amigo morto, a fim de lhe prestar a homenagem a que, por sua dedicação à minha causa, se fizera merecedor. Foi uma noite longa e trágica aquela que passei ao lado do seu corpo, participando, com a família, da dor

que seu súbito desaparecimento havia causado. No dia seguinte, acompanhei o féretro até o cemitério e, dali mesmo, dirigi-me para o aeroporto, onde tomei o avião para o Rio.

A decisão da Comissão Executiva causara, de fato, profundo desapontamento. Entretanto, como eu não havia sido o responsável por ela, o que me competia, como fiel soldado do partido, seria acatá-la. Contudo, antes da reunião, eu havia elaborado um programa de comícios que seriam realizados no interior de Minas. Assim é que, além do comício em Areado, participei de uma caravana que, partindo de Belo Horizonte no dia 3 de julho, percorreu os municípios de Curvelo, Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Paraopeba, Cedro, Arcoverde e Prudente de Moraes.

Mas, em face daquela insólita decisão da Comissão Executiva, teria de travar uma batalha diferente, de outra natureza – uma luta tipicamente pessedista, e que teria lugar no Rio. Assim, ao desembarcar do avião, pus-me em contato com Benedito Valadares e com os demais líderes do nosso partido. Percebi que alguma coisa diferente estava ocorrendo. Minha situação, que sempre fora excelente junto à cúpula do partido, passara a sofrer reparos, como se, contra ela, estivesse sendo articulada uma conspiração. Apreensivo, procurei desvendar a causa daquela súbita e inexplicável reviravolta.

Tratava-se de uma pressão do Catete, feita por intermédio do general Góis Monteiro. O presidente Dutra, sendo grande amigo de Bias Fortes, desejava sinceramente ajudá-lo e, havendo constatado através de sondagens que eu dispunha da maioria necessária para ser indicado, tinha incumbido o ex-ministro da Guerra de estudar uma fórmula que alterasse aquela situação. Daí a constituição da Subcomissão dos Cinco, proposta por Euvaldo Lodi. Julgava o general Góis Monteiro que, transferindo da Comissão Executiva para a subcomissão a incumbência de fazer a escolha, o problema teria uma solução facilitada, pois a pressão do Catete seria feita apenas sobre cinco pessoas.

Analisando friamente a situação, cheguei à conclusão de que devia reforçar minha posição no seio da referida subcomissão. Nesse sentido, assim que cheguei ao Rio, uma das primeiras pessoas a quem procurei foi Artur Bernardes. Minhas relações com o ex-presidente datavam de pouco tempo. Fora levado à sua presença por seu filho, o senador Bernardes Fi-

lho, alguns dias antes da reunião da Comissão Executiva do PSD em Belo Horizonte. Naquela época, minha posição como candidato a candidato era muito boa. Dispunha de uma maioria esmagadora de votos no seio da Comissão Executiva, e o que me preocupava, então, era o estabelecimento de uma aliança política, de forma a consolidar minha situação em face do eleitorado. Na realidade, entre os partidos mineiros, o que mais me convinha era o PR – que era uma agremiação de larga tradição no estado. Conhecia as queixas que os perristas tinham da UDN, e a ideia que acalectara era a de atrair a antiga agremiação para a minha candidatura, oferecendo-lhe a vice-governadoria na minha chapa. Ajudara-me nessa empresa o engenheiro Sá Lessa, diretor da Escola Politécnica, que me apresentou a Artur Bernardes Filho. Entretanto, uma simples apresentação não seria suficiente para a solução do caso. Tinha necessidade de um contato mais íntimo, levado a efeito através de uma conversa confidencial e prolongada, durante a qual a questão pudesse ser discutida com a maior liberdade possível. Horácio de Carvalho, diretor do *Diário Carioca*, ofereceu-se para me proporcionar essa oportunidade.

Bernardes Filho residia no Copacabana Palace Hotel – o que não deixava de ser uma singularidade. Os políticos mineiros, geralmente tímidos, sempre se hospedavam em hotéis de menor categoria. Bernardes Filho, porém, era homem da sociedade. Às recepções que oferecia comparecia o que havia de mais fino e expressivo no Rio. Ao chegarmos ao Copacabana Palace, o senador mineiro estava jantando. Mesmo assim fez questão de nos receber, e a conversa prolongou-se pela noite adentro. Àquela altura, o PR estava apoiando o governador Milton Campos. Mas já eram evidentes os sintomas de que não tardaria o seu rompimento com os udenistas.

O resultado daquele entendimento foi satisfatório. Quando deixamos o hotel – o que ocorreu já com o sol alto – estava certo de haver conquistado a simpatia do jovem e ilustre senador, o que significava um grande passo no sentido de obter, para a minha causa, o apoio do PR. Nesse encontro, Bernardes Filho ofereceu-se para me levar ao seu pai, quando então o problema poderia ser tratado em bases positivas, o que se deu alguns dias mais tarde.

Quando conheci o ex-presidente Bernardes – mantendo com ele relações amistosas, é claro, pois já havia tido a oportunidade de falar-

-lhe várias vezes, embora cerimoniosamente – logo nos tornamos amigos, apesar de eu ser um estreante político e ele já ter ocupado todos os postos que um líder possa ambicionar no desdobramento da sua atividade pública. Essa amizade, feita quase por ocasião do nosso primeiro encontro, teve, para justificá-la, uma circunstância que se vinculava ao meu passado de humilde telegrafista em Belo Horizonte. Em 1922, não havia rádio nem telefone ligando Belo Horizonte ao Rio. Todas as comunicações eram feitas pelo telégrafo, e a capital mineira – em face da sua situação geográfica – era um centro de recepção e de retransmissão de mensagens vindas do Rio e destinadas aos estados do Norte. Exercendo a função de telegrafista, pude acompanhar a evolução de todos os acontecimentos, quer através dos telegramas oficiais, quer os de natureza particular, que pontilharam a campanha eleitoral do candidato de Minas à Presidência da República. Todas as mensagens sigilosas, transmitidas para o Catete, passavam pelas minhas mãos e, dessa maneira, estava a par de tudo o que ocorria nos altos escalões da política, inclusive dos entendimentos ultrassecretos mantidos entre o chefe do governo mineiro e o presidente da República, que era Epiácio Pessoa.

Por ocasião de uma homenagem que as forças políticas nacionalistas prestaram ao ex-presidente – e que se realizou no salão nobre do Automóvel Clube –, havendo sido um dos oradores da solenidade, recordei todos esses fatos e o fiz com entusiasmo. Quando concluí, ao abraçar-me, o ex-presidente disse-me uma frase que não pude esquecer: “Seu discurso me fez recordar episódios que me causaram profundos sofrimentos. Mas foi através deles que tive a oportunidade de me projetar aos olhos da nação.”

A partir daí, o ex-presidente passara a me conceder um tratamento que muito me sensibilizava. E essa aproximação, reforçada pela intervenção do senador Bernardes Filho, contribuiu para que fosse facilitada a tarefa de obter o apoio do PR para a minha indicação pelo PSD. Assim, quando fui procurá-lo em sua residência na Rua Valparaíso, ele me recebeu com a maior cordialidade. Conversamos sobre o resultado da reunião da Comissão Executiva e ele, demonstrando seu interesse por mim, ponderou-me que, como já havia assegurado a necessária maioria de votos no seio daquele órgão, não deveria ter concordado com a medida protelatória. E esclareceu: “A oportunidade de uma indicação só ocorre uma vez na vida

de um político, e este, sob pena de arriscar o seu futuro, não deve deixar que ela escape.”

Durante os dias que se seguiram, prosseguiram no Rio as conversações para a solução do *caso mineiro*. Embora a área de competição já se mostrasse restrita – já que a escolha ficara limitada a dois nomes –, mesmo assim eram numerosas as divergências, pois a Comissão Executiva estava dividida em grupos e subgrupos, e todos em conflito uns com os outros. Era evidente que a conspiração contra a minha candidatura, inspirada do alto, estava obtendo mais êxito do que eu pudera esperar. Conversei com Benedito Valadares a respeito e percebi que ele também estava preocupado. E havia motivo para aquela apreensão. Os integrantes da Comissão Executiva, que ocupavam postos no governo federal, atentos à palavra de ordem do Catete, foram os primeiros a modificar sua posição. A mudança, que se mostrara tímida a princípio, não tardou a tomar um ritmo acelerado.

Apesar do tenaz cerco erguido contra a minha escolha, havia um empecilho que – se não fosse removido com urgência – anularia todos os esforços feitos pelo presidente Dutra, por intermédio do general Góis Monteiro, para impor aos convencionais do PSD de Minas a candidatura Bias Fortes. Tratava-se da própria subcomissão. Pois Benedito Valadares, Israel Pinheiro e Ovídio de Abreu, apesar da preocupação que tinham de ser agradáveis ao chefe do governo, certamente apoiariam o meu nome. Redobrou-se, pois, a pressão do Catete, não mais sobre a Comissão Executiva, que fora alijada da disputa, mas sobre a Subcomissão dos Cinco, de forma a obter que, dos três membros que me eram favoráveis, dois pelo menos se passassem para a candidatura Bias Fortes.

Nessa altura, ocorreu um fato que alterou substancialmente as perspectivas da luta que tinha em mente logo empreender. Tratava-se de uma conferência a ser realizada com o general Góis Monteiro. Essa entrevista tinha sido combinada alguns dias antes com Benedito Valadares e seria realizada com a presença do ex-governador e da minha, na residência do senador alagoano. Na reunião, que transcorreu num ambiente de perfeita cordialidade, o ex-ministro da Guerra nos fez um apelo no sentido de que resolvêssemos, sem divergências, o problema da sucessão mineira. Para emprestar maior ênfase à sua exortação, afirmou que, se se verificasse uma fragmentação do PSD em Minas, a candidatura Cristiano Machado

estaria irremediavelmente perdida. O que Góis Monteiro receava – e nisso refletia o pensamento presidencial – era o que todos nós já sabíamos: a possibilidade de um retorno de Getúlio Vargas ao poder. E, tentando disfarçar o verdadeiro propósito daquele apelo, passou a examinar o problema das candidaturas ao governo mineiro. Alegou que não desejava fazer um cotejo dos méritos dos candidatos, mas que Bias Fortes, pela circunstância de ter mais idade do que eu, deveria merecer a preferência do PSD estadual.

A atitude do general constituíra, na realidade, um desafivelar de máscara. Até então, a pressão se fizera de modo sorrateiro, através de entendimentos sigilosos, com o doutrinador e o doutrinado em disfarçada conivência. Contudo, a hora do jogo franco havia soado, e feita às claras, na presença do próprio candidato. A atitude exigia uma resposta nos mesmos termos, com idêntica franqueza. Tomei a palavra, então, para esclarecer minha atitude. De saída, disse que não poderia abrir mão da minha candidatura, pois ela não me pertencia. Foram amigos meus que a haviam levantado e que, por ela, estavam trabalhando, alguns inclusive com sacrifícios pessoais. Entretanto, não desejava criar dificuldades ao PSD. Em face de uma decisão da Subcomissão dos Cinco – qualquer que ela fosse – eu a acataria. Era amigo pessoal de Bias Fortes – prossegui – e julgava que ele possuía todos os méritos para disputar, como vinha disputando, os votos da subcomissão. Apenas não concordava que pessoas estranhas à vida partidária do estado pretendessem ditar ordens ao partido.

A serenidade e a firmeza da minha resposta surpreenderam o general, fazendo-o compreender a inabilidade da sua intervenção. Procurou consertar o que havia dito alegando que a manifestação de sua preferência pela candidatura Bias Fortes não passava de uma opinião pessoal, mas que competia, de fato, à Comissão Executiva escolher livremente quem ela julgasse digno do cargo. Finalizou afirmando que seu apelo era apenas no sentido de que se evitasse uma nova fragmentação do partido.

Até então, vinha sentindo os efeitos da pressão do Catete contra a minha candidatura. Agora, porém, o jogo tornara-se aberto, perdendo o caráter de conspiração. Compreendi que deveria agir, e agir com presteza, a fim de evitar que a minha candidatura, já vitoriosa no seio da Comissão dos Cinco, pudesse ser sacrificada. Devo ressaltar, contudo, que, ao decidir tomar essa atitude, não o fiz levado pela ambição. Não

me conformava, isso sim, em ser vítima de um *golpe político* tramado no interior do gabinete do general Góis Monteiro, por ordens ou inspiração do Catete.

Daí a minha reação. A tática que adotei: a de agir de fora para dentro, isto é, conseguir forte apoio político além dos círculos pessedistas e, respaldado por essa força externa, impor minha candidatura à Comissão dos Cinco, no seio da qual – diga-se de passagem – minha posição permanecia excelente. Voltei minhas vistas, pois, para o PR, já que o tradicional partido ocupava o terceiro lugar, em importância eleitoral, entre as grandes agremiações políticas do estado. Minha atitude, pois, foi de manter aquele contato. Entretanto, enquanto elaborava os planos dessa estratégia, ocorreu um fato que provocou um desvio brusco à linha que pretendia imprimir à minha conduta. Esse fato foi a realização de uma reunião da Subcomissão dos Cinco, que teve lugar na residência do senador Melo Viana, situada na esquina da Rua Júlio de Castilho com a Avenida Atlântica, com a minha presença e a de Bias Fortes.

Quando cheguei à casa do senador Melo Viana, ali já se encontravam quase todos os convocados. Fui em companhia de Benedito Valadares, que era o presidente da referida subcomissão. Pouco depois Ovídio de Abreu se anunciou, e completou-se o número dos que deveriam estar presentes. Reunidos no salão da residência e, enquanto era servido um café, Euvaldo Lodi fez uma exortação, lembrando aos dois candidatos que a “situação do Brasil era de extrema gravidade” e que a solução que iria ser tomada naquela reunião “poderia constituir a chave de tudo o que pudesse ocorrer, em futuro próximo, no cenário político nacional”. As palavras de Euvaldo Lodi emprestaram ao ambiente um caráter dramático. Que solução tão importante seria aquela a ser tomada na reunião? Propôs, então, o deputado que os dois candidatos fizessem uma exposição sobre o que representariam suas respectivas candidaturas e quais os meios de tentar uma solução que não fragmentasse o PSD. Pedia que em primeiro lugar falasse o mais jovem. Fiz uso da palavra.

Não me utilizei de uma só afirmação que não fosse calcada na mais absoluta sinceridade. Reconhecia a gravidade da situação nacional e, para prová-la, fiz um levantamento do panorama político, quer no campo federal quer no estadual, pondo à mostra os perigos que ameaçavam a na-

ção. Ao terminar, declarei que assumiria o compromisso de honra de acatar a decisão da subcomissão, qualquer que ela fosse.

Bias Fortes falou em seguida. Insistiu, igualmente, na importância da decisão que a subcomissão iria tomar. Ratificando a sugestão que eu fizera, de assumir um compromisso de acatar qualquer resolução da referida subcomissão, propôs, então, que se lavrasse uma ata, que seria assinada pelos dois candidatos, estabelecendo aquele compromisso, de forma a impedir que a manifestação de preferência por um deles pudesse transformar-se em motivo de dissidência no seio do partido. Aceitei prontamente o que Bias Fortes sugeria e Euvaldo Lodi ficou encarregado de lavrar a referida ata. Quando esse documento ficou pronto, o que só ocorreu no dia seguinte, fui convocado de novo, e imediatamente o assinei.

Os mineiros – juscelinistas e biístas – observavam com interesse o que se passava no Rio, e muitos estranhavam que um assunto daquela gravidade, em vez de ser discutido na capital de Minas, houvesse sido deslocado para o Rio. Na realidade, o ambiente que desde algum tempo se observava em Belo Horizonte era de exaltação e de paixão política.

Entretanto, quando vi Euvaldo Lodi agir no sentido de que tudo fosse estabelecido numa ata a ser assinada pelos candidatos, cheguei à conclusão de que uma surpresa iria surgir daquela providência. Por que razão ele insistia em preservar o futuro pronunciamento da Comissão dos Cinco se ele sabia – como já era público e notório – que naquele órgão eu dispunha de maioria de votos? Na certa, os meus adversários aguardavam a ocorrência de algum fato que alterasse o resultado da votação.

Enquanto o PSD vivia o seu drama partidário, a UDN mineira via-se a braços com um problema idêntico. No dia 8 de julho, ela fizera realizar sua convenção e também havia recorrido ao processo de instituir uma Subcomissão dos Cinco, encarregada de selecionar, entre os diversos postulantes, o que iria concorrer às eleições, representando oficialmente o partido. De todos, o mais cotado era Gabriel Passos. Julgavam os udenistas que a sua candidatura, dadas suas estreitas relações de amizade com Getúlio Vargas, iria atrair os eleitores do PTB.

Entretanto, se isso acontecesse – isto é, a indicação de Gabriel Passos –, eu estaria em face de um novo e grave problema: a ameaça de uma crise no seio da família, pois Gabriel Passos e eu éramos concunhados.

Não seria a primeira vez que uma ruptura dessa natureza ocorreria em Minas. Não havia no estado quem desconhecesse o que se passava entre Bias Fortes – meu concorrente dentro do PSD – e José Bonifácio Lafaiete de Andrada, seu concunhado. Ambos chefiavam partidos adversários em Barbacena. Os atritos, surgidos no desenvolvimento da luta, acabaram por estabelecer não apenas um rompimento político entre os dois, mas também uma insanável inimizade pessoal entre os membros das suas respectivas famílias. E o desentendimento, cevado no agravamento dessa hostilidade eleitoral, estendera-se, igualmente, aos respectivos correligionários, o que acabou por transformar Barbacena numa espécie de Berlim mineira, com suas duas zonas separadas e inimigas.

Como o problema da sucessão estadual estava enquadrado num calendário a que todos os partidos teriam de obedecer, os entendimentos para a escolha dos respectivos candidatos desenvolviam-se em linhas paralelas e condicionadas pela mesma tabela de prazos. Dessa forma – e por força de mais uma coincidência que merece ser ressaltada – a decisão sobre a escolha de Gabriel Passos como candidato da UDN, e a sobre a minha indicação pelo PSD deveriam ter lugar no mesmo dia... e quase à mesma hora.

Enquanto se discutia exaustivamente a sucessão mineira, conservava minha atenção voltada para o PR. Os udenistas estavam no governo. E não ignorava que, uma vez lançado o seu candidato, eles mobilizariam todos os recursos oficiais para assegurar a permanência do partido no poder. Daí a razão por que, na ocasião, tornei cada vez mais frequentes meus contatos com o ex-presidente Bernardes. Discutia com ele as dificuldades que enfrentava no seio do PSD, e o ex-presidente procurava aconselhar-me, sugerindo atitudes que minha inexperiência política, na época, não permitia que tomasse.

Refletindo sobre as palavras de Artur Bernardes, percebi claramente que estava sendo vítima de uma manobra arditamente articulada pelos adversários. Como a situação de Bias Fortes não era boa no momento, a atitude que havia decidido assumir era tão somente ganhar tempo. Se dispusessem de um prazo maior, julgavam fácil dissipar as últimas resistências e assegurar por antecipação a indicação de Bias Fortes, não pela Comissão dos Cinco – na qual minha vitória era pacífica –, mas

pela própria Comissão Executiva, habilmente trabalhada pelos prepostos do general Góis Monteiro.

O que esperava não tardou a ocorrer. Dias depois éramos convocados – Benedito Valadares e eu – para uma reunião na residência do general. Este, insistindo nos mesmos argumentos da nossa primeira entrevista – isto é, necessidade de se preservar a unidade do partido, fortalecimento da candidatura de Cristiano Machado, o perigo que representava a popularidade de Getúlio Vargas, já em plena campanha eleitoral –, concluiu por nos fazer um apelo no sentido de que nós – Benedito Valadares e eu – concordássemos com a extinção da Comissão dos Cinco e devolvêssemos à Comissão Executiva o poder, que lhe havia sido retirado, de fazer a escolha do candidato do partido à governadoria do estado. Recordei, imediatamente, a advertência do ex-presidente Bernardes. Estava em face, realmente, de uma hábil manobra política, tendo como objetivo o esvaziamento da minha candidatura. A manobra fora desdobrada em três estágios: *a)* criação da Comissão dos Cinco; *b)* assinatura da ata na residência do senador Melo Viana; e *c)* retorno da decisão à competência da Comissão Executiva.

Em face da nova proposta do general Góis Monteiro, percebi os perigos que cercavam minha candidatura. Poderia repelir a sugestão, já que a Comissão dos Cinco havia resultado de uma deliberação da Comissão Executiva. Entretanto, julguei melhor aceder ao apelo do general, a fim de não dar uma demonstração de ambição, que realmente não possuía. Aceitei, pois, a proposta, embora soubesse que iria correr um grande risco.

Despedimo-nos e saímos. Até então, vinha sentindo os efeitos da pressão do Catete, mas não dispunha de provas para repudiá-la. Contudo, as duas entrevistas com o general Góis Monteiro – e, sobretudo, o caráter faccioso de que se revestiram – forneceram-me os argumentos de que necessitava para assumir uma atitude que, desde alguns dias, me verummava o cérebro. Essa atitude seria discutir o problema com o próprio presidente Dutra. Ao revelar a Benedito o que pretendia fazer, ele sorriu, tentando desencorajar-me: “Bobagem, Juscelino. É o próprio Dutra quem está manobrando o Góis. Você irá perder seu tempo.”

Perdendo tempo ou não, havia tomado uma resolução. Ao chegar a casa, telefonei para o Catete solicitando ao chefe da Casa Civil, o

professor Pereira Lira, que me obtivesse uma audiência com o presidente. Esta foi marcada para o dia seguinte, às 5 horas da tarde.

A entrevista com o presidente Dutra foi bem diferente da que havia realizado com o general Góis Monteiro. Na primeira, o interlocutor era, por natureza, loquaz, o que não acontecia com o chefe do governo. Em ambas, porém, comportei-me de acordo com o meu temperamento: expondo tudo com sinceridade e franqueza, sem me preocupar com que pudesse resultar dessa atitude.

O presidente acomodou-se numa larga poltrona e pareceu prestar a maior atenção ao que lhe dizia. Fiz-lhe um retrospecto da atuação que eu havia tido em relação a importantes fases de sua atividade política – tanto por ocasião da campanha eleitoral, quanto durante o seu governo. Recordei que, a partir de setembro de 1945, quando o movimento *Constituinte com Getúlio* adquirira ímpeto e o então chefe do governo procurava seduzir Benedito Valadares, de forma a fazê-lo abandonar a sua candidatura, tudo procurei fazer para que o ex-governador não lhe desse as costas, optando pela solução de um *tertius*. Não poderia avaliar até que ponto minha atitude tinha influído para que Benedito Valadares não abjurasse seus compromissos anteriores e, mesmo que minha influência houvesse sido mínima, garantia-lhe, entretanto, que ela fora sincera, constante e entusiástica.

Em face de todos aqueles antecedentes, não podia compreender que, após assumir a Presidência da República, ele procurasse intervir na política interna de Minas, para estabelecer discriminações entre os amigos que o apoiavam. Sabia que Bias Fortes era seu amigo, como o era meu também, e julgava-o digno de ser futuro governador do estado. Pensava, entretanto, que seria mais justo e democrático que a indicação do seu nome resultasse de uma atitude espontânea dos integrantes da Comissão Executiva e não – como vinha acontecendo – da pressão do general Góis Monteiro, falando em nome do governo federal. E, para ilustrar o que estava dizendo, esclareci que até eu próprio havia sido abordado pelo general no sentido de que retirasse minha candidatura, sob a alegação de uma pretensa necessidade de se preservar a unidade do PSD. Concluí por dizer que desejava fazer-lhe um apelo de honra naquele momento. O general Dutra encarou-me, desconfiado. Após alguns segundos de silêncio, com-

pletei o meu pensamento: “Rogo-lhe, senhor presidente, que, para o bem de Minas, deixe de intervir no problema sucessório do estado, de forma a permitir que os mineiros escolham sem constrangimento o candidato da sua preferência.”

Essa entrevista, realizada num ambiente de franqueza e lealdade, teve bons resultados. Dali em diante, o general Góis Monteiro se afastou dos entendimentos para a escolha do futuro governador de Minas. Entretanto, no que dizia respeito a efeitos práticos, ela pouco me favoreceu, pois o trabalho de esvaziamento da minha candidatura já estava quase completo. A maioria de que dispunha no seio da Comissão Executiva fora reduzida quase à metade.

Em meados de julho, extinguiu-se a Subcomissão dos Cinco e, com essa decisão, a escolha do futuro governador do estado iria ser feita pela Comissão Executiva do PSD. Três ou quatro dias mais tarde, Benedito Valadares, dando cumprimento à deliberação da assembleia plena do partido, tomou uma decisão que para muitos não deixou de causar inquietação: convocou uma reunião de toda a Comissão Executiva do PSD para as 17 horas do dia 20 de julho, a ter lugar na sede do partido, na Avenida Almirante Barroso, 72, no Edifício Piauí.

.....

Enfim, candidato a governador

ATINGIRÍAMOS, POR FIM, o momento decisivo daquela exasperante jornada. Uma semana antes do dia 20 de julho, os integrantes da Comissão Executiva, que residiam em Minas, começaram a chegar ao Rio. Tanto eu quanto Bias Fortes tínhamos de comparecer ao aeroporto ou à gare da Central do Brasil a fim de cumprimentar os recém-vindos. Tinha lugar, mais tarde, as visitas protocolares, impostas pelas exigências do aliciamento de votantes. Essas formalidades, além de exaustivas, não ofereciam a meu ver qualquer vantagem. Tão tensa se mostrava a situação – com as facções em franco antagonismo – que nenhum de nós tinha ânimo para perguntar, mesmo a um amigo íntimo, a quem ele daria o seu voto. Resultou daí que, ao amanhecer do dia 20 de julho, nenhum de nós tinha a menor ideia do que iria acontecer à tarde no interior do Edifício Piauí.

Algumas providências foram tomadas pela direção do PSD para evitar que os trabalhos pudessem ser tumultuados. A primeira delas foi a decisão de que nenhum dos candidatos estaria presente à reunião. Evitar-se-ia, através dessa medida, uma situação de constrangimento para o postulante que fosse derrotado. E existia outro fator que impunha essa cautela: impedir-se-ia que os candidatos, estando presentes, pudessem in-

fluir, direta ou indiretamente, na decisão dos votantes. E, por fim, ficou acertado que se estabelecesse um serviço de vigilância na sede do PSD, de forma a frustrar qualquer tentativa de comunicação dos candidatos com os integrantes da Comissão Executiva após o início do processo de votação.

A reunião estava marcada para as 5 horas da tarde. Contudo, tão intenso era o interesse dos votantes que muito antes da abertura dos trabalhos a sede do partido já se encontrava lotada. A Comissão Executiva era integrada por 25 membros e, como eu e Bias Fortes não estaríamos presentes, compareceram 23 membros, que foram os seguintes: Benedito Valadares, Celso Machado, João Berardo, Euvaldo Lodi, Álvaro Cardoso, Edson Álvares, Gustavo Capanema, Carlos Luz, Melo Viana, Noraldino Lima, Idalino Ribeiro, Adélio Maciel, Pedro Dutra, Israel Pinheiro, Rodrigues Seabra, Ovídio de Abreu, Álvaro Braga, José Maria Alkmin, Augusto Viegas, Duque de Mesquita, Ribeiro Pena, João Henriques e Levindo Coelho.

De acordo com o que havia sido combinado, deixei-me ficar no meu apartamento, na Rua Sá Ferreira, tendo por companhia apenas Sarah, minha irmã Naná – que viera de Belo Horizonte para viver, ao meu lado, aquele momento decisivo para a minha carreira política – e o embaixador Negrão de Lima. O telefone não cessava de tocar. Eram jornalistas que desejavam ouvir-me antes do pleito, ou amigos e correligionários que procuravam reconfortar-me com uma palavra de estímulo. Bias Fortes fizera o mesmo: recolhera-se à sua casa, com seus familiares e alguns amigos íntimos, e passara a aguardar o resultado da votação.

Às 5h15min da tarde, teve início a votação. Benedito Valadares passou a fazer a chamada, e os integrantes da Comissão Executiva, um a um, depositavam seus votos na urna, colocada numa extremidade da mesa da presidência. Ninguém tinha a menor ideia do resultado. Ambos os candidatos eram fortes. E, como todos – votantes e votados – eram amigos e colegas na diretoria do partido, ninguém revelava sua preferência, a fim de evitar incompatibilidades futuras. Quando a votação havia terminado, Benedito Valadares designou dois escrutinadores – José Maria Alkmin e Euvaldo Lodi – para apurar o resultado. Os escrutinadores se ergueram e, acercando-se da urna, passaram a abrir as cédulas, anunciando, em voz alta, o candidato votado.

A contagem foi emocionante. Abertas as duas primeiras cédulas, os escrutinadores anunciaram: “Bias, 1”, “Juscelino, 1”. Em seguida, após a abertura de outras duas cédulas, as vozes pausadas ressoaram no ambiente: “Bias, 2”; “Juscelino, 2”. E, assim, o empate prosseguiu, fazendo com que a tensão se tornasse quase insuportável. Por fim, a contagem atingiria a 10 votos para cada candidato. Restavam apenas três cédulas, e, nelas, se ocultava o futuro governador de Minas. Após ligeira pausa, foi aberta a vigésima primeira cédula, e o escrutinador gritou: “Juscelino, 11”. Fez-se um silêncio pesado no ambiente. O que viria em seguida? Pouco depois, a vigésima segunda cédula era aberta: “Juscelino, 12”. Houve uma sensação de alívio na sala. 10 a 12! Minha vitória já estava assegurada. Mas ainda faltava uma cédula.

Num movimento coletivo e espontâneo, todos se puseram de pé, emocionados. Muitos se aproximaram da urna: queriam ver com os próprios olhos o resultado final da dura disputa. José Maria Alkmin, a quem coubera a tarefa de abrir a última cédula, segurou-a durante algum tempo e olhou em torno, como se quisesse fazer prolongar o *suspense*. Depois, passou a abri-la devagar, enquanto todos os olhares se concentravam na sua fisionomia em busca de uma indicação do que iria revelar aquele pedaço de papel. Por fim, exclamou, quase num grito: “Juscelino, 13”.

Enquanto esses fatos se passavam no interior do Edifício Piauí, eu me consumia em ansiedade no meu apartamento da Rua Sá Ferreira. A reunião da Comissão Executiva se prolongara por três horas. Três horas de tensão para mim, para Sarah, para Naná e para Negrão de Lima. Durante todo esse longo período de tempo, procuramos conversar, distraindo a atenção do assunto que nos preocupava. Mas nossos olhos, apesar da conversa e das rodadas de café que se sucediam, não se despregavam do mostrador do grande relógio, que prosseguia no seu tique-taque enervante.

Às 8 horas em ponto, o telefone tocou. Atendi, e logo conheci a voz grave de Alkmin. “Então?” – perguntei. Alkmin respondeu laconicamente: “10 a 13”. A informação era incompleta, e Alkmin o fizera de propósito, para agravar meu estado de ansiedade. “Para quem?” – indaguei. Alkmin demorou um pouco a responder e, por fim, esclareceu: “Para você, seu governador.”

Negrão de Lima, ao perceber o que havia acontecido, deu um salto, atirando longe a cadeira em que estava sentado. Sarah e Naná correram e me abraçaram. Negrão exigiu champagne: “Precisamos comemorar.”

A notícia da minha indicação correu célere e, minutos depois, todas as emissoras, interrompendo seus programas, divulgavam a indicação do meu nome. Por um milagre que só a política explica, quase imediatamente meu apartamento foi invadido por uma verdadeira multidão. Salas, escritórios, quartos e até os banheiros ficaram cheios de gente. Minas inteira estivera, também, colada aos aparelhos de rádio e alguns correleionários haviam se postado à porta das estações telegráficas, a fim de serem os primeiros a me enviar mensagens de felicitações. O resultado da reunião foi anunciado no Rio exatamente às 20h10min e guardo em meu arquivo, como preciosa curiosidade, telegramas que recebi de diversas cidades de Minas, passados às 20h11min, ou seja, um minuto após a divulgação da notícia pelas emissoras cariocas.

Para aumentar a balbúrdia no interior do apartamento, logo surgira uma comissão, designada pelo presidente do PSD, para me comunicar o resultado da votação e felicitar-me pela indicação. O orador foi o deputado Euvaldo Lodi. O discurso de Lodi foi modelar. Falou com emoção, recordando o que havia sido a luta dos dois candidatos, conduzida com a maior elevação, o que honrava a democracia brasileira. Afirmou que, com a minha escolha, estava virada a página da competição no seio do partido e que, dali em diante, todos, unidos numa causa comum, lutariam com entusiasmo e sem qualquer ressentimento pela minha vitória nas urnas. Respondi, agradecendo a comunicação e as felicitações da Comissão Executiva e concluí afirmando que trabalharia infatigavelmente para corresponder à confiança do partido, oferecendo-lhe a vitória nas eleições que se aproximavam.

Em seguida, tomei um táxi e fui à casa de Bias Fortes, que residia nas imediações. O nosso encontro – que constituiu um exemplo de educação política – foi assistido por jornalistas, comentaristas de rádio e grande número de pessoas, e teve um efeito eletrizante. Quando a pequena multidão que ali se encontrava me viu descer, sozinho, de um táxi para

abraçar o adversário de poucas horas antes, não se conteve e, cercando-me numa efusiva demonstração de carinho, prorrompeu em aplausos.

Voltei em seguida para casa. Por volta das 11 horas da noite, recebi a informação de que a UDN acabara, também, de realizar sua convenção e que o seu candidato à governadoria do estado era Gabriel Passos. As eleições seriam disputadas apenas por nós dois, já que as demais agremiações, não se sentindo suficientemente fortes para apresentar chapas próprias, haviam entrado em alianças, prestigiando os candidatos do PSD ou da UDN. Nessas condições, vi-me de súbito na arena política, tendo como adversário o meu concunhado, o que iria obrigar nossa sogra, dona Luísa – criatura de incomparável bondade –, a dividir seu coração entre os dois genros, já que ambos a estimavam como uma segunda mãe.

.....

O Binômio: Energia e Transportes

O TEMPO ERA EXÍGUO: dois meses apenas. Entre a indicação e a eleição teria de me desdobrar para levar minha mensagem a todo o povo mineiro. Enquanto elaborava o roteiro de viagens através do estado, consegui articular as duas alianças partidárias que se faziam necessárias para fortalecer minha posição, já que era candidato da oposição. Otacílio Negrão de Lima, prefeito de Belo Horizonte, já havia tomado posição ao meu lado, fazendo com que o PTN, do qual era o presidente, adotasse a minha candidatura. Pouco depois, ou seja, no dia 12 de agosto, iria reunir-se a Comissão Executiva do PR para a homologação do meu nome como seu candidato a governador e o de Clóvis Salgado como vice-governador.

Naquela ocasião, Minas estava dividida em mais de trezentos municípios, e muitos deles viviam isolados, sem estradas transitáveis, e só poderiam ser atingidos viajando-se a cavalo. Não poderia ser mais árdua, pois, a tarefa que me competia realizar. Encarreguei diversos amigos – entre os quais se encontravam o deputado Guilhermino de Oliveira – de traçar um roteiro para essas excursões eleitorais. O que tinha em mente – já que seria impraticável visitar a totalidade dos municípios em menos de dois meses – era realizar concentrações nos centros-chave de cada região. Dessa forma, poderia falar ao maior número possível de representantes dos

diretórios e, através deles, difundir minha mensagem de candidato até os mais humildes povoados.

Antes mesmo da homologação da minha candidatura, distribuí tarefas e organizei alguns comandos regionais. Feito isso, aproveitei o interregno entre a minha indicação e a homologação da minha candidatura para realizar, no dia 24 de julho, uma visita que era antes uma peregrinação. Decidi ir a Diamantina, numa comovida homenagem à cidade que me servira de berço. Fui recebido triunfalmente. Do aeroporto até o centro, fui carregado nos braços do povo. No topo da escada da prefeitura, falei aos diamantinenses e percebi que minhas palavras comoveram a compacta multidão. Para os diamantinenses, eu continuava sendo o filho da mestra Júlia – aquele menino espigado impenitente que haviam visto, anos a fio, sentado numa pedra, às tardes, no Alto da Grupiara. Não fiz um discurso de candidato, mas de um filho da terra que se encontrava ausente. Na realidade, nunca discursiei para os diamantinenses. Conversava com eles de coração aberto, como o membro de uma grande família que, após uma longa jornada, retornasse ao lar e relatasse suas aventuras e andanças pelos caminhos do mundo.

Até então não possuía um programa de governo. A personalidade de um homem público não se improvisa. Forma-se através de um longo processo de decantação, no desenvolvimento do qual três fatores desempenham papéis de grande relevo: intuição, experiência e vontade. Durante a viagem que havia feito pela Europa, África do Norte e Oriente Médio, eu muito observara. Vira o espetáculo dos desníveis sociais em toda a sua hediondez e, comparando a situação daqueles povos – que mais tarde seriam parte do que se denominaria o Terceiro Mundo – com a dos que respiravam o clima da civilização europeia, transportara as conclusões a que chegara para o quadro da realidade brasileira.

Esse exercício mental fornecera-me elementos para poder analisar, com objetividade, as causas que embaraçavam o progresso do Brasil. Naquela época, conhecia bem Minas e grande parte do território brasileiro, e já tinha uma ideia clara de suas necessidades. Julgava que o estado não se libertaria do marasmo em que se encontrava enquanto não possuísse boas estradas e não dispusesse de energia elétrica, farta e barata. Havia outra preocupação: a de alargar a dimensão das obras públicas, emprestando-lhes

o sentido de grandeza que a importância do estado desde muito exigia. Nada de estradinhas de chão que, na época das chuvas, ficavam intransitáveis. Nada das tradicionais *casinhas de força*, capazes de iluminar apenas a miséria das cidades do interior. No discurso aos diamantinenses, abordei esses dois itens das minhas preocupações administrativas. Falei em tese, traçando normas, mas sem precisar como daria ao estado energia elétrica, farta e barata, e quais seriam as estradas que pretendia rasgar. De qualquer modo, a revelação daquelas duas diretrizes administrativas calara fundo no espírito dos ouvintes.

À noite, realizou-se uma recepção no Clube Acaiaca em minha homenagem. Desde cedo, o grande salão estava repleto. Sendo eu o homenageado, fizeram-me companhia à mesa as autoridades locais e também três ilustres visitantes que, por acaso, se encontravam naquele dia em Diamantina: Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil; Maurício Joppert, ex-ministro da Viação; e Francisco de Sá Lessa, diamantinense por nascimento e diretor da Escola Politécnica do Rio. O encontro com esses ilustres brasileiros teve uma influência considerável no desdobramento da campanha eleitoral a que, dentro de poucos dias, iria dar início. É que discutimos ali a solução dos problemas do desenvolvimento do estado. Energia. Estradas. Educação. Industrialização. Modernização da agricultura. Contudo, o que me preocupava era encontrar um *slogan* – uma síntese que pudesse compor, numa simples frase, a imagem da administração que pretendia realizar. Ao expor essa preocupação que me avassalava o espírito, Maurício Joppert, num relâmpago de interpretação, resumiu o que havia dito em apenas duas palavras: energia e transportes. Pedro Calmon, completando a síntese do ex-ministro da Viação, cunhou, de improviso, o *slogan*, que seria a bandeira do meu governo. “Sua administração” – disse ele – “poderá ser condensada num binômio – o *Binômio: Energia e Transportes*.” Assim, ao regressar a Belo Horizonte dois dias mais tarde, já trazia no cérebro a mensagem através da qual iria dirigir-me ao povo mineiro.

Nos poucos dias que separaram a visita a Diamantina da homologação da minha candidatura pela Convenção do PSD – de 24 a 30 de julho –, juntamente com Lucas Lopes, José Maria Alkmin, Júlio Soares e Cristiano Martins, elaborei o que seriam as diretrizes do governo que iria realizar, se fosse eleito. Geograficamente falando, Minas é um verdadeiro

país, mas, apesar da extensão territorial, era desalentador o que se observava no seu setor de comunicações. As regiões norte, sul e leste achavam-se isoladas da capital, e isso porque, embora já existissem algumas estradas – como, por exemplo, a que passara a ligar Belo Horizonte ao oeste –, estas não ofereciam condições de tráfego.

Apesar de ser a capital, Belo Horizonte estava desvinculada do resto do território mineiro, com o sul integrado no sistema de comunicações de São Paulo, o leste e o norte respirando através do Espírito Santo, pela estrada de ferro Vitória–Minas; e a Zona da Mata asfixiada pela Leopoldina Railway, precária e obsoleta. Essa dispersão de vias de comunicação impedia que o processo econômico do estado se enquadrasse em qualquer sistema de homogeneização desenvolvimentista. Nessas condições, Minas tinha o seu desenvolvimento condicionado pela predominância de elementos regionais, e se, por um lado, essa característica favorecia a diversificação de suas atividades – a pecuária, no Triângulo; o café, no sul e na Zona da Mata; e a exploração de jazidas, no maciço central –, estas ressentiam da energia capaz de lhes aumentar a produtividade.

E que dizer-se, então, do sistema de energia do estado? Em 1948 – três anos antes daquela campanha eleitoral – 93% da energia consumida em Minas provinham da lenha e do carvão vegetal, combustíveis de qualidade inferior e de utilização dispendiosa, já que importavam o depauperamento das reservas florestais do estado. Naquele mesmo ano, apenas 0,7% expressava a contribuição da eletricidade no quadro energético de Minas. No que dizia respeito à utilização da energia elétrica *per capita*, o consumo era da ordem de 26 kW, contra 100 kW no resto do Brasil. Apesar dessas cifras estarrecedoras, 30% do potencial hidrelétrico do país estavam localizados em Minas, com reservas calculadas em 5 milhões e 800 mil cavalos-vapor, dos quais apenas uma parcela mínima até então havia sido instalada, ultrapassando pouco mais de 100 mil kW.

Essa era a situação do estado. O *Binômio: Energia e Transportes* atenderia às necessidades do desenvolvimento de Minas, mas requeria, para servir de *slogan* eleitoral, que fosse caracterizado através de cifras-alvos. Fixei, pois, em números, os objetivos da administração que pretendia realizar, e que foram considerados, na época, perigosamente audaciosos: *a)* rasgar 3 mil quilômetros de estradas de rodagem; e *b)* dar início imediatamente à

construção de novas usinas, de forma a triplicar, no período de cinco anos, o potencial de energia elétrica do estado (*), atingindo 600 mil kW.

Estabelecidas essas cifras como números-alvos que deveriam ser alcançados, caso fosse eleito governador, passei a me preparar para a Convenção do PSD estadual, que teria lugar em Belo Horizonte, no dia 30 de julho.

Na véspera, embarcamos para a capital mineira. A viagem foi feita pelo *Vera Cruz*, num carro especial ligado ao noturno. Integramos nossa comitiva – minha e de Cristiano Machado – os seguintes políticos: o professor Pereira Lira, chefe da Casa Civil do presidente Dutra, Noveli Júnior, Apolônio Sales, Flávio Guimarães, Valdemar Pedrosa, Dario Cardoso, Alfredo Neves, Francisco Galoti, o reitor Pedro Calmon, Renato Archer, Daniel de Carvalho, Getúlio Moura e Mário Brant. Nossa chegada constituiu um episódio inesquecível. Lembro-me da tempestade de aplausos que se levantou durante o meu discurso quando, apontando o edifício da Central do Brasil, evoquei minha chegada a Belo Horizonte. Ali havia desembarcado, ainda jovem, com uma mala às costas, à procura de um emprego para o custeio dos meus estudos. Viajara de segunda classe e, com os olhos deslumbrados, havia contemplado pela primeira vez a cidade, que me tinha recebido, humilde e pobre, que me abrigara durante os anos difíceis da minha juventude e que, por fim, naquela hora abria seus braços de novo para me acolher, não como um simples candidato, mas como aquele que, pelo voto soberano do povo, seria dentro em breve o governador do estado.

À noite, realizou-se a sessão solene no Cine Brasil, quando tive homologada, por unanimidade, minha candidatura. Falaram na ocasião Noraldino Lima, Dilermando Cruz e Tancredo Neves, discursando eu, por fim, agradecendo ao partido aquela prova de confiança.

Em meio da grandiosa convenção, eu e Benedito Valadares retiramo-nos do recinto por alguns instantes, a convite de Otacílio Negrão de Lima, e fomos participar de um não menos grandioso comício do PTN, na

* Esse programa, apesar de suas ambiciosas proporções, foi ampliado logo em seguida, ficando estabelecido que elevaria em 255 mil kW, durante o meu governo, o potencial energético do estado e construiria não 2 mil, mas 3.087 quilômetros de rodovias – os mínimos, que considereei necessários para a cobertura de todo o território mineiro por um plano desenvolvimentista, racional e lógico.

Avenida Amazonas, ao lado do Cine Brasil. Sob aclamações da multidão, Otacílio Negrão de Lima anunciou o apoio do PTN, do qual era presidente, à minha candidatura. E, assim, na noite daquele domingo eu me tornei candidato oficial do PSD, do PR e do PTN. Outros partidos, como o PSP, o PST e o POT, iriam aderir mais tarde à minha candidatura, reforçando minha posição na disputa com o meu concunhado Gabriel Passos, que além de dispor, igualmente, de uma coligação partidária, tinha do seu lado o governo do estado.

No dia seguinte, a imprensa reproduziu a frase de um popular que bem reflete o *sense of humour* do povo mineiro: “Não sei quem ganhará as eleições em Minas. Mas posso dizer, desde já, quem será a sogra do futuro governador...”

.....

A campanha eleitoral

HOMOLOGADA MINHA CANDIDATURA no dia 30 de julho, já no dia 1^o de agosto dava início à campanha eleitoral. Teria de visitar mais de duzentas cidades no curto período de dois meses, o que exigia uma programação cuidadosa e racional. Além do mais, iria utilizar todos os meios de transportes disponíveis – avião, automóvel, trem de ferro e, mesmo, cavalo, já que variavam enormemente as condições de acessibilidade das várias regiões do estado.

Nas áreas mais densamente populadas, pretendia realizar até dez comícios diários. Isso só ocorreria, entretanto, nas poucas zonas privilegiadas da parte mais desenvolvida de Minas, cujas cidades dispunham de campo de pouso. Para atender a tão numerosos compromissos num só dia, contratei um avião *Bonanza* – monomotor, com capacidade para quatro passageiros –, que era de fácil navegabilidade, podendo aterrissar até mesmo em campos de futebol.

No dia 4 de agosto, seguia de avião para o oeste, o Triângulo Mineiro e o sul de Minas.

Enquanto percorria aquela parte de Minas, minha presença era reclamada em Belo Horizonte. Tratava-se da reunião da Comissão Executiva do PR, realizada a 12 de agosto, quando a tradicional agremiação

partidária não só adotou minha candidatura, mas indicou, igualmente, um dos seus líderes – Clóvis Salgado – para ser meu companheiro de chapa. Assim, estive em Belo Horizonte, mas apenas por um dia, pois na manhã seguinte – 13 de agosto – seguia para o sul de Minas, a fim de realizar novos comícios. Uma campanha eleitoral não é, como se possa pensar, uma sucessão de comícios consagradores. Os candidatos passam por altos e baixos, sofrendo, embora indiretamente, os reflexos das disputas e das rivalidades municipais.

Quanto mais penetrava no interior, mais graves se tornavam as manifestações de ausência de educação cívica. Quando não era pela violência que se procurava silenciar um candidato, entravam em ação os processos de astúcia política, em que eram férteis os cabos eleitorais. Os automóveis da cidade desapareciam subitamente. Fechavam-se bares e restaurantes, deixando os visitantes famintos. Lotavam-se misteriosamente os hotéis locais, não existindo um só quarto vago para os integrantes da comitiva do candidato.

Regressando de Belo Horizonte, juntei-me à comitiva no campo de Guaxupé e rumamos para o sul de Minas. Nosso avião era um pequeno *Bonanza*, da OMTA, e tive por companheiros de viagem o vice-governador do estado, Ribeiro Pena, e o jornalista José Moraes. Dentro do avião, recapitulávamos o que já se havia feito e comentávamos a técnica que eu tinha adotado nos meus discursos. A certa altura, Ribeiro Pena exclamou: “Juscelino, ou você aumenta o ordenado da senhora sua mãe, ou você a aposenta de uma vez!” A exclamação viera a propósito do caso em que, em todas as cidades, querendo significar às professoras locais o quanto me era cara a causa do professorado, rememorava o fato de ser filho de uma velha mestra que lecionava havia trinta anos no Grupo Escolar de Diamantina, percebendo apenas 120 mil réis por mês...

Quando estivera em Belo Horizonte, por ocasião da convenção do PR, eu e Benedito Valadares havíamos conferenciado com o major Newton Santos, homem da confiança de Getúlio Vargas, que era presidente do PTB paulista e desempenhava naquela oportunidade, as funções de coordenador, nos estados, da candidatura do ex-presidente. Durante essa conversa, tínhamos trocado impressões sobre a atitude que os trabalhistas mineiros deveriam assumir em relação aos candidatos à governadoria de Minas.

Estávamos temerosos de que Getúlio Vargas desse instruções ao PTB mineiro para que apoiasse o candidato da UDN. E havia razão para que, nesse sentido, ficássemos apreensivos. Gabriel Passos, apesar de adversário político, já que pertencia à UDN, sempre fora alvo de grandes e especiais atenções por parte de Getúlio Vargas.

Daí nossos entendimentos com o major Newton Santos. Tivera início, assim, o que iria se denominar a *batalha do PTB*.

Prosseguindo na campanha eleitoral, chegamos a Camanducaia, onde me despedi da comitiva, seguindo de automóvel com Osvaldo Penido até Bragança, onde tomei um avião para São Paulo, a fim de conferenciar ali, mais uma vez, com o major Newton Santos. Estive em São Paulo apenas algumas horas, e de lá segui diretamente para o Rio. Ao desembarcar no Aeroporto Santos Dumont, entrevistado por jornalistas, resumi, numa frase, o que havia sido, até ali, minha campanha: “Percorri, em 20 dias, 50 cidades do Triângulo, do oeste e do sul de Minas, e a impressão que tenho é de que, nelas, ganharei as eleições.”

Essa frase, reproduzida em todos os jornais de Belo Horizonte, causara verdadeiro impacto nos círculos políticos estaduais. Agitaram-se os líderes udenistas, que passaram a tentar obter o apoio de Getúlio Vargas para o seu candidato ao governo de Minas. A oportunidade parecia-lhes excelente. Em meados de agosto, o ex-presidente encontrava-se justamente em Minas. Pressionaram, então, Gabriel Passos, e este, tomando um avião no dia 19 daquele mês, rumou para Pirapora, a fim de render suas homenagens ao ex-ditador que ali havia chegado.

Após o encontro, amplamente divulgado pela imprensa, aguardava-se um comunicado do PTB, definindo sua atitude no caso de Minas. Mas esse comunicado não surgiu. Nem logo após o encontro, nem mais tarde, o que fez supor que Getúlio Vargas não pretendia reforçar as fileiras de seus intransigentes adversários.

No dia 17 retornei do Rio, de avião, e me reuni aos companheiros de campanha em Poços de Caldas. No dia seguinte, seguimos para Jacutinga, por via aérea, e dali em diante passamos a viajar de automóvel.

As estradas do sul de Minas apresentavam-se em péssimo estado. Sempre tivera a impressão de que aquela região era privilegiada, em face da sua proximidade de São Paulo. Em Ouro Fino, ficamos hospedados

no solar que fora a residência do ex-presidente de Minas, o ilustre Bueno Brandão. O povo invadiu os salões, e logo surgiu outro drama: para se ir ao banheiro, tinha-se de atravessar o povaréu que lotava todas as dependências da casa. Houve certa relutância a princípio, mas o cansaço e o horror à poeira fizeram com que perdêssemos o constrangimento. Lá íamos, em fila indiana, de pijama, toalha ao ombro e sabão na mão, entre risos e brincadeiras, no rumo do banheiro.

De Ouro Fino, passamos a sobrevoar as planícies daquela região intermediária entre o oeste e o sul de Minas, onde as cidades se chamavam Campo do Meio, Campos Gerais, Campo Belo e outras variações de campo. Vinte minutos depois, já estávamos em Boa Esperança, cujo aeroporto mostrava-se movimentado. Mal havíamos deixado o *Bonanza*, eis que vi o meu bom amigo Joaquim Vilela, presidente do PSD local, a correr ao meu encontro, com os olhos marejados de lágrimas, a exclamar quase sem nexos: “Que desgraça, Juscelino! Como é que isto foi acontecer, meu Deus!...” Fiquei estupefato. Mas, um minuto depois, inteirei-me de tudo.

A cidade amanhecera festiva pela minha visita, e desde as 8 horas as bandas de música cruzavam as ruas. Nestor Barbosa, membro do diretório do PSD e diretor do Aeroclube de Boa Esperança, decidira arrumar os hangares do campo. Pusera na pista, em formação de homenagem, os quatro aviõezinhos do clube, mais o *Stimson*, de sua propriedade. Às 11 horas, desejando alegrar ainda mais a atmosfera já festiva que dominava a cidade, resolveu fazer sobre ela algumas evoluções. Convidou dois amigos e, pouco depois, levantou voo. Ao lançar-se num *rasante*, o aparelho perdeu subitamente a velocidade, desgovernou-se e precipitou-se sobre o telhado de uma casa – o centro espírita local –, que, felizmente, se encontrava vazio. Os tanques explodiram, a casa foi destruída e os corpos ficaram quase irreconhecíveis.

A excursão eleitoral vinha constituindo para mim um laboratório de surpreendentes experiências. Durante os comícios, observava atentamente a multidão. Em alguns deles, o número de mulheres excedia o de homens, o que revelava o alto grau de politização das massas. Outra constatação que me surpreendeu e, de certo modo, me emocionou: a presença de numerosas crianças nos comícios.

Enquanto viajava pelo interior, uma equipe de técnicos, chefiada por Lucas Lopes e Mário Casassanta, trabalhava em Belo Horizonte. A escolha do *Binômio: Energia e Transportes* fora muito bem recebida em Minas, já que a opinião pública compreendera que nesses dois itens se incluíam os mais relevantes problemas do estado.

Sendo uma agremiação nascida sob o bafejo oficial e que se fizera herdeira das tradicionais hegemonias municipais, o PSD não havia procurado se organizar tendo em vista acompanhar a evolução urbana e industrial do país. Ficara, assim, como um partido centrista por excelência, refletindo o imobilismo ideológico de quem não necessitava de qualquer mensagem para motivar seu eleitorado. Em face dos antecedentes, seria de se esperar que Gabriel Passos, candidato da UDN, fizesse uma pregação progressista, baseada em ideias novas; e que eu, representando o PSD e o velho PR, orientasse minha campanha segundo os padrões tradicionais das antigas *plataformas* da República Velha.

Entretanto o que se verificou foi uma verdadeira inversão no processo de aliciamento do eleitorado. Gabriel Passos fazia uma pregação doutrinária, à qual emprestava o brilho de sua cultura. Eu, egresso do conservadorismo pessedista, desfraldei, desde a primeira hora, uma bandeira nitidamente revolucionária. Em vez de me ater a considerações doutrinárias, esforcei-me por chegar até o povo, falando-lhe a linguagem que ele desejava ouvir. Conversava objetivamente sobre usinas, fábricas, tratores, ensino técnico, adubos, telefones, campos de aviação e estradas pavimentadas. O impacto que essa pregação causava no espírito das populações do interior era enorme.

O domingo e a segunda-feira – 21 e 22 de agosto – passei-os em conferências políticas, inclusive com Ademar de Barros, que se encontrava em Belo Horizonte, cujo partido – o PSP – decidira apoiar a minha candidatura. Retornei ao Rio na quinta-feira, acompanhado do senador Bernardes Filho, do deputado Carlos Luz, de Francisco Negrão de Lima e de Osvaldo Penido e iniciei uma excursão pela Zona da Mata.

Era um reduto eleitoral do PR. Nessas condições, a presença de Bernardes Filho e do professor Clóvis Salgado – dois dos principais líderes perristas – iria ser de grande importância para o trabalho de doutrinação do eleitorado da região. A recepção em Rio Novo foi carinhosa e entusiásti-

ca. À meia-noite, estávamos jantando na residência do presidente do PSD local, Célio Guimarães, quando o interurbano me chamou. O telefone estava instalado na sala e, por isso, todos ficaram sabendo que teria de retornar ao Rio imediatamente, a chamado da Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Tratava-se ainda da denominada *batalha do PTB*.

Enquanto se agitava a política mineira, com os dois candidatos à governadoria em intensa pregação pelo interior, o governo do general Dutra chegava ao fim. O cenário nacional, apesar da elevada autoridade moral de que desfrutava o presidente da República, não deixava de ser inquietador. Uma disputa entre Cristiano Machado e o brigadeiro Eduardo Gomes constituía, de fato, um motivo de júbilo para os udenistas. O candidato pessedista era um nome quase desconhecido no seio do povo e, além disso, não dispunha de saúde nem possuía um temperamento que lhe permitisse neutralizar aquela desvantagem. Os udenistas, levando em conta as deficiências físicas do candidato do PSD, julgaram, durante algum tempo, que havia chegado a hora de empalmar, por fim, o poder.

Após rejeitar propostas para uma composição com outras agremiações partidárias, o PTB – o terceiro partido do país em importância política – decidira fazer-se presente no cenário das competições sucessórias. Enquanto estivera no seu isolamento em São Borja, Getúlio Vargas fora vítima de uma visão deformada da realidade política nacional. Julgava-se um líder de grande prestígio, mas cuja projeção, circunscrita à área trabalhista e às que lhe eram adjacentes, não seria suficientemente ponderável para lhe permitir enfrentar um adversário como o brigadeiro Eduardo Gomes. E, temeroso de uma derrota, inclinara-se por uma solução simplista: negociaria seu apoio ao candidato do PSD, certo de que, assim agindo, asseguraria a vitória de Cristiano Machado, tornando-se, em consequência, um dos mais prestigiados líderes políticos do país.

Ao dar o seu apoio ao general Dutra em 1945, Getúlio Vargas havia aniquilado de vez a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, e essa sua atitude exacerbava o ódio dos udenistas, os quais, receosos do que pudesse ocorrer no cenário político em 1950, passaram a realizar intenso trabalho para lhe criar, no país, uma atmosfera de hostilidade, assoalhando que, se ele se candidatasse, não teria sua inscrição aprovada pelo Superior Tribunal Eleitoral e se, por acaso, conseguisse ser eleito, as Forças Armadas impediriam sua posse.

Apesar da atoarda feita pela UDN, Getúlio Vargas acabara por se candidatar, e o seu reaparecimento no cenário político provocara desorientação nas fileiras dos grandes partidos. Daí a importância que se dava em Minas, naquele momento, ao que se havia denominado a *batalha do PTB*. Daí o motivo por que, embora empenhado a fundo na minha campanha eleitoral pela Zona da Mata, deixei tudo e varei a noite, viajando para o Rio, a fim de me avistar com Alzira Vargas do Amaral Peixoto. No Rio, expus com clareza o que pensava sobre a questão. Os petebistas mineiros guardavam fundos ressentimentos dos udenistas e, caso surgisse uma ordem da cúpula no sentido de que apoiassem Gabriel Passos, além do desagrado com que ela seria recebida pelos eleitores, o PTB iria passar pelo dissabor de constatar, por ocasião do pleito, numerosas e graves defecções na maioria dos seus diretórios municipais. O meu ponto de vista foi esposado por dedicados amigos meus que gozavam de influência na cúpula petebista e por Alzira Vargas. Deixando o Rio de avião, cheguei às 15 horas do dia 15 de agosto em São João Nepomuceno e, reunido à caravana, reenctamos ali a excursão interrompida. Visitamos várias cidades.

Em Caratinga, fui homenageado com um jantar nos salões do Grande Hotel e, pouco depois, recebia uma mensagem pelo telefone interurbano, chamando-me com urgência ao Rio.

O telefonema não deixou de me intrigar. Embora não conseguisse ouvir bem o que dizia o interlocutor, percebi que se tratava de um recado de Bias Fortes, que era então o ministro da Justiça, referente à necessidade de um encontro meu com Getúlio Vargas. Prometi seguir no dia seguinte, o que realmente fiz, num pequeno avião fretado, em companhia do senador Bernardes Filho.

.....

Desfecho da batalha do PTB

A O CHEGAR AO RIO, um carro do gabinete do ministro da Justiça me aguardava. Fui do aeroporto direto para uma entrevista com Bias Fortes. Após um excelente cafezinho, o ministro explicou-me tudo. Getúlio Vargas, que deveria viajar naquele mesmo dia para Fortaleza, havia manifestado o desejo de ter uma conversa em particular comigo. Apesar de haver sido incumbido de me localizar, Bias Fortes ignorava a natureza do entendimento que me seria apresentado. Dali mesmo telefonei para o apartamento do ex-presidente, que residia então na Avenida Rui Barbosa, e fui informado de que Getúlio Vargas solicitava que fosse imediatamente à sua casa. Bias Fortes ordenou ao seu motorista que me levasse à Avenida Rui Barbosa.

Ao entrar, fui conduzido até a biblioteca, onde esperei durante uns poucos minutos. Getúlio Vargas surgiu em seguida e, depois da habitual troca de gentilezas com que todas as conversas políticas se iniciam, ele me perguntou como ia minha campanha eleitoral. Respondi-lhe que vinha trabalhando com intensidade e que, como todo candidato, estava convencido de que seria vitorioso. Getúlio Vargas deu, então, uma daquelas suas famosas gargalhadas que tornavam fáceis as horas passadas em sua companhia.

Percebi que se preparava para abordar o assunto sobre o qual desejava falar-me. A título de exórdio, fez alguns comentários sobre a situ-

ação política e, levantando-se, começou a andar de um lado para o outro. Sentado perto da janela, eu aguardava que, a qualquer momento, ele tocasse no caso sucessório mineiro e me declarasse que, por motivos políticos, teria de ficar contra mim, aconselhando seus correligionários a que votassem em Gabriel Passos.

Entretanto, Getúlio Vargas preferira explicar as razões por que havia se candidatado. Embora fôssemos amigos desde alguns anos, era aquela a primeira vez que *a esfinge dos Pampas* usava de franqueza comigo. Ao concluir sua exposição, disse-me que seguiria no dia seguinte para o Ceará, mas que, antes dessa viagem, queria deixar assentada sua posição no tocante à situação de Minas. A importância política do estado e a repercussão que poderia ter a vitória de um candidato ligado às forças da reação muito o preocupavam. Fez, então, referências elogiosas a Gabriel Passos, lamentando que ele estivesse vinculado a um bloco político cuja atuação era prejudicial aos interesses dos trabalhadores. A UDN ficaria grandemente fortalecida, caso ele, Gabriel, fosse eleito governador. Por outro lado, Cristiano Machado – sobre o qual fez, igualmente, referências pessoais altamente elogiosas – não dispunha de base popular para se eleger e sua derrota importaria, consequentemente, na vitória do brigadeiro Eduardo Gomes. Caso aquelas hipóteses se positivassem, o Brasil estaria de pés e mãos atados, com suas conquistas sociais transformadas em letra morta e o operariado asfíxiado sob leis de arrocho. Em face da situação, vira-se na contingência de prosseguir na luta e, tendo em vista estabelecer pontos de sustentação nos estados, apoiaria em cada um deles o candidato que lhe parecesse mais ajustado à política social que desde a Revolução de 30 vinha realizando no Brasil. O PTB de Minas o procurara e, num exame a que haviam procedido nas tendências ideológicas dos candidatos à governadoria, tinham chegado à conclusão de que eu era o que revelava maior afinidade com a linha política por ele esposada.

À medida que Getúlio Vargas avançava em sua exposição, eu ia de surpresa em surpresa. Nunca pensei que ele se inclinasse a apoiar a minha candidatura, muito embora, enquanto exercera o cargo de prefeito de Belo Horizonte, eu houvesse mantido o mais estreito contato com os sindicatos da classe operária. Assim, quando o ex-presidente, após haver me comunicado que iria recomendar aos seus correligionários que me apoiassem, compreendi a gravidade da resposta que lhe ia dar.

Depois de me oferecer uma xícara de café, ele se sentou e passou a olhar-me interrogativamente, à espera da resposta que julgava conhecer. Disse-lhe, então, que me sentia profundamente penhorado pela excepcional demonstração de apreço que acabava de me dar; entretanto, cumpria que lhe expusesse a difícil situação em que me encontrava. Cristiano Machado era um candidato sem base eleitoral, apoiado apenas pelo PSD. Não dispunha da legenda do brigadeiro Eduardo Gomes nem possuía a auréola da popularidade consagradora que o envolvia. Cumpria-me ressaltar, pois, as desagradáveis implicações de natureza política a que estava submetido pelo fato de haver sido, desde a fundação do PSD, secretário-geral da sua Comissão Executiva. O exercício dessas funções conferira-me grande autoridade sobre os diretórios municipais e, nessas condições, qualquer atitude que tomasse teria grande repercussão nas fileiras partidárias do interior. Relatei, então, o que já se murmurava em Minas sobre o comportamento do PSD em relação a Cristiano Machado: a cúpula pessedista iria deixar sua candidatura à própria sorte e o eleitorado votaria, em massa, no antigo presidente de honra do partido. Benedito Valadares já estava sendo acusado – aliás, injustamente – de ser o articulador daquele movimento. Em face das circunstâncias, fazia um apelo ao seu espírito compreensivo, no sentido de que avaliasse a difícil posição em que me encontrava: se o PTB apoiasse minha candidatura, ficaria numa posição moral insustentável; e se, por outro lado, eu recusasse a votação dos trabalhistas, estaria cometendo um verdadeiro suicídio político. Daí a prudência, que me obrigava a optar por uma terceira posição.

Enquanto falava, Getúlio Vargas ouvia-me em silêncio, girando o charuto com os dedos. Não percebi qualquer reação às minhas palavras. Verifiquei porém que conservava a fisionomia fechada, o que era um sintoma de concentração. Assim, depois de uma pausa, sugeri a solução que se impunha, em face de tantas implicações apresentadas pelo problema: Gabriel Passos era tão amigo dele quanto eu o era; ambos seríamos, no governo de Minas, homens compreensíveis e que jamais lhe criaríamos qualquer dificuldade quando ocupasse a Presidência da República. O povo mineiro, em sua grande maioria, era getulista, muito embora no campo da política estadual estivesse distribuído por diferentes agremiações partidárias. Dadas, pois, as circunstâncias, se ele, como presidente do PTB, declarasse

aberta a questão da sucessão estadual, só vantagens poderiam resultar dessa sua atitude. Recolheria votos, indistintamente, dos que apoiavam o meu nome e dos que trabalhavam por Gabriel Passos. No que dizia respeito ao problema mineiro, ao eleitorado petebista seria proporcionada a oportunidade de escolher, entre os dois candidatos à governadoria, aquele que mais lhe agradasse, sem que essa opção importasse qualquer quebra da disciplina partidária.

Quando dei por terminada minha exposição, Getúlio Vargas se levantou e deu alguns passos pela biblioteca. Incerto quanto à sua reação, já me inclinava a pensar que havia cometido uma imprudência, rejeitando, por motivos morais, um apoio que em outros estados vinha sendo disputado à custa das mais abjetas sujeições. Getúlio Vargas, porém, não me decepcionou. “Você tem razão” – disse-me ele – “esta é a melhor solução, tanto do ponto de vista moral, para você, quanto do político, para mim. Vou dar instruções ao partido para abrir a questão, de forma que cada eleitor dê o seu voto de acordo com a sua preferência pessoal.”

No dia 2 de setembro, o major Newton Santos, como coordenador da candidatura de Getúlio Vargas nos estados, divulgou uma nota pela imprensa de Belo Horizonte, declarando: “O Sr. Getúlio Vargas, após auscultar a opinião dos trabalhistas mineiros, resolveu dar ampla liberdade de voto a seus correligionários no que concerne à eleição para governador do Estado de Minas Gerais.”

A nota do PTB deixara desarvorados os udenistas, que haviam considerado certo o apoio de Getúlio Vargas ao seu amigo Gabriel Passos. Dessa forma, chegara a um desfecho, favorável para mim, a tão comentada *batalha do PTB* na qual estiveram empenhados, por um mês, diversos amigos dedicados.

Fiéis à velha norma do recurso ao insulto pessoal, os udenistas não discutiam problemas, não apresentavam planos, mas se preocupavam apenas em denegrir o adversário, deixando, por onde passavam, não a palavra de esperança em dias melhores – que era a característica da minha pregação – mas uma azeda atmosfera de incompreensão. Seu candidato – Gabriel Passos – justiça lhe seja feita – jamais descera a esses expedientes. Assim, enquanto os udenistas insultavam todos aqueles que lhes negavam seus votos, eu realizava uma campanha nitidamente democrática, discutin-

do o *Binômio: Energia e Transportes* e finalizando meus discursos por convidar o povo a assistir à minha posse no dia 31 de janeiro de 1951, em Belo Horizonte. No dia 6 de setembro, já estava na capital mineira de novo, a fim de chefiar a caravana eleitoral por outras cidades do oeste de Minas.

Realizamos comícios em Brumadinho, Oliveira, Campo Belo, de onde seguiríamos para Pium-i, no velho *Bonanza* das minhas aventuras pelos céus mineiros. Ora, as famosas brumas secas de agosto estavam atrasadas naquele ano e só em setembro começaram a ficar perigosas. Foi o que notamos, assim que alçamos voo. Não se via nada a mais de cem metros de altura, e voar baixo seria uma temeridade. Assim, os minutos se escoavam – de quando em vez uma nesga de chão, um morro, um pedaço de estrada, e tudo desaparecia de novo, no nevoeiro denso e impenetrável.

Em face da situação, o melhor seria não afobar o piloto. Passei então a contar anedotas, intercalando sugestões sobre a marcha do avião – vire para a direita; três minutos agora nesta direção; cinco minutos para trinta graus a oeste... O aviãozinho roncava, mas parecia não sair do lugar. O rio Grande nos apareceu certa vez, largo e imponente. Pensamos em seguir o seu curso, mas em que direção? E o rio desapareceu de vez. Nisto notamos que certa massa escura desde algum tempo estava acompanhando o nosso voo. “Aquilo é a serra Geral!” – palpitei. Olhamos o mapa e verificamos que Pium-i ficava no fim dela, ligeiramente à esquerda, no rumo do forte. O piloto lembrou-se, então, de que a serra Geral terminava abruptamente, num degrau de gigante. Passamos a observá-la, tentando descobrir o degrau. Voávamos rente aos alcantis, acompanhando a massa negra e imponente, fazendo curvas para conservar a distância máxima de visibilidade. E, de repente, lá estava o degrau! Foi só contorná-lo e com dois minutos na perpendicular à linha da serra, avistamos Pium-i, com seu campo de pouso cheio de gente. Desembarcamos sob palmas.

Refeito o percurso do oeste de Minas, estive em Belo Horizonte por algumas horas, a fim de realizar contatos políticos, e segui para o Rio, onde iria passar o meu aniversário natalício – 12 de setembro – em companhia de Sarah e das minhas filhas.

No dia 15, aniversário de minha mãe, pela manhã, já estava de volta à capital mineira, em cujo aeroporto me aguardavam Benedito Valadares, o ex-presidente Bernardes, o senador Bernardes Filho e numerosos

próceres, com os quais passei a conferenciar, pouco depois, na residência do meu cunhado Júlio Soares, situada na mesma Pampulha. O tempo andava meio fechado, com a terrível bruma seca cobrindo várias regiões do estado. Benedito Valadares, preocupado, chamou-me a um canto e fez severa advertência sobre o perigo daquelas excursões aéreas. Pouco depois, chegou à vez de minha mãe fazer idêntica observação. Deu-me um embrulho de sequilhos, por ela feitos, e recomendou com sua característica serenidade: “É preciso muito cuidado com essa bruma, meu filho. Se o tempo não estiver bom, viaje de automóvel. Se não liga para a sua segurança, faça-o ao menos por sua mãe.”

Ao meio-dia, no Aeroporto de Carlos Prates, embarcamos no *Bonanza*, rumo a Paracatu, para iniciar a excursão pelo norte de Minas.

Foi esplêndida a recepção na velha cidade. Mas tínhamos de seguir para Pirapora, e já eram quase 3 da tarde. Entrei num jipe em companhia de Clóvis Salgado e do deputado Cândido Uchoa, e o veículo se pôs em movimento através das ruas calçadas de vastas lajes, com caminhões e ônibus repletos de correligionários atrás de nós. Quando embocamos na larga avenida, que acabava no campo de aviação, vimos numa esquina uma turma de cerca de trinta indivíduos parados. Cândido Uchoa tocou-me o braço, mostrando o insólito ajuntamento: “Aquilo lá é coisa...”

Cândido Uchoa tinha razão. Meio quarteirão antes de passarmos pelo grupinho, teve início uma tremenda vaia, com pedras e ovos atirados na nossa direção. Mas passamos pelo grupo sem que nada nos acontecesse. Já não ocorreu o mesmo quando chegou à vez dos nossos correligionários. Uma pedra atingiu um deles, e logo se estabeleceu a balbúrdia. Olhando para trás vi que a pancadaria havia assumido aspectos graves: gente correndo, murros trocados, gritos, pessoas caídas no chão. Pouco depois, porém, o bravo *Bonanza* levantava voo e rumamos para Pirapora.

No dia seguinte, às 7 da manhã, já estávamos viajando para Montes Claros. Primeiro, fomos a Corinto, onde ninguém nos esperava a hora tão matinal. Do ar, vimos gente correndo para o campo, ainda a vestir o paletó pelas ruas. Estivemos em Montes Claros, onde dormimos, e às sete e meia da manhã seguinte seguimos para Salinas, terra do prócer pessedista coronel Idalino Ribeiro. Mais tarde, viajamos para Jequitinhonha. O clima que ali encontramos foi de continuada provocação. Durante

o comício, o chefe udenista mandara colocar alto-falantes voltados para a praça e passara a irradiar insultos a mim e aos demais líderes pessedistas. Ao deixarmos Jequitinhonha, no rumo de Pedra Azul, tivemos de atravessar o rio numa balsa e tomar os automóveis do outro lado. Entretanto, quando chegamos *do outro lado*, a única trilha que existia para os carros que saíam da balsa estava bloqueada por pedras enormes, ali postas propositalmente. Tivemos de tirar o paletó. Todos trabalhavam: eu, Clóvis Salgado, Hildebrando Martins e mais dois amigos. Depois de enorme esforço, conseguimos desimpedir o caminho e seguir viagem para Pedra Azul.

Estivemos em Pedra Azul e em Almenara.

O tempo estava maravilhoso. Deixamos o Jequitinhonha, cruzamos o Mucuri e entramos no vale do rio Doce. A região sobre a qual voamos era acidentadíssima, erçada de pontões de pedra, alguns maiores do que o Pão de Açúcar. Ao atingirmos Mantena, nas fraldas da serra dos Aimorés, custamos a descobrir a cidade. A região era de bruma seca e, durante aquele mês de setembro, *a bruxa estava solta*. Alguns dias antes, dois desastres haviam tido a maior repercussão no país: Salgado Filho, no Rio Grande do Sul, e Lauro Farani, na Bahia. Ambos tinham sido sacrificados em acidentes de aviação ocasionados por falta de visibilidade. E nem mesmo Gabriel Passos escapara ao sortilégio macabro daquela bruxa: no início daquele mês, ele fora vítima de um acidente em Jacutinga, felizmente sem maiores consequências, mas que, dada a precariedade do campo de pouso, poderia ter-lhe sido fatal.

Nesse dia – 18 de setembro – vivi uma experiência emocionante. Havíamos deixado Teófilo Otoni em dois aviões. Destino: Peçanha. Tudo claro, e os dois aviões avançavam lado a lado, encontrando-se no outro o meu compadre Sebastião de Araújo Abreu. De quando em vez, entrávamos em cerração fechada e o outro aparelho se perdia de nossas vistas. O piloto desceu um pouco para não perder os pontos de referência, e eis que nos surgiu pela frente uma massa negra granítica. Negrão de Lima gritou, apavorado: “Olha o morro.” O aviador puxou os comandos, e aquilo foi como se nos virassem as vísceras lá por dentro. Até aí, nada demais. Estávamos na rota, e não importava o voo cego, pois, ao fim do tempo previsto, baixaríamos em cima do campo de Peçanha.

O piloto pôs-se a voar em círculos à procura de uma brecha. Essa agonia durou meia hora. Pouco depois, já não tínhamos de enfrentar apenas a bruma seca: escurecia, também, como se fosse noite. Ergui a voz, num desabafo, para erguer o moral de todos: “Se escapo desta, estou eleito!” Percebi risos amarelos nas faces transtornadas. A hora era séria para comportar brincadeiras.

O piloto, porém, teve um rasgo: “Ficar rodando por aqui não resolve: Vamos descer, para ver terra!” Aprovamos com entusiasmo a ideia, e o avião embicou para baixo. Quando vimos terra, eram duas montanhas – à direita e à esquerda – que nem alternativa nos proporcionavam. A solução seria embrenhar-se entre as duas e, se uma terceira estivesse adiante, fechando a garganta, então, adeus! Apreensivos, cruzamos a garganta – e o campo de pouso de Peçanha nos apareceu. Era só aterrissar, apenas alargando um pouco a tomada da pista, para dar tempo a que o outro aparelho, já na nossa frente, acabasse a sua aterrissagem.

A campanha eleitoral chegava ao fim. Vivi com intensidade aqueles dois meses. E o que me fora dado a constatar era do maior interesse para um político jovem. Às vezes, os contrastes eram chocantes: em Jequitinhonha, por exemplo, o chefe udenista só faltara mandar seus amigos dissolverem o meu comício; e, no entanto, em Pirapora, todo o diretório da UDN local comparecera, incorporado, ao meu desembarque.

Além das provocações políticas, passei por outras provocações que, apesar de fortuitas, não deixaram de me impressionar. Recordo o que me ocorreu em Caratinga. O comício havia terminado e, descendo do palanque, fui abraçando todos os que se achavam nas proximidades. A confusão era grande e, através do tumulto de tantos correligionários exaltados, vi um preto, pobrememente vestido, que me olhava de certa distância, numa atitude de quem queria me felicitar, mas se sentia acanhado. Para dissipar-lhe o constrangimento, tomei a iniciativa de levar-lhe, eu próprio, o meu abraço. Entretanto, quando me aproximei do preto, parei estarrecido. Tratava-se de um leproso.

Naquela época – como acontece até hoje – a lepra era um motivo de terror. Ninguém se aproximava de um morfético e até a esmola que se lhe dava habitualmente era atirada pela janela. Naquele momento, porém, encontrava-me em face de brutal realidade. Teria de enfrentar, em

público, aquele desafio. Voltar, não o faria: pois iria magoar o doente. Entre nós dois havia um espaço vazio de uns quatro metros quadrados – uma espécie de terra de ninguém. Examinei o leproso, com curiosidade: a face leonina, as orelhas roxas, o nariz já meio comido, as mãos em garra, enfim, a configuração do *facies* da terrível enfermidade.

Enquanto isso, via o leproso diante de mim, parado, com um saco de panos sujos aos pés, e acusando ligeiro nervosismo nas mãos aduncas. Seu rosto tinha uma expressão atroz, mas os olhos eram suaves, refletindo a resignação de uma existência vivida em sofrimento e solidão. Não hesitei mais. Avancei e estreitei-o nos braços, o que deixou a multidão perplexa.

Quando me afastei, voltei-me para olhá-lo mais uma vez. O leproso, de costas para os presentes, soluçava baixinho, de encontro à parede de um muro.

Três dias após a desagradável experiência de Peçanha, a bruma seca deu outra amostra de sua incômoda presença. Havíamos deixado Mantena com destino a Governador Valadares. Tratava-se de uma viagem curta: um voo de quinze minutos apenas. Três minutos depois da decolagem, o céu claro subitamente ficou escuro. Era a bruma seca que de novo nos envolvia com sua rede de fios invisíveis, mas mortais.

O piloto, enredado no nevoeiro que se adensava a cada momento, fazia prodígios para fugir a um choque contra um pico. Nessas ocasiões, o avião parecia gemer, sob a pressão do vento contra suas asas. A repetição dessas ameaças acabara por fazer com que ele entrasse em pânico. Percebi que suava copiosamente e não tardou que sua roupa se mostrasse encharcada. Passei então a observá-lo, temendo que o suor, escorrendo, lhe ardesse os olhos e lhe prejudicasse a visão. Tirei o lenço e passei a enxugar-lhe o rosto.

O sol já havia mergulhado no horizonte, e apenas uma claridade difusa envolvia todas as coisas. Olhando através do vidro da *nacelle*, distingui entre as nuvens opacas os contornos de um pico, que se erguia ao lado do que me pareceu ser um rio. A visão daquele cenário fez com que desconfiasse de que nos encontrávamos nas proximidades de Governador Valadares. A viagem, de apenas 15 minutos, havia sido dilatada para mais de uma hora, com o aviãozinho descrevendo sucessivos círculos.

Quando deixamos o aparelho, o piloto teve uma crise nervosa. Estirou-se no campo, num gesto imprevisto e nitidamente descontrolado. Percebi que tremia todo, como se acometido de uma crise de impaludismo. No aeroporto não existia qualquer assistência médica. Pedi ao guarda ali de serviço que adquirisse uma garrafa de vinho, e fiz com que ele tomasse um copo. O vinho atuou com eficiência. Pouco depois, ainda demonstrando nervosismo, tirou do bolso sua carteira profissional e, tentando fazê-la em pedaços, disse-me com desespero: “Deputado, esta foi a minha última viagem como piloto.”

No dia 26, apesar de tão próximo das eleições, fui ao Rio para entendimentos políticos, e, no mesmo dia, à noite, já estava de regresso, realizando comícios em Resende Costa, Prados, Dores do Campo e São João d’el-Rei, onde Tancredo Neves recepcionou-me com uma impressionante concentração popular. Foi nesse comício que Tancredo Neves me arrancou o compromisso de construir a usina de Ututinga, no rio Grande, com a capacidade de 40 mil kW, e destinada a abastecer de luz e energia a histórica cidade.

Em São João d’el-Rei, tomei o *Bonanza* e segui para Conceição das Alagoas, no Triângulo Mineiro. Seriam mais de duas horas de voo, por uma rota que o piloto Clodoaldo assegurou ter sido feita raríssimas vezes, se não mesmo nunca: uma reta de São João d’el-Rei a Uberaba. Aquele trajeto iria nos proporcionar uma visão deslumbrante: as cabeceiras do rio São Francisco, na serra da Canastra.

Rumamos para Uberaba e, quando chegamos à cidade, tomamos um carro e seguimos para Conceição das Alagoas. Ali, fui transferido para outro carro, que era aberto e no qual fiquei de pé. Teve início o cortejo, rumo à praça principal. Em torno de mim, um oceano de cabeças. Subitamente um homem saltou para dentro do meu carro, tendo um punhal na mão. Mal esbocei um gesto, tentando desarmá-lo, e ele, desvencilhando-se dos que o seguravam, cravou a arma no peito do membro do diretório do PSD local, Haidé Campos, que se encontrava ao meu lado. O sangue que jorrou da ferida empapou-me a roupa, dando a impressão, aos que olhavam de longe, de que era eu quem havia sido apunhalado.

A cena causou um impacto brutal nos que a viram. Passado o primeiro momento de estupefação, o choque provocado pelo atentado deu

origem a uma reação descontrolada e violenta. A multidão, enfurecida, atirou-se contra o criminoso e, só depois de um dramático apelo que fiz – comprometendo-me, inclusive, a entregá-lo à polícia –, é que consegui que meus correligionários se contivessem e que a ordem fosse restabelecida na praça.

Realizado o comício, fiz ainda uma visita à vítima do atentado e retornamos a Uberaba. De lá seguimos para Frutal e depois rumamos para Belo Horizonte, numa viagem de mais de duas horas. No Aeroporto de Carlos Prates, encontravam-se Sarah, minha mãe, Naná e Júlio Soares, Lucas Lopes e outros amigos. Ali estava, igualmente, o deputado Euvaldo Lodi, em cuja companhia iria encerrar a campanha no interior, visitando Ouro Preto.

O dia seguinte – 30 de setembro – foi o último da campanha. Em 56 dias, eu cobrira todo o território mineiro – de norte a sul e de este a oeste – visitando 168 municípios, nos quais se promoveram 168 comícios. Durante esse período, fui visto por mais de um milhão e meio de mineiros, havendo discursado 207 vezes e ouvido 1.032 discursos.

Após dois meses de luta, de incidentes que muitas vezes puseram em risco a minha vida, chegara enfim o dia das eleições. Estava cansado e havia providenciado o passaporte para uma viagem à Europa. Mas o imprevisto espreitava-me. Em consequência de um copo de leite que ingeri alguns dias antes do encerramento da campanha, só tive tempo para pronunciar o discurso do dia 30 de setembro em Belo Horizonte, votar no dia 3 de outubro e cair de cama, com... aftosa.

.....

Governador eleito

AS ELEIÇÕES de 3 de outubro de 1950 realizaram-se sem qualquer perturbação da ordem em todo o território mineiro. Quase dois milhões de eleitores haviam comparecido às urnas, e a apuração em Belo Horizonte teve início ao meio-dia do dia 4 de outubro. A primeira urna revelou a tendência do eleitorado: o nome proclamado em primeiro lugar foi o meu e, dos quatrocentos votos nela depositados, 80% deles couberam a mim. Idêntica percentagem seria mantida em quase todas as urnas apuradas, naquele primeiro dia, na capital mineira.

À noite, com os resultados que haviam chegado de algumas cidades do interior, já tinha uma vantagem de 3 mil votos sobre Gabriel Passos. Quem tem prática de eleições sabe que, se uma tendência é revelada em relação a um candidato nas primeiras cinquenta urnas, será justo esperar-se que essa manifestação inicial reflita a orientação geral do pleito. Foi o que ocorreu em relação a mim.

Entretanto, a emoção maior eu vivi ao acompanhar os resultados da apuração em Belo Horizonte. Durante vários anos fora alvo de torpe campanha desencadeada pelos meus adversários políticos da capital mineira. O ódio dos meus oponentes vinculava-se à administração que havia realizado à frente da prefeitura. Nessa ocasião, muito fizera pelos bairros

pobres e, dado esse sentido social da minha administração, consegui desmontar – principalmente na área suburbana – a máquina eleitoral ali predominante. Daí a razão por que, nas eleições de 1945, fui o deputado de maior votação na capital mineira, depois de Getúlio Vargas. Temerosos de que o eleitorado acusasse idêntico comportamento em 1950, os adversários haviam recrudescido, nesse ano, seus ataques contra mim.

Lembro-me de um fato, ocorrido durante a jornada eleitoral, que define meu comportamento em relação ao desafio dos que me combateram. Foi no dia 26 de setembro – uma semana antes do pleito. Estava em Juiz de Fora, a caminho de Barbacena, e seriam mais ou menos oito horas da noite. Naquele momento realizava-se, na cidade, um comício da UDN. No interior do carro, ouvia pelo rádio o que diziam os oradores. De repente, o orador, que então ocupava a tribuna, advertiu num tom patético, quase apocalíptico: “Se eles ganharem, ai de nós, ai de vós!... Mas, se nós ganharmos... ai deles!” Ao ouvir a ameaça, não me contive. Dobrei-me numa gargalhada. E disse para Osvaldo Penido, que estava ao meu lado: “Só a metade é verdadeira. Se eles ganharem... aí de vocês e ai de mim.”

Se em Minas tornava-se evidente que eu seria o vencedor, idêntico resultado adverso já se desenhava para os meus oponentes, também, na esfera federal. A vitória do brigadeiro Eduardo Gomes, que haviam julgado certa, dissipara-se em face da divulgação dos primeiros resultados da apuração. Getúlio Vargas havia assumido a dianteira desde a primeira hora. No dia 10 de outubro – uma semana após o início da apuração – a diferença entre os dois candidatos já era de um milhão de votos a mais para Getúlio Vargas.

A aftosa que contraí impediu-me de acompanhar de perto a apuração das eleições. Dado o grande número de visitas que passei a receber, vi que não poderia permanecer em Belo Horizonte sem prejudicar o tratamento a que teria de me submeter. Resolvi, pois, deixar a capital mineira e refugiar-me na fazenda de um amigo, situada no Município de Matias Barbosa.

A campanha eleitoral havia constituído uma grande experiência para mim. Ao realizá-la, tive a oportunidade de conhecer, município por município, todo o território mineiro. Surpreendi, assim, e na sua própria área de incidência, os graves problemas do estado: a escassez de estradas, a

falta de energia, a ausência de escolas, o abandono em que se encontrava a agricultura, o ilogismo que presidia à expansão da pecuária. E existia, ainda, para exacerbar o brio dos mineiros, o problema da exploração do minério: Minas alimentava a Siderúrgica de Volta Redonda e, enquanto o Estado do Rio e a União se beneficiavam com os lucros da grande empresa industrial, os mineiros ficavam apenas com os buracos no seu solo.

Os governos não ignoravam o que ocorria, mas contentavam-se em fazer política, enquadrados num outro binômio tão melancólico quanto prejudicial ao desenvolvimento da economia mineira – o *Binômio: Delegado e Professora*.

Em face dessas distorções, cumpria que se tomasse com urgência uma atitude, tendo como objetivo uma reforma radical da ação governamental. Reuni as notas que havia redigido em Matias Barbosa e as enviei a Lucas Lopes, em Belo Horizonte, pedindo-lhe que, auxiliado por um grupo de técnicos e tendo por base aquelas sugestões, elaborasse um plano concreto, com metas bem definidas, e que estivesse concluído uma semana antes da minha posse.

O vago e até então literário *Binômio: Energia e Transportes* foi transformado, em poucos dias, num eficiente instrumento de ação administrativa, o qual, consubstanciando soluções para os problemas da infraestrutura do estado, iria me permitir sacudir Minas, acordando-a da centenária letargia em que se havia abismado desde os heroicos tempos da mineração.

A agitação política desencadeada pelos que não se conformavam com a consagrada votação obtida por Getúlio Vargas impôs o cancelamento da minha viagem à Europa. No que dizia respeito a Cristiano Machado, nossa posição – minha e de Benedito Valadares – era, de fato, embaraçosa.

O PSD, em peso, sufragara o meu nome e ainda dispus, para reforçar minha posição em face de Gabriel Passos, da votação maciça do PR e da maioria dos redutos eleitorais do PTB. Daí a disparidade entre a minha votação, como candidato à governadoria, e a de Cristiano Machado, como candidato à Presidência da República. E a imprensa, analisando o resultado do pleito em Minas, chegara a conclusões capciosas. Falara-se em

traição, em acordo secreto atrás dos bastidores, levando-se em consideração as estreitas relações de amizade de Benedito Valadares com o ex-presidente.

Nada disso, porém, era verdadeiro. Muitos dias antes do pleito, todos nós que estávamos em contato direto com as bases eleitorais já sabíamos perfeitamente que Cristiano Machado só dificilmente poderia ser eleito. Os udenistas haviam aceitado as regras do jogo democrático, julgando que o seu candidato seria eleito. No meio da campanha eleitoral, porém, surgira a candidatura de Getúlio Vargas – e tudo se alterara. O ex-presidente levava de vencida todos os demais candidatos, situando-se numa posição que equivalia quase ao dobro da votação obtida pelo brigadeiro Eduardo Gomes.

Em face desse desconcertante resultado, a UDN se sentira desorientada. E, ainda por cima, como aceitar a derrota, se o vencedor era justamente Getúlio Vargas, seu tradicional inimigo? Teve início, então, a conspiração, levada a efeito em dois planos perfeitamente distintos: *a)* aliciamento de militares, que eram contrários ao ex-presidente; e *b)* pregação da tese inconstitucional da maioria absoluta.

Nessa época – meados de outubro de 1950 – a vantagem de Getúlio Vargas sobre o brigadeiro Eduardo Gomes era apenas de 1 milhão de votos. Entretanto, à medida em que ela se alargava, recrudesceram os boatos sobre a possibilidade de uma atitude de inconformismo dos militares udenistas, o que obrigou o general Góis Monteiro, então senador por Alagoas, a vir a público para um desmentido formal. E, por fim, o próprio ministro da Guerra, o general Canrobert Pereira da Costa, teve de colocar a questão nos seus devidos termos: “Amanhã, como hoje, o Exército defenderá a legalidade.”

Getúlio Vargas fora eleito, e sua posse seria garantida, não pelos partidos políticos, mas pelas próprias Forças Armadas. O que se verificou foi justamente o que a UDN menos esperava. Getúlio Vargas, sem o querer e mesmo sem o provocar, acabara por se encontrar em face do que um comentarista político definiu, com muita propriedade: “Um 29 de outubro às avessas.”

Um 29 de outubro às avessas! De fato, foi esta a situação que, em fins de 1950, se configurou para Getúlio Vargas. Com a omissão dos partidos, as Forças Armadas haviam assumido a responsabilidade de acatar

o resultado das urnas. Em Minas, onde o ex-presidente obtivera cerca de 250 mil votos, nem uma só voz se erguera para protestar contra a tentativa udenista de desmoralizar o pleito. Em face da situação, julguei do meu dever substituir os partidos omissos, fazendo, eu próprio, uma visita de solidariedade ao presidente eleito. Nesse sentido, aguardei apenas que fossem divulgados os resultados oficiais da minha eleição, o que ocorreu no dia 21 de dezembro. As cifras eram eloquentes: eu obtivera 714.364 votos contra 544.086, conseguidos por Gabriel Passos, havendo sido eleito, portanto, com uma diferença de 170.578 votos.

Seria necessário que a visita do governador eleito de Minas a Getúlio Vargas representasse, aos olhos de todos, uma afirmação do espírito legalista, antigolpista e, portanto, infenso a qualquer pregação da desordem e do desrespeito à vontade popular, livremente manifestada nas urnas. Não hesitei mais. No dia 2 de janeiro de 1951, às 5 horas da manhã, tomei um avião em São Paulo, com destino ao Rio Grande do Sul.

A viagem foi realizada num *Douglas*, de propriedade do industrial Olavo Fontoura, e acompanharam-me nessa excursão os deputados Osvaldo Costa, Euvaldo Lodi, o major Newton Santos e o jornalista Samuel Wainer. O tempo estava bom e quatro horas mais tarde sobrevoávamos as planuras rio-grandenses. A paisagem era monótona. A campina gaúcha estendia-se até a fímbria do horizonte, órfã de morros, de florestas e quase até de casas. Tinha a impressão que dificilmente o piloto poderia encontrar, naquela vastidão sem porteira, a tão falada Fazenda de Itu. Entretanto, depois de algum tempo, vimos um ponto escuro na linha do horizonte. À medida em que o avião avançava, ele foi crescendo, transformando-se, adquirindo por fim a configuração de uma casa. Estávamos chegando à fazenda de Itu.

Getúlio Vargas, que sabia da nossa viagem, veio ao nosso encontro, vestindo a característica indumentária gaúcha – bombachas, botas, camisa aberta ao peito e um lenço colorido no pescoço. A acolhida foi a mais cordial possível.

O ex-presidente felicitou-me por minha eleição para a governadoria. Assim iniciou sua entrevista comigo, que se prolongou por cerca de duas horas. De início, referiu-se à situação política nacional, comentando, com bom humor, a irritação dos udenistas em face da sua consa-

gradadora vitória nas urnas. “Estão esperneando, governador...” E deu uma gargalhada. Falou-me, em seguida, da resistência que opusera à sua própria candidatura. Em face do 29 de outubro, julgara que deveria encerrar sua carreira política. Os amigos haviam apelado para que se candidatasse. A obra de justiça social que havia iniciado ficara inacabada. Resolvera, pois, retornar à política. Não por ambição do poder, mas para evitar que a legislação trabalhista que havia promulgado fosse revogada.

O povo havia compreendido seu propósito, dando-lhe aquela esmagadora maioria de votos. Retornando ao governo, iria procurar pacificar a nação, realizando uma política de desarmamento dos espíritos. Governaria acima dos partidos, mas em estreita cooperação com os governadores. Não iria reviver a antiga *política dos governadores*, responsável por tantos males no passado. Mas empreenderia o que denominou *uma política com os governadores*. Abordou, em seguida, a situação em Minas. Além da amizade pessoal que desde muito nos ligava, existia, para justificar uma estreita cooperação do seu governo com o meu, nossa identidade de pontos de vista em relação às questões sociais. Concluiu por dizer que, a partir do dia 31 de janeiro, eu poderia contar com um apoio integral do governo federal.

Quando o presidente terminou, fez-se uma pequena pausa. Pensava sobre o meu espírito uma séria dúvida, que desejava esclarecer. Precisava, porém, de tato para não lhe ferir a suscetibilidade. O Estado Novo, com a conseqüente destruição da democracia, havia gerado uma atmosfera de desconfiança em torno do presidente. Cautelosa, mas firmemente, comecei a falar. As responsabilidades que íamos assumir me faziam ver além do limite de uma simples combinação política. O Brasil saíra traumatizado dos embates sucessivos que remontavam a 1930. A correta atitude do presidente Dutra faria realizar o milagre do respeito à vontade popular, permitindo-lhe uma posse tranquila. Entretanto, muitas chamas ficariam a crepitar ainda. Julgava que sem uma manifestação inequívoca, constante e repetida do futuro presidente sobre o respeito à Constituição, acompanhada de atos claros e positivos de acatamento à lei, dificilmente teríamos paz no Brasil. Apreciara muito o que ele dissera sobre a política de concórdia que pretendia pôr em prática.

O presidente retrucou-me sem hesitação. “Conheci, agora, a nobreza e a compreensão do povo. Só chegarei à presidência pelo prestígio

da Constituição e pelo respeito às leis. São estas as duas únicas forças que venceram as resistências que se puseram no meu caminho. O meu dever moral impõe-me uma inarredável atitude: governar rigorosamente dentro da Constituição.”

Estava selado o nosso pacto democrático. Senti-me feliz. Ele cumpriu até o fim o seu juramento. Esta lembrança me veio ao espírito quando, anos depois, junto do seu ataúde no Palácio do Catete, pude recordar a correção com que ele respeitara a Constituição, cumprindo o seu mandato rigorosamente de acordo com o sistema democrático.

Às 4 horas da tarde, despedimo-nos do ex-presidente e rumamos para São Paulo, aonde chegamos ao anoitecer. O meu gesto – procurando Getúlio Vargas no momento em que poderosas forças políticas e militares conspiravam para lhe impedir a posse – teve enorme repercussão no seio da opinião pública. E causou, igualmente, verdadeiro impacto no cenário das competições partidárias. Compreenderam todos que a atitude do governador eleito de Minas comportava apenas uma única interpretação: Minas, o segundo estado da Federação, pela maioria esmagadora do seu eleitorado – que era um dos maiores do país –, desejava a posse do presidente eleito, exigia que se respeitasse o resultado das urnas e que se preservassem os dispositivos constitucionais. Tratava-se de uma atitude e de uma definição – ambas em perfeita concordância com as tradições liberais e com o amor à liberdade do estado montanhês.

Contudo, se, por um lado, essa minha atitude contribuiu para despertar o sentimento de legalidade, característico de largas faixas da população do país, ela provocou, por outro lado, grande agitação em determinados círculos políticos, notadamente no seio do PSD e na cúpula do PTB. Alguns próceres desses dois grandes partidos viram na cooperação que me oferecera Getúlio Vargas uma espécie de *capitis diminutio* à liderança a que se julgavam com direito, e, surpreendidos, mostraram-se ressentidos.

Dando-se um balanço, porém, entre as vantagens e as desvantagens decorrentes da entrevista na Fazenda de Itu, a conclusão a que se chegava era a de que ela serviria para desanuviar o ambiente político, fazendo gerar uma consciência coletiva de legalidade no país e tornando inviável, portanto, qualquer tentativa de desrespeito aos resultados do plei-

to. E tanto isso foi verdade que o próprio presidente Dutra – que desde o primeiro momento reprovava a atitude impatriótica dos partidários do brigadeiro Eduardo Gomes – aproveitou a oportunidade, numa cerimônia realizada no Ministério da Aeronáutica, para fazer uma séria advertência aos que conspiravam contra a ordem pública: “As Forças Armadas” – declarou o general – “devem manter-se em vigilância, pois o respeito à Carta Magna é condição de paz interna.”

A partir da entrevista na Fazenda de Itu, os acontecimentos, para mim, se precipitaram. Ao chegar a São Paulo, troquei de avião e segui para o Rio, onde desembarquei já com a noite alta. No dia seguinte, pela manhã, viajava de novo para Belo Horizonte, onde iria receber o meu diploma de governador. A cerimônia teve lugar numa sessão solene da Assembleia Legislativa, presidida pelo desembargador Arnaldo Araripe, da Justiça Eleitoral. Nesse dia – 4 de janeiro – diversas homenagens estavam programadas, mas tive de declinar de todas, pois assuntos políticos importantes exigiam minha presença no Rio. À noite, embarquei de volta e, já na manhã seguinte, participava de sucessivas reuniões. O assunto: a escolha do meu secretariado. A esse respeito, havia adotado um critério que me parecia lógico e racional: recrutaria elementos de todos os partidos que haviam me apoiado.

Fiz, assim, os respectivos convites: José Maria Alkmin, para as Finanças; Pedro Braga, para o Interior; Tristão da Cunha, para a Agricultura; José Esteves Rodrigues, para a Viação; Mário Ladeira, para a Saúde; e Odilon Behrens, para a Educação. Em seguida, solicitei a Benedito Valadares que, como presidente do PSD estadual, convocasse uma reunião da Comissão Executiva – que teria lugar no meu apartamento da Rua Sá Ferreira e à qual estariam presentes as bancadas mineiras, na Câmara dos Deputados – e no Senado – para a comunicação oficial da constituição do secretariado. Essa reunião foi realizada no dia 25 de janeiro.

Avistei-me mais uma vez com Getúlio Vargas, que tão logo chegou ao Rio me convidou para um encontro na residência do Dr. Epitácio Pessoa – filho de João Pessoa, ex-presidente da Paraíba. Ele estava formando o seu Ministério e, de acordo com o que me prometera em Itu, solicitou-me o nome de um mineiro para entrar na composição do seu governo. Ofereceu a Minas a pasta da Justiça. Embora eu houvesse prefe-

rido a da Viação – que já estava prometida – indiquei Francisco Negrão de Lima para o cargo e a minha indicação foi prontamente aceita. Após haver assistido à sua diplomação no dia 27, segui para Belo Horizonte, em companhia de toda a família, para a posse na governadoria.

Naqueles dois meses, não havia tido um só momento de descanso. Vivera numa vertiginosa roda-viva. Entretanto naquele momento, voando para Belo Horizonte e vendo, de dois mil metros de altura, a superfície enrugada do solo mineiro, senti pela primeira vez a enorme responsabilidade que me pesava nos ombros. Era o governador de Minas e, dentro de 72 horas, já teria tomado posse do cargo.

A viagem foi monótona, pois já a fizera centenas de vezes. De repente, porém, vi o casario branco espreado-se aos pés da serra do Curral. Arranha-céus aqui e ali erguiam-se eretos como pontos de exclamação. Contemplei o xadrez das ruas e avenidas, suavizadas, de distância a distância, por tufos de arvoredos. E, por fim, o espelho líquido que era a represa da Pampulha, refletindo a doçura do céu sempre azul.

O avião começou a perder altura. Trepidava ao vencer as camadas baixas da atmosfera, carregadas das emanações poluídas que subiam do aglomerado urbano. As árvores tornaram-se mais próximas, com as frondes quase niveladas na altura em que se encontrava o aparelho. Lá estava a pista de pouso. Houve um baque surdo de rodas que tocavam o chão. O avião estremeceu e, em seguida, passou a deslizar suavemente sobre o asfalto. Estávamos, mais uma vez, em Belo Horizonte.

.....

A posse

31

DE JANEIRO DE 1951. Levantei-me cedo, porque era intenso o programa a ser cumprido naquele dia. Enquanto, no Rio, teriam lugar as cerimônias da posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, em Belo Horizonte realizar-se-ia a minha ascensão à governadoria do estado.

Fora longa e áspera a estrada percorrida desde a minha chegada a Belo Horizonte até aquele dia em que, pelo voto da maioria esmagadora do povo mineiro, seria a mais alta autoridade do estado. Tudo estava quieto na casa. Dirigi-me para o escritório e, assentando-me numa poltrona, reli o discurso que deveria pronunciar, à tarde, por ocasião da transmissão de cargo. Lembrei-me da advertência do orador, durante o comício da UDN em Juiz de Fora: “Se nós ganharmos... ai deles!”

Devendo ser o governador do estado à tarde daquele dia, o que desejava dizer era que, durante o meu governo, não haveria lugar para a ameaça: “Ai deles...” Ao invés de represálias, um generoso estender de mão; braços que se abriam para receber amigos e adversários políticos; pois o que estava em jogo não era uma questão pessoal, mas o futuro de Minas. E, assim sendo, todos os mineiros que quisessem cooperar na obra de reerguimento econômico do estado seriam bem-vindos.

Pouco depois, teve início a roda-viva, característica da posse de um governador. Fiz questão que toda a minha família estivesse presente

– Sarah, minha mãe, minhas filhas, Márcia e Maria Estela, meu cunhado Júlio Soares, minha irmã, Naná, e minhas duas queridas tias, irmãs do meu pai, Conceição e Emilinha. Cheguei ao palácio num carro aberto, escoltado por um piquete de lanceiros do esquadrão de Cavalaria da Polícia Militar.

Ao deixar o carro, aguardei no saguão que chegassem Sarah e minha mãe, e com elas subi as escadarias do palácio. Desejava que minha mãe sentisse, através das aclamações com que era saudado, que não tinham sido inúteis as privações por que ela tinha passado nem os sacrifícios que havia feito para transformar em *alguém* o filho querido, que andava descalço em Diamantina. Modesta e reservada, ela se deixou levar pela minha mão escada acima. Percebi, contudo, através de um brilho diferente nos seus olhos, que tinha a alma inundada de felicidade por receber, aos 75 anos de idade, aquela homenagem do seu único filho.

Quando chegamos por fim ao Salão Nobre, fui envolvido pela multidão que ali se acotovelava. Milton Campos, que deixava o governo, leu o seu discurso, transmitindo-me o cargo. Respondi em breves palavras e, em seguida, acompanhei-o até a entrada do palácio, onde nos abraçamos, antes que ele tomasse o carro, seguindo para sua residência.

Eram quase 7 horas da noite quando teve fim a cerimônia. Procurei minha mãe, pois ela fora a única que não me havia abraçado ainda. Fui encontrá-la, de pé, numa sala lateral, onde se havia refugiado, fugindo à agitação do Salão Nobre. Vi que olhava, surpreendida, o teto dourado, os bronzes que encimavam os móveis, os tapetes orientais. De súbito, porém, encaminhou-se para mim como se tivesse pressa de reparar uma omissão que, por sua natural modéstia, havia cometido. Tomou-me, então, nos seus braços e me beijou, dizendo-me numa voz que só eu poderia ouvir: “Que Deus o abençoe, meu filho!”

Percebi, emocionado, que tinha lágrimas nos olhos.

.....

O desafio que iria enfrentar

A O ASSUMIR O GOVERNO de Minas, não o fiz com o menor sentimento de orgulho. Na realidade, nunca havia pensado que minha atuação política – desenvolvida até então apenas para servir um amigo¹ – acabasse por me conduzir à altura em que por fim me encontrava.

Diversos fatores, porém, haviam conspirado para que fosse desviado o rumo que, desde a juventude, tinha planejado para os meus passos. Alexandre Hamilton disse certa vez: “A humanidade é integrada por alguns e por muitos”, insinuando, através desse aparente paradoxo, que existem os eleitos, os predestinados, e o grande anonimato dos que formam o que se denomina a *massa*. Não sei se o destino me escolheu para ser um desses *alguns*. Se houve predestinação, o que posso dizer é que não foi somente por sua influência que cheguei ao Palácio da Liberdade. Tive de vencer barreiras que pareciam intransponíveis. Vê-se, assim, que a política para mim não constituiu um objetivo, mas o resultado daquela *conjunção de circunstâncias* de que nos falava Napoleão para explicar a origem, de certo modo surpreendente, de algumas lideranças.

1 Refiro-me a Benedito Valadares.

É verdade que, como todo iniciante, vivi também meu período de pupilo político. Era um reflexo e não um foco de luz. Mas com o tempo, desvencilhei-me das roupagens de acólito e passei a modelar meu futuro com as próprias mãos. Meu primeiro ato de rebeldia – ou melhor, de autoafirmação – teve lugar por ocasião da minha gestão à frente da prefeitura de Belo Horizonte. Ainda não era administrador, mas já dispunha de certa experiência dos problemas urbanos, adquirida na observação do funcionamento das grandes metrópoles europeias.

Contudo, passadas as festividades da posse, compreendi, em toda sua extensão, o desafio que teria de enfrentar. A prefeitura havia sido um excelente campo de experiência. A partir de 31 de janeiro, porém, o horizonte que se me abria aos olhos era o de um grande estado – um dos maiores da Federação – cujos problemas, na sua quase totalidade, desde muito aguardavam solução. Teria de enfrentá-los – com presteza e audácia – sabendo de antemão que não disporia de recursos financeiros para qualquer obra de vulto.

A sorte estava lançada. O mundo vivia, então, uma fase de visível transformação. Nações morriam e outras surgiam para substituí-las. A Revolução Russa tinha entrado no seu terceiro decênio e a poeira, levantada pela queda do czarismo, havia dado origem a uma nova ordem política, cuja evolução passara a ameaçar a estabilidade da democracia no mundo. Naquele momento, por exemplo, estava em curso a Guerra da Coreia, e as tropas das Nações Unidas empenhavam-se em batalhas sangrentas contra as fanáticas forças norte-coreanas. Sucediavam-se em ritmo acelerado, em diversas partes do mundo, acontecimentos dramáticos, sem um interregno de paz completa.

Idêntica inquietação era observada no setor interno. As tradicionais forças políticas – que representavam o conservadorismo que, durante tantos anos, prevalecera na condução dos destinos da nação – haviam ruído como um castelo de cartas ante o apelo irresistível de uma nova liderança, que subvertera a consciência coletiva do eleitorado.

Como Dutra havia predito, Getúlio Vargas assumiu as rédeas do governo sem qualquer perturbação da ordem pública. Mas o ressentimento ficara, e não tardaria a assumir um caráter dinâmico no desdobramento do segundo mandato do ex-ditador.

O ambiente era de expectativa, o que não deixava de ser inquietador para um governador, como eu, que iniciava seu mandato e estava determinado a realizar um ambicioso programa administrativo, para o êxito do qual não podia prescindir do apoio irrestrito do governo federal. Minhas relações com Getúlio Vargas, embora baseadas num forte sentimento de amizade mútua, nunca haviam sido íntimas. O ex-ditador era um solitário por temperamento. Nesse sentido, mostrava-se esquivo no trato com os amigos. Nascera político – visceralmente político – e comprazia-se no dúplice jogo de imprimir às palavras um sentido oculto, nem sempre ao alcance de todos.

Na realidade, ninguém mais do que eu tinha necessidade, naquele momento, do apoio do governo federal. Iria construir usinas e estradas, fundar indústrias, incentivar e modernizar a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros. Elevar a taxa de escolaridade do ridículo nível de 200 mil alunos para um milhão, o que iria exigir mais escolas, mais professoras, mais grupos escolares. Teria de resolver, com urgência, a normalização do pagamento do funcionalismo, atrasado de muitos meses, e dos vencimentos da polícia militar, não pagos nos últimos noventa dias. No meu encontro com Getúlio Vargas, realizado na Fazenda de Itu, tive a oportunidade de revelar-lhe as dificuldades que teria de enfrentar e o presidente eleito mostrara-se franco: “Pode contar comigo.”

O seu compromisso de ajuda financeira para que pudesse realizar com êxito meu programa administrativo fora condensado em cinco itens: *a)* devolução à União da Rede Mineira de Viação; *b)* aval do Banco do Brasil nos empréstimos externos feitos pelo estado; *c)* asfaltamento da rodovia Juiz de Fora-Belo Horizonte; *d)* encaminhamento de correntes de imigrantes, de forma a estimular a agricultura; *e)* dotar Minas de uma grande siderúrgica, a fim de se dissipar o ressentimento gerado pela instalação da grande usina em Volta Redonda, no estado do Rio, quando todo o minério por ela consumido era fornecido por Minas.

Todos esses pensamentos vieram-me à mente na noite de 31 de janeiro de 1951. No mesmo dia e quase à mesma hora, Getúlio Vargas assumira, no Rio, a Presidência da República. Hábil e malicioso, ele julgara prudente não realizar qualquer política de vindita. A situação do país era grave, e ainda estavam ativos e cada vez mais inconformados os elementos

políticos e os círculos militares que haviam apoiado o brigadeiro Eduardo Gomes. A solução seria um esforço de pacificação nacional.

As opções que se apresentavam a Getúlio Vargas, de acordo com o seu esquema de neutralização da oposição, adaptavam-se perfeitamente às peculiaridades do seu temperamento. Como escreveu o historiador Pedro Calmon, devia “atraí-las” (as forças oposicionistas), “pela conciliação, ou entorpecê-las, pela legalidade”. Decidiu em favor de ambas: conciliação e legalidade. Organizou, assim, um Ministério conservador, denominando-o, para dissipar suspeitas por parte dos seus velhos aliados, *Ministério de Experiência*.

Quanto ao setor estadual, a orientação que adotei foi a de governar com os partidos que haviam sustentado minha candidatura. Como a base da minha administração seria o *Binômio: Energia e Transportes*, tratei, desde logo, de escolher os responsáveis por esses importantes setores: Lucas Lopes, que havia sido diretor da Companhia Vale do São Francisco, ficou encarregado do item Energia, e nomeei o engenheiro Celso Murta, que fora o construtor de grande extensão da rodovia Rio-Bahia, para a diretoria do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

Devo ressaltar, porém, um fato que me parece de importância: logo depois de eleito, e ainda acamado, vítima de uma aftosa, havia dado início ao trabalho de programar o meu governo. Além do material que desde algum tempo vinha coletando, relativo aos principais problemas estaduais, enviei emissários a Belo Horizonte com a incumbência de obter das autoridades informações concretas sobre alguns assuntos de relevo que se encontravam no âmbito de suas respectivas esferas administrativas. Dessa forma, mesmo antes de tomar posse, eu já estava governando Minas. Sabia tudo sobre o verdadeiro estado de coisas na administração que se findava e, nessas condições, já na manhã do dia 1º de fevereiro – 24 horas depois de minha posse –, dei início ao meu quinquênio de intensa e fecunda atividade, o que me valeu, pouco depois, o apelido de *governador a jato*.

Logo que assumi o governo, todos perceberam que uma nova era se iniciava em Minas. Havia firmado um compromisso com o povo, e iria cumpri-lo com absoluta exatidão. Aliás, estava prevenido em relação à vertigem das alturas. Sempre ouvira dizer, em relação a muitos políticos, que o “poder lhes subira à cabeça”. A expressão tem seu fundo de verdade. O fato de haver sido eleito governador, ao contrário de regalias, só mais

trabalho e maior responsabilidade me trouxera. Já estava habituado a ambos, pois minha vida sempre fora de luta.

Daí a razão por que, quando passei a residir no Palácio da Liberdade, tomei todas as providências para impedir que a vertigem das alturas afetasse qualquer membro da minha família. Essa preocupação, entretanto, resultou inútil. Na realidade, nada se alterou no comportamento dos meus familiares. Lembro-me de um fato que, embora sem maior significação, retrata como se mantiveram inalterados os vínculos que no círculo doméstico nos ligavam uns aos outros. Minhas filhas, Márcia e Maria Estela, com 7 e 8 anos respectivamente, impressionaram-se com a beleza do salão de recepção, cujos florões dourados eram motivo de frequentes referências. Percebendo o deslumbramento de ambas, perguntei-lhes um dia, por brincadeira: “Estão achando papai muito importante por estar morando num palácio?” Márcia retrucou com vivacidade, desfazendo prontamente qualquer possível impressão de que se houvesse tornado orgulhosa: “Não. O cargo é importante, mas você é simples.”

A tradição na política mineira era que a eleição para governador representava um prêmio, e não um posto de sacrifício. O espírito de que estava animado, porém, apontava justamente no sentido contrário. Assim, não modifiquei meus hábitos pessoais em relação ao horário de trabalho – apenas procurei enquadrá-los numa nova estrutura de atividades. Mal o dia clareava, já estava de pé. E, enquanto aguardava que me preparassem o desjejum, fazia a barba e me comunicava com os auxiliares diretos pelo telefone. À medida que os minutos passavam, ia alargando a faixa dos que recebiam minhas ordens. Às 8 horas, até os secretários de estado já se haviam comunicado comigo, e estava a par de tudo o que ocorria na administração do estado.

O uso do telefone foi um dos muitos tabus que quebrei. Havia um preconceito no palácio em relação às comunicações telefônicas. Citava-se – para revigorar as frágeis bases desse anacronismo – o exemplo de Getúlio Vargas². Considero outro fator decisivo, para o dinamismo que se

2 Getúlio Vargas não se utilizava do telefone para se comunicar com os seus ministros e, durante o seu governo, só o utilizou uma vez: com sua netinha Celina.

verificou em todos os setores do meu governo, a prática de não impor um horário rigoroso aos diferentes tipos de trabalho a que está sujeito um governador. A rotina era obedecida enquanto não surgisse um assunto novo. Quantas vezes convoquei o secretariado para reuniões a horas pouco ortodoxas e, debruçado sobre um mapa do estado, debatia um assunto com os técnicos até às quatro da manhã. De quinze em quinze minutos, era servido um café forte, para que todos se mantivessem em forma. Enquanto as opiniões se chocavam, eu, de lápis vermelho na mão, traçava linhas sobre o mapa, fazendo cruces ou desenhando círculos, os quais representavam estradas, postos de saúde, escolas, grupos escolares, barragens, áreas de eletrificação. Aqueles traços vermelhos não significavam apenas indicações do que pretendia fazer o governo. Eram marcos de início de trabalho, já que entre a discussão do problema e sua solução nunca permiti que intervesse a burocracia.

A adoção dessa linha administrativa, que constituía uma nova e revolucionária prática de serviço público, tinha, para reforçá-la, a cooperação decisiva de outro elemento de que lancei mão, para imprimir velocidade à execução do meu programa. Tratava-se do avião. Era tradicional em Minas que os chefes do governo se encastelassem no palácio e só raramente aparecessem em público. Desde que assumi a governadoria, procurei corrigir a distorção que se verificava na projeção da imagem do governo. Ao invés de exibir as exterioridades da máquina administrativa, com seu fausto postigo e seu arremedo de corte provinciana, procurei dar a entender ao povo que o governador era um homem como qualquer outro e o que o distinguia dos seus coestaduanos era apenas o fato de haver sido selecionado, entre dez milhões de mineiros, para gerir os negócios públicos. Fazendo dessa filosofia a base da minha ação, esforcei-me por irradiá-la pela totalidade dos órgãos estaduais de modo a situar todos os problemas ao alcance de qualquer impulso de liderança, o qual, emitido no palácio, repercutiria imediatamente em todos os escalões da hierarquia estadual.

No contexto desse novo estilo administrativo, o avião representou um papel da maior relevância. Impediu que me louvasse em informações de auxiliares, já que me proporcionava acesso, pessoal e direto, às obras que estavam sendo realizadas. No início, só dispunha de um pequeno *Bonanza*, que era de reduzida envergadura de voo. Entretanto, logo

providenciei a aquisição não só de outro aparelho da mesma marca, mas também de um *Beech-bi* para seis passageiros, no interior de cuja cabina mandei instalar uma mesa de trabalho. Muitas vezes, com o avião ainda rolando na pista, já estava assinando papéis e lendo relatórios técnicos.

Tendo uma ideia pessoal do problema a ser equacionado, retornava ao palácio e, reunido com os técnicos incumbidos de resolvê-lo, debatia seus diferentes aspectos com apaixonante interesse, ao ponto de me esquecer de jantar e de não me lembrar, igualmente, de que meus auxiliares já deviam estar famintos. Esse sistema de entrar pela noite no salão de despachos constituía motivo de desespero para Sarah, que, como toda boa dona de casa, desejava tudo em seus lugares e se esforçava para manter os assuntos domésticos *sur des roulettes*. Para me fazer lembrar a hora do jantar, lançava mão do expediente de enviar minhas filhas – quando eram 9 horas – para o salão de despachos.

Quando tudo terminava e os técnicos se despediam, era natural que eu também já me sentisse faminto. Como a essa hora a família estivesse recolhida e a cozinha se encontrasse às escuras, saía então, em companhia de um ou dois dos meus auxiliares, para o centro da cidade, em busca de um restaurante. E constituía sempre uma surpresa para os boêmios e retardatários que haviam passado a noite bebericando num bar ou se divertindo num cabaré dar de frente com o governador, às 4 horas da manhã, à mesa de um restaurante, discutindo com o garçom a possibilidade de lhe arranjar um prato de feijão com arroz, carne moída e uma couve rasgada.

Ao regressar ao palácio, se a noite era estrelada – como habitualmente acontecia em Belo Horizonte –, ao chegar à Praça da Liberdade dispensava o carro e me sentava num dos bancos do jardim. Sentindo reviver em mim um pouco do espírito romântico que herdara dos seresteiros de Diamantina, deixava-me ficar ali, em conversa com um amigo, até que amanhecesse. Tratava-se de um duplo processo de desintoxicação mental. Fazia com que me esquecesse por um momento dos problemas do governo e ao mesmo tempo relaxasse a mente na contemplação da festa de cores que o sol improvisava no céu antes de aparecer.

Em Minas, tudo estava por ser feito. O progresso existente, a riqueza circulante, os poucos empreendimentos pioneiros haviam sido criados pela iniciativa privada. Esta, vencendo o imobilismo oficial e até

mesmo a oposição silenciosa, mas sempre eficiente, das autoridades, havia realizado quase tudo o que existia no estado. Resultou desse antagonismo de comportamento esta desoladora realidade: a iniciativa privada, em Minas, estava cinquenta anos adiantada em relação à governamental. No entanto, em nenhum outro estado da Federação os problemas apresentavam esta característica, que não deixava de ser alentadora: poderiam ser enfeixados – se não em sua totalidade, mas pelo menos em sua grande maioria – na área das atividades compreendidas pelo *Binômio: Energia e Transportes*.

As riquezas se exibiam à flor da terra. Os rios se despenhavam por desfiladeiros, à espera de quem os domesticasse. As montanhas, acendendo faíscas na ferradura dos animais de sela, gritavam o potencial de reservas em minérios que se ocultava em suas entranhas. Apesar dessa autopromoção verdadeiramente agressiva feita pela terra, os anos passavam sem que as autoridades se animassem a ir ao encontro daquela convocação.

A situação tornara-se patética. A lavoura, que havia sido próspera, estiolava-se na exploração rudimentar de uma terra cansada, ainda virgem dos modernos processos de adubação e dos benefícios da imigração estrangeira. Não existia em todo o estado um só parque industrial, concebido segundo um planejamento técnico, capaz de realizar a transformação da sua matéria-prima abundante numa fonte, sempre crescente, de bens de consumo. As cidades, quase sempre com luz precária e não dispendo – com raras exceções – de energia nem para acionar um simples torno de marceneiro, viviam isoladas umas das outras pela inexistência de estradas pavimentadas. Minas Gerais vivia *reclinada em berço esplêndido*. Quando me candidatei à governadoria, ao fazer um levantamento das necessidades do estado, fui de surpresa em surpresa constatando sua assustadora parada no tempo. Às vezes, para confirmar a regra, surpreendia-me com admiráveis exemplos da tenacidade do povo, repontando, aqui e ali, como ilhas de rebeldia desenvolvimentista, no mar morto da pasmaceira generalizada. A usina Esperança e a Belgo Mineira, por exemplo, desde alguns anos mantinham acesos seus altos-fornos, alimentados a carvão vegetal, transformando em aço o rico minério das regiões em que haviam sido construídos. Juiz de Fora representava outra expressiva demonstração do gênio empreendedor do mineiro. Segunda cidade do estado em população, ela

rompera as barreiras do conservadorismo governamental, formando um núcleo industrial que lhe valera, com justiça, o cognome de *Manchester de Minas*. A primeira hidrelétrica da América do Sul fora ali construída. E a estrada União-Indústria, aberta por Mariano Procópio desde o Império, ligava aquele centro urbano ao Rio, constituindo outro atestado da mentalidade pioneira de seus habitantes. Durante a campanha eleitoral, tive a oportunidade de observar, de bordo do avião, o maior rebanho de gado do Brasil – cerca de 15 milhões de cabeças – vagando nos sem-fins das baixadas do interior, representando mais um fator decorativo da paisagem do que uma reserva de riqueza integrada na economia do estado. Milhões de cafezeiros penteavam, em fileiras paralelas, o dorso ondulado das fazendas da Zona da Mata e, no entanto, a única via de escoamento de que a região dispunha era a Leopoldina Railway, já com seu contrato perempto e seu acervo de ferro velho incorporado ao domínio da União.

A leste, na divisa com o Espírito Santo, estendia-se o Vale do Rio Doce, ainda indevassado pela presença humana. Tratava-se de um Inferno Verde, reduzido em sua dimensão, mas apesar disso assolado pela maleita, cuja virulência endêmica, segundo a expressão dos caboclos ribeirinhos, dava “tremedeira até nas árvores”. A única exceção era o sul de Minas, cujo progresso se desenvolvia em função da penetração paulista na região, já que suas excelentes lavouras de café dispunham de um mercado natural para seu produto na grande praça comercial que era a capital bandeirante.

Era inquietadora a indigência que o estado revelava em relação à energia elétrica. Existiam em Minas 439 usinas, com uma capacidade total instalada de 205 mil kW – o que perfazia a ridícula média de 467 kW por usina –, que serviam a 688 localidades. Nessas condições, esse potencial energético só dava para atender às necessidades de iluminação de parte das cidades do estado, quando centenas de outras conservavam-se às escuras.

Para se ter uma ideia do arquipélago em que se convertera o estado, basta dizer que o norte de Minas não estava ligado a Belo Horizonte e que esta cidade, apesar de ser a capital, vivia desvinculada do resto do território mineiro, com o sul integrado no sistema de comunicações de São Paulo; o leste e o norte respirando através do Espírito Santo, e a Zona da Mata, asfiziada pela Leopoldina, fazendo circular seu sangue por interméd-

dio de caminhões que varavam os atoleiros da Rodovia Mariano Procópio, que alcançavam na altura de Entre Rios.

Precisava construir várias usinas que elevassem o potencial de energia do estado, de 205 para pelo menos 600 mil kW. No setor de transportes, o alvo a ser atingido não seria representado em termos de aumento, já que em Minas não existiam estradas, mas pela implantação – das bases à estrutura – de um sistema de comunicações inteiramente novo. Os 3 mil quilômetros programados já eram uma apreciável conquista de terreno para a implantação, no menor espaço de tempo possível, dos elos principais da futura rede de ligações.

Minha tarefa, sendo áspera, difícil e, sobretudo, audaciosa, exigia que atuasse simultaneamente em diversas frentes. Minas fora durante muitos anos uma das unidades líderes da Federação. Entretanto, passara por um vertiginoso processo de deterioração interna que, embora lhe preservasse certa autoridade política, fê-la se deslocar, no que dizia respeito ao progresso, de uma situação imediatamente inferior a São Paulo para uma posição de subalternidade econômica, só igualada pelos estados menos desenvolvidos da Federação.

Enquanto São Paulo enveredava corajosamente pelos caminhos da industrialização intensiva, o Paraná e o Rio Grande do Sul renovavam sua economia em bases transformativas, e o próprio Nordeste se agitava, pressentindo a proximidade do oxigênio que lhe proporcionaria a hidrelétrica do São Francisco, Minas deixava-se ficar na estagnação, vivendo em meados do século XX a sua anacrônica fase agropastoril. Este objetivo – tirar Minas do período agropastoril e lançá-la na fase da industrialização – iria ser, durante cinco anos, a preocupação do meu espírito. Em conferência, em palestras, em mesas-redondas, em discurso e mesmo em conversa com os amigos, martelaria esse tema – sem receio de cansar, já que estava convencido dos efeitos construtivos da repetição – até criar no estado, e principalmente nos círculos políticos, uma consciência coletiva em favor do desenvolvimento estadual.

Nenhum programa administrativo – e ainda mais sua indispensável disponibilidade financeira – poderá ter êxito se não se formar, para sustentá-lo, uma mentalidade otimista que mobilize a seu favor as reservas do entusiasmo da comunidade, em benefício da qual ele será executado.

No governo de Minas, passei pela primeira experiência desse processo de mobilização psicológica do povo. Constituiu uma espécie de psiquiatria de massa, tendo por objetivo desfazer o complexo de inferioridade de que os mineiros, pela timidez e pela omissão de alguns dos seus governos, vinham sendo vítimas, substituindo-o por uma noção clara da sua capacidade de empreendimento.

Em 1950, a renda total de Minas não alcançava a casa de 1 milhão de contos e, desse total, cerca de 800 mil contos eram destinados ao pagamento do funcionalismo. Entretanto, segundo um levantamento feito pela Secretaria de Finanças, após iniciado o meu governo, a situação financeira de Minas em março de 1951 era a seguinte: a dívida flutuante se elevava a 800 milhões; o estado devia ainda 630 milhões em promissórias e 220 milhões em cheques emitidos e não pagos, perfazendo o total de 1 bilhão e 650 milhões de contos.

Para se ter uma ideia da coragem de que me revesti e da audácia com que me atirei à execução da minha tarefa, basta dizer que em setembro – oito meses após minha posse – estipulei, em conferência com Lucas Lopes, o mínimo de gastos da Cemig – Centrais Elétricas de Minas Gerais –, que seria de 1 milhão de contos, ou seja, o total da receita estadual.

Se a receita do estado era ridícula, o fato não podia deixar de ser atribuído, tão somente, à falta de visão dos meus antecessores. Desde muito vinha sendo testemunha da desconfiança, do retraimento e – por que não dizê-lo – da hostilidade com que qualquer iniciativa do capital privado era recebida pelas autoridades. Fábricas deixavam de ser construídas por falta de estímulos oficiais e outras, já em funcionamento, paralisavam suas atividades e tinham suas máquinas desmontadas, para uma precipitada transferência para São Paulo, literalmente expulsas do estado por uma insuportável e incompreensível carga fiscal.

Lembrava-me da luta de João Pinheiro. A fazenda modelo que fundara na Gameleira, nos subúrbios de Belo Horizonte, sofrera uma campanha atroz dos políticos da época. No entanto, o que João Pinheiro fizera não fora senão criar um estabelecimento de orientação agrícola tendo por objetivo melhorar os processos em prática nas fazendas mineiras. Havia, também, atuando nos espíritos como uma influência negativa, a resistência à exploração das riquezas minerais da região de Itabira. A solução das

exportações de minérios, feitas pela Companhia Vale do Rio Doce, acabou sendo retardada pelo período de quatro décadas.

Em face desses antecedentes e levando em conta minha própria experiência, não subestimava as dificuldades que teria de vencer para executar o meu programa. O primeiro impulso, contudo, havia sido dado quando mobilizei a opinião pública em favor do *Binômio: Energia e Transportes*. Havendo tomado posse, competia-me, portanto, enveredar desde logo pelas providências de ordem prática. Assim, convoquei os melhores elementos de que Minas dispunha para organizar uma grande comissão, que se encarregaria da execução do plano de eletrificação do estado. Dessa comissão nasceu a Cemig, que, dentro em breve, organizada em termos de empresa privada, logo se transformou numa *máquina de construir usinas*. Voltando as vistas para o outro setor do binômio – rodovias – incumbi o engenheiro Celso Murta, e em seguida o engenheiro João Kubitschek, novos diretores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, de reformularem radicalmente sua estrutura, tornando possível a publicação imediata das primeiras concorrências para a abertura de novas estradas. Com essas duas iniciativas, dei o passo decisivo para atacar pela raiz os dois grandes males de que Minas vinha sendo vítima desde os primórdios da República.

O plano geral do meu governo não se limitava, porém, ao *Binômio: Energia e Transportes*. Esses itens representavam os pontos de sustentação sobre os quais se ergueria a estrutura de um largo e variado programa de realizações. Existiam ainda, requerendo providências urgentes, os problemas periféricos.

Em 1951, as zonas de maior vocação industrial do estado eram quatro: o Centro, a Mata, o Sul e o Triângulo. A zona central, que tinha Belo Horizonte como núcleo não apenas político, mas também financeiro, comercial e de entrosamento de transportes, ocupava uma área de cerca de 20 mil quilômetros quadrados. Essa zona coincidia geograficamente com o que os geólogos chamam o *polígono ferrífero* do estado e em sua área medular se concentravam as mais favoráveis condições a uma expansão industrial, já que seus recursos em matérias-primas minerais se exprimiam pelos próprios algarismos que os fixavam e que dispensavam adjetivos: 15 bilhões de toneladas de minério de ferro, oito milhões de toneladas de manganês, sete milhões

de toneladas de pirita, reservas ilimitadas de calcário e de argila, além dos depósitos de quartzo, de cassiterita e de minerais raros. Essa fabulosa riqueza fez com que voltasse minha atenção para essa zona.

Concebi, pois, um plano, desdobrado em duas etapas: *a*) eletrificação e estradas; e *b*) industrialização. Na época, existiam na região central 25 sistemas elétricos isolados que produziam cerca de 100 mil cavalos-vapor, o que era insuficiente para atender às exigências do plano que ia executar. O quadro da zona central reproduzia-se, em cores não menos sombrias, na Mata, no Triângulo e no Sul. A carência crônica de energia emperrava, em todas essas regiões, as condições propícias – e bastante numerosas – à propulsão industrial. Nessas, e em outras zonas, somente a eletrificação poderia contribuir para a elevação do nível de produção por homem-hora, reduzindo o custo de produção e melhorando, inclusive, o nível de vida do homem do campo. Naquela época, a potência utilizada pelo estado havia sido instalada sob a responsabilidade do governo: usinas do Gafanhoto, de 18.300 cavalos; de Pai Joaquim, de 5 mil cavalos, e de Santa Marta, de 2.600 cavalos. Ou por iniciativa particular, com alguns empreendimentos caminhando em ritmo que era pouco mais que uma estagnação.

A situação, como se vê, era dramática, e nenhum programa de desenvolvimento poderia ter êxito se não se corrigissem, com urgência, essas deficiências, através de uma rápida ampliação da faixa de aproveitamento do potencial disponível no estado.

Uma equipe de técnicos, chefiada por Lucas Lopes, já trabalhava comigo mesmo antes de haver tomado posse na governadoria. Varíamos noites debatendo o problema energético do estado, mas, ao assumir o governo, já tinha ideias concretas sobre o assunto. O objetivo seria a instalação de capacidade superior a 200 mil cavalos, por iniciativa do estado. Somados aos frutos da empresa particular, esses 200 mil cavalos e o potencial existente perfariam o total de 600 mil cavalos até o fim de 1955. Além do acréscimo, existia outra vantagem de ordem técnica que impunha essa orientação: a eletricidade de ciclagem uniforme, num sistema de interligações que facilitasse a demanda.

A tradição, em Minas, era o povo assistir de longe ao que o governo tentava realizar. Verificava-se um verdadeiro divórcio entre a atuação

das autoridades e as preocupações da opinião pública. Em face dessa situação, teria que sacudir o estado, arrancá-lo da inércia, para que suas energias adormecidas fossem postas em ação, em benefício de todos. E nenhum processo poderia ser mais eficiente do que o de magnetizá-lo pelo exemplo.

Infelizmente o maior obstáculo ao progresso – escreveu o professor Edmund Leach, reitor do King’s College, de Cambridge –, “ainda é representado pelo poder exercido pelos velhos na formação das nações jovens”. Em Minas, mais do que em qualquer outro estado, prevalecia a mesma mentalidade dos tempos da República Velha. Teria de substituir essa mentalidade, que refletia um mundo em pleno ocaso, por outra que encarasse com confiança o futuro.

O planejamento constituiu, assim, a primeira fase da minha atividade administrativa, e nela se incluiu a revisão dos projetos já em andamento e de outros paralisados. Todos os aspectos do problema foram atacados: conclusão das obras em marcha, estabelecimento de novas usinas e construção da rede básica de linhas de transmissão e instalação de subestações abaixadoras.

A equipe da energia elétrica orientou o planejamento. Em poucos dias, todo esse imenso trabalho técnico estava concluído. Condensado em suas linhas principais, poderia ser assim definido: incentivo à iniciativa privada e, através de uma política tarifária de estímulo a novas inversões, o estabelecimento de um fundo de eletrificação por intermédio de uma taxa vinculada.

Feito isso, já em meados de 1951 enviei dois técnicos para realizar o estudo da construção da usina de Salto Grande, no rio Santo Antônio; providenciei o início das obras da usina de Itutinga, de inestimável importância para o desenvolvimento das regiões do oeste e do sul do estado; ordenei a construção da barragem de Cajuru, que daria a Belo Horizonte mais de 18 mil cavalos de força; ordenei o aumento da potencialidade da usina Pai Joaquim, tão reclamada pelo povo de Uberaba; e tomei medidas para a conclusão da usina de Governador Valadares.

Em fins de abril de 1951, em discurso pelo rádio, divulguei os primeiros resultados concretos do plano das centrais elétricas do estado. A cooperação do povo na subscrição de ações da primeira companhia de economia mista – a que construiria a usina para Governador Valadares –

fora além da expectativa. “Todos os mineiros” – disse pelo rádio –, “sem distinção de classes e sem discriminação de capacidade financeira, acorreram a subscrever ações, numa prova de confiança na administração e fé no futuro, a ponto de ser possível ao Banco da Lavoura, que se dispôs a subscrever o que faltasse, dispensar-se de assinar o capital que para isso havia reservado. Em menos de um mês, todo o capital da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce já está subscrito.”

.....

Face a face com a realidade

A IMPOSIÇÃO de um novo estilo à administração não foi bem aceita desde logo pela oposição. Acreditavam os adversários que o meu governo, embora de carácter partidário, não deixaria de ser uma repetição de quantos já haviam prevalecido em Minas. Assustaram-se, pois, com o dinamismo imposto à máquina administrativa. Não só ficaram assustados, mas também apreensivos. E isso porque verificaram que não se tratava apenas de um governo diferente, mas que, ao lado do novo processo de administração, eu procurava realizar igualmente uma profunda reforma na mentalidade do povo mineiro. Tudo teve início com um simples gesto meu, de fundo eminentemente democrático.

No dia 14 de fevereiro, através de um comunicado oficial divulgado pela imprensa, fiz saber, a quem interessasse, que o Palácio da Liberdade seria franqueado ao povo à tarde, aos domingos, quando seus salões estariam abertos à visitação pública. Essa providência teve enorme repercussão, sendo comentada inclusive pelos jornais do Rio. Até então, a sede do governo era uma espécie de antigo palácio turco, cujo interior só se tornava acessível aos amigos íntimos do governador. O véu de mistério que cobria a residência do chefe do governo estadual sempre dera origem a interpretações fantasiosas. Assim, a impressão que os visitantes tiveram

não deixou de ser melancólica. O *palácio* não era bem um palácio, mas um antigo casarão, cheio de móveis usados, necessitando urgentemente de uma reforma em profundidade. Numa dessas visitas, um velho político do interior – um dos famosos *coronéis* que desde anos integravam a celebrada oligarquia municipal do estado e que não me conhecia nem de fotografia – sentindo sede, dirigiu-se a mim nos seguintes e encantadores termos: “Moço, onde está a moringa desta casa?” Mandei chamar um copeiro e disse-lhe, sem me dar a conhecer, que providenciasse um copo de água mineral para o sequioso político.

O palácio, além de velho, estava gasto, não dispondo de um gabinete com o conforto indispensável para o exercício das funções de um governador. Em face disso, instalei meu gabinete provisoriamente na Secretaria do Interior e providenciei a necessária reforma do palácio. Além disso, tomei uma resolução que iria dar-me, pouco depois, inúmeras dores de cabeça. Tudo teve origem na construção de uma casa pela Polícia Militar, no local denominado *Mangabeiras*, para recreio da sua oficialidade. Tratava-se de uma residência comum, com três quartos, duas varandas, salas de visitas e de jantar e a respectiva garagem.

Quando assumi o governo, a construção já estava muito adiantada, mas o comando da polícia, atravessando uma fase de escassez de recursos, colocou a casa à disposição do governo, desde que este se responsabilizasse pela conclusão das obras. Aceitei o oferecimento e dei ordens para que os trabalhos prosseguissem. Bastou que eu tomasse essa atitude para que a modesta casa fosse transformada em mansão das mil e uma noites.

Em face da atoarda feita pelos meus adversários, não contestei as acusações através de um comunicado oficial. Ao contrário, abri a casa à visitação pública. Além disso, tomei outra providência de caráter político. Incumbi o deputado Último de Carvalho, do PSD, de levar alguns dos seus colegas da assembleia, mas pertencentes à UDN, até as Mangabeiras, a fim de que eles vissem com os próprios olhos o *palácio suntuário* que ali estava sendo erguido. O convite desconcertou os udenistas.

Constataram todos que não se tratava, na realidade, de um *palácio*, mas, sim, de uma simples casa razoavelmente confortável, sem qualquer luxo, apropriada tão somente para a realização de algumas confe-

rências políticas mais sigilosas ou para um descanso de fim de semana do governador do estado.

Em junho de 1951 – cinco meses após minha posse – anunciei que o governo já tinha depositado nos bancos, em dinheiro, o capital que tocava ao estado nos empreendimentos de ampliação das usinas de Pai Joaquim e Gafanhoto – estas, construídas em administrações anteriores – e nas sociedades encarregadas da construção das usinas de Governador Valadares (Tronqueiras), de Itutinga, de Salto Grande e do Piau. Em agosto desse mesmo ano, decidi somar aos planos iniciais o da construção da usina do Paredão, no Alto Paranaíba.

Para a realização dessas obras, surgiram então as companhias de economia mista, de caráter regional – sociedades anônimas a serem posteriormente colocadas sob o controle de um organismo centralizador –, das quais a primeira fora a do Médio Rio Doce. Vieram, em seguida, a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, a do Alto Rio Grande e a Central Elétrica do Piau. Quase simultaneamente, fiz vincular, através da Lei nº 760, à formação do capital dessas companhias de economia mista uma quota de 4/14 da Taxa de Recuperação Econômica, pelo período de cinco anos.

Assim, criadas as empresas regionais, e dispondo dos recursos do Fundo de Eletrificação do Estado – instituído pelo Ato das Disposições Transitórias da Constituição vigente –, dos fundos da Recuperação Econômica e, ainda, em face das operações de financiamento negociadas no país e no exterior, senti-me em condições de executar o plano de eletrificação de Minas, sem risco de qualquer interrupção por falta de numerário.

Ainda durante 1951, a execução desse programa sofreu nova e definitiva alteração. A ideia inicial era baseada nas companhias de economia mista regionais. Esse sistema, entretanto, não deixava de importar certo ônus político, já que, beneficiando preferencialmente a área metalúrgica, deixava em segundo plano largas regiões do estado que necessitavam de energia. Era natural que surgissem queixas e que reclamações, de alguma forma impertinentes, fossem encaminhadas ao Palácio da Liberdade.

Partindo da organização das sociedades regionais e, entrosando-as umas com as outras, caminhamos no rumo da formação de um *holding*, que foi a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais. Essa variante per-

mitiu a ampliação da área coberta pelo plano e, através de estímulos proporcionados à participação de capitais regionais, conseguimos transformar a recém-fundada empresa num empreendimento único no gênero.

Dado o ambiente de desconfiança que existia em Minas em relação às iniciativas governamentais, não foi fácil o trabalho de incorporação do capital, quer das empresas regionais, quer da própria Cemig. Nesse sentido, passei a convocar para reuniões em palácio todos quantos, por sua situação financeira, estavam em condições de cooperar no ambicioso empreendimento. A tarefa revelou-se desde logo complexa e árdua.

A primeira pessoa que convoquei foi o Dr. Louis Ensck, presidente da Companhia Belgo-Mineira. Essa empresa, segundo pensava, deveria estar interessada na industrialização do estado. Sua diretoria, de acordo com o que pudera apurar, alimentava a intenção de modernizar as instalações da usina e, para isso, iria ter necessidade de farto abastecimento de energia elétrica.

Dei a maior importância a esse encontro com o Dr. Ensck. Lancei mão de todos os recursos para obter a cooperação desse saudososo capitão de indústria. Depois de formular o meu apelo, o diretor da Belgo-Mineira declarou-me: “Nossas experiências com o governo têm redundado sempre em completos fracassos. Lamento dizer, senhor governador, que há uma profunda descrença, por parte de todas as empresas particulares, no que diz respeito à capacidade de ação do poder público.” A conversa se animou, seguiu-se um debate respeitoso, no desenvolvimento do qual, embora reconhecendo a procedência das razões apresentadas pelo Dr. Ensck, esclareci que, a partir daquela data, o governo do estado iria surpreender os empresários com uma determinação do procedimento, inteiramente diferente da que, até então, lhe era característica. Expus o que seria a Cemig com a maior clareza e objetividade e, ao terminar, fiz uma calorosa exortação ao Dr. Ensck no sentido de que me ajudasse naquela emergência, pois, se assim o fizesse, estaria contribuindo para tirar o estado da estagnação.

Obtive êxito. O Dr. Ensck, não ignorando o que eu dele desejava, havia chegado ao palácio disposto a fazer uma contribuição simbólica, mas, após minha exortação, acabara por subscrever ampla quota para a formação do capital inicial da empresa.

O segundo capitão de indústria que convoquei foi o Sr. W. Russel, presidente da St. John Del Rey Mining, proprietária da famosa mina de ouro situada em Morro Velho, nas proximidades de Belo Horizonte, e que, já naquela época, era considerada a mais profunda do mundo. Essa empresa, constituída de capitais ingleses, erigira uma verdadeira cidade no local da exploração, com belas residências, moderno hospital, associações esportivas, clube recreativo, jardins e excelentes casas para os operários, congregando cerca de 20 mil pessoas.

Ao tentar entrar em contato com o Sr. W. Russel, ocorreu um incidente que, apesar da gravidade de que se revestiu, não deixou de ser pitoresco, por demonstrar o espírito de segregação que constitui uma característica do desconcertante comportamento dos ingleses quando se encontram no exterior. Ordenei ao chefe do meu gabinete que telefonasse para Morro Velho, a fim de que eu, pessoalmente, fizesse o convite ao presidente da companhia para uma entrevista em palácio.

O Sr. W. Russel era um inglês com todas as peculiaridades dos seus excêntricos compatriotas. Vivia como um lorde em seu castelo no *countryside* de Kent ou do País de Gales. Vestia seu *smoking* para jantar, só lia jornais de Londres e, para as reuniões que ocasionalmente organizava em sua residência, apenas eram convidados súditos de sua majestade britânica. Não conhecia e não desejava ter qualquer contato com os brasileiros que trabalhavam na organização, mesmo que ali exercessem funções, não digo de relevo – porque estas eram reservadas aos ingleses –, mas de certa importância. Era um autêntico senhor feudal que, através das janelas de sua inacessível cidadela, observava com não disfarçado desprezo os vilões que entravam ou saíam da mina.

Completada a ligação, alguém atendeu à chamada, mas esclareceu que o senhor W. Russel não poderia ir ao telefone porque estava almoçando. O chefe do gabinete explicou que a chamada era do Palácio da Liberdade e que quem desejava falar era o próprio governador do estado. Houve uma espera de alguns segundos e veio, em seguida, a resposta, vazada nos mesmos termos: “O senhor Russel lamenta não poder atender, porque se encontra à mesa.”

Irritei-me com a insolência. Parecia que Minas era uma das unidades da Commonwealth e que seu governador, para falar ao representante

dos interesses comerciais da Grã-Bretanha, teria que aguardar, com paciência, que ele terminasse seu elaborado almoço. Liguei imediatamente para o Sr. S. Walter, que era o cônsul inglês em Belo Horizonte. Tratava-se de uma excelente pessoa, residente em Minas havia muitos anos e que tanto se integrara nos hábitos e costumes da nossa gente que poderia ser considerado um mineiro por adoção. Disse-lhe que, embora fôssemos amigos pessoais, lamentava que daquele dia em diante seria obrigado a não o receber mais no palácio. O Sr. Walter ficou perplexo. Conte-lhe então o que se passara e concluí com esta severa advertência: “As portas deste palácio não se abrirão mais para qualquer súdito de sua majestade britânica.” Criara-se o problema. O cônsul, avaliando a gravidade do incidente, mostrou-se atônito. Em face da minha atitude, já não teria condições de defender os interesses da colônia britânica perante o governador do estado. A própria mina do Morro Velho seria a que mais sofreria com aquela situação. Desde algum tempo ela se transformara num foco de agitação no estado. As greves ali eram frequentes e muitas vezes degeneravam em conflitos entre a administração e o operariado. Esse ambiente de atrito era motivado justamente pela arrogância do Sr. W. Russel, que, sempre inacessível em sua mansão vitoriana, insistia em ignorar as reivindicações dos trabalhadores, por mais justas e humanas que fossem. A empresa, para funcionar, necessitava de frequentes intervenções das autoridades, as quais, levando em conta a conveniência de não criar uma atmosfera hostil às companhias estrangeiras, sempre agiam com prudência, de forma a conciliar as partes e restabelecer, com presteza, a ordem no local.

O cônsul certamente pensou em tudo isso e concluiu que teria de agir com a maior habilidade para recompor a situação. À tarde desse mesmo dia, sabendo que eu não o receberia, lançou mão de um intermediário para solucionar a questão. Mandava pedir mil desculpas pelo incidente e apresentava todas as satisfações em nome do Sr. W. Russel, alegando que esse, ignorando o português – muito embora residisse no Brasil havia perto de vinte anos –, não entendera o que lhe dissera o empregado que recebera o recado pelo telefone. Acrescentou o intermediário, que por sinal era íntimo amigo meu, que o Sr. Russel, profundamente preocupado com o mal-entendido, havia-se transportado de Morro Velho para Belo Horizonte e que ali ficaria até que eu me dispusesse a recebê-lo.

Nunca fui capaz de alimentar malquerenças e muito menos de cultivar ódio. Além do mais, estava muito ocupado naquele momento para me preocupar com mesquinhas, principalmente de caráter pessoal. Mandei chamá-lo imediatamente. O Sr. W. Russel, após ouvir-me sobre o que seria a Cemig, nem sequer discutiu o assunto, subscrevendo a cifra que eu lhe havia sugerido.

No desdobramento dessa campanha, destinada a obter fundos para formar o capital da empresa, nunca hesitei em assumir atitudes que a outros pudessem parecer menos próprias para um governador de estado.

Em face disso, ou faria pessoalmente o trabalho de incorporação do capital ou a Cemig nunca sairia do papel. Usando o telefone sem cessar, consegui em poucos dias subscrições no valor de mais de cinco milhões de dólares.

Organizada em tempo recorde, dei ao seu presidente, Lucas Lopes, amplos poderes para administrá-la, recomendando, porém, que tudo fizesse para preservá-la de indébitas interferências políticas. A escolha não poderia ter sido mais acertada. Na presidência da Cemig, ele se conduziu com admirável eficiência.

Organizada a companhia e incorporado o seu capital, disse a Lucas Lopes que me trouxesse os nomes dos que deveriam integrar a diretoria da empresa. No dia seguinte, procurando-me no palácio, entregou-me a respectiva lista. Existiam sete lugares de diretores, e ele indicara exatamente sete nomes – um para cada cargo. Pilheriando, fiz-lhe a seguinte observação: “Pelo que vejo, o governador não tem o direito de indicar um só diretor.” Lucas Lopes sorriu e retrucou: “Todos os indicados são técnicos. O senhor deseja que a obra seja realizada ou que os políticos sejam atendidos?” Respondi prontamente: “Desejo que a obra seja realizada, e em tempo recorde.” Assinei ali mesmo o ato, ordenando que fosse imediatamente publicado.

Foi esse caráter apolítico, moldado em padrões privatistas que imprimir à Cemig, o principal fator do seu crescimento vertiginoso e da preservação da sua eficiência até hoje, o que lhe permitiu realizar, através de sucessivos governos, sua obra de pioneirismo no campo energético, cumprindo com rigor matemático seus planos, quer a curto, quer a longo prazo. E que planos eram esses? A sua simples enumeração já dá uma ideia

da amplitude do programa. Durante o meu quinquênio seriam realizadas as seguintes obras: duplicação da usina de Salto Grande do Santo Antônio, com sua elevação para 100 mil kW; instalação de uma unidade geradora ao pé da Barragem do Cajuru, com 13 mil kW; ampliação da usina do Gafanhoto, com a adição de uma unidade de 7 mil kW; construção da usina de Florestal, no rio Paraopeba, para potência mínima de 50 mil kW, podendo ser posteriormente ampliada para 100 mil kW; construção de reservatório a montante da usina de Santo Antônio, para garantir a operação da usina com fator de carga de aproximadamente 100%. A usina do Fecho do Funil contaria com o auxílio do Plano Salte, e dependeria apenas do alargamento da linha da Central do Brasil entre Lafaiete e General Carneiro; no Triângulo Mineiro e no sudeste do estado, assistir-se-ia à construção da usina da Ponte dos Peixotos, com a potência de 550 mil kW, sob a responsabilidade das Empresas Elétricas Brasileiras; e o plano conjunto com o Estado de Goiás, de instalação de potência inicial de 37 mil kW na cachoeira Dourada, poderia desdobrar-se até a instalação de 300 mil kW.

Em matéria de linhas de transmissão, a rede básica a construir-se teria capacidade para distribuir não apenas a energia em produção, mas ainda um total substancial de energia a ser gerada em outras usinas da região de influência. Paralelamente ao programa de construção das Usinas de Salto Grande, de Itutinga, do Piau e de Tronqueiras, a Cemig estabeleceu seu plano de linhas de transmissão, constituindo-se o projeto de 912 quilômetros de linhas. À rede ligar-se-ia um conjunto de subestações abaxadoras no total de 170 mil kW.

A eletrificação do estado compreendia, pois, um plano dinâmico a ser executado entre 1951 e 1955. Entretanto, a expansão da empresa projetou suas atividades muito além do meu governo e todas as metas nela previstas foram atingidas nos prazos estipulados. Durante o período de 1952 a 1956, a Cemig realizou a implantação do seu sistema elétrico, para atendimento às indústrias; no período subsequente, isto é, de 1956 a 1960, estendeu seus serviços às cidades e às vilas do interior mineiro; e, já no lustro de 1961 a 1965, passou a fornecer energia aos campos e às fazendas, no desdobramento da sua fase de eletrificação rural.

Era natural que um empreendimento de tão grande vulto, como a barragem de Cajuru, atraísse a atenção pública e repercutisse não só em

todo o estado, mas no Brasil. A construção dessa obra bateu todos os records: tempo, precisão técnica e utilização de equipamento ultramoderno. Tratava-se de um gênero diferente de obra e, para a sua execução, a Cemig lançara mão de processos verdadeiramente revolucionários.

Lembro-me da emoção que me assaltou ao contemplar em funcionamento uma bomba *Rex*. Até então estava habituado a ver a distribuição do concreto nas construções civis através de vagonetes. Na Cajuru, porém, tudo era feito automaticamente. O concreto, depois de misturado num enorme depósito, situado longe da obra, era bombeado até a barragem. Constituíam um espetáculo empolgante ver-se a boca daquele enorme tubo indo e vindo, despejando cimento sobre a gigantesca parede.

Se, em termos de serviço prestado, a Cemig constitui hoje uma empresa sem paralelo na geografia energética do Brasil – só ultrapassada em grandeza pela Eletrobrás, cuja criação foi por ela inspirada –, seu crescimento, em relação ao seu capital, será facilmente avaliado através destes simples algarismos: de 1952 a 1967, seu capital realizado elevou-se de 38 milhões de cruzeiros novos para 309 milhões; seus investimentos anuais, no mesmo período, subiram de 21 milhões de cruzeiros novos para 82 milhões, sendo que o seu orçamento, previsto para 1968, atingiu a soma de 201 milhões de cruzeiros novos.

Lançadas as bases da eletrificação do estado, o segundo passo que iria dar para retirar Minas definitivamente da estagnação seria promover a sua industrialização. Tratava-se de outro plano ambicioso, na elaboração do qual numerosos técnicos desde muito estavam empenhados. Antecipando-se, porém, aos estudos em andamento, quando mal iniciava a execução do plano de eletrificação, tive de fazer frente a um desconcertante e inesperado desafio.

Getúlio Vargas, por ocasião do seu primeiro governo e dispondo de decisivo apoio do presidente Roosevelt, havia construído a usina de Volta Redonda, o que constituiu a primeira providência realmente séria, tomada por qualquer administração, para a formação de uma estrutura industrial no Brasil. Dada a magnitude daquela obra, os mineiros logo se mostraram ressentidos com a decisão do presidente, por este não haver localizado a grande siderúrgica em Minas, em cujo subsolo se encontram

inesgotáveis reservas de minério. Há uma frase no jargão dos técnicos em metalurgia que reflete bem – e mesmo justifica – o desapontamento dos meus coestaduanos naquela época: “Uma siderúrgica, para ter êxito, deve ficar perto ou do minério ou do carvão.”

No caso de Volta Redonda, ambas as proximidades haviam sido ignoradas. A usina, contrariando toda tradição técnica, fora localizada tanto longe do minério quanto do carvão. Como era de se esperar, os mineiros não se conformaram com a discriminação. Ciente desse sentimento, discuti o assunto com Getúlio Vargas por ocasião da visita que lhe fiz, na fazenda de Itu, antes da sua posse. O presidente eleito ouvia-me com o maior interesse. Disse-lhe que havia compreendido sua atitude, e até a justificativa do ponto de vista das conveniências do governo federal – a localização da usina em Volta Redonda no Estado do Rio –, mas iria ficar numa situação embaraçosa se tivesse de discutir o assunto com os mineiros depois da minha posse.

Em face da situação, o caminho a seguir seria eu próprio construir uma siderúrgica em Minas. Entretanto, como já estava empenhado na execução de dois planos dispendiosos – eletrificação e abertura de estradas –, esperava que o governo federal pudesse me ajudar, colaborando com os recursos que se fizessem necessários.

Getúlio Vargas foi de exemplar correção e me disse durante essa entrevista que, assim que assumisse o governo, e lhe apresentasse um projeto em condições de ser executado, ele tudo faria para transformá-lo em realidade.

Na época, a situação do Tesouro mineiro já era difícil e, no entanto, as obras programadas mal haviam sido começadas. Construir uma siderúrgica com recursos estaduais constituiria verdadeira temeridade. A solução que nos pareceu viável seria atrair um grupo financeiro do exterior e, através de certas concessões de natureza fiscal, interessá-lo na construção da usina. Mas como fazê-lo, se Minas até então não figurava no mapa econômico do mundo como área recomendável para investimentos?

O acaso, porém, interveio, para solucionar o problema. Certo dia, o presidente Vargas recebeu no Catete um grupo de industriais alemães. Eram representantes da Mannesmann, organização siderúrgica de Dusseldorf, que desejavam montar uma usina no Brasil. Feita a exposição

dos planos que tinham em mente, os industriais solicitaram ao presidente que lhes sugerisse a região em que deveriam erguer suas instalações. Naquela ocasião, um dos oficiais do gabinete da Presidência era o Dr. Geraldo Mascarenhas, mineiro de Juiz de Fora. Ao ouvir o que os alemães haviam dito, lembrou-se do meu último encontro com o chefe do governo e, curvando-se sobre a mesa, sussurrou ao ouvido de Getúlio Vargas: “Esta usina estava boa para Minas, presidente.”

Getúlio Vargas ergueu os olhos e o fixou demoradamente. Pouco depois, assim que os alemães haviam se despedido, ordenou que me chamassem ao Rio. A ideia fora lançada e, como a semente encontrando terra fértil, logo germinara. Tiveram início os entendimentos. Graves questões técnicas, porém, teriam que ser resolvidas. A Mannesmann exigia a garantia do suprimento, no prazo de dezoito meses, de 12 mil cavalos de força, complementando-se o fornecimento de 70 mil cavalos no período de três anos.

O desafio que teria de enfrentar era assustador. Em outubro de 1951, 70 mil cavalos de força representavam praticamente a metade de todo o consumo do estado. A garantia de um fornecimento à Mannesmann daquele volume de energia implicaria deixar às escuras e sem fábricas 193 cidades mineiras, caso não estivesse já em andamento o programa de ampliação da potência de Minas. Belo Horizonte, com 400 mil habitantes na época, consumia, em meados de 1952, menos da metade do que a Mannesmann pretendia utilizar.

Os alemães, entretanto, mostravam-se inflexíveis em sua exigência: ou Minas daria aquela garantia ou a usina não seria instalada no estado. Lucas Lopes, avaliando a extensão do compromisso, negou-se a dar a garantia, declarando-me que o estado não estava em condições de atender àquela exigência. Com a frieza, própria dos técnicos, ajuntou que Minas mal iniciava seu programa de eletrificação e, nessas condições, não poderia ficar mal em face de investimentos estrangeiros, faltando com a palavra dada.

Eu não estava habituado a me conformar com soluções que importassem o cerceamento da minha liberdade de ação. A instalação da Mannesmann em Minas representava um grande passo – embora antecipado – para a concretização do meu plano de retirar o estado da sua fase agropastoril e encaminhá-lo, com segurança, através de uma política de intensiva indus-

trialização. Não poderia recuar, abrindo mão daquele oferecimento. Conversei com Lucas Lopes outra vez, que se mostrou de novo inflexível.

Ordenei ao meu secretário que telefonasse aos engenheiros da Mannesmann, convocando-os para uma reunião no palácio. Esse encontro teve lugar pouco depois. Perguntei-lhes se, ao invés de uma garantia do presidente da Cemig, um documento assinado por mim, como governador, serviria para assegurar a instalação da siderúrgica no estado. A resposta foi afirmativa.

A execução do programa contido no *Binômio: Energia e Transportes*, eu a considerava uma promissória, com prazo fixo de vencimento e sem prerrogativa de reforma. Naquele momento, ampliando a faixa dos meus compromissos, acabara de apor minha assinatura em outro documento do mesmo gênero: doze mil cavalos de força em dezoito meses e mais setenta mil cavalos no prazo de três anos. Lucas Lopes mostrou-se estarrecido com a minha audácia. Quem vai a Belo Horizonte hoje, ao contemplar as chaminés da Mannesmann lançando fumaça, durante as 24 horas do dia, logo se certificará de que, como bom pagador, não desapontei os meus credores. As promissórias foram rigorosamente resgatadas nas suas respectivas datas de vencimento, sem que metade de Belo Horizonte ficasse às escuras e 193 cidades mineiras tivessem sua eletricidade cortada.

Enquanto prosseguiam as atividades relacionadas com a Cemig, voltei minha atenção para o segundo item do binômio: transportes. O programa rodoviário que traçara tinha por objetivo fazer a ligação das diferentes regiões do estado que, até então, haviam sido conservadas como ilhas de um grande arquipélago. Para a solução do problema, não poderia lançar mão do mesmo processo que utilizara na incorporação da Cemig, porque era limitada a capacidade de financiamento das empresas privadas. Ao organizar aquele *holding* produtor de energia elétrica, eu esgotara literalmente essa capacidade.

Durante a campanha eleitoral, quando anunciava o vulto das obras que pretendia realizar, perguntavam-me com frequência onde iria buscar os recursos necessários para aqueles empreendimentos. Minha resposta era sempre esta: “Quando um governador está determinado a realizar uma obra, não deve procurar os recursos para a sua execução nos cofres públicos, mas no interior da sua própria cabeça.” Essa frase condensa uma

filosofia de otimismo, baseada no reconhecimento de que as realizações efetivamente produtivas independem de dinheiro em caixa. De fato, não havia dinheiro para nada. De dedução em dedução, porém, fui chegando a certas conclusões que se apresentavam como balizas, assinalando o caminho que deveria trilhar. Em primeiro lugar, não poderia realizar contratos pequenos, pois os empreiteiros, na posse desses documentos, não conseguiriam caucioná-los para obter nos bancos recursos para a tarefa. Além do mais, as obras, dado seu vulto, requeriam a utilização de máquinas, e estas, mesmo naquela época, exigiam a inversão de grandes somas.

A adoção dessas normas preliminares já significou um violento desvio no processo de construção de estradas, representando uma flagrante ruptura na rotina de trabalho dos empreiteiros, os quais, utilizando até então carroças puxadas a burro, levavam anos a fio para abrir um simples *corte* numa colina de composição geológica mais resistente.

Poderá parecer estranho que, em face de uma realidade dura e chocante, a imaginação deva desempenhar tão decisivo papel. Entretanto, quem analisar minha trajetória política há de verificar a profundidade dessa asserção. E não só a imaginação se faz necessária para compor o perfil de um homem público. Os grandes projetos, as obras grandiosas, as iniciativas verdadeiramente revolucionárias são justamente aqueles que extravasam da área das necessidades rotineiras e vão buscar no futuro sua motivação.

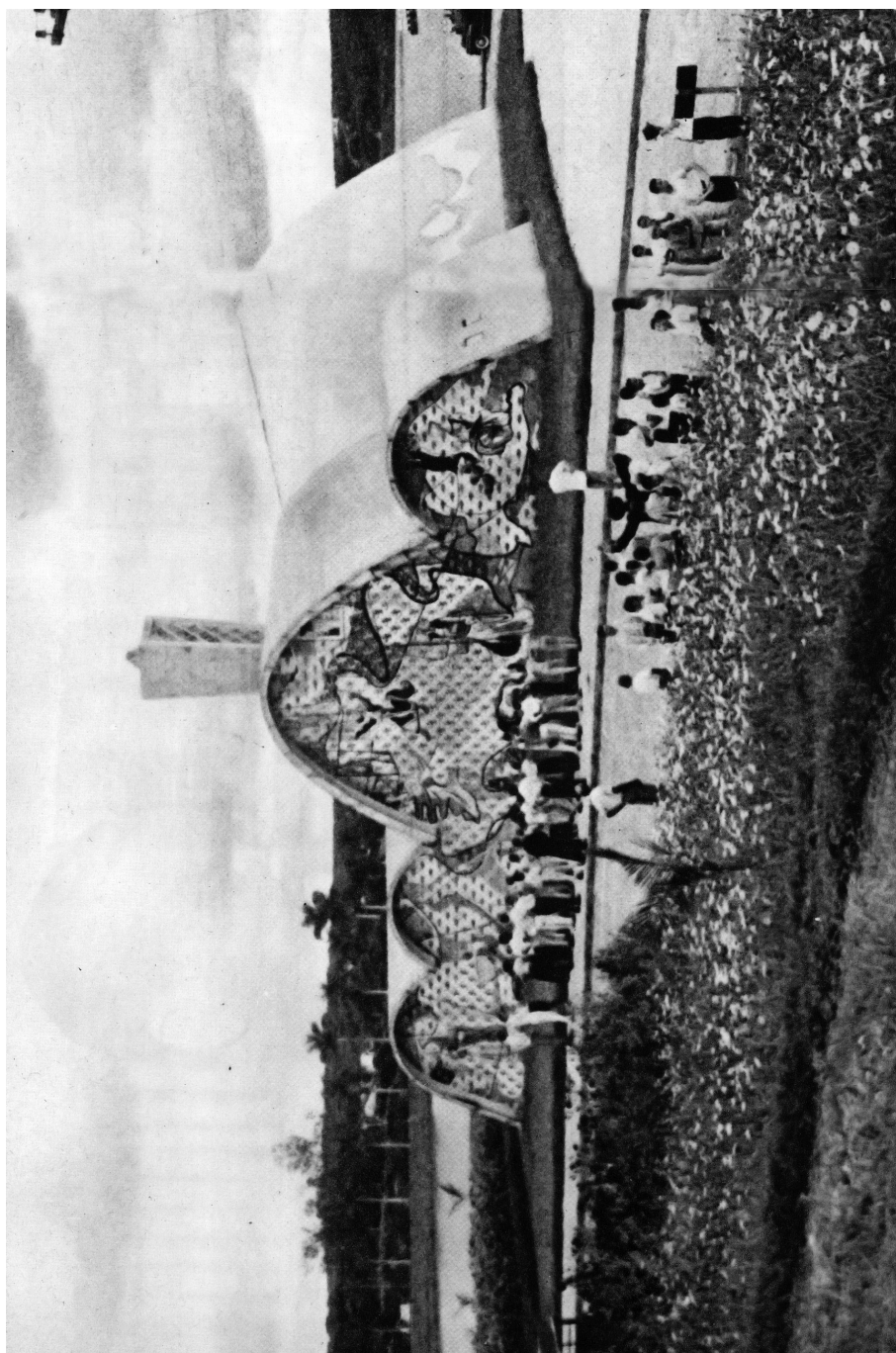
Tinha diante de mim um verdadeiro xadrez administrativo em que as peças, manipuladas por diabólica mão invisível, haviam sido deixadas em posição de xeque-mate. De um lado, viam-se dez milhões de habitantes que viviam numa das mais ricas regiões do mundo e, no entanto, contrariando o que se poderia concluir dessa situação, mostravam-se órfãos de tudo. O governo, já habituado a essa disparidade, aceitava-a como um determinismo da evolução e não se sentia atingido, porque aqueles males já vinham desde a criação do estado. O resultado era um dualismo de pontos de vista que, sendo contraditório, motivava a estagnação estadual. O governo nada fazia, porque julgava o mal incurável. O povo, por sua vez, sem saber para quem apelar, deixava-se avassalar por um invencível sentimento de hostilidade a qualquer taxaço. Ninguém pagava impostos: os ricos, porque dispunham de influência; e os integrantes das demais classes, porque recorriam aos mais engenhosos processos de sonegação. O estado vivia,

então, das sobras que eram apuradas nas perseguições aos adversários do situacionismo e nas revisões periódicas da lista de contribuintes, quando numerosos incautos eram apanhados. Como resultante dessa hostilidade ao fisco, generalizou-se a crença de que o imposto era um esbulho.

Essa era a situação de Minas – o cenário em que deveria movimentar-me. Sabia, desde o dia em que assumira as rédeas do governo, que não poderia contar, para a realização do programa rodoviário, com o reforço financeiro proporcionado por qualquer aumento de receita.



Como governador de Minas, Juscelino Kubitschek examina um dos primeiros exemplares de Manchete: o nº 13, de 10 de julho de 1952. O otimismo e a crença no Brasil seriam o laço que uniria JK e Manchete numa grande amizade. (Pág. 239.1)





JK marcou a sua passagem pela prefeitura de Belo Horizonte erguendo o grande conjunto arquitetônico de Pampulha. Oscar Niemeyer e Cândido Portinari ali deixaram os traços de seus gênios. O pintor preferiu colocar um irmão cão em lugar do irmão lobo no famoso painel de São Francisco, atrás do altar-mor. Essa troca motivou uma séria incompreensão entre a prefeitura e o arcebispado da capital mineira. A igreja só foi sagrada muitos anos depois. (Pág. 239.1 – frente e verso)





Na Constituinte de 1946 (acima), da esquerda para a direita: Bias Fortes, José Maria Alkmin, Melo Viana e Israel Pinheiro. Na segunda fila, Juscelino Kubitschek. Embaixo, JK beijando sua mãe, dona Júlia, que foi a grande formadora de sua personalidade e à qual atribuía todo o êxito de sua vida pública e pessoal. (Pág. 239. 2 – frente e verso)



Posse de JK no governo de Minas Gerais. O candidato eleito pelo povo ouve o discurso de seu antecessor, Milton Campos. O jogo democrático foi cumprido à perfeição. Pertencendo a partidos diferentes, os dois grandes mineiros se respeitaram até o fim. A transmissão do cargo de governador marcou um grande momento da democracia em Minas. (Pág. 239.3)



O deputado Juscelino Kubitschek estreia na tribuna da Câmara federal, em 1935. O jovem parlamentar era então um nome já conhecido na política mineira. E seu nome começava a ascender no panorama nacional. (Pág. 239.3)



Empossado no governo de Minas, JK morou no Palácio da Liberdade. Ao lado, com dona Sarah, num café da manhã. Embaixo, a família do governador: Márcia, dona Sarah e Maria Estela. JK não considerava a sua família como uma simples retaguarda. A felicidade dos seus era também uma de suas metas. (Pág. 239.3)





A última imagem de Getúlio Vargas, dias antes de seu suicídio, foi a Minas. Juscelino Kubitschek o recebeu não apenas com as honras do protocolo. Cercou o grande líder popular com o seu carinho. Na hora incerta que Vargas atravessava, JK não lhe faltou com a amizade. (Pág. 239.3)



Dois momentos de JK à frente do governo de Minas: recebendo a visita oficial da Miss Brasil do ano, Marta Rocha, e inspecionando uma das barragens de seu famoso Binômio: Energia e Transporte. (Pág. 239.4 – frente e verso)





No Palácio Tiradentes (Rio), a assembleia-geral do PSD que consagrou sua candidatura à Presidência. Foi nesta ocasião que JK lançou oficialmente o seu programa de metas e prometeu que governaria sem ressentimentos, promovendo a concórdia entre todos os brasileiros. (Pág. 239.5)



Em sua ascensão política, JK é eleito candidato do PSD à Presidência da República para suceder Café Filho, vice-presidente em exercício. Seus correligionários (à esquerda) o erguem em triunfo. Acima, com Israel Pinheiro e Amaral Peixoto na histórica reunião partidária. Ao lado, em São Paulo, com Lucas Nogueira Garcez. (Pág. 239.5)





Candidato à Presidência, JK percorreu o Brasil de ponta a ponta, sendo o primeiro político de expressão a visitar diversos municípios do interior. No alto, com Israel Pinheiro (à esquerda) e numa sala de aula. Acima, no palanque de um de seus comícios no Rio. À direita, com o Comitê Feminino de sua candidatura. Ao lado, com um gaúcho no Rio Grande do Sul. A comunicabilidade do candidato foi um fator decisivo para a sua vitória. (Pág. 239.5)





O avião foi incorporado à campanha do candidato e mais tarde faria parte de seu próprio governo. O PSD alugou um DC-3 com o qual JK percorreu o Brasil levando ao povo o seu programa de metas. O aperto de mão – tal como a velocidade no comando de sua campanha e do seu governo – foi uma de suas características. (Pág. 239.6)





A 3 de outubro de 1955, o Brasil elegeu JK o seu 24º presidente da República. Acima, o candidato saindo da cabina em que votou na capital mineira. Apesar da lisura de sua vitória, foi necessária a intervenção do Exército, em novembro de 1955, para garantir a sua posse. (Pág. 239.6)



Eleito presidente, JK viajou ao exterior a fim de fazer importantes contatos com estadistas estrangeiros. Acima, depondo uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, em Paris. Ao lado, na Santa Escada, em Roma.
(Pág. 239.7)



Presidente da maior nação católica do mundo, JK foi recebido diversas vezes pelo Papa Pio XII. Ao lado, no cemitério de Pistoia (Itália), numa visita aos pracinhas mortos durante a II Guerra Mundial.
(Pág. 239.7)



Último presidente do Brasil a se empossar no Rio de Janeiro, JK recebeu do povo carioca grandes manifestações de carinho. Embaixo, da esquerda para a direita, por ocasião de seu juramento constitucional no Congresso; e, ao lado, ao ser diplomado no Tribunal Superior Eleitoral. Mais embaixo, chegando ao Catete, acompanhado de Nereu Ramos, que lhe transmitiria o cargo, e com o general Nelson de Melo, chefe de sua Casa Militar. (Pág. 239.7)





Havia mais de um ano que o Palácio do Catete era palco de momentos dramáticos. Getúlio Vargas nele se suicidara, na crista de uma crise institucional. Logo depois, duas deposições – a de Carlos Luz e Café Filho – haviam traumatizado a vida nacional. Mas a 31 de janeiro de 1956, o Catete pôde finalmente abrir as suas portas para uma festa, a fim de receber o presidente eleito pelo povo. (Pág. 239.8)



Depois de sua posse, JK ofereceu ao Corpo Diplomático uma recepção de gala no Itamaraty. Foi durante a reunião protocolar que o novo presidente procurou pessoalmente todos os seus ministros, marcando uma reunião de trabalho para o dia seguinte, às 7 horas da manhã. (Pág. 239.8)

.....

No rumo da industrialização

NO MÊS DE ABRIL DE 1951, viajava em companhia do jornalista José Morais, meu chefe do Serviço de Imprensa, para Varginha. O avião que nos conduzia era um pequeno monomotor *Bonanza*, que não oferecia muito conforto. A bordo, olhando através da vigia da cabina, concentrei-me em busca de uma solução para o problema de descobrir como iria financiar o programa rodoviário. Senti, de súbito, que uma ideia me iluminava o cérebro. Era a solução que procurava.

Tratava-se de um plano simples, mas de inegável eficiência. Promoveria um sistema de concorrência capaz de cobrir, através de um comando unificado, ou melhor, de uma execução integrada, a rede de estradas que tinha em mente realizar. Surgiu, então, a ideia do estabelecimento de um consórcio de firmas, que seria o executor do plano. Os pagamentos seriam feitos em promissórias, com vencimentos distribuídos por diversas datas, mas sempre em prazos longos, até com oito anos de espera.

Voltando-me para José Morais, disse-lhe, com ênfase: “Anuncie que no dia 1º de maio – data do trabalhador – darei uma grata notícia ao povo mineiro.” Efetivamente, no dia indicado expus à população de Minas, em discurso pelo rádio, o que pretendia realizar.

Ao lançar o plano de aumento do potencial elétrico do estado, eu convocara todas as forças vivas de Minas para a cooperação com o Erário. Agora, chegara a vez do plano rodoviário. Em começos de 1951, o mapa de Minas não oferecia extensões razoáveis de estradas econômicas ou, mesmo, um sistema lógico de caminhos, unindo zonas que se deveriam completar. Para atender às necessidades de cada região é que fora concebido, numa estrutura mais ou menos flexível, o Plano Rodoviário. A execução desse programa tinha, para mim, uma importância capital. Iria proporcionar a Minas os meios indispensáveis para a exploração de todas as suas riquezas, por muito distantes que se encontrassem, pois, através dele, processar-se-ia a integração social de suas comunidades e se obteria um melhor entrosamento entre os sistemas rodoviário nacional e estadual.

Quatro meses após haver assumido o governo, falando pelo rádio, tive a oportunidade de fixar, numa imagem rústica, mas objetiva, o quadro das dificuldades que teria de enfrentar. Referia-me à visita que fizera à fazenda de um amigo, situada no lado paulista do rio Grande. “Na casa desse amigo” – disse então – “reside uma parenta sua que é professora rural, dando aulas na escola da fazenda para uma classe de 30 alunos, com a frequência média de 20 crianças. Ganha para isso, do governo de São Paulo, 2.400 cruzeiros mensais. O fato me entristeceu, pensando nos miseráveis salários das professoras mineiras e que são uma consequência da falta de recursos que oprime Minas. Perguntar-me-ão com certeza: Então por que não aumenta o ordenado das professoras mineiras? Respondo: É o que vou fazer. Mas, para isso, preciso construir estradas e instalar usinas, a fim de dar ao estado produção e transportes que o enriqueçam, para então poder atribuir àquelas que educam nossos filhos a remuneração a que fazem jus.”

No dia imediato ao dessa visita, fui até Cachoeira dos Índios e, como viajava de avião, pousei numa outra fazenda, situada na margem mineira do mesmo rio Grande. Ali, tomei um jipe e empreendi uma tarefa que era considerada difícil para os próprios habitantes da região: atingir a sede do município de Iturama. Levei quase três horas de jipe para vencer dezoito quilômetros do percurso. A paisagem social era depressiva. À beira do caminho sucediam-se as fazendolas – casas miseráveis de pau a pique, sem conforto e sem higiene e, nos pastos, que se haviam transformado em capoeiras, via-se um gado esquelético, raquítico, todo roído de bernes.

Ao chegar à cidadezinha, fiz o jipe estacionar à porta de uma venda e pedi uma garrafa de guaraná, pois o calor era intenso. Iturama, sob o sol do meio-dia, modorrava em silêncio. O largo, em frente à igreja, estava deserto. Via-se ao longe, no fim da única rua, um burro amarrado a uma estaca, sacudindo a cauda para afugentar as moscas. As casas conservavam as janelas abertas – talvez por causa do mormaço sufocante – e, tanto quanto me era permitido ver, a miséria que se observava na rua era idêntica à que se surpreendia no recesso dos lares humildes.

Enquanto tomava o guaraná, puxei conversa com o dono da venda. Através dessas conversas, conseguia informações que nunca obtinha dos meus auxiliares – sempre prontos a interceptar as notícias desagradáveis – e, em muitas oportunidades, elas se tornaram responsáveis por importantes decisões do governo. O meu interlocutor se queixava do abandono em que vivia o município – sem estradas, sem luz elétrica, sem um só médico e mesmo sem farmácia. Perguntei-lhe se ouvira falar algum dia no governador e a resposta foi afirmativa. Como no interior do estado meu sobrenome era pronunciado das mais estranhas maneiras, indaguei com curiosidade: “Como se chama o governador?” A resposta veio pronta: “Ademar de Barros.”

Assim era Iturama – um retrato fiel de um município mineiro na época em que assumi a governadoria do estado. Essa situação se reproduzia, quase com as mesmas características, em centenas de outras cidades. A produção de cereais da zona do Triângulo, sobretudo do Município de Ituiutaba, apodrecia nos paióis por falta de escoamento. As populações não contavam com qualquer diversão e não tinham nem mesmo um cinema, por falta de eletricidade. A vida social se limitava às festas de igreja, a ocasionais bailes à luz de lampiões e às conversas, à tardinha, na farmácia local.

O vendeiro continuava desafiando o seu rosário de queixas. Disse-lhe, então, que eu era o governador do estado e que me chamava Juscelino Kubitschek e não Ademar de Barros. Olhou-me com espanto, e percebi através do seu ar interrogativo que jamais ouvira falar no meu nome. Perguntei-lhe pelo prefeito e ele, já todo mesuras, prontificou-se a mandar chamá-lo. Continuando a conversa, disse-me que estava preocupado, pois alguém da sua família se achava muito doente e não sabia como tratá-lo. Esclareci que, embora sendo político, era médico e desejava ver o doente.

Guiado por ele, atravessei um pátio interno, cheguei à sala de visitas da casa e dali passei ao quarto vizinho. Sobre uma cama em desalinhado, vi o doente, que era um homem que deveria ter uns quarenta anos de idade, tremendo de frio e suando abundantemente. Procedi à anamnese e esta, conjugada com o exame que fiz, levou-me à conclusão de que se tratava de um caso de impaludismo. Garanti ao dono da venda que em 24 horas faria o doente deixar a cama, mas que precisava urgentemente de alguns medicamentos. O vendeiro olhou para mim, desconsolado: “Na cidade, doutor, não há farmácia nem farmacêutico.”

Havia na vizinhança um comerciante *entendido* que possuía em casa alguns remédios, e era provável que, em sua farmácia de bolso, se encontrassem aqueles de que necessitava. Enquanto isso, a notícia da presença do governador na cidade se espalhara e, quando deixei o quarto do doente, já espoucavam foguetes na praça da igreja. Nunca uma autoridade estadual havia visitado aquela remota cidadezinha e, como era natural, o povo acorreu à concentração, para homenagear o inesperado visitante.

Aquela visita a Iturama dera-me inspiração para o intenso trabalho que, pouco depois, realizava na governadoria. Desprezei de saída a velha prática demagógica de se fazer política, pulverizando as já diminutas verbas governamentais em pequenas obras municipais, de finalidade apenas eleitoreira. Optei pela concentração de todos os recursos orçamentários – e dos que pudesse obter através da cooperação das empresas privadas e de empréstimos externos – na execução do largo programa, cujo objetivo era a solução destes dois grandes problemas: energia e transportes.

Quando relatei pelo rádio esse episódio, encontrava-me no quarto mês da minha administração. O problema da energia elétrica já havia sido tecnicamente equacionado e todos os meus esforços estavam concentrados, então, na tarefa de converter em realidade o segundo item do meu programa, isto é, o Plano Rodoviário.

Como concretizar a promessa do candidato, agora aumentada para três mil quilômetros de novas e boas estradas? Em primeiro lugar, foi preciso ajustar o programa elaborado à realidade geográfica mineira. Depois, buscar os recursos para a sua execução e mobilizá-los, para que o fluxo de numerário não se interrompesse. E em terceiro lugar, adquirir os equipamentos mecânicos indispensáveis à grande empreitada.

No orçamento mineiro, o ritmo moderado das construções de rodovias exigira até então somas relativamente modestas. Entretanto, em 1951 – o primeiro ano do meu quinquênio – abrir-se-ia o triplo das estradas construídas em 1950; em 1952, planejou-se a construção de seis vezes o total de 1951 e, em 1953 e nos anos seguintes, a abertura de rodovias não poderia ser inferior a 900 quilômetros anuais.

Em reuniões sucessivas com os técnicos, procedi ao balanço dos recursos de que poderia dispor para a grande obra. Com a garantia de parte da quota do Fundo Rodoviário Nacional correspondente a Minas Gerais, foi possível lançar, inicialmente, uma concorrência para obras no valor de 500 milhões de cruzeiros, equivalente, na época, a 25 milhões de dólares, pagáveis em oito anos. Verbas especiais foram abertas no orçamento normal. A Taxa de Recuperação Econômica – que já havia contribuído para o programa de energia elétrica – também trouxe importante adição financeira à execução do plano. Além disso, o governo firmou com a Impex, de Paris, um convênio no total de 20 milhões de dólares, para aquisição de equipamentos e maquinaria essencial à intensificação das obras. Em 1952, segundo ano do meu governo, o DER aplicou uma verba de 528 milhões de cruzeiros em construções de estradas, e essa quantia representava, então, mais de um quarto da despesa total do estado em 1951.

Independentemente do que seria feito pelo estado, outras obras poderiam ser realizadas graças às boas relações que mantinha com o presidente Getúlio Vargas. Nesse sentido, já havia obtido sua promessa de que o governo federal promoveria a remodelação e a pavimentação da rodovia Juiz de Fora-Belo Horizonte e a construção da estrada Fernão Dias, entre a capital mineira e São Paulo. Essas duas estradas teriam uma importância capital para o desenvolvimento de Minas, já que iriam permitir um intenso tráfego entre Belo Horizonte e os dois principais centros econômicos e culturais do país. Infelizmente, o presidente não pôde cumprir sua promessa. Coube a mim, quando presidente da República, construir, em tempo recorde, essas duas estradas.

O plano rodoviário era ambicioso. No dia 7 de junho, ao comemorar o quarto mês da minha administração, expliquei aos mineiros, em discurso pelo rádio, o que seria aquele programa, concluindo com as seguintes palavras: “É pouco? É muito? Os otimistas dirão que é pouco.

Os pessimistas dirão que é muito. Prefiro ficar no meio termo, porque, sabendo que não é muito, sei, contudo, o quanto esse programa me vai custar em sacrifícios e canseiras. Devo dizer, porém, que é de estradas de que precisamos primeiramente, basicamente, fundamentalmente.”

O otimismo daquela hora era justificado pelo entusiasmo com que me dedicara à execução do plano. Entretanto, o resto, que então julgava fácil, iria revelar-se bem mais difícil e complexo do que poderia imaginar. É que por *resto*, dever-se-ia entender tudo quanto extravasasse da área específica do binômio e, nessa classificação, estariam incluídos os problemas de educação, de higiene, de saneamento, de agricultura e, sobretudo, de criação no estado da indústria pesada.

As estradas-troncos seriam em número de dezesseis. A estrada nº 1 iria despertar o nordeste do estado; a nº 2 seria de turismo, mas de grande significação econômica, porque ligaria a próspera Zona da Mata à capital; a nº 3 constituiria um caminho a mais para São Paulo; as de nº 4, 5, 6, 7 e 8 fariam reintegração do sul, que praticamente estava separado do estado; as de nº 9, 10 e 11 vinculariam extensas regiões do Triângulo Mineiro às demais zonas de Minas; e, por fim, as de nº 12, 13, 14, 15 e 16 iriam levar o progresso às regiões norte e oeste de Minas e ao vale do rio Doce. Não estabeleci prioridades para a realização dessas obras: todas seriam atacadas simultaneamente.

A estrada nº 1 – e que era a de maior extensão – delinear-se no mapa, cercada de controvérsias. Para dirimir dúvidas e agir como elemento moderador no dissídio entre os engenheiros, em junho tomei um avião em companhia do diretor do DER, Celso Murta, e sobrevoei todo o traçado. Vi, do alto, as dificuldades oferecidas por certos acidentes geográficos e, com a assistência do técnico que se encontrava ao meu lado, examinei o mapa e as plantas que havia levado, optando, enfim, pelo traçado que, sem prejudicar os objetivos econômicos da rodovia, oferecia maior exequibilidade prática.

Partindo de Belo Horizonte, ela cortaria todo o nordeste de Minas, ligando a capital ao Salto da Divisa, já na orla do Atlântico, nas proximidades de Belmonte. Nos seus 902 quilômetros de extensão, passaria por Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Paraopeba, Curvelo, Gouveia, Diamantina, tangenciando Itamarandiba, Capelinha e Minas Novas, atingindo Virgem

da Lapa e Araçuaí. Em Itaobi, cruzaria com a Rio-Bahia, dirigindo-se daí ao Salto da Divisa, na fronteira com a Bahia, passando por Jequitinhonha, Almenara e Jacinto.

Naquela região, cidades que eram históricas, e já se extinguíam aos poucos na pasmaceira e na estagnação, iriam reviver em breve, alimentadas pelas correntes de tráfego nas duas direções, levando e trazendo progresso.

Em meados de agosto, presidi aos atos iniciais da construção da estrada Belo Horizonte-Salto da Divisa. Nos dias 8 e 10 desse mês, assentado na boleia de uma motoniveladora, acionei as escavadeiras que primeiro revolveram a terra no alto da serra do Itabirito e nos campos de Pedro Leopoldo, já transformando em realidade a maior rodovia do meu plano.

Sucederam-se, daí em diante, os atos dessa natureza. Para facilitar a execução das obras, decidi aplicar ao plano rodoviário a mesma técnica de direção adotada na instalação do sistema de energia elétrica. Haveria um órgão central em Belo Horizonte – a sede do DER – que supervisionaria os serviços, mas o controle efetivo das obras seria realizado por 26 Residências Regionais. Cada uma dessas células era dotada de pessoal técnico adequado e dispunha do equipamento indispensável a suas funções. Pouco depois, essas Residências Regionais foram ligadas a Belo Horizonte, através de um serviço próprio de radiofonia.

Em 1951, exploraram-se 1.947 quilômetros das zonas mais necessitadas de expansão no estado e, durante o meu quinquênio, foram projetados 6.654 quilômetros de novas rodovias. Esse levantamento das condições do solo envolvia numerosas e complexas operações. A análise era necessária para se proceder à estabilização de certos trechos e para se consolidarem os cortes e, principalmente, os aterros em argila. Daí a razão por que o laboratório do DER realizava, em todos os pontos duvidosos, a dissecação do terreno. A terra, que iria servir de pista de rolamento, era tratada pelos técnicos como coisa viva. Passava por um exame médico completo, como acontece com um doente antes de ser submetido a uma operação cirúrgica.

Até 1950, o DER havia feito estradas no estado, em sua maior parte, sob regime manual. Em 1951, nos termos do convênio com a Impex, de Paris, aquele departamento recebeu 80 máquinas novas, que tiveram um

reflexo imediato não apenas na construção, mas também na conservação das estradas do estado. Eram motoniveladoras pesadas, *tracto-shovels*, caminhões, jipes e camionetas que faziam sua aparição onde uma rodovia seria aberta.

Já no ano seguinte, essas 80 máquinas tiveram o reforço de 220 outras, perfazendo o triplo do total em 1951 e, entre elas, viam-se tratores de esteiras e de pneus, equipados com lâminas e *scrapers*, *moto-scrapers*, motoniveladoras, escavadeiras e caminhões. As máquinas eram distribuídas pelas frentes de construção e se tornava possível, pela estatística do rendimento dos trabalhos, precisar o lugar e a data em que a força mecânica havia entrado em serviço.

Na esteira das escavadeiras e niveladoras, avançavam as frotas de novos caminhões, de autos de patrulhamento, camionetas e jipes. O tempo era curto e o plano a ser executado era enorme. Em 1953, as máquinas de terraplenagem já ascendiam a 280 e, no ano seguinte, esse total era reforçado com outras 82.

Em outubro de 1951, as frentes de construção já eram oito: duas na estrada da capital para Ponte Nova; duas na do Salto da Divisa; uma na Uberlândia-São Simão; uma na Formiga-Capetinga; uma na Itajubá-Poços de Caldas; e uma na Poços de Caldas-Andradas.

Todas essas frentes passaram a ficar sujeitas às *incertas* do *fiscal inflexível*. Sem aviso prévio, pela manhã ou à tarde, viajando num jipe ou num caminhão, e mesmo sobrevoando o local no *Bonanza* do governo, eu surgia, quando menos se esperava, nos mais diferentes quadrantes do estado. Procurava estar em toda parte, sempre fazendo perguntas, tomando nota das providências que se tornavam necessárias e, sobretudo, marcando e fiscalizando prazos.

Belo Horizonte era o centro das radiais do plano e nem poderia deixar de sê-lo, tendo-se em vista os objetivos sociais e econômicos que haviam determinado sua localização no antigo Curral d'el-Rei. O que tinha em mente era dar significação concreta e conteúdo prático àqueles objetivos, transformando-a naquilo que uma capital deve ser: o centro de influência econômica, financeira, social, cultural, educacional, artística e espiritual do estado.

Para se ter uma ideia do esforço realizado pelo meu governo, no sentido de cumprir a promessa de dotar o estado de mais de 3 mil quilô-

metros de estradas, basta que se examine o quadro seguinte, que reflete a situação no que dizia respeito a rodovias, discriminando-se a quilometragem construída *antes* e *durante* a minha administração, ou seja, de 1947 a 1950 e de 1951 a 1954:

<i>Ano</i>	<i>Extensão em quilômetros</i>	<i>Custo em cruzeiros</i>
1947	127	38.041.356
1948	194	65.246.850
1949	73	47.878.065
1950	197	42.971.881
1951	420	139.475.573
1952	946	184.580.525
1953	957	230.192.230
1954	953	315.335.050

No dia 31 de janeiro – dois meses antes de deixar a governadoria, desincompatibilizando-me de acordo com a Lei Eleitoral, a fim de me candidatar à Presidência da República – pude dizer pelo rádio, numa prestação de contas ao povo mineiro: “Na verdade, aproveitei razoavelmente o meu tempo. A oportunidade que os vossos votos para governar este estado me ofereceram, eu a utilizei, ajudado pelos meus admiráveis colaboradores. Aí estão aos vossos olhos e aos olhos dos meus detratores os frutos colhidos e a safra da seara. Não vos dei apenas os dois mil quilômetros de estradas, anunciadas durante a campanha eleitoral, mas bem mais, pois dentro de alguns dias estarei inaugurando, nas terras férteis do Triângulo Mineiro, o marco que assinalará termos alcançado mil quilômetros além do prometido.”

Na realidade, foram construídos, durante o meu governo, 3.087 quilômetros de estradas – o que representou, em números exatos, um acréscimo de 1.087 quilômetros em relação à meta anunciada antes de assumir a governadoria do estado.

Enquanto eu me esforçava para executar meu programa administrativo, agravava-se a tensão que prevalecia no cenário internacional. Prosseguia, sem desfalecimento, a guerra na Coreia, tornando-se cada vez mais problemática a possibilidade de qualquer acordo nas discussões para

a assinatura de um armistício. Os sul-coreanos haviam desembarcado de surpresa no Porto de Wonsan, e uma nova e inquietante interrogativa passava a avassalar o espírito dos que integravam o alto comando das forças da ONU: atravessar, ou não, o paralelo 38?

No dia 11 de abril de 1951, o presidente Truman tomara uma resolução que estarreceu a opinião pública mundial: destituiu o general MacArthur do Supremo Comando das Forças no Extremo Oriente, substituindo-o pelo general Ridgway. Quase simultaneamente, um novo foco de efervescência declarou-se no Oriente Médio: por causa do Canal de Suez, entraram em divergência o Egito e a Grã-Bretanha, com mobilização de forças por ambos os governos.

Na Europa, tornava-se assustador o surto direitista. Os neofascistas haviam obtido estrondoso êxito no pleito municipal italiano, os nazistas derrotaram os democratas-cristãos na Alemanha; e os degaulistas, congregados sob a bandeira do que se denominou a *Reunião do povo francês*, venceram as eleições na França.

Em face da gravidade da situação internacional, só dificilmente o Brasil havia conseguido escapar ao *canto de sereia* de Dean Acheson, secretário de estado do governo norte-americano. Acheson desejava apenas isto: que o nosso país participasse da guerra no Extremo Oriente, enviando para a Coreia uma força expedicionária. A sugestão, após interminável discussão, acabou sendo repelida pelo chanceler João Neves da Fontoura, pelo Estado-Maior das nossas Forças Armadas e pelo Conselho de Segurança Nacional, sendo que este último divulgou uma nota reafirmando a fidelidade do governo à política tradicional do país, que era “contra o uso da força na solução dos problemas internacionais”.

Em setembro, teve início a conferência de São Francisco para o estabelecimento da paz com o Japão. A Rússia tentou sabotar a reunião, declarando que não assinaria qualquer tratado com o governo de Tóquio sem a participação da China Vermelha. Em outubro, ocorreram os primeiros choques de forças inglesas e egípcias na zona sul do Canal de Suez. E as eleições gerais, realizadas na Inglaterra, tiveram como resultado o retorno de Churchill ao poder.

No cenário nacional, consolidava-se a situação de Getúlio Vargas, apesar de alguns pruridos golpistas de conhecidos militares políticos ou

de políticos militares. Em setembro de 1952, Danton Coelho renunciou à pasta do Trabalho, e foi nomeado, para substituí-lo, o deputado trabalhista Segadas Viana. O chefe do governo sentia-se forte. No seu discurso de 31 de dezembro, não hesitou em fazer severas críticas à administração do seu antecessor, o general Eurico Dutra, denunciando uma assustadora espoliação da riqueza nacional em favor de estrangeiros, através da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros haviam sido remetidos ilegalmente para fora do país, segundo a denúncia presidencial. Interpelado a respeito, o general Dutra limitou-se a dizer: “São maneiras de ver as coisas.” E acrescentou, pouco depois, a título de explicação: “Não há motivo para considerar-me ilaqueado em minha boa-fé”.

A situação de Minas, em relação ao governo federal, era a melhor possível. Francisco Negrão de Lima, meu amigo pessoal e primo de Sarah, permanecia à frente da pasta da Justiça. Era mineiro e pertencia ao PSD estadual o líder da maioria no Congresso: Gustavo Capanema. Dois outros amigos e correligionários políticos – Benedito Valadares e Israel Pinheiro – ocupavam a presidência de importantes comissões na Câmara dos Deputados – a de Justiça e a de Finanças, respectivamente. E, pouco depois, meu primo, João Kubitschek de Figueiredo, fora nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de governador do Acre.

Getúlio Vargas tudo fez, ou procurou fazer, para que não faltasse à minha administração o prometido apoio do governo federal. Assim é que, já em março – dois meses, portanto, após a minha posse –, o Banco do Brasil era autorizado, por intermédio do Ministério da Fazenda, a conceder a Minas um empréstimo de 400 milhões de cruzeiros para a recuperação econômica do estado. Poucos dias mais tarde, chegou a Belo Horizonte o engenheiro Vicente Brito Pereira Filho, diretor do DNER, para me comunicar, em nome do governo federal, que nenhuma obra do seu Departamento, já iniciada, seria suspensa no estado e que no *corte* global das verbas do DNER feito por Getúlio Vargas a título de economia, num total de 187 milhões de cruzeiros, Minas apenas sofreria uma redução de 25 milhões de cruzeiros. E, por fim, atendendo ao meu apelo pessoal, transmitido na fazenda de Itu, Getúlio Vargas concordara em que a grande siderúrgica alemã Mannesmann fosse instalada na Cidade Industrial, nos arredores de Belo Horizonte.

Assim, pude regularizar, logo no início do meu quinquênio, a situação do Erário estadual, pondo em dia o pagamento do funcionalismo e da Polícia Militar, resgatando numerosos cheques – emitidos sem disponibilidade de fundos – e liquidando várias promissórias, já vencidas, tudo herdado do governo anterior. Durante o meu período não houve atraso no pagamento do funcionalismo, nem sequer de um mês.

Além de emprestar um sentido dinâmico à minha administração, sempre procurei imprimir aos atos oficiais um cunho nitidamente democrático, de forma a fazer com que o povo – ou os seus representantes diretos – participasse, tanto quanto possível, das resoluções do governo do estado. Em junho de 1951, após o regresso de José Maria Alkmin da Europa, onde estivera em missão oficial a fim de obter do grupo financeiro Société Impex um empréstimo de 20 milhões de dólares, para a aquisição da maquinaria e do equipamento, promovi uma reunião dos líderes de todos os partidos – inclusive da UDN – em palácio, para que o secretário das Finanças expusesse os pormenores da operação de crédito que ele havia concluído na França. Compareceram a essa reunião, por mim presidida, os seguintes líderes: Maurício Andrade, do PSD; Amadeu Andrade, da UDN; José Raimundo, do PTB; Juarez do Carmo, do PR; e Lourival Brasil, do PTN.

Os debates prolongaram-se por várias horas e os líderes tomaram conhecimento – podendo transmitir aquelas informações aos seus eleitores – do que o governo do estado havia adquirido na França, envolvendo uma larga variedade de implementos, desde equipamentos agrícolas e para rodovias, viaturas, máquinas para pequenas usinas hidrelétricas, para fábricas de cimento e de óleo de algodão, até linhas de transmissão, instalações para postos de saúde e veículos para a polícia militar.

Procurara fazer tudo às claras, de forma a responder, por antecipação, aos ataques articulados, sob qualquer pretexto, pela oposição. E, mesmo assim agindo, não escapei a uma das mais virulentas campanhas já realizadas em Minas contra qualquer governador. Na realidade, para a UDN – vítima de incurável ressentimento por haver perdido as eleições – tudo era motivo para discursos inflamados na Assembleia ou para artigos irreverentes nos seus jornais. Na realidade, minha vitória eleitoral havia resultado em profundas modificações na representação política municí-

pal. Ruíra o mandonismo udenista, com as câmaras e as prefeituras dos municípios entregues a representantes do PSD ou do PR. Surgiram, pois, as desavenças locais, as rivalidades distritais, os atritos entre os adversários políticos, e esses incidentes, geralmente de caráter pessoal, repercutiram na Assembleia Legislativa, dando origem a violentos ataques ao governo. Culpavam-me por tudo, como se eu pudesse dispor de tempo para me envolver em tricas e pendências municipais. No dia 11 de setembro, o presidente estadual da UDN, em entrevista concedida a um jornal do Rio, “denunciou à nação” o que denominou “a situação de insegurança que prevalecia no estado”, o que motivou a aprovação, pela maioria dos deputados à Assembleia Legislativa, de um “voto de pesar pelo procedimento impatriótico da UDN, ao promover uma campanha de descrédito do governo do estado”.

Essa reação, entretanto, não entibiou o ânimo difamatório dos meus adversários. Em represália, foi anunciada, no Rio, no dia 20 de outubro, a promoção de uma *Semana Mineira*, que seria uma reprodução, na esfera federal, da atitude dos udenistas na área estadual, mas tendo por palco o recinto da Câmara dos Deputados. Abriu essa *Semana Mineira* o representante udenista Soares Filho, que falou na “política de ódio e violência” realizada por mim em Minas, o que motivou respostas imediatas e arrasadoras do líder da maioria, Gustavo Capanema, e do ex-governador Benedito Valadares. Dessa forma, a tão anunciada *Semana Mineira* teve a duração de apenas um dia..., e de um dia que, positivamente, não deve ter sido dos mais gratos para a atividade parlamentar da UDN.

.....

A nova fisionomia do estado

NO DIA 3 DE MAIO de cada ano, instalava-se, em Uberaba, uma exposição pecuária que atraía visitantes de muitos estados. Quando ninguém acreditava que a pecuária pudesse se transformar numa das grandes fontes de riqueza para o país, os fazendeiros de Uberaba, sem qualquer assistência governamental, rumaram para a Índia e, através de viagens dispendiosas, trouxeram o gado zebu para suas propriedades e ali, após sucessivos cruzamentos, conseguiram fixar um padrão racial do qual o município se orgulha de ter sido o criador.

No dia 3 de maio de 1951, eu me encontrava em Uberaba pela primeira vez como governador do estado, a fim de recepcionar o presidente Getúlio Vargas, que, especialmente convidado, iria presidir à inauguração da exposição. Desde algum tempo, verificava-se no Triângulo Mineiro um sentimento de hostilidade às autoridades do governo de Minas, e essa atitude – será justo confessar – não deixava de ter sua razão de ser.

Aquela região, embora uma das mais ricas do estado, vivia em completo abandono: sem estradas, sem energia elétrica e, em muitos casos, até sem água. Sucediam-se as reclamações, mas nenhuma providência era tomada. A indiferença do governo mineiro, comparada com o interesse com que São Paulo zelava pelos seus municípios da divisa, ainda se tornava

mais odiosa e gritante. Com o tempo, aquele mal-estar se foi agravando e, pouco depois, já era uma consciência coletiva de revolta, a qual se transformou, por fim, num tímido, mas de qualquer forma perigoso sentimento separatista. Criou-se, então, a crença de que o Triângulo só teria seus problemas resolvidos quando se separasse de Minas.

Ao assumir o governo, em 1951, tinha conhecimento do estado de espírito em que se encontrava a população do Triângulo Mineiro e, em face da minha visita à exposição, em caráter oficial, poderia surgir a oportunidade, que tanto desejava, de me esforçar para que se dissipasse aquele desagradável ambiente de prevenção.

Por ocasião da chegada de Getúlio Vargas, tornou-se visível a discriminação contra o governador do estado. Faixas, cartazes e volantes, distribuídos nas ruas, só se referiam ao presidente da República. Getúlio Vargas foi recebido triunfalmente e, entre as aclamações que lhe eram tributadas, apesar de me encontrar ao seu lado no mesmo carro, não ouvi um só *viva* ao governador do estado. O cortejo atravessou a cidade e estacionou à porta da residência de Adalberto Rodrigues da Cunha, que era o presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. A partir daquele momento, a residência do ilustre uberabense, situada na Avenida Leopoldino de Oliveira, passara a ser a sede do governo da República. Eu ficara hospedado na casa de Guiomar Rodrigues da Cunha, irmão do anfitrião do presidente da República.

Getúlio Vargas, como acontecia onde aparecesse, era sempre cercado pela simpatia popular. Em Uberaba, repetiu-se o espetáculo da massa, em delírio, tentando se aproximar do seu líder. Entretanto, logo uma sombra se formou em torno dele, desfazendo a excelente impressão que sua visita havia causado. Tratava-se da guarda presidencial, chefiada pelo mais tarde famoso tenente Gregório.

Os pequenos fatos, quando repetidos com frequência, constituem quase sempre a urdidura que torna inevitáveis as grandes tragédias. Através do que ocorreu em Uberaba, no terceiro mês do governo de Getúlio Vargas, já se podiam entrever as linhas que iriam configurar, três anos mais tarde, o espantoso drama de 24 de agosto. Tomei conhecimento desses fatos no instante mesmo em que Getúlio Vargas chegava à residência onde ficaria hospedado. Um pelotão de motociclistas da

polícia mineira escoltava o nosso carro e, quando a viatura estacionou à porta da casa de Adalberto Rodrigues da Cunha, Gregório, sem que nada de grave houvesse acontecido, desacatou, com incrível violência, o tenente Amaral, da polícia mineira, que comandava o pelotão. O oficial reagiu, chegando a sacar o revólver. Felizmente, o coronel Nélio Gonçalves, comandante da polícia mineira e que vinha no segundo carro, interveio a tempo.

Depois que o presidente se havia recolhido, o coronel Nélio me procurou e explicou o que ocorrera. Dei inteira razão ao tenente Amaral, mas, já que o presidente era hóspede do governo do estado, solicitei ao coronel que desse uma explicação ao oficial e que, em face da possibilidade de outro incidente, o substituísse no comando do pelotão. Gregório, porém, não se deu por satisfeito com a providência. Sua preocupação era demonstrar autoridade. Mal se dissipara a má impressão causada pelo incidente com o oficial da polícia mineira, ele tomava outra atitude que causou indignação na cidade. Ignorando o serviço de segurança organizado pelas autoridades estaduais, deu ordens para que todo o quarteirão, onde se achava a casa em que o presidente estava hospedado, fosse bloqueado. Essa medida deu origem a numerosos incidentes, inclusive com um parente meu. Tratava-se do meu tio, Eufrosino de Oliveira, por quem tinha profunda estima e que morava na vizinha cidade de Araguari. Sabendo que eu me encontrava em Uberaba, apressara-se em viajar para ali, a fim de me levar o seu abraço. Quando se aproximou do quarteirão, foi logo impedido pela guarda. Explicou quem era e qual o propósito que o levava ali, mas foi repellido com a desatenção e a grosseria que eram características dos que trabalhavam com Gregório Fortunato.

Esses fatos, porém, não esgotaram o repertório das arbitrariedades praticadas pelo denominado *Anjo Negro*. Lembro-me de um outro episódio, ocorrido no dia seguinte, e que, ao me ser narrado, muito me impressionou. Uma irmã de caridade, acompanhando uma cega, conseguira, sem se saber como, furar a linha de vigilância que cercava o quarteirão e chegar à casa em que se encontrava Getúlio Vargas. A irmã explicava a Adalberto Rodrigues da Cunha que desejava obter do presidente um auxílio para a obra que ela e outras religiosas realizavam em Uberlândia, recolhendo e educando moças e rapazes privados da vista.

Gregório disse à irmã que se retirasse imediatamente e, aliando a ação às palavras, foi empurrando as duas, no rumo da saída. O dono da casa tentou demovê-lo, fazendo-o ver a dificuldade com que a cega se locomovia, sempre amparada pela irmã. Gregório não lhe deu a menor atenção. Depois de enxotar as pobres mulheres e de bater com violência a porta, voltou-se para Adalberto Rodrigues da Cunha, advertindo-o, com brutalidade: “Na residência em que se hospeda o presidente, só eu dou ordens. É preciso que isso fique bem claro. Ao senhor, como dono da casa, só compete cumprir o que eu mandar. Pus para fora essas duas intrusas e farei o mesmo a quem quer que se atreva a querer falar ao presidente.”

Em face do ocorrido, procurei dissipar o sentimento de frustração que se apossara dos habitantes da cidade. Assim, enquanto aguardava a hora em que devíamos comparecer ao Jôquei Clube, onde se realizaria uma grande homenagem aos dois chefes do governo, resolvi sair, acompanhado apenas pelo coronel Dilermando, como frequentemente o fazia em Belo Horizonte. Andei pelas ruas centrais. Atravessei a praça principal e, por fim, entrei num café, onde me assentei a uma das mesas. Não tardou que alguém me identificasse, e logo uma verdadeira multidão se formou à porta do café. Os tímidos, que constituíam a maioria, conservavam-se a distância, olhando-me com um misto de espanto e perplexidade. Já os afoitos aproximavam-se, e faziam questão de cumprimentar-me, chegando alguns a puxar uma cadeira e tomar lugar à mesa. Conversei com todos, sem formalidade, inteirando-me dos problemas da cidade.

Essa atitude causou verdadeiro impacto em Uberaba. O proprietário do café sentiu-se tão honrado que fez questão de guardar, num cofre, a xícara de que me utilizara. Entretanto, nenhuma intenção política me levava a fazer aquele passeio. Tratava-se de uma reação normal, característica do meu temperamento. A partir daquela hora, passei a ser procurado por pessoas de diferentes classes e a todas atendia, com a maior atenção e cordialidade. Através de tão simples gesto – reforçado naturalmente pela irritação com que a população assistia aos desmandos de Gregório Fortunato – consegui estabelecer um vínculo de afeição com a orgulhosa cidade do Triângulo, afeição esta que se prolongaria através de todos os estágios da minha carreira.

O baile, que se realizou no Jóquei Clube, constituiu, na realidade, uma festa encantadora. Era a primeira vez que me encontrava com Getúlio Vargas numa reunião desse gênero. Ele estava alegre, comunicativo, mais acolhedor do que nunca. Sentamo-nos a um canto, lado a lado, e conversamos durante alguns minutos. De súbito, o presidente do clube se aproximou e, apresentando-nos cinco lindas moças, solicitou a Getúlio Vargas que escolhesse uma delas e desse início ao baile. O presidente se escusou, constrangido, dizendo que desde a Revolução de 30 não dançava, mas, virando-se para mim, acrescentou com bom humor: “O governador de Minas me representará nessa empresa. Tenho certeza de que o fará com enorme prazer.”

Agradei a distinção e solicitei-lhe que me indicasse, entre aquelas moças, a que deveria tirar para dançar. Getúlio Vargas contemplou-as longamente e se confessou indeciso: “São todas muito bonitas, governador. É melhor o senhor mesmo escolher.” O presidente do clube, porém, salvou-me daquela situação de embaraço. Segurando uma delas pelo braço, esclareceu: “Esta, aqui, presidente, é a Miss Uberaba.” Getúlio Vargas cumprimentou-a com efusão e, voltando-se para mim, disse, com um sorriso: “Governador, a própria cidade já fez a escolha...” Dancei, então, com a Miss Uberaba, inaugurando o baile. Terminada a contradança, Getúlio Vargas, inclinando-se para mim, pilheriou: “O senhor leva uma grande vantagem sobre mim, governador. Dança muito bem. Procure conservar sua forma, porque isso lhe dará grande popularidade.”

No dia em que Getúlio Vargas deixou Uberaba, convoquei uma reunião de todos os prefeitos dos municípios do Triângulo, a fim de debater com eles os problemas da região. Desejava enfrentar pessoalmente o impacto da tradicional hostilidade do povo à alta administração do estado. Compareceram, sem exceção, todos os chefes dos municípios triangulinos. Presidi à reunião e procurei ser franco e realista. Disse-lhes que reconhecia a omissão da administração do estado em relação às necessidades da região e que estava ali para ouvir as reclamações, apurar as falhas e atender às legítimas reivindicações do povo. O debate foi longo e acalorado. Verifiquei, porém – como de antemão já diagnosticara –, que todas as deficiências locais tinham origem nos dois grandes tradicionais problemas: escassez de comunicações e falta de energia elétrica.

No dia seguinte, pela madrugada, deixei Uberaba em companhia de João Napoleão de Andrade, numa visita a todos os municípios do Triângulo Mineiro. Os mais diversos tipos de transporte foram utilizados: avião, jipe, caminhão e cavalo. Comecei por Iturama, o mais remoto município de Minas, situado na fronteira com Mato Grosso, e vim voltando, percorrendo uma a uma as cidades triangulinas – Ituiutaba, Araguari, Uberlândia, Sacramento, para citar apenas as mais importantes – e retornei a Uberaba.

O que vi deixou-me chocado. Ali estava, em toda a sua hediondez, um espetáculo característico do subdesenvolvimento. A riqueza em potencial era surpreendente, mas a população não dispunha de meios para convertê-la em bens úteis. E o povo, órfão da assistência governamental, oscilava entre o desânimo e a fermentação do ideal separatista.

A experiência daquele contato direto com as populações do Triângulo apontou-me o caminho a ser seguido. Robusteci minha fé no êxito do *Binômio: Energia e Transportes*. Se, antes, ele havia sido uma bandeira de renovação administrativa, depois daquela excursão transformou-se, por influência da realidade trágica que tive diante dos olhos, no imperativo de uma cruzada de redenção econômica.

Dei início imediatamente a numerosas e úteis obras na região; passei a apoiar de maneira efetiva as administrações municipais, e indo, pessoalmente, dezoito vezes ao Triângulo em três anos, devolvi às populações locais o sentimento de integração na mineiridade.

Enquanto impulsionava a realização dos dois itens do binômio, voltava minha atenção para outros problemas do estado. A excursão que fizera pelo Triângulo despertara meu interesse pela pecuária. De outra feita, tomara o avião e seguira para Turmalina, situada no centro-norte de Minas. Em ambas as excursões, o objetivo fora o exame de questões locais. Entretanto, a visão de largas regiões do estado – cada uma com suas peculiaridades e suas linhas próprias de atividade – despertou-me o espírito para outros problemas que, embora não se enquadrassem, a não ser indiretamente, no binômio administrativo, exigiam igualmente soluções prontas e racionais. Surgiram, pois, outras preocupações, para roubar parte do meu já escasso tempo. Entre outras, devo citar as relacionadas com a viação aérea, a valorização da produção agropastoril, a disseminação do ensino e a defesa da saúde das populações.

É verdade que todos esses problemas estavam mais ou menos entrelaçados, pois nenhum deles teria uma solução satisfatória se as estradas não fossem construídas e se as usinas não fornecessem energia elétrica. No segundo ano de meu governo, as obras do DER e as da Cemig avançavam em ritmo acelerado, fazendo prever que o término da execução desses planos poderia ser antecipado. Essa previsão animadora estimulou-me a tomar outras iniciativas. Assim, logo cuidei de criar e aparelhar tecnicamente o setor da viação aérea.

O que existia em Minas a esse respeito era obra de pura improvisação. Em determinada cidade residia um apaixonado da aviação e, para facilitar sua aterrissagem ou decolagem em teco-tecos, mandava roçar um pedaço de mato; destocava a área e o campo de pouso estava concluído. Muitas vezes, arrisquei a vida quando me utilizava desses arremedos de pista e, se nada sofreu pessoalmente, os precários aparelhos em que viajava frequentemente apresentavam avarias.

Já passara a época de se transformar campos de futebol em pistas de aterrissagem. Era preciso que se instituisse, no estado, uma política aviatória, tendo por objetivo não só a criação de uma rede aeroviária, mas igualmente a adoção no sistema de processos técnicos, como por exemplo os de segurança de voo, normalidade dos serviços terrestres, capacidade de tráfego e acesso fácil a localidades remotas em caso de emergência. Antes, porém, que alguma coisa pudesse ser feita, tive que providenciar a reformulação da estrutura administrativa do setor. Até então, dois departamentos da Secretaria de Viação e Obras Públicas cuidavam do assunto: o de Viação e Urbanismo, que coletava dados e realizava estudos e cálculos preliminares; e o de Obras Públicas, que elaborava e executava os projetos. Centralizei os serviços no Departamento de Viação Aérea, que foi criado por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

Já dispondo de nova estrutura administrativa, pus mãos à obra. No primeiro ano da minha gestão, cerca de meia centena de projetos foram elaborados e, entre os municípios contemplados, dei prioridade àqueles em que existiam centrais elétricas ou estradas em construção. No ano seguinte, o total dos levantamentos topográficos já se elevava a 128, só para campos de pouso de dimensões correntes, não compreendidas, nesse número, as pistas de táxis-aéreos e as de aeroclubes. A marcha dos projetos, porém, não

se interrompeu com a execução das primeiras obras. Enquanto diversos campos eram abertos, outros projetos estavam sendo elaborados, e, assim, prosseguiu o trabalho em contínua ampliação através de 1953 e 1954, cobrindo novos grupos de dezenas de cidades.

Através de convênio assinado com a Impex, de Paris, o estado havia passado a dispor de maquinaria moderna para os trabalhos. Em 1953, já estavam em poder do Departamento de Viação Aérea os tratores, as escavadeiras, os basculantes, os rolos compressores, as motoniveladoras e os caminhões que se faziam necessários para as obras. Chegadas a Minas, essas máquinas eram imediatamente incorporadas aos serviços nas frentes de construção dos novos campos de pouso e nas de melhoramento dos existentes.

Em 1951, foi providenciada a construção de trinta campos novos e tiveram início as obras de melhoramento nos existentes em 18 municípios. Com máquinas novas e mais intensa disciplina no trabalho, o rendimento do programa, em 1952, foi bem maior: 1.213.075 metros quadrados capinados; 1.278.350 metros quadrados roçados; 283.817 metros quadrados destocados; e 474.752 metros quadrados escavados. O encascalhamento cobriu 82.820 metros quadrados. Em fins de 1954, realizavam-se serviços de construção em 29 campos diferentes.

O que é importante ressaltar é que, em 1955, já existiam, em Minas, 75 campos de pouso com pista de mais de um quilômetro de extensão, todos encascalhados e com serviços de segurança, em condições de receber aviões tipo DC-3, além de 25 pistas para os táxis-aéreos. No desenvolvimento do segundo item do *Binômio: Energia e Transportes*, eu conseguira executar, assim, extenso programa, com perspectiva de amplos desdobramentos, o que proporcionou ao estado, no que dizia respeito às atividades aéreas, uma infraestrutura complexa e segura.

Os que me conhecem sabem que sou um homem inquieto, permanentemente em movimento. Trata-se de um reflexo orgânico, relacionado com a minha natureza indagativa, sempre ávida por tudo ver e tudo saber por mim mesmo, sem recorrer a terceiros. Um amigo, tentando definir essa característica do meu temperamento, disse que “quando não estou fazendo alguma coisa, rasgo papel em pedacinhos, só para ter a impressão de que não me encontro inerte”. A frase, na realidade, reflete uma tendên-

cia, mas não expressa a verdade. Trata-se de um ato reflexo, de complicado mecanismo de fuga, imposto pelo temor de nada fazer. Julgo a inércia mais aterradora do que a solidão.

No que diz respeito às viagens aéreas, através do interior de Minas, a segurança era, de fato, precária. Minha imprudência, por outro lado, era de natureza a causar apreensões. Meus auxiliares já tremiam quando os convocava para uma excursão de fiscalização de obras. Julgavam que deveria deixar o avião num campo das proximidades e seguir de automóvel até a frente de trabalho. Concordava com eles, mas sempre agia de maneira diferente. É que procurava explorar o efeito psicológico de uma chegada súbita ao local, o que sempre criava uma atmosfera de entusiasmo entre os operários, favorável ao aceleração dos trabalhos.

Os chefes de serviço da Secretaria de Viação, do DER, do DAV e os empreiteiros do estado viviam com os olhos no céu ou estavam sempre de ouvido atento, na angustiada expectativa de que o meu Bonanza surgisse a qualquer momento por entre as nuvens. E essas aparições não esperadas ocorriam nas mais descontraídas frentes de trabalho: ora, nos limites da Bahia; ora, no sul de Minas; hoje, na divisa de Goiás; amanhã, nos sem-fins do Triângulo Mineiro.

Certa vez, depois de visitar Teófilo Otoni, ali tomei o avião às 9 horas da manhã com destino ao Rio, onde tinha uma audiência marcada às 15 horas com o presidente Getúlio Vargas. Voava no mesmo Bonanza do governo estadual, prefixo PP-ECA, pilotado pelo comandante Mário Laper, e só tinha por companheiro de viagem meu assessor de imprensa, o jornalista José Morais. O aparelho, que dispunha de seis horas de autonomia de voo, faria o percurso em pouco mais de duas horas. Ao chegarmos, porém, à serra do Mar, o céu estava encoberto, impraticável para voo visual, e o Bonanza não era equipado para voo com instrumentos. Disse ao piloto que acompanhasse a muralha da serra – sobre a qual pairava um colchão de nuvens negras – no rumo de São Paulo, numa tentativa de se descobrir uma brecha para o nível do mar. O avião prosseguiu na rota indicada até a altura de Angra dos Reis, quando o comandante Laper resolveu voltar, sempre investindo infrutiferamente contra tudo que lhe parecesse uma fenda naquela muralha de granito. Nas proximidades de Petrópolis, sugeriu, já preocupado: “Com a gasolina que resta, só tenho, que interesse ao senhor, os campos de Juiz de Fora e de Belo Horizonte.”

O encontro com Getúlio Vargas estava perdido. Decidi, então, seguir para Belo Horizonte. O piloto logo me advertira sobre a gasolina, que só daria para dez minutos de sobrevoo da capital mineira, caso o Aeroporto da Pampulha também estivesse encoberto. Na altura de Lafaiete, já perto de Belo Horizonte, lembrei-me de que, dois dias antes, alguém me procurara para fazer reparos à construção da estrada para Sete Lagoas. Naquele momento, sobrevoávamos justamente a zona cortada pelo trecho inicial da rodovia. Gritei para o piloto: “Vira para a esquerda!” E veio a resposta desanimadora: “Não tenho gasolina, governador!” Com a ideia fixa na estrada, não levei em conta a advertência: “Vire, assim mesmo!”

O avião embicou na direção indicada e gastamos os preciosos dez minutos de reserva do combustível inspecionando, do alto, o traçado da rodovia. Como Deus protege os afoitos, Belo Horizonte, quando ali chegamos, apresentava um céu transparente como uma bola de cristal, o que nos permitiu aterrissar sem fazer as evoluções que a torre de controle ordenava, já que queimávamos as últimas gotas de gasolina no tanque.

O estado, que passei a governar a partir de 1951, desde muito sofria daquele mal que Servan-Schreiber definiu, com muita propriedade, como sendo um fenômeno de “economia coagulada”. De fato, por falta de estímulos, tudo ali se estratificara, se esclerosara, empedernira. A riqueza, sob qualquer das suas numerosas formas, não circulava, freada pelos embaraços que uma estrutura arcaica sempre opõe à expansão de uma sociedade que se esforça por mudar de estágio.

Desde a fundação da República, o sistema de trabalho que prevalecia nas fazendas mineiras era antieconômico, já que obedecia a normas herdadas dos tempos coloniais. A terra estava exausta. Os rebanhos não haviam sido melhorados através de qualquer preocupação seletiva. As plantações sofriam a imobilização imposta pela camisa de força da mais empedernida rotina. Para que os benefícios, proporcionados pelas novas estradas e pelas usinas que estavam sendo instaladas, repercutissem, com toda a sua força, no interior, seria necessário que se criasse paralelamente no setor agropecuário uma situação de condicionamento técnico.

O esforço manual deveria ser substituído gradativamente pelo trabalho mecânico. Nas terras muito cultivadas, fazia-se imperiosa a restauração da fertilidade, através de uma política de recuperação agrícola,

baseada na utilização de adubos. E, no que dizia respeito à pecuária, além da melhoria dos rebanhos, seria indispensável a instalação, em larga escala, da indústria do frio, a fim de que pudessem ser evitados os desperdícios irrecuperáveis com o gado em pé e o não aproveitamento dos subprodutos.

Será justo reconhecer que, apesar da predominância de métodos rotineiros de trato da terra, Minas ainda apresentava, quando assumi o governo, índice dos mais elevados da agricultura nacional. Sua área cultivada ascendia então a 2.899.386 hectares, com uma produção do volume de 9.844.814 toneladas, cujo valor poderia ser calculado em cerca de seis e meio bilhões de cruzeiros. Não obstante ser o maior produtor de milho, feijão e alho, o segundo produtor de café, arroz, banana, chá-da-índia e laranja, o estado desenvolvia sua agricultura em condições precárias e árduas. Entre os anos de 1920 e 1947, a queda do rendimento por unidade de área representara um prejuízo de 33% na renda *per capita* do homem do campo, queda atribuída geralmente ao caráter migratório da agricultura, causado pelo empobrecimento gradativo dos solos aráveis, submetidos à exploração predatória por ruinosos meios de trabalho. A exaustão do solo provocara a ampliação dos espaços vazios de exploração agrária e a dispersão da população rural.

O programa que tinha em mente, para esse setor, era amplo e complexo: recuperar a terra pela adubação e o reflorestamento; promover a campanha sistemática de modernização dos processos de cultura; e conceder crédito aos agricultores, de forma a lhes facilitar a compra de equipamentos mecanizados e de implementos agrícolas. O empreendimento era de natureza técnica, pois dependeria de estudos de laboratório e de uma campanha educacional.

Por intermédio das circunscrições agropecuárias, da Secretaria da Agricultura, dei início ao trabalho. Esses órgãos passaram a atender, em sua sede, às consultas de caráter técnico e estenderam sua ação aos campos, através de visitas às propriedades agrícolas. Nas emergências, todo o pessoal era mobilizado e concentrado nos locais em que as condições hostis devastavam as lavouras ou em que irrompiam pragas, como a lagarta. Nas zonas da Mata e do Sul, os trabalhos de recuperação da lavoura cafeeira, em 1953, realizaram-se paralelamente aos de fomento tritícola na região de Montes Claros e Pouso Alegre. Não se tratava apenas de inovar, de aduzir

culturas novas ao patrimônio do estado, mas também de restaurar e de renovar as culturas tradicionais.

Essas circunscrições passaram a aumentar, igualmente, a distribuição de sementes e de mudas vegetais – milho híbrido, arroz, leguminosas, batatas, capim, algodão, fruteiras, hortaliças, feijão e soja – e, dentro de curto prazo, duplicar os totais do ano anterior tornou-se rotina em alguns setores. Simultaneamente, o estado intensificava sua política de orientação aos agricultores sobre a reabilitação dos solos cansados pela exploração intensiva, por anos seguidos. Ao lado desse aproveitamento excessivo da terra, observava-se o desgaste da camada humosa e fértil pela ação da erosão e, nessas condições, o combate a esses dois fatores de redução das colheitas tornou-se metódico e constante.

A Defesa Sanitária Vegetal recebeu, entre 1951 e 1955, novos e eficientes meios de trabalho. No combate à broca do café, com suas inspeções instaladas em Jacutinga, Guaxupé, Santa Rita do Sapucaí e Varginha – abrangendo 51 municípios circunvizinhos –, esse órgão agia pelos processos de repasse, catação profilática, expurgo e polvilhamento. Em 1951, 79 toneladas de inseticida foram empregadas na defesa sanitária vegetal e o prosseguimento dessa política ao longo dos anos imediatos deu resultados concretos: a praga nos cafeeiros passou a diminuir anualmente.

Já no segundo ano da campanha, tão acentuada fora essa queda que o grau de infestação dos cafezais, que antes variava entre 9 e 40%, estava reduzido à insignificante incidência de 2%.

A motomecanização da agricultura constituiu um corolário da política de eletrificação e de abertura de estradas. É que os equipamentos para a lavoura haviam sido incluídos na lista das encomendas feitas à Impex, de Paris. Assim, a partir de 1951, o governo passou a emprestar seus tratores aos fazendeiros e, à medida que a Impex entregava as encomendas feitas, esse empréstimo foi-se ampliando em volume e se diversificando em qualidade, envolvendo trabalhos de aradura e gradagem, e cumprido através de uma remuneração apenas nominal. O objetivo não era o lucro, mas levar ao campo métodos modernos de exploração, capazes de reduzir o custo da produção e de aumentar o rendimento da terra.

Esse processo de motomecanização da lavoura extravasou das possibilidades do fornecimento da Impex. Entretanto, logo tomei pro-

vidências para que fosse revitalizado, autorizando a assinatura de outros convênios, principalmente nos Estados Unidos. Dessa forma, o caudal de máquinas agrícolas, de caminhões, de jipes e de *pick-ups*, destinados à lavoura, não se interrompeu. Até onde as possibilidades materiais do estado o permitiram, a paisagem da lavoura se modificou, com o trabalho mecanizado substituindo, em larga escala, o esforço meramente manual. As necessidades de fertilizantes conduziram à fundação da Fertisa – Fertilizantes de Minas Gerais S.A. –, cujo objetivo foi a fabricação de adubos, aproveitando-se as ricas jazidas de apatita de Araxá.

Se houve uma política de recuperação científica da lavoura, a pecuária – atividade que lhe é conexas – desde o início do meu governo passou, igualmente, por sucessivas fases de progresso, as quais acabaram por extinguir a crise em que, desde algum tempo, ela se estiolava. As propriedades dos criadores passaram a ser visitadas pelos técnicos do estado, que procediam à vacinação contra peste, faziam pesquisas de todas as zoonoses e bruceloses e promoviam a pulverização contra carrapatos. Em quatro anos, mais de 20 mil fazendas foram visitadas e as vacinas aplicadas nesse período elevaram-se a mais de 2 milhões de unidades. A vacinação de bovinos, para extinção do carrapato, beneficiou, ao longo do quadriênio, a mais de 120 mil reses. O estado manteve e desenvolveu, também, o sistema de empréstimo de reprodutores, pois nem sempre os pecuaristas podiam comprar animais de raça.

Todos os setores da pecuária mineira receberam, pois, efetiva assistência social e, aos recursos técnicos facultados por essa orientação, devem ser somados os auxílios financeiros, distribuídos pelos organismos auxiliares do fomento material da produção, em operações garantidas pelo próprio êxito dos empreendimentos agropastoris. O vértice do sistema seria a Frimisa – cuja construção estava em ritmo acelerado, mas que não pôde ser concluída durante o meu governo –, que, estabelecendo os instrumentos de trabalho, colocaria os rebanhos bovino e suíno já em condições de uma industrialização compensadora.

Se, em relação às metas prioritárias, contidas no binômio, eu tivera a preocupação de anunciar números que acabaram por se converter em desafios à minha capacidade realizadora, já nos demais setores, em face da complexidade das questões por solucionar, optei pela fixação de *míni-*

mos, os quais, embora não condicionados ao cumprimento de etapas fixas, estabeleciam uma linha divisória, uma fronteira que deveria ser cruzada a qualquer preço.

Alguns exemplos demonstram a significação desses *mínimos*. No setor da saúde pública, eu verificara, por ocasião da campanha eleitoral, que em 60 municípios mineiros não havia um médico sequer para atender às populações. Levando em conta que um posto de saúde constituía o meio prático para a fixação de um clínico em localidades pobres, anunciei que criaria, *no mínimo*, 100 postos de saúde pelo estado. Na realidade, acabei criando 120, muitos deles em prédios de alvenaria, especialmente construídos. O mesmo ocorreu no setor da educação primária. Impressionado com o estarrecedor nível de matrícula escolar do estado – 680 mil alunos, numa população de 10 milhões de habitantes –, desejei anunciar desde logo, como *mínimo*, a duplicação da capacidade escolar de Minas. Entretanto, alguns dos meus assessores, familiarizados com as dificuldades características da expansão do ensino, aconselharam-me a reduzir essa meta, fixando o aumento em apenas 300 mil lugares. O que realizei, porém, também ultrapassou em muito o que havia anunciado: quando deixei o governo, a matrícula escolar já tinha atingido a cota de 1.100.000 alunos.

Deixando de lado os grandes planos de eletrificação e abertura de estradas, posso assinalar sinteticamente em números, fora ainda do que foi relatado neste mesmo capítulo, estas outras realizações: construí 137 prédios escolares; 37 novas praças de esportes; 251 pontes, deixando 257 outras iniciadas; instalei 2 faculdades de Medicina; 1 de Direito; 1 de Farmácia e Odontologia; 5 conservatórios de música; 1 Escola de Belas Artes; deixei em adiantado estado de construção a monumental Biblioteca Municipal, em Belo Horizonte; e, por fim, instituí a comemoração do dia 21 de abril no próprio local do drama da Inconfidência – o que me obrigou a rasgar, através do maciço granítico da serra do Caraça, a estrada que encurtaria o percurso da capital mineira à antiga Vila Rica, de 7 horas para uma hora e meia – conferindo a Ouro Preto a categoria de verdadeira Jerusalém cívica do Brasil.

O trabalho – como se pode depreender – foi árduo, complexo e polimorfo. Através dele, porém, consegui assentar, no período de apenas quatro anos, as bases da estrutura em que o estado deveria se apoiar para

realizar, já nos últimos meses do meu governo, o *grande salto*, isto é, sair do estágio agropastoril e ingressar no da industrialização.

Será necessário ressaltar que todo o esforço que realizei na governadoria, para melhorar as condições internas do estado, nunca mereceu aplausos gerais. Trabalhei sempre policiado pela oposição, o que, aliás, era de se esperar. Entretanto, se a oposição era forte no início do quadriênio, ela foi perdendo o ímpeto gradualmente e, por fim, ficou reduzida aos que integravam o grupo intransigente da UDN.

Entretanto, não apenas os udenistas extremados me combatiam. A esse núcleo de oposição dever-se-ia acrescentar o inconformismo decorrente do eterno fenômeno municipal. Como se sabe, política nos estados se desenvolve em dois planos perfeitamente distintos, mas que, em determinadas circunstâncias, se justapõem e mesmo se confundem. É que as dissensões municipais, tendo por causa irreconciliáveis antagonismos pessoais, extravasam com frequência do âmbito que lhes é próprio e se projetam na cena estadual, dando origem a alianças espúrias, que sempre engrossam as fileiras dos que combatem o situacionismo.

Esse segundo tipo de oposição era mais difícil de ser enfrentado, pois não era tarefa que se realizasse no curto período de um quinquênio. Tratava-se de contrapor o *Binômio: Energia e Transporte* ao *Binômio: Delegado e Professora*. Em muitos municípios, as chefias locais davam muito maior importância à designação de um delegado municipal do que à construção de uma rodovia moderna. Lembro-me de um fato que ilustra essa deformação de fundo político. Havia um deputado na Assembleia Legislativa que era intransigente adversário meu. Por ocasião das eleições municipais e para a renovação da representação naquela Assembleia, realizadas em 1954, ele andara aliciando votos pela região de Poços de Caldas. Dali, iria prosseguir em sua campanha até Andradas, cidade que, até um ano antes, só tinha ligação com Minas através de uma volta por São Paulo. De Poços a Andradas, via São João da Boa Vista, gastavam-se quatro horas de viagem. Entretanto, eu construía a difícil estrada, serra abaixo, em ótimas condições técnicas, ligando Poços a Andradas em quarenta minutos de automóvel. Ao dizer a alguém, em Poços, que ia a Andradas pela estrada velha – que ninguém mais usava, a não ser para uma viagem direta a São Paulo –, esse deputado, havendo sido advertido sobre a excelência da nova

rodovia, retrucou com azedume: “Sou louco? Se vou por essa estrada que o Juscelino fez, como é que poderia dizer, depois, que ela não existe?”

Era esta a mentalidade que prevalecia em Minas. Se, em face das minhas metas, os udenistas já me acusavam de utópico e megalômano, quando decidi reformar o Palácio da Liberdade passaram a assoalhar que eu era amante do luxo e das excentricidades. Na realidade, havia encontrado o palácio em péssimo estado de conservação. Seus móveis estavam em ruína; as cortinas e os tapetes mostravam-se estragados, exibindo nódoas e remendos; e as portas e as janelas, de tão empenadas, já não fechavam. A reforma desde muito se impunha, não só para preservar valioso patrimônio do povo mineiro, mas, também, para emprestar dignidade à sede do governo do estado.

O que ali foi realizado, porém, não constituiu propriamente uma reforma. Nenhuma alteração arquitetônica teve lugar nem se procedeu a qualquer aquisição extravagante. Tudo se resumiu num trabalho de arrumação de casa e tanto isso é verdade que quem superintendeu, pessoalmente, a execução da tarefa foi minha esposa Sarah, pondo em tudo o toque pessoal do senso de economia característico das donas de casa mineiras.

A campanha udenista, iniciada em Minas, iria se prolongar e recrudescer à medida que obtinha novos êxitos em minha carreira política. Nunca me irritei com esses destemperos, pois os julgava parte do jogo democrático. À força de ser repetida e sempre insistindo em acusações falsas, essa oposição acabou por se transformar em pretexto para *boutades*, mesmo em reuniões sociais. Quando estive em Uberaba, por sugestão do presidente Getúlio Vargas – fato já referido em outro capítulo –, dancei com diversas moças num baile do Jóquei Clube local. Ao terminar a festa, uma delas me perguntou se Sarah não tinha ciúmes de me deixar sozinho. Respondi, com uma gargalhada: “Ela não se incomoda. Sabe que a UDN está me vigiando.”

.....

O “grande salto”

ENQUANTO A OPOSIÇÃO procurava agitar o estado, tentando fazer crer que era de intranquilidade o ambiente político de Minas, eu prosseguia na realização da minha obra administrativa.

Em 1953, a Cemig já começara a revelar os resultados do seu trabalho pioneiro. Nesse ano, o Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento concedera à empresa um financiamento de 7 milhões e 300 mil dólares para a construção de Itutinga. Também em 1953, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos aprovou-o. Dessa aprovação, obtida em tempo recorde, derivaram dois elementos concretos de que logo se beneficiou a Cemig: um empréstimo de 200 milhões de cruzeiros por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a recomendação ao Banco Internacional para uma nova operação de 16 milhões de dólares.

Esse substancial reforço financeiro permitiu que a Cemig acelerasse seus trabalhos, tanto no que dizia respeito às obras de construção de usinas como em relação à atividade de interligação das unidades instaladas. Em 1953, foi terminada a construção da linha de transmissão de 33 quilômetros entre a usina de Tronqueiras e a cidade de Governador Valadares. Mudou-se de 38 para 69 kW a voltagem do sistema Gafanhoto-Cidade Industrial, providência indispensável para o início da interligação geral do

sistema central da Cemig. Na linha de 16 kW de Salto Grande e Santa Luzia, realizaram-se os trabalhos de abertura de estradas de serviço e de colocação de contrapeso e concluiu-se a instalação da subestação de Itabira. Já em 1953, podia dar-se como positiva a conclusão, em começos de 1955, da interligação de todos os pontos do sistema, de Itutinga com a área de Belo Horizonte e com o cinturão em torno da capital, e da interligação dos grandes sistemas de Salto Grande, Itutinga e Gafanhoto.

Em 1954, a Cemig concluiu sua linha de transmissão de 138.000 volts entre Itutinga, São João d'el-Rei, Lafaiete e Nova Lima, no total de 290 quilômetros – a mais longa do estado. Igualmente foram terminadas as linhas de Santa Luzia à Cidade Industrial e de Santa Luzia a Pedro Leopoldo. E prosseguiram, em ritmo acelerado, os trabalhos na linha de São João d'el-Rei a Barbacena e Piau e na de Itutinga-Lavras. As subsidiárias, com a supervisão e cooperação dos técnicos da Cemig, deram a todos os seus empreendimentos o impulso que determinaria, em 1955, as primeiras inaugurações.

No dia 22 de janeiro de 1955, inaugurei a usina de Tronqueiras, cuja barragem tem 19,5 metros de altura por cerca de 95 metros de comprimento e cuja acumulação bruta é de 2 milhões de metros cúbicos de água. Nesse mesmo ano, inaugurou-se a usina de Salto Grande do Santo Antônio. De todas as obras realizadas pela Cemig, esta foi a mais difícil e complexa. Foi preciso atacar simultaneamente os diversos setores do projeto e acumular um enorme parque de equipamento de construção, em face da sua localização em região desprovida de recursos e de meios de comunicação. A perfuração e o revestimento dos túneis revelaram-se etapas duras de ser vencidas.

A curva do Santo Antônio transformara-se, da noite para o dia, em agitado centro de atividade. Em 1952, atacaram-se as obras do túnel Guanhães-Dalmi e as perfurações alcançaram a extensão total de 1.152 metros. Quanto ao túnel Santo Antônio-Guanhães, foi atacado pela boca do Lambari, escavando-se aí 25 metros de emboque.

Em 1953, progrediu, em ritmo mais acelerado, a perfuração dos túneis, os quais, no ano seguinte, já tinham cerca de 5 mil metros prontos. Antes do início da estação chuvosa, iniciou-se a barragem de Guanhães, com a concretagem das fundações, e ao mesmo tempo executaram-se os

serviços preparatórios para a construção da barragem auxiliar do Santo Antônio; concluiu-se a estrutura da casa de força, correspondente às duas primeiras unidades geradoras; e montou-se a ponte rolante, providência indispensável para o início da instalação das turbinas.

Quando deixei o governo de Minas, no dia 31 de março de 1955, para me candidatar à Presidência da República, antevia-se que a usina do Salto Grande do Santo Antônio estaria com suas duas primeiras unidades geradoras, com capacidade de 50 mil kW, em funcionamento até o fim daquele mesmo ano. As escavações subterrâneas haviam atingido um total de 5.225 metros de túneis. Na casa de força, completara-se a montagem das duas primeiras turbinas, achando-se adiantada a montagem dos geradores, e equipamentos de controle.

Quando passei o governo ao vice-governador, Clóvis Salgado, foi com a consciência tranquila, pois que disse desse empreendimento o mesmo que me fora facultado dizer de tantas outras obras que deixei em operação e funcionamento: “Salto Grande, missão cumprida!”

Seguiram-se outras inaugurações. No dia 3 de fevereiro de 1955, entregava a uma importante região do estado a usina de Itutinga, com capacidade geradora inicial de 34.000 cavalos, num total de 74.000. Decorridos apenas dois anos e meio do início dos trabalhos, a usina estava praticamente construída. A inauguração da primeira unidade geradora, antes de deixar o governo, não era um fim de jornada. Os planos, lançados com ampla segurança financeira, continuariam em execução até completar-se a capacidade projetada. Itutinga representou a escavação de 208.832 metros cúbicos de terra e rocha, uma concretagem de 83.164 metros cúbicos, a movimentação de 531.579 sacos de cimento, de 39.787 metros cúbicos de areia e de 110.268 metros cúbicos de aterro. Procure-se na história universal da eletrificação algo semelhante a Itutinga e não se encontrará em nenhum país, em qualquer época, uma usina de tais proporções poder entrar em funcionamento, como aconteceu ali, apenas três anos após o início de sua construção.

Na usina de Piau, a participação do meu governo foi apenas de ordem financeira. Tratava-se de uma empresa privada que estava com suas obras paralisadas, nas proximidades de Santos Dumont. A Cemig concluiu suas instalações, pôs os geradores em funcionamento, com um túnel de

2.785 metros construídos, uma barragem de terra de 80.000 metros cúbicos erguida e a casa de força perfeitamente instalada. No dia 5 de fevereiro de 1955, ela foi inaugurada, reforçando 18 mil kW no potencial energético do estado.

Para completar o ciclo das inaugurações, devo assinalar a ampliação da usina de Gafanhoto, imprescindível para o desenvolvimento da Cidade Industrial – onde cada dia novas indústrias se instalavam –, e a entrada em operação do reservatório estacional do Cajuru, que permitiu que se regularizasse o fornecimento de energia do sistema de Gafanhoto. Contratadas as obras em outubro de 1952, dez meses depois já estavam concluídas.

A eletrificação do estado, na etapa compreendida entre 1951 e 1955, obedeceu a um plano dinâmico, com sucessivos desdobramentos, tanto realizados pela própria Cemig como através da cooperação de empresas privadas e de órgãos governamentais. Assim, em 1951, ativaram-se os estudos finais para a construção da Usina de Pandeiros, destinada a servir a Januária e a extensa área do norte do estado. Em começos de 1952, os trabalhos já haviam sido iniciados, com financiamento da Comissão do Vale do São Francisco, para a potência de 6.000 cavalos. Não havendo sido concluída durante o meu quinquênio, essa obra foi incluída, mais tarde, no meu programa de metas, quando exercia a Presidência da República, e inaugurada em outubro de 1958. Ainda na linha de influência da Comissão de São Francisco, adiantaram-se os estudos para a construção da Usina de Jequitaiá, para potência de 20.000 cavalos, destinada a alimentar grandes áreas da bacia mineira do São Francisco, no norte do estado. Em 1952, foi assinado um convênio com o governo de Goiás para o aproveitamento da Cachoeira Dourada, utilizando-se o potencial do rio Paranaíba; 37.000 cavalos iniciais, com expansão prevista até 300.000 cavalos. Essa obra, também incluída no meu programa de metas, foi concluída por mim, por ocasião da construção de Brasília.

Além dessas tarefas, quer da Cemig, quer em colaboração com empresas privadas e órgãos governamentais, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado desenvolveu uma grande atividade, em contato com as empresas particulares e as administrações municipais. Entre as obras principais, realizadas nesse setor, surgiram: a ampliação da Usina de Pai Joaquim – que

elevou a potência do empreendimento para 9.000 cavalos e contribuiu para a solução da crescente crise de energia da região do Triângulo Mineiro. A Usina de Santa Marta teve, igualmente, seu potencial aumentado, com a instalação de um grupo gerador Diesel-Worthington de 700 cavalos, desafogando a crise em que se debatia a zona de Montes Claros e Francisco Sá.

O plano, que tracei para Minas, não estava limitado exclusivamente ao âmbito estadual. Ele se desdobrava e se projetava no cenário nacional, através de interligações de sistemas e de estreito entrosamento das redes de transmissão. Até hoje, muito do que está sendo realizado no país, no campo energético, constitui prolongamento de estudos levados a efeito pelos técnicos da Cemig, dos quais alguns executei e inaugurei quando era presidente da República e outros deixei a meio caminho e vão sendo inaugurados, em sucessivas etapas, verificando-se, por ocasião dessas solenidades, o compreensível propósito de se omitir o meu nome.

O que estava realizando em Minas foi repercutindo aos poucos fora das fronteiras do estado. O país estava em calma. Getúlio Vargas, apesar do que diziam seus adversários, vinha se mantendo rigorosamente dentro dos preceitos constitucionais. Mesmo na esfera do Ministério do Trabalho, nenhuma anormalidade era observada. O titular da pasta, Segadas Viana, embora sendo um homem de ação dinâmica, limitava-se a prosseguir na tradicional política do chefe do governo, de ampliar cada vez mais os direitos dos trabalhadores. O objetivo visado: converter a classe operária numa nova e atuante força no cenário das competições partidárias.

Aliás, a atitude de Getúlio Vargas, desde que assumira o governo, não constituía qualquer surpresa para mim. Desde que me fizera aquela longa confiança em Itu, revelando seu propósito de, ao retornar à Presidência da República, ser fiel à Constituição, eu percebera, pelo tom de sinceridade que transparecia de suas palavras, que ele já não era o mesmo homem do Estado Novo. Talvez as desilusões. Possivelmente, um encontro consigo mesmo. Ou – quem sabe? – uma profunda autocrítica, imposta pela melancolia gerada pelas decepções dos acontecimentos de 1945. Um fator psicológico qualquer havia agido, no sentido de fazê-lo compreender que já havia chegado a hora de uma reconciliação com a democracia.

Esta impressão, aliás, não fora apenas minha. Osvaldo Aranha, que o conhecia melhor do que ninguém, julgava igualmente que o Vargas de 1951 a 1954 era profundamente diferente daquele que havia chegado ao poder na crista da Revolução de 1930. Se analisarmos, com isenção, as causas remotas de muitos dos acontecimentos que ocorrem no Brasil atualmente, iremos verificar que as vibrações subterrâneas que lhes deram origem tiveram como núcleo de propulsão as transformações decorrentes daquele movimento armado. De fato, a Revolução de 30 constituiu um divisor de águas, a vertente orográfica entre duas fases bem diferenciadas da evolução nacional. Getúlio Vargas, pela força de sua personalidade e pelas ideias novas que propagou, representou um papel da maior relevância no processo de transformações pelo qual passou o país.

Na Presidência, Getúlio Vargas cumpriu o que havia prometido aos trabalhadores. A Constituição era rigorosamente respeitada. Nenhum direito deixou de ser preservado. A imprensa não sofreu coação. E o Legislativo funcionou com integral independência. Entretanto, para reforçar sua posição, tendo em vista projetar-se além do término do mandato, procurou revitalizar o trabalhismo, ampliando a área de assistência à classe operária. Executou esse plano com habilidade, de forma a não alienar o apoio das correntes que, fora do PTB, pudessem ajudá-lo. Daí a razão por que acedeu em retirar João Goulart do Ministério do Trabalho. A atividade do seu herdeiro político, no seio do governo, gerara suspeitas de uma conspiração de cúpula para um retorno ao clima sindicalista de 1945.

Nos meus contatos com o presidente, nunca percebi qualquer tendência para uma volta ao passado. Verifiquei, porém, que ele subestimava a importância do inconformismo político-militar em relação ao seu governo. Preocupado em empreender as reformas na estrutura social do país, tendo em vista dar aos trabalhadores maior participação na vida nacional, e conservando-se fiel cumpridor da Constituição, Vargas julgava que aqueles ressentimentos acabariam por sofrer um processo de espontâneo resfriamento.

Entretanto, o problema era bem mais sério do que ele pensava. Tratava-se de uma crise político-militar em evolução. Com a frustração da candidatura do general Canrobert Pereira da Costa à Presidência da República, lançada por um grupo militar sob a legenda do Partido de Orienta-

ção Trabalhista, a fermentação inconformista, que já vinha de longe, entrou num processo de franca ebulição. A eleição de Getúlio Vargas, por uma maioria esmagadora de votos, agravara o descontentamento em certas áreas militares. Apesar da atoarda que se fez e da virulenta campanha de alguns jornais, simpáticos à UDN, o início da administração do novo presidente transcorreu pacificamente. Entretanto, nos primeiros meses após a sua posse, ocorreu um fato que, na época, não teve qualquer repercussão, mas que provaria, mais tarde, haver sido de extrema gravidade: a aliança do grupo que apoiara Canrobert com a UDN. Selada a união, os udenistas transferiram suas atividades do setor político para o militar.

O país atravessava uma fase de calma interna – aparente ou não – apenas crispada, aqui e ali, pela acirrada oposição udenista. Nesse sentido, algumas ocorrências foram exploradas por ela, com sua característica virulência, podendo-se citar, entre outras, as seguintes: o caso da *Última Hora*, a nomeação de João Goulart para a pasta do Trabalho, o aumento do salário mínimo e o brutal assassinato do jornalista Nestor Moreira pelo policial apelidado *Coice de Mula*. Todos esses fatos – menos um – ocorreram, na realidade, sem maior repercussão na área militar. A exceção refere-se à nomeação de João Goulart para a pasta do Trabalho.

.....

A tragédia da Pampulha

ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, consubstanciadas no *Bi-nômio: Energia e Transportes*, o estado já dispunha de boas estradas; tinha excesso de energia; e sua agricultura e pecuária passavam por eficientes processos de modernização.

A industrialização, realizada nos moldes que tinha em mente, corrigiria, em diversas regiões do território mineiro, a tristeza da paisagem social. Eliminaría os fatores de retrocesso. Removería as causas do refluxo econômico. E asseguraria, por outro lado, a expansão metódica de empreendimentos pioneiros. Na Cidade Industrial, junto de Belo Horizonte, novas chaminés iriam se juntar às já existentes – solucionados que haviam sido os problemas criados pelos chamados *pontos de estrangulamento* – em iniciativas fabris de todos os tipos. As exigências da lavoura conduziriam ao estudo e ao início das obras da indústria de fertilizantes em grande escala. O desperdício crônico que afetava a produção pecuária importaria numa iniciativa de amplas proporções econômicas e sociais: a obra do frigorífico de Santa Luzia. E, ainda mesmo que os compromissos assumidos por mim pessoalmente pudessem parecer exagerados aos céticos, a Companhia Mannesmann poderia dispor, a tempo e a hora, de toda a energia necessária a suas máquinas, sem que Belo Horizonte tivesse de ficar às escuras.

É que os fatores de germinação seriam mais fortes que os pontos de estrangulamento.

Embora devendo ser um processo global, distribuído por toda a extensão do território mineiro, de acordo com as exigências do aproveitamento local das diferentes riquezas de Minas, a industrialização requeria um ponto de concentração, um núcleo de irradiação da nova mentalidade, sem que o ímpeto, que daria origem ao *grande salto*, pudesse perder, com o tempo, sua velocidade. Esse ponto já existia: era a Cidade Industrial fundada por Benedito Valadares. E o que me competia era prepará-lo tecnicamente para a relevante função que lhe caberia desempenhar no desenvolvimento da economia estadual. Quando assumi o governo, ali já se construía diversas fábricas. Entretanto, enquanto a iniciativa privada desbravava a área que lhe cabia, o governo se vinha omitindo, deixando de realizar as obras públicas sem as quais uma cidade não pode funcionar.

Assim, para poder acompanhar o desenvolvimento do setor privado, procurei executar com rapidez as obras de urbanização e de comunicações – calçamento, abastecimento de água, rede pluvial e de esgotos, assistência social ao operariado – de forma a criar, no que seria o coração industrial do estado, as condições de conforto e de recursos de toda natureza, indispensáveis ao bem-estar das densas concentrações humanas.

Os trabalhos de captação de água desenvolviam-se para proporcionar à cidade e às indústrias um abastecimento diário superior a 8 milhões de litros. Vários ramais ferroviários foram construídos e entregues ao tráfego, para facilitar quer o escoamento dos produtos acabados, quer a entrada de matérias-primas, tornando o mais rápido possível o serviço de manobra das composições. Uma olaria foi construída em tempo recorde e, já em 1952, ela produzia 176 mil tijolos, produção esta triplicada doze meses depois.

O ano de 1953 assinalou uma nova fase na vida da cidade. Concluíram-se as obras da barragem do Cajuru, o que representou considerável reforço da potência instalada da Usina de Gafanhoto. Esse empreendimento logo se refletiu no aumento de candidatos à formação de novas empresas e, como consequência do interesse do público, expandiu-se a área reservada para fábricas e usinas, através da desapropriação de novas faixas de terreno. Nesse mesmo ano, trinta firmas requereram aforamento de terras,

para instalações fabris. Desse modo, o ponto de concentração industrial, que tivera em mente criar, estava com suas bases solidamente assentadas.

Entretanto, um homem público, entre as vitórias que vai obtendo com seu esforço, deve estar sempre prevenido em relação às ciladas que, com requintes verdadeiramente desconcertantes, o destino lhe prepara. Em abril de 1954, não poderiam ser mais animadoras as notícias que chegavam de todas as frentes de trabalho. Em face da paisagem de progresso que apresentava o estado, julguei que poderia me dar ao luxo de descansar alguns dias, passando a Semana Santa no Rio, em companhia da família. Tomei o avião, cruzei a Mantiqueira e, após deixar o aeroporto, recolhi-me ao apartamento que possuía à Rua Sá Ferreira.

Mas o destino interveio, para interromper minhas merecidas férias. Na Sexta-Feira da Paixão, Joubert Guerra, ministro do Tribunal de Contas do estado e que residia na Pampulha, telefonou-me de Belo Horizonte, dando-me uma notícia que muito me preocupou. Um vazamento tinha surgido na barragem ali existente, e que havia sido construída por mim, quando prefeito. Disse-me que se tratava de uma infiltração antiga e que, pequena a princípio, em face da omissão dos zeladores municipais, fora se agravando, para se converter, por fim, num inquietador repuxo de água. Joubert Guerra não me explicava realmente o que estava acontecendo, mas concluíra dando a entender que, se providências urgentes não fossem tomadas, a barragem certamente ruiria. A notícia não deixava de ser assustadora. Ali se achavam acumulados 20 milhões de metros cúbicos de água e, caso ocorresse o rompimento, bairros inteiros seriam atingidos pela inundação.

Ao receber esse telefonema não pude terminar o almoço. Ordenei ao piloto que seguisse para o aeroporto e conservasse o avião pronto para levantar voo. Procurei entrar em contato com Maurício Joppert, ilustre engenheiro, e com Jurandir Pires Ferreira, professor da Faculdade de Engenharia. Aos dois pedi conselhos sobre a maneira como deveria agir, a fim de prevenir a possibilidade de uma ruptura. Ambos julgaram que seria conveniente que procurasse o engenheiro Luís de Oliveira, que havia construído inúmeras barragens no Nordeste e era considerado o melhor técnico que na época possuíamos nesse setor da Engenharia. O dia – Sexta-Feira da Paixão – não era muito próprio para se localizar qualquer pessoa no Rio.

Apesar disso, consegui encontrá-lo, após três horas de sucessivos telefonemas. Expliquei o assunto que me forçara a importuná-lo naquele dia, e o Dr. Luís de Oliveira pôs-se imediatamente à minha disposição. Às 6 horas da tarde, encontramos-nos no aeroporto, onde o avião nos aguardava.

Entretanto, quando já estávamos a bordo e o aparelho, na cabeceira da pista, preparava-se para a decolagem, a torre fez-nos uma advertência, no sentido de que não voássemos para Belo Horizonte, pois a pista da Pampulha estava interditada. A advertência só serviu para agravar mais ainda a preocupação que me avassalava. Se o vazamento já era público e motivara a interdição do aeroporto, era porque havia se transformado num grave problema. O prefeito de Belo Horizonte, Américo René Gianetti, era meu adversário político, mas apesar disso mantínhamos as mais cordiais relações. Telefonei-lhe, imediatamente, assim como a todos os secretários do meu governo, sugerindo as providências que, em conjunto, deveriam ser tomadas com a maior urgência. Uma delas seria a de fazer com que um teco-teco, equipado com poderoso alto-falante, sobrevoasse os bairros ameaçados, ordenando aos moradores que abandonassem sem demora suas casas, sob pena de serem tragados pelas águas.

Enquanto assim agia pelo telefone, expunha ao comandante do Aeroporto Santos Dumont a necessidade em que me encontrava de seguir, sem perda de tempo, para Belo Horizonte. Fiz-lhe um caloroso apelo, no sentido de que permitisse a decolagem do avião, comprometendo-me, quando chegasse à capital mineira, a sobrevoar a barragem e, se esta ainda oferecesse segurança, fazer o aparelho aterrissar apenas para que pudesse desembarcar e, em seguida, levantar voo, indo pousar em outra pista nas imediações da cidade. O comandante, que se mostrava preocupado de que eu pudesse ser vítima de um acidente, acabou por concordar e, assim, às 9h30min da noite o avião alçou voo, rumo à capital mineira.

O percurso foi coberto sob tensa carga emocional. O engenheiro Luís de Oliveira tentava tranquilizar-me, dizendo que nos primeiros quinze anos de qualquer barragem de terra compactada as infiltrações são comuns e que, por isso, requerem uma fiscalização permanente. Eu construía aquela barragem havia treze anos e, depois disso, tinha deixado a prefeitura. A tarefa de zelar pela segurança da represa passara para

outras mãos. Como é comum no serviço público, essa fiscalização nunca fora feita.

Antes de deixar o Rio, eu havia mobilizado pelo telefone, igualmente, todas as polícias – civil e militar –, o Corpo de Bombeiros, os transportes dos diversos departamentos das secretarias do estado, de modo que, quando desembarcasse em Belo Horizonte, pudesse iniciar, sem perda de um minuto, uma verdadeira *blitz* para evacuar, das milhares de casas, casebres e barracos que ficavam à jusante da barragem, os moradores que, por inconsciência ou teimosia, ainda ali permaneciam.

Às 11 horas da noite, já o avião estava sobre Belo Horizonte. Pela vigia de bordo, procurei ver, através da escuridão que envolvia o lago, a linha reta que assinalava a posição da barragem. Como a visibilidade era má, dei ordem ao piloto para que fizesse o aparelho voar tão baixo quanto possível, e assim pude constatar que a ruptura ainda não se dera. O repuxo de água, que emergia do chão um pouco abaixo do muro de terra compactada, lá estava, porém, e se tornava cada vez mais volumoso, assumindo a forma de um gigantesco cogumelo líquido. Uma multidão incalculável espraiava-se pelas margens do lago.

O avião pousou e, quando desci de bordo, fui recebido pelo comandante da base, major Sindímio. Combinamos, ali mesmo, uma série de providências, tendo em vista, em primeiro lugar, defender a vida dos que trabalhavam no aeroporto e, depois, tentar reduzir ao mínimo possível os prejuízos materiais. Em seguida, segui para a barragem em companhia do engenheiro Luís de Oliveira, a fim de verificar, *in loco*, o que efetivamente estava ocorrendo.

A impressão que esse técnico teve, ao examinar a extensão do vazamento, foi desanimadora: dificilmente a barragem poderia ser salva. Idêntico acidente tinha ocorrido, não havia muito, no Espírito Santo. A citação do exemplo do estado vizinho, feita com o propósito de relaxar a tensão em que me encontrava, revelando que se tratava de um acidente comum em barragens de terra, não surtiu efeito. A preocupação em que me encontrava aumentava a cada momento. Naquelas circunstâncias, apenas uma providência conviria ser tentada: reduzir, tanto quanto possível, o volume de água armazenada, abrindo a válvula que existia na torre de equilíbrio, e que se erguia a alguns metros à montante da barragem.

Essa torre tinha mais de vinte metros de altura, dos quais dezoito se encontravam submersos. Fora construída sobre o fundo do lago e da sua base, a vinte metros de profundidade, partia uma grossa tubulação, pela qual a água era drenada em caso de emergência. Dei ordem, então, para que se abrisse essa válvula. Ao ser procedida a operação, verificaram os técnicos, porém, que, por falta de conservação, todo o maquinismo estava enferrujado. Por maior que fosse o esforço, a válvula não atendia às manobras levadas a efeito na cabina de controle. Mandei que convocassem os operários da Mannesmann, habituados a fazer funcionar engrenagens complicadas. Estes vieram e igualmente fracassaram.

Diante do impasse, o engenheiro Luís de Oliveira sugeriu que se abrisse uma fenda na base da torre, de forma a se estabelecer uma ligação direta desta com a tubulação, que passava sob a barragem. A tarefa era difícil e complexa. A torre fora solidamente construída em cimento armado, com grossos vergalhões de ferro, e se mostrava quase invulnerável. Combinou-se, então, que alguns operários descessem até o fundo e abrissem, com brocas e perfuradores elétricos, um sulco circular em torno da válvula, no interior do qual bombas de dinamite seriam alojadas. Esse trabalho seria feito a 15 metros de profundidade, mesmo no coração da represa. Os operários teriam que descer numa prancha sustentada por cordas, que seriam manobradas da cabina de controle por um grupo de homens fortes. Os escalados para a tarefa, quando chegaram à borda da torre, recuaram. Teriam de descer num buraco de cerca de um metro de diâmetro, em plena escuridão, e trabalhar lá embaixo, com 20 milhões de litros de água por cima deles. Aterrorizados, recusaram-se a descer na prancha.

Ao perceber o que estava ocorrendo, decidi descer, eu próprio, de forma a fazer com que os operários, em face do meu exemplo, entrassem em brio e se dispusessem a realizar a tarefa. Subi na prancha e ordenei que a abaixassem. Os engenheiros tentaram fazer com que desistisse daquela aventura, que poderia custar-me a vida, mas a ninguém atendi. O trabalho deveria ser feito e não poderia obrigar aqueles humildes trabalhadores a realizá-lo, se não estivesse disposto a correr o mesmo risco. De pé na prancha, ordenei aos que sustinham as cordas: “Podem ir soltando, devagar!”

A prancha cedeu ligeiramente, mergulhando na escuridão. Pouco depois, constatei que o terror, que assaltava os operários, era justificado.

O interior da torre era, de fato, assustador. Além da escuridão, existia a água que escorria pelas paredes e que, ao cair no fundo, fazia um ruído cavo, sinistro, como se viesse das entranhas da terra. Havia, também, o frio úmido que me envolvia os membros, dando a sensação de que estava sendo enterrado vivo. A todas essas emoções, de natureza circunstancial, deve-se ajuntar as de caráter psicológico, determinadas pela existência daqueles 20 milhões de litros de água represada, bem em cima da minha cabeça, e que, segundo todas as previsões, estavam prestes a romper a barragem.

Mesmo assim, fui até a base da torre. Ali, acendendo uma lanterna elétrica que levava, examinei a válvula, apalpei a parede de cimento e assinalei, com a ponta de uma pedra, o local, onde o sulco circular deveria ser aberto. Quando retornei à tona, fui recebido com aquele silêncio característico dos momentos de grande emoção. Esse gesto, como esperava, despertou entusiasmo entre os trabalhadores. Pouco depois, embora alguns não conseguissem disfarçar o pavor de que estavam dominados, disputavam a honra de seguir o meu exemplo, saltando em grupo para a prancha e deixando que ela fosse arriada.

O trabalho passou a ser feito com a prensa que as circunstâncias exigiam e, como já era noite alta, voltei para o palácio, a fim de comer alguma coisa e repousar por uma meia hora. Às 6 horas da manhã, já estava, de novo, na Pampulha. Os operários ainda trabalhavam no fundo da torre, mas logo percebi que o cogumelo líquido não só não havia sido reduzido, mas que se avolumava de hora para hora. Pouco depois, constatei um enorme redemoinho que se formava na superfície do lago. Ali, a água rebojava, ameaçadora, tragando tudo quanto era atraído por aquele movimento circular – folhas, pedaços de pau, detritos de toda natureza. Dessa forma, a fenda fora localizada e logo tomamos providências para vedá-la. Caminhões e caminhões de capim foram atirados no lago. Soldados do Corpo de Bombeiros, circulando o local em lanchas, utilizavam compridas varas para fazer com que o capim, que sobrenadava, mergulhasse no lugar adequado. Tudo, porém, resultava inútil.

Por volta do meio-dia do Sábado de Aleluia, a barragem ainda resistia. O cogumelo líquido ainda lá estava e o mesmo acontecia com o redemoinho, cujo poder de sucção havia se tornado ainda mais violento. Apesar disso, eu não perdera a esperança de poder esvaziar a represa. Pouco

depois, os operários, que trabalhavam na base da torre, deram por concluída sua tarefa, voltando para a cabina de controle. Preparadas as cargas de dinamite e levadas, em seguida, até o fundo, foram, ali, ajustadas ao sulco circular aberto em torno da válvula. Todos se retiraram, para que tivessem lugar as explosões. E estas vieram, num ruído surdo de trovão subterrâneo. A operação deu os resultados previstos. Um tampo circular, de um metro de diâmetro, foi arrancado da base da torre e, pelo orifício, um violento jorro de água se comprimia, precipitando-se na tubulação longitudinal, para surgir, escachoando ameaçadoramente, do outro lado da barragem. Tivera início o processo de drenagem do lago.

A ruptura subterrânea permitiu que, dali em diante, milhões de litros de água deixassem de forçar a barragem e, com o alívio da pressão, renovou-se a esperança de que pudesse ser evitada a catástrofe. Entretanto, apesar do esgotamento progressivo da represa, a luta não estava concluída. O que presenciávamos era um embate das forças da natureza contra os recursos de reação da inteligência humana. As águas, solapando a terra, haviam dado início a um processo de guerrilha, na qual as armas mais perigosas eram justamente a insídia e o imprevisto. Para enfrentá-las, seria necessário que estivessemos sempre atentos, com todos os sentidos despertados, prontos para revidar, em cima da hora e com a violência imposta pelas circunstâncias, qualquer arremetida daquele oceano que se esforçava por fugir à mordança.

A tensão crescia a cada momento. Os engenheiros me olhavam, como se buscassem, na minha determinação de salvar a barragem, novos recursos de ação para enfrentar o que se apresentava absolutamente imprevisível. O espetáculo era, na realidade, emocionante. A luta tivera início na Sexta-Feira da Paixão, estendera-se pelo Sábado de Aleluia e pelo Domingo de Páscoa, e avançava firmemente pela semana que se seguira. Cinco dias já haviam passado e, durante esse período, eu não gozava de qualquer repouso. Comia ali mesmo, engolindo às pressas um sanduíche ou tomando em pé um copo de leite que me davam. Quanto a dormir, não passava de um rápido cochilo no interior do meu carro, com o motorista atento para me acordar ao menor sinal de anormalidade.

Como era natural, a notícia do drama da Pampulha se propagara por todo o estado e, em seguida, pelo país, transformando-se em man-

chete diária na maioria dos grandes jornais. Repórteres, vindos de várias capitais, ali se acotovelavam. As emissoras de rádio haviam instalado cabinas nos pontos estratégicos da Pampulha. Sucediã-m-se as irradiações, com completa cobertura do trágico acontecimento. A fim de prevenir sacrifícios de vidas, mobilizei a polícia do estado e, graças à dedicação de seus soldados e oficiais, esvaziamos todas as casas dos bairros ameaçados. Não apenas retiramos os moradores, mas levamos, igualmente, os móveis e os utensílios que nelas se encontravam. Esse trabalho hercúleo havia sido realizado durante a noite de segunda para terça-feira. A maioria acatou, com compreensão, a ordem de evacuação. Existiam, porém, os teimosos e os inconscientes que se obstinavam em não levar a sério o perigo. Para contornar esse impasse, enquanto se procedia à evacuação eu, no interior de um teco-teco, equipado com poderoso alto-falante, sobrevoava a área, exortando os moradores a cooperar com as autoridades, abandonando sem demora seus lares.

Na manhã de terça-feira, percebi que o cogumelo havia aumentado consideravelmente. A água brotava do chão com um ímpeto avassalador. As estações de rádio passaram a anunciar, de minuto a minuto, o que ocorria na Pampulha. A ruptura era aguardada para qualquer momento. Em face do estado emocional, criado pelo acento dramático com que era divulgado o noticiário, toda a população de Belo Horizonte se encaminhou para a Pampulha, a fim de testemunhar o impressionante espetáculo. Ônibus, caminhões, automóveis e até carroças, convertidas em transporte urbano de emergência, atravancavam as ruas adjacentes, congestionando o tráfego. Cordões de isolamento, estendidos pela polícia, mantinham a distância os milhares de curiosos que se empurravam, para se aproximar da barragem.

Toda a manhã de terça-feira foi vivida sob crescente emoção. Ao lado dos meus auxiliares e do prefeito da cidade, coloquei-me numa pequena elevação, situada à margem da represa, e dali passei a observar a lenta evolução do processo de ruptura. Ninguém falava. A multidão, em ansiosa expectativa, apesar dos atropelos naturais numa emergência daquela natureza, conservava-se em silêncio, como fascinada pela tragédia iminente. Milhares de olhos estavam fixos naquela faixa de terra compactada, à espera de que ela se rompesse. Por volta do meio-dia, o cogumelo, que

vinha se avolumando com rapidez, adquiriu novo ímpeto, lançando mais alto e num diâmetro bem maior o repuxo de água que, ao se desfazer, sob a luz da manhã, irisava-se todo, como um pavão-real que abrisse a cauda. O que tinha diante dos olhos era sinistro e deslumbrante.

À 1 hora da tarde, precisamente, ouviu-se um estrondo surdo, terrível, subterrâneo, e a barragem, que resistira heroicamente àquela imensa pressão, cedera por fim. Rasgara-se ao meio, como se duas mãos poderosas a houvessem segurado e partido em dois pedaços. Pela rachadura central, como uma boiada em pânico, precipitaram-se, rugindo, uivando, ganindo, roncando, milhões de metros cúbicos de líquido. Era o estouro das águas.

Quinze minutos mais tarde, ouviu-se um segundo estrondo. Era outra faixa da barragem que cedia. Pela fenda enorme, aberta como um corte vertical na plataforma de terra compactada, o escoamento da represa se processou, com violência inaudita. Pouco depois, o oceano, que alguns minutos antes estava comprimido pela barragem, espalhou-se numa torrente assassina que, em sua fúria destruidora, avançava, levando de roldão o que se antepunha ao seu ímpeto – casas, ruas inteiras, pontes, automóveis, muros de pedra e construções de qualquer natureza.

Deixando o local, tomei um avião e sobrevoei a área a fim de medir a extensão dos danos. Felizmente, graças às providências que haviam sido tomadas pelo governo, nem uma só vida humana fora sacrificada. O espetáculo que contemplei de bordo do avião dava a impressão de uma visão bíblica. Era a fúria dos elementos, no desdobramento de uma manifestação da ira divina, desencadeada contra bairros inteiros! E pude acompanhar, com olhos assombrados, aquela torrente desenfreada que, após haver despedaçado a mordaza que há treze anos a asfixiava, convertera-se num impetuoso curso d'água, de trinta quilômetros de extensão, o qual, torcicolando através de vales e baixadas e se esgueirando por entre os salientes orográficos do maciço central do estado, ia desembocar, por fim, no rio das Velhas.

.....

A industrialização, enfim

O DRAMA DA PAMPULHA me afetara profundamente. Durante vários meses, tive-o vivo em meu espírito. Entretanto, por formação e temperamento não sou afeito a lamentações. Em face do ocorrido, fiz o que me competia: dois dias após a tragédia, enviei uma mensagem à Assembleia Legislativa solicitando a concessão de uma verba especial para a obra, e esta foi aprovada em regime de urgência.

Entretanto, os entraves da burocracia impediram que a reconstrução da barragem pudesse ser levada a efeito na época. Na ocasião, Getúlio Vargas fizera uma das habituais visitas a Minas, comparecendo às comemorações do Dia de Tiradentes, realizadas em Ouro Preto. Ali fora, atendendo a convite meu, para que presidisse às solenidades. A antiga Vila Rica era-lhe grata ao coração. Ali estudara, durante a mocidade; e ali sofrera, vendo um dos seus irmãos envolvido num crime de morte, em consequência de uma briga entre colegas. Em Ouro Preto, ele fizera um brilhante discurso e, por ocasião do regresso ao Rio, insistira em passar por Belo Horizonte, pois queria ver, com os próprios olhos, os danos causados pelo rompimento da barragem.

O campo de pouso da Pampulha estava interditado, o avião desceu em Lagoa Santa, e dali dirigimo-nos diretamente para o local onde

ocorrera a tragédia, através de uma ponte, feita às pressas, que restabelecera o tráfego na estrada danificada pelo entulho do rompimento, ocorrido dois dias antes. Ao chegar ao local, Getúlio Vargas deteve-se longamente na contemplação dos danos causados pela fúria das águas.

Com o aumento do custo das obras e dos serviços necessários à reconstrução, a prefeitura não tinha condições para fazer frente à obra que doze anos antes eu havia edificado. Getúlio Vargas prometeu o auxílio financeiro que solicitei, mas, por qualquer motivo, deixou de cumprir a promessa. Nessas condições, iria caber a mim, quando presidente da República, restaurar, na plenitude de sua beleza, aquele deslumbrante e então famoso recanto paisagístico da capital mineira.

O desastre da Pampulha não impediu, contudo, que prosseguisse com o mesmo ritmo vertiginoso na execução do meu programa administrativo. Entre 1951 e 1955, a Cidade Industrial, sob o estímulo constante e direto do governo, era um parque de fábricas em crescimento acelerado. Colocada no centro, por assim dizer, das atividades da Cemig, oferecia a qualquer empresa – pela uniformidade da ciclagem e pela interligação das diversas usinas instaladas no estado – condições de disponibilidade de energia que não se observavam em qualquer parte do país. Em consequência dessa situação privilegiada, ela se havia transformado num foco de atração para dezenas de firmas, tanto nacionais como estrangeiras.

A partir de 1951 – quando se iniciou o meu quinquênio – as fábricas ali existentes, influenciadas pelo sopro renovador que passara a prevalecer no estado, logo trataram de ampliar e melhorar suas instalações. Cito, entre outras, as seguintes organizações: Companhia de Cimento Itaú, Magnesita S.A., Companhia Industrial de Estamparia, Cotonifício Minas Gerais, Máquinas Agrícolas Altivo, Indústria Mineira de Moagem e a Companhia Mineira de Sabão e Óleos Vegetais. A Companhia Têxtil Santa Elizabeth iniciou, em 1951, suas instalações para uma indústria de tecidos em larga escala. Fábricas, de diversos gêneros – como a Mafersa, de material ferroviário, e outras de fogões, de farinhas, distribuidoras de petróleo e derivados, abrasivos e laminações de ferro –, foram surgindo e, através dessa constelação de novas empresas, desenvolvia-se em bases sólidas o processo da industrialização do estado.

Não se pense, porém, que esse processo estivesse restrito a um núcleo que, embora poderoso, nunca ultrapassasse essa condição de *núcleo*. De fato, a Cidade Industrial era um ponto de concentração, a base indiscutível de um esquema industrial. Entretanto, em face da política de desdobramento da rede de distribuição de energia, outras fábricas foram surgindo nas diferentes zonas do estado, e todas elas tendo por objetivo a exploração das potencialidades regionais. Um dos setores mais beneficiados pelo meu governo foi o de laticínios. Entre as indústrias alimentícias de Minas, a de laticínios ocupava um lugar da maior relevância. Representava 59% das indústrias alimentícias de Minas e 12,36% da produção geral do estado. Quando assumi o governo, existiam mais de 5 mil estabelecimentos desse gênero em Minas, mas infelizmente essas organizações, em sua grande maioria, funcionavam, segundo normas rotineiras, sem qualquer condicionamento técnico. Entretanto, existia em Juiz de Fora um estabelecimento único em seu gênero em todo o país – a Fábrica-Escola de Laticínios Cândido Tostes, fundada por Benedito Valadares – cujo objetivo era orientar tecnicamente a indústria. Sabedor dos grandes benefícios que essa instituição vinha prestando, na preparação de centenas de técnicos não somente de Minas, mas de numerosas outras unidades da Federação, tomei providências no sentido de que fossem melhoradas suas instalações e ampliadas suas atividades. Essa assistência governamental acusou dois resultados imediatos e positivos: grande aumento no número das matrículas e maior desenvolvimento da produção de queijo e manteiga do instituto. A Semana do Laticinista, promovida em 1953 pela fábrica-escola, com afluência de dezenas de fazendeiros, de agrônomos, de veterinários e de outros interessados, ofereceu aos participantes um espetáculo novo de trabalho técnico em expansão, e os efeitos desses certames extensos, com repercussão não apenas nas regiões produtoras do estado, mas também nas de outras unidades da Federação. Em face do êxito do Instituto Cândido Tostes, mandei elaborar planos para a construção de novas fábricas-escolas daquele gênero e, pouco depois, presidia à inauguração de duas: uma, em Três Corações; e outra, no Serro.

Ao lado da indústria de laticínios, promovi a criação, no estado, da indústria do frio. Pesquisas oficiais de começos de 1951 indicavam que a carne, com um consumo anual *per capita* de 18 quilos em todo o Brasil,

não era consumida, no mesmo período e também por cabeça, em Minas Gerais, na razão de mais de oito quilos. Qual a conclusão a tirar-se desse déficit? Apenas uma: a de que, em Minas Gerais, no começo de 1951, a dieta não permitia normalmente trabalho braçal durante mais de quatro horas diárias. A elevação do consumo *per capita* constituiria, assim, uma iniciativa de profunda repercussão social.

Se, por um lado, a estatística indicava esse déficit, por outro lado surgia, nas condições de transporte do gado bovino para os centros de abate, um desperdício lamentável. Primeiro, o boi abatido em Minas Gerais fornecia, então, apenas 43 a 50% de seu peso, quando vivo. Metade do peso, representando elementos até então considerados sem nenhum valor, poderia apenas fornecer subprodutos não comestíveis. Urgia, assim, estimular o estabelecimento de novas indústrias em torno de uma organização central, para aproveitamento dos subprodutos e sua conversão em fatores econômicos reais.

Só a industrialização da carne, pela indústria do frio, traria para o estado as vantagens diretas e sempre mais amplas até então não facultadas aos criadores e industriais. Além do mais, a organização da indústria frigorífica em larga escala era uma justa e velha aspiração mineira. Surgiu, então, a Frimisa – Companhia Frigoríficos de Minas Gerais –, criada em dezembro de 1951.

A escolha do local para a instalação da Frimisa foi levada a efeito com a minúcia e a tática de uma preparação de batalha. O porte do empreendimento projetado determinou que fosse a zona de Belo Horizonte considerada ideal, por ser o ponto de convergência dos transportes terrestres das duas grandes regiões de produção pecuária do estado: o norte-nordeste e o oeste-alto Paranaíba. Importante centro ferroviário, a capital estava praticamente equidistante das duas zonas.

Assim, na zona de Belo Horizonte, escolheu-se a localidade denominada Carreira Comprida, no município de Santa Luzia, a 18 quilômetros de distância, delimitando-se ali uma área de 450 hectares. Em Carreira Comprida, o frigorífico estaria em condições de operar o ano inteiro, uma vez que a safra do norte se inicia em dezembro-janeiro e a do oeste em maio-junho.

Quanto ao transporte ferroviário, o frigorífico propiciaria grande economia à Estrada de Ferro Central do Brasil no retorno das gaiolas – economia da ordem de 140 milhões de toneladas-quilômetros e do valor de 40 milhões de cruzeiros por ano. Na mesma linha, beneficiar-se-ia a Rede Mineira de Viação. Aliviar-se-ia, também, em benefício de outras iniciativas, a bitola de 1,60m que, em meados de 52, já havia atingido praticamente um estado de saturação. Assim, a escolha de Carreira Comprida atendia a todos os interesses.

O frigorífico deveria ser o maior do país, pois uma iniciativa dessa natureza só apresentaria bom resultado financeiro se fosse levada a efeito em larga escala. A capacidade de abate foi fixada em 1.500 bovinos e 500 suínos em oito horas de trabalho – num total de 180.000 toneladas de animais vivos por ano. As câmaras frigoríficas haviam sido calculadas para 11.000 toneladas. Todos os subprodutos, alimentícios ou não, seriam industrializados pelo funcionamento coordenado de doze grandes indústrias subsidiárias, instaladas em anexo ao frigorífico. A produção incluiria, além da carne e derivados, subprodutos opoterápicos, adrenalina, hemoglobina, insulina e outros do mesmo gênero.

Partindo-se da capacidade projetada de 180.000 toneladas de animais vivos por ano, e como 14% do peso do boi vivo correspondem aos ossos, poder-se-iam obter, com os subprodutos, cerca de 25.000 toneladas por ano, entre gordura comestível, gordura industrial, gelatina, cola e ácido fosfórico. Para que o aproveitamento pudesse ser completo, utilizar-se-iam nas indústrias subsidiárias a pele, os pelos, os chifres, as glândulas e o sangue.

As obras tiveram início em ritmo acelerado. Em março de 1954, quase toda a estrutura do estabelecimento estava concluída e, ao começar 1955, a Frimisa já era uma realidade concreta, a caminho de uma expansão metódica. Em janeiro daquele ano, por ocasião das celebrações do quarto aniversário da minha administração, havia afirmado, em discurso, ao povo mineiro: “Exportávamos de Minas 700 mil cabeças de gado anualmente e, por falta de frigoríficos, perdíamos cem mil, o que clamava aos céus como injustiça, por sabermos que a grande maioria do nosso povo se alimenta de forma precária. Hoje posso declarar-vos que temos, em vias de conclusão,

o maior frigorífico da América do Sul, o que valorizará de muito a renda de nosso estado.”

O destino, porém, conspirava contra a conclusão, naquela época, dessa obra de tanta relevância para o estado. Em março de 1955, renunciei ao governo de Minas, a fim de me candidatar à Presidência da República, e, em agosto, um incêndio destruiu parte do que havia sido construído do frigorífico. A iniciativa, porém, não seria sacrificada pela trágica ocorrência. Incluída, mais tarde, no meu plano de metas, a Frimisa entraria em operação em princípios de 1959.

Enquanto a Frimisa era um empreendimento de dinamização da pecuária mineira, a Fertisa seria o instrumento de regeneração dos solos agrícolas. Em 1953, falando em Belo Horizonte, na inauguração da Exposição de Animais e Produtos Derivados, expressei minha preocupação em relação ao problema de exaustão das terras cultiváveis: “O governo já começou a equacionar, em termos adequados, o problema vital da regeneração dos nossos solos agrícolas. Os franceses, com a industrialização das jazidas de fosfatos da África setentrional e ocidental, estão transformando em zonas férteis e já altamente produtivas vastas áreas do Saara. Com melhores elementos, e mais fundadas razões, poderemos elevar os índices da produtividade de nossa agricultura se, aproveitando os recursos minerais de que dispomos, organizarmos a nossa própria indústria de fertilizantes e adubos, em bases econômicas que permitam o seu emprego, de modo sistemático e em alta escala, pela generalidade dos nossos lavradores.” Através dessas palavras, podia-se entrever, com grande antecipação, os contornos do que seria, dois anos mais tarde, a Fertisa.

Naquela época, a produção agrária de Minas apresentava índices de rendimento por hectare realmente alarmantes, e isso era devido, principalmente, à enorme extensão das denominadas *terras cansadas*. Como compensar os déficits gerados pelas culturas exaustivas e pela erosão? O alto custo dos fertilizantes importados dificultava cada vez mais seu emprego nas proporções desejadas. O consumo brasileiro, em 1951, não ia além de 10% das necessidades do país. Para encaminhar a solução do problema, Minas já contava, em meados de 1953, com energia elétrica abundante. Restava, então, aproveitar as enormes reservas de apatita de Araxá, pois essas enormes jazidas de fluofosfato de cálcio – 100 milhões de toneladas

– poderiam atender à maior parte das exigências do estado. Um cientista mineiro, o professor Djalma Guimarães, descobrira e oferecera ao estado um processo econômico para produzir, em larga escala, um fertilizante dos mais poderosos, com a singularidade de contar todos os elementos necessários à vida vegetal e de ser solúvel de 39 a 92º, condição que o tornava imediatamente incorporável, na tonalidade do peso, à composição química do solo e das plantas.

Encarreguei o engenheiro Bhering de organizar, então, a Fertisa, cujo programa era vasto e complexo, já que envolvia numerosos setores de trabalho. Entretanto, suas finalidades principais poderiam ser resumidas em apenas duas linhas de exploração industrial: a) industrialização dos minerais fosfatados da região de Araxá, para a produção de fertilizantes fosfatados; e b) industrialização concomitante do potássio de Poços de Caldas, para aproveitamento de grandes ocorrências de foiaíto nefelínico. Em fins de 1954, das numerosas obras atacadas pela Fertisa, muitas se achavam em vias de conclusão, e em face da minha renúncia ao governo do estado o empreendimento sofreu alguns embaraços, o que, entretanto, não impediu que o plano tivesse prosseguimento, produzindo, já por volta de 1958, 26 mil toneladas anuais de apatita pulverizada.

O plano de industrialização do estado foi executado, como já disse, paralelamente às obras que consubstanciavam o *Binômio: Energia e Transportes*. A Cidade Industrial não fora criada por mim, mas por Benedito Valadares, e, pelo período de oito anos, ela se desenvolvera num ritmo apenas vegetativo, condicionado quase exclusivamente às decisões unilaterais da iniciativa privada. Em 1953, em face do reforço da potência instalada na Usina de Gafanhoto, trinta novas firmas requereram aforamento de terras para instalação fabril. Dos cinco grandes estabelecimentos inaugurados em 1954, o maior foi o conjunto Mannesmann. Novos aforamentos foram concedidos, em seguida, à fábrica de esmaltados, cotonifícios, para a indústria metalúrgica, de fiação e tecelagem. Em março, quando deixei o governo, a cidade já se mostrava bem mais poderosa do que a encontrara em 1951. Seu perímetro urbano era uma floresta de chaminés. Viam-se, ali, em atividade instalações dos mais variados gêneros – indústrias de transformadores elétricos, eletrodos para solda, produtos metalúrgicos, artigos veterinários, azulejos, beneficiamento de areias monazíticas, mar-

moraria, beneficiamento de calcário, produtos alimentícios, montagem de tratores e equipamentos diversos –, o que demonstra a pujança com que o surto de industrialização já se fazia sentir no estado.

No mês de agosto de 1954, tiveram lugar na Cidade Industrial duas inaugurações de vulto: primeiro, a da grande fábrica de equipamentos elétricos da Metropolitana Vickers do Brasil; e, segundo, a do primeiro grupo de produção de tubos sem costura da Mannesmann. A Mannesmann implantava, em terras mineiras, a primeira eletrossiderurgia de porte na América do Sul: 1.300 operários, 120 mil toneladas anuais de aço. A Metropolitan Vickers acompanharia celeremente a eletrificação do estado, e da relevância de sua instalação pode-se aquilatar pela decisão da Central do Brasil de logo montar, nos arredores de Belo Horizonte, uma oficina de locomotivas elétricas e diesel-elétricas e de encomendar à Metropolitan Vickers, que ainda não se achava em funcionamento, a reforma e a substituição de 400 motores elétricos para remodelação dos serviços suburbanos do Rio de Janeiro.

A inauguração da Mannesmann despertou grande entusiasmo e repercutiu intensamente em todo o país. O próprio presidente Getúlio Vargas – já a braços com a crise política que o levaria à tragédia de 24 de agosto – fez questão de estar presente ao ato. Em apenas doze meses, os técnicos da empresa haviam transportado da Alemanha para o Brasil e posto em funcionamento 11 pontes rolantes de 380 toneladas; 200 motores elétricos com poder total de 6 mil kW; a mais moderna prensa de extrusão do mundo, pesando, com o laminador, 700 toneladas; e 35 máquinas operatrizes de alto rendimento, inclusive 15 tornos mecânicos capazes de fabricar peças necessárias ao funcionamento da própria siderúrgica – tudo isso colocado no sistema de estruturas cobertas na área de 24.000 metros quadrados, em que se empregaram 3.700 toneladas de aço.

Na Cidade Industrial, o matagal cedera lugar às estruturas de aço; por toda parte, brotavam as chaminés e corriam os tubos para todos os usos. O sonhado estágio industrial já não era mais um ideal remoto a conquistar – apresentava-se ali, aos olhos de quem quisesse ver, como uma realidade viva e palpitante, na plena força de sua expressão renovadora.

.....

A tragédia que abalou o Brasil

MINHA ATUAÇÃO à frente do governo de Minas era observada com interesse pelos círculos políticos nacionais. Tratava-se de um novo sistema de administração: respeito à opinião dos adversários; e uma ação dinâmica, com o próprio governador transformado em *fiscal de obras*, fazendo-se presente em todas as frentes de trabalho. Em novembro de 1954, o senador Dinarte Mariz afirmara em entrevista aos jornais do Rio: “Desde 1951, nosso partido vem observando Juscelino com o maior interesse.”

A frase não deixava de ser uma definição. Na realidade, não era apenas o PSD que tinha os olhos voltados para a nova administração mineira. O PR, com o qual eu fizera uma aliança, mostrava-se igualmente satisfeito com a correção com que vinha cumprindo as cláusulas do acordo interpartidário. O PTB via com crescente entusiasmo a preocupação com que, na chefia do governo estadual, eu procurava atender às reivindicações dos trabalhadores.

Além das manifestações de caráter partidário, recebia com frequência animadoras manifestações de governadores de estado – entre outros, Munhoz da Rocha, Lucas Garcez, Ernesto Dorneles, Pedro Ludovico e Amaral Peixoto –, apontando minha obra como inspiradora para os go-

vernos das demais unidades da Federação. Apenas a UDN – como, aliás, era de se esperar – persistia em sua oposição.

Será justo ressaltar que, enquanto tantas vozes se faziam ouvir, projetando o meu nome no cenário nacional, Getúlio Vargas, de quem era amigo, mostrava-se reservado, observando a evolução dos acontecimentos, mas sem nada dizer.

Entretanto, o movimento de simpatia em relação ao meu nome, que se constatava no cenário nacional, não teria a menor importância se, paralelamente, a possibilidade de eu ser candidato à Presidência da República não fosse um assunto que já empolgasse a quase unanimidade do povo mineiro. Qualquer político, no exercício do poder, sempre se desgasta, ampliando a área de descontentamento que é característica da atividade pública. No meu caso, esse fenômeno não se verificou. E essa anomalia poderá ser explicada como uma resultante natural do sistema de governo que vinha realizando. Até então, os mineiros estavam habituados a um jogo de toma lá e dá cá em suas relações com os políticos. O voto, dado no município, era cobrado depois da posse, em Belo Horizonte, em nomeações de professoras e de delegados. Quando me instalei no Palácio da Liberdade, logo me vi envolvido nesse jogo. Recusar-me a ser parceiro seria arriscado demais para quem mal iniciava sua administração. Mas sentar-me à mesa e aceitar as cartas distribuídas seria atirar pela janela a oportunidade de fazer alguma coisa pelo meu estado. Adotei, pois, uma norma intermediária. Quando um chefe municipal me procurava, fazia uma barganha política: trocava um delegado por uma ponte ou três funcionários por um posto de saúde.

No princípio, houve reação seguida de ressentimento. Depois, quando a ponte era inaugurada ou o posto de saúde começava a funcionar, minha posição logo melhorava. Com a ponte construída, os viajantes já não teriam que enfrentar o lamaçal e, quando chegavam à praça da matriz, sempre tinham uma palavra de elogio para o chefe político, que pusera fim à *desgraceira daquele atoleiro*. Com o posto de saúde em funcionamento, ele via com orgulho, debruçado à janela de sua residência, as dezenas de doentes, originários de todas as bibocas do município, obtendo uma consulta médica ou sendo tratados de uma mordida de cobra, sem que ele, chefe político, tivesse que mexer no bolso. A sovínice aliada à vaidade contribuíam para que, aos poucos, a regra do jogo político fosse alterada. Durante as

audiências que concedia aos chefes municipais, sempre aproveitava a oportunidade para pregar essa minha filosofia. Com bom humor e paciência, esclarecia que o tempo das nomeações já havia passado, e que o prestígio se afirmava, não através das truculências de um delegado, mas pela construção de obras de real interesse para a comunidade. Não admiti, igualmente, remoção ou demissão de funcionário por motivo político e, quando se tratava de uma professora, era comum que me exaltasse: – “Minha mãe era professora!...” – Depois procurava consertar os efeitos da explosão, fazendo oferecimentos: “Peça-me uma ponte, um grupo escolar, um empréstimo, mas prejudicar uma professora, isto não!...”

A UDN não me perdia de vista, na esperança de me pegar em falso. Entretanto, nem sempre seus porta-vozes eram felizes. Cito apenas um caso, para ilustrar o gênero de combate que me era feito: o da Associação Médica de Minas Gerais. A diretoria dessa associação, levando em conta uma promessa que lhe fizera de aumentar os vencimentos dos médicos funcionários, promovera um movimento de mobilização da classe, reclamando tabelas especiais para os seus associados que eram funcionários do estado. Respondi que havia autorizado a elaboração de uma tabela de aumentos, mas para todo o funcionalismo, sem tratamento especial nem privilégios para a classe médica, que, por coincidência, era a minha. Através da aprovação dessa tabela, cumpriria a palavra empenhada, melhorando a situação dos meus colegas, mas sem fazer discriminação em relação ao resto do funcionalismo.

Essa atitude logo gerou uma crise. Os ânimos se exaltaram e, com os próceres udenistas assoprando, os mais intransigentes chegaram a proferir insultos pessoais contra mim, pela imprensa e nas reuniões da associação. Em face daquela reação, não hesitei: mantive minha atitude e enviei carta à diretoria da associação solicitando, em caráter irrevogável, minha exclusão do quadro dos seus associados.

Esse gesto repercutiu como uma bomba. E alguns diretores da associação, que zelavam mais pelos interesses da UDN do que pelas reivindicações da própria classe, espumaram de raiva ao perceberem que a atitude firme e inesperada que eu havia tomado repercutira da melhor maneira no seio da opinião pública, cuja simpatia já de início, e muito justamente, se inclinava para o lado de quem negava privilégios.

Se esse era o cenário estadual, o quadro nacional mostrava-se bem mais agitado. O inconformismo oposicionista deixara de ser teórico, para assumir uma atitude prática, apoiada em planos de ação política, com irradiação pelo interior dos quartéis e contundente atividade parlamentar, visando a qualquer preço a desmoralização do governo.

Sucediam-se assim as crises – forjadas ou não – mas sempre habilmente exploradas pelos inimigos do governo. O discurso de Vargas, proferido no dia 31 de dezembro de 1951, acusando a administração Dutra, agitara o Congresso por vários meses. Seguiu-se a substituição de Segadas Viana, titular da pasta do Trabalho, por João Goulart. Esse episódio, que seria normal em qualquer regime democrático – uma simples troca de ministros –, transformara-se, por obra dos inconformados, numa grave ameaça às instituições.

Aliás, o clima era propício às desconfianças. Havia, na Argentina, o exemplo de Perón. E num congresso do PTB, realizado na época, Getúlio Vargas, num arroubo de afeição ao seu pupilo político, havia declarado que João Goulart era *o seu herdeiro político*. A frase, em si, nada tinha de condenável. Os udenistas, entretanto, emprestaram-lhe um sentido oculto, sibilino, suscetível de gerar suspeitas. A existência de um *herdeiro* poderia expressar uma preocupação de continuidade de mando, o que se ajustava perfeitamente ao anterior comportamento político de Vargas. E o pior foi que, a essa inconveniente afirmação, seguiram-se atos de tendência visivelmente subversiva. Reuniram-se os sindicatos, numa concentração monstro em Volta Redonda, a fim de exigir de Getúlio Vargas a nomeação de João Goulart para a pasta do Trabalho. Foram promotores desse movimento diversos líderes metalúrgicos, conhecidos por sua tendência esquerdista, entre os quais Roberto Morena, então presidente do Sindicato dos Marceneiros e, mais tarde, deputado comunista.

Getúlio Vargas, ao curvar-se às exigências dos sindicatos, alienara a simpatia de diversos círculos militares que o apoiavam. E o novo ministro, por sua vez, em vez de tentar dissipar a animosidade com que fora recebida sua nomeação, entregou-se de corpo e alma aos líderes sindicais, convertendo a pasta do Trabalho num foco permanente de agitação política. Tiveram lugar, então, as grandes mobilizações trabalhistas, tendo como objetivo a decretação de um novo salário mínimo. Em face disso,

alarmaram-se as classes conservadoras, e essa reação não tardou a ter reflexos nos círculos militares. Tramou-se, então, no interior dos quartéis, uma providência, julgada capaz de sustar a desenvoltura dos sindicatos, estimulada pelo titular da pasta do Trabalho. Um grupo de coronéis do Exército, liderado por Amauri Krueel, redigiu um memorial, revelando o perigo que poderia representar para as instituições a permanência de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho. O sigilo que envolvia essa iniciativa só deveria ser quebrado com a entrega do documento ao ministro da Guerra. Tratava-se do *Memorial dos Coronéis*. Entre os signatários desse documento, figuravam alguns coronéis que na época comandavam corpos de tropa sediados no Rio, e que eram pessoas da mais absoluta confiança do ministro da Guerra e do comandante do I Exército.

Esses oficiais haviam emprestado a sua solidariedade à parte construtiva do *Memorial* – o desejo de cooperar com o governo –, advertindo-o sobre a inconveniência do que era denominado a *demagogia trabalhista* de João Goulart – mas não ao que se ocultava sob o sibilinismo com que o texto havia sido redigido. Entretanto, enquanto ainda estava em curso a tarefa de coleta das assinaturas, o sigilo foi quebrado sem se saber como. Em face disso, o *Memorial* foi levado apressadamente ao ministro da Guerra, e a crise explodiu.

A quase totalidade dos oficiais-generais das Forças Armadas interpretou o documento como uma manifestação indébita dos coronéis sobre o assunto, cuja apreciação, por motivos de hierarquia, forçosamente lhes deveria caber. Além do mais, o governo considerou subversivo aquele pronunciamento. Resultou desse choque de esferas de competência a demissão do general Espírito Santo Cardoso da pasta da Guerra, sendo substituído pelo general Zenóbio da Costa. A crise gerada pelo *Memorial* levou o país a viver dias de grande tensão e João Goulart, assim acuado, viu-se obrigado a deixar o Ministério do Trabalho.

A escolha de Zenóbio da Costa havia desagradado à maioria dos signatários do *Memorial* e alguns deles, mais exaltados, tentaram prolongar a crise. Indiferente à má vontade com que fora recebida sua nomeação, o novo ministro tratou de restabelecer a disciplina nas fileiras do Exército. No que dizia respeito aos coronéis, informado de que a maioria havia assinado o documento de boa-fé, decidiu não tomar qualquer medida dis-

ciplinar e com esse desfecho encerrou-se a crise provocada pelo famoso *Memorial*.

Refeito das preocupações que aquela quebra da disciplina militar lhe causara – e que, de algum modo, representara um arranhão na sua autoridade –, Getúlio Vargas voltou-se, mais uma vez, para o seu programa de revitalização do trabalhismo, por julgar essa orientação, em face dos sintomas de descontentamento nas Forças Armadas, mais conveniente do que nunca.

Todos nós, que tínhamos acesso ao palácio, constatamos, porém, que após essa última crise política, uma sensível modificação se operava no comportamento de Getúlio Vargas. O homem alegre e comunicativo de antes havia se transformado num misantropo. A imagem, que passara a refletir, era de um solitário amargurado, abismado na sua misantropia sem confidentes, e que, com as mãos cruzadas nas costas – postura que lhe era característica –, vagava pelos salões do palácio, num típico alheamento de sonâmbulo. Entre os seus amigos, esta pergunta era obrigatória: “Que há com o presidente?”

O ano de 1954 fora na realidade de grande tensão política em todo o país. Do meu posto de observação na capital mineira, acompanhava com apreensão o desdobramento dos acontecimentos políticos. Qualquer ato, o mais inocente decreto e mesmo a presunção de que determinada medida seria tomada provocavam a arregimentação de todos os oposicionistas e os inflamados discursos, pronunciados no Congresso, inspiravam manchetes sensacionalistas na imprensa, criando um clima de intenso nervosismo no país.

No dia 12 de agosto de 1954, deveria realizar-se, em Belo Horizonte, a inauguração da Mannesmann. O acontecimento era da maior importância para Minas e um extenso programa de festividade havia sido elaborado. Eu havia ido ao Rio especialmente para convidar o presidente da República e Getúlio Vargas me prometera, com entusiasmo, que no dia 12 de agosto estaria em Belo Horizonte.

De súbito, porém, um incidente no Rio fez com que a tempestade, que desde muito se vinha formando, desabasse sobre o país. Tudo aconteceu na calada da noite de 4 de agosto de 1954. Foi o crime da Rua Toneleros.

Carlos Lacerda fora vítima de um atentado à porta do edifício de apartamentos em que morava. Um pistoleiro descarregara sua arma contra ele, ferindo-o num dos calcanhares e matando o major da Aeronáutica, Rubem Vaz, que o acompanhava. Getúlio Vargas, ao ter conhecimento do ocorrido, comentou: “Foi o pior que podia suceder.” De fato, a tentativa de assassinato de um dos mais exaltados líderes da oposição só poderia enfraquecer o seu governo. Para agravar a situação, a crise logo evoluiu de maneira inesperada e surpreendente: cada dia se tornava mais evidente que a ordem havia partido da já famosa *guarda pessoal*, sediada no andar térreo do Catete.

A morte do major Vaz causara verdadeiro impacto na opinião pública. Os oficiais da Aeronáutica, chocados com a perda do companheiro, transformaram em questão de honra, para aquela unidade das Forças Armadas, a captura e a punição do criminoso. Teve início o desmoronamento do governo.

.....

A última visita de Vargas a Minas

NA NOITE DE 4 DE AGOSTO, eu me encontrava no Palácio das Mangabeiras, quando, às 2 horas da madrugada, o Dr. João Pinheiro Neto, meu oficial de gabinete, avisou-me sobre o que ocorrera no Rio. Disse-me que as emissoras cariocas estavam divulgando, em edições extraordinárias, detalhes do atentado. Liguei o rádio imediatamente e tomei conhecimento do que se havia verificado na Rua Toneleros.

A partir daquele momento, passei a temer pelo que pudesse suceder ao país. Quando os primeiros indícios conduziram as investigações no rumo do Palácio do Catete, envolvendo a guarda pessoal, concluí que a situação de Getúlio Vargas era de fato muito difícil. Ninguém ignorava o prestígio que ele sempre dera a Gregório. O *anjo negro* era pessoa da sua mais absoluta confiança e, não havia muito, causara verdadeiro impacto na opinião pública a publicação, por uma revista, de uma fotografia em que se via Gregório, numa atitude de *pai velho* carinhoso, penteando os cabelos do presidente.

Enquanto a crise se precipitava no Rio, eu estava às voltas com outro problema em Belo Horizonte. Getúlio Vargas havia prometido estar presente à inauguração da Mannesmann. Na véspera desse acontecimento, quando tudo já estava preparado para a solenidade, Amaral Peixoto,

genro do presidente e então governador do estado do Rio, telefonou-me, revelando sua apreensão em relação àquela viagem. Temia, com razão, que na ausência do presidente pudesse ocorrer um levante no Rio, já que os ânimos estavam muito exaltados na área militar, notadamente no Ministério da Aeronáutica.

Declarei a Amaral Peixoto que compreendia sua preocupação, mas que eu, do meu lado, não sabia como poderia evitar a viagem. O presidente fora convidado por mim e seria, portanto, meu hóspede. Qualquer atitude minha, no sentido de fazê-lo desistir de estar presente à inauguração, poderia ser mal interpretada, dando a impressão de que não desejasse recebê-lo. Em seguida, Alzira Vargas veio ao telefone e renovou, com insistência, o apelo feito por Amaral Peixoto.

Assim pressionado pela família, fiquei em situação embaraçosa. Lembrei-me, então, de adiar a inauguração e, nesse sentido, convoquei os diretores da Mannesmann, para explicar-lhes as razões que impunham aquela providência. A diretoria mostrou-se contrariada com a decisão, temendo que o adiamento prejudicasse a reputação da empresa.

Decidi, então, assumir a responsabilidade pelo adiamento. Telefonei a Tancredo Neves, que então era ministro da Justiça, e lhe relatei o que se havia passado nas conversas com Amaral Peixoto e Alzira Vargas. Dessa troca de impressões, ficou combinado que Tancredo Neves diria ao presidente que a inauguração tivera que ser adiada, em face de uma avaria no cabo de distribuição que levava a força da Usina do Salto do Rio Grande para a Mannesmann.

Deixando seu gabinete, Tancredo dirigiu-se para o Catete. Eram 11 horas da noite. Getúlio Vargas deveria embarcar às 8 horas da manhã do dia seguinte. Tancredo Neves transmitiu-lhe, em meu nome, o pedido para que adiasse sua ida a Belo Horizonte, em consequência da avaria verificada na linha de transmissão da força. Vargas era astuto e sagaz. Não acreditou na informação do seu ministro e, interrompendo-o, perguntou, com certo acento irônico: “O governador está com receio de que eu vá a Belo Horizonte?”

Tancredo Neves sentiu-se embaraçado, dando as explicações que lhe pareceram cabíveis no momento. Mas o presidente replicou, com vivacidade: “Se as razões que levam o governador a propor o adiamento da

inauguração não se prendem ao desejo de evitar a minha presença, irei de qualquer maneira. Rogo comunicar-lhe que amanhã meu avião levantará voo às 8 da manhã.”

Voltando ao seu gabinete, Tancredo Neves me telefonou. Era então meia-noite. No dia seguinte, bem cedo, reuni toda a minha equipe no palácio e tomamos as providências necessárias para a recepção. O general Lima Câmara, comandante da 4ª DI, procurou-me pouco depois, a fim de me mostrar um telegrama que havia recebido do ministro da Guerra. Tratava-se de uma comunicação, com instruções sobre a segurança do presidente. Como a guarda pessoal havia sido dissolvida, deveria caber ao Exército proporcionar-lhe as necessárias garantias.

Entretanto, conhecendo bem a organização da Polícia mineira, julgara melhor transferir para o estado a responsabilidade pela segurança de Getúlio Vargas e, nesse sentido, já havia respondido ao ministro da Guerra. Aceitei a incumbência e, imediatamente, tomei as providências que se faziam necessárias.

Às 8 horas da manhã, dirigi-me para o Aeroporto da Pampulha. Os adversários do presidente haviam preparado um movimento para recebê-lo com manifestações de desagrado. Achavam-se à frente dessa articulação elementos da UDN local e algumas organizações estudantis, notadamente a dos alunos da Escola de Direito. Os responsáveis pela segurança, informados do que se tramava, tomaram providências para evitar que se realizassem as projetadas manifestações.

Lembro-me de um fato ocorrido naquela ocasião, que reflete o ambiente que se respirava no país. Como não dispunha de tempo, recomendei a um dos meus assessores que elaborasse o discurso que deveria pronunciar na cerimônia da inauguração da Mannesmann, em saudação a Getúlio Vargas. O texto, que me apresentou, não poderia ser mais vago, formalista e vazio de significação. A atmosfera carregada que naquele momento prevalecia até em Belo Horizonte havia contagiado o meu auxiliar, fazendo com que, ao redigir o discurso, houvesse procurado não me envolver em qualquer compromisso de natureza política. Rasguei o texto, já datilografado, e mandei que tomasse nota do que iria dizer. Assim, quase na hora de seguir para o aeroporto, ditei rapidamente o discurso, o qual, datilografado em seguida, foi-me entregue quando já me achava no auto-

móvel. Era um texto vazado numa linguagem incisiva, no qual afirmava meu elevado apreço ao chefe da nação, naquela hora de angústia e, também, de agonia do seu governo.

Do aeroporto, dirigimo-nos, em carro aberto, diretamente para a Mannesmann, no bairro do Barreiro. Quando ali chegamos, percebi a surpresa do presidente. Milhares de trabalhadores aguardavam-no, agitando flâmulas. E, ao lado dos operários, e com eles confundidas, viam-se milhares de outras pessoas, de todas as categorias sociais, que se haviam deslocado da capital para homenagear o ilustre visitante.

Getúlio Vargas sentiu-se à vontade e, numa reação perfeitamente compreensível, voltou a ser o homem jovial e acolhedor que todo o país admirava. Na cerimônia da inauguração, falaram diversos oradores e, entre eles, o presidente da Mannesmann, o governador do estado e Getúlio Vargas. O discurso do chefe da nação foi sereno, mas firme e enérgico. Ao deixarmos o local, ele estava alegre e expansivo. A felicidade transbordava nos olhos que brilhavam inundados de luz.

Em face do êxito da recepção, senti-me integralmente recompensado por lhe haver proporcionado, num momento em que era alvo das maiores aleivosias, aquela consagração popular, certamente uma das mais calorosas, mas, por outro lado, a última que receberia em vida.

Apesar da oposição de Amaral Peixoto e de Alzira Vargas, feitas, aliás, com a melhor das intenções, aquela viagem a Belo Horizonte só dera satisfação a Getúlio Vargas. Sentia-se como nos seus grandes dias de popularidade. Sob ruidosas aclamações, chegou ao Palácio da Liberdade, onde eu lhe oferecia um almoço. A refeição foi servida em torno da piscina, com mesas distribuídas sob as árvores e uma orquestra, sobre o gramado, tocando em surdina. Alguns artistas haviam sido contratados para abrihantar o *garden-party*. E, como era de se esperar, a reunião transcorreu num ambiente de alegria e confraternização.

Entretanto, a crise política se agravava, de momento a momento, no Rio. Durante o almoço, que se prolongou por causa dos artistas que cantaram peças folclóricas mineiras, o general Caiado de Castro, chefe da Casa Militar da Presidência da República, chamou-me a um canto e me declarou que o presidente não poderia passar a noite em Belo Horizonte. Estava em permanente comunicação com o Rio e as notícias que recebia revelavam-se

inquietadoras. Declarei ao general que, infelizmente, não poderia aconselhar o meu hóspede a deixar o estado. A ele, sim, como chefe da Casa Militar, cabia o dever de fazer aquela advertência e de insistir com Getúlio Vargas para que regressasse sem demora. O general concordou com a minha sugestão. Aproximou-se do presidente, transmitiu-lhe as notícias que recebera do Rio e concluiu dizendo que o avião já estava preparado. Getúlio Vargas olhou-o com tranquilidade e respondeu, sem a menor alteração na fisionomia: “Não siga hoje para o Rio, general. Vou pernoitar em Belo Horizonte.”

Terminado o almoço, quase às 5 horas da tarde, acompanhei o presidente até o Palácio das Mangabeiras, onde ficaria hospedado. Alguns representantes de sindicatos haviam-lhe solicitado uma audiência, e, quando me despedi à entrada do palácio, disse-me, com sua habitual benevolência: “Ficaria grato, governador, se pudesse trazer à minha presença, às 19 horas, os presidentes de sindicatos que desejam falar-me.”

Ao chegar de volta ao Palácio da Liberdade, convoquei os representantes das organizações sindicais e expliquei-lhes que o dia havia sido exaustivo para o presidente e que não seria justo sobrecarregá-lo com uma recepção de milhares de pessoas. Ficou combinado, então, que cada sindicato enviaria um representante e que todos estivessem às 19 horas às portas do palácio, a fim de que fôssemos juntos à presença do chefe da nação. À hora combinada, quando descí as escadas do palácio, fiquei surpreso ao ver o saguão repleto de pessoas. Eram muitas centenas de trabalhadores, e seus líderes me explicaram que não havia sido possível contê-los, pois todos faziam questão de falar ao presidente.

Quando chegamos e a porta foi aberta, verificou-se uma verdadeira invasão dos salões. Trabalhadores, estudantes, funcionários públicos e, principalmente, numerosas mulheres precipitaram-se, lotando todas as dependências do palácio. Getúlio Vargas a todos acolhia, com um sorriso franco e espontâneo. Depois de longa conversa, que se prolongou até às 21 horas, os populares foram-se retirando e apenas ficaram os que haviam sido convidados para o jantar. Eram cerca de 30 pessoas. Deste grupo faziam parte alguns ministros de Estado, diretores da Mannesmann e pessoas representativas da sociedade de Belo Horizonte.

O jantar transcorreu, igualmente, num ambiente de grande animação. Eu havia convocado alguns artistas, já que o presidente gostava de

canto e música. Compareceram César Prates, grande seresteiro, e o melhor guitarrista do Brasil, Dilermando Reis, que reviveram, ao violão, as mais antigas modinhas de Minas Gerais. Getúlio Vargas mostrava-se feliz. Conversava com uns e com outros, sempre bem humorado e não revelando qualquer cansaço.

À meia-noite, porém, demos por finda a reunião. Todos saíram e eu esperei que o presidente se recolhesse aos seus aposentos, para deixar o Mangabeiras. Em seguida, tomei o automóvel de regresso ao Palácio da Liberdade. Mal havia descido a serra do Curral, lembrei-me de que não fizera ao mordomo todas as recomendações que julgava necessárias, para o melhor atendimento ao ilustre hóspede, e voltei para fazê-las.

Ao entrar no salão, fiquei surpreso ao verificar que, havendo descido do primeiro andar, o presidente se encontrava na biblioteca.

Dirigi-me para ali, e Getúlio Vargas esclareceu que estava procurando um livro para ler. E ajuntou: “Nunca durmo sem ler um pouco.” Escolheu um dos romances de Eça de Queirós e, com ele sob o braço, encaminhou-se para a escada. Perguntei-lhe se não estava com sono e ele sorriu, mostrando o livro: “O Eça se encarregará de me fazer dormir.”

Despedi-me de novo e saí. No dia seguinte, às 8 horas da manhã, já estava no Mangabeiras para acompanhar o presidente ao aeroporto. Ordenei ao comandante do pelotão de motociclistas que iria escoltar o carro, que, se por ocasião da passagem pela Avenida Afonso Pena – a artéria principal de Belo Horizonte – ocorresse qualquer manifestação de desgosto, seus comandados procurassem fazer o maior ruído possível, de forma a abafar os apupos. Em seguida, o carro rolou tranquilamente no rumo do aeroporto.

Enquanto estivera em Belo Horizonte, em nenhum momento Getúlio Vargas deixara transparecer o mundo de apreensões que trazia n’alma. Pela manhã, quando fora buscá-lo no Mangabeiras, mostrava-se tranquilo, apenas refletindo certo cansaço na fisionomia. Perguntei-lhe se havia passado bem a noite, e respondeu-me com vivacidade: “Dormi admiravelmente.” E, após ligeira pausa, acrescentou: “O silêncio desta serra ajuda muito o sono.”

Entretanto, ele não dizia a verdade. Mais tarde, o mordomo Damásio, que o servira, e que era pessoa da minha inteira confiança, contou-

-me o que se passara durante a noite. Por volta das 3 horas, o presidente tocara a campainha, e ele acorrera para atendê-lo. Getúlio Vargas, então, lhe dissera: “Estou ouvindo uns ruídos estranhos. Parece que estão arrasando móveis na casa. Poderia ver se evitava isso?” O mordomo esclarecera que aquele ruído era provocado pelo vento que ali, no alto da serra, era forte e sacudia com violência as janelas. Às 5h30min da madrugada, ele chamou de novo. O mordomo subira as escadas, com os passos abafados pelo tapete, e, quando entreabriu a porta, vira uma cena que muito o impressionara. Getúlio Vargas estava recostado na cabeceira da cama, com as mãos postas e os olhos fechados. Observando-lhe a fisionomia, percebera que seus lábios se moviam como se estivesse rezando.

Custei a admitir a hipótese da prece. Os que o conheciam intimamente consideravam-no ateu. Nenhum gesto ou qualquer atitude dele havia denunciado, até então, a menor inclinação religiosa. Há pouco tempo, porém, conversando com o Dr. Miguel Teixeira, gaúcho e amigo íntimo do falecido presidente, ele me afirmou que Getúlio Vargas havia-se reconciliado com Deus e que não alimentava a menor dúvida de que, naquele instante crucial, se os seus lábios se moviam era porque de fato ele estaria rezando.

Ao embarcar, quando se despediu, disse-me visivelmente comovido: “Muito obrigado, governador. Não esquecerei as horas felizes que me proporcionou.” Quis dizer mais alguma coisa, mas não conseguiu. Abaixou a cabeça, virou-se e subiu lentamente a escada do avião. Quando atingiu o último degrau, voltou-se e fez um gesto largo, despedindo-se mais uma vez. Esta foi a última vez que o vi com vida. Duas semanas mais tarde iria contemplá-lo – sereno como sempre, as mãos ao peito e a fisionomia, finalmente, descansada – já no interior do seu caixão mortuário.

.....

A morte trágica de Vargas

DESDE QUE GETÚLIO VARGAS retornara ao Rio, o Brasil viveu sob o impacto da crise militar que cada dia mais se agravava. Logo após o enterro do major Vaz, seus companheiros de Armas, reunidos na Base Aérea do Galeão, tomaram a si a tarefa de investigar, sem limites de jurisdição e hierarquia, a autoria do crime da Toneleros. Localizado e preso o criminoso, ele tudo confessou, tornando evidentes as ligações do atentado com a guarda pessoal. Getúlio Vargas, numa demonstração de sobrançeria, dissolveu aquele corpo estranho que se instalara no andar térreo do Catete e abriu as portas do palácio às buscas que se fizessem necessárias para o esclarecimento do crime. Os papéis encontrados nos arquivos de Gregório estarreceram a opinião pública. Os adeptos de Getúlio perceberam que o terreno lhes fugia sob os pés. Quem mais sentiu o impacto daquelas revelações foi, entretanto, o próprio presidente. Percebera, por fim, que os que o combatiam tinham razão, quando denunciavam à nação os abusos praticados pela guarda pessoal.

A atitude dos oficiais da Aeronáutica refletiu-se na Marinha, impressionou as altas patentes do Exército e ecoou nas classes conservadoras. Depois de alguns dias, já ninguém mais tinha dúvidas de que a crise só terminaria com a deposição ou a renúncia do presidente. Mais tarde, em con-

versa com Café Filho, Osvaldo Aranha e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, pude recompor algumas fases da crise, cujo desfecho iria abalar o país.

Getúlio Vargas, ao retornar de Belo Horizonte, mostrava-se acobrinhado. As rápidas horas de felicidade que eu lhe proporcionara na capital mineira haviam terminado justamente quando o avião levantara voo. Os que o acompanhavam informaram que, durante todo o percurso, ele pouco falara. Conservara-se junto à vigia de bordo, olhando a paisagem. Café Filho fora visitá-lo, às 5 horas da tarde desse mesmo dia. Encontrou-o abatido, concentrado, visivelmente deprimido. Tão impressionado ficara com o aspecto do presidente que, ao deixar o gabinete, perguntara aos funcionários do palácio se tudo havia corrido bem em Belo Horizonte. A estranheza de Café Filho era justa. Entretanto, havia uma razão para que Getúlio Vargas se mostrasse desarvorado. Logo que retornara de Minas, chegara-lhe ao conhecimento uma informação que profundamente o magoara. Tratava-se de um documento, encontrado nos arquivos de Gregório e que continha referências a uma transação comercial, realizada entre o chefe da guarda pessoal e seu filho Maneco Vargas.

Ao inteirar-se do fato, o presidente, que era inflexível no que dizia respeito ao tráfico de influência e que sempre se conduzira com a maior dignidade no exercício dos muitos cargos que ocupou, chamou sua filha Alzira e lhe pediu que providenciasse para que Maneco voltasse com urgência da Europa, onde se encontrava em lua de mel.

Alzira, com a vivacidade que lhe é característica, pôs-se ao telefone, ligando para as embaixadas na Europa, numa tentativa de localizar o irmão. Depois de algumas ligações infrutíferas, descobriu-o, por fim, em Londres. Contou-lhe o que estava ocorrendo e pediu-lhe que regressasse imediatamente. Maneco Vargas respondeu que, dentro de três dias, estaria no Rio. Quando Alzira transmitiu ao presidente o que o irmão lhe dissera, ele abaixou a cabeça e murmurou: “Ainda chegará a tempo para o meu enterro.” Surpreendida, Alzira gracejara: “Mas o que é isto, patrão?!”

Osvaldo Aranha, em conversa comigo, revelou pouco depois o que ocorrera por ocasião da chegada de Maneco Vargas. O presidente, após abraçá-lo e perguntar como se fora em sua viagem, tomou-o pelo braço e levou-o para o quarto, onde ficaram a sós. Nesse momento, houve a interpelação sobre a autenticidade do documento que lhe havia sido mostrado.

Maneco não negou o fato. Esclareceu que de fato havia tido um negócio com Gregório. Entretanto, nada censurável se passara entre os dois. Tratava-se apenas da venda de umas terras no Rio Grande do Sul. Como ia para o exterior, pedira a Gregório para servir de intermediário na transação. Getúlio Vargas ouviu tudo em silêncio e, em seguida, levando Maneco na direção da porta, disse-lhe, dando por encerrada a conversa: “Ainda não viste a tua irmã. Será bom falar-lhe, pois está com saudades tuas.”

Ficando só, o presidente deixou-se cair numa poltrona. Esticou as pernas e, reclinando a cabeça no espaldar, fixou os olhos no teto. Estava imóvel, respirando com suavidade, mas completamente ausente. Nessa posição, Benjamim Vargas, que chegara depois, foi encontrá-lo. Os dois irmãos trocaram ideias sobre o caso e, segundo me disse Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, sem poder controlar-se, deixou que duas lágrimas lhe corressem pelo rosto.

Até hoje, há quem especule sobre qual teria sido a causa decisiva que fez Getúlio Vargas tomar a decisão extrema de se matar. Não creio que esse incidente haja sido o motivo. As palavras que havia dito a Alzira Vargas, dias antes, já traíam seu estado de espírito. Aliás, é comum nos homens que dispuseram de grande poder e que, de súbito, se veem acuados por uma crise que lhes parece incontrollável, a ideia de buscar uma saída através do sacrifício próprio. O exemplo de Napoleão é típico. Quando, alegando o gesto de Temístocles, foi buscar abrigo sob a bandeira dos ingleses, seus inimigos da véspera, julgara que sua fulgurante carreira militar tivera um desfecho digno de um herói grego. Entretanto, quando confrontado com a realidade do seu exílio em Santa Helena, durante vários dias acalentou a ideia do suicídio. Mais tarde, em 1820, já como uma águia de asas cortadas no rochedo solitário do Atlântico, confessaria esse pensamento sombrio, do qual havia sido vítima, nos momentos iniciais do seu cativeiro.

Getúlio Vargas, segundo me contaram alguns dos seus íntimos, já em 1932 havia pensado em suicídio. Foi por ocasião da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Quando percebeu que todo o estado estava em armas e que possivelmente o movimento tinha ramificações em outras unidades da Federação, julgara que, a sofrer a desonra de uma derrota, com o conseqüente exílio, seria preferível o caminho da autodestruição. Nessas condições, a ideia já era antiga no seu espírito.

O crime da Rua Toneleros representou, de fato, a espoleta que faltava para a explosão desde muito esperada. Aberto o IPM pela FAB, sob a presidência do coronel Adil de Oliveira, na Base Aérea do Galeão, para ali convergiram todas as atenções do país. Já o apelido que a Base Aérea adquiriu expressava, com eloquência, a desenvoltura com que agia o IPM – *República do Galeão*. Getúlio Vargas teve a atitude que sua dignidade ditava. Nada ocultou e a ninguém protegeu. Enquanto já era grave a crise no setor político, verificava-se, por outro lado, uma verdadeira mobilização psicológica contra ele nos círculos militares. A UDN, aproveitando o clima de indignação, contribuiu de forma decisiva para que o fogo fosse atizado.

Na sua luta sem tréguas contra Getúlio Vargas, a UDN na realidade nunca se sentira tão bem colocada. Até então, ela havia sido vencida em todas as refregas. Entretanto, o atentado de 4 de agosto abria a fenda de que ela necessitava para assaltar a muralha, que era o prestígio de Vargas junto ao povo. Nesse sentido, a providência prioritária era não permitir que a crise se dissipasse naturalmente. Esforços deveriam ser feitos, se não para agravá-la, ao menos para mantê-la em ebulição. A imprensa já abria manchetes para o noticiário sensacionalista. No Congresso, os udenistas se revezavam na tribuna e, através de discursos candentes, mantinham a nação em *suspense*.

Os militares, refletindo em parte o sentimento da opinião pública, entraram em franca agitação. Solidarizando-se com os da Aeronáutica, os oficiais da Marinha se reuniram no Clube Naval para um veemente protesto. O nervosismo, que já havia empolgado os círculos políticos, contaminara, em seguida, certos setores das guarnições do Rio, ameaçando a unidade das Forças Armadas. Em face do agravamento da situação, o Alto Comando do Exército, após uma reunião no gabinete do ministro da Guerra, fez publicar um comunicado. Além de condenar o atentado da Rua Toneleros e de manifestar sua confiança no governo, de que os criminosos seriam punidos, o Alto Comando exortava seus subordinados a que se mantivessem dentro da disciplina, que caracterizava a tradição das Forças Armadas.

Esse comunicado não surtiu efeito. A irritação era grande e já ameaçava a hierarquia militar. Em flagrante desafio à exortação do Alto Comando, o Clube Militar decidiu convocar uma reunião, na qual a situação do país seria debatida. Como o grosso da tropa estava de prontidão,

os que compareceram – aliás, em grande número – eram jovens oficiais das três Forças, na maioria com funções em gabinete e em escolas. Os debates foram acalorados e se orientaram no sentido do lançamento de um manifesto, no qual se exigisse a renúncia do presidente.

Essa moção deixou de ser votada por interferência de Juarez Távora, que presidia à reunião. O general julgava que os oficiais deveriam confiar nos líderes militares e não a eles se anteciparem, o que seria um ato de rebeldia. De acordo com essa sugestão, um outro documento foi aprovado pela Assembleia. Tratava-se de uma *Moção de Solidariedade* ao Clube da Aeronáutica. Apertava-se o cerco que se fizera a Getúlio Vargas. O Catete estava isolado. Era um rochedo de incerteza e apreensão, num mar revolto por um vendaval de ódio.

No dia 21 de agosto, Café Filho foi à presença do presidente. Tinha uma proposta a fazer para debelar a crise: ambos renunciariam, de forma a permitir que o Congresso, no prazo de trinta dias, elegeisse quem pudesse concluir o mandato em curso. Tratava-se de uma proposta inspirada pela UDN e que atenderia simultaneamente a dois objetivos, ambos por ela sofregamente visados: o afastamento de Vargas da Presidência e, no fim de um mês, a entrega da chefia do governo a um udenista.

Vargas, malicioso e sutil, passara a jogar a sua última partida com a UDN. Pediu dois dias para pensar. Antes de findo o prazo, porém, já tinha sua decisão. Preferira ser coerente consigo mesmo. Já havia dito que só morto sairia do Catete, e manter-se-ia fiel à palavra empenhada. O espectro da morte surgira, de novo, em seu espírito.

Café Filho, ciente de que Vargas não renunciaria, no dia 23 de agosto, ocupou a tribuna do Senado. O que tinha em mente era traumatizar ainda mais a nação, abrindo caminho para uma solução violenta da crise. Iria tentar, através de um discurso dramático, fazer prevalecer o ponto de vista udenista. Na realidade, o vice-presidente já havia passado, com armas e bagagens, para o campo adversário. Seduzido pelos udenistas, decidira segurar o punhal que, se vibrado com êxito, abriria à UDN as portas do poder.

O discurso se revestiu da encenação que se fazia necessária para gerar um impacto psicológico no país. Contou o teor da sua conversa com Vargas, para acrescentar: “Transmiti-lhe o que tinha ouvido dos chefes mi-

litares, especialmente dos ministros da Guerra e da Marinha. De nenhum desses líderes, tanto das forças políticas como das forças militares, recebi qualquer palavra de garantia ou segurança, já não digo sobre a possibilidade de ser mantida a atual situação, mas sobre a viabilidade de uma fórmula capaz de abrir caminho a uma recuperação da autoridade do governo, tão duramente comprometida. A verdade é que de nenhum setor pode vir tal garantia ou segurança. Todos se mantêm dominados pela incerteza e conscientes dos perigos que rondam a nação. Daí a decisão que assumi na tarde de sábado, dia 21, indo à presença do excelentíssimo senhor doutor Getúlio Vargas, para oferecer a contribuição única que de mim dependia, com base na minha própria renúncia. Assim agi na convicção de estar cumprindo o meu dever para com a nação. Sua Excelência, depois de ouvir-me, disse que precisava pensar e prometeu-me uma solução, que ontem me foi transmitida de modo negativo!”

Na noite de 23 para 24 de agosto, enquanto no Rio a situação se agravava, mantinha-me atento, observando a evolução dos acontecimentos. Um pouco antes da meia-noite, recebi a visita do general Lima Câmara, comandante da guarnição federal em Belo Horizonte. Trocamos impressões sobre a crise e combinamos algumas providências, já que, em face do caráter imprevisível do que ocorria, poderíamos ver-nos obrigados a tomar medidas enérgicas para manter a ordem em Minas e proteger sua população. No momento em que conversava com o general, o telefone tocou. Era José Maria Alkmin que me chamava do Rio. Relatou-me a evolução da crise e concluiu por me advertir que, naquela noite, segundo tudo fazia crer, fatos graves poderiam ocorrer.

Embora julgando que um imprevisto seria possível naquela emergência, não me impressionei com a advertência de Alkmin. Havia dois dias que só recebia notícias alarmantes e estas, em face de tantos rebates falsos, já tinham deixado de me sensibilizar. Transmiti ao general o teor da conversa telefônica e suas impressões coincidiram com as minhas. Entretanto, tendo em vista a possibilidade de qualquer surpresa, combinamos – quando ele se despediu – que um telefonaria ao outro durante a noite caso surgisse alguma notícia de relevância.

Depois que o general Lima Câmara havia deixado o palácio, refleti sobre a advertência de Alkmin. Conhecendo a sua acuidade polí-

tica e a segurança de suas observações, julguei prudente realizar algumas sondagens, informando-me melhor sobre o que estava ocorrendo no Rio. Assim, quando me dirigia para o quarto e ao passar ao lado de um telefone que existia na varanda, decidi fazer uma ligação para o gabinete da Casa Civil da Presidência e falar com o Dr. Sete Câmara, que então ali trabalhava. Sete Câmara disse-me que dentro de poucos minutos teria lugar uma reunião do Ministério e que havia grande preocupação no palácio sobre o que, nessa ocasião, poderia ser resolvido. Pedi-lhe que deixasse uma pessoa encarregada de me transmitir durante a noite qualquer notícia nova e, desistindo de me recolher, deliberei despachar, com dois auxiliares, o expediente atrasado. Ocupei uma mesa que existia naquela varanda e comecei a assinar os papéis que meus auxiliares me entregavam, aguardando que o telefone tocasse. E assim passei a noite. Elsie Lessa, do interior do Catete, transmitia-me as informações que me iam orientando.

A reunião do Ministério prolongou-se além do que seria razoável esperar. O afastamento voluntário – e transitório – do presidente poderia ter a vantagem de tranquilizar momentaneamente o país, mas não solucionaria a crise. Esta era profunda em excesso, e se Getúlio Vargas deixasse o governo, naquela situação de exaltação de ânimos, ninguém poderia prever o que sucederia ao país. As notícias que recebia eram alarmantes e contraditórias. Falava-se que o presidente já havia concordado em licenciar-se, e, quase ao mesmo tempo, eu era informado de que estavam em curso preparativos de defesa do palácio, com trincheiras abertas pelo parque. Às 4 e meia da manhã, o rádio anunciara que o presidente havia anuído em deixar pacificamente a chefia do governo. A informação chegara como uma ducha fria sobre a população, que já se mostrava enervada por toda uma noite de noticiário exaltado. Entretanto, às 8 e meia da manhã, o país foi sacudido pelo impacto da terrível notícia: revogando, com um gesto sem testemunhas, a renúncia forçada, Getúlio Vargas se suicidara com uma bala no coração.

.....

A luta pela indicação

O DESAPARECIMENTO de Getúlio Vargas determinou uma guinada de 180 graus no sentimento popular. Antes havia indignação. Atacava-se furiosamente o governo. Exigia-se a renúncia. Quando se divulgou a notícia do suicídio, a nação ficou aturdida. Logo que a notícia se espalhou, o povo em massa saiu à rua e, em menos de meia hora, o Rio era uma cidade em estado de choque. Os círculos políticos, refletindo a histeria coletiva que se patenteava por toda a parte, mostravam-se perplexos, sem saber o que fazer.

No dia 24 de agosto, quando acabei de pôr em dia o expediente da governadoria, eram 4 e meia da manhã e justamente nessa hora fora anunciado que, na reunião do Ministério, Getúlio Vargas havia acedido em licenciar-se da Presidência até que se normalizasse a situação. Exausto, recolhi-me ao quarto para dormir um pouco. Quando, vencido pela longa vigília, adormeci por fim, fui despertado uma hora mais tarde pelo toque estridente do telefone. Era Gustavo Capanema que, do Rio, desejava falar-me. Perguntou-me logo: “Está ouvindo o rádio?” “Não”, respondi. E ele acrescentou: “Ouça então. O Lacerda está falando da casa do Café Filho.” Liguei o rádio imediatamente e ainda pude ouvir-lhe as últimas palavras: “O ditador acaba de deixar o poder. Licenciou-se. Não voltará mais ao Ca-

tete. A Avenida Presidente Vargas terá, de hoje em diante, a denominação de Avenida Major Vaz.” Desliguei o rádio e pus-me a raciocinar: o chefe de uma nação deve ser cauteloso ao fazer declarações públicas. Getúlio havia afirmado, dois dias antes, que só morto sairia do Catete e, no entanto, pelo que acabara de ouvir, tinha optado pela renúncia!

Voltei a despachar no meu expediente, quando o telefone chamou de novo. Era Emílio de Vasconcelos, deputado estadual de Minas, que, em palavras emocionadas, deu-me a trágica notícia do suicídio de Getúlio Vargas. No primeiro momento, senti-me tão aturdido que nem me informei sobre os detalhes da tragédia. Só depois de alguns instantes é que dei acordo de mim, quando então fiz uma chamada telefônica para Augusto Frederico Schmidt, a fim de que ele me desse conta detalhada do suicídio. Enquanto aguardava que se completasse a chamada, tomava providências para minha ida ao Rio. Chamara um dos meus auxiliares e dera ordens para que se comunicasse com o piloto João Milton Prates, avisando-o que tivesse o avião pronto.

Logo que o rádio anunciou que Vargas, em vez de haver renunciado, tinha-se suicidado, o pânico passou a reinar nos arraiais udenistas da capital mineira. Numerosa comissão de opositoristas procurou o general Lima Câmara para solicitar garantias. Este me telefonou, comunicando o fato. Respondi que poderia tranquilizá-los, pois estava em condições de manter a ordem e nenhum elemento da oposição sofreria qualquer coação. Entretanto, enquanto mantinha esse diálogo com o general Lima Câmara, transformava-se o aspecto da cidade. Os habitantes deixavam suas residências e se dirigiam para a Avenida Afonso Pena, cujas calçadas estavam apinhadas de populares exaltados. Pouco depois, ou seja, por volta das 8 horas da manhã, milhares de pessoas já se achavam concentradas nas escadarias da igreja de São José. A vaga humana crescia como um oceano revoltado. Bastava que ocorresse um incidente entre dois populares para que se verificasse ali uma verdadeira catástrofe.

Chamei o coronel Dilermando Silva, meu ajudante de ordens, e, tomando o carro com ele, rumei para o centro da cidade. Valdomiro Lobo, deputado estadual e líder trabalhista, discursava para o povo da escadaria da igreja São José. Fiz o carro estacionar à distância. Solicitei ao coronel Dilermando que trouxesse o deputado à minha presença, logo que

terminasse seu discurso. Quando ele, concluía sua oração, veio até onde eu me encontrava, pedi-lhe que acalmasse a multidão e a convidasse a ir até o Palácio da Liberdade, onde seria por mim recebida. Valdomiro Lobo obteve êxito na sua missão. A multidão, atraída por ele, rumou a pé para o palácio, em cuja escadaria me postei para recebê-la.

Os discursos se multiplicaram. Houve um desabafo geral. Falei, por fim, fazendo um apelo a todos os presentes no sentido de que se conservassem calmos e não transformassem o doloroso episódio num motivo de intranquilidade para a cidade. Convidei-os, em seguida, a entrar para o parque do palácio, onde lhes seriam servidos refrigerantes. Com essa atitude, consegui que a multidão se acalmasse, desfazendo o tumulto que poderia gerar fatos graves. Às 11 horas da noite, tomando o avião, rumei para o Rio.

A câmara ardente havia sido armada no andar térreo, num salão da parte posterior do palácio, que dá para uma varanda. Para atingir o Catete, eu tivera de deixar o carro na Rua Silveira Martins e fazer a pé o resto do percurso. Velei o corpo durante algum tempo. Enquanto ali estava pude presenciar cerca de quatro dezenas de desmaios. No parque do palácio, encontravam-se diversas ambulâncias, com médicos e enfermeiros, prontas para prestar o socorro necessário. No salão, o ar era pesado, por causa do perfume de muitas flores das coroas. De pé, ao lado da urna, contemplei a fisionomia do morto. Como todos os presentes, sentia-me profundamente comovido. Comovido e chocado.

Após meia hora de permanência ao lado do corpo, retirei-me para apresentar pêsames à família. Estive com Alzira Vargas, que se mostrava presa de comovente angústia. Sarah, que fizera a viagem comigo, desaparecera nos aposentos privados do palácio e ali se deixara ficar, em companhia dos demais membros da família enlutada. Depois de algum tempo, ela aparecera e, dando por cumprido nosso dever, deixamos o palácio e, rumando para o aeroporto, tomamos o avião para Belo Horizonte, onde chegamos ao amanhecer.

Com a morte de Getúlio Vargas, Café Filho assumiu o governo. A nova situação logo se definiu como de feição nitidamente udenista. O suicídio de Vargas antecipara o desfecho que, através de manobras políticas, era avidamente procurado pela UDN. O governo, tanto na área civil

como na militar, refletia a predominância dos mesmos elementos que haviam desencadeado a crise de agosto. O brigadeiro Eduardo Gomes ocupou a pasta da Aeronáutica; o almirante Amorim do Vale foi nomeado para o Ministério da Marinha, e na pasta da Guerra permaneceu o general Zenóbio da Costa.

Desde o início, o governo Café Filho caracterizou-se por sua preocupação política. Seu partidarismo tornou-se evidente no primeiro dia do seu governo. Zenóbio da Costa, que havia sido ministro de Getúlio Vargas, logo foi sacrificado, em face de um atrito com Juarez Távora. O preenchimento da vaga, nas circunstâncias em que o novo governo tinha sido instalado, representava um problema complexo, se não mesmo explosivo. A ideia era fazer a escolha recair num dos três militares que mais se haviam distinguido durante a crise – Fiúza, Canrobert e Juarez. Fiúza era chefe do Estado-Maior. Canrobert fora ministro de Dutra. E Juarez era muito ligado a Eduardo Comes.

Café Filho, após sondar as Forças Armadas, optara pelo general Lott – militar apolítico, afeito à disciplina dos quartéis e, portanto, insuspeito de qualquer partidarismo. Atento às conveniências dos seus novos aliados, ele avaliara a importância de ter, no Ministério da Guerra, um inflexível cumpridor de ordens. Com Juarez na chefia da Casa Militar e Lott – apolítico – na pasta da Guerra, o esquema udenista ia sendo habilmente montado.

A fim de disfarçar suas verdadeiras intenções, Café Filho, anunciando a necessidade de uma política de congraçamento partidário, encarregou o senador Bernardes Filho de me chamar ao Rio. Quando cheguei ao Catete, o presidente me declarou que Minas deveria colaborar na obra, que ia empreender, de fortalecimento do regime e, nesse sentido, desejava que eu indicasse um nome para integrar o Ministério. Hesitei um pouco, antes de atender à sua sugestão. Por fim, indiquei Lucas Lopes, que excelente colaboração me dera no governo de Minas e que era um técnico de comprovada capacidade. Deixei o palácio em seguida, indo diretamente para o meu apartamento na Rua Sá Ferreira. Ali encontrei, à minha espera, um grupo de figuras destacadas do PSD. Achavam-se presentes: Amaral Peixoto, Gustavo Capanema, José Maria Alkmin e outros próceres possedistas. Contei-lhes o que se passara durante a entrevista e, quando disse

que havia indicado Lucas Lopes para integrar o Ministério, percebi que todos desaprovavam minha atitude.

A liderança pessedista não desejava colaborar com Café Filho e alegava, para justificar esse retraimento, entre outros motivos, o discurso que ele havia pronunciado no Senado, na véspera da morte de Getúlio Vargas. Ponderei, em defesa da minha atitude, que nenhuma responsabilidade cabia a Café Filho pela transformação operada no cenário político e que a situação em que se encontrava o país era o resultado de uma grave crise interna, que havia desaguado numa tragédia de consequências ainda imprevisíveis. Concluí, exortando-os a que, deixando de lado interpretações apaixonadas, colaborassem com o governo. Concordaram todos, então, em que Lucas Lopes aceitasse a sua nomeação para o Ministério, mas que sua aquiescência não implicasse em qualquer compromisso de natureza política.

Voltei à presença de Café Filho, a fim de lhe dar conta da sondagem que fizera nos círculos pessedistas sobre a indicação de Lucas Lopes. Disse-lhe que, a princípio, constatara certa reação, mas que os líderes do PSD haviam concordado, depois, em que Lucas Lopes permanecesse no Ministério, desvinculado, porém, de qualquer compromisso político. Ele seria, no governo, apenas um técnico. Café Filho ouviu-me com atenção, e aproveitando a oportunidade revelou-me suas apreensões sobre a escolha feita, alegando haver sabido que Lucas Lopes era elemento de Benedito Valadares.

A ponderação de Café Filho não deixou de me contentar. De fato, já estava arrependido de haver feito aquela indicação. Em face da objeção, feita por Café Filho, surgiu o pretexto que desejava para me desvincular de qualquer compromisso com o recém-empossado presidente da República. Em resposta à ponderação de Café Filho, disse-lhe que preferia mesmo tornar sem efeito a indicação, afirmando-lhe que Lucas Lopes me faria muita falta em Minas, na direção da Cemig. Café Filho, tendo meditado sobre a inconveniência de sua atitude, voltou atrás, dizendo-me que a indicação era excelente e que Lucas Lopes, segundo estava informado, era o homem certo para gerir a pasta da Viação.

Enquanto se processava a estruturação do novo governo, tornava-se cada vez mais evidente o propósito, até então mantido sob reserva, de se consolidar o esquema político de se entregar o governo do país à UDN.

A morte de Getúlio Vargas dera origem a um enorme vazio no cenário político. Ele havia sido um líder que se projetava acima dos partidos, desfrutando de uma situação especial, já que, em vez de precisar do apoio que as organizações políticas ocasionalmente pudessem lhe dar, vivia por elas assediado, pois uma indicação sua asseguraria, de saída, o êxito de qualquer candidato.

Com o desaparecimento de Getúlio Vargas, a maior, a mais disciplinada e a única autêntica faixa do eleitorado do PTB sentiu-se desarvorada. Os que nela se situavam não sabiam que caminho seguir nem a que chefes obedecer. Entretanto, essa orfandade política logicamente não poderia perdurar. O país atravessava uma crise aguda e não seria possível que, justamente num momento em que todos deveriam se esforçar para preservar as instituições e assegurar a sobrevivência do regime democrático, aqueles milhões de eleitores se conservassem marginalizados. Todos eles deveriam ser convocados, mobilizados, de forma que participassem ativamente do processo político.

E, de fato, isso aconteceu. À medida que os meses transcorriam e que se dissipavam os efeitos do impacto causado pelo suicídio, os quadros partidários foram-se recompondo e novos políticos passaram a projetar-se numa tímida tentativa de absorção da liderança vaga. Eram presenças estaduais que, embora sem maior conteúdo ideológico, já se faziam conhecidas no cenário nacional e que, naquele momento de busca de novos valores, sempre despertavam alguma curiosidade.

Antes, porém, que considerações de natureza pessoal se fizessem sentir, já os motivos geográficos predominavam, apontando a solução que, após um tão longo interregno de hegemonia gaúcha, parecia ser a mais racional. Tratava-se da volta à política do *café com leite*, ou seja, do jogo alternado entre Minas e São Paulo e que havia sido uma característica da vida partidária antes da Revolução de 30.

Nos contatos que mantinha com Getúlio Vargas, apesar da atenção com que era recebido e do prestígio que sempre emprestava às minhas iniciativas, nunca pude ter uma ideia exata do que, politicamente, ele pensava a meu respeito. Por ocasião das minhas entrevistas com Vargas, via-me submetido com frequência a um processo de filtragem política, levado a efeito com discrição e sagacidade. Ele me fazia perguntas, aparentemente

sem qualquer finalidade. E, quando obtinha a resposta, concentrava-se, como se articulasse um raciocínio e, em seguida, mudava de assunto. Só depois de sua morte, soube de uma observação sua a meu respeito, que me foi transmitida por Amaral Peixoto, e que não deixou de me surpreender.

Certa vez, pouco antes da crise de agosto, discutia-se no Catete a futura sucessão, com referências aos prováveis candidatos. A palestra era a mais íntima possível. Vargas, reclinado numa poltrona, ouvia sem nada dizer, fumando seu charuto. Diversos políticos foram citados, e ele, interrompendo a enumeração, atalhou, significativamente: “Já que estão discutindo nomes, será bom não esquecer o do governador de Minas.”

De qualquer forma, seu interesse por mim, manifestado durante uma reunião da família após o jantar, não deixava de constituir uma demonstração de simpatia, ou melhor, uma indicação de preferência. E àquela altura – justificando essa preferência – eu não era apenas um amigo pessoal seu. A obra administrativa que realizara já havia ultrapassado as fronteiras de Minas e projetara o meu nome, de maneira definitiva, no cenário nacional.

.....

A ideia do candidato único

EM 24 DE AGOSTO DE 1952, a morte súbita de Agamenon Magalhães, líder político de grande prestígio no Nordeste, resultou na ascensão de Etelvino Lins ao governo de Pernambuco. Na ocasião, o general Cordeiro de Farias comandava o IV Exército, cujo quartel-general estava instalado – como acontece até hoje – no Recife. Vivendo na mesma cidade e tendo frequentes contatos, os dois tornaram-se amigos e, em face dessa associação, passaram a ter real influência nos acontecimentos que, a partir daquela data, iam-se desenrolar no país.

Etelvino Lins era membro preeminente do PSD e, nessas condições, deveria ser meu correligionário político. Entretanto, a evolução da crise de agosto de 1954, sofrendo as distorções impostas pela ambição dos udenistas, fizera com que ele, seduzido pela tese do candidato único, acabasse por se distanciar dos seus correligionários.

Café Filho, ao assumir o governo, julgara a crise superada. Estando Vargas ausente do cenário político, a tendência dos trabalhistas – segundo pensou – deveria ser no sentido de uma acomodação, ou melhor, de um enquadramento da nova realidade. Se, antes, ele já se havia incorporado à linha dos interesses udenistas, em face da morte de Vargas e com as rédeas do poder nas mãos, o que teria de fazer era apenas consolidar a nova

situação, o que, de acordo com seus prognósticos, far-se-ia naturalmente, dada a orfandade política em que se encontravam as massas.

Café Filho, porém, cometera um erro de perspectiva. Não levava em conta as reservas de fidelidade democrática que ainda existiam no país. A nação, tanto na área civil como na militar, logo se dividiu, agravando o já visceral antagonismo entre os legalistas – que eram a maioria – e os partidários de uma solução extralegal. O Exército não havia sido unânime em relação às decisões de agosto. Largos setores tinham-se manifestado pela preservação do mandato de Getúlio Vargas. Não desejavam nem licença nem renúncia. Eram os que defendiam as instituições os que desejavam que a crise encontrasse sua solução nos remédios proporcionados pelo regime democrático.

Confundindo os militares udenistas com as Forças Armadas, Café Filho, porém, deu apoio irrestrito a essa minoria. Acreditava que, assim agindo, estaria assentando em bases sólidas o seu governo. Entretanto, já na primeira quinzena da sua ascensão ao poder, surgiram descontentamentos no seio dos udenistas, o que constituía eloquente indicação de ter sido intenção real de muitos deles transformar a substituição legal de Vargas num golpe de Estado, com o estabelecimento de uma ditadura e a supressão dos pleitos eleitorais à vista.

Logo depois da morte de Vargas, Nereu Ramos telefonou para Belo Horizonte, convocando-me para uma reunião no Rio. O encontro se realizou na residência do ilustre catarinense e teve a presença de Etelvino Lins. Durante o encontro, Nereu conservou-se calado, mas o governador de Pernambuco – que, segundo acredito, tivera a ideia da reunião – ali comparecera com uma missão específica. Estávamos nos últimos dias de agosto e as eleições para a renovação do Congresso seriam realizadas no dia 3 de outubro, ou seja, dentro de pouco mais de um mês.

Naquele momento o quadro político era o mais confuso possível. Entretanto, ninguém tinha dúvidas de que, no pleito presidencial do ano seguinte, eu seria candidato. Era governador de um grande estado. Contava, para recomendar o meu nome, com uma enorme obra administrativa. E, sobretudo, sendo do PSD – o maior partido do país –, desfrutava de grande simpatia nos círculos trabalhistas.

Durante a reunião, Etelvino Lins expôs o seu ponto de vista e concluiu por me fazer um apelo, no sentido de que concordasse com um

adiamento das eleições de 3 de outubro. Apresentei as razões que me levavam a não concordar com a sugestão. Uma eleição não era, e não poderia ser, um motivo de perturbação da ordem e, se assim fosse, estaríamos em face de uma verdadeira falência do regime. Acrescentei que um adiamento, naquelas circunstâncias, equivaleria a um atentado contra as instituições. E, reforçando essa linha de pensamento, declarei que ainda era governador de Minas e que lançaria mão de todo o poder que me conferia o cargo para impedir que o calendário eleitoral fosse alterado.

Minha atitude fez com que a conversa morresse. Na realidade, não ignorava o que se tramava nos bastidores. Deduzindo que eu seria concorrente às próximas eleições, a UDN desejava justamente frustrar essa expectativa. A atitude que assumi era de fundamental importância, naquele momento, quando tantos conspiravam contra a democracia. Os fatos, que posteriormente ocorreram, demonstraram que eu estava com a razão. No dia 3 de outubro, realizaram-se as eleições para a renovação do Congresso e nenhuma anormalidade se verificou no país. O pleito se feriu num clima de entusiasmo, mas dentro da melhor ordem, e João Goulart, candidato do PTB à senatoria pelo Rio Grande do Sul, sofreu fragorosa derrota, sem que as massas se sublevassem ou a tranquilidade pública fosse perturbada.

Frustrada essa tentativa de se descambar para a ilegalidade, os udenistas partiram para a efetivação de uma manobra mistificadora. Já que seria indispensável uma consulta às urnas, eles se submetiam à prova. Entretanto, para enfrentar esse risco, algumas providências de natureza política teriam de ser tomadas. De fato, como a UDN poderia disputar livremente as eleições, se o fantasma de Vargas rondava a cabeceira dos seus líderes, numa presença quase física, transformando-lhes o sono numa sucessão de pesadelos? Surgiu, então, a ideia do candidato único.

A ideia era engenhosa e poderia surtir efeito se, desde logo, seus objetivos não se houvessem tornado evidentes. O lançamento da ideia teve a encenação compatível com a importância do golpe planejado. Dramatizou-se a evolução dos acontecimentos políticos e usou-se largamente o nome das Forças Armadas. A tônica era a preservação da ordem interna, já que o país se encontrava sobre um vulcão. Todos os brasileiros, esquecendo ódios e ressentimentos, deveriam se unir e votar num candidato único. Existia, no entanto, um *mas*, para arruinar tão bem elaborada urdidura.

Tudo havia sido concertado tendo em vista apenas um objetivo: afastar do páreo o governador de Minas.

A essa altura, todos os líderes do PSD e do PTB já haviam percebido o que se tramava e, como se houvesse sido combinado, decidiram não discutir, com base numa chapa única, o problema sucessório. Havia outra razão para que os líderes das duas maiores agremiações partidárias do país se mostrassem reservados. Era a de que nenhuma combinação política poderia ser válida, se não se levassem em conta os resultados das eleições de 3 de outubro.

Esse pleito, porém, desanuviou o horizonte. Realizaram-se as apurações e os resultados foram desnorteadores. O PSD e o PTB fizeram a maioria dos prefeitos municipais, assim como maiorias esmagadoras para o Congresso Nacional e para os legislativos estaduais. Em Minas, os números que expressavam a votação eram os mais eloquentes: o PSD sozinho elegera 320 dos 485 prefeitos. Esses 320, somados aos eleitos pelos demais partidos que me apoiavam na órbita estadual – o PR e o PTB –, perfizeram o total de 432, elegendo a oposição apenas 63. A mesma proporção se verificou na formação da nova Assembleia Legislativa e na eleição da representação mineira no Senado e na Câmara federais.

Se até 3 de outubro a palavra de ordem era esperar e temporizar, em face do resultado do pleito soara a hora de se decidir e de agir. Os udenistas, desarvorados com a derrota sofrida, não perceberam a velocidade com que os acontecimentos se precipitavam. Gravitando em torno de Café Filho, elaboravam ainda esquemas de emergência, como se a situação comportasse soluções contrárias aos sentimentos da nação.

No dia 12 de outubro, seguí para Araxá, onde pretendia descansar uns dias. Ali fui procurado pelo jornalista e querido amigo Olavo Drummond, ao qual concedi uma entrevista, que teve a maior repercussão no país. Declarei, sem qualquer subterfúgio: “Chegou a hora de se discutir a questão sucessória. As últimas eleições deram visibilidade ao problema político.” Essas palavras representaram um brado de alerta e, em consequência, mobilizaram-se os círculos políticos. Sem qualquer dúvida, minha posição era excelente. Não abria o debate como parte interessada. Falava como governador de Minas e como prócer do PSD. Ninguém poderia me contestar a autoridade de promover a discussão do problema sucessório. Dois grandes

interesses, porém, haviam orientado meu comportamento: Minas fazia questão de ser ouvida no encaminhamento das conversações para a sucessão; e o PSD não poderia dobrar-se em face da arrogância dos inimigos da democracia. Entretanto, apresentei as reivindicações do meu estado em termos bem altos: “Minas entrará no exame do problema com a maior desambição.” E terminei com uma exortação aos meus correligionários, declarando que “ao PSD não cabia fugir ao dever de encabeçar a solução, uma vez que a maioria do eleitorado brasileiro o fizera depositário de sua confiança”.

Logo depois, Elmano Cardim, diretor do *Jornal do Comércio*, foi me encontrar em Araxá. Estivemos juntos e nossa conversa se prolongou por cerca de três horas. O ilustre jornalista, embora houvesse me procurado em caráter pessoal, na realidade não deixava de ser um emissário de Café Filho. O que queria me dizer não constituía novidade. Tratava-se de uma variação do tema já ventilado por Etelvino Lins. Alegava que não havia clima no país para uma disputa eleitoral. Estando a nação traumatizada, seria conveniente uma análise cuidadosa do problema sucessório. O presidente – segundo afirmou – era favorável a uma candidatura de união nacional e que eu deveria agir com a maior prudência possível. Ao terminar, transmitiu-me um convite, em nome de Café Filho, para que tivéssemos uma conversa, no sábado seguinte, no Rio.

A entrevista teve lugar na Gávea Pequena, dois dias mais tarde. Cheguei àquela residência presidencial ao meio-dia e só saí às 5 horas da tarde. Café falou durante todo o tempo, ora com entusiasmo, ora com pessimismo, mas procurando parecer tanto quanto possível obscuro. A tese era a mesma: um candidato único, já que assim o desejavam os militares. Durante a entrevista, deixei-me ficar calado. Nada poderia dizer, sem ouvir os líderes do PSD.

No automóvel, a caminho do meu apartamento, meditei longamente sobre o que me dissera o presidente. Os comparsas eram diferentes, mas o drama a ser representado era o mesmo. Tratava-se de outra manobra política, articulada no Catete, tendo por objetivo impedir minha candidatura. E, para reforçar a tese, lançava-se mão do nome das Forças Armadas.

Quando cheguei em casa, já ali se encontravam diversos líderes do PSD. Contei-lhes o que ouvira de Café Filho, esclarecendo que, embora ele houvesse procurado não se comprometer, o que se concluía era que

os militares, que gravitavam em torno do Catete, desejavam um candidato único. Ao concluir minha exposição, declarei que era soldado do partido e faria o que fosse resolvido pelos seus líderes, mas que, se me permitissem uma opinião pessoal, julgava que só deveríamos resolver o assunto dentro de um critério democrático. O que nos competia era examinar com frieza a situação e tomar a decisão que atendesse diretamente aos interesses partidários. Em face das circunstâncias, julgava que o PSD deveria apresentar o candidato de sua preferência.

No dia seguinte, voltei para Belo Horizonte. Passada uma semana, ali chegou Tancredo Neves, enviado por Osvaldo Aranha, para trocar ideias comigo, já que a tese do candidato único estava sendo propagada e vinha ganhando terreno. João Goulart, em face da derrota que sofrera nas urnas, ficara desarvorado e se desinteressara da liderança do PTB. O partido, que já se afirmava como um dos maiores do país, estava, pois, sem chefia. Osvaldo Aranha, preocupado com a situação, havia procurado João Goulart com o propósito de adverti-lo sobre a necessidade de se fazer alguma coisa, de forma a evitar que a agremiação se desintegram. Jango, decepcionado, dissera a Osvaldo Aranha que ficasse à frente das negociações que se iam iniciar, podendo falar em nome do PTB.

Osvaldo Aranha compreendera o relevante papel que esse partido poderia desempenhar na vida do país, se seus quadros fossem recompostos e se lhe assegurasse uma liderança incontestável. Já que Jango, o herdeiro de Vargas, havia-se mostrado realmente desinteressado, ele tomara a peito a tarefa que, por direito, deveria caber-lhe. Daí a razão de haver enviado, como emissário de seu pensamento, a Belo Horizonte, Tancredo Neves, lúcido e clarividente líder de Minas. Naquele momento, o cenário político já apresentava certa visibilidade e Osvaldo Aranha julgava que, em face da ameaça udeno-militar, o problema sucessório só poderia ser solucionado, em termos políticos, através de uma aliança do PTB com o PSD. Quanto ao candidato, Aranha pensava que meu nome, melhor do que qualquer outro, atenderia às aspirações da maioria do eleitorado. Acrescentava, porém, que o páreo seria duríssimo e que exigiria que o candidato fosse um homem calmo e sem medo. Em resposta, disse-lhe que estava disposto a correr aquele risco, mas nada poderia fazer sem ouvir a opinião dos meus companheiros.

Poucos dias mais tarde, fui ao Rio conversar com Amaral Peixoto, que era o presidente do partido, e transmiti a sugestão de Osvaldo Aranha. Amaral Peixoto reuniu os líderes pessedistas e expôs a situação com a maior franqueza. Declarou que o problema apresentava algumas dificuldades, já que os diretórios de Pernambuco, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul não concordariam com um candidato que tivesse o apoio do PTB. Voltei a Osvaldo Aranha e comuniquei-lhe o resultado da consulta, acrescentando que, mesmo com a oposição dos diretórios daqueles três estados, caso o PTB me garantisse o seu apoio, aceitaria o desafio.

Naquela época, eu tinha uma ideia bem nítida das dificuldades que iria enfrentar. No plano estadual, havia o problema da minha própria sucessão, já que o vice-governador, Clóvis Salgado, não era do PSD, mas do PR. E, no cenário nacional, as perspectivas ainda eram mais sombrias. A hostilidade de Café Filho ao meu nome, havendo extravasado dos círculos oficiais, já se infiltrava nas fileiras do próprio PSD, gerando focos de resistência no diretório nacional. Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estavam contra e, pouco depois, Benedito Valadares, impressionado com a atitude dos militares, deixou-se dominar, igualmente, pela ideia da inviabilidade da minha candidatura. Contribuiu para esse seu comportamento a divulgação de um diálogo, exato ou não, travado entre o general Juarez Távora e o governador Jânio Quadros.

Juarez, conversando com Jânio, em uma fazenda em São Paulo, teria declarado que as Forças Armadas haviam vetado o meu nome e que, em substituição, coordenava-se uma candidatura única, que era uma fórmula de pacificação nacional. Jânio Quadros, surpreendido, perguntou: “Mas, general, se, apesar do veto militar, Juscelino sair candidato?” Juarez foi incisivo: “O PSD não terá coragem de indicá-lo.” Jânio, repisando o assunto: “Mas, general, se, apesar de tudo, ele for indicado?” O chefe da Casa Militar de Café Filho replicou, de maneira determinada: “Se for indicado, não concorrerá às eleições.” Jânio arriscou outra pergunta: “Mas se concorrer às eleições, e sair vitorioso?” Irritado, Juarez encerrou a questão. “Não tomará posse.”

Benedito Valadares, ao tomar conhecimento desse diálogo, passou a trabalhar para que o PSD não assumisse tão arriscado compromisso. Em conversa ao pé do ouvido, confidenciava que minha candidatura seria uma afronta às Forças Armadas.

.....

Candidato à Presidência

O PSD, entretanto, não se atemorizou com a propalada reação de determinadas áreas políticas e insistiu em que o partido tivesse um candidato próprio. Já a 30 de outubro, com sua autoridade de chefe do governo maranhense, o governador Eugênio Barros declarou aos jornais de São Luís: “O PSD saiu fortalecido do último pleito. Deve ter candidato próprio à Presidência da República.” Em nome do PSD de São Paulo, o deputado Ulisses Guimarães, alguns dias mais tarde, disse a mesma coisa e idêntica atitude tiveram os pessedistas gaúchos, dissidentes do coronel Perachi Barcelos, e o deputado Leoberto Leal, dissidente de Nereu Ramos, em Santa Catarina. Assim, a tese – o PSD se lançará à luta, afirmando seu direito de ter candidato – estava vitoriosa.

Enquanto esses fatos ocorriam nos estados, meu nome se impunha, quase sem divergências, à consideração da liderança do partido. Em numerosos municípios mineiros, ocorriam manifestações favoráveis à minha indicação. Entretanto, apesar de tantos fatores favoráveis, minha situação se complicava à medida em que se passavam os dias. Não era candidato ainda, mas contra mim já se arregimentavam forças poderosas. Teria de enfrentar o problema estadual, pois, se me candidatasse, seria obrigado a deixar a governadoria, e o meu substituto, embora homem de elevado

espírito público, não pertencia ao meu partido. No cenário nacional, o que ocorria era o desdobramento da conspiração dos udenistas intransigentes. No seio do PSD, Benedito Valadares desenvolvia sua característica atividade de formiga. Trabalhava sem fazer ruído, mas com incrível eficiência.*

Quanto à ameaça dos militares, sempre a encarara em sua devida dimensão. Um grupo de oficiais udenistas lançava mão do recurso, popularizado por Góis Monteiro, de, em face de qualquer dificuldade, invocar o nome das Forças Armadas. Eu dispunha de numerosos amigos entre os militares e sabia que a maioria absoluta dessas Forças só se preocupava com os problemas que lhes eram específicos, patrioticamente alheia às competições partidárias.

O cenário apresentava-se, pois, sombrio. Para enfrentar tantos problemas, julguei melhor adotar a estratégia de solucionar isoladamente cada problema. Nesse sentido, procurei o ex-presidente Bernardes. Esforcei-me por ser franco e objetivo, já que dialogava com um homem público de indiscutível integridade moral. Disse-lhe que tinha possibilidade de ser indicado candidato, muito embora a escolha do meu nome estivesse sendo torpedeada por grupos do próprio PSD. Entretanto, estava disposto a lutar pela concretização dessa indicação se o PR me apoiasse.

O velho Bernardes assumiu uma atitude que, na realidade, me desconcertou. Alegou que o apoio do PR fora decisivo na combinação com a UDN, resultando desse entrosamento a eleição de Milton Campos. O mesmo sucedera em relação ao PSD e, dessa aliança, minha candidatura saíra fortalecida, tornando fácil minha eleição para a governadoria de Minas. Naquele momento, havia chegado a oportunidade do PR caminhar para o Palácio da Liberdade. Em face disso, o velho partido apoiaria minha candidatura à Presidência da República, mas desejava, em compensação, que o PSD concordasse em ceder a vez ao PR, apoiando um dos seus elementos para a governadoria do estado.

A combinação não seria, na realidade, inviável. Existiam excelentes candidatos nas fileiras perristas. Um fato, porém, impedia-me, na-

* Propalou-se, na ocasião, uma anedota, atribuída a Benedito Valadares, o qual, em face da minha inabalável determinação de participar da disputa, passara a confidenciar aos amigos: “O Juscelino quer bancar o Tiradentes com o pescoço dos outros.”

quele momento, de entrar em acordo com o ex-presidente: Benedito Valadares, já conquistado por alguns udenistas, passara a propalar que eu estaria disposto a entregar o governo de Minas ao PR, em troca do apoio do PR à minha candidatura à Presidência da República.

De qualquer forma, a atitude do ex-presidente não deixou de me surpreender, dadas as excelentes relações de amizade que existiam entre nós. Soube, mais tarde, o motivo dessa alteração do seu comportamento: o ex-presidente vinha sendo assediado pelos udenistas e o próprio Café Filho fizera-lhe ver a inconveniência da minha candidatura, em face da crescente oposição de certos setores militares.

Ao deixar a casa do ex-presidente, procurei o senador Bernardes Filho e lhe expus a surpresa de que estava possuído. Este tranquilizou-me, dizendo que iria discutir o assunto com o pai, adiantando-me que, caso houvesse algum problema, ficaria solidário comigo e mesmo renunciaria a sua cadeira no Senado. Se a frieza do ex-presidente me havia surpreendido, já a decidida atitude do senador Bernardes Filho não deixara de me causar preocupação. Em hipótese alguma desejaria contribuir para que aquele ilustre homem público mineiro se afastasse do cenário político. Disse-lhe que aceitava seus bons ofícios, mas fazia-lhe um apelo no sentido de que conduzisse as conversações com a maior prudência, pois não aceitaria o seu sacrifício em favor da minha causa. No dia seguinte, voltei a Minas.

Ao chegar a Belo Horizonte, tomei conhecimento das dificuldades que Benedito Valadares vinha encontrando para desarticular minha candidatura. Seus apelos insistentes, seus cochichos enigmáticos, sempre baseados numa velada alusão ao veto militar, não estavam surtindo o efeito desejado. O PSD, sob a liderança hábil e corajosa de Amaral Peixoto, em vez de se atemorizar, mais se aproximava de mim. Em Belo Horizonte, tive uma longa conferência com Clóvis Salgado, vice-governador do estado e prócer perrista, e com o meu amigo, o futuro embaixador Bolívar Freitas, durante a qual todos os aspectos do problema foram analisados. Clóvis Salgado pediu-me um prazo para pensar e, enquanto esse período transcorria, voltei ao Rio, onde encontrei o velho Bernardes ainda relutante.

Ao deixar a residência do ex-presidente, segui para o aeroporto, onde tomei o avião, retornando a Belo Horizonte. Da capital mineira,

telefonei a Amaral Peixoto e expus, com clareza, a situação em que me encontrava. Não obtivera o apoio do PR, como esperava; Benedito, espalhando a causa dos militares, entrara a confabular com Café Filho, e se havia fortalecido dentro do PSD. Estava, pois, em condições de desarticular o trabalho feito em favor da minha indicação; e, por último, havia a oposição declarada do presidente da República. Concluí por solicitar a Amaral Peixoto que fosse a Belo Horizonte a fim de conversarmos.

A reunião teve lugar no dia seguinte e estavam presentes Amaral Peixoto, Clóvis Salgado, Bolívar de Freitas e eu. De saída, Clóvis Salgado me perguntou se era verdade que estava disposto a desistir, caso não obtivesse o apoio do PR. Respondi-lhe que as circunstâncias me obrigavam a essa atitude. Concluí, dizendo que Amaral Peixoto deveria sair daquela reunião com uma decisão minha – desistência ou aceitação da luta –, tudo dependendo do que o PR pudesse decidir. Clóvis Salgado mostrou-se alarmado e me pediu um prazo de 24 horas, para obter uma definição do seu partido.

O vice-governador estava realmente preocupado. Ao deixar a reunião, comunicou-se com o ex-presidente Bernardes e este pouco depois me telefonava. Estranhou que eu colocasse a questão em termos de renúncia ou não renúncia, pois, por todos os motivos, tanto de ordem moral quanto de prestígio do estado, não poderia chegar a esse extremo. Entretanto, Bernardes, apesar de estar vivamente interessado na questão, não me deu qualquer indicação do que o PR faria.

Torna-se necessária uma pequena explicação que retrate o ambiente político da época, no estado de Minas. O PSD era, incontestavelmente, o partido mais forte do estado, ocupando mais de 300 das 400 prefeituras municipais. A experiência que havia guardado, da predominância udenista, ao tempo de Milton Campos, revigorava em cada uma a decisão de não ceder no problema do governo estadual. Todos consideravam muito mais importante o Palácio da Liberdade do que o Palácio do Catete. Este ficava mais longe dos seus interesses imediatos. Teriam imenso gosto em me ver guindado à Presidência, mas não com sacrifício da posição em Minas. Sabia que as dificuldades se avolumariam sem medida se propusesse ao meu partido a candidatura de um perrista à minha sucessão, em troca do apoio do PR à minha indicação para presidente.

Para ser candidato, a Constituição impunha a minha renúncia dez meses antes de expirar o mandato. As eleições à minha sucessão seriam, pois, presididas por Clóvis Salgado. Este era o ponto delicado. Os pessedistas temiam que uma nova aliança entre o PR e a UDN, em torno da candidatura do presidente Bernardes, gerasse uma derrota para nós no estado. Eu já havia declarado que não fugiria à circunstância tão desejada pelos meus correligionários de terem um pessedista no governo de Minas. Tomei a decisão íntima de não aceitar a minha candidatura antes deste assunto estar resolvido.

Como disse, conversei com Clóvis Salgado, na presença do embaixador Bolívar de Freitas, e lhe expus, com a maior franqueza, os obstáculos que se abriam diante de mim, caso ficasse decidida pelo PR a hipótese de um candidato próprio. Clóvis Salgado perguntou-me o que eu julgava necessário para prosseguir no meu caminho. Respondi: “Um candidato pessedista ao governo de Minas.”

No dia seguinte, à mesma hora, trazia-me um documento que bem revelava as excepcionais virtudes cívicas de que era dotado. Coerente com as combinações anteriores, das quais participara, não se considerava com o direito de ser o autor da *pedra* no meu caminho. Se, por acaso, o PR tivesse candidato próprio, ele renunciaria à função de vice-governador. Minas seria assim governada pelo deputado Ribeiro Pena, do meu partido. Esse presidiria o pleito, anulando qualquer possibilidade de reação dos integrantes do meu partido.

A essa altura, o panorama nacional já se mostrava inquietador. Intensificava-se a propaganda udenista nos círculos militares, tentando convencê-los a assumir uma atitude franca contra minha indicação. Telefonemas do Rio me advertiam sobre a necessidade de que agisse com cautela. Eu, porém, prosseguia no caminho traçado, sob a égide da Constituição.

Em face da atitude de Clóvis Salgado e do trabalho de Bernardes Filho, no dia 8 de novembro, a seção mineira do PR, reunida sua comissão executiva, comunicou à direção do PSD nacional que apoiaria o meu nome, caso fosse indicado pelo partido. A 19 de novembro, todos os diretórios municipais do PSD mineiro enviaram telegramas ao senador Benedito Valadares, dando-lhe poderes para recomendar minha indicação à direção nacional. A esses telegramas se juntaram memoriais dos estu-

dantes, dos trabalhadores e dos intelectuais mineiros. Se era esse o cenário estadual, idêntica mobilização se verificava no setor nacional do partido. Em todos os estados, a maioria dos diretórios havia telegrafado a Amaral Peixoto, autorizando-o a indicar o meu nome.

Não havia mais o que esperar. E enquanto os adversários ainda conspiravam, minha candidatura deixava de ser um assunto discutido nos bastidores do PSD para extravasar no âmbito partidário e ganhar a rua, transformando-se numa causa nacional. Quanto maior era a campanha feita contra mim pela imprensa udenista, mais o meu nome se fortalecia no sentimento do povo, tornando imperiosa a oficialização da minha candidatura. Etelvino Lins tentou lançar o seu famoso esquema por cima das agremiações políticas e em desafio às lideranças partidárias. Dando uma feição prática ao seu esquema, propunha nomes: o do general Juarez Távora para a presidência da República e o meu para a vice-presidência, ou seja, a denominada *Chapa Jujú*. Entretanto, Amaral Peixoto conduzia, com admirável bravura e espírito público, os destinos do PSD. Convocou o diretório nacional para a reunião de indicação, conforme os estatutos do partido. O PSD estava coeso ao meu lado e as abstenções que poderiam ocorrer eram desde muito esperadas: as de Pernambuco, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. E, de fato, assim aconteceu. A reunião do diretório central do PSD teve lugar no Palácio Tiradentes, no dia 25 de novembro de 1954, e, após acalorados debates, durante os quais os dissidentes tudo fizeram para fragmentar o partido, fui indicado por 123 votos contra 36.

No discurso que pronunciei em agradecimento à indicação, procurei demonstrar a maior isenção possível. Fiz um convite aos brasileiros de boa vontade para que formassem sob a bandeira que desfraldava, da defesa da Constituição e de luta em favor do desenvolvimento nacional. E acenava ao país com a possibilidade do advento de uma era de prosperidade, se o povo, esquecendo ódios e ressentimentos, formasse ao meu lado, para a batalha do despertar econômico nacional. Concluindo minha oração, declarei: “Que Deus me dê forças para ser digno da confiança do meu partido.”

Nessa altura, já era de grande exaltação o ambiente político do país. O fracasso do *Esquema Etelvino* havia feito a UDN compreender que, se quisesse empalmar o poder, teria de disputá-lo nas urnas, em igualdade

de condições com os demais partidos. Entretanto, em face da tranquilidade com que enfrentava os acontecimentos, iniciou-se uma feroz campanha contra mim, tanto na imprensa como no Congresso. Tudo obedecia à palavra de ordem de se evitar, por qualquer processo, uma candidatura que não fosse udenista. Assim, no desdobramento desse plano, passei a ser o alvo prioritário. As calúnias mais torpes foram assacadas contra mim e chegou-se mesmo à tentativa de se criar uma Semana Mineira na Câmara dos Deputados, o que só não foi levado a efeito dado o fracasso inicial do primeiro orador.

No dia 28 de novembro, já estando meu nome indicado pelo diretório nacional do partido, Amaral Peixoto, como presidente do PSD, deu início às conversações para a formação das alianças partidárias. No dia 4 de dezembro, o diretório nacional do PTB deu carta branca ao seu presidente para entabular negociações e, dois dias mais tarde, ou seja, no dia 6 de dezembro, eu e João Goulart realizamos o nosso primeiro encontro para a discussão de um programa mínimo de reivindicações petebistas.

Sendo candidato à Presidência da República, tive de lutar, nessa ocasião, em duas frentes, ambas exigindo de mim o melhor do meu esforço. De um lado, enfrentava os que conspiravam contra a Constituição, e, do outro, não poderia descurar dos problemas administrativos, os quais, se fosse eleito, deveriam ter suas soluções – pelo menos nos setores de maior relevância – já equacionadas quando assumisse o governo.

Mas como poderia trabalhar, se os meus inimigos revelavam-se incansáveis e me surpreendiam, cada semana, com uma intriga nova que tinha necessidade de desfazer? Meus gabinetes de trabalho no Rio e em Belo Horizonte, meu quarto de dormir, o avião em que habitualmente viajava, converteram-se numa babel de livros e de relatórios que devorava freneticamente, a fim de me informar sobre tudo quanto me pudesse ser útil, caso fosse eleito. Como as informações escritas nem sempre revelavam a objetividade que se fazia necessária, julguei que deveria viajar, para ver com os próprios olhos, as necessidades do Brasil. Assim, teria uma visão pessoal, realista e objetiva do panorama nacional.

.....

O golpismo em ação

NO DIA SEGUINTE, voei para o Rio a fim de acertar com Amaral Peixoto uma série de providências. Uma vez que se aguardava a efetivação de várias alianças partidárias, combinamos que a orientação geral da campanha não seria feita da sede do PSD, o que certamente criaria constrangimentos aos aliados. Fundou-se, então, um Comitê Nacional Interpartidário, cuja direção foi entregue ao embaixador Negrão de Lima e que se instalou numa sobreloja do Edifício dos Seguradores, na Rua Senador Dantas.

A reunião do diretório nacional do PSD dera-me uma indicação do que me aguardava em futuro próximo. Tratava-se de um conclave do meu próprio partido e, no entanto, durante as discussões, viu-se que a conspiração udenista ali se fizera patente. Etelvino Lins e Perachi Barcelos, refletindo o espírito da apregoada *união nacional*, tentaram obter um adiamento da escolha, propondo que se fizessem consultas aos demais partidos, antes que uma decisão fosse tomada. Jânio Quadros, governador eleito de São Paulo e francamente entrosado na linha udenizada de Café Filho, solicitou ao governador Lucas Garcez que fosse portador de um apelo seu, dirigido aos pessedistas, no sentido de que não ultimassem a indicação pelo menos até sua volta da Europa. Esse pedido, além de indébito, criou uma

situação de constrangimento para Lucas Garcez, que se havia comprometido com a liderança pessedista, no sentido de que apoiaria a indicação imediata do candidato do PSD.

Vieira de Melo, falando em nome da Bahia, defendeu a tese da união partidária. Sugeriu que, no decorrer da reunião, fosse escolhido o candidato, que “deveria ser partidário e pessedista”. Em seguida, usou da palavra Nereu Ramos, representante de Santa Catarina, que defendeu a *fórmula Pila*, isto é, o entendimento entre os partidos em busca de uma solução. Discursou, pouco depois, Armando Falcão, em nome do Ceará, insistindo por uma solução imediata e indicando o meu nome. Perachi Barcelos subiu à tribuna então, preconizando o adiamento da questão, mostrando a dificuldade de um acordo com o PTB, no Rio Grande do Sul. Depois desses discursos, generalizou-se o debate em torno de questões de formalística partidária e, por fim, houve a votação que resultou na escolha do meu nome.

Enquanto se realizava essa reunião, fervia o ambiente político. Uma campanha de boatos fora desencadeada tendo em vista atemorizar os líderes pessedistas. Entretanto, o próprio Benedito Valadares, que havia assumido atitude contrária à minha indicação, votara a favor da escolha imediata do candidato partidário. Eu estava indicado, pois, mas essa escolha deveria ser homologada pela convenção nacional do PSD. Ao ser discutido esse assunto, Etelvino Lins tentou um último golpe contra a minha indicação, sugerindo que a convenção fosse realizada no dia 10 de fevereiro de 1955, dois meses após a reunião do diretório nacional. Julgava que, intercalando um longo período de tempo entre as duas reuniões – o que era inédito, já que as indicações do diretório nacional eram quase simultaneamente homologadas pela convenção –, haveria a possibilidade de que a cúpula do PSD, pressionada pelas ameaças dos militares, acabasse por tornar sem efeito a indicação. De qualquer forma, a sugestão de Etelvino foi aprovada, o que queria dizer que minha candidatura só seria oficialmente lançada dois meses mais tarde.

Na manhã seguinte, a maioria dos jornais do Rio noticiou o que tinha ocorrido na reunião do PSD, ressaltando o critério eminentemente democrático que presidira a escolha do meu nome. Mesmo o *Correio da Manhã*, que não tinha simpatia pelo PSD, não poupou elogios à maneira

como tudo fora decidido, afirmando categoricamente: “Candidatura limpa e franca.”

Em conversa com Amaral Peixoto, discutimos longamente as consequências do adiamento da convenção. Ao regressar a Minas, meditei sobre as consequências daquela manobra e decidi tomar uma atitude que iria constituir um fato inédito na vida partidária do país. Sob o pretexto de agradecer aos diretórios estaduais a indicação do meu nome, programei uma excursão a todas as unidades da Federação. Antes, porém, que desse execução a esse programa, julguei que deveria fazer uma visita oficial aos ministros militares, a fim de comunicar-lhes minha indicação e manifestar-lhes os propósitos que me animavam, de não contribuir para a perturbação da ordem no país.

Depois de uma visita a Diamantina e da instalação da sede do Comitê Nacional Interpartidário no Rio, julguei que já era tempo de dar início à campanha eleitoral. No dia 16, segui para Vitória, começando pelo Espírito Santo o roteiro das visitas aos diretórios estaduais. O que tinha em vista – além de conhecer, com os próprios olhos, a realidade nacional – era despertar o sentimento cívico do eleitorado, inflamá-lo, eletrizar-lhe as bases e fazer com que elas, reagindo, influenciassem, com suas manifestações de apoio ao meu nome, a cúpula partidária. Dessa forma, a manobra de Etelvino Lins, estabelecendo um longo interregno entre as duas reuniões, não surtira qualquer efeito.

Pouco depois da reunião do diretório nacional do PSD, Juraci Magalhães telefonou-me dizendo que desejava ter um encontro comigo. Estávamos nas vésperas do Natal de 1954. Naquela época, já me sentia caçado dos inúmeros apelos que vinha recebendo, no sentido de retirar minha candidatura. Quando Juraci Magalhães me telefonou, previ que sua conversa não constituiria uma exceção à regra. Era líder da UDN e se mantinha solidário com Café Filho.

Durante nossa entrevista, falou-me dos riscos a que me expunha, alegando a inviabilidade da minha candidatura. A cordialidade não excluiu a firmeza com que revelei o meu propósito. Jogava o Brasil uma cartada decisiva para a democracia. Se não houvesse alguém com coragem para arvorar a bandeira da livre escolha pelo povo, o regime democrático estaria sendo extinto no país. Durante a palestra, Juraci falou várias vezes

no nome de Juarez Távora, tecendo-lhe os maiores elogios, acabando por me perguntar se não gostaria de ter um encontro com o ilustre militar. Aquiesci imediatamente. Juraci tomou o telefone e falou com Juarez, que se pôs à nossa disposição. Partimos imediatamente. O general, com grande habilidade e polidez, defendeu a tese do candidato único. Essa entrevista não deixou de ser proveitosa para mim: fiquei sabendo dos obstáculos que teria de transpor. Apesar da delicadeza das palavras, senti o pensamento firme e irrevogável de veto à minha candidatura, mas não me atemorizei.

Mal ouvira a advertência de Juarez, eis que, vinda do Norte, surgiu a voz de José Américo de Almeida, pregando a união nacional. O ilustre homem público falava com a autoridade que conquistara nos prélios anteriores. Era o missionário da paz que pregava concórdia, em face dos perigos e das incertezas de uma luta eleitoral. Nosso encontro teve lugar no meu apartamento da Rua Sá Ferreira. A conversa girou em torno dos mesmos argumentos que me apresentara Juraci Magalhães. A palestra foi amável, inteligente e viva, sem ocultar, porém, os perigos que me aguardavam.

Mais tarde, no último encontro que tive com José Américo, na Paraíba, os mesmos conceitos viriam à baila, carregados, entretanto, de mais densa atmosfera, naturalmente criada por numerosos fatos novos que, cada dia, surgiam no meu caminho. E, para completar o cerco, o próprio Café Filho, sob o pretexto de uma mensagem ao povo na noite de Natal, reforçou a já batida tese da união nacional, dando a entender que seria arriscada qualquer atitude contrária a esse ponto de vista.

Até então, todas as manifestações haviam sido de líderes partidários. Agora, porém, o veto assumia características oficiais: estava implícito no discurso do presidente da República. Café Filho havia tramado com os udenistas, tentando forjar uma eleição sem livre manifestação do povo. Diante dos sucessivos fracassos, porém, deixara cair a máscara, lançando mão do prestígio do elevado cargo que ocupava. O jornalista José Eduardo de Macedo Soares, em artigo no *Diário Carioca*, fez a advertência que aquela atitude exigia: “O presidente Café Filho já está interferindo.”

Para mim, seria desagradável travar polêmica naquela hora com o presidente. Usei, pois, de um subterfúgio que poderia ter o mesmo resultado. Sob o pretexto de responder à entrevista de José Américo, procurei

esclarecer, de forma positiva, meu pensamento sobre a tese da união nacional, que começava por excluir justamente o único candidato até então indicado. Não via por que uma luta eleitoral pudesse pôr em perigo o país, se a disputa dos votos era a essência da coexistência democrática. Não podia aceitar a tese do candidato único, mesmo porque eu próprio não desejava ser esse único concorrente. Ao contrário, não só protestava contra a negativa do direito, a qualquer compatriótico, de ser candidato, mas queria ter competidores, a fim de que ficasse assegurado o direito maior, que era o da nação: o de escolher livremente os seus mandatários. “Se tenho alguma força”, proclamei, “esta reside na legalidade.”

Entretanto, o que realmente me preocupava naquele período era realizar o roteiro de visitas aos diretórios estaduais que me haviam indicado. Nessas condições, teria que viajar convenientemente assessorado. Antes de embarcar, organizei no Rio, sob a chefia do deputado Coaraci Nunes, do Amapá, uma equipe que se encarregaria não só de estudar e determinar os itinerários, mas, também, de me fornecer informações e todo material de consulta sobre as regiões e as localidades a serem percorridas. Coaraci Nunes era um jovem político de grande inteligência e familiarizado com os problemas das diferentes regiões do país. Dentro do Comitê Nacional Interpartidário, passou a funcionar um serviço geral de redação e correspondência, sob a chefia do meu secretário particular, Cristiano Martins, moço de excepcional cultura. Fora do Comitê, mas a ele vinculado, passou a funcionar um grupo de técnicos orientados por Lucas Lopes e Israel Pinheiro, encarregado de receber sugestões, fazer estudos e sugerir soluções para os grandes problemas que teria de enfrentar. Amaral Peixoto e os demais próceres do PSD ficaram encarregados dos entendimentos políticos durante minhas ausências. Outro grupo, liderado por Tancredo Neves e tendo como integrantes Osvaldo Penido, deputado Renato Archer, Geraldo Lemos – irmão de Sarah –, Francisco Rodrigues, Márcio Alves de Melo Franco, ficara incumbido dos movimentos de bastidores, assim como da promoção de entendimentos políticos. Por fim, fora organizada a equipe dos meus auxiliares imediatos, da qual faziam parte João Luís, Geraldo Carneiro, José Morais, major Dilermando Silva e os pilotos comandante Alberto Torres e tenente João Milton Prates. Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Lins, Horácio de Carvalho, Danton Jobim, José Eduardo

de Macedo Soares, Mário Casassanta, Renato Azeredo e Moacir Andrade compunham o *staff* intelectual de alta linhagem que me deu um poderoso suporte.

No que dizia respeito ao elemento humano, tudo estava organizado. Faltava, porém, o veículo para a realização daquela extensa excursão aérea. Esse problema foi resolvido com facilidade, através de um entendimento com a companhia de aviação Nacional Transportes Aéreos. O PSD alugou um avião novo – um Douglas DC-3 – o qual, sob a responsabilidade de uma tripulação recrutada por mim, seria operado por aquela empresa, no que dizia respeito à proteção de voo, manutenção, assistência mecânica e reabastecimento. Como a adaptação do novo avião para me servir de moradia, por muitos meses, devesse ser demorada, a Nacional pôs à minha disposição um dos seus aviões de carreira, o PP-ANR, no interior do qual se ajustaram um leito e uma mesa de trabalho.

Assim aparelhado, com minhas equipes de terra e aérea organizadas, pude dar início ao programa de levar minha presença a todos os quadrantes do Brasil. Era a primeira vez que um candidato, antes mesmo de ser oficialmente indicado, tomava tão insólita iniciativa. Como já disse, o programa teve início com uma visita a Vitória. Na manhã seguinte, às 7 horas, achava-me no aeroporto em companhia do governador do estado e dos líderes do PSD e do PTB capixabas, quando ali aterrissou o então PP-ANR, tendo a bordo os senadores Magalhães Barata e Vitorino Freire e os deputados Coaraci Nunes, Renato Archer, Hugo Napoleão, Lameira Bittencourt e Sizefredo Pacheco, que seriam os componentes da minha comitiva naquela primeira excursão.

De Vitória, segui com destino à capital do Piauí, fazendo escala em Bom Jesus da Lapa, no interior da Bahia, onde já estivera quando ainda era deputado federal. Visitei o santuário das romarias e ali orei. Dali, segui direto para Teresina, em cujo campo me aguardava o governador Pedro de Freitas e o governador eleito, general Gaioso e Almendra. Seguiram-se as manifestações de praxe, com comício, banquete e desfile de automóvel ao longo da avenida principal. O deputado Hugo Napoleão saudou-me em nome do povo piauiense. Na manhã seguinte – dia 18 – decolamos para Fortaleza, em cujo aeroporto fui recebido pelo governador Stênio Gomes, o general Emílio Maurell, comandante da 10ª Região Militar, e por todo

o diretório do PSD local. Aproveitei minha estada na capital cearense para discutir com os técnicos do Departamento de Obras Contra a Seca os problemas da região, inteirando-me do que estava sendo realizado, e também do que precisava ser feito para que fossem recuperados, para a economia nacional, extensos tratos de terra, que a prolongada ausência da chuva tornava estéreis e o impiedoso sol do sertão calcinava.

Às 11 horas da manhã seguinte – dia 19 – meu avião aterrissou no aeroporto de São Luís. Ali me aguardava o governador Eugênio de Barros. Visitei a Assembleia Legislativa, o Sindicato dos Empregados no Comércio, a Rádio Timbira, encerrando o dia com um banquete no palácio do governo. Após o banquete, o governador Eugênio de Barros pediu-me para acompanhá-lo ao seu gabinete. De portas trancadas, perguntou-me: “Está o senhor decidido a levar avante a sua campanha, embora contra ela se ergam, de armas na mão, os adversários que, aliados aos militares, proclamam que não permitirão sua candidatura, ou, se eleito, impedirão sua posse?” Antes que respondesse, ele prosseguiu: “Digo isso porque minha decisão está tomada. Ficarei fiel ao compromisso político e também à Constituição, lutando, como e onde for necessário, para defendê-la e manter a democracia.” Prontamente repliquei: “Minas não capitulará em face de qualquer assalto à legalidade.”

Já no dia seguinte – embora a reunião no palácio se houvesse prolongado até quase a madrugada – rumei, às 8 horas da manhã, para Belém do Pará, onde pude verificar o enorme prestígio de que o senador Magalhães Barata desfrutava no estado. Após uma grande recepção popular em frente ao Hotel Central, o senador Barata levou-nos para um almoço na casa de um amigo, situada numa clareira em plena floresta amazônica. Travei conhecimento então com a autêntica cozinha da Amazônia, comendo ovos de tracajá e carne de muçuí no casco, tendo como sobremesa frutas de nomes indígenas, tudo regado por molhos adocicados.

Na manhã de 21, depois de uma visita ao pitoresco mercado Ver-o-Peso, decolamos rumo ao território do Amapá. Levamos mais de duas horas cruzando a vastidão verde da ilha de Marajó e a foz superior do Amazonas, esta, em vez da boca de um rio, parecendo muito mais um oceano. Em Macapá, aguardava-nos o governador Janari Nunes. O espetáculo do que ali estava sendo realizado era de natureza a sensibilizar

o mais displicente patriota. Fundada havia cerca de dez anos, a cidadezinha, moderna, limpa, erigida de construções por toda parte, já abrigava mais de 20 mil habitantes. Depois, saímos de automóvel pela mata, a fim de visitar o Posto Pecuário, onde plantei uma seringueira, iniciando, com essa muda, nova quadra da floresta de milhões de seringueiras que Janari ali estava implantando cientificamente. Conheci, em seguida, as obras da estrada de ferro e do porto de Santana – uma das mais ousadas aventuras do capital privado brasileiro. A companhia que estava construindo a estrada de ferro e o porto – a Icomi – era de Minas Gerais e tinha sua sede em Belo Horizonte. Seu diretor, Antunes, bravo pioneiro, sentiu-se feliz em receber a visita de um candidato à Presidência da República que também era mineiro.

Às 3 horas da manhã do dia 22, deixamos Macapá, atravessamos as duas bocas do Amazonas e toda a ilha de Marajó e, quando amanhecia, o avião aterrissava em Carolina. Reabastecido o aparelho e após uma reunião com os pessedistas locais, promovida pelo senador Vitorino Freire, retornei a Belo Horizonte. A primeira excursão havia sido realizada com pleno êxito. Por onde passei, fora recebido por grandes concentrações populares e, através das aclamações que se ouviam nos comícios, distinguiam-se perfeitamente os entusiásticos gritos de “viva o futuro presidente da República”.

.....

*Contraste entre a situação
no interior e no Rio*

O ESPETÁCULO que tivera a oportunidade de presenciar no interior contrastava, de maneira violenta, com a atmosfera de agitação que se respirava no Rio. Nos estados, todos ansiavam por paz, por maiores oportunidades de trabalho, por eleições tranquilas, através das quais o povo manifestasse livremente suas preferências. Mesmo os udenistas, que atuavam nos diferentes setores estaduais, não se mostravam envenenados e muitos deles, como aconteceu no Ceará – em relação ao senador Fernandes Távora e ao deputado Virgílio Távora –, participaram das homenagens que me eram prestadas, vendo em mim não um réprobo, mas um homem público em dia com seus deveres constitucionais e, portanto, merecedor das festivas recepções que lhe eram tributadas. Tão chocante me pareceu esse contraste que, num discurso pronunciado em Belém do Pará, não consegui controlar, exclamando, num desafio aos meus adversários gratuitos: “Não é possível que 50 cidadãos na capital da República estejam a inquietar e a ameaçar 50 milhões de brasileiros.”

Entretanto, o que eu julgava não ser possível era a expressão de uma inquietante verdade. No Rio, cada vez se conspirava mais, mais se usava e se abusava do nome das Forças Armadas. Após as sucessivas declarações

em favor de um candidato único – desde que esse candidato não fosse eu – e como a atoarda feita em nome das classes armadas não houvesse obtido até então qualquer êxito, os golpistas que tutelavam Café Filho decidiram lançar mão de um recurso que lhes parecia infalível. No dia 31 de dezembro, o general Juarez Távora entregou a Café Filho o documento, que iria ficar famoso, em que os líderes das classes armadas se pronunciavam sobre a situação nacional. A maneira como foi feita essa entrega contrariava o próprio espírito que orientara a redação do texto. O documento, de acordo com o desejo dos signatários, deveria ser conservado secreto, pois o efeito que dele esperavam era de fundo puramente psicológico. Seus signatários pretendiam que, em face de um pronunciamento daquela natureza, eu me atemorizasse e retirasse a candidatura. Café Filho, mais afoito do que os próprios udenistas, acabou por divulgá-lo, o que não deixou de irritar alguns dos meus adversários. O documento é o seguinte:

“Profundamente preocupados com os perigos que certamente advirão, em meio à grave crise econômica e social que atravessa o país, de uma campanha eleitoral violenta, os chefes militares das três Forças Armadas, mais diretamente responsáveis, perante Vossa Excelência, pela preservação da ordem e tranquilidade pública, e levados pelo fato de que em todos os momentos de crise nacional a elas, sistematicamente, se têm dirigido os anseios populares para as soluções capitais, sentem-se no dever moral de encarecer junto a Vossa Excelência a necessidade de um apelo do governo da República a todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica que permita a solução do problema da sucessão presidencial em nível de compreensão e espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional.

E, ao fazê-lo, querem, outrossim, declarar que não os move qualquer desejo de ver aceita a candidatura de um militar, apressando-se aqueles mais apontados, em comentários da imprensa, como possíveis candidatos e que também assinam este documento, a afirmar perante Vossa Excelência que não se consideram como tais, nem encararão como conveniente o lançamento de suas candidaturas nas circunstâncias atuais.

Esperam, assim, os chefes militares signatários desta que um apelo sincero, feito pelo mais alto magistrado da nação, encontre eco em nossas elites

políticas, as quais certamente não faltarão ao dever, que ora se lhes impõe, de conduzir democraticamente, em ordem e harmonia, a evolução da delicada conjuntura política que atravessa o país, permitindo que ingresse este numa fase de recuperação e de progresso.

a) almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha; general Teixeira Lott, ministro da Guerra; brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica; marechal Mascarenhas de Moraes; general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; general Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado-Maior do Exército; almirante Saladino Coelho, chefe do Estado-Maior da Armada; brigadeiro Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e general Juarez Távora, chefe da Casa Militar da Presidência da República.”

Como se vê, tratava-se de um documento sibilino, redigido com a indispensável candura para legitimá-lo em face de qualquer reação do sentimento popular. Afastava a hipótese de uma candidatura militar e preconizava um *movimento altruístico* com a finalidade de solucionar o problema da sucessão num *nível de compreensão e espírito de colaboração interpartidária*. O pronunciamento revelava outra faceta, que refletia, de maneira expressiva, a preocupação de erigi-lo em espelho de uma manifestação patriótica: não era faccioso.

Soube da existência desse documento por intermédio de políticos que tinham acesso à intimidade de Café Filho. Ignorava, porém, os justos termos em que estava redigido. Aos que o procuravam, Café Filho, assumindo ares de grande preocupação, referia-se ao *veto das Forças Armadas* a minha candidatura e pregava a necessidade de uma reformulação do problema sucessório. Essa indiscrição calculada tinha um endereço certo. Tratava-se de uma guerra de nervos, tendo por objetivo provocar minha desistência.

Quanto à autoria, ou melhor, ao inspirador da manobra, variavam as opiniões. Julgavam muitos que tudo fora obra de Juarez Távora. Como era sabido, Juarez tinha grande influência no governo de Café Filho. Como chefe da Casa Militar, suas declarações obtinham maior destaque na imprensa do que as feitas por Café Filho. Os jornalistas, com seu faro profissional, não haviam tardado em localizar onde se encontrava a fonte do poder.

Pessoalmente, não acredito que ele tenha sido o idealizador da manobra. Sendo um homem íntegro e afeito à luta, não lançaria mão de processos escusos para chegar à Presidência da República. Até nos menores detalhes, o documento seguia à risca uma perfeita lógica de despistamento, de forma a lhe ser emprestado o caráter de um autêntico veto militar. Era indispensável a obtenção da assinatura do general Lott e este, desde que desarticulava a pregação subversiva no interior dos quartéis, não subscreveria um documento que iria alimentar justamente a ambição dos que desejavam empalmar o poder, violando a Constituição. Daí a razão por que a redação teve que refletir serenidade e, inclusive, anunciar o afastamento da hipótese de uma candidatura militar.

Entretanto, o documento, apesar de todas as cautelas reveladas por seu autor, era incongruente por natureza, desmentindo-se, de forma chocante, no que dizia respeito à sua própria motivação. Falava-se na gravidade da situação nacional, como um imperativo para a reformulação do problema sucessório, e, no entanto, o país estava em perfeita calma. As eleições de outubro, realizadas um mês antes, haviam sido disputadas num clima de absoluta normalidade. E, acima de tudo, os partidos políticos nem ao menos haviam-se pronunciado oficialmente, indicando nomes, o que poderia significar, para os que se habituaram a ver fantasmas, que o pleito do próximo ano pudesse ser renhido. Por que, então, aquela afoiteza, todo aquele açodamento em pregar uma *união nacional* quando as eleições ainda estavam tão longe?

Naquela época, só existia um candidato – que era eu – indicado pelo diretório nacional do maior partido do país e apoiado, segundo se presumia, pelo PTB, que, entre as forças políticas nacionais, ocupava o segundo lugar, logo em seguida ao PSD. A aliança dessas duas agremiações partidárias – apesar das defecções já conhecidas – asseguraria, sem qualquer dúvida, minha vitória nas urnas. Daí a pressa, a precipitação com que agiu Café Filho. O documento, que deveria ser secreto, passou a sofrer um processo de infiltração no palácio, de forma a contagiar toda a área política.

Ao regressar da minha excursão ao Norte, segui pouco depois para Araxá, onde pretendia descansar um pouco. Mesmo naquele refúgio, não escapei à influência do que ocorria no Catete, pois o governador Arnon de Melo passara pelo Rio, a caminho daquela estância balneária.

Arnon de Melo é um homem de formação democrática e não deixou de se mostrar alarmado com o que lhe dissera Café Filho. As ponderações do governador de Alagoas, no sentido de que me conduzisse com o maior cuidado, fizeram com que me compenetrasse das dificuldades que teria de enfrentar. Para tranquilizá-lo, já que ele me havia feito um apelo como amigo e não como emissário de Café Filho, disse-lhe que já tinha tomado uma posição e que essa só poderia ser modificada se assim o desejasse o meu partido. Entretanto, não era homem de trair, por medo, conveniência política ou qualquer outro motivo, a confiança dos que me haviam escolhido candidato. De qualquer forma, procurando emprestar uma ressonância nacional àquele meu ponto de vista, já que estávamos na noite de Ano Bom, aproveitei a oportunidade para reafirmar, em mensagem de saudação ao povo brasileiro, que não abandonaria a liça, declarando: “Investivas e calúnias não me farão recuar.” E acrescentei, a título de advertência aos adversários, uma frase que se iria transformar numa definição da minha personalidade: “Poupou-me Deus o sentimento do medo!”

Esse discurso teve a maior repercussão em todo o país. Sentiram todos que, através daquelas palavras, serenas, mas firmes, eu dissera um *basta* aos conspiradores que acionavam uma usina de intimidação no Rio. De fato, uma capitulação minha, naquele momento, teria consequências imprevisíveis: a Constituição seria violada; as eleições se converteriam numa burla; e o problema sucessório, manipulado nos corredores do Cateete, certamente se transformaria num golpe.

Refeito, no dia 1º de janeiro deixei Araxá, retornando a Belo Horizonte para prosseguir em minhas excursões pelo interior do Brasil. A segunda etapa do roteiro teve início a 7 de janeiro de 1955. Nesse dia, segui ainda rumo ao Norte, dessa vez tendo como companheiros de viagem os deputados Janduí Carneiro, José Jofili, Dioclécio Duarte, Vieira de Melo e o padre Medeiros Neto. Faziam parte da comitiva, igualmente, o brigadeiro Edgard Tostes e o deputado estadual mineiro Renato Azeredo.

A primeira escala, para reabastecimento, foi em Salvador. No aeroporto, ocorreu um fato que não deixou de ser curioso: dois governadores me aguardavam, cada um numa ponta da pista, já que eram adversários políticos. Num lado, estava Régis Pacheco, e do outro Antônio Balbino, ambos cercados por seus amigos e correligionários. Conferenciei com os

dois, embora... cada um a seu turno. Da Bahia, segui para o Rio Grande do Norte, em cujo aeroporto me aguardavam o governador Sílvio Pedrosa, o senador Georgino Avelino e os diretórios do PSD e do PTB locais.

Na manhã seguinte, rumei para a Paraíba. José Américo era o governador do estado e, apesar das nossas divergências políticas, recebeu-me fidalgamente, fazendo questão que me hospedasse no palácio. Numa conferência que tivemos, num dos intervalos entre as muitas manifestações com que fui homenageado, ele, sem se referir às declarações que havia feito à imprensa às vésperas do Natal, disse-me que temia muito as consequências da manutenção da minha candidatura. Falou como amigo, e não como udenista. Entretanto, refletindo a mentalidade que prevalecia nos círculos do seu partido, não deixou de ressaltar os perigos de um desfecho sangrento da campanha, com guerra civil e tudo. Aparentando a maior compreensão possível, disse a José Américo que, se alguma agitação ocorresse no país, não poderia ser eu responsabilizado. E exclamei: “Quem está ameaçando o Brasil com uma guerra civil? Eu, não. Estou defendendo a Constituição e a lei. Não partiu de mim qualquer provocação. Em minha pregação ao eleitorado, só apelo no sentido de todos caminharem para as urnas, e que o resultado da votação seja respeitado.”

Em face da minha firmeza, José Américo não insistiu no assunto. Além do mais, eu era seu hóspede e, como tal, estava sendo tratado. No dia seguinte, às 9 horas, deixei a Paraíba, seguindo para o Recife, onde não tinha agradecimentos a fazer, pois o PSD pernambucano se havia pronunciado contra a minha indicação. Fui em atenção ao convite de bons amigos que ali possuía, Antiógenes Chaves e outros – um poderoso grupo industrial que iniciava, no estado, a exploração da fosforita, para a produção de adubos, numa experiência idêntica à que eu próprio vinha realizando com a apatita de Araxá.

Apesar do caráter pessoal da visita, a manifestação que tive no aeroporto foi a maior de quantas até então havia recebido. Quando deixei o avião, aguardavam-me, para me abraçar, os senadores Apolônio Sales, Jarbas Maranhão e Assis Chateaubriand e todo o mundo oficial do Recife. O governador Etelvino Lins levou-me para o seu automóvel e deu ordem para que este seguisse para os locais de obras que ele realizava nas vizinhanças do Recife. Disseram-me alguns amigos que a gentileza do governador

não passara de uma manobra astuciosa, tendo por objetivo evitar que eu recebesse a manifestação com que o povo desejava me homenagear no centro da cidade.

Já agora com o deputado Pontes Vieira a bordo, decolamos à tarde, para, ao anoitecer, aterrissarmos em Maceió, onde todo o PSD se encontrava no aeroporto. À noite, após um jantar oferecido pelos pessedistas, falei às classes conservadoras na Associação Comercial. No dia seguinte, bem cedo, visitei o governador Arnon de Melo e, em sua companhia, inspecionei algumas obras rodoviárias. Já quase à noite, deixei Alagoas, seguindo para Aracaju. No dia seguinte, 11 de janeiro, rumei para a Bahia e do próprio aeroporto de Salvador segui, de automóvel, com o governador Régis Pacheco para o Recôncavo, onde visitei os campos petrolíferos de Aratu e Candeias e a Refinaria de Mataripe. À noite, compareci à sede do PSD, onde pronunciei um longo discurso. E no dia seguinte, à hora do almoço, já estava de novo no Rio.

A excursão havia sido penosa, mas não deixou de me confortar por ver o entusiasmo com que minha candidatura era aclamada por toda parte. Do Rio, segui para Belo Horizonte. Entretanto, um político não é senhor do seu destino. Mal chegara à capital mineira, e já meus assessores tinham preparado o novo roteiro de viagens, a ter início no dia 15 de janeiro – data em que segui para Mato Grosso, tendo a bordo do avião um punhado de deputados, não só daquele estado, mas também do Amazonas e dos territórios que iam ser visitados. Em Cuiabá, aguardava-me o senador Filinto Müller e todo o PSD local. No aeroporto, achava-se, igualmente, o diretório do PTB mato-grossense. No dia seguinte, rumei para Porto Velho, onde o governador do território de Guaporé, major Paulo Nunes, recebeu-me oficialmente, oferecendo-me um almoço.

De Porto Velho, viajei para Rio Branco e do aeroporto segui, em vapor, para o cais da cidade. A recepção transformou-se num verdadeiro espetáculo, com toda a população acenando das barrancas do rio, coalhado este de embarcações engalanadas, que apitavam em saudação ao visitante. No dia seguinte, deixamos o Acre e, após sete horas de voo sobre os rios e as florestas da Amazônia, fizemos escala, para reabastecimento, em Manaus. Quinze minutos depois, o aparelho alçou voo no rumo de Boa Vista, onde me aguardavam o governador Êmerson Nunes Coelho, o bispo D. José

Nepoti e todo o PSD. Feita a visita ao território e debatidos os problemas locais com os representantes pessedistas, retornei a Manaus, onde fui homenageado com entusiástica manifestação popular.

Deixando Manaus às 7 horas da manhã, fiz o avião aterrissar, por volta do meio-dia, na base aérea de Cachimbo. Tudo ali me surpreendeu e desconcertou. Tratava-se de uma impressionante e estranha realização da aviação militar brasileira. A pista fora aberta em plena floresta e numa região quase inacessível, situada no extremo sul do Pará. Os encarregados da instalação da base, para levar a efeito sua tarefa, haviam praticado incríveis atos de audácia e heroísmo. Dali, enviei uma mensagem ao brigadeiro Eduardo Gomes, então ministro da Aeronáutica, felicitando a aviação militar por tão tocante demonstração de patriotismo.

Deixando Cachimbo, segui para Goiânia, onde cheguei às 7 horas, recebendo no aeroporto empolgante manifestação popular, encabeçada pelo governador Jonas Duarte e pelo senador Pedro Ludovico. De Goiânia, segui para Belo Horizonte e no dia seguinte, 20 de janeiro, voei para o Rio, a fim de me encontrar com Café Filho, que havia solicitado minha presença em palácio, naquela data, para uma entrevista de caráter político.

.....

O facciosismo de Café Filho

O MEU DISCURSO, por ocasião da passagem do ano, havia tido enorme repercussão nos círculos políticos. Através dele, revelei minha determinação de não recuar, aceitando a luva que os golpistas me haviam atirado. Café Filho, que desde sua ascensão à Presidência passara a superestimar o seu prestígio, mostrou-se indignado. Não compreendia que um governador de estado não se curvasse aos seus desejos e, ainda mais, quando esses desejos eram reforçados pelo apoio irrestrito do que considerava as *Forças Armadas*. Convidou-me, pois, para um encontro em que pudéssemos discutir o assunto.

Na realidade, nenhuma satisfação tinha a dar ao presidente da República. Era maior de idade, estava no pleno gozo dos meus direitos políticos e exercia, com inexcusável isenção, um mandato que me havia sido outorgado por 10 milhões de mineiros. Além do mais, Café Filho sempre agira com absoluta incorreção comigo. Como todas as suas tentativas de torpedeamento da minha candidatura haviam fracassado, julgou que o famoso documento, assinado pelos militares, seria um trunfo decisivo para atingir seus objetivos.

Entretanto, o general Lott, que assinara de boa-fé o manifesto, logo se arrependera, verificando que havia sido utilizado como compar-sa de uma comédia de mau gosto. Nesse sentido, apertou as craveiras na área das atribuições do seu ministério, extirpando os focos de conspiração instalados nos quartéis. A opinião pública, do seu lado, ia de surpresa em surpresa ouvindo o governo falar tanto na gravíssima situação que o país atravessava, sem que um só sintoma de anormalidade se verificasse em qualquer setor da vida nacional. Os próprios políticos, aos quais Café Filho fazia suas confidências, quando chegavam à minha casa já comentavam o fato com expressões de ironia.

Os udenistas perceberam que a campanha estava sendo mal conduzida e decidiram mudar de tática. Como eu havia estado presente ao velório de Getúlio Vargas, passaram a explicar que eram contra a minha candidatura porque ela significava um retorno ao passado. Assim, a tese da candidatura única foi sendo substituída, aos poucos, pela do combate ao revanchismo. Assoalhavam que minha eleição seria uma reentronização do *mar de lama* e os que me apoiavam passaram a ser tratados pela imprensa udenista como *gregórios*.

Naquela época, Jânio Quadros despontava no cenário político. Havia emergido como uma espécie de gênio vingador dos humildes. Mais ou menos por essa época, eu havia tido um encontro com ele, por iniciativa do industrial Olavo Fontoura. Conversamos longamente e a impressão que tive foi bem diferente da que se poderia recolher das suas aparições em praça pública. Estava limpo e bem trajado, e tratou-me com a maior cordialidade. Por ocasião da reunião do diretório do PSD, já trabalhado pelos udenistas, ele havia tentado, por intermédio de Lucas Garcez, evitar minha indicação, sob o esdrúxulo pretexto de que se devia adiar a solução do problema até seu regresso de Londres.

Jânio Quadros embarcara para a Europa, mas sua frase – “o eleitorado repudiou a corrupção” – inspirava a nova tática udenista. A palavra *corrupção* estava na moda e a expressão *mar de lama* não era senão uma paráfrase, com certo preciosismo de linguagem daquele substantivo aviltante. Entretanto, nem o próprio Getúlio Vargas, alvo principal dos udenistas, havia sido atingido pela aleivosia. O mar de lama existiu, mas rebojava nos porões do Catete. Nunca o menor respingo de água pútrida comprometera a dignidade presidencial.

A palavra, ressuscitada por Jânio Quadros, servira, porém, de inspiração aos golpistas. Até então, haviam usado e abusado da expressão *Forças Armadas* para mascarar a atividade conspiratória do grupo de ude-nistas que tutelava Café Filho. Com a reação do general Lott, restabelecendo a disciplina nos quartéis, esse grupo sentiu-se desarvorado e lançou o brado de *combate ao mar de lama*, para obter o apoio armado de que, na realidade, não dispunha. Surgiu então *slogan de Abaixo o revanchismo!*

No dia 20 de janeiro, após um dia de pausa em Belo Horizonte, voei para o Rio, a fim de me encontrar com Café Filho. Nada tinha a discutir com o presidente, pois o meu problema era da alçada das lideranças dos partidos. Entretanto, sou conciliador por natureza e, tratando-se de um convite do presidente da República, não iria ser indelicado, recusando-me a comparecer à entrevista. Convidei o senador Bernardes Filho para me acompanhar e, juntos, seguimos para o Catete. Como esperava, nada de novo ali se discutiu. Tratava-se de fazer funcionar mais uma vez o velho realejo, cujo som roufenho já me era familiar: a hora era muito grave; seu dever como presidente era muito penoso, pois até muito me considerava; entretanto, era indispensável uma união nacional, com um candidato único. A encenação fora habilmente concebida e aguardei o desfecho da manobra. Com gesto teatral, Café Filho puxou do manifesto dos generais e entregou-o a mim, para que lesse.

Li o documento com a maior ponderação e, não sem candura, mas com a perspicácia de um político já afeito a todos os truques, senti que estava sendo vítima de uma chantagem. O manifesto, cujo texto vinha sendo guardado com o major sigilo, dizendo-se, para efeito exterior, que era um veto ao meu nome, não passava de uma advertência em favor da preservação da ordem. Tudo ali era pesado e medido, de forma que, em caso de fracasso, não houvesse repercussões desairosas para as Forças Armadas. Por outro lado, nada existia no documento especificamente contra mim. Entretanto, o que Café Filho pretendia, em face de toda aquela encenação, era fazer-me crer que a significação exata do documento era esta: ou eu desistia ou as Forças Armadas saíam dos quartéis.

Perguntei a Café Filho se ele pretendia publicar aquele documento e sua resposta foi afirmativa. Disse-lhe, então: “Desejo fazer-lhe um apelo patriótico, presidente. Não o publique. Esse documento atenta

contra o código de moral de toda a nação. Trata-se de um instrumento de pressão que, convenientemente explorado, poderá dar a impressão de que as Forças Armadas, contrariando suas tradições, desejam atemorizar o eleitorado.”

O presidente retrucou, com vivacidade: “Trata-se de um apelo das Forças Armadas e, nessas condições, vou examinar como deverei agir.” Seguiu-se uma troca de opiniões entre nós dois e o senador Bernardes Filho sobre a inconveniência da publicação, saindo eu com a impressão de que o documento seria mantido secreto. Em seguida, Café Filho desejou saber qual seria minha atitude em relação ao apelo dos chefes militares. Disse-lhe que o meu nome já havia sido escolhido pelo diretório nacional do PSD e dentro de alguns dias seria submetido à apreciação da convenção nacional do partido. Tratava-se, pois, de uma candidatura praticamente lançada, e, portanto, eu não poderia recuar. Após uma ligeira pausa, acrescentei, com indisfarçável irritação: “No dia em que o governador de 10 milhões de brasileiros, em ordem com todos os preceitos legais e ainda por cima indicado pelo partido de maior eleitorado do país, não puder ser candidato, acabou-se a democracia no Brasil.”

Sentindo que sua intimidação não surtira efeito, já que eu estava de acordo com o apelo dos chefes militares em favor de uma pacificação nacional, mas não retiraria minha candidatura, Café Filho, procurando dar maior ênfase ao significado daquele documento, tratou de encerrar a conversa, assumindo ares sibilinos: “Depois, não diga que não avisei...”

Havendo a conferência chegado ao fim, alvitrei a conveniência de se fixarem os termos em que deveriam ser comunicadas à imprensa, que necessariamente as solicitaria, informações do que se passara naquele encontro. Bernardes Filho ofereceu-se para redigir o texto, no qual, em termos gerais, era louvada a preocupação do presidente da República em procurar uma solução de harmonia para a situação nacional e ficara implícito que eu não retiraria minha candidatura. Lida a nota por Bernardes Filho, eu a aprovei. Perguntei a Café Filho se aquela redação o satisfazia, recebendo resposta afirmativa. Em seguida, deixamos o palácio.

Ao chegar ao meu apartamento, na Rua Sá Ferreira, ali me aguardavam o jornalista José Eduardo de Macedo Soares e o embaixador Negrão de Lima. Contei-lhes o que se havia passado no palácio e dei-lhes

a ler a nota redigida por Bernardes Filho. Macedo Soares, ao terminar a leitura, perguntou: – “Esta nota é sua ou do Café?”

Disse-lhe que era minha. Ponderou-me, então, que seria conveniente fazer um ligeiro acréscimo, reafirmando minha condição de candidato, pois isso deveria ficar bem claro. Concordei e fiz o adendo sugerido. Tentei falar com Café Filho, para dar-lhe conhecimento da alteração, mas não consegui localizá-lo. Em seguida, telefonei a Bernardes Filho, a quem comuniquei a modificação sugerida por Macedo Soares. E a tempestade que se desencadeou, em face daquele pequeno adendo, tornou evidente – como me dissera o diretor do *Diário Carioca* – que ele era mais que necessário.

No dia 27 de janeiro, estava no Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte, quando às 9 horas da noite fui chamado ao telefone. Era Pedro Pereira, meu auxiliar no Rio, que desejava saber se havia ouvido o discurso de Café Filho, irradiado por ocasião da *Hora do Brasil*. Estranhei a pergunta, pois não aguardava qualquer notícia de importância. Pedro Pereira comunicou-me, então, que o presidente havia feito um discurso sobre a situação política, lendo o manifesto dos generais e fazendo evidentes ameaças a mim, por não haver acedido ao seu desejo de que desistisse de ser candidato.

Providenciei para que me fosse conseguido o texto completo do discurso e, depois de lê-lo, convoquei alguns amigos, entre os quais se encontravam Mário Casassanta, Júlio Soares, coronel Dilermando Silva, Mário Matos, José Maria Alkmin e Cristiano Martins, para uma reunião no palácio. Desejava discutir com eles a situação política e estudarmos, em conjunto, a resposta que devia dar ao presidente da República.

Na realidade, não me surpreendi com o discurso de Café Filho. A maneira inamistosa como ele se portara durante a conferência no Catete dera-me a entender que, como não houvesse obtido êxito em sua missão, certamente voltaria à carga. O que não contava era que tudo ocorresse no período apenas de uma semana. Como era seu hábito, Café Filho tentou colocar-se numa atitude superior, como se, de fato, fosse um juiz decidindo uma contenda. Entretanto, tão submisso se fazia à tutela dos udenistas que, após um exórdio sobre sua posição de imparcialidade em face do problema sucessório, perdeu a calma e deixou nua sua mórbida preocupação

de afastar-me, de qualquer modo, do pleito. Valeu-se de todos os processos. Lançou mão até de ameaças, quando, desmoralizando sua apregoada isenção de magistrado, declarou: “Os prenúncios de uma sucessão convulsionada surgiram desde que foi indicada por um partido uma candidatura, sem maiores entendimentos com as outras forças políticas. Simultaneamente, irromperam sintomas em cujo mérito não me cabe entrar, mas a que muitos atribuem um propósito de restaurar a ordem de coisas encerrada tragicamente a 24 de agosto de 1954.” Era a tese de revanchismo já não explorada pelos udenistas, mas pelo próprio presidente da República. A desfaçatez era evidente. Anunciava uma *sucessão convulsionada* só porque surgira uma candidatura “sem maiores entendimentos com as forças políticas”. Em primeiro lugar, no regime democrático as candidaturas são partidárias, e não surgem de combinações. Em segundo lugar, minha indicação ainda não era oficial. O que até então se verificara era a escolha do meu nome para ser submetido à consideração da convenção nacional no mês seguinte, isto é, em fevereiro, quando se reuniria essa convenção. Em terceiro lugar, o PSD era o maior partido do país e, sozinho, poderia eleger qualquer presidente, não se justificando, pois, que, antes de tomar qualquer providência, devesse entrar em entendimentos com outras forças políticas. Admitindo-se, porém, como válida essa necessidade, mesmo antes de ter minha candidatura homologada pela convenção nacional, já dispunha do apoio do PTB – o segundo partido em importância do país – e do PR. Que mais precisava para ser candidato?

Entretanto, o facciosismo de Café Filho não parou aí. Fez mais. Em nossa entrevista no Catete, havia ficado combinado que o manifesto não seria divulgado. O presidente, porém, faltando com a palavra, leu-o na íntegra pelo rádio, certo de que, em face daquele pronunciamento, os que até então me vinham apoiando retirariam sua solidariedade. Tratava-se de outra manobra de intimidação, incompatível com a atitude de imparcialidade que deveria ter um juiz. O presidente não só intervinha abertamente no problema sucessório, mas se valia, igualmente, da palavra de alguns generais para atemorizar o eleitorado. Em quarto lugar, referiu-se ao *dever patriótico* que lhe assistia de “advertir a nação dos perigos iminentes a que as instituições estariam sujeitas, se perdurasse a falta de espírito de renúncia e incompreensão da gravidade da situação brasileira”. E que perigos eram

esses? Eu acabara de percorrer o país, de ponta a ponta, e só encontrara tranquilidade, com o povo dedicado ao seu trabalho e os governos estaduais esforçando-se por resolver os problemas que lhes diziam respeito. Recebi grandiosas manifestações populares, e em nenhuma delas ocorrera qualquer perturbação da ordem. Ao contrário, o que se verificou em certas capitais foi o comparecimento de líderes e de parlamentares udenistas aos meus comícios, não numa atitude de adesão à minha candidatura, mas numa demonstração de apreço ao governador de Minas que vinha realizando uma obra administrativa cuja repercussão já era nacional. A ameaça que havia às instituições só exista nos corredores do Catete. E, por fim, Café Filho aludiu à nota, redigida por Bernardes Filho, por ocasião da reunião no Catete, declarando que ela havia sido alterada e que aquele procedimento fazia-o recear que pudessem “se avolumar as perspectivas de que o Brasil” caminhasse “para uma luta política de consequências imprevisíveis pela intransigência e paixão de alguns, pela incompreensão e exaltação de outros, de par com a existência de focos de separação, agravados pela hipótese de restabelecimento da situação que as Forças Armadas fizeram ruir em 24 de agosto”.

A ameaça não poderia ser mais clara. Entretanto, o que se pode dizer em relação a esse trecho é que Café Filho desperdiçou uma excelente oportunidade de ficar calado. Tratava-se de uma nota minha e que, por simples deferência, lhe fora mostrada. Eu poderia divulgá-la, modificá-la ou mesmo rasgá-la. É verdade que no texto havia referência à conversa que havíamos tido no palácio, mas nessa parte nenhuma alteração fora feita. O que Café Filho havia lido e aprovado, como expressando o seu pensamento, estava intato. A alteração se cingira a um adendo, sugerido pelo jornalista José Eduardo de Macedo Soares, no sentido de que ficasse bem claro que eu, apesar de apoiar e louvar as *démarches* feitas pelo presidente, no sentido de uma pacificação nacional, continuaria candidato.

.....

Minas: missão cumprida

O DISCURSO de Café Filho não poderia ter sido mais infeliz, mas mesmo assim tomei a deliberação de fazer um comunicado à imprensa, esclarecendo o que realmente havia acontecido em relação à propagada alteração do texto. Eis a nota que distribuí aos jornais:

“Não ouvi as palavras do presidente Café Filho, transmitidas pelo rádio. Só agora, meia-noite, tomo conhecimento dos tópicos mais importantes do seu discurso. Ocorre-me, desde logo, esclarecer à opinião do país, para resguardo da minha personalidade de homem público e a bem da verdade, os seguintes pontos:

Primeiro – O documento, assinado pelos chefes militares e agora divulgado, me foi efetivamente mostrado pelo presidente. Dei a esse documento a significação de que o mesmo nada tinha de hostil à minha pessoa. Ficou assentado entre nós que esse documento seria considerado secreto. Mantive essa combinação.

Segundo – Depois da conversa com o presidente da República, alvitrei a conveniência de se fixarem os termos em que deveriam ser comunicadas à imprensa, que necessariamente as solicitaria, informações do que se passara. O senador Bernardes Filho, que participou da conferência, foi encarregado de resumir o nosso pensamento, tendo sido a nota julgada

conforme. Ao chegar, porém, à minha residência, e interpelado pelos jornalistas, verifiquei através de mais atenta leitura que, se o pensamento do sr. presidente estava fielmente expresso, o trecho que me dizia respeito deixava margem a interpretações menos exatas, podendo dar a entender qualquer hesitação da minha parte. Ora, as minhas palavras ao sr. presidente da República tinham sido inequívocas. Asseverara a S. Exa. que, em razão do compromisso que assumira publicamente com os meus concidadãos, não me ficava bem qualquer vacilação, tanto menos renúncia, e que, no que de mim dependesse, continuaria a honrar a missão que me fora confiada pelo meu partido, ao qual, só a ele, é que competia decidir sobre o destino da minha candidatura. Impõe-se registrar que não ocorreu alteração quanto ao sentido do texto primitivo. As palavras acrescentadas apenas esclareceram o texto, traduzindo com exatidão o que lealmente manifestei ao sr. presidente da República. Limitei-me a tornar explícito o que nele estava implícito. Nada mais.

Terceiro – Tendo dado, em nossa entrevista, ao presidente Café Filho a resposta que me cumpria, isto é, a de que não podia retirar minha candidatura, que não mais me pertence, aceitei o encargo de levar o assunto de nossa conversa ao conhecimento da direção do meu partido, sem prazo marcado para uma resposta deste. As providências necessárias a esse fim foram por mim tomadas em tempo oportuno, tendo eu escrito ontem uma carta ao seu presidente, citando o pronunciamento do respectivo diretório nacional. Antes mesmo de um exame mais detido do discurso presidencial, quero reiterar perante o país a afirmação de que continuo no firme propósito de honrar nossas instituições democráticas, concorrendo às eleições de 3 de outubro, se assim o entenderem o meu partido e as demais forças democráticas que me apoiam, sempre dentro do pensamento de união nacional, que nunca me abandonou e que tudo farei por realizar.”

Minha reação, porém, não se manifestou somente através dessa nota. Embora já fosse bem tarde, telefonei a Álvaro Lins, que era o editorialista principal do *Correio da Manhã*, perguntando-lhe se seria possível sustar a impressão do jornal, a fim de que nele fosse publicada uma entrevista minha. Álvaro Lins transmitiu minha solicitação a Paulo Bittencourt, proprietário do matutino, e este gentilmente concordou em esperar pelas declarações que pretendia fazer.

No dia seguinte, com enorme destaque, foi publicada a entrevista que se iniciava com a seguinte frase: “Não é verdade o que afirmou o presidente da República...”. Benedito Valadares, ao ler o *Correio da Manhã*, sentiu-se chocado e logo me telefonou para Belo Horizonte. Lembro-me da exaltação com que iniciou a conversa: “Você está louco, Juscelino? Como é que desmente, de público, o presidente da República?”

Não julguei que houvesse cometido qualquer excesso. Café Filho havia agido, em relação a mim, com indiscutível incorreção e não via razão para que me contivesse e usasse de meias-medidas, só porque ele era, na ocasião, o chefe do governo. De fato, nunca se verificara, mesmo nas fases mais turbulentas da atividade política nacional, que alguém chamasse o presidente da República de mentiroso e isso porque, antes de Café Filho, nenhum deles havia incorrido nessa falta. Benedito Valadares, intranquilo com minhas explicações, desligou o telefone.

A atitude que assumi teve grande repercussão nos círculos políticos. Antes que pudesse ser colhido por alguma surpresa desagradável, tomei o avião e segui para o Rio, onde cheguei às 4 horas da tarde. Do aeroporto, rumei diretamente para a Câmara dos Deputados e me entendi com Gustavo Capanema, que era o líder do PSD, no sentido de que ele respondesse naquele mesmo dia ao discurso de Café Filho.

Capanema, embora sendo um grande orador, fez-me diversas ponderações, mostrando a inconveniência daquele revide. Por coincidência, naquela noite teria de comparecer à sede do PSD do Distrito Federal, no desenvolvimento do propósito de visitar as seções do partido, para agradecer pessoalmente minha indicação. O presidente do diretório era Augusto do Amaral Peixoto, irmão de Ernani do Amaral Peixoto, ambos valorosos e desassombrados líderes pessedistas. Resolvi aproveitar a ocasião para responder a Café Filho. Quando cheguei, já encontrei a sede repleta de correligionários. Ao ser-me dada a palavra, abordei de frente o problema da sucessão. Transcrevo alguns trechos dessa oração, porque ela reflete o estado de espírito em que me encontrava, em face das inverdades, das injustiças e das ameaças de que vinha sendo vítima por parte do Catete. O discurso foi o seguinte:

“Escrevendo-me para me dar o consolo de sua estima dignificante – em carta que considero uma das grandes honras de minha vida –,

D. Serafim, o velho e santo arcebispo da cidade de Diamantina, enviou-me o conselho, nesta hora decisiva em que meu destino pessoal merece a glória de se confundir com o próprio destino do país, de pedir a Deus que me dê luz, paciência, firmeza e prudência. Luz, para ver o caminho que percorro, com o amparo da vossa solidariedade; força e firmeza, para confiar na causa da legalidade, da justiça e da paz, que nossa cruzada encarna; paciência, para suportar, sem revoltas, as arremetidas da brutalidade cega dos nossos adversários para os quais a vitória política significa algo mais importante do que todas as conquistas morais, que elevam e dignificam o ser humano; e, por fim, prudência, que me permitirá prosseguir nesta jornada até a vitória final.

“Assim compreendi o conselho venerável. Assim, assistido e sob o signo destas palavras – luz, firmeza, paciência e prudência –, prosseguirei, até o fim desta luta, não para perseguir um triunfo pessoal, mas para consolidar a causa da democracia e da civilização em nosso país.”

Ratifiquei, pouco depois, o direito que assistia ao PSD de indicar um candidato: “Desde que, usando um direito incontestável, um direito líquido e certo, contra o qual não havia a menor dúvida, o Partido Social Democrático apontou meu nome à próxima convenção a realizar-se em 10 de fevereiro, venho sendo alvo das mais inequívocas manifestações de crueldade. Crueldade, no julgamento da minha pessoa e das minhas intenções; crueldade, na análise de todos os atos de minha vida pública e privada; crueldade, ao atribuir-me o que não disse e não senti; crueldade, na insistência, na obstinação em fazer-me passar, aos olhos do país, pelo que não sou. Uma propaganda organizada à moda e com os processos nazistas é porta-voz dessa crueldade. Fatos são apresentados contra o candidato do Partido Social Democrático e, em seguida, destruídos, desbaratados, desmontados. Mas a crueldade – cumprindo a obstinação que é de sua natureza – os repete no dia seguinte, variavelmente, martelando os ouvidos do público, repetindo *slogans* mentirosos.”

Reafirmei a preocupação dos adversários de forçar que renunciasse à pretensão de ser candidato: “Tenta-se formar um círculo de ferro em torno de mim, para que renuncie à minha candidatura. E enquanto me convidam, em nome da paz e da união do Brasil, para abandonar o campo pacífico da luta, até agora deserto, pois não me querem propor sequer um

adversário, forçam-me a não renunciar, obrigam-me a perseverar, porque envolvem essa renúncia numa atmosfera tal que renúncia para mim passou a significar fuga, irresponsabilidade e, mais do que isso, o reconhecimento de que procedem as falsidades e misérias que me atribuem. Querem que eu renuncie não apenas à minha candidatura, mas ao próprio respeito que me devo e aos meus companheiros de partido, ao estado que governo com o aplauso inequívoco da esmagadora maioria da opinião, e ao Brasil. Não me dão uma alternativa. Exigem um ato de fraqueza, de demissão, e este não o darei. Encarno uma causa, um princípio, a legalidade, a vida democrática. O sentimento do dever, a noção de que, defendendo a minha candidatura, o menos que defendo é a mim, mas sim a própria dignidade do homem público do meu país, a convicção de que nada mais estou fazendo senão acreditar na existência de uma legalidade no Brasil, dão-me forças para dizer-vos aqui neste momento que Deus quis fosse histórico: a duração da minha candidatura está condicionada à duração da própria democracia em nossa pátria.”

Comentei o documento dos chefes militares, entregue ao presidente da República, e disse que compreendia o alcance elevado, as nobres intenções de um memorial que me fora apresentado com caráter de uma sugestão e de um apelo: “Senti o que havia de patriótico no pensamento dos chefes militares. Dirijo-me aos generais das Armas de Terra, Mar e Ar, para lhes dizer que também desejo promover a união dos brasileiros, como candidato, se a minha candidatura vier a ser homologada pelo meu partido, ou como presidente da República, caso eleito pelo povo. E estou certo de que as Forças Armadas, na linha do seu passado, tradição e senso de legalidade, garantiriam a realização de eleições livres, com o funcionamento regular do regime e da Constituição.”

No dia seguinte, o discurso foi reproduzido por todos os jornais e causou verdadeiro impacto na opinião pública. Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, e que se encontrava em Petrópolis, telefonou-me, pouco depois da meia-noite, após ouvir a irradiação do discurso, para dizer-me: “Parabéns pela atitude. Você esteve à altura da gravidade do momento. A partir de hoje, as páginas do meu jornal estarão à disposição da sua candidatura.” Lembro-me o que me disse Adelchi Ziller, um dos fundadores do PTB, e que me acompanhou durante toda a campa-

nha, referindo-se, mais tarde, a essa minha dramática atitude: “Tivesse se acomodado com a fala de Café Filho e, hoje, não seria o presidente eleito do Brasil. Naquele dia 28 de janeiro, o senhor ganhou as eleições presidenciais. O povo logo viu em quem iria votar.”

Se por um lado fortaleceu a minha candidatura, por outro, o discurso despertou a maior irritação nos círculos oposicionistas. Preveniram-me, os amigos, que agisse com cautela. Falava-se com insistência que o governo, revidando meu desafio, cogitava de me mandar prender. Naquela época, eu possuía meu dispositivo particular de segurança. Era o mais simples possível. Consistia apenas num avião, pousado na pista e preparado para levantar voo. O que temia era ficar retido no Rio. Em face das advertências, dei ordem à tripulação para que não deixasse o aeroporto um só instante. Caso se verificasse qualquer atitude hostil das autoridades, seria avisado com antecedência por amigos e voaria para Belo Horizonte. Em Minas, nenhuma ordem de Café Filho seria cumprida, pois levantaria o estado.

Deixando a sede do PSD, segui para o meu apartamento em Copacabana, onde numerosos amigos e correligionários me aguardavam. Repetiram-se ali as manifestações de entusiasmo da sede do PSD. Passei aquela noite no Rio, para sentir a atmosfera criada pelo meu discurso, e no dia seguinte segui para Belo Horizonte. Ali, fui procurado pela comissão executiva do PTB, que me hipotecou sua inteira solidariedade.

No dia seguinte, 30 de janeiro, o povo da capital comemorou com expansões ruidosas o quarto aniversário da minha administração à frente do governo de Minas. Foram festas entusiásticas, culminadas num comício-monstro, realizado na praça fronteira à Feira Permanente de Amostras, que a imprensa denominou *a resposta dos mineiros*, como a simbolizar a reação do povo montanhês contra a felonía de se tentar negar ao seu governador o direito de ser candidato à Presidência da República.

Naquela época, muitas das obras que vinha realizando haviam atingido a fase das inaugurações. Meu tempo tornava-se cada vez mais escasso. Não poderia faltar a essas inaugurações, mas não me convinha interromper as excursões de visitas ao eleitorado, que insistentemente exigia minha presença. Estabeleci, pois, uma apertada tabela de viagens, e procurei cumpri-la com absoluto rigor. No dia 1º de fevereiro, inaugurei a Barragem

do Cajuru, perto de Divinópolis, que iria aumentar a potência da Usina de Gafanhoto, de 6.000 para 18.000 cavalos. No dia seguinte, já me encontrava em Uberlândia, onde assisti ao lançamento do marco do quilômetro 3.000 das estradas que abriera em Minas, naqueles quatro anos. No dia 3, encontrava-me em Lavras, para presidir à inauguração da Usina de Itutinga, com capacidade de 68.000 cavalos – velho sonho de toda a região, que eu havia prometido realizar. No dia seguinte, meu avião pousou em Juiz de Fora, de onde viajei de automóvel para Santos Dumont, em cujas proximidades inaugurei a Usina do Piau, com potência de 30.000 cavalos.

O tempo urgia. A convenção nacional do PSD teria lugar no dia 10 de fevereiro, no Rio. Faltavam, pois, apenas quatro dias, que seriam gastos em viagens. No dia 6, reiniciei minhas excursões de candidato, viajando do Rio para Curitiba. Do Aeroporto Afonso Pena segui para a sede do PSD. Visitei o arcebispo de Curitiba e fui recepcionado pelo governador Munhoz da Rocha. À noite, falei às classes conservadoras e à elite curitibana no auditório da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. No dia seguinte, já às 11 horas da manhã, o ANR aterrissava em São Paulo e, no Aeroporto de Congonhas, aguardava-me todo o PSD paulista. Após uma visita ao antigo bispo de Diamantina, o cardeal D. Carlos de Vasconcelos Mota, compareci à sede do partido, onde fui saudado por Cirilo Júnior e pelo senador Vergueiro César. Mais tarde, falei ao povo paulista pela TV Record.

A essa altura, já estava convocada a convenção nacional do PSD e se multiplicavam os boatos inquietadores. A UDN desencadeara uma guerra psicológica, assoalhando que na reunião grandes surpresas iriam ocorrer. Sabia que não dispunha dos votos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Pernambuco, mas temia que o governo federal, lançando mão dos recursos de persuasão que não lhe escasseavam, provocasse outras defecções. Benedito Valadares, por exemplo, era o exemplo típico de uma área vulnerável. Até aquele momento, conservava-se em atitude conciliadora em relação aos meus inimigos, julgando preferível qualquer composição à aceitação da luta aberta contra Café Filho e os udenistas. Guardava no bolso quase uma centena de procurações de diretórios municipais, que lhe davam carta branca para, durante a convenção, votar em quem julgasse mais conveniente.

Sabedor disso, o governo federal passou a trabalhá-lo com intensidade e, a certa altura, eu já dava como perdidas aquelas duas centenas de votos. Se o trabalho de aliciamento dos pessedistas sempre havia sido constante, ele se intensificou nas vésperas da convenção. Nos poucos dias antes do conclave, assumiu, então, o caráter de verdadeiro fogo cruzado. A invenção e a calúnia disputavam, com a maior desfaçatez, a conquista dos espíritos tímidos e hesitantes .

No dia 10, pela manhã, eu estava no Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte, quando recebi um telefonema de Amaral Peixoto. Ele insistia em que eu viajasse para o Rio, alegando que estava em fermentação um movimento udeno-militar, cujo objetivo era atemorizar os pessedistas e fazê-los propor um adiamento da convenção, a fim de se encontrar nova fórmula política para o problema sucessório. Nesse sentido, os conspiradores vinham propondo diversos nomes, em substituição ao meu, e já haviam sido indicados, entre outros, os de Lucas Lopes, de Carlos Luz, de Etelvino Lins e até o de Nereu Ramos, adversário declarado da minha indicação – entre os quais deveria ser escolhido o que tornasse possível a efetivação da já batida ideia do candidato único.

Como se vê, nenhum propósito patriótico ou, mesmo, um motivo ideológico eram alegados para fundamentar a necessidade da substituição do candidato do PSD. A questão era pessoal. Qualquer candidato serviria, desde que não fosse o governador de Minas. A razão secreta era evidente: de todos, eu era o único que tinha probabilidade de se eleger. Café Filho revelou-se incansável na manipulação de soluções *salvadoras* e, em face de cada uma das suas *démarches*, os jornais contrários abriam colunas, em negrito, ressaltando “a isenção e o espírito patriótico do eminente chefe da nação”.

Entretanto, a fórmula da substituição do candidato ia de mal a pior. As negociações haviam sido conduzidas com invulgar afoiteza, tornando evidente o caráter desleal das sugestões feitas. Os próprios indicados recusaram o convite, pois não desejavam figurar como *inocentes úteis*, no desdobraimento de uma solerte tentativa de desagregação do partido. Em face do fracasso dessa iniciativa, João Neves da Fontoura fizera outra investida, desta vez num encontro que tivemos no apartamento de Augusto Frederico Schmidt.

O ilustre gaúcho, após longa dissertação sobre a gravidade da situação, propusera-me a aceitação de outra chapa, encabeçada por um militar, cabendo-me a vice-presidência. Não revelou o nome do militar, mas, como se vê, em ambas as tentativas figurava um elemento fardado, tornando evidente a preocupação de comprometer as Forças Armadas em qualquer esquema de assalto ao poder. Disse-me João Neves que contra mim existia um invencível dispositivo militar e, antes que fosse obrigado a concordar sob pressão, seria melhor que tudo fosse feito de comum acordo, já que era intenção do governo preservar as instituições e o regime democrático.

Declarei-lhe que não me interessavam os propósitos das autoridades federais – que conhecia muito bem – e que eu, melhor do que ninguém, sabia como preservar a democracia no país, pois, em vez de me submeter às injunções golpistas, preferia disputar, de peito aberto, as eleições, sem outro dispositivo de sustentação senão o do voto livre do eleitorado.

Quando Amaral Peixoto, em nossa conversa pelo telefone, pediu-me que viajasse para o Rio, pressenti o assunto que o preocupava. Sabia que iria sugerir que não aceitasse outra solução que não fosse a indicação oficial do meu nome. Disse-lhe que não desejava ir ao Rio, pois estava a par de todas as tramas que se faziam contra mim, com a participação, inclusive, de elementos do PSD mineiro.

Em face da sua insistência, porém, acedi, como uma deferência especial ao seu apelo. Nunca será demais ressaltar a correção e o elevado espírito público com que o ex-governador do Estado do Rio se portou, não só durante a articulação da minha candidatura, como, posteriormente, no desenvolvimento da campanha e, por fim, em face dos graves acontecimentos políticos que deram causa à deposição de Carlos Luz e ao impedimento de Café Filho, com a entrega do governo a Nereu Ramos.

À tarde, desembarquei no Aeroporto Santos Dumont e logo me dirigi para o meu apartamento, na Rua Sá Ferreira, onde Amaral Peixoto já me aguardava, em companhia de outros elementos do PSD. A reunião tinha por finalidade um exame da situação política e, enquanto conversávamos, tomei conhecimento de tudo o que ocorrera naquela tarde no Rio. Soube das providências que ele e outros companheiros haviam adotado para contornar os sucessivos incidentes verificados nas últimas horas e fi-

quei ciente da possibilidade de alguma surpresa desagradável por ocasião da realização da convenção naquela noite.

Naquele último dia, graves acontecimentos, de fato, haviam tido lugar na capital federal. Alguns mandarins pessedistas, entre os quais se encontravam Benedito Valadares e Carlos Luz, haviam preparado e estudado meticulosamente um plano para a derrocada da minha candidatura. Estes dois eram os cabeças, os líderes da conspiração, mas existiam outros – pusilânimes, alguns; incertos, em grande maioria; e uns poucos, preocupados com os seus mandatos – que formavam a grei dos apavorados. Até o nome do honrado ministro da Guerra, o general Lott, havia sido usado para intimidar alguns delegados do interior do país.

A ideia concebida pelos adversários que se haviam aliado aos pessedistas dissidentes não deixava de ser engenhosa. Julgavam que eu deveria ser indicado “para salvar a honra de Minas e do seu governador” e que, em seguida, fosse lida uma carta minha, renunciando à escolha do meu nome, a fim de evitar que se agravasse a situação política nacional. A ideia foi repelida por todos: por mim, por Amaral Peixoto e pelos demais líderes pessedistas que me eram fiéis. No desenvolvimento dessa manobra, ocorreram episódios que merecem ser recordados. O major Barata, governador do Pará, sondado a respeito por Benedito Valadares, respondeu com sua característica franqueza: “Já assumi o compromisso de apoiar o Juscelino e, mesmo que todos o abandonem, ainda que sozinho mantereí a palavra dada.” Idênticas atitudes de bravura tiveram Vitorino Freire, Eugênio Barros, Meneses Pimentel, Filinto Müller, Coaraci Nunes e Vieira de Melo.

A convenção iria se realizar no Palácio Tiradentes e, desde cedo, a curiosidade pública ali se concentrava. A apresentação das credenciais foi feita na sede do PSD e teve início nas primeiras horas da manhã. Às 8 horas da noite, mais ou menos, começaram a chegar os delegados ao Palácio Tiradentes. A cidade estava cheia de boatos. Os círculos políticos mostravam-se apreensivos. Apenas o povo permanecia entregue às suas ocupações, revelando que o país atravessava uma crise artificial, fomentada no interior do Catete, e baseada na proverbial subserviência de conhecidas vendetas pessedistas.

Em face da situação, sentia-me tranquilo. Minha luta havia sido contra o golpe, contra a violação da Constituição e a favor do direito, que deve assistir a qualquer partido, de escolher livremente o seu candidato. Minha tese estava, pois, vitoriosa. Quanto à minha indicação, tratava-se de uma questão interna do partido. Poderia sair candidato ou não, mas o que importava era que, através da atitude desassombrada que havia assumido, os golpistas haviam tido todas as suas manobras frustradas e quem quer que fosse indicado, naquela reunião, seria um candidato partidário.

.....

A indicação

POUCO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS, Perachi Barcelos, Etelvino Lins e Benedito Valadares, reunidos no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, ainda estudavam um meio de adiar para o dia seguinte a realização da convenção. Desejavam ganhar tempo para aniquilar a minha candidatura e, com ela, a honra e a dignidade do partido a que pertenciam. Nada conseguindo, encaminharam-se para o plenário.

A sessão foi tumultuosa do princípio ao fim. De saída, o deputado Lameira Bittencourt apresentou um requerimento – que foi aprovado por esmagadora maioria – no sentido de que a votação fosse nominal. Isto serviria para desmascarar os trãnsfugas, os tímidos e os que, até então, vinham-se conduzindo a duas amarras. Os Silvérios dos Reis mostraram-se alarmados. Como servir, ao mesmo tempo, ao partido e a Café Filho e seus apaniguados?

Desde que se iniciara o trabalho de solapamento da minha candidatura nas fileiras do próprio PSD, eu havia tomado a providência de fazer com que pelo menos os diretórios de Minas se apresentassem em peso e votassem maciçamente no meu nome. Mesmo que fossem grandes as defecções nos outros estados, Minas daria um exemplo de coerência e de disciplina partidária, formando ao lado do seu governador.

Entretanto, mesmo essa providência, cujo efeito seria mais moral do que decisivo para a preservação da minha candidatura, havia sido anulada por Benedito Valadares. Como muitos presidentes de diretório não poderiam comparecer à convenção, ele, utilizando sua autoridade de chefe do PSD mineiro, obtivera de uma centena deles a procuração para representá-los no conclave.

Essas procurações eram redigidas em termos vagos, sem referência explícita à incumbência de votar em meu nome, e nessas condições poderiam ser usadas por Benedito Valadares de acordo com suas conveniências políticas. O que ainda poderia salvar-me – e, realmente, assim aconteceu – era o visceral espírito acomodatório do presidente do PSD mineiro, o qual certamente não permitiria que ele, em face de uma manifestação maciça do partido a meu favor, se arriscasse em ficar só. Como é proverbial, os perus andam em bandos, e as águias vivem sós. A aprovação do requerimento do deputado Lameira Bittencourt, que me fora comunicada pelo telefone, não deixara de me trazer certo alívio.

Falou, em seguida, Perachi Barcelos, representante do Rio Grande do Sul. Sua oposição ao meu nome era fundada em razões de política estadual. Dentro dessa linha de estreito personalismo político, desenvolveu sua oração frequentemente interrompida por apupos e terminou por indicar quatro nomes para estudo do plenário: Etelvino Lins, Nereu Ramos, Carlos Luz e Lucas Lopes.

Seguiu-se, com a palavra o deputado Vieira de Melo, que fez um brilhantíssimo discurso, pulverizando a esdrúxula tese do representante do Rio Grande do Sul. Sua oração, que eletrizou o ambiente e provocou aplausos no plenário e nas galerias, constituiu uma antecipação da minha vitória. Em face da reação dos convencionais, aprovando em delírio as palavras do representante da Bahia, já ninguém poderia ter dúvida de que permanecia de pé a honra do partido. O compromisso, assumido comigo, seria rigorosamente mantido. E de fato assim aconteceu. Procedida a contagem dos votos, às 24 horas, eu recebera 1.646 contra 276 abstenções.

Durante a votação, verificaram-se duas cenas, que causaram verdadeiro suspense no auditório. A primeira delas foi quando Benedito Valadares se dirigiu para o microfone. A opinião unânime era de que ele votaria contra mim, arrastando com sua atitude cerca de uma centena de

diretórios mineiros, de cujos presidentes era procurador. Em face da expectativa, um grande silêncio pesou sobre o recinto.

Deve ter sido um dos momentos mais graves enfrentados por Benedito Valadares. O ex-governador estava pálido, mas sereno. Caminhou, com passos firmes, até o microfone e, ao votar no meu nome, suas palavras foram abafadas por estrepitosas palmas. Ouviram-se, igualmente, alguns protestos da minoria inconformada que fazia o jogo de Café Filho.

A outra cena já teve um caráter emocional. O deputado mineiro Geraldo Starling – mais tarde, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e que havia sido acidentado dias antes por um automóvel – chegara ao recinto transportado em maca e assistido por seus médicos. Deitado, como estava, ocupou o microfone, dando-me o seu voto pessoal e mais os de 55 presidentes de diretórios, que o haviam feito seu procurador. Geraldo Starling recebeu, por essa atitude, consagrada manifestação: todo o plenário pôs-se de pé para saudar o valoroso pessedista de Minas Gerais.

Proclamado o resultado, Cirilo Júnior leu uma carta minha, agradecendo a indicação e enunciando os pontos básicos do meu programa de governo, caso fosse eleito. Os convencionais, porém, não se deram por satisfeitos com a mensagem. Exigiram minha presença. Desejavam homenagear-me no próprio recinto do Palácio Tiradentes. Telefonaram-me, pois, pedindo o meu comparecimento. Eu ouvia o desenrolar pelo rádio, em casa de Pedro Pereira, em companhia de Sarah e de alguns amigos íntimos. Tomei o carro e segui para o local da convenção. Grande multidão havia-se formado nas imediações do Palácio Tiradentes. O povo cercou o meu automóvel, tomou-me nos braços e, carregado por entre aclamações, fui levado até à mesa da presidência. Não houve quem pudesse impedir a invasão do edifício pela massa que me cercava.

Falou, em nome dos convencionais, o comandante Ernani do Amaral Peixoto. Ao finalizar sua oração, calorosamente aplaudida, proclamou-me candidato do PSD à Presidência da República. Agradei de improviso à tocante manifestação dos meus companheiros de partido. “Neste momento” – disse – “em que deixo de ser um possível candidato, quero encerrar esta luta que acaba de ser ultrapassada, para iniciar outra, sob um novo signo. Em face de Deus, diante de vós, meus amigos e correligionários, que fostes exemplo de fidelidade ao compromisso assumido, diante

do nosso país, de todos os brasileiros, favoráveis a mim ou adversários, solenemente, como a situação requer e permite, juro e prometo que não guardarei rancores do que sofri, das ofensas e das injustiças que tive de suportar, e que aspiro a trabalhar, de agora em diante, pela paz política, pela união profunda e viva da nacionalidade, pela elevação do nível desta campanha, por um amplo, generoso e sincero entendimento geral.” E conclui: “Que Deus me assista e proteja, para que não desminta a vossa confiança.” Palavras de paz, de concórdia e de fé nos destinos do país.

No entanto, no dia seguinte, quando abri *O Globo* – que vinha pregando arduamente a *união nacional*, preconizada por Café Filho – fiquei estarecido ao ler o título, aberto em oito colunas, encimando uma página inteira de noticiário sobre a convenção: *Preferiu o PSD o caminho da agitação*.

Era evidente que a *união nacional*, que eles desejavam, não passava de uma pirâmide invertida. Ao invés da submissão da minoria à maioria, como seria lógico e justo, o que aspiravam era justamente o contrário. Tratava-se da submissão da maioria, integrada pelo PSD e pelo PTB – os dois maiores partidos do país – e mais o PR, à minoria udenista, de possibilidades eleitorais reconhecidamente reduzidas.

Após o resultado da convenção, e já sendo oficialmente candidato à Presidência da República, o primeiro problema que teria de solucionar era o da sucessão mineira. De acordo com a lei, teria de deixar o governo de Minas no dia 31 de março, a fim de me desincompatibilizar para as eleições de 3 de outubro. O vice-governador era o professor Clóvis Salgado, do PR, e, nos entendimentos que eu havia tido com o ex-presidente Bernardes ficara assentado que o meu sucessor na governadoria seria do PSD. O PR, através de Clóvis Salgado, dirigiria o estado da data da minha desincompatibilização até a posse do novo governador, num período de dez meses.

No que dizia respeito a esse período, não tinha qualquer preocupação. Clóvis Salgado era um homem de absoluta integridade moral e, com o governo estadual em suas mãos, eu estaria tranquilo. Havia, porém, o problema da escolha do meu sucessor, o que não deixava de ser um problema da maior importância política. Em minhas conversações com o ex-presidente Bernardes, ficara assentado que o PSD daria o próximo

governador. Tratava-se de um princípio básico, ou melhor, da afirmação de uma linha política. Entretanto, nem todos os elementos do PSD poderiam ouvir-me, que o partido, em face das pressões do governo federal, havia se fragmentado em facções ou grupos, não de caráter ideológico, mas de natureza pessoal.

Nos meus contatos com o ex-presidente Bernardes, percebi que sua simpatia se concentrava em Bias Fortes. Entretanto, conversando com Benedito Valadares e com alguns elementos pessedistas que lhe eram chegados, verifiquei a existência de inequívoca resistência à indicação do político de Barbacena. Esse fato não deixou de me contrariar. Se Bernardes desconfiasse de que uma ala do PSD estava disposta a vetar o candidato de sua preferência, poderia reagir e tornar sem efeito o acordo verbal a que havíamos chegado sobre a sucessão estadual. Apesar de Benedito Valadares ser o presidente do PSD mineiro, havia uma tradição, longamente enraizada, segundo a qual o governador era o líder da política estadual e a ele competia encaminhar as negociações tanto para a sucessão no estado quanto para a sucessão nacional.

Assim, convoquei para uma reunião no Palácio da Liberdade todos os componentes da comissão executiva do PSD. Fui franco com os companheiros de partido. Disse-lhes que precisava falar em nome de Minas, uma vez que as consultas e sondagens começavam a chegar ao palácio. Não sendo o presidente do partido, necessitava de uma autorização ampla, expressa e definitiva, concedendo-me poderes para tratar, em nome do situacionismo estadual, dos assuntos referentes à minha sucessão em Minas e à sucessão do presidente da República, no plano federal. Dessa maneira, a decisão que adotasse deveria ser considerada a de toda a comissão.

Debatido o assunto, os dirigentes pessedistas outorgaram-me, por unanimidade, os necessários plenos poderes. Estava, assim, em condições de agir, sem receio de interferências indébitas. Mais tarde, iria constatar o acerto dessa providência, pois resultaram todas as manobras e pressões que, com uma impertinência irritante, foram feitas sobre os meus companheiros para que me abandonassem no meio da jornada.

.....

Deixando o Palácio da Liberdade

LOGO APÓS A CONVENÇÃO, voltei a Belo Horizonte. Por força da Constituição mineira, teria de renunciar à governadoria no dia 31 de março – seis meses antes das eleições de outubro. Naquele momento, graves e complexos problemas exigiam minha atenção, quer políticos, quer administrativos. Experimentei, por outro lado, inesquecíveis momentos de satisfação íntima, ao verificar que, apesar da desenfredda campanha desencadeada contra mim, o povo, com seu proverbial bom senso e seu instinto de justiça, ia repudiando os intrigantes e difamadores e, com firmeza, de mim se aproximava.

No dia 16 de fevereiro, tive que retornar ao Rio, para ser recepcionado na sede do Partido Social Trabalhista – o primeiro a apoiar oficialmente a minha candidatura, aliando-se ao PSD. A essa altura, também já estava formado, no Senado e na Câmara Federal, o bloco parlamentar que me apoiaria, com nítida maioria em ambas as casas, passando a comandar a batalha política, na Câmara dos Deputados, com inexcusável brilho, o meu amigo José Maria Alkmin, sem prejuízo das funções de líder da maioria, para os outros assuntos exercidas por Gustavo Capanema. Por outro lado, já se achavam bem adiantados os entendimentos para a oficialização do apoio do PTB.

Enquanto esses fatos ocorriam na cúpula dos grandes partidos, que já haviam selado ou estavam em vias de selar sua aliança com o PSD, tinham lugar outras manifestações que, embora de menor expressão eleitoral, não deixavam de refletir a crescente penetração da minha candidatura. Entre essas ocorrências, devo ressaltar a manifestação a meu favor de grande número de diretórios de Santa Catarina, liderados pelo bravo deputado Leoberto Leal, contrariando a orientação de Perachi Barcelos e de Nereu Ramos. Um pouco antes, ou seja, no dia 4, o PTB mineiro havia-se pronunciado, apoiando oficialmente a minha candidatura.

Se, por um lado, tudo corria como era de se esperar, por outro, Café Filho, após o fracasso da sua manobra de intimidação, divulgando o manifesto dos generais, decidira mudar de tática. O *juiz* que iria presidir ao pleito – como se intitulava – despira publicamente a toga. De pijama listrado e estendido numa rede, como se, em vez de estar no Palácio do Catete, gozasse a brisa que sopra por entre os coqueirais do Rio Grande do Norte, transformara-se em articulador de candidaturas políticas. Falava com frequência em *união nacional*, mas, revelando a insinceridade de sua pregação, só se preocupava em desagregar a minha candidatura – justamente a única lançada e que, em vez de dividir, somava, já que contava com o apoio das mais importantes forças políticas do país e vinha acusando crescente penetração popular.

Revelo um fato que não deixa de ser expressivo. Ele teve lugar alguns dias antes da convenção do PSD. Numa tentativa de perturbar a minha indicação, que já se sabia certa, o presidente começou a articular o nome de Munhoz da Rocha para candidato de oposição. Entretanto, esse gesto teve a pior repercussão possível. De saída, o ex-presidente Bernardes, presidente do partido a que pertencia Munhoz da Rocha, viu-se obrigado a fazer um pronunciamento, declarando que o PR já tinha compromissos com o PSD. Em seguida, ou seja, no dia 12, João Goulart deu uma entrevista à imprensa endossando pessoalmente a minha candidatura e concitando o PTB nacional a emprestar-lhe o seu apoio. Dois dias mais tarde, o PTB do Rio Grande do Sul declarava-se a meu favor e, a 24, Ademar de Barros fazia declarações aos jornais de que seria candidato, mas que lutaria ao meu lado se houvesse qualquer tentativa de retirada violenta da minha candidatura.

Se, no terreno político, a situação estava agitada, no que dizia respeito à administração em Minas diversos problemas reclamavam minha atenção. O meu governo chegava ao fim e eu teria que atender, em diversas regiões do estado, ao programa de inauguração de novas rodovias, de instalação de grupos escolares, de abertura de postos de saúde e de ampliação da rede de distribuição de energia, de forma a fechar o círculo da eletrificação no estado. Procurei realizar todos esses deveres com a maior presteza possível, já que teria de cuidar, imediatamente, da minha sucessão.

Nesse sentido, fiz um apelo a Benedito Valadares para que, como presidente do PSD mineiro, convocasse uma reunião da comissão executiva, com o objetivo de se escolher o meu sucessor. Benedito Valadares prometeu fazê-lo, mas, na realidade, não tinha a menor intenção de promover aquela reunião. Seu plano era aguardar a passagem do dia 31 de março – prazo limite para a desincompatibilização – para tomar aquela providência. Continuava fiel ao ponto de vista de que, estando afastado do poder e sendo governador um elemento do PR, eu já não disporia de força para encaminhar qualquer nome.

Entretanto, ocorreu naquele período um fato que, além de me causar profundo pesar, era passível de ter consequências imprevisíveis, relacionadas com a minha posição política no estado. É que falecera no Rio, subitamente, no dia 23 de fevereiro, vítima de um colapso cardíaco, o ex-presidente Bernardes. Quando tomei conhecimento da notícia, rumei direto para o Rio. Em nome do povo mineiro apresentei pêsames à família do ilustre brasileiro e, no dia seguinte, discursi no salão da Câmara dos Deputados, levando-lhe as despedidas de Minas.

O desaparecimento do ilustre estadista poderia ter profundos reflexos no setor estadual, não só pelo prestígio pessoal de que ele desfrutava nos círculos oficiais mineiros, mas também porque o PR desde muito vinha exercendo o papel de elemento de equilíbrio entre as forças políticas do estado, fazendo com que a vitória sempre pendesse para o lado em que ele se colocasse.

Naquele momento, por exemplo, o vice-governador, como já foi dito, era um perrista que a partir do dia 31 de março deveria segurar as rédeas do governo. Desde o início, Clóvis Salgado havia-se portado com absoluta correção. Todavia, era da maior importância que ao lado dele pu-

desse encontrar-se velho estadista, cuja palavra era sempre ouvida com o maior acatamento e respeito por todos os políticos mineiros.

Alguns dias após a morte do ex-presidente, estive com o senador Bernardes Filho, a fim de lhe sondar o pensamento sobre o problema da sucessão mineira. Bernardes Filho foi franco e positivo em relação ao assunto. Disse-me que seu pai havia acertado comigo a indicação de Bias Fortes e que, apesar de seu falecimento, o PR manteria aquele compromisso. Contudo, desde que retornara a Belo Horizonte e dera início às conversações sobre a indicação de Bias Fortes, verifiquei que existiam resistências, e justamente por parte de Benedito Valadares. O ex-governador pretendia articular o nome de um amigo seu e não desejava Bias Fortes por julgá-lo um espírito independente e, portanto, não maleável ao seu predomínio.

Daí a resistência que oferecia à convocação da reunião do PSD. Sua oposição recrudescceu após a morte do ex-presidente Bernardes. Julgou talvez que a perda daquele valoroso aliado houvesse enfraquecido minha posição, muito embora não pudesse ter qualquer dúvida sobre a conduta de Clóvis Salgado a meu respeito. Cansado de esperar, tomei uma deliberação audaciosa. A quase unanimidade da comissão executiva me havia delegado poderes para tratar da sucessão. Estava em condições, pois, de exercer o direito de promover a articulação do meu sucessor. Nesse sentido, reuni cerca de vinte dos trinta integrantes da comissão diretora e deliberamos enviar uma representação a Benedito Valadares, exigindo a convocação da reunião. Essa representação foi levada por uma comissão, que viajou para o Rio, a fim de se entender pessoalmente com o ex-governador. Benedito Valadares ouviu os emissários com a maior atenção, discutiu o assunto, avançou e recuou, mas acabou prometendo uma resposta que seria dada no dia seguinte.

Informaram-me – e, por isso, não posso garantir a autenticidade da notícia – que Benedito Valadares, sentindo-se acuado, procurara o jurista Orozimbo Nonato e lhe pedira um parecer sobre a legalidade da atitude que havíamos tomado. A opinião do ilustre jurista teria sido no sentido de que a comissão executiva, de acordo com os estatutos, poderia deliberar desde que dispusesse do número legal de participantes – isto é, a metade mais um – e que, naquele caso, a resolução havia sido tomada por

vinte membros, ou seja, dois terços da comissão diretora, o que equivalia praticamente a uma deposição do presidente.

No dia seguinte, quando foi procurado pela comissão para ouvir sua resposta, Benedito Valadares declarou que havia decidido convocar a reunião para 10 de abril de 1955 – dez dias após a minha renúncia ao governo do estado. A velha raposa de Pará de Minas não se dera ainda por vencida. Em face da atitude que eu havia assumido, vira-se obrigado a ceder, mas, cedendo, deixara uma bomba de retardamento, na esperança de que a evolução dos acontecimentos lhe proporcionasse uma oportunidade para, na confusão de uma reunião que se esperava fosse tumultuada, impor um candidato seu como meu sucessor no governo de Minas.

Aproximava-se a data da minha renúncia. E a essa altura já estava preparado o novo avião, o PP-ANY, em que deveria fazer minhas viagens de candidato à Presidência. Tratava-se de um Douglas, pintado de azul e branco, com acomodações para dezesseis pessoas no primeiro compartimento, sendo o segundo equipado com duas camas, uma grande mesa para as máquinas de escrever e estantes para livros – um apartamento reduzido, mas dotado de todas as comodidades para o trabalho do candidato.

No dia 31 de março, passei o governo ao vice-governador Clóvis Salgado. Chegava ao fim a afanosa primeira etapa da minha experiência governamental. Quando na prefeitura, aprendi a fazer obras num ritmo até então desconhecido para os mineiros, embora os objetivos daquela atividade fossem limitados. Já no governo de Minas, alargaram-se substancialmente os horizontes. Os elementos, com os quais jogava, eram regiões inteiras, e cada uma delas apresentava uma urdidura diferente de soluções por ser encontradas. E, acima das exigências locais, teria de considerar o estado como um todo – um organismo, de veias já esclerosadas, de deficiente circulação sanguínea, com largas faixas de entorpecimento social, exigindo regeneração dos semimortos tecidos.

Entretanto, tudo fora feito em tempo recorde – usinas, estradas, postos de saúde, escolas, grupos escolares, fábricas de adubos, indústria de frio. Minas, que era um celeiro vazio e fechado, passou a gritar sua presença nos mercados do país. Os caminhões que varavam os sertões, antes intransponíveis, traziam produtos agrícolas e levavam, em torna-viagem, o médico, o bacharel, o pioneiro, o jornal e o livro. Ao concluir o meu man-

dato, olhando para trás, contemplava com orgulho uma paisagem diferente. O burro tinha sido substituído pelo jipe. Os trilhos, abertos pelas antas, haviam desaparecido, cedendo lugar às novas rodovias. Onde antes existia um monjolo, acionado por uma bica d'água, fumegava uma chaminé. E os morros pretos, que faiscavam ao sol, órfãos de qualquer vegetação, eram rasgados pelas escavadeiras, lavados em seus entulhos, convertidos, enfim, em fontes inesgotáveis de riquíssimos minérios.

No dia 31 de março, eram esses os pensamentos que me tumultuavam o cérebro. Às 16 horas, por ocasião da transmissão do cargo, ouvi as aclamações que tinham lugar na Praça da Liberdade. Era um ruído surdo, cadenciado, multiplicado por milhares de vozes que se confundiam. Depois, o rumor foi crescendo e, tornando-se cada vez mais próximo, avolumando-se, e se fazia ensurdecedor. Cheguei a uma das janelas e fiquei deslumbrado. A Praça da Liberdade era um mar de cabeças humanas, e sobre elas flutuavam, agitadas por mãos invisíveis, centenas de faixas. Vi, por fim, que o palácio era invadido – o povo, aos borbotões, subia as escadarias, inundava os corredores e acabou por se espriar pelos salões, tomando de assalto todas as suas dependências. Meu nome era aclamado e ouviam-se, no meio daquele *brouhaha* de vozes frenéticas, os frequentes gritos de “viva o futuro presidente da República.”

Era o adeus do povo ao seu governador. No discurso que proferi por ocasião da transmissão do cargo, não deixei de consignar, de forma calorosa, o meu reconhecimento. “Agradeço principalmente ao povo mineiro” – disse, então – “o incentivo e o apoio que me tem dispensado. Desse povo recebi, com a sua confiança, o maior prêmio, que poderia esperar, pelo meu esforço – a justa reparação de muitas injustiças sofridas e o estímulo para enfrentar luta ainda bem mais renhida. É amparado pelo calor da alma popular, e por ele reconfortado, que sinto o despertar de novas forças em meu ser – forças que me tornam apto a desprezar a traição e a enfrentar os traidores, a olhar de frente, impávido, os que ameaçam o meu direito e o direito do meu partido de ter candidato. Não serão a felonía, a maldade, a baixeza, as brutalidades e as intimidações que me arrancarão das mãos a bandeira da lei e da democracia, que conduzo com perfeita humildade de espírito. Essa humildade, porém, não significa timidez, temor dos perigos que me aguardam no caminho. É, antes de tudo,

preito de reverência à grande missão e à alta dignidade que repousam nos meus ombros.” Sob o ponto de vista político deixava tranquilo o governo. O meu sucessor, Clóvis Salgado, modelo de honradez, lealdade e cultura, empunharia com mãos seguras o leme que lhe transmiti. Terminada a solenidade, desci as escadas do palácio, como ali havia entrado: nos braços do povo. Na ocasião, registraram-se cenas comoventes. Foi, com dificuldade, que cheguei à minha residência. Após uns instantes de descanso, vesti minha farda de tenente-coronel médico da Força Pública do estado e, como mandava o regulamento militar, fui-me apresentar ao comandante da corporação, pois estava extinta minha licença para o exercício do cargo de governador. O comandante, que era o coronel Nélio Gonçalves, discursou saudando o candidato, e concedeu-me nova licença para que pudesse realizar, então, a campanha presidencial.

Às 20 horas daquele mesmo dia, tomei o avião que me levou ao Rio.

.....
Brasília nasceu de um aparte num comício

NA CAPITAL DA REPÚBLICA, ultimei diversos entendimentos tendo por finalidade reforçar politicamente minha posição. João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, concordara em integrar a minha chapa, como vice-presidente. Essa aliança, embora ainda não formalizada, mas pressentida pela imprensa e anunciada com certo alarde – pois me traria a votação maciça do PTB –, acabou por desorientar os adversários. Desencadeou-se, então, a atoarda, com a recrudescência dos já batidos chavões, tendo por objetivo emprestar à minha candidatura um caráter revanchista.

Não deixa de ser curioso que esse revanchismo só funcionasse numa direção. Se o apoio do PTB era dado a mim, alegava-se que o país estava sob a ameaça do *retorno*, que a nação ia mergulhar, de novo, no *mar de lama*. No entanto, quando Artur Santos, presidente da UDN, tentou obter, no dia 10 de dezembro, a adesão de João Goulart a uma candidatura *de união nacional*, com a exclusão do meu nome, a *démarche* havia sido considerada perfeitamente normal pelos detentores do poder.

No dia 4 de abril, realizei a minha primeira viagem de candidato já desincompatibilizado. Deixei o Rio pela manhã, no PP-ANY do PSD, e integravam minha comitiva os deputados Pereira Brasil e Coaraci Nunes e mais Hildebrando Bisaglia, ex-deputado trabalhista mineiro, mais tarde

ilustre ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Voamos diretamente para Goiás, mas não pudemos descer na primeira cidade programada – Rio Verde – por causa do mau tempo. Seguimos, pois, para Jataí, onde aterrissamos sob uma chuva torrencial. A multidão, abrigada num enorme galpão, pertencente a uma firma de cereais, ovacionou-me com entusiasmo; agradei a manifestação, falando do interior de um caminhão. Nessa ocasião, pus em prática nova modalidade de contato com o público, e que era revolucionária para a época: convidava o povo a me apartear, de forma que o comício, em vez de ser um monólogo, pudesse ser convertido num diálogo. O êxito da inovação animou-me a utilizá-la ao longo de toda a campanha.

Em Jataí, entretanto, ocorreu um fato, relacionado com essa inovação, que iria tornar aquele comício histórico. Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: “Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá pôr em prática aquele dispositivo da Carta Magna que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano?”

A pergunta era, na realidade, embaraçosa. Desde que me candidatara à Presidência, havia organizado, com a cooperação de uma equipe de técnicos, um programa de governo que, se eleito, iria realizar. Tratava-se do Plano de Metas, que englobava todos os setores das atividades do país. Em nenhuma das 30 metas, porém, havia qualquer referência à mudança da capital. Desde muito tempo, já me habituara a ver, no mapa do Brasil, aquele retângulo colorido, assinalando o local do futuro Distrito Federal. A ideia sempre me parecera utópica, irrealista. Entretanto, naquele comício de Jataí vi-me, de súbito, posto frente a frente com o desafio. O aparteante, sendo goiano, tinha interesse no problema. Além do mais, a mudança estava prevista na Constituição. Não hesitei um segundo e respondi, com firmeza: “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar esse dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital!” O aparteante chamava-se Antônio Carvalho Soares, o Toniquinho. Era coletor estadual.

Com grande surpresa, verifiquei que essa afirmação dera origem a um delírio de aplausos. Os goianos desde muito acalentavam aquele so-

nho e, pela primeira vez, ouviam um candidato à Presidência da República assumir, em público, tão solene compromisso. Assim, ao deixar Jataí, para ir a Anápolis, já o meu programa de metas estava alterado. As 30 metas iniciais seriam mantidas, mas a elas havia sido acrescentada a da construção de Brasília, que eu iria denominar a *meta síntese*.

Entretanto, o tempo urgia. Dei ordem ao meu secretário para que se comunicasse com a minha equipe de técnicos, instruindo-a a dar início aos estudos para a transferência da capital; e, de Anápolis, onde presidi um grande comício, voei diretamente para Manaus. No aeroporto da Ponta Pelada, o avião foi reabastecido e segui imediatamente para Boa Vista, capital do território do Rio Branco, onde cheguei três horas mais tarde.

Por ocasião do comício, realizado à noite, ao qual esteve presente praticamente toda a população da cidade, anunciei os planos, que haviam sido elaborados, tendo em vista o desenvolvimento dos territórios federais. No dia seguinte, retornamos a Manaus. Não se tratava de uma visita à capital amazonense. Fomos ali apenas para trocar de avião, a fim de poder chegar, bem no interior do estado e à margem do Madeira, ao poço petrolífero de Nova Olinda. Em Manaus, deixamos o PP-ANY e tomamos um Catalina, da Panair, que decolou quase imediatamente. Aquela excursão tinha por objetivo tomar um contato real com o problema da exploração de petróleo, que, desde algum tempo, apaixonava a opinião pública.

De Nova Olinda, segui, no dia seguinte, para Parintins, onde a população me aguardava, toda reunida, nas barrancas do Amazonas. A parada seguinte foi em Itacoatiara, onde se realizou outro comício e tomei conhecimento de notícias alarmantes, que circulavam no Rio. Segundo se propalava, a Rádio Globo havia noticiado, meia hora antes, que, no Rio, os chefes militares haviam decidido proibir a realização das eleições de outubro e que minha prisão já tinha sido decretada. Não dei maior importância ao fato e, às 7 horas, participei do comício, que se realizou na praça principal da cidade. Pouco depois, tomei o Catalina, rumando para Manaus. A viagem foi realizada à noite, com o luar faiscando sobre as águas do grande rio e com a floresta, que apresentava diferentes tonalidades de escuro, estendendo-se até o fim do horizonte. A bordo, trocamos ideias sobre o noticiário da Rádio Globo, e tão sem nexos ele nos pareceu que se transformou em motivo de comentários jocosos. Em

dado momento, observei: “Seria, de fato, engraçado se, ao descer em Manaus, ali estivesse o comandante da guarnição federal no pé da escada, para me prender!”

Afinal, às 20 horas, chegamos à capital amazonense e logo vimos um número desusado de militares, tanto do Exército como da Polícia estadual, aguardando a chegada do avião. Aquele ajuntamento de homens fardados dava a impressão de que as notícias, ouvidas em Itacoatiara, poderiam ter algum fundamento.

Entretanto, logo tudo se explicou. Alguns oficiais do Exército ali tinham ido para cumprimentar-me, e os da Polícia Militar do estado desejavam apenas prestar uma homenagem ao candidato à Presidência que, por acaso, era um colega de farda. Os oficiais da milícia amazonense, que eram em grande número, levaram-me para o Clube Rio Negro, onde me ofereceram uma recepção. Às 21 horas, teve lugar, na Praça do Congresso, um monumental comício, durante o qual sete oradores, representando todos os partidos e classes, me saudaram.

Deixando Manaus, retornei a Belo Horizonte, fazendo ligeira escala em Anápolis. Apesar do noticiário alarmista da Rádio Globo, o ambiente político do país estava calmo. Apenas dois acontecimentos emprestavam certa vivacidade aos comentários da imprensa: a maioria esmagadora dos diretórios pessedistas de Santa Catarina havia decidido apoiar-me, rebelando-se contra a orientação de Nereu Ramos, o qual, democraticamente, submeteu-se à vontade dos seus comandados; e o aparecimento de Etelvino Lins como candidato à Presidência da República.

Aos poucos, a situação política, que a princípio se mostrava extremamente confusa, foi-se tornando mais clara. Durante algum tempo, eu era o único candidato oficialmente indicado, e, nessas condições, contra mim haviam sido assestadas as baterias dos udenistas. A fim de contornar a situação e desfazer o pretexto arranjado pela *entourage* de Café Filho, de que, havendo um só candidato na liça, impunha-se uma reformulação do problema sucessório, decidi procurar Plínio Salgado, que era o chefe nacional da Ação Integralista. Desde muito se sabia que ele seria candidato e, nessas condições, quanto mais cedo pudesse ser lançada sua candidatura, melhores perspectivas se abririam para o problema político do país. Com a existência de dois candidatos, já não se poderia mais alegar a necessidade

do afastamento do meu nome para se atender à fórmula antidemocrática da chapa única, veementemente preconizada por Café Filho.

Plínio Salgado disse-me que iria apressar todas as providências e que, no menor prazo possível, convocaria o partido para oficializar sua candidatura. Enquanto aguardava que o líder integralista surgisse como o segundo candidato à Presidência, prossegui em minha campanha, visitando o maior número possível de cidades do interior. Essas viagens não obedeciam a um planejamento prévio, pois estavam condicionadas à ordem em que me chegavam os convites dos organizadores de comícios.

Dessa forma, às vezes estava no Norte e, no dia seguinte, era obrigado a comparecer numa concentração partidária no Sul. Embora esse vaivém fosse extremamente exaustivo, oferecia a vantagem de me proporcionar a oportunidade de conhecer o Brasil numa visão global, sempre renovada e atualizada, o que era de suma importância para a administração que, se fosse eleito, iria empreender. Como resultado de observações feitas durante essas excursões, revi numerosas vezes o meu programa de metas – ora acrescentando itens, que haviam escapado à equipe de técnicos; ora emprestando ênfase a questões que, a princípio, haviam sido tratadas sem maior profundidade. Será conveniente revelar, agora, como a ideia dessas metas surgiu no meu espírito. Quando era governador de Minas, enfeixei o programa administrativo no *Binômio: Energia e Transportes*. Essa espécie de dualismo no tratamento dos problemas estaduais parece-me uma limitação, visto que, fora da área coberta pelo binômio, numerosos outros assuntos requeriam urgente atenção. Entretanto, o binômio não era uma limitação e, muito menos, uma restrição, mas a demarcação de uma área prioritária, no contexto geral das necessidades estaduais.

Agindo, como o fiz no campo estadual, pude verificar, antes do término do governo, o acerto daquela orientação. Além disso, a elaboração de um programa de metas proporcionaria, independentemente de suas vantagens administrativas, duas oportunidades de suma relevância. A primeira era de caráter pessoal, relacionada com a minha atualização no que dizia respeito aos problemas básicos do país; e a segunda era de natureza psicológica, pois estabelecia marcos ou objetivos que funcionariam como um desafio permanente à minha capacidade realizadora.

Depois do programa elaborado, passei a viver, na imaginação, a transformação por que dentro em breve iria passar o Brasil. Quantas estradas vi, com absoluta nitidez – muito antes que houvessem sido construídas! Quantas represas contemplei, examinando-as em seus mínimos detalhes, quando o projeto ainda estava em elaboração na prancheta dos engenheiros! Nas minhas longas travessias aéreas isolava-me, com frequência, para viver, em imaginação, o grande *salto* que preparava para o Brasil.

Lançando o olhar através da vigia de bordo, experimentava, com plenitude, um processo de transmutação de cenários. O que então ainda era fantasia, sonho, devaneio criador, convertia-se subitamente em realidade. Quando o Programa de Metas estava concluído, fixei-o na mente, não só em seus aspectos administrativos, mas, igualmente, em suas cifras, que assinalavam os objetivos que deveriam ser atingidos. Nos meus comícios – já que adotara a prática de dialogar com os ouvintes – não anunciava que faria estradas, navios, usinas, automóveis, aumentaria a produção de petróleo, incrementaria a fabricação do aço. Ao contrário disso, citava cifras. Estabelecia alvos que seriam atingidos.

Nesse período, visitei São Paulo, Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, e no dia 18 de abril já me encontrava no Rio, para aguardar o resultado da convenção nacional do PTB, que deveria adotar oficialmente a minha candidatura, tendo João Goulart como vice-presidente. Tudo correu como era de se esperar, e numa atmosfera do mais intenso entusiasmo. No dia seguinte, tendo por companheiros os senadores Apolônio Sales e Vitorino Freire e o vice-governador de São Paulo, Porfírio da Paz, segui para o Rio Grande do Sul. O objetivo dessa viagem era duplo: agradecer ao diretório do PTB sua irrestrita solidariedade e prestar uma homenagem a Getúlio Vargas, numa romaria ao seu túmulo em São Borja. No dia 21 de abril, já me encontrava em Belo Horizonte, de onde segui imediatamente para Ouro Preto, já que era orador oficial nas solenidades das comemorações do Dia de Tiradentes.

O mês de maio seria de intensa atividade, pois o programa das viagens abrangeria diversos estados. Decidi, assim, passar alguns dias no Rio. Ali teria que realizar numerosos contatos políticos e acertar com senhoras da sociedade, que haviam sido mobilizadas por Sarah, a fundação dos Comitês Femininos JJ – ideia que haveria de se propagar por todo o Distrito Federal

e prestar inestimável auxílio à campanha eleitoral. Sarah até então nunca se preocupara com os assuntos políticos. Em face da campanha que se fazia contra mim, baseada em insultos, mentiras e calúnias, acabara por se irritar, e decidira dar sua colaboração pessoal ao trabalho de arregimentação eleitoral, o que conseguiu fazer com rara energia e eficiência.

Aproveitando minha estada no Rio, realizei uma excursão pelo Estado do Rio, em companhia de Amaral Peixoto, do senador Sá Tinoco, do vice-governador Roberto Silveira, do deputado Vieira de Melo e de outros políticos. Estive em Nova Iguaçu, em Barra do Piraí – onde recebi uma homenagem das delegações de dez municípios vizinhos – e em Volta Redonda. Nesta última cidade, os operários da siderúrgica fizeram questão que eu festejasse, com eles, a passagem do Dia do Trabalho.

O avião PP-ANY, que me servira durante a campanha, portou-se com admirável bravura, levando-me a todos os quadrantes do território nacional, sempre a tempo e a hora e com absoluta segurança. Dois extraordinários recordes foram batidos por esse aparelho, durante a campanha: um voo direto de Anápolis a Manaus, em sete horas e vinte minutos; e de Belém a Belo Horizonte, no tempo de sete horas e quarenta minutos. Ambos os voos foram realizados durante a noite, através de regiões quase inteiramente desertas, com apenas dois ou três campos de alternativa. Era natural que, em tais circunstâncias, eu passasse, às vezes, por ameaças de acidentes. E, de fato, três dessas ameaças se verificaram em toda a campanha: uma, numa viagem de automóvel; e duas com o PP-ANY.

Uma campanha presidencial é uma verdadeira maratona. Exige saúde, disposição de espírito e, sobretudo, ânimo de luta. Enquanto andava pelo interior chegavam-me com frequência as mais alarmantes notícias. Além disso, havia o desconforto dos pernoites em pequenas cidades, onde nem luz elétrica existia. Entretanto, o esforço maior era despendido na manutenção do clima de entusiasmo que devia prevalecer nos comícios. Para isso, tinha de escolher cuidadosamente os assuntos; estudar os problemas locais, para me referir a eles com conhecimento de causa. No interior, é necessário que se tomem centenas de xícaras de café por dia; que se jante duas ou três vezes; e que não se esqueça o nome de quem nos procura. Acredito que jamais um postulante a qualquer cargo eletivo tenha viajado mais do que eu, em campanha. E cabe a mim, sem qualquer dúvida, a gló-

ria de ser o político que maior número de comícios já realizou num só dia. Isso aconteceu no dia 5 de maio, no Estado do Pará. Partindo às 6 horas da manhã, num trem especial da Estrada de Ferro Bragança, parei em vinte e duas localidades – em todas discurssei –, retornando, à noite, a Belém.

Para dar uma ideia, em síntese, do que foi a campanha, basta revelar os seguintes dados: 205.307 quilômetros percorridos (mais de cinco vezes a volta ao mundo), sendo 196.000 de avião e 9.000 de trem e automóvel; 292 quilômetros de lancha e navio e 15 quilômetros a cavalo, no alto Araguaia. Pronunciei mais de 1.000 discursos e ouvi cerca de 2.500 outros. Tomei parte em mais de 100 programas de televisão e participei de 300 mesas-redondas. Concedi aproximadamente 500 entrevistas à imprensa e viajaram, em minha companhia, 100 deputados e 30 senadores. E o heroico PP-ANY – o avião da vitória – realizou 712 horas de voo.

Enquanto viajava pelo interior, a situação política no Rio permanecia agitada. Tratava-se, porém, de uma crispação local, criada pelo próprio governo. A fórmula da *chapa única*, preconizada por Café Filho, desmoralizara-se por si mesma, já que não foi conseguido um só argumento razoável para justificá-la.

Quanto ao veto à minha candidatura, por parte das *Forças Armadas*, tornara-se evidente que ele constituía, igualmente, uma burla, tendo por objetivo apenas me afastar do pleito. A única verdade que estava de pé era a procedência governamental das duas manobras. Ambas haviam sido tramadas e articuladas no interior do Catete. E, quando houve necessidade de explorá-las, entraram em ação os veículos oficiais de divulgação. Tudo fora desfeito, porém, sem necessidade de desmentidos.

Os adversários, contudo, eram incansáveis. Como a *chapa única* não surtira efeito e o *veto militar* revelara-se inexistente, julgaram oportuno deixar cair as máscaras. No dia 9 de maio, Juarez Távora, em carta a correligionários, publicada na imprensa, admitiu e mesmo insinuou que seria candidato. Era o desfecho da manobra longamente elaborada que desmascarava todas as teses defendidas por Café Filho. O *veto militar* e a *candidatura única* revelaram, por fim, o objetivo oculto daquela ardilosa campanha de pacificação nacional. A candidatura Juarez Távora era o objetivo. Como as duas outras manobras, ela também tivera sua origem no Catete.

Em face da nova abertura, o ilustre governador Etelvino Lins compreendeu que também fora vítima de todo aquele drama da pacificação nacional, que só visava fragmentar a unidade pessedista. Quando seus serviços já não eram necessários, deixaram-no de lado, agrupando-se em torno de Juarez Távora.

O chefe da Casa Militar da Presidência não entrou em campo, porém – como era de se esperar –, de peito aberto. Anunciou e admitiu a sua candidatura, mas se manteve em reserva. Divulgava sua anuência e aguardava que surgissem as adesões, embora, como era geralmente sabido, desde muito elas já houvessem sido convocadas. O jogo cada dia se tornava mais claro e mais meridiana se fazia a veracidade da conspiração.

Desde meu último encontro com Café Filho, e que resultara naquele seu desabrido discurso pela *Hora do Brasil*, decidi ignorar o que se tramava no Catete. Fazia minhas viagens. Discursava em comícios. Fortalecia minha posição junto ao eleitorado. E tinha razão para assim proceder, pois verificava que a penetração do meu nome ia-se processando de maneira mais que satisfatória. E, além do mais, havia o problema da sucessão mineira, que requeria minha atenção.

Assim, a 9 de abril deixei Manaus e voei diretamente para Belo Horizonte. No dia seguinte, teria lugar a reunião da comissão executiva do PSD para a escolha do candidato do partido à governadoria do estado. O nome de Bias Fortes estava mais ou menos assentado, apesar da resistência de Benedito Valadares, que trabalhava pela indicação de outro candidato que lhe fosse mais chegado.

Após a longa travessia, repousei naquela noite, para rematar, na manhã seguinte, os já prolongados entendimentos. A primeira pessoa que procurei foi justamente Benedito Valadares. Encontrei-o em *good mood*, como dizem os ingleses, mas de certa forma reservado. Combinamos que a reunião teria lugar à tarde. Deixando o ex-governador, segui para a casa de José Maria Alkmin. Nossa conversa foi longa e, durante aquela troca de impressões, examinamos em todos os seus detalhes o problema da sucessão estadual.

Daquele encontro resultou uma estratégia política. Ambos conhecíamos muito bem Benedito Valadares e sabíamos que ele não abriria mão da indicação do futuro governador do estado sem resistência. Deveria

usar todos os processos – tumultuar a votação, e, se possível, evitá-la. Teríamos que agir com segurança para prevenir qualquer manobra de surpresa. Nessas condições, Alkmin ficou encarregado de deitar as cartas na mesa, antes que se iniciassem os debates. Assim que Benedito Valadares, como presidente, declarasse aberta a reunião, ele pediria a palavra e indicaria o nome de Bias Fortes.

Confesso que foi com profundo constrangimento que optei por essa linha de ação. Todos os integrantes da comissão executiva eram políticos de projeção no estado, e muito justamente se consideravam com direito a disputar aquela indicação. O caso de Alkmin, porém, me tocava muito de perto. Ele havia feito uma brilhante carreira política e desfrutava de prestígio pessoal no estado. Além do mais, havíamos sido amigos e companheiros de luta desde a juventude. Juntos tínhamos chegado a Belo Horizonte e, juntos, fizemos o concurso para os Correios e Telégrafos. Depois, fomos companheiros de quarto nas pensões modestas em que moramos, quando estudantes. A sua indicação, além de me dar um grande prazer íntimo, seria muito bem recebida. Ali o via eu lutando, com admirável correção, para encontrar uma solução em que prevalecesse a posição do candidato de Minas no plano federal.

À tarde, logo que a reunião da comissão executiva foi aberta, Alkmin ergueu-se e pediu a palavra. O ambiente não deixava de ser pesado. Alkmin começou por analisar a situação política nacional, conturbada, naquela hora, por um vendaval de paixões. Uma campanha de ódio, tão injusta quão mentirosa, havia sido desencadeada contra o candidato do estado à Presidência da República e, nessas condições, soara a hora de Minas se unir, de esquecer suas divergências internas, para não ficar exposta aos ataques dos inimigos externos. E nenhuma atitude seria mais recomendável, naquele momento, do que a de um apoio maciço do partido ao seu candidato à governadoria do estado. Concluiu por indicar Bias Fortes, o qual, por sua tradição na política mineira, poderia constituir um denominador comum de todas as aspirações do povo mineiro.

O apelo de Alkmin, expresso com precisão e veemência, calou fundo no espírito dos presentes. Depois dele, ninguém ousou pedir a palavra. A Benedito Valadares, na presidência dos trabalhos, não restou outra alternativa senão submeter à votação a proposta, que foi aprova-

da por unanimidade. Em seguida, o ex-governador deu por encerrada a reunião, cuja duração não excedera a quinze minutos. Todos se mostravam perplexos com a brevidade da reunião. Um comentarista de rádio, aproximando-se de mim, indagou: “Que houve, governador? A comissão não chegou a um acordo?” Respondi: “Bias Fortes foi indicado” – sem maiores esclarecimentos.

De fato, a escolha do político de Barbacena representava um alívio para mim. Não poderia continuar lutando em duas frentes, já que minha própria candidatura, em face das sucessivas ciladas que me preparavam, requeria todo o meu esforço. Indicado Bias Fortes, a responsabilidade pela defesa do *front* interno recairia, dali em diante, sobre seus ombros. Ele era um político de larga experiência e desfrutava de grande prestígio no estado.

No dia 13 de abril, o diretório nacional do PSD aceitou a indicação de João Goulart para meu companheiro de chapa e marcou a convenção homologada para o dia 10 de junho. No dia 12, eu havia falado ao povo carioca, pela Televisão Tupi, numa entrevista que obteve enorme repercussão. No dia 19 de abril, data do aniversário natalício de Getúlio Vargas, realizou-se, em São Borja, a VIII Conferência Nacional do PTB, para escolher seus candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República. Tratava-se de uma cerimônia puramente simbólica, pois havia mais de mês que já estavam concluídos os entendimentos para a aliança PSD-PTB.

Entretanto, foi em São Borja que se consolidou, praticamente, a aproximação dos dois maiores partidos do país, o que iria desencadear uma tremenda campanha de difamação contra mim. Antes, João Goulart era procurado e assediado pelos udenistas e, nessa ocasião, tudo se procurava fazer para obter o apoio do PTB ao candidato udenista, que só mais tarde iria aparecer. Como esse apoio, em vez de ir para a UDN, havia sido dado à minha candidatura, João Goulart, de herói na véspera, passara, de súbito, a vilão. E eu, por ser companheiro de chapa do *vilão*, transformei-me, na opinião dos udenistas, no herdeiro do *mar de lama*. Ilogismos da política!

.....

As manobras udenistas

ENQUANTO SE PROCESSAVAM os entendimentos para o lançamento das outras candidaturas, eu, que já tinha regularizado minha situação com a indicação do PSD e o apoio do PTB, aproveitei o mês de maio para incrementar minha campanha, excursionando por outras cidades em diferentes unidades da Federação. Estive em Uberaba, onde visitei a exposição agropecuária e fui homenageado pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. No dia seguinte, já me encontrava em Goiás.

Para mim, sempre constituiu um grande prazer uma excursão pelo planalto goiano. Através da pequena janela, contemplava aquele horizonte baixo, aquele céu infinito, a planura – ora ressequida, da região do cerrado; ora alagadiça, ao longo da faixa banhada pelos grandes rios. Tudo ali era grande, até o silêncio que nos cercava. Em Goiás, visitei Itumbiara, Formosa, Porto Nacional – uma ilha de civilização no alto Araguaia –, Araguacema, Conceição do Araguaia e Marabá, à margem do Tocantins.

Araguacema, antigo presídio nacional, é um vazio de convivência humana, no vazio maior de um cenário que se confunde com o todo geográfico. Ali não há individualizações, nem vegetais nem geológicas. A terra se achata na mesmice do descampado sem limites. Apesar de tudo, decidi visitar Araguacema e, para fazê-lo, tomamos – a comitiva e eu – o

único veículo ali chegado não se sabe como, um caminhão, e, aos arran-
cos, seguimos estrada afora. Em Araguacema, visitei algumas charqueadas,
que eram a indústria local, e entrei em contato com os índios carajás, que,
embora frequentando a cidade, moravam de forma primitiva em tabas es-
palhadas pelos arredores.

Marabá apresentava outro aspecto. Emocionava pela simplicidade do cenário. Era uma tela primitivista, esquecida à beira do Tocantins. Descemos um rio num barco coberto por uma lona, por entre apitos de lanchas e saudações de canoas embandeiradas. Tudo era simples, ingênuo e de rara beleza. De Marabá, segui para Santarém, já à margem do Tapajós. O PP-ANY fez grande parte do trajeto em voo rasante sobre o Tocantins, quase tocando a água, para que eu pudesse admirar a vegetação luxuriante das ribanceiras e as praias brancas, pontilhadas, aqui e ali, pela presença de alguns índios. Em Santarém, uma enorme multidão me aguardava. No dia seguinte, seguimos para Bragança, no outro extremo do Pará. A viagem transcorria normalmente. Eu ia na cabina de bordo, examinando o mapa da região e conversando com os pilotos. De repente, entre numerosos nomes desconhecidos, encontrei a palavra Belterra. Lembrei-me de que, ali, era onde o milionário Ford havia feito sua grande experiência de plantio de seringueiras. Decidi visitar o local. O comandante Prates, voltando-se para mim, disse, gracejando: “Em Belterra não existem nem cem eleitores, governador. Será melhor seguirmos viagem.” O piloto sabia o que dizia. Havíamos saído de Santarém depois do almoço e teríamos que chegar a Bragança com dia, pois o aeroporto local não dispunha de iluminação. Depois de Belterra, ainda sobrevoaríamos Belém, que está na metade da rota Santarém-Bragança. Insisti em descer, e pouco depois pude admirar, de dentro de um jipe, os 2 milhões de seringueiras que Ford havia plantado.

A parada foi rápida, já que os pilotos se mostravam preocupados. No ar, o comandante Prates sugeriu que, em face do adiantado da hora, pernoitássemos em Belém, rumando bem cedo para Bragança. Recusei a sugestão. O senador Magalhães Barata estava em Bragança à minha espera, e não iria desapontá-lo, parando no caminho. O comandante Torres, o outro piloto, secundou a proposta do seu colega, advertindo-me: “É uma loucura, governador. Se chegarmos lá e não pudermos aterrissar, não teremos gasolina para retornar a Belém. Será o fim.” Mostrei-me, porém, inflexível. O senador

estava esperando, juntamente com o bispo de Bragança; e havia uma recepção já organizada. Se não chegasse, seria um desapontamento para todos. Em face da minha resistência, o avião embicou, por fim, no rumo de Bragança. Não tardou muito, e já era noite fechada. Pouco depois, para agravar a situação, desabou uma tremenda tempestade. Alertado pelo rádio, o agente da Panair havia providenciado uns escassos lampeóezinhos, que bruxuleavam lá embaixo, demarcando os limites do campo. O avião, porém, teve que sobrevoar a cidade durante quase meia hora, a fim de que os pilotos, que desconheciam a pista, fizessem seus cálculos, antes que fosse tentada a aterrissagem. Por fim, o comandante Torres, medindo a altura das elevações que circundavam o campo, fez uma tomada de posição e embicou no rumo da pista. Todos respiraram aliviados. A batalha, porém, não estava ganha ainda. De súbito, um puxão violento e o aparelho estremeceu, como atirado por uma força estranha. Os olhares se cruzaram, apreensivos. Que seria? Era o avião que arremetia, de novo – os motores num ronco desesperado –, numa furiosa tentativa de ganhar altura. E a manobra foi realizada, com êxito, pois, pouco depois, já estávamos, outra vez, no meio da escuridão, voando cada vez mais alto. Procurei saber a razão daquela inusitada decolagem. O piloto explicou-me que, ao tentar pouso, verificara estar já no meio da pista e que, se deixasse o aparelho taxiar, poderia se chocar contra o primeiro obstáculo que houvesse além da faixa normal de rolamento.

O drama, que já era insuportável, deveria ter um segundo ato. Preparamo-nos, pois, para o próximo embate. Torres fez os cálculos de novo. Repetiu a manobra de sobrevoar em círculos. E, quando chegara o momento de tomar posição para a descida, passou os controles ao comandante Prates, veterano de pousos de emergência durante a campanha da FAB na Itália e que, por três vezes, havia sido derrubado pelos alemães. Prates deu um golpe de direção, e o Douglas estremeceu. Os passageiros, de novo, entreolharam-se alarmados. Em seguida, o avião se estabilizou, perdeu altura gradativamente e, por fim, pousou na pista, já completamente inundada. Olhei pela janela e vi o senador Magalhães Barata e o bispo dom Eliseu, à frente de uma enorme e frenética multidão. Estávamos em Bragança.

No terreno político, os acontecimentos seguiam seu curso normal. No dia 29 de maio, teve lugar a convenção do PSD estadual, para a homologação da escolha de Bias Fortes, como candidato ao governo de

Minas. No dia 3 de junho, fui recepcionado na sede do PTB do Distrito Federal, sendo saudado por Lutero Vargas, que, desde a morte do pai, fazia seu primeiro pronunciamento político, emprestando sua solidariedade à minha candidatura. Uma semana mais tarde, a convenção nacional do PSD homologava a escolha de João Goulart como meu companheiro de chapa.

Naquele período, deixei-me ficar no Rio, durante alguns dias, estabelecendo contatos políticos e realizando comícios nos subúrbios cariocas. Àquela altura, Ademar de Barros já se lançara candidato e sem cometer a inabilidade de se integrar no coro dos que, naquela quadra, faziam violenta campanha contra João Goulart, em represália por sua anuência em figurar na minha chapa – tentava aliciar as sobras do eleitorado getulista, ao escolher um elemento trabalhista, que seria Danton Coelho, para figurar como seu vice. Etelvino Lins ainda permanecia na cena política, mas cada dia se tornava mais evidente que o seu papel era o de *boi de piranha* da ambição udenista. O ex-governador só dispunha, na realidade, do apoio dos três diretórios estaduais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco –, que, desde a convenção nacional do PSD, vinham representando a linha divisionista no seio da agremiação. Em Santa Catarina, o movimento de rebeldia, chefiado pelo deputado Leoberto Leal, havia sido tão amplo que o próprio Nereu Ramos, tradicional chefe político do estado, vira-se obrigado a rever sua posição, para não ficar isolado entre seus próprios coestaduanos. Juarez Távora, após três dias de meditação junto à foz do Iguaçu, fizera sua aparição de forma espetacular no cenário político. Na sua primeira entrevista coletiva à imprensa, dera um murro na mesa.

Café Filho, que tanto se esforçara por manter a área limpa, de forma que pudesse entregar o governo numa bandeja de prata, como um presente, ao chefe da sua Casa Militar, viu de súbito o cenário da competição sucessória congestionado por quatro candidaturas. Assim, em vez de um candidato único, tinha pela frente uma sucessão que era uma pletera de competidores. E o pior: o pleito que ele projetara deveria ser apenas um passeio na pista para o candidato da UDN, iria se tornar árduo, perigoso e, sobretudo, de desfecho imprevisível para todos.

O general Lott, após a assinatura do famoso manifesto, examinou melhor o desdobramento dos episódios, e íntegro, patriota e intransigente no que diz respeito à honra e à dignidade das Forças Armadas, à

frente do Ministério da Guerra, agiu com perfeita isenção, não permitindo qualquer indisciplina. As armas da nação não seriam usadas para golpear as instituições – pensava ele – e, fiel a esse ponto de vista, logo restabelecera a disciplina nas fileiras do Exército.

Contrariados em seus propósitos, os conspiradores passaram a agir, então, na Aeronáutica, onde tudo lhes era facilitado. O ministro era o brigadeiro Eduardo Gomes, duas vezes candidato da UDN à Presidência da República e derrotado em ambas as vezes. Seria compreensível que ele, depositário da ortodoxia revolucionária de 22, estivesse disposto a não permitir que aquela terceira oportunidade escapasse ao seu partido. E, de fato, a Aeronáutica logo se converteu num foco de resistência à minha candidatura. O fogo era assoprado por Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Cardoso. Na Marinha, igualmente, existia conspiração, embora em menor escala.

Com os quatro candidatos já indicados e em plena campanha, o cenário político se animou. Etelvino Lins, antes de desistir de concorrer às eleições – o que ocorreu no dia 22 de junho –, havia concedido uma entrevista a uma das televisões cariocas. Em face da pergunta do entrevistador sobre o que, em sua opinião, o Brasil mais precisava, respondera: “Pão e vergonha.” Essa resposta teve penosa repercussão no seio da opinião pública. Eu também havia assistido ao programa, e confesso que fiquei chocado. Naquela noite, dei um balanço nos discursos que vinha proferindo em comícios e cheguei à conclusão de que minha pregação não me parecia merecer reparos.

O meu estilo de propaganda não fugia às exigências das virtudes ou defeitos do meu feitio pessoal. Os amigos notaram que não fazia um discurso igual a outro e que, para cada tipo de espectador, usava uma linguagem própria. A razão dessa variedade era que, ao discursar, tinha sempre em mente os problemas locais. Sucediã-se, pois, os temas abordados: a borracha, a castanha, a seca, o trigo, o cacau, a uva, o pinho, o adubo, o reprodutor, a pesca, o algodão, o frigorífico, o café, sem esquecer, em qualquer oportunidade, as teses nucleares das minhas metas, que consubstanciavam os problemas básicos do Brasil.

A campanha representava desconforto, cansaço, carência de sono e, sobretudo, perigo de intoxicação alimentar. No princípio, havia sido vítima de pratos estranhamente temperados ou das refeições feitas sem a indispensável higiene, e adquiridas em pousos de tropeiros, situados à beira das

estradas. Depois, forçado pela experiência, procurei ser cauteloso e, durante meses, só me alimentava de arroz e pão. Nunca escolhi local para fazer comícios. No alto Araguaia, realizei um comício montado a cavalo. Aliás, esse comício causou-me inesquecível impressão. Quando o avião pousou na pista, todo o lado esquerdo do campo estava tomado por uma fila de cavaleiros. Eram 532 ao todo, muitos deles... mulheres e moças. Levaram-me para o jipe que deveria me conduzir à cidade, e os cavaleiros formaram atrás do veículo. O tropel dos cascos, o som metálico das esporas e freios tinindo, o resfolegar dos animais – tudo era excitante e inédito.

Lembro-me, igualmente com saudade, da visita que fiz a Porto Nacional, situada à margem do Tocantins. A cidade não possuía luz elétrica e falei ao povo numa grande praça, apenas iluminada pelo luar. Era noite de lua cheia e a multidão, sofrendo aquele banho de prata, assumia um aspecto fantasmal, como se, em vez de criaturas humanas, fosse integrada por milhares de sombras.

Se a campanha oferecia esses espetáculos de emoção e de poesia, criava, às vezes, situações que, embora desagradáveis, não deixavam de ser pitorescas. Recordo uma que, por seu ineditismo, merece ser registrada: hospedei-me na residência do chefe político de uma cidadezinha do interior e, lá pelas 11 horas, sentindo-me cansado, despedi-me da família e me recolhi ao quarto. A cama era modesta, com colchão de palha de milho, como ainda se usa em certas regiões do Brasil. Quando afastei a colcha para me deitar, verifiquei que um verdadeiro enxame de percevejos se movia sobre o lençol. Vi que seria impossível dormir sob aquela ameaça.

A casa, porém, era de um andar só e a janela do quarto dava para a rua, tornando fácil saltar-se para a calçada. E foi o que fiz. Em seguida, caminhei uns três quilômetros em direção ao campo de pouso, onde se achava o meu avião. Acordei o piloto e me estirei na cama que existia na cabina. Descansei algumas horas e, pela madrugada, fiz o trajeto de volta. Saltei de novo a janela e, após alguns instantes no quarto, apresentei-me à família, para tomarmos juntos o café da manhã. Tive o cuidado, porém, de, antes de deixar o quarto, desfazer completamente a cama.

Esta ocorreu em Juazeiro da Bahia. A campanha já ia avançada e, desde algum tempo, ao finalizar meu discurso, adotara a prática de convidar os presentes para que estivessem no Rio no dia 31 de janeiro, a fim

de assistir à minha posse. Um caboclo – o chapéu virado, a camisa rota e a alpercata solta – ouviu, com a maior atenção, o meu discurso. Quando entrei na peroração e fiz o convite para que fosse assistir à minha posse, ele abriu o rosto numa expressão de profunda mágoa e, aproximando-se de mim, desculpou-se: “Ah, doutor, que pena! Eu não vou poder ir!”

A escolha dos demais candidatos comunicou maior vivacidade à campanha política. Cada um de nós fazia sua pregação e, dos meus adversários – será justo ressaltar –, nenhuma queixa posso externar. Todos se mantiveram com admirável correção e em nenhum momento a campanha descambou para o terreno dos insultos pessoais. Entretanto, os conspiradores no Rio prosseguiram em redobrada atividade. Novas teses passaram a ser agitadas, com o objetivo exclusivo de evitar minha eleição.

Antes, porém, de me referir à nova tática adotada pelos conspiradores, será conveniente que recorde um incidente que, embora não tivesse maiores consequências, causou-me sérios aborrecimentos. Refiro-me ao apoio que me foi dado pelos comunistas. Encontrava-me em Corumbá, em campanha eleitoral, quando recebi um telegrama de Amaral Peixoto, pedindo meu regresso imediato ao Rio. Pelos termos do telegrama, deduzi que alguma coisa grave havia ocorrido e meu regresso se fazia urgente. Assim, realizado o comício, à noite, chamei o comandante Prates e disse-lhe que teríamos que regressar ao Rio.

Quando desembarquei, a única pessoa que me aguardava no aeroporto era Álvaro Lins, editor-chefe do *Correio da Manhã*. Ignoro, até hoje, a razão da sua ida ao Santos Dumont. Conversamos ligeiramente e tomamos um carro, em direção a Copacabana. Durante a viagem, ele tirou do bolso um recorte de jornal e pediu que o lesse. Era uma entrevista do general Lott, na qual o titular da pasta da Guerra declarava que o “apoio dos comunistas à chapa Kubitschek-João Goulart havia agravado a crise, deixando-o praticamente incapacitado para controlar as reações de certos meios militares”. Tratava-se de uma condenação formal do anunciado *acordo* – condenação que, bem analisada, não deixava de ser uma ameaça.

Durante o trajeto, expliquei a Álvaro Lins que nunca existira o referido *acordo* e que, sobre o assunto, o que de fato ocorrera havia sido um entendimento do diretório do PTB de São Paulo com os comunistas, tendo por objetivo interesses políticos estaduais. O assunto, porém, havia

sido habilmente explorado pelos udenistas. Os jornais, simpáticos a Juarez Távora, embandeiraram-se em defesa do regime democrático, que diziam ameaçado. No entanto, nenhum deles revelou a mesma indignação quando Plínio Salgado, em entrevista à *Tribuna da Imprensa*, denunciou que Jânio Quadros havia dado 5 milhões de cruzeiros aos comunistas em troca do apoio do PC à sua candidatura ao governo paulista. Jânio Quadros era um dos pais putativos da candidatura Juarez e até se havia licenciado do governo para fazer campanha eleitoral em favor da eleição do general. Nenhuma lógica prevalece, porém, quando os ânimos estão exaltados.

Quando chegamos ao meu apartamento, na Rua Sá Ferreira, telefonei a alguns amigos e, pouco depois, tinha a casa cheia. Discutimos o assunto longamente e, embora todos estivessem de acordo que a acusação não me atingia, seria conveniente, contudo, que divulgasse um desmentido pela imprensa. Uma nota foi, então, redigida, na qual, em resumo, declarava o seguinte: “Sou um homem desarmado mas, como o ministro da Guerra, não recuarei um passo na defesa da legalidade.” Resposta serena, mas altiva, dada não propriamente ao general Teixeira Lott – que se conduzia com admirável correção através daquela crise que sacudia o país –, mas aos que, valendo-se de um incidente comum em qualquer campanha eleitoral, procuravam transformá-lo num caso de intervenção militar. Na manhã seguinte, Otacílio Negrão de Lima me telefonou. Estava alarmado. “Você está louco?” – perguntou. “Como pode dar uma declaração naqueles termos?” – acrescentou. Já naquele tempo, o medo de contrariar o ministro da Guerra era praxe na política nacional. Não se tinha sequer o direito de desmentir uma acusação infundada. “Fui agredido, Otacílio, e tive de me defender”, respondi-lhe com certa veemência e ajuntei: “Prefiro perder tudo a deixar de agir com bravura.”

Entretanto, os comunistas, mais políticos do que os udenistas, logo capitalizaram o escândalo em benefício próprio. A *Tribuna Popular*, órgão especial do PCB, abriu manchete, lançando um *Manifesto Eleitoral* de apoio à chapa Kubitschek-João Goulart. O incidente havia sido criado, segundo a melhor técnica de Moscou! Quanto a mim, já nada me cabia fazer. Além da nota de desmentido, falavam bem alto, em favor da minha conduta política, meu passado de democrata e minhas conhecidas convicções religiosas. Esqueci o incidente e voltei à propaganda da minha candidatura.

A UDN, porém, não iria perder aquela oportunidade e deixar que o assunto morresse. Recrudesceram, pois, as intrigas. E quando menos se esperava o horizonte político toldou-se de novo. Era a manobra da reforma eleitoral, da cédula oficial, que logo se desdobrou na revisão do alistamento, numa tentativa de emenda parlamentarista e até mesmo em preocupação de se reformar a Constituição – tudo isso a 60 dias do pleito.

Entretanto, como a toda ação sempre corresponde uma reação, logo se formou, no seio das Forças Armadas, um movimento de oposição às evidentes maquinações golpistas. Desde muito, os militares assistiam, com crescente irritação, a exploração do prestígio de que gozavam, no seio da opinião pública, em favor do candidato udenista, ou melhor, para combater a minha candidatura.

A atitude do ministro da Guerra repercutira favoravelmente no seio das Forças Armadas. E, como resultado dela, a maioria dos chefes militares passara a se articular, tendo em vista evitar que, utilizando o nome do Exército, o governo descambasse para a ilegalidade. Contribuiu para apressar essa articulação um discurso pronunciado pelo general Canrobert da Costa, como presidente do Clube Militar, no Clube da Aeronáutica, por ocasião das comemorações do 1º aniversário da morte do major Vaz. O pronunciamento do ex-ministro da Guerra fora considerado pelo grupo militar que defendia a manutenção dos preceitos constitucionais como uma sugestão em favor de uma solução de força para o problema sucessório. Dado o entusiasmo com que suas palavras haviam sido aplaudidas pelos presentes – na maioria, elementos ligados a Carlos Lacerda –, os militares legalistas sentiram que deviam redobrar suas atividades e, nesse sentido, agruparam-se num movimento denominado Movimento Militar Constitucionalista – MMC, com o propósito de exercer a mais rigorosa vigilância em relação ao respeito devido aos preceitos legais. Não se tratava de um movimento político, pois o seu lema, melhor do que qualquer argumento, refletia a intenção dos seus integrantes: “Eleições na data prevista, e posse aos eleitos.”

Até então, todas as manobras dos udenistas haviam fracassado. Entretanto, eles se mostravam incansáveis. Em maio de 1955, tinham anunciado um rompimento do PR comigo, divulgando formalmente que a homologação da minha candidatura pelo PSD havia sido *provisória*. Ambas as invencionices desmentiram-se por si mesmas, sendo que a primeira

serviu de pretexto para que José Maria Alkmin fizesse uma das suas habituais *boutades*. “Durante muito tempo”, declarara Alkmin à imprensa, “havia o candidato do dia; agora, é o obstáculo do dia.”

Os deputados udenistas exigiram que José Maria Alkmin, líder do PSD na Câmara, assumisse o compromisso de honra, perante o recinto, de que apresentaria, no menor espaço de tempo possível, uma declaração de tudo que eu possuía. Nunca uma exigência dessa natureza havia sido feita no Brasil, pois não havia lei que obrigasse os candidatos à Presidência da República a semelhante procedimento. A lei, que existe hoje, e referente a esse assunto, foi votada oito anos depois do fato aqui relatado.

Consultado por Alkmin, concordei imediatamente em oferecer à oposição uma relação completa de todos os meus bens. Estes eram modestos e representavam o fruto de uma vida de trabalho. Entretanto, os negócios que fazia – sempre orientados pelo meu cunhado Júlio Soares – eram de pouca importância, mas realizados em meu nome pessoal, isto é, pessoa física, e, nessas condições, sem qualquer registro contábil, o que seria obrigatório se se tratasse de uma firma, ou seja, de uma pessoa jurídica.

Sabia que o objetivo da UDN era armar um possível escândalo em torno do meu nome, se dispusesse de base para isso. O secretário do Interior do meu governo em Minas era o Dr. Maurício Bicalho, pessoa de ilibada reputação. Incumbi-o de proceder a uma verdadeira devassa na minha vida, apurando minuciosamente tudo o que eu possuía, assim como tudo o que eu já tivera. Semelhante trabalho havia de exigir – como, de fato exigiu – pesquisas em bancos, cartórios e em outros setores. Por isso, Maurício Bicalho levou três ou quatro semanas para realizar o seu trabalho.

Enquanto providenciava a coleta daqueles dados, a UDN desencadeou tremenda campanha na Câmara, alegando que eu me negava a apresentar a referida declaração de bens. A imprensa dividiu-se, igualmente, participando ativamente do debate. O que se discutia nas ruas era o comportamento que eu poderia ter. “Apresenta? Não apresenta?” – eis as perguntas que estavam em todas as bocas.

Superada essa dificuldade, com a leitura em plenário da declaração de bens, passei a aguardar a nova surpresa que, certamente, os adversários estariam urdindo contra mim. E, de fato, não foi preciso esperar muito. Poucos dias após, ela fez sua aparição de forma espetacular. Os

udenistas, alegando que a declaração de bens era ilegítima, propuseram a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os bens dos candidatos, a fim de dissimular o faccionismo da providência que, na realidade, era tomada apenas contra mim. Se eles lograssem êxito, minha candidatura estaria aniquilada. De acordo com a Constituição, as pessoas submetidas à comissão de inquérito eram obrigadas a obedecer às convocações dos integrantes do referido órgão, quando estes desejassem ouvi-las. Bastava esse dispositivo para me submeter a um terrível pelourinho, impedindo-me de prosseguir na minha propaganda eleitoral. Toda vez que fosse convocado, teria de interromper os meus comícios, onde estivesse, para vir, sob os *flashes* impiedosos da imprensa, depor no recinto da comissão, na Câmara dos Deputados no Rio. Era o circo que a UDN pretendia montar e, para o seu picadeiro, levaria o candidato à Presidência da República, então transformado em réprobo.

Para os udenistas, porém, não existiam impedimentos quando se tratava de desmoralizar o candidato que lhes ameaçava retirar a vitória nas urnas. E, para atingir seus objetivos, contavam, já naquela época, com a cooperação de Carlos Luz, presidente da Câmara, que não ocultava seu profundo ressentimento por haver sido eleito para aquele elevado cargo contra a vontade do PSD, que era o seu partido.

Naquela época, o político de Leopoldina iniciava sua convivência com os udenistas. Fazia o que podia para favorecê-los, desde que esse favorecimento causasse dificuldades ao PSD. Só mais tarde é que, descambiando de concessão em concessão, acabaria perdendo a noção da realidade e se engajaria, de corpo e alma, na conspiração golpista, cujo desfecho seria sua deposição do governo pelas forças legalistas do Exército.

No episódio da constituição dessa CPI, o deputado José Maria Alkmin, como líder do PSD e meu delegado pessoal no plenário da Câmara, teve a oportunidade de revelar suas extraordinárias qualidades de parlamentar e sua admirável acuidade política. A batalha, que ele travou com o deputado Adauto Lúcio Cardoso, foi brava e sem trégua. Sustentava Alkmin que o requerimento desrespeitava quatro vezes a Constituição.

.....

A cilada da cédula oficial

OMÊS DE AGOSTO havia-se iniciado, pois, sob sombrios presságios. No interior, respirava-se um clima de paz e a minha propaganda, realizada num estilo pouco ortodoxo, vinha obtendo resultados animadores. No Rio, porém, recrudescia a agitação política. O caso da constituição da comissão parlamentar de inquérito, para investigar os bens dos candidatos, constituía um exemplo típico. Os udenistas, lançando mão de toda sorte de artifícios, haviam conseguido o quórum necessário para ser requerida a constituição dessa CPI. Aconteceu, porém, que alguns deputados, depois de esclarecidos sobre os inconfessáveis propósitos daquela fiscalização parlamentar, resolveram retirar suas assinaturas. Estabeleceu-se, pois, um impasse na tramitação do requerimento, já que, do ponto de vista constitucional, tornara-se discutível se havia quórum ou não.

Em face da maneira tumultuada com que o assunto estava sendo discutido, Alkmin teve uma conferência com Carlos Luz, a fim de alertá-lo sobre a inconveniência de agir com precipitação em relação ao caso, pois, se assim o fizesse, poderia comprometer a dignidade do seu elevado cargo e atentar contra o decoro do Legislativo. Carlos Luz ouviu o líder do PSD com a maior atenção e, havendo julgado seus argumentos ponderáveis, concordara em agir rigorosamente de acordo com o Regimento Interno, de

forma a evitar que qualquer suspeita de faccionismo pudesse pairar sobre o comportamento da Mesa.

Carlos Luz fizera a promessa – segundo acredito – com a melhor das intenções. Entretanto, quando transmitiu aos udenistas seu propósito de pautar sua conduta pelo que determinava a Constituição, foi tão violentamente contraditado que julgou mais prudente recuar. Àquela altura, seus compromissos com a UDN já eram bem extensos e, à medida em que os dias passavam, mais se deixava enlear na rede conspiratória armada no Catete. Assim é que, quando o deputado Adauto Lúcio Cardoso apresentou o requerimento, solicitando a referida CPI, Carlos Luz traiu o compromisso com Alkmin e atendeu à exigência da UDN.

Nessa altura, eu me encontrava no interior do Paraná, numa jornada estafante. Não havia horário para os comícios: às vezes, eles se realizavam às 8 da manhã e, às vezes, à meia-noite. Às 3 horas da tarde, em pé num palanque improvisado numa praça da cidade de Arapongas, eu ouvia atentamente os oradores. Alguém, ao meu lado, lia um jornal e o ruído das folhas viradas acabou por atrair minha atenção. Voltando-me, pude ler a manchete na primeira página do periódico: “Carlos Luz, presidente da Câmara, aceita o requerimento da UDN e institui a comissão de inquérito que vai investigar a vida de Juscelino.” Confesso que a notícia causou-me um sério impacto. Precisava comunicar-me com o Rio.

Entretanto, não existia telefone em Arapongas. Informaram-me que só na última cidade, que seria visitada naquele dia, poderia comunicar-me com o Rio. Ao chegar ali, porém, o que se deu às 10 da noite, pedi ao coronel Dilermando Silva que fizesse uma ligação telefônica com Alkmin. Quando o comício se encerrava, com um eloquente e brilhante discurso de Dioclécio Duarte, o coronel Dilermando Silva voltava ao palanque, para me comunicar que a ligação não pudera ser obtida porque o centro telefônico já estava fechado. Tive de aguardar, pois, até a manhã seguinte, quando então consegui falar com Alkmin.

Os udenistas, através daquele passe de mágica, pretendiam atingir, simultaneamente, dois objetivos: *a)* impedir, por intermédio de convocações sucessivas, que eu prosseguisse em minha campanha pelo interior; *b)* procurar desmoralizar-me, lançando mão de um interrogatório capcioso, o que importaria numa completa devassa na minha vida privada, e tudo

diante de câmeras de televisão, para que eu surgisse aos olhos da nação como um réprobo político, exposto à execração pública.

Na realidade, aquela árdua batalha havia girado essencialmente em torno de um princípio. O que estava em causa não era a minha situação pessoal e tanto isso é verdade que Alkmin, ao combater a constituição daquela comissão, havia declarado que, se havia entre os udenistas alguém que não considerava legítima a minha declaração de bens, que a contestasse e apontasse suas falhas. O que não admitia, porém, era o processo ultrajante de submeter um candidato à Presidência da República a uma vexatória inquirição como se, em vez de um homem público, escolhido pela mais poderosa coligação de partidos do país, ele não passasse de um criminoso comum, passível de ser enquadrado no Código Penal.

Instalados os trabalhos sob a presidência de José Maria Alkmin, o deputado Vieira de Melo levantou a preliminar da inconstitucionalidade daquele órgão, que não era previsto na Carta Magna nem no Regimento Interno. Havendo sido acolhida a proposição, resultou dos debates que se seguiram sua remessa à Comissão de Justiça, que era o órgão técnico da Câmara para dirimir as questões daquela natureza. Após alguns meses de espera, o problema foi solucionado a nosso favor e, como resultado dessa decisão, a famosa comissão de investigação foi dissolvida, sem chegar a funcionar.

Mas agosto chegara, e, com ele, uma atmosfera de apreensão envolvera o país. Recrudescia a campanha de que, embora houvesse possibilidade de que fosse eleito, as Forças Armadas impediriam a minha posse. Os jornais udenistas apresentavam-se ameaçadores, com manchetes escandalosas, encabeçando prognósticos sombrios. Em face daquela atoarda, tornava-se evidente que uma crise, de natureza ainda imprevisível, estava em fermentação nos bastidores.

E, de fato, a nova crise eclodiu. Tratava-se da reforma eleitoral, tendo por objetivo a substituição da cédula individual por outra, que seria denominada a *cédula oficial*. Tudo feito às carreiras, porém, a apenas 60 dias do pleito. Na realidade, essa preocupação reformista dissimulava, sob uma capa de interesse pela moralização do processo eleitoral, o verdadeiro e oculto objetivo da iniciativa: tumultuar as eleições.

A crise teve início com a conferência, já referida, do general Canrobert no Clube da Aeronáutica, por ocasião das comemorações do

primeiro aniversário da morte do major Vaz. Nessa alocução, o ex-ministro da Guerra falara, com inusitada severidade, em “mentira democrática” e preconizara, como remédio para os males do país, um “saneamento rigoroso e austero das práticas políticas” vigentes no Brasil. A advertência serviu para alertar os udenistas, os quais, estimulados pela palavra do ilustre militar, logo trataram de ressuscitar a já sediça questão da *cédula oficial* – proposição que havia sido uma vez derrotada na Câmara e que, por isso mesmo, estava arquivada.

Em agosto a questão foi revivida e os udenistas, talvez temerosos de que a iniciativa fosse de novo rejeitada, decidiram condicionar a opinião pública, através de intensa preparação publicitária, insistindo no *slogan* de que a nova *cédula* asseguraria a legitimidade do voto e que quem se opusesse a ela seria a favor da fraude. Tratava-se, como se vê, de uma tentativa de coação moral, a ser imposta ao Congresso.

Por ocasião da primeira votação da matéria, antes da crise da minha declaração de bens, a UDN havia sido derrotada, por pequena margem de votos, isto é, por 102 contra 99. Ao ser apresentado o segundo projeto, seus defensores tiveram o cuidado de fortalecê-lo com uma intensa mobilização da opinião pública. Os jornais, que lhes eram simpáticos, abriam colunas para focalizar o assunto. As rádios divulgavam notícias tendenciosas declarando que se tratava de uma campanha de repressão à fraude. E como o PSD fazia restrição à oportunidade do projeto no apagar das luzes da campanha eleitoral, passamos a ser tachados de defensores da fraude.

A campanha, porém, havia sido bem mais organizada do que se poderia prever. Pouco depois, as classes produtoras foram sugestionadas pela propaganda e se pronunciaram a favor da reforma. O Tribunal Superior Eleitoral, por quase todos os seus ministros, manifestou-se igualmente pela adoção da *cédula oficial* e, a essa altura, com a agravante de que, se não se processasse a reforma, o resultado das urnas poderia ser passível de suspeição. Em face da atoarda, alarmaram-se os círculos militares e a minoria ativista que conspirava nos quartéis passara a atuar, com maior eficiência, no sentido de conquistar, para a causa reformista, o apoio das Forças Armadas.

O ambiente político entrara, de súbito, em efervescência. Sucederam-se as entrevistas, concedidas por personalidades de projeção nos

diversos ramos das atividades nacionais. No dia 7 de agosto, por ocasião da convenção da UDN, o deputado Afonso Arinos lançou uma nova tese de ação política: a do não reconhecimento do resultado das eleições, sob a alegação de que seriam fraudulentas.

José Maria Alkmin, como líder do PSD na Câmara, estava, porém, vigilante. No dia 8 de agosto – 24 horas após o pronunciamento de Afonso Arinos – denunciou o fato à nação, responsabilizando a UDN pelo que pudesse ocorrer no país. “Devo dizer à Câmara” – declarou Alkmin, com ênfase – “que a União Democrática Nacional está no governo, representada pelo ministro da Justiça, pelo ministro da Aeronáutica e por muitas outras figuras de grande projeção, não só no seio do partido como na opinião pública. Assim, sr. presidente, esta admoestação ontem feita, aqui, para o resto da nação, querendo dar a entender que qualquer resultado não do agrado da UDN seja um resultado suspeito, esta admoestação nós não a aceitamos, porque, para tanto, não reconhecemos autoridade moral e política nos homens da União Democrática Nacional. E não reconhecemos autoridade política porque ela está no governo da República, está no governo associado de São Paulo, está no governo de Pernambuco e em vários estados. Ela é que pode estar querendo preparar um ambiente de coação, ambiente que repelimos. Esta campanha, sr. presidente, não nos intimida. Faremos nossa caminhada democrática. Todos os obstáculos, vencidos pelo nosso candidato, ameaçado desde a primeira hora, ameaçado por uma série de medidas que a União Democrática Nacional, não podendo executar, procurava quem executasse por ela, estas ameaças não nos intimidam, pois vamos até o fim.” E concluiu: “A nação não precisa de tutores. Adquiriu maturidade política, e está toda ela, em toda parte, esperando o momento de manifestar a soberania do seu pensamento, e de demonstrar claramente, apesar das sucessivas ameaças, sua impostergável opção eleitoral.”

Entretanto, o pior ainda estava por ocorrer. O trabalho realizado no seio das Forças Armadas havia dado resultado e, pouco depois, surgiram os primeiros pronunciamentos. O almirante Amorim do Vale, ministro da Marinha, iniciou a série de entrevistas. Foi violento, chegando a ser contundente: “Adotada pelo Congresso” – declarou o ilustre militar, referindo-se à *cédula oficial* – “tardiamente ou não, caberá ao mesmo Congresso, por dever de coerência, adotar as medidas que a façam aplicável às próximas

eleições, mesmo adiando-se.” Seguiu-se o brigadeiro Eduardo Gomes num tom discreto e cauteloso. Os dois pronunciamentos explodiram como duas bombas nos círculos políticos e o do ministro da Marinha foi considerado como um verdadeiro ultimato. De fato, o almirante não se contentara em preconizar a adoção da *cédula oficial*, mas, indo mais longe, chegara a sugerir o adiamento das eleições, para que aquela fórmula pudesse logo entrar em execução.

Ao mesmo tempo que se sucediam esses pronunciamentos na imprensa, surgia na Câmara um novo projeto sobre a *cédula oficial*, que já havia dado entrada na Comissão de Justiça. A situação se agravava de dia para dia. Fazendo minha campanha no interior, era informado sobre a marcha dos acontecimentos. Meus correligionários julgavam que o trabalho, que vinha realizando no aliciamento de eleitores, era bem mais importante do que estar no Rio, para desfazer intrigas políticas.

Se o ambiente político já estava agitado com os pronunciamentos militares, ele sofreu um impacto, de natureza diferente, com uma entrevista do cardeal Jaime de Barros Câmara. Tratava-se de uma manifestação de apoio da Igreja à *cédula oficial*, o que teve um efeito moral incalculável no seio da opinião pública. Muitos elementos do PSD sentiram-se alarmados. Alkmin, como líder do PSD e meu representante pessoal, julgou que deveria agir. Iria procurar o cardeal e explicar-lhe o mal que suas palavras haviam causado à minha candidatura e, nessa oportunidade, tentaria obter novas declarações de D. Jaime, que suavizassem o impacto do seu anterior pronunciamento. A tarefa não era fácil, pois Alkmin nem ao menos conhecia pessoalmente o cardeal. Valeu-se, porém, do deputado Eurípedes Cardoso de Meneses para ter acesso ao ilustre prelado.

À noite, reuniram-se os três no Palácio São Joaquim. Alkmin, ao abordar o assunto, percebeu que D. Jaime de Barros Câmara não tivera a intenção de fulminar a *cédula* comum de votação. Apenas opinara sobre o assunto, porque fora interrogado por um jornalista e o escândalo que se fizera em torno de suas declarações corria por conta da paixão política. Tão cordial e compreensivo ele se mostrara, que se propôs a fornecer a Alkmin um documento, colocando em seus justos termos aquela explosiva questão. Alkmin não aceitou o oferecimento, declarando-lhe que uma autorização verbal sua, para desautorar aquela exploração, seria o suficiente para

que ele, da tribuna da Câmara, serenasse os ânimos. D. Jaime aquiesceu, e Alkmin e o deputado Eurípedes Cardoso de Meneses deixaram o Palácio São Joaquim.

No dia seguinte, os líderes da minha campanha se reuniram na sede do PSD. O propósito da reunião era debater a crise política e estudar a estratégia a ser utilizada em face da ofensiva udenista. Nessa ocasião, eu me encontrava no interior de São Paulo e um telegrama me foi enviado, solicitando minha presença no Rio. Ao desembarcar no aeroporto, segui diretamente para a sede do partido. O que os meus amigos desejavam era que eu procurasse pessoalmente o cardeal Câmara, a fim de prevenir a possibilidade de qualquer outro incidente no futuro. O encontro foi combinado e seria realizado na cúria metropolitana, o que, efetivamente, ocorreu.

Entretanto, enquanto ainda discutíamos na sede do PSD a evolução dos acontecimentos, ali chegara a notícia de que o general Lott, ministro da Guerra, e que até então se mantivera com a maior discrição, tinha dado, também, uma entrevista mais grave ainda do que a do cardeal. O pronunciamento deveria ser publicado, naquela mesma tarde, no *Diário da Noite*. Lançando mão dos préstimos do jornalista Marcelo Pimentel, obtivemos uma cópia datilografada das declarações do ministro da Guerra.

O efeito das palavras do general Lott foi profundo. Muitos elementos pessedistas que, até ali, estavam confiantes na minha vitória, mostraram-se, de súbito, desarvorados. Julgaram que tudo já estava perdido e que as próprias eleições já não seriam realizadas. Ficou decidido então que Alkmin, como líder da campanha, falasse em nome da bancada pessedista, respondendo às duas entrevistas. E o seu discurso deveria ser pronunciado naquela mesma tarde, a fim de se evitar que a exploração dos dois pronunciamentos obtivesse maior ressonância. Como as declarações do general Lott ainda não haviam sido publicadas, ficou combinado que, assim que o *Diário da Noite* surgisse nas bancas, alguém lhe levaria um exemplar no plenário e, com o jornal na mão, ele subiria à tribuna para a dupla resposta.

Alkmin fez um brilhante discurso – um dos mais severos de toda a sua atividade parlamentar. Ao desfazer os mal-entendidos sobre a *cédula oficial*, fulminou aquela iniciativa udenista; rebateu, com veemência, as acusações de que quem era contra o sugerido processo de votação seria a

favor da fraude; e, numa brilhante peroração, despertou o ânimo arrefecido dos correligionários, reavivando o espírito de luta da bancada. Tão forte foi a impressão causada por esse discurso que, quando embarquei naquela mesma tarde para São Paulo, os parlamentares fizeram questão de ir ao aeroporto, onde me prestaram calorosa homenagem.

A reação, oposta aos pronunciamentos militares, foi muito bem recebida pela opinião pública. A questão que estava sendo discutida era de natureza jurídica e, mesmo nesse setor de atividade intelectual, sempre fora considerada uma especialização, com a qual nem todos os cultores do Direito se mostravam familiarizados. A opinião geral se inclinava em explicar aquela intromissão como o resultado da malícia política dos udenistas, os quais, deturpando os motivos da nossa resistência, haviam arrancado dos ministros militares aqueles pronunciamentos, após convencê-los de que, assim agindo, estavam contribuindo para assegurar a legitimidade do pleito. Alguns jornais, porém, já interpretaram aquelas declarações como uma interferência indébita e, entre esses, encontrava-se o *Correio da Manhã*. A reação do bravo matutino era insuspeita de qualquer eiva de partidarismo, pois, na época, já se achava rompido comigo. Refletindo o sentimento civilista da nação, o *Correio da Manhã* lançou o seu protesto num editorial de veemência invulgar que causou a maior sensação. “Nunca se viu na história da República”, advertia o jornal de Paulo Bittencourt, “este espetáculo de três ministros militares usurparem prerrogativas e imporem soluções ao Poder Legislativo. Isto é pior do que novembro de 1937. Querem fazer como se não existisse a nação, nem poder civil, nem governo. Agindo em conjunto, como proclamou o ministro da Marinha, falaram todos de uma vez, como se fossem três conspiradores. Proceder-se dessa maneira é situar-se na linha do golpismo, da ilegalidade, dos regimes da exceção. Coloque-se o presidente da República à altura dos seus direitos e deveres constitucionais. E o Congresso deve resistir como poder soberano – como um dos poderes do Estado – para evitar que este país se transforme numa republiqueta, tratada a pata de cavalo.”

A efervescência, provocada pelo debate sobre a cédula oficial, cada dia mais contaminava os círculos políticos.

Quanto aos pronunciamentos dos ministros militares, o único que de fato nos preocupava era o do general Lott. Seus dois outros colegas eram conhecidos por suas tendências políticas. Já o general Lott, sendo apolítico, era uma personalidade que merecia o maior acatamento. Além disso, estava perfeitamente identificado com os sentimentos dos seus comandados e qualquer declaração sua só poderia constituir um reflexo do que pensava o Exército.

A indiscrição de um amigo, porém, serviu para abrir uma porta no ambiente fechado em que nos encontrávamos. O deputado Vitorino Correia – mineiro, mas representante do Piauí – era íntimo amigo de Alkmin. Numa das suas conversas habituais, na sala de café da Câmara, revelara que o general Lott havia ficado profundamente magoado com o líder do PSD por causa do seu veemente discurso, respondendo à sua entrevista. A informação de Vitorino Correia havia sido confirmada pelo governador Gaioso Almendra, também do Piauí, e ambos viviam na intimidade do ministro da Guerra. Alkmin surpreendeu-se com o ressentimento do general e sua surpresa ainda foi maior ao saber que, em conversa com aqueles seus amigos, o ministro se queixara de que ele, em sua alocução na Câmara, o havia tratado com desconsideração.

De posse daquela informação, Alkmin se mostrou preocupado. O ressentimento do general não poderia ter por base motivos concretos, pois, ao fazer o seu discurso, embora contestasse com veemência os termos da entrevista, sempre se referira a ele com o maior respeito e acatamento. Concluiu então que estava a braços com uma nova intriga e que seria da maior importância desfazê-la imediatamente. Em face das circunstâncias, Vitorino Correia e Gaioso Almendra prontificaram-se a arranjar um encontro com o ministro da Guerra.

A entrevista foi realizada no gabinete do ministro, no Palácio da Guerra. O general se mostrava ressentido e foi penoso o início da conversa. Lott alegava que Alkmin havia sido rude em seu discurso, lançando mão de expressões pouco respeitadas, e esse contestava as alegações, esclarecendo que, ao falar na Câmara, de fato, fora severo, mas nada dissera que o atingisse pessoalmente. Após algumas queixas de parte a parte, Alkmin perguntou ao general se havia lido o texto oficial do discurso ou os resumos

publicados pelos jornais. Lott afirmou que tomara conhecimento daqueles fatos através do noticiário da imprensa.

Essa afirmativa esclarecia tudo. Os jornais, de fato, haviam deturpado muitas passagens da sua oração, torcendo-as de acordo com suas respectivas tendências políticas. Muitas inverdades haviam sido assim divulgadas e os empreiteiros de inimizades tinham-se aproveitado delas para envenenar o espírito do general. Alkmin prometeu, então, enviar-lhe o *Diário do Congresso*, no qual sairia publicado o texto verdadeiro da oração, e manifestou a esperança de que, depois de lê-lo, o mal-entendido ficasse desfeito. A explicação deu resultado. O general Lott logo desanuviou a face e, dali em diante, mostrou-se afável e comunicativo.

Em seguida, a conversa girou em torno da *cédula oficial* e o general, impressionado com a opinião do Superior Tribunal Eleitoral, divulgada pela imprensa, de que a *cédula* comum não asseguraria a legitimidade do pleito, declarou, peremptoriamente: “Sou a favor da *cédula oficial*, pois com a *cédula* comum nada será possível. Não chegaremos às eleições e, se chegarmos, não haverá posse.”

Disse a frase com a maior ênfase, mas em seguida, refletindo sobre a gravidade do que havia afirmado, ressaltou que não se tratava de uma opinião pessoal, mas que aquele era o ponto de vista das classes armadas. Os militares não se conformavam em ver empossado um governo que o Superior Tribunal Eleitoral poderia julgar ilegítimo. Alkmin tentou explicar as razões por que o PSD vinha resistindo à adoção da *cédula*, mas o general se conservou intransigente. Reafirmou que, apesar da proximidade das eleições, uma solução deveria ser achada. Despediram-se os três e se encaminharam para o elevador, sendo acompanhados pelo ministro da Guerra. No trajeto, o general Lott, segurando Alkmin pelo braço e detendo-o, de forma a poder falar-lhe, sem ser ouvido pelos outros, confidenciou: “Sugiro que o senhor estude uma fórmula que seja aceita pela Justiça Eleitoral. Os militares, de fato, são contrários ao sistema antigo de votação, mas se a nova fórmula for aceita pelo Superior Tribunal nenhuma objeção terei a opor.”

Alkmin encontrou-se no saguão com seus amigos, que já haviam tomado o elevador, e ali mesmo trocaram impressões sobre a entrevista, inclusive sobre a recomendação feita pelo general, em caráter confidencial. A

conclusão a que chegaram era de que ele deveria se entender, antes de tudo, com o ministro Edgar Costa, presidente do Superior Tribunal Eleitoral. O encontro foi arranjado por intermédio de um filho do ministro, que era oficial da Aeronáutica e que Alkmin havia conhecido na Casa Militar do presidente Getúlio Vargas.

Durante a entrevista, que se realizou no dia seguinte, Alkmin expôs a situação, com a maior franqueza. À tarde daquele mesmo dia, retornou à presença do ministro Edgar Costa, em companhia dos deputados Martins Rodrigues e Ulisses Guimarães. A palestra foi longa e todos os aspectos do problema sofreram ampla análise. A cédula oficial, segundo o projeto que estava sendo discutido na Comissão de Justiça, revela, de fato, certas peculiaridades que não poderíamos aceitar. Em primeiro lugar, sua confecção passaria a ser atribuição do governo, o qual, uma vez concluída a impressão, a entregaria à Justiça Eleitoral, que faria a distribuição aos juizes eleitorais em todo o país. Existiam outros inconvenientes, mas estes poderiam ser contornados. No que dizia respeito à confecção e à distribuição, porém, tínhamos que ser intransigentes. E isto por um motivo muito simples: o governo Café Filho não merecia a menor confiança. Era faccioso, provavelmente golpista. Nessas condições, seria capaz de tudo para assegurar a vitória para a UDN. A própria cédula oficial não passava de uma manobra de última hora, orientada para o mesmo objetivo. Se fosse aprovada segundo os termos do projeto que estava na Comissão de Justiça, seria melhor desistir desde logo de concorrer às eleições, pois os resultados da votação poderiam ser antecipados. O faccionismo teria início na confecção. Se fosse do interesse do governo adiar o pleito, a Imprensa Nacional receberia ordens para não concluir em tempo a encomenda. Se, entretanto, o governo estivesse disposto a realizar as eleições na data marcada, o Departamento de Correios e Telégrafos teria instruções para remeter as cédulas apenas para os estados onde sabidamente os udenistas dispunham de grande eleitorado. Minas, por exemplo, que, segundo todas as previsões, votaria em massa no meu nome, poderia ser boicotada, fazendo-se uma remessa rarefeita, apenas para coonestar o esbulho. Depois o governo se eximiria da culpa, alegando a tradicional ineficiência daquele departamento.

O ministro Edgar Costa ficou profundamente impressionado com o último argumento e julgou que, ao se tentar combater a fraude

por uma reforma eleitoral, seria possível que se estivesse promovendo uma fraude maior, atribuindo ao governo a responsabilidade pela distribuição das cédulas em todo o território nacional. Concluindo, o ministro disse que ia estudar o assunto e que o PSD, por sua vez, procurasse fazer o mesmo, a fim de que, daquela troca de sugestões, pudesse sair um tipo de cédula que assegurasse a legitimidade do pleito e, ao mesmo tempo, fosse aceita pela UDN e tivesse o beneplácito das Forças Armadas. Deixando a residência do ministro Edgar Costa, os deputados Alkmin, Martins Rodrigues e Ulisses Guimarães acertaram uma reunião, que seria realizada, à noite, no Hotel Califórnia, onde o líder do PSD estava hospedado.

Enquanto isso, o deputado Afonso Arinos, devidamente credenciado pela bancada da UDN, procurara Alkmin com a sugestão de que os dois grandes partidos entabulassem negociações, tendo em vista um entendimento sobre a *cédula oficial*. Dissera que se tratava de um assunto da maior gravidade e que desejava saber com quem deveria tratar, pois visivelmente a situação política cada dia mais se deteriorava. Alkmin telefonou a Amaral Peixoto, presidente do PSD, e este, manifestando justificada reação em se encontrar com Afonso Arinos – dada a atuação do deputado udenista por ocasião da tragédia de agosto de 1954 –, delegou-lhe poderes para que representasse o partido nas conversações. Alkmin comunicou o fato a Afonso Arinos e ficou combinado que o encontro teria lugar, naquela mesma noite, na residência deste último, ou seja, na Rua D. Mariana, em Botafogo.

Afonso Arinos estava apreensivo e declarou a Alkmin que receava que algum acontecimento grave estivesse por ocorrer, pois o brigadeiro Eduardo Gomes havia viajado para o Norte e, quando se despedira dele, no aeroporto, achara-o profundamente preocupado. O motivo daquele encontro, explicou o deputado udenista, constituía uma tentativa de se encontrar uma solução para o problema da *cédula oficial*, já que o assunto, ultrapassando a área parlamentar, tinha-se transformado num caso político nacional. A discussão do problema cingiu-se a ideias gerais, durante esse primeiro encontro. Afonso Arinos, porém, sugeriu que as conversações prosseguissem e duas outras entrevistas foram realizadas – uma ainda na casa do deputado udenista e outra na residência do deputado Hugo Napoleão –, findas as quais Alkmin, conhecendo o pensamento da

liderança udenista e temendo que o desenvolvimento dos acontecimentos políticos desaguasse num desfecho extralegal, já que a própria UDN não sabia bem o que se estava preparando no país, decidiu elaborar um projeto que atendesse algumas das reivindicações apresentadas por Afonso Arinos, mas assegurasse ao PSD a tranquilidade de concorrer ao pleito sem o receio de qualquer outra surpresa desagradável por parte do governo.

Entretanto, enquanto Alkmin discutia com Afonso Arinos, simultaneamente se processavam os entendimentos com o ministro Edgar Costa. Ouvindo os adversários, de um lado, e trocando ideias com o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, do outro, ele acabara por se achar perfeitamente informado sobre o perigoso terreno em que, dali em diante, iria caminhar. Reuniu, pois, alguns deputados pessedistas para a tarefa de tentar condensar, num só texto de lei, as principais reivindicações dos partidos em luta. O grupo, formado para levar a efeito essa empreitada, foi integrado pelos deputados Martins Rodrigues, Ulisses Guimarães, Filadelfo Garcia e Oliveira Brito. Até essa altura, o deputado Renato Archer era quem vinha coordenando as conversações, ouvindo isoladamente os juristas do Congresso. Depois da formação do grupo, ele se juntou aos demais e o trabalho passou a ser executado com maior eficiência e em perfeita harmonia.

As discussões giravam exclusivamente em torno da *cédula oficial*. O que havia sido acordado era que o PSD não aceitaria a colocação invariável dos nomes na cédula; a confecção da mesma pelo governo, mas pelos partidos, segundo o modelo aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral; e que fosse facultado, aos partidos e aos candidatos, enviar diretamente as cédulas aos juízes eleitorais, em cada zona.

Assentes esses pontos, Alkmin avistou-se outra vez com o deputado Afonso Arinos e este, após tomar conhecimento das reivindicações do PSD, pediu licença para discuti-las com seus companheiros de partido. Enquanto a UDN estudava a proposta pessedista, Alkmin reuniu em seu apartamento, no Hotel Califórnia, os deputados Martins Rodrigues, Ulisses Guimarães, Filadelfo Garcia, Oliveira Brito e, a essa altura, com a colaboração do petebista Nelson Omegna e após prolongados debates, chegaram a um acordo. Um rascunho foi elaborado, então, incorporando as principais reivindicações do PSD – como, por exemplo, variação na co-

locação dos nomes e confecção e remessa das cédulas aos juízes eleitorais pelos partidos ou pelos próprios candidatos –, e este foi levado ao ministro Edgar Costa, que prometeu estudar o esboço e, posteriormente, dar sua opinião. À noite, Alkmin se encontrava na residência do deputado Ulisses Guimarães quando soube que o ministro desejava saber que nome deveria ter a cédula, já que, de acordo com o rascunho, a designação de *oficial* havia sido eliminada.

Alkmin sugeriu o nome de *cédula única* – única para todos, pois tanto os partidos como os candidatos e até mesmo a Justiça Eleitoral poderiam imprimi-la e distribuí-la –, o que foi aceito. No dia seguinte, Alkmin foi ao Superior Tribunal Eleitoral e entregou ao ministro um novo esboço, já com o nome de *cédula única*, e esse, tomando por base o esquema pessedista, elaborou o projeto definitivo. Edgar Costa sugeriu, na ocasião, que os representantes dos partidos em divergência comparecessem juntos ao Superior Tribunal Eleitoral, a fim de que o assunto fosse discutido coletivamente e, conseqüentemente, pudesse ser resolvido.

Entretanto, a atitude de Afonso Arinos desde algum tempo vinha sendo observada pelos udenistas com indisfarçável desconfiança. Julgavam muitos deles que Alkmin, com sua comprovada habilidade política, acabaria por fazer prevalecer, na elaboração do projeto de reforma eleitoral, os pontos de vista do PSD. A fim de se defender, Afonso Arinos, no mesmo dia em que seria realizada a conferência com o ministro Edgar Costa, pronunciou um longo discurso na Câmara, historiando toda a sua atuação nos entendimentos – discurso que Alkmin ouviu e apoiou, pois era um relato absolutamente fiel do que haviam conversado. Em seguida, ambos se dirigiram ao Tribunal Eleitoral, atendendo a convocação do ministro Edgar Costa.

O projeto apresentado pelo ministro havia sido calcado no esboço apresentado pelos deputados pessedistas. Afonso Arinos logo o aceitou, fazendo pequenas objeções quanto à redação. Alkmin, embora já conhecesse de sobra o projeto, simulou que tomava conhecimento dele naquele instante e, igualmente, o aprovou. A Comissão de Justiça iria discutir, naquela noite, o projeto da *cédula oficial*, sugerida pela UDN, e o ministro, informado a respeito, autorizou Alkmin a levar a fórmula, então aprovada, àquele órgão, como emenda substitutiva, apresentada pelo Tribunal Eleitoral.

Enquanto Alkmin corria para a Câmara, Afonso Arinos seguia para o gabinete de Prado Kelly, udenista e ministro da Justiça, a fim de dar conta do resultado dos entendimentos. Na Comissão de Justiça, houve reação dos elementos da UDN que não estavam de acordo com a fórmula da *cédula única*. Essa atitude, segundo se propalou na ocasião, fora determinada por um telefonema de Prado Kelly a um dos seus correligionários naquela comissão, exigindo que o projeto da Justiça Eleitoral fosse rejeitado.

A reação tardia dos udenistas, entretanto, não surtiu efeito. A *cédula única* foi aprovada e, com essa decisão da Comissão de Justiça, ficara desfeita mais uma perigosa manobra dos meus adversários, manobra esta cujo único e dissimulado objetivo havia sido tumultuar e, se possível – levando-se em conta os pronunciamentos militares –, obter um adiamento das eleições, marcadas para outubro.

.....

As eleições

CONFORME TINHA SIDO COMBINADO, eu prosseguia em campanha eleitoral pelo interior do país. A solução dos problemas parlamentares, criados pela UDN, ficara a cargo de Amaral Peixoto, como presidente do PSD, e de José Maria Alkmin, como líder do partido na Câmara, mas sempre atuando como líder da maioria.

A mudança do mecanismo eleitoral vinte dias antes do pleito prejudicaria enormemente o PSD, cujo eleitorado tinha suas bases no interior e só sabia votar guiado pelos cabos eleitorais. Além do mais, o partido dispunha de cerca de 4.000 diretórios, os quais, aliados aos 3.000 do PTB, constituíam uma rede de aproximadamente 7.000 diretórios espalhada por todo o território nacional.

Todos esses diretórios já haviam recebido suas cédulas e se achavam aptos para mobilizar seus comandados para um comparecimento maciço às urnas. A mudança do sistema de votação, porém, ocasionou tumulto e incompreensões. Tivemos que enviar emissários para todos os estados, a fim de que os diretórios centrais fossem instruídos sobre a utilização da *cédula única*, com a recomendação de que esses, uma vez suficientemente esclarecidos, fizessem o mesmo em relação aos diretórios municipais. Simultaneamente, tivemos que providenciar a impressão das cédulas

e fretar aviões para que a remessa pudesse ser levada a efeito com certa antecedência, de forma a permitir que os chefes dos estados, ao recebê-las, dispusessem ainda de tempo para instruir seus respectivos liderados. Havia a considerar, além do mais, os milhões de cédulas que já haviam sido confeccionadas, de acordo com o sistema antigo, e que não poderiam ser aproveitadas.

Assim, embora houvéssemos obtido uma vitória sobre os ude-nistas na batalha parlamentar, sofremos, mais do que a UDN, o impacto da mudança do sistema. Acredito que os transtornos, ocasionados por essa reforma decretada vinte dias antes do pleito, tirou-me mais de 1 milhão de votos nas eleições.

Nos estados minha posição era boa; e, em Minas, revelava-se excelente. No entanto, a maioria do eleitorado do país se concentrava em São Paulo, e para ali voltei minhas vistas antes de encerrar a campanha. Programei um largo itinerário de visitas, incluindo tanto os grandes centros urbanos como as pequenas cidades do interior, mas a situação política do estado era visivelmente desfavorável à minha candidatura. Ali, teria que defrontar com dois obstáculos, que pareciam intransponíveis. De um lado, estava Jânio Quadros, governador, que se colocara com armas e bagagem ao lado do general Juarez Távora; e, do outro lado, encontrava-se Ademar de Barros, ex-governador, proprietário de um partido político, e que dispunha de um enorme eleitorado, insensível a qualquer pregação que não fosse de sentido ademarista.

Enquanto os líderes do PSD, preocupados com a necessidade de que eu conquistasse aquele difícil eleitorado, insistiam em que permanecesse mais tempo em São Paulo, eu julgava, no íntimo, que aproveitaria melhor o meu tempo explorando a área do meu mais forte concorrente – o Nordeste. Minhas antenas, de fato, funcionavam bem.

Aliás, o estilo de campanha que realizei no Nordeste era de natureza a motivar o eleitorado: falava sobre os problemas locais – a seca, os açudes que iria construir, a miséria, as doenças, enfim, sobre todas as chagas características das zonas subdesenvolvidas. E a filosofia que pregava era de entusiasmo e esperança. Anunciava a industrialização do Nordeste. Prometia rodovias que dariam escoamento à produção que apodrecia nos paioís. Citava os cavalos-força com que iria dotar a região, através de um

largo programa de eletrificação. E, sob o *slogan* de *50 anos em 5*, acenava aos nordestinos com uma profunda alteração da paisagem social do Polígono das Secas. Essa linha de doutrinação política teve resultados espetaculares que se iriam evidenciar, de maneira decisiva, por ocasião da votação no dia 3 de outubro.

Outra área à qual dediquei a maior atenção foi a do antigo Distrito Federal, mais tarde o Estado da Guanabara. O lançamento da candidatura de Juarez Távora havia sido feito através de um programa de televisão no Rio, com irradiação em cadeia para todo o Brasil. O pronunciamento do ilustre militar havia causado muito boa impressão. Sarah telefonou-me para o Recife, onde então me encontrava, dando-me conhecimento do fato e sugerindo-me que retornasse imediatamente, não só para responder a alguns pontos de sua entrevista, mas, igualmente, para fazer uma apresentação ao eleitorado do Rio que atraísse a atenção dos cariocas para a minha candidatura.

Em face da campanha de que vinha sendo alvo, meu empenho não era derrotar Ademar de Barros, mas suplantar o candidato da UDN na capital da República. O eleitorado carioca, totalizando cerca de 1 milhão de votos, era de fato difícil de ser conquistado. Unimo-nos, pois, numa *blitz* de conquista da opinião pública carioca, através de caravanas que percorriam todos os recantos do Rio e seus subúrbios, realizando comícios improvisados onde percebêssemos qualquer concentração popular. Aos domingos, saíamos às 7 horas da manhã e só à meia-noite retornávamos a casa. Desde o início, senti que minha campanha vinha obtendo receptividade. Contribuíram para esse êxito o PTB e os denominados *Comitês Femininos*. Era intenso o trabalho realizado pelos meus aliados petebistas junto ao operariado. E os *Comitês Femininos*, liderados por Sarah, atuavam em outra faixa, mobilizando e aliciando as donas de casa.

Estávamos na reta final. O Brasil inteiro havia sido percorrido, de cidade em cidade e quase de vila em vila. Já ninguém tinha dúvidas sobre o que executaria no governo, se obtivesse a preferência do eleitorado. As metas haviam sido profusamente divulgadas e os eleitores de cada região sabiam as providências administrativas com que seriam beneficiados. Como o interior já havia sido suficientemente doutrinado, julguei que naquelas poucas semanas que antecediam o pleito deveria me concentrar em

falar ao povo das capitais. Minha campanha orientou-se, pois, num sentido inverso à marcha dos desbravadores: avançou do interior para o litoral.

Recolhi daquelas excursões pelo interior uma impressão cruel, mas realista, das necessidades do Brasil. E tive a satisfação de verificar que todos aqueles problemas – uns, de sentido nacional; outros, de caráter regional; e muitos tipicamente municipais – já estavam com suas soluções previstas nas minhas metas. Se fosse eleito, teria apenas que me forrar de extraordinária coragem para dar início ao processo de transmutação da paisagem social.

Ao longo do litoral, porém, abria-se a constelação das capitais, dos grandes centros urbanos, dos núcleos da nascente industrialização. Suas populações, embora já num estágio superior de progresso, exigiam cada vez mais os benefícios da civilização. Tratava-se da faixa mais esclarecida e politizada do povo brasileiro. Daí a razão por que deixei para a arrancada final a pregação democrática nessa área.

Os comícios que realizei nas capitais excederam as mais otimistas expectativas. Embora São Paulo não fosse considerada uma área favorável, obtive ali verdadeira consagração popular. No Rio, repetiu-se o êxito da capital bandeirante. E, por fim, em Porto Alegre tive a oportunidade de falar a mais de 100 mil pessoas que se acotovelavam diante do palanque. Escolhi Belo Horizonte como local de encerramento da campanha. Dali havia partido, em busca do apoio do eleitorado brasileiro, e, depois de percorrer todo o território nacional, seria justo que retornasse à capital do meu estado, para a palavra final.

Vivi, nesse dia, uma das grandes emoções da minha vida. No dia 28 de setembro, havia tido lugar o grandioso comício de São Paulo. No dia 29, realizou-se a enorme concentração popular na vasta praça do Congresso Eucarístico, no Rio, cujas proporções assustadoras poderiam abrigar qualquer massa humana. Apesar disso, a enorme esplanada havia ficado repleta com a maior multidão que o Rio já vira. Já na manhã de 30, rumei para Belo Horizonte, onde o PP-ANY aterrissou às 11 horas da manhã. O Aeroporto da Pampulha estava tomado por enorme multidão, mas apesar disso, quando os motores pararam, e embora a massa humana avançasse para o avião, não deixei que abrissem a porta. Aquele era o meu último voo como candidato, e a viagem havia sido feita para Belo Horizonte – justa-

mente o ponto inicial da campanha. Reuni, pois, em torno de mim, os dedicados companheiros que me haviam acompanhado durante toda aquela árdua cruzada, e prestamos uma homenagem ao heroico PP-ANY. Foi uma cerimônia simples, mas tocante, tendo por alvo o avião que nem uma só vez falhara, levando o candidato a todos os quadrantes do Brasil, de dia e à noite, sob qualquer tempo. Bebemos uma taça de champanha, eu dei um *viva* ao PP-ANY e o acento emocional com que minha homenagem foi respondida refletiu o sentimento de pesar com que todos se despediam do valente avião – nosso lar durante tantos meses.

À noite, realizou-se o grandioso comício, em frente à Feira de Amostras. Mais de 100 mil pessoas – multidão nunca vista em Belo Horizonte – aclamavam o meu nome. Discursaram, durante a concentração, Ivete Vargas, Guilhermino de Oliveira, Bias Fortes, Bernardes Filho, José Raimundo, Martins e Silva e Jurandir Pires Ferreira. Agradecendo a apoteótica manifestação, mal consegui falar. Olhava em torno, e tudo me era familiar – as casas, as árvores, cheiro da terra, as próprias estrelas que cintilavam no céu. Tinha o coração coberto de cicatrizes das muitas injustiças de que havia sido vítima durante o tempo em que vivera ausente. Eu me defrontara de muito perto com o ódio, que espuma; a infâmia, que repugna; a inveja, que arma a mão assassina; a ambição, que transtorna as mentes; e, sobretudo, entrara em intimidade com a crueldade – esta, pior do que as anteriores qualidades negativas – por nutrir-se a um só tempo do ódio, da inveja e da ambição.

No entanto, durante a jornada só havia pregado a concórdia, a preservação da legalidade, o respeito à Constituição. Naquele momento, diante do carinho dos meus coestaduanos, o sentimento que me avassalava era de humildade. Sentia-me como o filho que, cansado da longa caminhada, preparava-se para reocupar o lugar que havia ficado vazio à mesa da família. Nessas condições, o que me competia fazer era sacudir a poeira das sandálias e deixar-me levar pelos que, com tanta efusão, festejavam o meu regresso.

Belo Horizonte ali estava no que possuía de mais representativo, para me homenagear. A multidão, integrada por operários, servidores públicos, comerciantes, estudantes e políticos, avançava e refluía como um mar humano em torno do palanque. Era o povo, não da cidade que fora

meu berço, mas da capital que, desde a primeira hora, me acolhera como filho adotivo.

Inúmeros foram os degraus galgados, sempre com a solidariedade daquele povo, até que atingisse a altura em que, naquele momento, me encontrava – de estudante pobre a médico; de médico a deputado; de deputado a prefeito da capital; e de prefeito a governador do estado. Ali me apresentava, então, como candidato das mais expressivas forças políticas do país à Presidência da República.

Assim, meu discurso foi simples e tocante. Apenas procurei dar conta do que me havia ocorrido em minha cruzada pelo país. “Compareço diante de vós, nestas horas finais de candidato”, proclamei, com ênfase, “com a consciência tranquila de haver cumprido o meu dever.” “Missão cumprida!”, eis a súplica do meu discurso de agradecimento. Naquele momento, devolvia a Minas a bandeira da Legalidade que eu havia desfraldado em Belo Horizonte e carregara, sob aplausos, pelo Brasil inteiro.

Entretanto, apesar da proximidade das eleições, os adversários não descansavam. Sentindo que a penetração do meu nome era cada vez maior no seio do eleitorado, redobraram seus esforços para forçar uma solução extralegal para o problema sucessório, tendo em vista um assalto ao poder. Todos os recursos já haviam sido usados – tanto na área parlamentar como na política – e nem um só deles obtivera êxito. Ao contrário, o que se verificava era o fortalecimento, no seio das Forças Armadas, do MMC – Movimento Militar Constitucionalista –, que era pela preservação da ordem e pelo respeito à Constituição. Além do mais, o general Teixeira Lott, como titular da pasta da Guerra, passara a impor a maior disciplina ao Exército, desencorajando com isso as pretensões golpistas da minoria de inconformados.

Como me encontrava sempre no interior, no prosseguimento da campanha eleitoral, Alkmin, como líder do PSD e exercendo as funções de meu delegado pessoal no Rio, conservava-se vigilante, observando a evolução dos acontecimentos. Desde que estivera com o general Lott pela primeira vez, havia passado a frequentar o gabinete do ministro da Guerra. Conversavam sobre assuntos gerais, mas nunca perdia a oportunidade de transmitir ao chefe do Exército as informações colhidas nos círculos políticos. E estas eram sempre no sentido de que um *golpe* estava sendo tramado

e que o Catete não era estranho à manobra. O general Lott ouvia tudo em silêncio, mas naturalmente ia formando seu próprio juízo sobre o tipo de governo a que vinha servindo.

Derrotados na questão da *cédula oficial*, os udenistas compreenderam que quase nada lhes restava fazer, para ainda tentar tumultuar o pleito. Entretanto, eles se mostravam incansáveis na maquinação de novas manobras perturbadoras. Assim é que, poucos dias antes das eleições, o ministro da Justiça, Prado Kelly, entrou na liça, sugerindo ao Tribunal Eleitoral o emprego maciço de tropas federais para a garantia da lisura do pleito.

Alkmin denunciou o fato à nação, da tribuna da Câmara. “Basta considerar o seguinte: depois de todas as dificuldades apresentadas, tudo removido, todos os obstáculos transpostos, quando supúnhamos que agora, às vésperas do pleito, a nação poderia ir tranquila para as urnas, surge o honrado ministro da Justiça sugerindo ao egrégio Tribunal Eleitoral uma providência que nunca poderia ter origem no Ministério político, por isso que nem deveria transitar por aquela pasta qualquer medida atinente ao pedido de providências que a Justiça Eleitoral deve fazer para resguardo das garantias no dia 3 de outubro.” E prosseguindo em sua acusação Alkmin aludiu à “interpretação forçada e errônea que o ministro da Justiça pretendia dar ao art. 66 da Lei nº 2.550, com o fim exclusivo de inquietar o eleitorado e desvirtuar o seu *verdictum*.”

A manobra de Prado Kelly, como seria de esperar, foi logo secundada pelos representantes udenistas nos estados. Mal o ofício do ministro da Justiça havia chegado ao Tribunal Eleitoral, já a UDN – seção de Minas Gerais – solicitava o envio de tropas federais para 133 municípios dos 486 em que se dividia o estado. Essas tropas ficariam à disposição das suas chefias locais e, nessas condições, seriam manobradas de forma a afastar ou a coagir o eleitorado que não rezasse pelo seu catecismo.

Contrariada nessa última e igualmente vergonhosa pretensão, a UDN compreendeu, por fim, que já não lhe restava outra solução senão concorrer às eleições em igualdade de condições com os demais partidos. Seria o jogo em campo aberto, numa competição democrática, como devia acontecer em qualquer país civilizado. E isso era justamente o que ela mais temia.

As eleições, por fim, chegaram. Em massa, o eleitorado compareceu às urnas e não se verificou qualquer incidente em todo o território nacional. O povo votou consciente e disposto a pôr um termo àquele estado de coisas. A situação, contudo, ainda seria tolerável se o presidente Café Filho, compenetrando-se da transitoriedade de suas funções, se houvesse comportado como um verdadeiro estadista. O que se verificou, no entanto, foi justamente o contrário.

Desde que se instalara no Catete, a preocupação do novo presidente era intranquilizar a nação através de discursos e declarações de caráter sedicioso. O povo, com seu natural instinto divinatório, logo compreendeu o que se dissimulava sob as frequentes e ameaçadoras falas presidenciais. E a atmosfera de apreensão, que se seguiu ao suicídio de Vargas, foi substituída por uma generalizada crença de que o melhor para o país, naquele momento, seria a realização rápida das eleições. Com a existência de um presidente já eleito, o governo em exercício – segundo se acreditava –, talvez se acomodasse e o povo poderia retornar, com rapidez, às suas atividades normais.

No dia da eleição, às 6 horas da manhã, fui à missa. Preferi àquela hora matinal porque não conseguia aparecer sem que fosse cercado de populares que desejavam me cumprimentar e abraçar. Estava hospedado na casa do meu cunhado Júlio Soares, no bairro da Pampulha. No dia 3 de outubro, compareci à minha seção eleitoral e cumpri, como todos os cidadãos, o dever cívico de colocar o meu voto na urna. Deixei em seguida o local e me recolhi a casa, onde numerosos amigos me aguardavam.

No dia seguinte, a imprensa deu notícia de que o pleito, em todos os estados, ao contrário do que haviam vaticinado as cassandras udenistas, transcorreria em perfeita ordem. À tarde daquela segunda-feira, 4 de outubro, surgiram os boletins iniciais das apurações, que eram afixados, em grandes cartazes, à porta das redações. Lembro-me de que a primeira apuração concluída fora a de Americana, cidade paulista, onde Ademar de Barros obtivera uma vitória esmagadora, o general Távora conseguira uma votação razoável e eu fora contemplado apenas com dois votos.

Sucediam-se, porém, os boletins das apurações. Já alguns milhares de votos haviam sido contados, e eu permanecia no terceiro lugar, só acima de Plínio Salgado. Meus amigos começaram a se inquietar. Em Belo

Horizonte, cujo eleitorado era essencialmente juscelinista, estabeleceu-se um ambiente de pânico. Grandes multidões se concentravam à porta das redações, em atitude abúlica, sem saber o que dizer. Respirava-se, por toda a capital, um verdadeiro clima de velório.

No dia 5 de outubro, aniversário de Sarah, as senhoras de Belo Horizonte lhe ofereceram um almoço, que teve lugar no Minas Tênis Clube. Muito antes da hora, os salões já estavam repletos e numerosos populares se aglomeravam em frente ao clube, a fim de me saudar, já que fora noticiado que estaria presente. As eleições tinham sido realizadas havia dois dias e sabia que, ao chegar, seria bombardeado com perguntas sobre os resultados do pleito. No dia anterior, realizara uma análise do quadro eleitoral brasileiro e chegara à conclusão de que, no período de 24 ou, no máximo, de 48 horas, minha votação começaria a aparecer. Entretanto, guardei, em segredo, esse prognóstico. Os números, melhor do que deduções políticas, dariam conforto aos meus amigos.

Cheguei ao Tênis Clube às 13 horas e, ao contemplar os manifestantes, logo surpreendi uma sombra de inquietação e de angústia em todas as fisionomias. Ninguém comentava a marcha das apurações, mas o assunto pesava no ambiente, empanando o brilho da festa e dificultando as conversações. Mantive-me, contudo, absolutamente sereno. Pouco depois das 14 horas, um ruído surdo, que se foi fazendo cada vez mais forte até se mostrar inquietador, chegou aos salões do Tênis Clube. Acontecera, afinal, o que havia previsto. A multidão, postada em frente às redações, recebera o primeiro impacto da minha vitória. De acordo com os últimos resultados, eu havia ultrapassado os dois candidatos mais votados e já encabeçava, com uma diferença de algumas centenas de votos, a lista das apurações. Em face daqueles números, o povo explodiu em manifestações de entusiasmo. Dançou-se e cantou-se nas ruas. À noite, Juraci e Joubert Guerra nos ofereceram uma recepção, em sua casa da Rua Curitiba. Quando me recolhia ao leito, alta madrugada – exausto, massacrado, mas feliz –, estava certo de que era o presidente eleito do Brasil.

.....

O Catete articula o “golpe”

A PARTIR DO DIA 5 DE OUTUBRO – aniversário de Sarah – a contagem de votos a meu favor desenvolveu-se numa progressão crescente. Conforme havia previsto, minhas áreas de melhor sustentação política haviam sido Minas e o Nordeste. São Paulo, dispondo de um candidato paulista e tendo no governo Jânio Quadros, que desenvolvera intensíssimo trabalho em favor de Juarez Távora, quase ignorava minha candidatura. A votação que obtive nesse grande estado não foi além de 200 mil votos. Ao lado disso, Juarez Távora e Ademar de Barros receberam mais de 1 milhão de votos cada um, e Plínio Salgado foi sufragado por um bom contingente eleitoral. Já no Nordeste, Juarez Távora, que esperava obter uma maioria de mais de 100 mil votos, só em Pernambuco e no Ceará, conseguiu, de fato, pouco mais de 20 mil. Minha propaganda naquela região penetrara fundo no coração do povo e, como consequência da receptividade que minhas metas ali haviam obtido, derrotei Juarez Távora em Fortaleza e, mais do que isso, ganhei as eleições na própria cidade natal do ilustre militar. Minas, como esperava, comparecera em massa às urnas e sufragara o meu nome. A previsão, feita em face dos primeiros resultados, tinha sido plenamente confirmada. Assim, antes do fim de outubro, já estava eleito pela vontade soberana do povo e por uma vantagem de quase 500 mil votos sobre o segundo colocado.

O ambiente político, em face das apurações, tinha serenado um pouco, já que a UDN, ainda alimentando vagas esperanças de vitória, havia decidido aguardar os resultados do pleito, a fim de decidir sobre o seu comportamento futuro. Entretanto, esse propósito só em parte foi levado em conta. À medida que aumentava a minha votação e que se tornava cada vez mais nítido o meu triunfo eleitoral, os velhos ressentimentos foram ressurgindo e, pouco depois, já estavam de novo em ebulição. Os adversários, como era de se prever, decidiram não reconhecer a derrota e, quase imediatamente, foi retomada a conspiração palaciana para contestar o resultado das eleições.

A área do Congresso logo se transformou numa arena de disputas políticas. O deputado Carlos Lacerda, que tivera um papel de maior destaque no desencadeamento da campanha contra a minha candidatura, pediu da tribuna da Câmara que a Constituição fosse suspensa, com a supressão de todos os direitos individuais, até que o país voltasse à normalidade. Ora, o clima de anormalidade que se alegava só existia na imaginação dos udenistas. A nação saíra de um pleito renhido, sem que a ordem houvesse sido perturbada. A única *anormalidade*, realmente chocante, havia sido a minha vitória eleitoral, que o governo federal e a UDN não se mostravam dispostos a aceitar.

Como a sugestão de Lacerda não fora levada a sério, os udenistas anunciaram que iriam dar início a uma *batalha judiciária*, tendo por objetivo contestar a minha eleição. Nesse sentido, todos os juristas da UDN foram mobilizados e a imprensa simpática a Juarez Távora, que era constituída dos maiores jornais do Rio, deu integral cobertura à iniciativa. Qualquer alegação servia para fundamentar a propalada contestação judicial: o apoio dos comunistas, a *cédula única*, a fraude em numerosos municípios. Entretanto, as razões apresentadas desfaziam-se em face da mais perfunctória análise. Quanto ao apoio dos comunistas, o próprio general Juarez Távora havia anunciado, antes das eleições, que não o recusaria, “porque, por lei, todo eleitor é obrigado a votar” e não se poderia distinguir o voto de um comunista do de qualquer outro cidadão. No que dizia respeito à *cédula*, ela representara uma manifestação do espírito de conciliação do PSD, o qual, atendendo à sugestão do ministro da Guerra, colaborara com a Justiça Eleitoral para alterar o antigo sistema de votação, de forma a

evitar qualquer possibilidade de fraude. Se a *cédula oficial*, sugerida pela UDN, não havia sido aprovada, fora porque o próprio ministro Edgar Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, assim o julgara. Quanto às alegadas fraudes nos municípios, tratava-se de um recurso, inerente ao *jus sperniandi*, sempre invocado pelos que, sendo repelidos nas urnas, não se conformavam com a derrota. O próprio ministro da Guerra havia-se confessado satisfeito com a normalidade do pleito e, poucos dias antes das eleições, tinha declarado textualmente: “A cédula única desanuviou o ambiente nacional.”

Os udenistas, contudo, não aceitavam qualquer argumento. O que tinham em mente – já que todas as manobras estavam fadadas ao maior fracasso – era impedir a minha posse. Carlos Lacerda, pela *Tribuna da Imprensa*, numa polêmica, travada com Paulo Bittencourt, escreveu, com sua costumeira veemência: “Nós é que não temos por que aceder à provocação e nos desviarmos do nosso assunto. O nosso assunto é este: Kubitschek e Jango não podem tomar posse.” Não apenas Carlos Lacerda assim pensava. Esse ponto de vista era a linha política de toda a cúpula da UDN.

No dia 15 de outubro, já com minha vitória assegurada, lancei uma proclamação à nação. Nesse documento, não só revelei as diretrizes do meu futuro governo, mas prometi ao povo, igualmente, esquecer os agravos de que havia sido vítima. “O que afirmei ao país em momentos muito difíceis da campanha, quando era intenção manifesta de alguns dos meus adversários fazer-me perder a serenidade, o que afirmei e reafirmei muitas vezes, na hora em que importava acima de tudo a eficácia da luta” – declarei nessa proclamação –, “foi sempre um honesto e firme propósito de lutar pela pacificação e pelo conagraçamento de todos os brasileiros, a fim de vencermos juntos as divisões e os graves desentendimentos que perturbam e infelicitam nosso país.”

Essa disposição de esquecer, como presidente, os insultos feitos ao candidato não obteve, contudo, a menor receptividade no círculo dos meus adversários. Eles viviam do ódio e para o ódio e, em vez de aceitar a mão que lhes estendia, revidaram com nova campanha contra a minha eleição, através da tentativa de fazer prevalecer a esdrúxula tese da maioria absoluta – não prevista na Constituição e já repelida em 1950, por oca-

sião da eleição de Getúlio Vargas. Tratava-se de uma reivindicação absurda, apresentada depois de conhecidos os resultados do pleito e tendo por finalidade exclusiva tornar sem efeito esses mesmos resultados. No que diz respeito à defesa dessa tese, o que houve de mais grave, porém – já que se ela se circunscrevesse unicamente aos círculos udenistas ainda seria compreensível –, é que dois ministros militares do governo Café Filho, lançando mão do prestígio das Forças Armadas, tentaram pressionar a Justiça Eleitoral no sentido de esposá-la. Transcrevo, a propósito, trecho de uma entrevista, concedida pelo general Lott à revista *Manchete*, a qual, pela relevância das informações que contém, constitui um documento histórico dessa tumultuada fase da vida nacional. “Chega o general Lott, na sua narrativa, ao 3 de outubro”, divulgou a *Manchete*: “Diz que quando os resultados do pleito começaram a definir-se foi procurado pelo brigadeiro Eduardo Gomes e pelo almirante Amorim do Vale, os quais desejavam o seu apoio, como ministro da Guerra, para a reivindicação do critério da maioria absoluta à Justiça Eleitoral, com fundamento no artigo 1º da Constituição, que diz: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.”

O general Lott explicou, então, o que se passou nesse encontro. Em face do apelo dos seus colegas de Ministério, declarou que, embora partidário do critério, por julgá-lo inquestionável na apreciação de qualquer pleito, defendia, contudo, o ponto de vista de que os militares não deviam se imiscuir em tais assuntos. O brigadeiro Eduardo Gomes não concordou com a opinião do ministro da Guerra, mostrando-se insistente em que os três líderes das Forças Armadas fizessem valer o prestígio dos cargos que ocupavam, de forma que a alteração pudesse ainda ser aplicada ao pleito, realizado algumas semanas antes. O general Lott, diante da impertinência do brigadeiro, reagiu, afirmando claramente que não tomaria aquela atitude, pois que ela seria “considerada um desrespeito à independência da Justiça”.

O brigadeiro, segundo informou o general Lott, não gostou da resposta e o almirante Amorim do Vale, a partir daquele momento, passou a tratá-lo com a maior reserva possível. Como se vê, os ministros militares haviam-se reunido pela terceira vez e a finalidade desses encontros havia sido tão somente, e de novo, a discussão da possibilidade do meu afastamento da cena política.

Era visível que o povo já estava cansado de tanta agitação política e de tantos pronunciamentos militares. E o pior: as próprias Forças Armadas acabaram por perceber que o seu nome estava sendo usado indebitamente para fins políticos. Como reação a essa efervescência na cúpula, a maioria esmagadora dos militares passou a tomar posição, no sentido de evitar que a Constituição fosse golpeada. Deu-se, então, um fato com o qual os udenistas não contavam: reforçou-se o MMC – Movimento Militar Constitucionalista – com seus integrantes dispostos a não permitir que, em nome das Forças Armadas, ocorresse qualquer esbulho da vontade do eleitorado.

Entretanto, não foram apenas as Forças Armadas que se mostraram apreensivas com o rumo que tomavam os acontecimentos. Os próprios partidos políticos também se revelaram alarmados e lançaram um manifesto conjunto, repelindo a insinuação da UDN sobre a ilegitimidade do pleito. Esse documento era assinado pelos líderes das grandes agremiações partidárias, inclusive os que haviam sufragado, no pleito de 3 de outubro, os nomes dos meus adversários, Ademar de Barros e Plínio Salgado. Divulgado esse manifesto, o PR logo o apoiou, pronunciando-se a favor do objetivo de se “defender o império da lei e se sustentar a sobrevivência do regime”. Pouco depois, o próprio PDC, que inicialmente havia lançado a candidatura de Juarez Távora, tomou posição no debate, mostrando-se radicalmente contrário a qualquer solução extralegal para o problema político.

Durante esse período, eu me deixara ficar na fazenda de um amigo, descansando da campanha eleitoral. Não se tratava propriamente de repouso, pois tinha os dias tomados pelo estudo e debate das metas que iriam constituir o meu programa de governo. Através da colaboração eficiente de uma equipe de técnicos e de economistas, chefiada por Lucas Lopes, consegui dar os retoques finais a essa plataforma administrativa e, já em princípio de novembro, ela pôde ser divulgada, em sua forma definitiva, condensada em quatro grandes linhas de ação: Setor Energia; Setor Transportes e Comunicações; Setor Alimentício; e Setor Indústrias de Base.

Essas metas, quando concluídas, foram as seguintes:

Energia: Elevação da potência instalada de 3 milhões de quilowatts para 5 milhões de quilowatts até 1960 e ataque de obras que possibilitarão o aumento para 8 milhões de quilowatts em 1965; ins-

talação de uma central atômica pioneira de 10 mil kW e expansão da metalurgia dos minerais atômicos; aumento da produção anual de carvão de 2.000.000 em 1955 para 3.000.000 de toneladas em 1960, com ampliação da utilização *in loco* para fins termelétricos dos rejeitos e tipos inferiores; aumento da produção de petróleo de 6.800 barris em fins de 1955 para 100.000 barris de média de produção diária em fins de 1960; aumento da capacidade de refinação de 130.000 barris diários em 1955 para 330.000 barris diários em fins de 1960.

Transportes: Reaparelhamento das ferrovias, com aquisição de 11.000 vagões, 900 carros de passageiros, 420 locomotivas modernas e 850.000 toneladas de trilhos novos; construção de 2.100 km de novas ferrovias e 280 km de variantes, assim como alargamento de 320 km para bitola de 1,60 m; pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovia, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956; construção de 12.000 km de novas rodovias de primeira classe, aumentando para 22.000 km, em 1960, a rede federal, que era de 10.000 km em 1956; reaparelhamento e ampliação de portos e aquisição de uma frota de dragagem, com o investimento de 30.000.000 de dólares; ampliação da frota de cabotagem e longo curso, que era de 800.000 toneladas em 1956, para 1.100.000 toneladas, e aumento da frota de petroleiros, de 205.000 toneladas para 585.000 toneladas em 1960; renovação da frota aérea comercial com financiamento de 125.000.000 de dólares, dos quais 54.000.000 destinados a aparelhos comerciais a jato, e construção e reaparelhamento de aeroportos e estações de passageiros.

Alimentação: Aumento da produção de trigo de 600.000 para 1.200.000 toneladas; construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742.000 toneladas; construção e aparelhamento de armazéns frigoríficos novos para uma capacidade estática de 45.000 toneladas; construção de matadouros industriais com capacidade de abate diário de 3.550 bovinos e 1.300 suínos; aumento do número de tratores em uso na agricultura de 45.000 para 72.000 unidades; aumento da produção de adubos químicos de 18.000 toneladas para 300.000 toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico.

Indústria de Base: Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes de 1.000.000 para 2.000.000 de toneladas por ano em 1960,

e para 3.500.000 toneladas em 1965; aumento da capacidade de produção de alumínio de 2.600 para 18.800 toneladas em 1960 e 52.000 toneladas em 1962; aumento da produção de celulose de 90.000 para 260.000 toneladas, de papéis de imprensa de 40.000 para 130.000 toneladas e de outros papéis de 340.000 para 410.000 toneladas em 1966; aumento da produção de borracha de 23.000 para 50.000 toneladas, com o início da fabricação da borracha sintética; aumento da exportação de minério de ferro de 2.500.000 para 8.000.000 de toneladas e preparação para exportação de 20.000.000 de toneladas no próximo quinquênio; implantação da indústria automobilística para produzir 170.000 veículos nacionalizados em 1960; implantação da indústria de construção naval; implantação e expansão da indústria de material elétrico e de mecânica pesada; intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento, com a instalação de institutos de formação especializada.

Meta Síntese: Construção de Brasília. Esta meta só passou a figurar no programa depois do comício de Jataí, no dia 4 de abril de 1955. Sua sugestão partiu do próprio povo.

Enquanto me dedicava a esse trabalho, nunca deixei de estar perfeitamente informado sobre o que se passava no Rio. José Maria Alkmin conservava-se à escuta de todos os rumores subterrâneos. À sua invulgar acuidade política nada escapava. Sondava os círculos políticos, recolhendo frases, respostas impensadas e, mesmo, pilhérias feitas na Câmara, e desse acervo de informações desconexas sempre tirava suas conclusões. Desde algum tempo, já não tinha dúvida de que alguma coisa estava acontecendo, mas ignorava o que fosse. Entretanto, duas manifestações, externadas imprudentemente por adversários que estavam na crista dos acontecimentos, fizeram-no compreender, por fim, que deveria redobrar sua vigilância. Certa vez, em conversa com Carlos Lacerda, este lhe perguntara, pilheriando, que marca de cigarros norte-americanos deveria enviar-lhe, quando estivesse na prisão. Alkmin respondera, igualmente, no mesmo tom: “Sou nacionalista. Terei prazer em receber uns maços de Continental, que é a marca da minha preferência.” O diálogo, em tom de brincadeira, constituiu, porém, uma indicação, ou melhor, uma manifestação subconsciente bem expressiva. Dois ou três dias depois, ocorreu o segundo caso. O Congresso havia votado uma lei, de interesse do funcionalismo, e Café Filho a

vetara por motivo de ordem econômica. O veto deveria ser apreciado pela Câmara e ele passara a convocar os líderes de bancadas, a fim de lhes fazer um apelo no sentido de que sua decisão fosse mantida.

Como líder do PSD, Alkmin foi chamado ao palácio. Ele não conhecia Café Filho pessoalmente, e, talvez por isso, esse o acolheu com grande cordialidade. O presidente falou-lhe do veto e pediu-lhe que intercedesse junto à sua bancada em favor da sua aprovação. Ao concluir, depois de se referir ao ônus que a aprovação daquela lei acarretaria para o tesouro, Café Filho fez a seguinte ponderação: “Não seria justo lançar essa carga sobre os ombros de quem quer que seja o futuro presidente.”

A frase saíra involuntariamente, mas Alkmin não perdeu a oportunidade para um protesto respeitoso, mas firme. Manifestou sua estranheza em relação à expressão “quem quer que seja o futuro presidente”, que lhe parecia inteiramente descabida. O país acabava de sair das eleições, os resultados eleitorais tinham sido apurados e já havia, pois, um presidente eleito. Como o chefe do governo ainda poderia ter dúvida sobre quem seria o futuro presidente? Café Filho caiu em si, mostrou-se desconcertado e... mudou de assunto.

Ao deixar o palácio, Alkmin estava apreensivo. A pilhéria de Carlos Lacerda e a inadvertida frase de Café Filho constituíram expressões de um mesmo estado de espírito. Esses dois fatos ocorreram mais ou menos na última semana de outubro. Chegando ao hotel, Alkmin comunicou-se com o deputado Vitorino Correia, revelando-lhe suas apreensões. Ficara combinado entre os dois que dali em diante procurariam o general Lott com frequência, a fim de dar-lhe conhecimento do que ocorria ou era comentado nos círculos políticos. As manifestações de Lacerda e de Café Filho foram transmitidas ao ministro, que as julgou bem expressivas.

O ambiente político se tornava mais tenso, embora nenhum fato novo houvesse surgido para justificar a tensão. Se antes tudo havia sido feito para que eu não me candidatasse, já depois de eleito os esforços se conjugaram para evitar que a direção do país me fosse entregue. A solução, desfavorável para eles, do problema político em bases eleitorais levou os udenistas a procurar a saída de um golpe militar. Até há pouco tudo lhes parecia favorável. Havia derrubado Getúlio Vargas e o tinham levado ao suicídio, afastando assim o grande obstáculo que

durante tantos anos lhes barrara o acesso ao Catete. O governo instalado em sucessão ao de Vargas era essencialmente udenista. A solução, porém, não lhes agradara, por se tratar de uma situação provisória. O governo Café Filho não passava de um interregno na continuidade administrativa do país, ligando dois quinquênios. O que eles desejavam era a posse definitiva do governo, para a instituição de uma *era udenista*. Para alcançar esse objetivo, a estrada naquele momento lhes parecia fácil. O ministro da Justiça era elemento de destaque da UDN. Nos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, os respectivos titulares eram ativos correligionários. O chefe do governo, deslumbrado com o poder, fazia tudo o que os conspiradores desejavam. O único empecilho era representado pelo general Lott, militar de formação prussiana, que se mantinha fiel à Constituição. Contra ele, pois, deveria ser dirigido o fogo dos partidários de uma solução extralegal para o problema político.

Alertado por numerosos amigos, articulei com Clóvis Salgado, governador de Minas, diversas medidas de precaução, tendo em vista frustrar a sinistra empresa dos empreiteiros da desordem. Realizei conversações com destacados chefes das Forças Armadas, reconhecidamente legalistas, e reforcei minhas bases em Minas, através da concentração dos efetivos da polícia estadual. Na realidade, não iria permitir um esbulho do resultado das urnas. O povo mineiro, em sua quase unanimidade, havia apoiado entusiasticamente a minha candidatura e, através de consultas realizadas com os principais líderes estaduais, estava certo de que Minas não se conformaria com a afronta de ver um seu filho impedido de tomar posse, só porque uma minoria de políticos, repelida pelo eleitorado, julgava que o poder devia caber-lhe. Nesse sentido, havia articulado o contragolpe, apoiado em ponderáveis setores militares, e aguardei, com tranquilidade, a evolução dos acontecimentos.

A crise, porém, se agravava de dia para dia. Tão acintosa era a atitude do governo, no sentido de não respeitar o resultado das urnas, que o general Zenóbio da Costa, então inspetor-geral do Exército, decidiu fazer um pronunciamento, revelando seus sentimentos legalistas. Fê-lo num boletim especial, dirigido aos seus companheiros de farda: “Desgraçadamente”, afirmou o general, “alguns brasileiros transviados continuam a interpretar a solução pacífica de um ano atrás como prova de indecisão ou

de fraqueza, e persistem em seus propósitos liberticidas, lançando mão da calúnia, da mistificação e da ameaça. Enganam-se, porém, se pensam levar avante tais propósitos: a legalidade será mantida pela decisão inquebrantável da esmagadora maioria da nação e das suas Forças Armadas.”

Foi o quanto bastou. Falar em preservar a Constituição era crime de alta traição para o governo Café Filho. Imediatamente, exigiu-se a punição do general. O general Lott, apegado ao regulamento militar, afastou Zenóbio da Costa da Inspetoria-Geral do Exército. Entretanto, enquanto essa medida disciplinar era tomada contra ele, o general Etchegoyen fizera um pronunciamento contra a legalidade e o ministro da Guerra, baseado no mesmo princípio que havia sido invocado por Café Filho para atingir o inspetor-geral do Exército, exigira, com energia, que ele também fosse punido. Criou-se o impasse. As medidas disciplinares existiam, mas para serem aplicadas apenas contra quem se manifestasse em favor da preservação da ordem e do respeito à Constituição.

Os udenistas, que tutelavam Café Filho, tudo fizeram para evitar que o inspetor da Artilharia sofresse aquela humilhação. Lott, porém, mostrou-se inflexível. Se o regulamento deveria ser aplicado, que o fosse para todos. Não admitia discriminação ou facciosismo no seio do Exército. Como outros oficiais haviam tomado posição – uns a favor e outros contra a atitude do ministro da Guerra –, Lott exigiu a punição de todos. Assim, logo surgiram os atos pelos quais cinco generais e vários coronéis foram exonerados dos seus postos.

A crise, que até então se situava na área política, transportara-se para dentro dos quartéis. Definiam-se, aos poucos, as posições. O MMC – Movimento Militar Constitucionalista – entrou em franca atividade, formando ao lado do general Lott, que representava a legalidade. Em face da nova realidade político-militar, os udenistas compreenderam que nada poderiam fazer enquanto o general Lott estivesse à frente do Exército. Era necessário afastá-lo, destruí-lo militarmente, para que a área ficasse limpa. E o que ocorreu pouco depois serviu de pretexto para que o governo, deixando cair de vez a máscara, resvalasse abertamente para a ilegalidade. Antes do golpe maior, que seria o impedimento à minha posse, haveria um golpe preparatório, articulado contra o chefe do Exército. Afastando Lott do Ministério da Guerra, o governo sairia para uma sucessão de atos de

violência, com a suspensão da Constituição, a anulação dos resultados do pleito e a instalação de uma ditadura udenista no país.

Todos esses fatos ocorreram mais ou menos na última semana de outubro. Refletiam, portanto, a indignação causada pela derrota sofrida pelos udenistas, uns vinte dias antes. Carlos Lacerda, mais do que qualquer dos outros líderes da UDN, pregava aberta e veementemente a necessidade de uma medida de força para impedir a minha posse. Alguns dias antes das demissões no Exército, ele havia afirmado pelas colunas da *Tribuna da Imprensa*, ao comentar minha proclamação ao país, divulgada no dia 16 de outubro: “Ao Sr. Kubitschek queremos dizer que lhe falta autoridade para falar como presidente da República. Ele não é e não será presidente.” Cito essas palavras para se poder aquilatar a efervescência do ambiente político.

Amaral Peixoto e Alkmin mantinham conversações com elementos do MMC, informando-os sobre a evolução dos acontecimentos, de forma a evitar que se vissem, de súbito, confrontados com um fato consumado. Naqueles dias, Alkmin estava em toda a parte. Ouvia o que se dizia. Recolhia e apurava os rumores que circulavam no Congresso. Frequentava o gabinete do general Lott, para informá-lo e se informar sobre o que ocorria nos bastidores. Era o próprio gênio da ubiquidade, vivendo a sua *finest hour* – segundo a expressão de Churchill.

A ideia inicial do golpe, segundo Alkmin posteriormente pôde apurar, era a seguinte: o próprio Café Filho assumiria a responsabilidade pela atitude. Para o êxito dessa manobra, entretanto, seria indispensável, antes de tudo, que o general Lott fosse afastado da pasta da Guerra. Surgiu, então, a questão de se saber se aquele ato de violência, por si só, aplainaria o terreno para se atingir com facilidade o objetivo visado. Muitos dos conspiradores eram de opinião que um outro problema deveria ser resolvido. Tratava-se de levar em conta que as duas pessoas em xeque – o general Lott e eu – eram de Minas, e isso poderia dar origem a uma exacerbação do sentimento bairrista muito acentuado entre os meus coestaduanos, levando o estado a uma reação armada. Como medida de prudência, os conspiradores optaram, então, por uma manobra de evidente diversionismo. Café Filho se licenciaria e passaria o governo a Carlos Luz. Dessa forma, seria conjurado o perigo de que Minas se sentisse agredida, pois todo o *affair*

teria como personagens três homens públicos mineiros, o que poderia ser considerado, para efeito político, uma simples *briga* em família.

Não fora difícil, para a UDN, obter a aquiescência de Carlos Luz.

No esquema do golpe de novembro, ele deveria representar um papel do maior relevo, já que, com a licença de Café Filho, iria caber-lhe a responsabilidade de tentar afastar o general Lott da pasta da Guerra.

Naquele momento, porém, todos esses planos estavam ainda em elaboração. Vinham sendo articulados com o maior sigilo, e mesmo Alkmin, com sua apurada acuidade política, não conseguia fazer um diagnóstico seguro do que estava ocorrendo. Entretanto, um fato inesperado fez com que a crise fosse precipitada. No dia 31 de outubro, faleceu, após rápida e fulminante enfermidade, o general Canrobert Pereira da Costa, e grandes cerimônias foram programadas para reverenciar-lhe a memória. No cemitério, por ocasião do enterro, o então coronel Jurandir Bizarria Mamede fez um discurso, que chocou profundamente os círculos legalistas do Exército. Tratava-se de uma oração nitidamente provocativa, que teve por base a *mentira democrática* – expressão tornada famosa, porque havia sido utilizada pelo general, que ali se encontrava morto, na conferência que pronunciara dias antes no Clube da Aeronáutica. O coronel desenvolveu seu discurso ao longo do tema de que o país vivia numa *pseudolegalidade imoral e corrompida*.

Essa atitude do coronel fora tomada de caso pensado. Sabia-se que o general Lott estaria presente à cerimônia. Temeroso de que, em face do discurso, pudesse ser preso no próprio cemitério pelo ministro da Guerra, Mamede entregara cópias da oração a cinco oficiais seus amigos, para que um deles a lesse, como a suprema homenagem dos seus camaradas ao ilustre morto. O general Lott, porém, ouviu o discurso imperturbável.

Terminada a cerimônia, quando retornou ao gabinete, o ministro da Guerra decidiu punir o oficial, enquadrando-o no regulamento disciplinar do Exército. Essa atitude logo gerou outra crise. Agitaram-se os meios militares e os círculos políticos. A imensa maioria das Forças Armadas cerrou fileiras em torno do seu ministro, enquanto a minoria udenista desenvolvia intensa atividade, junto aos integrantes do governo, tentando obter a sua destituição da pasta. A imprensa, também dividida, ajuntava

lenha à fogueira, tornando a situação ainda mais difícil. Quase simultaneamente foi preso, como medida disciplinar, por ordem do ministro da Aeronáutica, o major-brigadeiro Neto dos Reis, comandante da 2ª Zona Aérea. O motivo da prisão: uma entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, na qual o major-brigadeiro, comentando a situação política, sustentava que as Forças Armadas deviam garantir a posse dos eleitos. Repetia-se mais uma vez o episódio Zenóbio da Costa. Desta feita, porém, era o brigadeiro Eduardo Gomes que punia um oficial-general da Aeronáutica por haver recordado o dever que, pela Constituição, cabe a qualquer integrante das Forças Armadas!

O general Lott, agindo com a maior prudência, insistiu na punição do coronel Mamede. A imprensa udenista, procurando acuar o ministro, passou a sustentar uma doutrina falsa – a de que o coronel, havendo discursado em nome do Clube Militar, que era uma associação civil, estava fora da jurisdição do Exército. De acordo com essa tese, falecia ao ministro da Guerra autoridade para puni-lo. Essa linha política foi imediatamente adotada pelos altos escalões do governo.

Durante algum tempo, eu havia permanecido no Rio a fim de realizar contatos políticos e dar prosseguimento ao estudo e à atualização do meu Programa de Metas. Pude assistir, assim, ao desenvolvimento da crise, acompanhando dia a dia o agravamento do problema militar. Já ninguém tinha dúvida de que o país caminhava para uma situação de caos, com o próprio governo transformado em agente da desagregação interna. Dormia-se preocupado, na expectativa de que um fato grave pudesse ocorrer durante a noite, transformando completamente a realidade nacional. Café Filho era, de fato, um homem desconcertante. Não porque ele fosse um político hábil, afeito a sutis estratégias políticas, mas justamente porque era gelatinoso, escorregadio – natureza mais de enguia que de crustáceo. Flores da Cunha, com sua característica franqueza de gaúcho, costumava dizer do presidente: “Tu vais a ele, e quando pensas que é café, verificas que tens pela frente simplesmente leite.”

Atendendo a ponderações de amigos, deixei o Rio e retornei a Belo Horizonte. Seria conveniente que ficasse fora da área de agitação, já que era o principal visado, e instalasse o meu quartel-general em Minas, onde se concentravam as forças que se mostravam dispostas a uma reação,

caso fosse vítima de um esbulho. Entretanto, mal chegara a Belo Horizonte, fui surpreendido por uma notícia, que não deixou de me causar sérias apreensões. Café Filho, que vinha gozando de excelente saúde, declarara-se subitamente enfermo e se recolhera, a conselho médico, ao Hospital dos Servidores do Estado. A coincidência da doença com a gravidade da situação militar e essas duas circunstâncias, aliadas ao fato de que, ainda na véspera, ele se encontrava em perfeita saúde, contribuíram para gerar uma impressão, generalizada nos círculos políticos, de que estávamos em face de uma grande – e, por isso mesmo, perigosa – farsa.

Alkmin logo me telefonou, dando sua impressão sobre o caso. Disse-me que na Câmara não havia quem acreditasse naquela *doença*. Entretanto, nada podia ser apurado porque o médico de Café Filho, o exaltado udenista Raimundo de Brito, muito ligado a Carlos Lacerda, proibira todas as visitas. O meio político se agitou. A imprensa abria colunas para noticiar o fato. Fervilhavam rumores de que um golpe de Estado estava iminente.

De fato, o caso Mamede, embora da maior gravidade, não havia sido resolvido. Café Filho se esquivara, enquanto pudera, de se encontrar com o general Lott. Havia, de fato, o propósito de se desgastar o titular da pasta da Guerra. Já por ocasião do incidente Zenóbio da Costa, ocorrido poucos dias antes, a imprensa udenista não tinha poupado esforços para fazer crer que o general Lott seria demitido. Toda essa campanha obedecia a um plano político, desdobrado em várias fases.

O próprio general Lott, em comunicado oficial, desmentindo um noticiário da *Tribuna da Imprensa*, revelou a preocupação de Café Filho em não dar qualquer solução ao caso. No item 5º desse comunicado, esclareceu o ilustre militar: “Na manhã de 3 do corrente [de novembro, de 1955], por volta de 8 horas, o ministro teve um entendimento, pelo telefone, com o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, indagando se o sr. presidente tinha tido conhecimento do teor do discurso pronunciado pelo coronel Mamede, na ocasião do enterramento do general Canrobert. O chefe do Gabinete Militar respondeu que o sr. presidente tinha sido acometido de um distúrbio cardiovascular durante a madrugada do dia 3 e tinha sido, em consequência, internado no hospital do Ipase, e que mais tarde daria novas informações.”

O chefe da Casa Militar cumpriu, mais tarde, o que havia prometido. Às 3 horas da tarde, comunicou ao general Lott que o “estado de saúde do presidente não apresentava gravidade, mas que era mister que ele durante alguns dias se mantivesse em completo repouso”. Nem uma só palavra sobre o caso Mamede, que agitava a nação! O propósito era, de fato, deixar o ministro da Guerra ser desmoralizado, quando então lhe seria desfechado o tiro de misericórdia.

O general Lott, porém, não era homem para se conformar com o desacato. Após a comunicação do chefe da Casa Militar da Presidência, telefonou ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e indagou – segundo reza o mesmo comunicado – “se já havia sido tomada alguma decisão de ordem disciplinar com relação ao coronel Mamede”. Recebendo resposta negativa, o ministro informou ao chefe do EMFA que iria “solicitar que fosse o coronel Mamede dispensado das funções” que exercia na Escola Superior de Guerra. E isso foi feito, em ofício, datado do dia 5 de novembro de 1955.

Será justo ressaltar que o texto do comunicado apenas tinha por finalidade desmentir o noticiário de um jornal tendencioso. Nessas condições, era seco e despido de comentários. Na realidade, o general Lott havia feito gestões junto ao EMFA, no sentido de que aquele próprio órgão, no qual estava servindo o coronel, tomasse as medidas disciplinares por ele recomendadas. O EMFA não só não levou em consideração as gestões do ministro da Guerra, mas também, pela voz do seu chefe, fê-lo saber que nenhuma providência seria tomada àquele respeito. E não só isso. O almirante Ernesto Araújo, diretor da Escola Superior de Guerra, declarou à imprensa que não havia punido o coronel Mamede “porque não vi nenhuma razão para isso”, e acrescentou, refletindo que agia segundo a orientação da Presidência da República: “Também não recebi ordens superiores para punir o coronel Mamede.”

Café Filho trancou-se no Hospital do Ipase e deixou que os acontecimentos evoluíssem de acordo com os planos traçados. Os círculos políticos mostravam-se apreensivos e os rumores que fervilhavam na cidade iam repercutir na Câmara dos Deputados, que se havia transformado em centro nervoso da crise. Esperavam-se graves ocorrências e, à medida em que os dias passavam, tornavam-se mais evidentes os sintomas de que era iminente um golpe de Estado.

.....

A “doença” de Café Filho

NINGUÉM SABIA COM CERTEZA o que ocorrera a Café Filho. Sua súbita doença e a rede intransponível que se estendera à entrada do seu apartamento no hospital logo geraram desconfianças. Dizia-se abertamente que tudo não passava de uma grosseira farsa, tendo por objetivo deixar o general Lott sem alguém para quem apelar, de forma a transformar o chamado caso Mamede num pretexto para a sua demissão. Alkmin, com suas antenas apuradas, ouvia pessedistas, udenistas, pessepistas, perristas, e ia tirando suas conclusões. Cada dia recolhia uma frase, um comentário impensado, uma revelação intempestiva de um político extrovertido e, ajuntando todos esses detalhes, foi compondo aos poucos a teoria que construiu para explicar aquela até então inexplicada enfermidade. Assim chegou à seguinte conclusão: Café Filho afastara-se do governo para que o general Lott pudesse ser destituído da pasta da Guerra, sem que Minas reagisse. E a Carlos Luz, como mineiro, havia sido reservada aquela tarefa.

No dia 8 de novembro, a situação evoluiu o suficiente e Alkmin teve robustecida a sua interpretação do que ocorria no país. Café Filho, cujo estado de saúde, segundo a informação do seu chefe da Casa Militar, não era grave, decidira licenciar-se do governo por prazo indeterminado, passando o exercício da Presidência a Carlos Luz, seu substituto legal. Co-

municou sua decisão ao presidente da Câmara, através de uma simples carta, o que demonstrava o caráter temporário da providência. Nesse período, fez estreitar o cerco que havia sido estabelecido no hospital, para que nenhum político – com exceção dos que sabiam as razões da manobra – pudesse constatar a verdade.

Ao ser anunciado que Carlos Luz iria assumir a Presidência da República, os udenistas redobram sua campanha contra a minha candidatura, alegando fraude nas eleições, revivendo a frustrada tese da maioria absoluta, enfim, retirando do seu arsenal todas as armas políticas – cuja manipulação, naquela hora, poderia parecer válida – e, brandindo-as ameaçadoramente, anunciavam um apocalipse político. Havia um clima de euforia nos círculos do partido. Enquanto Afonso Arinos, como líder udenista, esforçava-se por disfarçar a verdadeira finalidade da substituição do presidente da República, Carlos Lacerda, cedendo à impetuosidade do seu temperamento, pregava abertamente a necessidade do *golpe*, a fim de se evitar a minha posse. Na realidade, os udenistas não escolhiam palavras para dizer o que pretendiam. O general Lott deveria ser imediatamente afastado e substituído por um elemento udenista e, vencida essa primeira etapa, os três ministros militares, utilizando mais uma vez o nome das Forças Armadas, declarariam nulas as eleições, abrogariam a Constituição e entregariam o poder à UDN. Para isso, o único empecilho ainda era o ministro da Guerra. Carlos Lacerda, pela *Tribuna da Imprensa*, fazia apelos dramáticos às Forças Armadas para que deixassem os quartéis e saíssem à rua, com seus tanques, a fim de restabelecer a *verdade democrática*.

A ascensão de Carlos Luz transformou-se, pois, num acontecimento político da maior importância. Analisado, porém, em suas verdadeiras proporções, não devia passar de um ato de rotina. Seria, quando muito, uma cerimônia oficial, presenciada apenas pelos integrantes do Ministério e pelos funcionários graduados da Presidência da República. No entanto, a movimentação que se operou, para emprestar o maior realce possível à sua posse, demonstrava claramente que, ao ocupar por alguns dias a cadeira de Café Filho, Carlos Luz não se limitaria a manter em funcionamento a máquina administrativa. Em face da inusitada agitação provocada por aquela substituição, que normalmente só deveria durar uns dias, Alkmin pronunciou um veemente discurso na Câmara, fazendo um

apelo a Carlos Luz, em nome das forças democráticas, no sentido de que, ao assumir a Presidência, preservasse, “com sua autoridade, as instituições”. O general Lott fez idêntica advertência ao presidente da Câmara. O encontro de ambos tivera lugar na residência do ministro da Guerra, dois dias antes da cerimônia de transmissão do cargo, e por solicitação de Carlos Luz. O caso Mamede fora discutido em todos os seus detalhes, tanto no que dizia respeito às providências já tomadas e solicitadas quanto no que se relacionava com a importância de sua solução para a disciplina e a hierarquia militares. Não seria por falta de informações que Carlos Luz se deixaria enredar pela complexidade da situação que iria enfrentar.

No entanto, apesar dos apelos e das advertências, Carlos Luz iria fazer justamente o contrário do que o bom senso indicava. No dia 8 de novembro, após receber uma carta de Café Filho, preparou-se para assumir, à tarde, a chefia do governo. A UDN inteira compareceu ao ato e o mesmo fizeram os jornalistas que, desde as eleições, vinham pregando abertamente o *golpe*. As estações de rádio, partidárias de uma solução extralegal para a crise, transportaram-se para o Salão Nobre do Catete, com seus locutores e microfones.

Alkmin, que a tudo assistia, logo se mostrou apreensivo. A posse de Carlos Luz tinha um significado todo especial para o futuro político da UDN. Falava-se, à boca pequena, num *plano secreto udenista*. Carlos Lacerda garantia, quase diariamente pelas colunas da *Tribuna da Imprensa*, que a “oligarquia não assumiria o poder”. A estranha atitude de Carlos Luz, ouvindo os que o aconselhavam, mas nunca dando uma segurança de que respeitaria a Constituição, era outro fato que não deixava de causar inquietação. E, por fim, havia o caso Mamede, que permanecia sem solução, apesar de estar em jogo a autoridade do ministro da Guerra. Em relação à punição desse militar, estabelecera-se um verdadeiro jogo de empurra. Café Filho, quando devia dar a autorização para o enquadramento do oficial, caíra doente, trancando-se no Hospital dos Servidores e alegando, pela voz de Raimundo de Brito, que não poderia ter preocupações. O chefe do EMFA, ao qual o coronel Mamede estava subordinado, transferiu o assunto para o diretor da Escola Superior de Guerra, já que o implicado ali era professor. O diretor da Escola, por sua vez, não só se negara a aplicar qualquer punição ao oficial, mas viera a público, também, para declarar

que o caso não era de punição e, mesmo que o fosse, não havia recebido a respeito qualquer ordem superior.

Tratava-se do que se denomina na gíria *um futebol político*. Um passava a bola para o outro, de forma que o adversário não a pudesse alcançar. Enquanto isso, a autoridade do ministro da Guerra sofria terrível desgaste.

A posse de Carlos Luz transformou-se numa simbólica ascensão da UDN ao poder. Carlos Lacerda era o dono da festa, dando ordens, cochichando pelos cantos com os demais comparsas da grande comédia que naquele momento se representava. Com sua vaidade lisonjeada, Carlos Luz impava como um pavão-real. Minas o rejeitara para seu governador e, no entanto, naquele momento era presidente da República! O destino soubera compensá-lo da ingratidão dos seus coestaduanos. Naquela chuvosa tarde de 8 de novembro, ele vivia a sua grande hora de reparação política e moral.

Pouco depois da posse, Alkmin, como líder do PSD, fora ao Catete a fim de se avistar com o novo presidente. O motivo da visita eram os insistentes rumores que circulavam pela cidade, de que um dos primeiros atos de Carlos Luz seria a destituição do general Lott da pasta da Guerra. Sua intenção era evitar que ele praticasse aquela ação que, certamente, teria graves repercussões no problema político com o qual se debatia a nação. Falou-lhe como amigo, já que suas relações pessoais eram as mais cordiais possíveis. Carlos Luz ouviu o líder do PSD com a maior atenção, mas nada prometeu. Àquela altura, já estava preso a compromissos de natureza política, que não lhe permitiam tomar qualquer decisão pessoal. A sorte havia sido lançada.

Em face da impenetrabilidade de Carlos Luz, Alkmin não desistiu. Para ele, só se poderia chegar a uma conclusão sobre o que iria ocorrer se se soubesse com certeza se a enfermidade de Café Filho era verdadeira ou falsa. Caso se positivasse a farsa, não teria dúvida de que o *golpe* iria ser desfechado. Daí a razão por que, quando no dia 9 de novembro foi proposta na Câmara a constituição de uma comissão de todos os líderes para apresentar felicitações e desejar o maior êxito ao novo chefe do governo, Alkmin sugeriu, por intermédio de um amigo, que aquela visita fosse entendida também a Café Filho, “presidente efetivo, cujo estado de saúde

vinha preocupando a nação inteira”. A sugestão, apesar da relutância dos udenistas, acabou sendo aprovada.

Por ocasião da visita a Carlos Luz, a comissão estava completa. Todos os integrantes fizeram questão de cumprimentar o novo chefe do governo. Concluída, porém, essa parte da incumbência, quando se falou em ir ao Hospital dos Servidores, surgiram as desistências. Cada um alegava a impossibilidade de cumprir a segunda parte da missão, apresentando pretextos diversos. Por fim, seguiram apenas Alkmin e Afonso Arinos, representando respectivamente o PSD e a UDN.

Quando se anunciaram à entrada do apartamento presidencial, houve uma prolongada espera. Afinal, a porta se abriu e os dois parlamentares foram levados à presença do enfermo. O espetáculo, que ali lhes foi dado presenciar, fortaleceu ainda mais as desconfianças de Alkmin. Café Filho estava na cama, muito bem barbeado e rigorosamente penteado, e os recebeu com um largo sorriso. Conversaram durante algum tempo e, enquanto transcorria a visita, Alkmin observava o quarto. Tudo estava em perfeita ordem. Num canto, via-se uma poltrona, com um travesseirinho ainda mostrando a marca da cabeça que, momentos antes, nele estivera pousada. Sobre uma cadeira, ao lado da poltrona, um livro aberto, com as folhas sendo viradas pela brisa que entrava pela janela. A cama estava arrumada, apenas com a colcha retirada precipitadamente para que o enfermo sob ela se pudesse estender. Era evidente que, quando chegaram, Café Filho estava sentado, junto à janela, lendo aquele livro. Ao ser anunciada a visita, porém, recolhera-se ao leito, para dar a impressão de que de fato estava doente.

Quando deixaram o hospital, Afonso Arinos ofereceu-se para levar Alkmin até o seu hotel, em Copacabana, já que chovia a cântaros. Seguiram até a Praça Mauá e, depois, pela Avenida Rio Branco até a esquina da Avenida Presidente Vargas, onde o carro foi detido por se haver fechado o sinal de trânsito. Alkmin, aproveitando a oportunidade, disse a Afonso Arinos que ficaria ali. Desejava visitar um amigo, que era hóspede do Hotel São Francisco, situado quase na esquina daquela grande artéria. O líder da UDN estranhou a atitude do seu colega na Câmara, pois a tarde ia adiantada e, chovendo torrencialmente, ser-lhe-ia impossível, àquela hora, encontrar um táxi que o levasse a Copacabana. O líder do PSD insistiu,

porém, em descer. Mal o carro de Afonso Arinos se pusera em movimento, Alkmin correu a um telefone público e ligou para o deputado Vitorino Correia, amigo íntimo do ministro da Guerra, e lhe disse, em tom peremptório: “Pegue o seu carro e me apanhe aqui, na esquina da Presidente Vargas com a Avenida Rio Branco, porque precisamos ir ao general imediatamente.” O deputado pelo Piauí não se fez esperar. Meia hora depois, os dois parlamentares davam entrada no gabinete do general Teixeira Lott.

Aquela visita de Alkmin ao Hospital dos Servidores do Estado fora decisiva. Desde muito, o recinto da Câmara estava cheio de rumores. Os deputados, em conversa pelos corredores – inclusive os da UDN – não faziam segredo do caso. A voz corrente era que Café Filho não estava de fato doente. O distúrbio cardiovascular era uma decorrência de um mal antigo, que nunca o impedira de exercer suas atividades normais. Naquele momento, porém, ele havia sido mais que oportuno, oferecendo o disfarce que se fazia necessário para a representação da grande comédia política.

Alkmin deixara o apartamento presidencial plenamente convencido. A farsa golpista havia sido montada com o maior rigor cênico. Era necessário, portanto, que se agisse com presteza, pois a primeira vítima daquela manobra seria precisamente o general Lott. Ao chegar ao gabinete do ministro da Guerra, Alkmin foi franco e positivo. Revelou tudo o que ouvira durante o dia nos corredores do Palácio Tiradentes e concluiu por revelar o que constataria no Hospital dos Servidores.

O general Lott ouviu a exposição com a maior atenção, mas sem acusar qualquer preocupação. A impressão que sua atitude sugeria era a de que não acreditava integralmente no que lhe dissera Alkmin. O líder do PSD, porém, não estava disposto a deixar que todo o seu trabalho de investigação resultasse em nada, só porque o ministro não acreditava em qualquer possibilidade de golpe. Para reforçar a exposição que fizera, Alkmin ajuntou um detalhe que teve o maior efeito no espírito do general. Contou-lhe que havia sabido, igualmente, que no dia seguinte, às 4 horas, ele seria convocado para uma conferência com Carlos Luz e, nesse encontro, seria notificado da sua demissão.

Lott confirmou a convocação. Já a havia recebido e a hora fixada coincidia com a que lhe revelara Alkmin. Lott perguntou, então, por que Carlos Luz pretendia demiti-lo. O líder do PSD transmitiu-lhe o que

sabia, de acordo com os rumores que circulavam na Câmara: ele se havia tornado suspeito, em face das suas declarações, reconhecendo a lisura do pleito. Sua situação se agravara, posteriormente, quando se negou a atender à solicitação do brigadeiro Eduardo Gomes e do almirante Amorim do Vale, para que os três juntos, falando em nome das Forças Armadas, obrigassem a Justiça Eleitoral a aceitar a tese da maioria absoluta.

O general Lott ouviu tudo em silêncio, mas absolutamente impassível. Alkmin acrescentou que, como a verdadeira razão da sua demissão não poderia ser revelada – já que o governo ficaria muito mal perante a opinião pública –, um pretexto havia sido arranjado: o incidente com o coronel Mamede. Ao governo, na realidade, faltava imaginação. Se a verdadeira razão da demissão não podia ser revelada, o pretexto arranjado não resistia ao menor argumento. Demitir-se o ministro da Guerra, o chefe do Exército, porque ele estava em divergência com um coronel constituía uma atitude virgem nos anais da história militar de qualquer país. O general Lott, com sua formação prussiana, não queria acreditar em tanta insensatez.

A conversa de Alkmin e do deputado Vitorino Correia prolongou-se até muito tarde. Ao deixar o ministro, Alkmin estava convencido de que as coisas não se passariam da maneira simples como as imaginara Carlos Luz. Esse encontro teve lugar no dia 9 de novembro. No dia seguinte, pela manhã, Alkmin foi procurar, de novo, o presidente interino da República. O que tinha em mente era fazer um apelo final a Carlos Luz, no sentido de que meditasse sobre a atitude que, segundo os rumores, iria tomar naquela tarde.

Conforme previa, sua intervenção não obteve qualquer êxito. Carlos Luz já havia decidido demitir o general Lott, e nada o faria recuar. Alkmin ainda tentou adverti-lo sobre o perigo de uma guerra civil, mas o presidente mostrou-se irredutível. Não haveria qualquer perturbação da ordem, assegurou Carlos Luz, mas não negou que estivesse disposto a fazer a substituição do ministro. Alkmin estava tão preocupado que, ao deixar a sala de despachos, a ela voltou, em seguida, renovando o apelo, como mineiro e amigo.

Carlos Luz já se mostrava impaciente com a insistência do líder do PSD. Repetiu o que havia dito antes e se despediu de Alkmin, numa

atitude de absoluta superioridade. O presidente interino, empolgado pelo poder, julgava que ninguém ousaria rebelar-se contra qualquer decisão sua.

Deixando o palácio, Alkmin dirigiu-se para a sede do PSD, de onde fez uma ligação telefônica para mim, em Belo Horizonte. Revelou-me o teor das suas entrevistas com o general Lott e com Carlos Luz e concluiu por advertir-me de que “o golpe ia ser dado” e que eu me prevenisse, mobilizando as forças de que pudesse dispor. Disse-lhe que iria avistar-me com o governador Clóvis Salgado, com quem discutiria a situação, e, em seguida, lhe telefonaria. Antes de me avistar com o governador do estado, telefonei a Benedito Valadares, pedindo-lhe que fosse ao Catete e tentasse dissuadir Carlos Luz daquela atitude temerária.

Benedito Valadares, como fizera Alkmin, falou ao presidente, não como chefe do PSD, mas como mineiro e amigo. Seu apelo, porém, também resultara inútil. O presidente, abrindo-se um pouco, o que não fizera com Alkmin, confessou que o general Lott não poderia permanecer à frente da pasta da Guerra, porque as Forças Armadas não o desejavam. O caso do coronel Mamede havia constituído a gota d’água que faltava para transbordar o copo.

Na realidade, os acontecimentos desenvolviam-se rigorosamente de acordo com os planos traçados pelos conspiradores. Ao assumir a Presidência, Carlos Luz já estava plenamente informado, em todos os detalhes, sobre o caso Mamede. O próprio general Lott, na primeira entrevista que tiveram, um dia antes da sua posse, incumbira-se de lhe revelar tudo, mostrando-lhe inclusive cópias de todos os atos oficiais relativos ao caso. Carlos Luz pretendeu mostrar-se imparcial, dizendo que iria estudar o assunto e que o solucionaria rigorosamente de acordo com a lei. Entretanto, os círculos políticos mostravam-se a cada hora mais agitados. Fervilhavam rumores de que o caso Mamede seria solucionado não “rigorosamente de acordo com a lei”, mas com a demissão do ministro da Guerra.

Na realidade, tornava-se evidente que havia um plano traçado. Os fatos se encadeavam tão bem, uns ajustados aos outros, que seria irracional atribuir-lhes um significado de coincidência. Veremos. Assim que eclodiu o caso Mamede e houve a reação do general Lott, Café Filho, que até a véspera gozava de excelente saúde, recolheu-se a um hospital, tão gravemente enfermo que nem podia ser visto. Tão grave doença, porém, não

o impediu de escrever uma carta a Carlos Luz, solicitando-o que assumisse o governo. No hospital, Café Filho tornou-se invisível para todos, menos para os políticos comprometidos com o *golpe*. O general Lott, pressionando para que se chegasse a uma solução em relação ao caso Mamede, era atendido pelo chefe da Casa Militar, que lhe falava sobre tudo, menos sobre aquele *caso*, que era o mais grave de todos e fumegava como uma bomba de retardamento prestes a explodir.

O entendimento de Carlos Luz com Café Filho era perfeito. No que dizia respeito a Café Filho, dois compromissos de natureza política haviam orientado sua conduta. Engajara-se no plano golpista e estava disposto a cumprir sua parte na trama. Entretanto, não lhe convinha desfazer a imagem de democrata, que desde muito afivelara ao rosto e que certamente cairia se se tornasse público que estava usando os poderes de chefe do governo para golpear a Constituição. Daí a doença súbita, a internação nunca convenientemente explicada e seu aparente alheamento em relação ao caso Mamede. A UDN concorrera às eleições certa da vitória, mas, repudiada pelo eleitorado, não iria entregar o poder aos seus adversários. O primeiro e o mais forte empecilho para a concretização desse assalto ao governo era a presença do general Lott na pasta da Guerra. Todas as armas se voltaram contra ele.

O general Lott, porém, era militar por índole e por formação. Acatava as ordens do governo, ao qual servia, embora não ignorando a existência de um esquema para desmoralizá-lo. Por ocasião da primeira reunião do Ministério, após a posse de Carlos Luz, esse esquema havia sido posto a funcionar. Durante essa reunião, o novo presidente pronunciou um discurso, dizendo que havia feito aquela convocação para um primeiro contato com os seus auxiliares diretos, esclarecendo que todos mereciam sua confiança e, portanto, seriam mantidos em seus postos. Prado Kelly, ministro da Justiça e elemento udenista que não se conformava com a derrota do seu partido, pediu a palavra para dizer que pretendia exonerar-se, mas que, em face das palavras do novo chefe do governo, decidira permanecer na pasta. Outros ministros discursaram em seguida, obedientes à mesma linha pré-combinada. Tratava-se da primeira manobra para se obter o afastamento do general Lott da pasta da Guerra. O próprio chefe do Exército, na entrevista já citada, revelou o caráter insidioso dessa atitude coletiva dos integrantes

do Ministério. “Eu sabia”, declarou o general ao jornalista, recompondo os acontecimentos de novembro de 1955, “que se tratava de outra manobra para obter o meu afastamento. Todos os ministros apresentariam pedido de demissão, mas o presidente só aceitaria o meu”.

Entretanto, um encontro havido antes, entre o ministro da Guerra e o da Marinha, não permitiu que a reunião tivesse o desfecho tramado pelos adversários de minha posse. O general Lott contara ao almirante Amorim do Vale a verdade nua e crua sobre o que ele e o brigadeiro Eduardo Gomes tinham em mente. Os dois ministros militares, então, julgaram mais prudente adiar os acontecimentos. A reunião ministerial desenvolveu-se, pois, sob um clima de visível constrangimento e Carlos Luz, também surpreendido por verificar que o general estava a par do que havia sido combinado, tratou de encerrá-la o mais rapidamente possível.

Logo após a reunião ministerial, o general Lott solicitou ao presidente uma audiência particular. O que tinha em mente era forçar uma decisão sobre o *caso Mamede*, que já havia deixado de ser um problema interno do governo, para se transformar numa crise política. O general reafirmou a Carlos Luz que a situação era insustentável. Era imprescindível o encontro de uma solução que preservasse a disciplina do Exército. O presidente mostrou-se aparentemente compreensivo. Respondeu ao general que concordava com ele, mas que não lhe ficaria bem, logo ao assumir o governo, arcar com tão grande responsabilidade. A imprensa explorava o fato e os círculos políticos mostravam-se apreensivos. Em face disso, para se resguardar, iria ouvir primeiro o brigadeiro Gervásio Duncan, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e o almirante Ernesto Araújo, diretor da Escola Superior de Guerra.

Apesar do seu temperamento fleumático, o general Lott não se conteve em face do que lhe dissera Carlos Luz. Tratava-se de coonestar uma decisão facciosa, já antecipadamente conhecida. Sem perder a calma, disse ao presidente o que todo o Brasil já sabia. “Dada a situação” – disse o ministro –, “Vossa Excelência deve meditar bem, pois não ignoro que Vossa Excelência é, também, partidário de uma solução extralegal para o problema sucessório.” Surpreendido com a franqueza do general, Carlos Luz empalideceu e exclamou: “É uma infâmia.” O ministro da Guerra, prosseguindo com a palavra, advertiu: “Devo dizer a Vossa Excelência que

em nenhuma hipótese servirei a um governo que não se mantenha fiel à Constituição e no qual, igualmente, não tenha plena confiança.” Levantou-se e saiu.

Em face da resistência passiva do governo, o general Lott enviou um ofício ao chefe do EMFA, datado de 5 de novembro, pedindo a dispensa do coronel Mamede das funções que exercia na Escola Militar e seu retorno às fileiras do Exército. Esse *aviso reservado* explodiu como uma bomba nos círculos militares. Movimentaram-se os udenistas, tanto civis como militares. A imprensa, partidária do *golpe*, verberou o procedimento do ministro da Guerra. O pedido não poderia ser atendido, pois o coronel Mamede estava prestando excelentes serviços na Escola Militar e não deveria retornar às fileiras do Exército.

Carlos Luz, tentando assumir uma atitude de juiz no caso, após haver tomado conhecimento do despacho do diretor da Escola Militar negando-se a devolver o coronel, mandou ouvir o procurador-geral da República. Ora, a função do procurador-geral da República em nosso país, em vez de ser a de orientar o governo em suas decisões em casos litigiosos, foi transformada, por vício do próprio regime presidencialista, na de dar cobertura jurídica aos atos que o chefe do governo desejava praticar. O presidente já ouvira o chefe do EMFA e o diretor da ESG e, por fim, queria a opinião do procurador-geral da República. Como era de se esperar, o procurador concordou com os dois despachos anteriores e Carlos Luz, decidindo a questão, após sua assinatura num quarto documento, concordando com os três anteriores. Salva-se a face da legalidade, entronizando a indisciplina nas Forças Armadas. Isso ocorreu no dia 10 de novembro de 1955.

O general Lott, porém, ignorava o que se passava no Catete. Em face da conferência que tivera com Alkmin, na noite anterior, tomara conhecimento da *grave enfermidade* de Café Filho e incumbira o general Denis de elaborar planos de defesa, na expectativa de um movimento da Marinha e da Aeronáutica. Após a conversa telefônica que eu tivera com Alkmin no dia 10, dirigi-me para o Palácio da Liberdade, a fim de conferenciar com Clóvis Salgado.

Encontrei o governador mineiro na sua atitude habitual: sereno, comedido e determinado. Expliquei-lhe o que soubera sobre o que se pas-

sava no Rio e Clóvis Salgado me reafirmou seu apoio irrestrito, declarando que Minas não ficaria impassível se se consumasse a tentativa de esbulho da vontade do eleitorado. Deixando o palácio, reuni-me com diversos amigos e tomamos algumas providências que se faziam necessárias. Pouco mais tarde, telefonei a Alkmin para dar-lhe conhecimento do estado de espírito dos mineiros e, também, para saber o que havia ocorrido no Rio, naquelas últimas horas.

Alkmin havia estado na Câmara dos Deputados à tarde e o recinto fervilhava de notícias inquietadoras. A demissão do general Lott era tida como certa e até já se indicavam quatro nomes, entre os quais seria escolhido o do novo ministro da Guerra. Entre os quatro prováveis, encontrava-se o general Fiúza de Castro, já reformado.

Atendendo à convocação de Carlos Luz, o general Lott dirigiu-se, às 18 horas, para o Catete. Prussianamente, comparecia à presença do presidente que ia demiti-lo. Fazendo-se anunciar na secretaria, foi conduzido ao salão de despachos, onde Carlos Luz pediu que o aguardasse. Minutos passaram, e o general, imperturbável, aguardava que fosse chamado. Os minutos se converteram em quarto de hora, depois em meia hora e, finalmente, numa hora, e o ministro aguardando no salão de despachos. Nunca um fato idêntico ocorrera na vida política do país: um ministro – e notadamente um ministro da Guerra – ser deixado numa cadeira, à espera do chefe do governo. Havia, de fato, o propósito de humilhá-lo, achincalhá-lo, para que não ousasse dizer ao presidente que não o serviria, a não ser sob o império da Constituição. Rostos curiosos surgiam à porta e desapareciam. Logo a notícia filtrara-se por todo o palácio e chegara à sala de imprensa. Os jornalistas correram para testemunhar o fato. O general lá estava, tranquilo, no salão imenso, assentado à grande mesa. À sua frente, via-se uma pasta de couro e, em torno, sucediam-se as poltronas vazias. Ninguém para fazer companhia ao ilustre militar. Na sala ao lado, Carlos Luz conversava com o general Fiúza de Castro, o novo titular da pasta. Conversava sem pressa, deliberadamente prolixo, para fazer o ministro da Guerra esperar.

Os jornalistas telefonaram às suas redações e, pouco depois, o *Repórter Esso* anunciava em sucessivas edições extras a longa espera do general. A notícia era divulgada, de forma patética, contando o tempo:

“Neste momento, faz uma hora que o general Lott aguarda o presidente!” O repórter saía do ar, para voltar pouco depois: “Uma hora e cinco minutos agora! Esta é a duração da espera do general, ministro da Guerra!” À medida que o *Repórter Esso* ia sendo ouvido, outras estações de rádio entravam no ar, secundando-o no seu noticiário dramático. A opinião pública começou a se agitar. Formavam-se grupos nas esquinas, comentando o fato. Nos quartéis, os rádios passaram a ser ouvidos. Entretanto, em face daquela onda avassaladora de sentimentos contraditórios – uns apoiando Carlos Luz, e outros reprovando sua atitude –, o único que se mostrava tranquilo era justamente o general Lott. Permanecia no salão de despachos do palácio, sentado à mesa imensa – sereno, quase imóvel.

Duas horas levou Carlos Luz para receber o ministro da Guerra. O encontro, ao contrário do que se poderia esperar, transcorreu num clima absolutamente protocolar. A entrevista, porém, teve o desfecho longo e previamente anunciado: a demissão do general. Carlos Luz comunicou-lhe que havia tomado aquela decisão e que o seu substituto era o general Fiúza de Castro. Mesmo nesse momento final o presidente teve a preocupação de procurar revestir seu ato de aparente legalismo. Retivera a decisão do caso Mamede até o dia 10 e a divulgara pouco antes da famosa entrevista que iria ser realizada, entre os dois, no Catete. Sabia-se que o general Lott não aceitaria uma decisão contrária ao seu pedido de reversão do coronel às fileiras do Exército. O próprio Lott havia comunicado a Carlos Luz essa disposição. A cena foi então armada, com a preocupação de não se esquecer um só detalhe. O ministro fora convocado ao palácio e, enquanto esperava, a decisão do caso Mamede era divulgada. Simultaneamente, o general Fiúza de Castro conferenciava com Carlos Luz, acertando detalhes da posse, que seria imediata. O termo já havia sido lavrado e aguardava-se apenas o encontro do ministro com o presidente, para que o novo titular assumisse oficialmente suas funções.

Ao deixar o palácio, o general Lott mostrava-se tão sereno como quando ali entrara. Abordado pelos jornalistas, apenas respondeu: “Deixe de ser ministro. O meu substituto é o general Fiúza de Castro.” Sobreçando sua recheada pasta, abriu caminho através da pequena multidão que se acotovelava no saguão do Catete e tomou seu carro, que celeremente deixou o local.

A posse do general Fiúza de Castro realizou-se, quase em seguida, no gabinete do presidente, assistida apenas por meia dúzia de pessoas. Tudo correria tão bem que Carlos Luz, cometendo a maior imprudência da sua vida, concordara em que a cerimônia da transmissão do cargo se fizesse no dia seguinte, no salão nobre do Ministério da Guerra. Já demitido, o general Lott permaneceria no seu posto. Os conspiradores, porém, sentiam-se donos da situação. Lott havia sido afastado da pasta da Guerra e, dali em diante, a trama seria executada de acordo com os planos previstos. Pouco depois da saída do general Lott do Catete, ali comparecia o brigadeiro Eduardo Gomes. Em seguida, chegou Prado Kelly, ministro da Justiça. Os dois ministros udenistas acertaram com o presidente da República as providências que seriam tomadas para desencadear o processo de anulação da minha eleição, golpeando-se a Constituição e instalando-se uma *ditadura provisória* da UDN, para restabelecer a normalidade da ordem no país. Os conspiradores estavam eufóricos. Nunca pensaram que seria tão fácil dar um golpe de estado. As Forças Armadas apoiariam o novo regime discricionário, pois o brigadeiro Eduardo Gomes, titular da Aeronáutica, e o almirante Amorim do Vale, responsável pela Marinha, haviam declarado a Carlos Luz que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estavam unidos para prestigiar e sustentar a nova situação.

.....
Lott reage contra a tentativa de golpe

DEIXANDO O CATETE, o general Lott dirigiu-se diretamente para a sua residência, na Rua General Canabarro. Jantou. Ouviu um pouco de rádio e recolheu-se ao leito. Enquanto isso, os círculos militares se agitavam. Sucediãam-se as reuniões secretas. Os principais líderes das Forças Armadas, fiéis à sua formação legalista, não iriam permitir que, em seu nome, a Constituição fosse golpeada e que o chefe do Exército – um general apolítico, preocupado apenas com a disciplina e a preservação da hierarquia no seio da tropa que comandava – sofresse o desacato que lhe impusera o presidente da República.

Mal o general Lott se havia recolhido ao leito, o general Denis o procurou. Falou em nome da oficialidade legalista. A situação não poderia permanecer como estava. Urgia uma reação. Bastava que Lott concordasse – e a tropa estaria nas ruas. O ex-ministro da Guerra ouviu, com o maior respeito, o que lhe dissera seu companheiro de farda, mas não atendera ao apelo. Era militar e cumpria as ordens que emanassem dos seus superiores. No caso, o seu superior era o presidente da República. Este decidira substituí-lo na pasta e esse gesto refletia o exercício de um direito que lhe cabia, pois o cargo de ministro era de confiança. Em face da resistência de

Lott, o general Odílio Denis retirou-se, recolhendo-se à sua residência, que ficava nas imediações.

O general Lott voltou para a cama, mas não conseguiu dormir. Virava de um lado para o outro, com o cérebro aceso por tumultuados pensamentos, relacionados com a situação em que se via enredado. Como homem, desejava reagir, explodir, lavar de vez o sentimento de frustração que o avassalava em face do desacato de que havia sido vítima. Entretanto, sua formação militar impedia que tomasse uma atitude de indisciplina, rebelando-se contra o superior hierárquico. Enquanto se consumia no exame desses pensamentos conflitantes, as horas passavam. Mais ou menos à meia-noite, teve necessidade de ir ao banheiro e deixou o quarto. Ao passar por um corredor, que ligava o dormitório ao toalete, olhou através da janela e viu a casa do general Denis toda iluminada. Estranhou o fato e, valendo-se de um rádio de campanha, procurou saber do amigo e vizinho o que estava acontecendo.

O que ocorria na casa do comandante do Setor Leste era uma reunião de oficiais. Denis explicou a Lott que a oficialidade não se conformava com a decisão do presidente de indeferir o pedido de retorno do coronel Mamede às fileiras do Exército e, igualmente, com sua saída da pasta da Guerra. Lott, que já havia pensado suficientemente sobre o assunto, tomou uma decisão imediata. Reagiria, para preservar a ordem e a Constituição. Combinaram que seguiriam, em poucos minutos, para o Ministério da Guerra. Pouco depois da 1 hora da madrugada, o ex-ministro já se encontrava em seu gabinete.

Na área civil, respirava-se um clima de apreensões. Sentia-se que alguma coisa estava por acontecer, mas ninguém sabia o que era. No Cateite, o movimento era intenso, com os principais líderes udenistas entrando e saindo. Nas residências dos políticos, o telefone não cessava de tocar. Rumores, os mais desencontrados, circulavam pela cidade. As redações dos jornais estavam atentas, aguardando o que pudesse resultar daquele confuso estado de coisas.

Em Belo Horizonte, eu era informado de toda a evolução da crise, através de telefonemas de amigos e correligionários e, sobretudo, de Alkmin. A fim de ter mais fácil acesso ao general Lott, que era o pivô de toda a crise, o líder do PSD seguiu para a casa do deputado Vitorino Cor-

reia, amigo íntimo do ministro da Guerra. Através de contatos realizados, Alkmin chegara à conclusão de que deveria promover uma reunião do PSD, para que a situação fosse debatida. Usando o telefone do deputado pelo Piauí, convocou vários membros do partido para um encontro no apartamento do deputado Vítor Isler, no Copacabana Palace. A escolha daquele local fora determinada pela necessidade de manter em segredo a reunião.

Alkmin jantou em casa de Vitorino Correia e, em seguida, tomaram o carro, rumando para o hotel. Pouco depois das 21 horas, já se encontravam no apartamento nº 52, que Vítor Isler ocupava. Os demais deputados não tardaram a chegar e, por volta das 22 horas, o aposento estava repleto. Nesse encontro, ficou decidido que Alkmin, como líder do partido majoritário, solicitaria uma reunião extraordinária da Câmara para a manhã seguinte. A notícia da reunião divulgara-se e, em seguida, deputados de outros partidos, que haviam apoiado a minha candidatura, começaram a chegar ao Copacabana Palace. O apartamento nº 52 tornou-se pequeno e providenciaram, junto à gerência do hotel, a tomada do que ficava anexo, abrindo-se uma porta que os ligava internamente.

Alkmin redigiu o requerimento, dirigido ao presidente da Câmara, que era então Flores da Cunha, e obteve as assinaturas dos líderes de outros partidos – como o PSP e o PR – que se encontravam presentes. O motivo alegado para aquela convocação era de que a Câmara deveria tomar conhecimento dos fatos graves que vinham ocorrendo e que haviam culminado com a substituição inopinada do ministro da Guerra. Pronto o requerimento, foi enviado a Flores da Cunha, que se encontrava na residência de Osvaldo Aranha, na Ladeira do Ascurra, lá tendo sido despachado, sem qualquer demora.

Tomada essa providência, Alkmin telefonou a todas as estações de rádio solicitando que anunciassem a reunião e fizessem um apelo a todos os deputados, no sentido de que comparecessem à reunião, que teria lugar às 9 horas da manhã seguinte. No hotel, o ambiente era de nervosismo. Na realidade, até àquela hora, todos ignoravam qual seria a atitude do general Lott. As últimas notícias recebidas davam conta do fracasso da intervenção do general Denis, no sentido de que o ministro não entregasse a pasta. Mais tarde, porém, chegaram informações de que o general Lott

já se encontrava em seu gabinete e que todos os comandantes das guarnições do Rio haviam sido chamados à sua presença. Essa notícia levantou o ânimo dos deputados ali reunidos. Alkmin, atendendo a um apelo geral, telefonou a um oficial do gabinete do ministro e perguntou-lhe se o general Lott ia passar o cargo simplesmente ou se alguma coisa devia ser esperada. O oficial, não desejando ser indiscreto, respondeu que “providências estavam sendo tomadas” e que, segundo era razoável concluir, “o ministro não passaria a pasta”.

A informação estourou como uma bomba entre os parlamentares, meus correligionários, que já julgavam a situação perdida. De fato, o general Lott, ao chegar ao ministério, reunira os principais líderes militares e lhes dera ciência de que decidira resistir ao desacato do presidente da República. Uma nota foi redigida, explicando sua atitude. “Tendo em conta a solução dada pelo presidente Carlos Luz ao caso do coronel Jurandir Bizarria Mamede” – declarava o documento –, “os chefes do Exército, julgando tal ato de positiva provocação aos brios do Exército, que viu postergados os princípios de disciplina, decidiram credenciar-nos como intérpretes dos anseios do Exército, objetivando o retorno à situação dos quadros normais do regime constitucional vigente. Acreditamos na solidariedade dos companheiros da Marinha e da Aeronáutica, e apelamos para os governadores dos estados, solicitando o seu apoio à nossa atitude.” O texto, como se vê, foi redigido às pressas. O que estava em jogo, naquele momento, era justamente a honra do Exército.

Mais ou menos às 2h30min da madrugada, os deputados tiveram notícia de que tropas já estavam marchando da Vila Militar para a cidade. Sucederam-se, daí em diante, as notícias sobre a ocupação dos diferentes pontos estratégicos do Rio. Às 3 horas, Alkmin me telefonou, relatando a marcha dos acontecimentos. Até aquele momento, quase nada se sabia em Belo Horizonte sobre a reação do Exército e, segundo posteriormente fui informado, o mesmo acontecia no Rio. Na realidade, a crise, havendo tido origem em motivos conspiratórios, ficara restrita a princípio aos círculos oficiais. O caso Mamede, analisado em sua verdadeira dimensão, nada tinha de político, ou mesmo de militarmente grave. Era um caso típico de disciplina militar. O relevo que adquiriu a importância que lhe foi emprestada resultou da sua exploração pelos empreiteiros da guerra civil.

Entretanto, mesmo que os udenistas tivessem razão, ao alegar que o general Lott estava agindo com excessivo rigor, o assunto era da competência exclusiva do ministro da Guerra e se circunscrevia à sua área privada de ação. O coronel era oficial do Exército e se achava requisitado para exercer funções na Escola Superior de Guerra havia quase dois anos. O artigo 37 do Regulamento da Escola limitava o tempo de permanência no estabelecimento a um ano, o que queria dizer que o coronel já tinha ultrapassado quase em dobro esse limite. O general Lott poderia, portanto, pedir sua reversão aos quadros do Exército.

Naquele momento – início da madrugada de 11 de novembro – Carlos Luz mostrava-se surpreendido ao tomar conhecimento de que desusado movimento de tropa estava se verificando nas imediações do Palácio da Guerra. Nem acuidade revelou para avaliar quais seriam as consequências do seu ato! Aliás, quando Alkmin lhe falara no dia anterior, advertindo-o sobre o perigo de atizar a fogueira, caso optasse pela demissão do ministro da Guerra, Carlos Luz sorriera com superioridade, tranquilizando-o, com a repetição de uma frase – “não haverá perturbação da ordem... pode escrever, não haverá qualquer perturbação da ordem!” – que bem definia o seu estado de espírito. E tão perfeita era a autossugestão que mandou ligar para o Ministério da Guerra e chamar, ao telefone, o general Teixeira Lott. A ligação fora feita e ele, tomando o fone, após ter dito que era o “presidente da República que desejava falar com o general Lott”, aguardava, com visível impaciência, o momento de ouvir o seu interlocutor. Houve um longo interregno de espera. Depois, a voz do mesmo oficial que havia atendido à chamada reaparecera na linha, simplesmente para informar: “O sr. general manda dizer a Vossa Excelência que está muito ocupado no momento e que, infelizmente, não pode vir ao telefone.”

Carlos Luz ficou lívido.

A lividez de Carlos Luz era justificada. Até então, havia pensado que bastava abrir a cauda real para que as tropas se recolhessem aos quartéis, a normalidade fosse restabelecida e o general Lott lhe pedisse desculpas. O desapontamento, na realidade, o chocara. Havia verificado, por fim, que a iridescência daquela majestosa cauda só existia em sua imaginação.

O general Lott agira com precisão e segurança admiráveis ao desfechar seu contragolpe. A Praça da República era uma praça de guerra.

A Polícia Central já havia sido ocupada, com a prisão do seu titular, o coronel Meneses Cortes. As bases da Aeronáutica tinham sido cercadas e tropas marchavam para isolar o Palácio do Catete. Carlos Luz, temendo ser preso, o que já acontecera ao seu novo ministro da Guerra, o general Fiúza de Castro, julgara melhor deixar a sede do governo e se refugiar no Arsenal da Marinha. Sua saída do Palácio do Catete, segundo informou a imprensa, revestiu-se de aspectos rocambolescos. Todos os principais conspiradores ali se achavam, e não havia condução para tanta gente. Estabeleceu-se o pânico, já que os tanques se aproximavam. Tudo se resolveu, porém, na base do *salve-se quem puder*. Houve empurrões. Ocorreram disputas. Verificou-se até troca de palavras. O carro presidencial partira, por fim, mas terrivelmente superlotado: segundo o testemunho de alguns jornalistas, cerca de 14 pessoas nele se aboletaram.

No Copacabana Palace prosseguiu a vigília dos deputados legalistas. O número engrossava a cada momento, com a chegada dos que iam sabendo da reunião e rumavam para o apartamento de Vítor Isler. Às 4 horas da manhã, o próprio general Lott telefonou para o Copacabana, desejando falar com Alkmin. Em rápidas palavras, expôs o que ocorria e solicitou que o líder do PSD seguisse imediatamente para o seu gabinete. Alkmin prontificou-se a ir, mas alegou a possibilidade de que, em face da ocupação da Praça da República, não conseguisse chegar ao Palácio da Guerra. O general, concordando com o deputado, contornou a situação, dizendo que o mandaria buscar, o que efetivamente fez.

Alkmin seguiu para o Ministério da Guerra em companhia do deputado Renato Archer e do comandante Heleno Nunes e, quando o carro alcançou a Praça da República, puderam ter uma ideia da extensão do contragolpe legalista. A praça estava tomada por tropas. Viam-se canhões e metralhadoras sobre a calçada fronteira ao edifício. Tanques se movimentavam, policiando os cruzamentos de ruas. No interior do ministério, o ambiente era de excitação. Militares davam ordens. Mensageiros partiam. Os elevadores subiam e desciam, superlotados. Numa sala, próxima ao gabinete do ministro, encontravam-se vários generais. Por fim, Alkmin chegara à presença do general Teixeira Lott.

Na rápida conversa com Alkmin, o general Lott perguntara se Nereu Ramos havia sido avisado sobre o que ocorria, pois, no caso da

deposição de Carlos Luz, seria ele o substituto imediato, de acordo com a lei. O ministro da Guerra disse que iria entender-se logo em seguida com o senador catarinense. Ao chegar ao gabinete, Alkmin verificou que Nereu Ramos ali já se encontrava e interpretou sua presença pela sugestão que tinha feito.

Ao ver Alkmin, o general Lott interpelou-o, com visível ansiedade: “E, agora, deputado, o senhor me disse que havia uma solução legal para a situação, mas como vamos resolvê-la?” Alkmin, sem perder a presença de espírito, apontou o senador catarinense: “Ali está a solução legal, general.” Lott, contrafeito, explicou: “O senador não quer aceitar a Presidência!” Alkmin caiu das nuvens. O movimento estava vitorioso, Carlos Luz já havia fugido do palácio, as Forças Armadas estavam unidas para a preservação da legalidade e, no momento de se preencher o cargo vago, o substituto legal recusava-se a aceitar a investidura!

A situação era, de fato, desconcertante. Alkmin sentiu-se aturdido. Preocupado com o problema, o general Lott interpelava-o com sua voz metálica, repetindo a mesma pergunta: “E, agora, Dr. Alkmin? Onde encontraremos a solução legal?” O líder do PSD decidiu remover a resistência de Nereu Ramos. Levou-o para um canto e passaram a conversar. O senador explicou as razões de sua atitude: não desejava criar uma situação de atrito entre as duas casas do Congresso, já que Carlos Luz ainda era o presidente da Câmara. Alkmin ponderou, então, que o raciocínio era válido para tempos normais, mas não o era em face de um movimento armado. Tomando-o pelo braço, conduziu-o até uma das janelas do gabinete e mostrou-lhe a praça, transformada em campo de manobras. Soldados estavam deitados no asfalto, controlando metralhadoras. Nas imediações da Central do Brasil viam-se carros de assalto. Em frente ao Campo de Santana, tanques iam e vinham, farejando o ar com seus canhões. Nereu Ramos observou a cena por alguns minutos, mas reafirmou seu ponto de vista. Não aceitaria o cargo. Poderia parecer excesso de escrúpulo, mas era sua decisão irrevogável.

Em face da situação, Alkmin lembrou-se do que o general Lott lhe havia dito dois dias antes, em sua residência, quando lhe transmitira a informação, colhida nos círculos políticos, de que seria demitido do Ministério da Guerra. Naquela ocasião, o general lhe confidenciara que “Café

Filho não é golpista. É até contra o golpe”. Recordando essa frase, Alkmin elaborou outra fórmula, para a solução legal do problema: persuadir Café Filho a assumir, incontinênti, a Presidência. Nesse sentido, ele escreveria uma carta a Flores da Cunha, que era o presidente em exercício da Câmara, declarando que, em face das graves ocorrências daquela noite, decidira reassumir a chefia do governo e que manteria todo o Ministério, que afinal havia sido por ele escolhido. Nessas condições, a crise seria contornada, já que a irritação dos militares fora provocada justamente pela atitude de franco desacato com que Carlos Luz havia tratado o chefe do Exército.

Alkmin percebera que o general Lott não desejava sair da legalidade. Reagira à provocação de Carlos Luz para preservar a honra e a dignidade do Exército, mas não pretendia, nem em pensamento, impor uma solução que contrariasse qualquer dispositivo constitucional. (Mais tarde, o general Lott iria confessar que, premido pelas circunstâncias, havia “permanecido, por alguns momentos, fora da lei”). Os momentos “em que havia permanecido fora da lei” haviam passado e, de novo, Lott era o homem dos regulamentos, da hierarquia, do respeito à lei. Alkmin compreendera admiravelmente a situação e sugerira a fórmula legalista. Lott aceitou-a imediatamente, autorizando o líder do PSD a tentar obter a carta.

Dirigiu-se para a sala contígua, onde se encontravam os generais, a fim de fazer as necessárias comunicações. Ali havia uma mesa telefônica, com diversos aparelhos espalhados sobre as mesas. Obteve uma ligação para a casa do Dr. Raimundo de Brito, médico particular de Café Filho. Explicou-lhe que estava no gabinete do ministro da Guerra e que a situação era da maior gravidade. Tinha necessidade de se avistar com Café Filho com a maior urgência possível, a fim de tentar encontrar uma solução para a crise.

Raimundo de Brito foi imperativo. Café Filho não poderia saber do que estava ocorrendo. Seu estado era extremamente delicado e, se tomasse conhecimento de que o país estava em crise, “patriota como era, poderia ter um colapso e morrer”. Alkmin ainda insistiu um pouco, procurando convencer Raimundo de Brito de que seria inútil persistir em sua atitude de manter Café Filho inabordável. Dada a evolução dos acontecimentos, já ninguém poderia assegurar, naquele momento, que o presidente *doente* reassumiria o governo. Mal informado sobre a situação – havia

sido despertado e tirado da cama pela madrugada – e ignorando, portanto, a extensão do movimento, o médico ainda se apegava à execução da trama conspiratória, da qual um dos itens de maior relevância era justamente a incomunicabilidade de Café Filho. A *doença* do presidente, porém, já se havia convertido num segredo de polichinelo. Naquele mesmo dia, Alkmin soubera que Café Filho, preocupado com as possíveis consequências da demissão do general Lott, tinha fornecido a Oséas Martins, já à noite, os termos de uma carta a ser dirigida ao ilustre general, agradecendo seus serviços e realçando-lhe a lealdade. Não seria uma carta simplesmente formal, mas uma mensagem afetuosa, trocada entre dois amigos. Café Filho receava que nem tudo corresse como havia sido planejado e, já se prevenindo, desejava ficar bem com o ministro da Guerra, o qual, se a conspiração falhasse, seria o homem forte do país. Essa carta, praticamente ditada por Café Filho, nunca chegou a ser posta em papel. A velocidade com que se desenvolviam os acontecimentos não permitiu a Oséas Martins achar tempo para datilografá-la.

Alkmin sabia desse detalhe e não ignorava, também, que Munhoz da Rocha, ministro da Agricultura, e Monteiro de Castro, chefe da Casa Civil, haviam *despachado* com o presidente *enfermo*, naquela noite. O próprio Munhoz da Rocha, em livro que escreveu mais tarde, confessaria que havia deixado o Hospital dos Servidores depois das 9 horas da noite. Café Filho não estava, assim, tão mal que não pudesse receber Alkmin por alguns minutos. Raimundo de Brito, porém, ignorava que Carlos Luz já havia sido deposto e estava refugiado no Arsenal da Marinha, onde se preparava para escapar para alto-mar, a bordo do cruzador *Tamandaré*. Apegava-se à antiga linha de representar o papel, que lhe havia sido distribuído, de dar cobertura, com a sua reputação de médico famoso, à *enfermidade imaginária* – segundo uma classificação de Molière, que se aplica ao caso, de forma perfeita – do presidente encerrado no Hospital dos Servidores.

Ao retornar ao gabinete do ministro, Alkmin foi interpelado novamente pelo general Lott. “Conseguiu alguma coisa, Dr. Alkmin?” – perguntou, com sua voz cuja estridência fazia mal aos ouvidos. O líder do PSD teve que confessar que havia fracassado naquela outra tentativa. O ambiente era pesado. Já eram 5 horas da manhã e o céu tornava-se claro, anunciando o sol. Alkmin conversou outra vez com Nereu Ramos,

repetindo-lhe o apelo para que assumisse a Presidência. Nereu mostrava-se irredutível. Observando o ambiente, Alkmin passou a temer que, em face da dificuldade em se encontrar uma solução, o general Lott não pudesse resistir à pressão dos generais que o cercavam e acabasse por concordar com o estabelecimento de um governo militar, o que significaria uma solução de continuidade, de consequências imprevisíveis no processo democrático. O general Lott estava apreensivo, igualmente. Temia que o agravamento da situação desaguasse numa fórmula contrária a seus princípios.

De momento a momento, chegavam notícias de que outros locais estratégicos haviam sido tomados, que novas prisões eram feitas e que se desmantelava, gradativa, mas firmemente, o esquema golpista com tanto carinho montado. Pouco depois, emprestando um colorido dramático à cena, chegara preso o general Alcides Etchegoyen, considerado um dos chefes da conspiração. Ao ser levado para uma sala, contígua à do ministro, sentira-se mal, sendo-lhe prestada assistência médica. O general Fiúza de Castro, também, ali se achava detido. O almirante Amorim do Vale, acreditando que ainda poderia resistir, lançara uma proclamação, incitando seus subordinados a não cederem à pressão do Exército. Quanto a ele, pessoalmente, iria deixar o Rio, a bordo do *Tamandaré*, em companhia de Carlos Luz, que transferia a sede do governo para Santos. O brigadeiro Eduardo Gomes tomara um avião e partira para São Paulo. No grande estado estava Jânio Quadros, governador e elemento de confiança dos conspiradores. Julgavam todos que ele comandaria a resistência, pondo-se à frente da Polícia estadual.

A situação era grave. Ou melhor, gravíssima. Urgia que se encontrasse uma solução para a crise. Em face da resistência de Raimundo de Brito, Alkmin decidira ir, pessoalmente, ao hospital e falar a Café Filho. O momento já não comportava farsas, mentiras e alegações idiotas da existência de uma doença, que só existia para efeitos externos. Comunicou sua intenção ao general Lott, que aprovou. Alkmin receou, porém, que o cerco estabelecido em torno de Café Filho não lhe permitisse acesso ao quarto do *doente*. O ministro determinou a um dos seus ajudantes de ordem que acompanhasse o líder do PSD e que, se encontrasse dificuldade, forçasse a entrada. Enquanto se preparava para sair, Alkmin conversou outra vez com Nereu Ramos, dizendo-lhe que, caso Café Filho não quisesse escrever

a carta, ele iria procurar o ministro José Linhares, o qual certamente concordaria em assumir a Presidência.

Ao fazer essa revelação, Nereu Ramos ficou pálido. O que ele mais temia era justamente o que Alkmin acabava de anunciar. Na sua opinião, qualquer um poderia ser presidente, menos o ministro Linhares. Além do mais, a convocação daquele magistrado iria barrar-lhe a vez de ser presidente no momento exato em que se encontrava a dois passos do Catete. O senador catarinense, homem digno e caráter ímpoluto, viveu, então, um dos maiores dramas íntimos de sua vida. Tinha dado sua palavra, e como poderia retirá-la? Alkmin, com a argúcia que lhe é característica, percebeu o que se passava. Carregou as cores da situação. Disse que, se telefonasse ao ministro Linhares, ele viria correndo tomar posse. Iria ao Servidores, naquele momento, mas tinha certeza de que se tratava de mais uma tentativa inútil. O esquema conspiratório estava muito bem montado e, apesar do fracasso do golpe no Rio, os udenistas julgavam certo que São Paulo reagiria. Nessas condições, ao voltar do Servidores, talvez aproveitasse a oportunidade para dar uma chegada à residência do ministro Linhares. Dessa forma, iria trazê-lo para tomar posse.

A referência à *posse* desarmou Nereu Ramos. Num minuto, a preocupação em não ferir suscetibilidades na área do Congresso desmoroçou-se. Entretanto, procurando suavizar sua repentina mudança de atitude, insinuou uma solução. “Se tivesse certeza de contar com o apoio dos meus colegas do Senado” – disse – “não teria dúvida em assumir a Presidência.” E acrescentou: “O que não desejo é que pensem que, ao aceitar o cargo, estou procurando criar uma situação de atrito entre as duas casas do Congresso.”

Alkmin compreendeu o alcance da insinuação. Tratava-se de coonestar uma atitude pessoal através do beneplácito do Senado. O problema não apresentava dificuldades. Correu ao telefone e se comunicou com Apolônio Sales, líder da maioria naquela casa. Este, que vinha acompanhando os acontecimentos pelo rádio, tomando conhecimento do que se passava, não só aprovou a escolha de Nereu Ramos, como também se prontificou a seguir imediatamente para o Ministério da Guerra para, como líder da maioria, ratificar pessoalmente o apoio do Senado à decisão.

A crise, que alguns momentos antes parecia insolúvel, subitamente perdera a pressão. Havia um presidente para o cargo vago! O que faltava, para dar cobertura jurídica à deposição de Carlos Luz, seria uma atitude do Congresso, votando o seu impedimento. Tratava-se de uma providência de caráter político. E, nesse terreno, ninguém melhor para coordenar as forças partidárias do que Alkmin.

Já era dia claro. Às 8h30min, Alkmin saiu do gabinete do general Lott, em companhia de Nereu Ramos e de Apolônio Sales. Deixou os dois senadores no Palácio Monroe e seguiu para seu hotel, em Copacabana, a fim de fazer a barba e tomar um banho. Às 9 horas, teria início a sessão extraordinária da Câmara, na qual seria votado o impedimento de Carlos Luz. Alkmin iria comandar a batalha. Teria que se apressar.

.....

Encerra-se o drama do golpismo

ENQUANTO O GENERAL LOTT desmontava o esquema golpista no Rio, eu acompanhava a evolução dos acontecimentos em companhia do governador Clóvis Salgado. Belo Horizonte, como ocorria em todo o país naquele momento, vivia dias de temor e apreensão. Após minha primeira conferência com Clóvis Salgado, logo que soube da demissão do general Lott, praticamente passei a morar no palácio. Conservava-me ali o dia inteiro, colado ao rádio, e as conferências e as trocas de impressões prolongavam-se pela noite afora.

Tão logo as notícias do que ocorria no Rio chegaram a Belo Horizonte, Clóvis Salgado redigiu uma nota, do próprio punho, dirigida ao povo mineiro. Deu conhecimento dos fatos que estavam tendo lugar na capital da República e revelou, através dela, sua decisão de lutar em defesa da legalidade. À medida que as horas passavam, avaliávamos com apreensão a extensão da crise e compreendemos, por fim, que o país atravessava um dos períodos mais trágicos da sua história. Projetando-se como o comandante civil do contragolpe, Alkmin telefonava a cada momento. A Força Pública estava de prontidão, noite e dia, e, no interior, articulava-se um movimento de resistência do próprio povo, com núcleos organizados nos municípios.

Clóvis Salgado havia conferenciado com o general comandante da guarnição federal em Belo Horizonte e o resultado desse entendimento fora o mais proveitoso possível. O general era um velho amigo meu. Em 1932, havíamos servido à mesma causa, trabalhando juntos no famoso Setor do Túnel – o mais sangrento de toda a Revolução Constitucionalista. Nessa época, ele era capitão de artilharia e eu capitão-médico do Hospital de Sangue. Numa das refregas em que tomara parte, recebera um ferimento na mão e fora operado por mim. Por causa disso tornamo-nos amigos e, ao longo da vida, embora trilhando caminhos diferentes, procuramos manter acesa aquela afeição recíproca. Foi para mim um prazer reencontrá-lo naquela hora, quando se decidia, no Rio, o meu destino político.

Conversamos, durante algum tempo – ele, Clóvis Salgado e eu. O general Jaime de Almeida, comandante do 4º DI de Belo Horizonte, foi franco e positivo. Defenderia a Constituição, ficando ao lado do general Lott. Pelo telefone, estabeleci contato com as autoridades militares no Ministério da Guerra e lhes dei conhecimento do que se passava no estado e qual era a disposição do seu governo. No dia 11 de novembro, assisti ao nascer do sol da varanda do palácio. Às 8 horas, após haver tido um relato completo do que ocorrera no Rio durante a noite, recolhi-me à casa do meu amigo Joubert Guerra, onde estava hospedado.

No Rio, os acontecimentos se desenrolavam com incrível velocidade. A reunião extraordinária da Câmara estava marcada para as 9 horas. Alkmin, deixando o Hotel Califórnia, em que estava hospedado, seguiu em companhia do deputado Renato Archer para o Palácio Tiradentes. Quando atingiram a praia do Flamengo, ouviram tiros de canhão e Renato Archer, sendo oficial da Marinha, identificou os disparos como de baterias de fortaleza. Era o *Tamandaré* que partia, levando a bordo o Estado-Maior da conspiração golpista. Estabeleceu-se um fogo cruzado entre a belonave, que deixava a baía, e os fortes de Copacabana e Duque de Caxias, que se mantinham ao lado do movimento legalista. O troar dos canhões alarmou a população e ocasionou algumas cenas de pânico, mas, felizmente, sem vítimas.

Flores da Cunha, presidente em exercício da Câmara, já se encontrava no Palácio Tiradentes desde as 8 horas da manhã. À mesma hora, realizava-se, na residência do deputado Afonso Arinos, uma reunião dos

líderes e parlamentares da UDN, do PL, do PDC e do PSB para um exame da situação, tendo em vista, principalmente, a sessão extraordinária da Câmara. O Palácio do Catete, após a agitação da noite anterior, estava às moscas. Na parte externa, viam-se tropas do Exército, sob o comando do coronel Bastos, do gabinete do ministro da Guerra, impedindo a aproximação de quem quer que fosse.

A sessão extraordinária da Câmara foi, como se esperava, de intensa agitação. Havia ficado decidido, entre os líderes dos partidos que defendiam a legalidade, que se votaria o impedimento de Carlos Luz. Seria a batalha dos que defendiam a lei contra os que pretendiam desrespeitá-la.

Como meu delegado pessoal e líder do PSD, Alkmin coordenou as forças partidárias, e foi redigido um projeto de resolução declarando o impedimento de Carlos Luz para exercer as funções de presidente da República e chamando para substituí-lo Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Os udenistas tudo fizeram para impedir a aprovação da moção e, com essa intenção, todos os recursos foram utilizados. O plenário converteu-se num vulcão. Trocavam-se insultos. Levantavam-se as mais esdrúxulas questões de ordem. Alkmin, porém, estava no comando da votação e foi concretizado o impedimento. Em seguida, a moção foi encaminhada ao Senado e ali obteve também a necessária aprovação. Nereu Ramos legalmente era o novo presidente da República e sua investidura teve lugar à tarde daquele mesmo dia, havendo o general Lott, como chefe do Exército, lido o termo de posse.

Empossado Nereu Ramos e composto o Ministério, o país voltou à calma, com o povo entregue às suas atividades normais. As forças militares que haviam ocupado diversos pontos da cidade foram retiradas aos poucos e recolhidas aos quartéis. No Parlamento, igualmente, nenhuma agitação se verificou, já que os udenistas, sem seus líderes para mobilizá-los, acabaram por se conformar com o fato consumado. Nas ruas, não ocorreu qualquer distúrbio, o que comprovava a falta de raízes da conspiração golpista. No Ministério da Guerra, só três generais ficaram contra o ministro Teixeira Lott: Alcides Etchegoyen, Tasso Tinoco e Fiúza de Castro. Na Marinha e na Aeronáutica existiam dissensões, pois os titulares dessas pastas estavam comprometidos com o *golpe*. Tratava-se, porém, de uma

minoria ativista que, utilizando o nome das corporações a que pertencia, gravitava em torno dos respectivos gabinetes.

Assim, a primeira manobra da grande conspiração – o afastamento do general Lott da pasta da Guerra, para desimpedir o caminho – havia fracassado. Carlos Luz fugira para São Paulo, em busca de apoio do governador bandeirante. Viajaram no cruzador *Tamandaré*, além de Carlos Luz, o coronel Canavarro, chefe da Casa Militar da Presidência da República, Carlos Lacerda, o comandante Sílvio Heck, responsável pelo navio, Marcondes Ferraz, ministro da Viação, almirante Amorim do Vale, ministro da Marinha, e o coronel Jurandir Bizarria Mamede, que se fizera famoso por haver representado, em todo aquele movimento, o papel de *boi de piranha*. A belonave, ao deixar a Guanabara, valeu-se da proteção de um cargueiro estrangeiro, atrás do qual se postou para evitar os tiros da fortaleza. A resistência se faria em São Paulo – assoalhavam os udenistas – já que ali se encontrava Jânio Quadros à frente da Força Pública do estado e dispondo do apoio das guarnições federais sediadas no grande estado.

Essa perspectiva de revanche animou o ânimo abatido da UDN. A imprensa udenista voltou sua atenção para a capital bandeirante, à espera da anunciada resistência. Naquela época, ainda havia quem acreditasse em Jânio Quadros. Estava iniciando sua carreira política e seria de se esperar que, ao ver os seus aliados em perigo, assumisse uma atitude corajosa, empunhando a bandeira que Carlos Luz não tivera força para manter desfraldada. A desilusão não tardou a dissipar as esperanças udenistas. Jânio Quadros não apenas não resistiu, mas lançou manifesto, elaborado em estilo barroco, declarando “sua lealdade aos amigos” e seu “respeito à Constituição” – duas coisas a que, na realidade, acabara de faltar. Desesperado, Carlos Luz deu ordem ao almirante Pena Boto para que fizesse o *Tamandaré* retornar ao Rio. Terminara aí a primeira e a mais importante manobra da aventura golpista. O governo, que se incumbira de realizá-la, havia durado precisamente dois dias e meio.

Nesse período, atendendo a pedidos de amigos, eu havia permanecido em Belo Horizonte. Era a capital do meu estado, onde dispunha de força para resistir a qualquer tentativa de esbulho da minha vitória nas urnas. Logo após Nereu Ramos haver sido empossado, vi-me assaltado por séria preocupação, esta, porém, de natureza familiar. Relacionava-se com

o estado de saúde de minha sogra, Luísa Gomes de Lemos, à qual sempre estivera ligado por laços de filial afeição. No dia 3 de outubro, por ocasião das eleições, numa demonstração de especial carinho pelo genro, ela havia saído de casa pela última vez, para votar em mim. Fora quase carregada, da residência à seção eleitoral. A enfermidade, de origem maligna, selara-lhe a sorte. No dia 18 de novembro de 1955, os médicos opinaram que ela fosse levada imediatamente a São Paulo, a fim de ser operada no Instituto do Câncer. Apesar da crise política, pus-me à disposição de Sarah para tentarmos, até o último recurso, salvar a vida da enferma.

Empossado Nereu Ramos e composto o Ministério, era de se esperar que a situação se normalizasse. Na realidade, o país estava em calma. O povo havia assistido a todos aqueles acontecimentos sem participar da agitação. A opinião pública era nitidamente favorável à posse dos eleitos. Em face da reação do general Lott, verificara-se que só parte da Marinha e da Aeronáutica estava de acordo com o *golpe*. Os titulares respectivos ficaram isolados no seio dos seus comandos e acharam prudente concentrar suas esperanças em São Paulo, já que confiavam na resistência de Jânio Quadros. Desilusões sucederam-se a desilusões.

Nereu Ramos, porém, vivia preocupado com a preservação da face jurídica do seu governo e, ao menor sinal de reação por parte dos udenistas, logo se alarmava. Assim, ao saber que Carlos Luz, desistindo de obter o apoio de São Paulo, estava de volta ao Rio, chamou Alkmin ao palácio, mostrando-se muito apreensivo. Temia que o presidente deposto, ao chegar à capital da República, persistisse em se considerar chefe do governo. Era necessário que ele renunciasse a esse cargo, de forma a dissipar a possibilidade de uma dualidade de poderes. Alkmin mostrou a Nereu Ramos que sua apreensão era injustificada. O general Lott tinha o controle absoluto da situação. Se Carlos Luz tomasse uma atitude daquela natureza, o que seria um desafio às Forças Armadas, seria fatalmente preso e recolhido a uma fortaleza.

Nereu Ramos, porém, não se mostrava tranquilo. Julgava que a solução seria Carlos Luz renunciar, pura e simplesmente, à presidência da Câmara, sancionando, com esse gesto, a transferência de poder. Nesse sentido, sugeriu a Alkmin que um emissário fosse enviado para se entender

com Carlos Luz e ele próprio indicou o deputado Ovídio de Abreu como a pessoa ideal para desempenhar aquela tarefa.

Alkmin acompanhou Ovídio de Abreu até o Arsenal da Marinha. O *Tamandaré* já estava fundeado na baía. Na realidade, o que havia preocupado Nereu Ramos fora uma proclamação de Carlos Luz, divulgada antes da sua fuga e endereçada ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e a todos os governos dos estados, e concebida nos seguintes termos: “Venho comunicar a V. Exa. que, resguardando a autoridade do cargo em que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo, a bordo de uma unidade da nossa Marinha, em águas territoriais.” Essa mensagem fora datada de 11 de novembro, quando o governo deposto, colhido de surpresa pela reação do general Lott, ainda acreditava que dispunha de algum apoio. No Rio, porém, nada se verificara. Em São Paulo, Jânio Quadros divulgara sucessivos comunicados, mas todos de sentido ambíguo, sem qualquer definição. A própria Assembleia Legislativa do estado havia aprovado, por 50 votos contra 5, uma moção de apoio ao general Lott. Tudo isso demonstrava que o povo paulista, apesar de haver votado em sua maioria contra mim, durante as eleições, reprovava aquela aventura golpista.

Quando o *Tamandaré* fundeou na baía, e antes que seus passageiros tivessem permissão para o desembarque, Ovídio de Abreu logo se dirigiu para bordo. Sua entrevista com o presidente deposto transcorreu num ambiente de perfeita cordialidade. O que Ovídio pretendia já era intenção de Carlos Luz praticar, já que lhe seria impossível retornar à presidência da Câmara, após aquela mesma Câmara haver aprovado, no dia anterior, seu próprio impedimento. O que o preocupava, no momento, era o comportamento que teria o governo, em relação aos que se encontravam no cruzador. Seriam presos? Suas imunidades parlamentares seriam respeitadas? Havia algum processo formado contra eles?

Ovídio de Abreu disse-lhe que poderiam desembarcar, sem preocupação. Nereu Ramos não lhe havia falado a respeito, mas podia garantir que aquela seria a atitude do governo. Se Carlos Luz o desejasse, porém, iria ao palácio e obteria do recém-empossado presidente uma palavra oficial a respeito. Ficou combinado, então, que o desembarque seria efetuado

e que Carlos Luz, tão logo chegasse à sua residência, redigiria a carta de renúncia que seria enviada a Nereu Ramos.

O desembarque realizou-se como Ovídio assegurara.

Nenhum dos passageiros, quer civil, quer militar, sofreu qualquer constrangimento. Apenas Carlos Lacerda, dado o destacado papel que havia desempenhado em toda a crise e em face da campanha pessoal que fizera contra o general Lott, julgara prudente solicitar asilo político à Embaixada de Cuba.

Deixando o cruzador, Ovídio de Abreu seguiu diretamente para o Catete, a fim de dar conta da missão ao presidente. Ao saber dos temores de Carlos Luz, relativos a possíveis represálias do governo, Nereu Ramos pediu a Ovídio que retornasse ao *Tamandaré* e reafirmasse, agora oficialmente, as garantias que havia prometido. À noite, quando Carlos Luz já se encontrava em sua residência, na Rua Siqueira Campos, em Copacabana, Ovídio para ali se dirigiu, a fim de obter a carta de renúncia.

A redação desse documento foi elaborada e levada a efeito a quatro mãos. Mal uma frase era concluída, o telefone soava, e Carlos Luz levantava-se para atender. Eram amigos e correligionários seus, dando-lhe informações sobre o que estava ocorrendo na cidade. Como a carta estava demorando a chegar ao Catete, Nereu Ramos, por sua vez, passara a manifestar o desejo de deixar a Presidência, entregando o governo aos militares. Surgira, assim, nova crise política.

A carta, por fim, fora concluída e Ovídio seguiu para o Catete. Isso ocorreu muito depois da meia-noite. Havia, entretanto, uma particularidade que logo gerou apreensões. Carlos Luz mandara dizer a Nereu Ramos que iria à Câmara no dia seguinte e que faria um longo discurso, historiando sua posição em face do contragolpe do general Lott e, ao concluir sua oração, entregaria, então, sua carta de renúncia ao presidente em exercício da Casa.

A notícia de que Carlos Luz pretendia falar causara irritação nos círculos militares. O governo já havia sido complacente em excesso com os políticos que haviam articulado o golpe. Agora, quando tudo estava serenado, eles se aproveitavam da generosidade com que vinham sendo tratados e pretendiam tumultuar a vida do país. Nereu Ramos teve que enfrentar graves desentendimentos com alguns militares, para assegurar o

cumprimento do seu compromisso de que os ex-passageiros do *Tamandaré* não sofressem coação.

A sessão da Câmara realizou-se em ambiente de grande tensão, mas nenhuma anormalidade ocorreu. Com a entrega da carta de renúncia à Mesa, encerrou-se definitivamente o capítulo Carlos Luz no movimento de 11 de novembro.

Entretanto, à medida que se diluía no cenário político a figura do ex-presidente da Câmara, nova ameaça passara a toldar os horizontes nacionais. Café Filho, que estava *gravemente enfermo* – sendo tão delicado seu estado que nem poderia ter conhecimento do que se passava no Rio, porque poderia *ter um colapso e morrer* – em face da renúncia de Carlos Luz recuperou-se de um dia para o outro. Era a nova farsa que se montava. No dia 18 de novembro, Carlos Lacerda deixou a Embaixada de Cuba, embarcando para o exterior, e, no mesmo dia, *O Globo* já anunciava o “completo restabelecimento do Sr. Café Filho”, o qual se dispunha a assumir, dentro de dois dias, a Presidência da República. E acrescentava que o ato se verificaria “amanhã, sexta-feira”, dia 18 de novembro – e que a hora também “estava assentada – 10 horas da manhã”.

Carlos Luz renunciara à presidência da Câmara dos Deputados no dia 14. Essa renúncia importava numa integral limpeza de terreno. Não sendo presidente da Câmara, já não poderia ter veleidades de voltar a substituir Café Filho. A questão que permanecia de pé era a do próprio Café Filho. Muitos dos meus amigos julgavam que, se fosse mantido o dispositivo militar chefiado pelo general Lott, Café poderia voltar à Presidência, pois estaria completamente controlado.

Com fundamento nesse raciocínio, Alkmin chegou a realizar algumas *démarches*. Auxiliado por Rubens Berardo, avistou-se com Munhoz da Rocha, ex-ministro da Agricultura de Café Filho. Pouco depois, Antônio Balbino fez idênticas gestões de concerto político e o mesmo fora levado a efeito por Arnaldo Cerdeira e Cirilo Júnior. No dia 15, Café Filho trocou o Hospital dos Servidores pela Casa de Saúde São Vicente, na Gávea. A mudança oferecia duas vantagens: a Gávea, sendo de acesso difícil, seria mais propícia para as confabulações em torno da sua volta ao poder; e, sendo uma casa de saúde, serviria para manter a já desmoralizada imagem de que ele era um *enfermo*.

O estado da minha sogra se agravara assustadoramente e, não podendo ocupar-me dos acontecimentos políticos, permanecia em Belo Horizonte, só sabendo o que se passava no Rio pelo telefone. Alkmin comunicava-se comigo diversas vezes por dia. Informava-me que as *démarches*, no sentido de uma reconciliação política, não vinham obtendo maior progresso, devido à intransigência de Café Filho. Apegado a veleidades, exigia absoluta autonomia para retornar ao governo. Os udenistas, inábeis como sempre, já anunciavam a demissão sumária do general Lott para quando Café Filho reorganizasse seu Ministério.

No dia 18, agravando-se o estado de saúde de minha sogra, providenciei um avião especial e seguimos todos para São Paulo. Do aeroporto, na capital bandeirante, seguimos diretamente para o Instituto do Câncer. No dia 21, às 9 horas da manhã, ela foi submetida a uma delicada operação, que se prolongou por seis horas, falecendo na sala de cirurgia. Durante todo o tempo, conservei-me ao seu lado, acompanhando o desenrolar do processo operatório. Quando deixei a sala e tirava o avental no vestiário dos médicos, soube do que estava ocorrendo no Rio.

Logo em seguida, chegaram ao hospital o ex-governador Lucas Garcez e Sebastião Pais de Almeida. Foram em visita de pêsames, já que a notícia havia sido divulgada, e aproveitaram a oportunidade para me fornecer detalhes sobre os acontecimentos na capital da República. Ademir de Barros – que também viera me visitar –, conhecendo o ambiente político paulista e os compromissos de Jânio Quadros com Café Filho, aconselhou-me a deixar o estado o mais rapidamente possível. Segundo sua opinião, sendo eu o presidente eleito, os udenistas poderiam se valer de Jânio Quadros para me submeter a qualquer constrangimento. Sebastião Pais de Almeida, partilhando das apreensões do ex-governador, pôs à minha disposição um avião para que pudesse transportar o corpo da minha sogra para Belo Horizonte. Chovia copiosamente e, apesar do mau tempo, logo afluíram ao hospital numerosas pessoas da sociedade paulista. Todas ali foram para levar ao genro enlutado e ao presidente eleito a expressão da sua mais irrestrita solidariedade. E não foram apenas elementos da sociedade que fizeram questão de participar, comigo, das apreensões do momento. Gente humilde também – operários, moradores dos subúrbios, mulheres pobremente vestidas acotovelavam-se nos portões do hospital, a

fim de me proporcionar, naquela hora de luto na família e de ameaças ao mandato de presidente eleito, o conforto moral do seu singelo apoio. Houve, porém, uma exceção, e ela se revelou tão chocante que não me parece justo deixar de ressaltá-la. Refiro-me à atitude do governador do estado, Jânio Quadros. Enquanto políticos de todos os partidos, esquecendo suas divergências, acorreram ao Instituto do Câncer para me levar as expressões da sua solidariedade, Jânio Quadros não se dignou a enviar um contínuo que fosse do Palácio dos Campos Elíseos para, em seu nome, fazer uma visita de pêsames à família. Cheguei a São Paulo com a minha sogra doente e retornei a Minas, acompanhando seu corpo, e ao chefe do Executivo paulista não sobrava tempo para me mandar, ao menos, um telegrama de condolências, restrito que fosse a duas palavras. Às 10 horas da noite, o avião, posto à minha disposição por Sebastião Pais de Almeida, levantou voo em São Paulo, com destino a Belo Horizonte, sob terríveis condições de tempo.

No Rio, a situação passara a deteriorar-se, desde que Carlos Luz renunciara à presidência da Câmara. Com a transferência de Café Filho do Hospital dos Servidores para a Clínica São Vicente, em torno dele reagruparam-se mais uma vez os líderes do *golpe* fracassado. A imprensa udenista, fazendo o bicho-papão, anunciava, todos os dias, o retorno imediato do *enfermo* à chefia do governo. Se, antes, havia interesse em ressaltar a gravidade do estado de saúde de Café Filho, o que se verificava agora era a preocupação, por parte de todos os udenistas, de acentuar sua integral recuperação. “São como um coco!” – chegou a exclamar um exaltado comentarista político. Começaram a surgir, então, as fotografias do presidente, vestindo o seu indefectível pijama listrado, que durante alguns dias haviam desaparecido dos jornais e revistas. Logo se providenciou a celebração de uma *missa em ação de graças* na Candelária pelo seu restabelecimento. “À revelia do presidente”, acentuavam os empreiteiros da homenagem, para emprestar-lhe um cunho espontâneo e popular.

Antes da meia-noite, o avião pousava em Belo Horizonte, sob uma chuva torrencial. Tivemos dificuldade em retirar o caixão para conduzi-lo à minha residência, onde seria realizado o velório. No dia seguinte, ainda sob o temporal, foi realizado o enterro, que teve enorme acompanhamento. Deixei o Cemitério do Bonfim pouco depois das 4 horas da

tarde e seguiu diretamente para o aeroporto, a fim de levar Sarah e as meninas, que voariam para o Rio. Sarah estava muito abalada e julguei melhor que se ausentasse de Belo Horizonte, a fim de que, mudando de ambiente, pudesse sentir menos a perda de D. Luísa. Quanto a mim, permaneci na capital mineira.

Assim que Café Filho se instalou na Casa de Saúde São Vicente, os líderes udenistas passaram a dar entrevistas à imprensa sobre a sua volta imediata ao governo. Pouco depois, uma junta médica, organizada nos mesmos moldes da anterior – que atestara a gravidade do seu estado de saúde –, lançou boletim, assegurando seu completo restabelecimento. Os jornais udenistas anunciavam, diariamente, a volta iminente do *enfermo*. Em face dessas notícias, alarmaram-se as Forças Armadas. O general Lott havia estado alguns minutos *fora da lei*, contrariando seu passado legalista, apenas para impedir Carlos Luz, e, passado o incidente, iria se conformar em ver restabelecido o mesmo esquema golpista? Movimentaram-se, de novo, os líderes militares. Reuniram-se os responsáveis pelos diferentes comandos e, dessa troca de opiniões, resultara uma decisão, que era a da maioria legalista das três Armas: a volta de Café Filho implicaria a retomada da linha golpista, com o propósito de se impedir a posse do presidente eleito.

No dia 20 de novembro, credenciado pelas Forças Armadas, Lott procurou Café Filho na Casa de Saúde São Vicente. A entrevista foi áspera, já que houve franqueza de parte a parte. O ministro da Guerra ali comparecera apenas para comunicar ao *enfermo* que, em face do que ficara resolvido na reunião dos líderes militares do movimento de 11 de novembro, não seria tolerada sua volta ao Catete. Café Filho esperneou. Disse que era o presidente constitucional e que reassumiria de qualquer forma. Alegou que havia sido ele quem escolhera Lott para o Ministério da Guerra, e como é que, naquele momento, o ex-ministro da sua confiança vinha impedi-lo de reassumir suas funções? Lott disse o que tinha para dizer e saiu, acompanhado pelo general Odílio Denis, que o fora procurar na Casa de Saúde. Pouco depois, realizava-se uma reunião de líderes militares no Palácio da Guerra.

Café Filho, tomando conhecimento do *ultimatum*, agiu com presteza. Reuniu-se com seus antigos ministros e, durante algum tempo,

debateu com eles a estratégia a ser adotada. Estiveram presentes o brigadeiro Eduardo Gomes, o almirante Amorim do Vale, o deputado Prado Kelly, o ex-ministro Munhoz da Rocha e o ex-chefe da Casa Civil Monteiro de Castro. O que ficou combinado foi o seguinte: Café Filho enviaria uma mensagem a Nereu Ramos, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado e ao presidente do Supremo Tribunal Federal comunicando que, naquele dia, reassumia as suas funções. A mensagem era curta – cinco linhas, no máximo –, pois era necessário ganhar tempo. As cópias, dirigidas às Casas do Congresso e ao Supremo Tribunal, chegaram sem dificuldade ao seu destino. Já o mesmo não aconteceu com a que era dirigida a Nereu Ramos. O portador, Oséas Martins, secretário particular de Café Filho, fora impedido de entrar no Catete pela guarda presidencial. Entrementes, Café Filho trocava o seu pijama listrado por uma roupa decente e se dirigia para o seu apartamento, no Posto 6, em Copacabana, acompanhado de ex-auxiliares do seu governo e de alguns parlamentares udenistas.

Mal Café Filho chegara à residência, tropas do Exército ocuparam as ruas que davam acesso ao edifício em que ele morava, bloqueando o quarteirão. O telefone do apartamento foi cortado e os acompanhantes do ex-presidente tiveram que permanecer no local, já que tiveram a sua saída impedida pelos soldados. Enquanto tais fatos ocorriam no Posto 6, em Copacabana, diversos membros da maioria parlamentar se reuniram na residência de Tancredo Neves. Entre estes, José Maria Alkmin. Pelo telefone, ficara acertada com os chefes militares a atitude a ser tomada: votar-se, nas Casas do Congresso, o impedimento de Café Filho.

No dia seguinte, 21 de novembro, grandes acontecimentos estavam sendo aguardados. A Câmara havia sido convocada. Forças do Exército eram vistas guarnecendo diversos pontos da cidade. No Ministério da Guerra, tinham lugar reuniões sucessivas dos chefes militares. E os líderes políticos eram vistos, no interior de carros, sendo transportados de um lado para outro, para os indispensáveis contatos.

Conforme havia sido noticiado, realizou-se à noite a reunião da Câmara. Já se sabia da mensagem dirigida por Café Filho ao presidente da Câmara, pois ela havia chegado à tarde do Palácio Tiradentes. Como o assunto era grave, o presidente da Mesa na ocasião, que era Godói Ilha, jul-

gou prudente não levá-la ao conhecimento do plenário até que tivesse um entendimento a respeito com as lideranças. A UDN, porém, não concordou com o expediente e tumultuou a sessão, exigindo que a comunicação fosse levada ao conhecimento da Casa. Debates calorosos tiveram lugar, mas o ponto de vista da maioria prevaleceu, com o adiamento para a sessão da noite da discussão do documento.

Às 21 horas, o Palácio Tiradentes estava repleto. Respirava-se um ambiente de intensa expectativa, pois, desde a tarde, circulavam rumores de que a maioria, atendendo a uma sugestão dos líderes militares, iria votar o impedimento de Café Filho. Na realidade, com exceção da minoria golpista, todos estavam de acordo sobre a inconveniência do retorno de Café Filho ao poder. A nação estava cansada de manobras, de subterfúgios para se escapar à legalidade.

Naquele momento, estava à frente do governo Nereu Ramos – homem íntegro, talvez apegado em excesso a formalísticas jurídicas, mas incapaz de se valer do cargo para golpear a Constituição. A volta de Café Filho iria significar, certamente, a reimplantação do regime de insegurança. O povo já havia falado: não desejava os udenistas no poder. Nessas condições, antes que o país pudesse ser mergulhado na guerra civil, seria melhor impedi-lo de completar o mandato, a fim de que a tranquilidade da nação não fosse perturbada. Assim pensavam os líderes militares e esse era o sentimento da maioria esmagadora do povo. À noite, como era esperado, surgiu a moção, subscrita por 108 deputados, propondo o impedimento de Café Filho, com fundamento no art. 79, § 1º, da Constituição Federal, com a convocação, para o exercício do cargo de presidente da República, do vice-presidente do Senado. Era a legalização do *status quo*, a ratificação pelo Congresso de uma situação de fato.

Em face da resolução da Câmara, logo ratificada pelo Senado, o país respirou aliviado. O general Lott tomara a precaução de espalhar algumas tropas pela cidade, a fim de prevenir possíveis perturbações da ordem. Nada, porém, aconteceu. Apenas a imprensa udenista se esforçou por transformar Café Filho em herói nacional, proporcionando-lhe páginas inteiras de noticiário.

Como última providência de inconformismo ao ato do Congresso, Café Filho ainda tentou um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribu-

nal Federal. Como os elementos udenistas ainda se mostrassem irrequietos e houvessem voltado a pregar abertamente outro *golpe*, desta vez para depor Nereu Ramos, este, atendendo a uma sugestão dos ministros militares, enviou mensagem ao Congresso propondo a decretação do estado de sítio, o que igualmente foi aprovado.

A nação voltou, assim, à sua habitual tranquilidade. Os udenistas, temerosos da suspensão das garantias constitucionais, implícita no estado de sítio, julgaram mais prudente refrear seu entusiasmo. A imprensa, seguindo o exemplo dos seus inspiradores, adotou, igualmente, uma atitude discreta. E, por fim, o próprio Café Filho incumbiu-se de alienar as esperanças dos agitadores mais renitentes. Interpelado por *O Globo* se, apesar de tudo, ainda pretendia retornar, um dia, ao governo, respondeu, com aquela sem-cerimônia do caboclo nordestino:

– De que jeito, menino?

.....
Primeiros problemas antes da posse

O IMPEDIMENTO de Café Filho foi o último episódio dramático da minha campanha. A crise artificial, criada para perturbar a minha posse, havia sido esvaziada pela afoiteza com que os próprios conspiradores tentaram se apoderar do governo. Tudo se iniciara com o manifesto dos ministros militares, divulgado em 23 de dezembro de 1954. A partir daí, a hostilidade do governo Café Filho contra a minha candidatura foi num crescendo, sem um só dia de interrupção, até 21 de novembro de 1955. Assim, fiz toda a campanha sob um clima de ameaças e, quando partia para uma das minhas viagens de propaganda eleitoral, nunca sabia se voltaria ainda candidato ou se estaria preso e condenado ao exílio. Tenacidade, paciência, coragem e serenidade de espírito foram as armas de que lancei mão para fazer frente àqueles meses de crise.

Quando soube do impedimento de Café Filho, na manhã de 22 de novembro, deixei o Palácio da Liberdade, onde havia passado a noite colado ao rádio, e segui para casa, a fim de repousar. Estava exausto, mas sereno. Tinha a consciência tranquila, mas não me iludia sobre as enormes responsabilidades que me pesavam nos ombros. Daí por que, ao me deitar, lembrei-me das palavras do governador Clóvis Salgado, pronunciadas quando o rádio havia anunciado aquele impedimento: “Juscelino, isto é o

fim. Agora, sua posse está garantida.” Ajeitando o travesseiro, recordei a frase e instintivamente acrescentei, falando para mim mesmo: “O fim, não, o começo.” Segundos depois, estava dormindo.

De fato, aquilo não era o fim, mas o começo. Em face da deposição de Carlos Luz e do impedimento de Café Filho, o esquema golpista havia sido desmontado. Entretanto, os elementos que dele eram parte integrante ainda se encontravam no Parlamento, à frente de grandes jornais e no seio das Forças Armadas, demonstrando, por atos e palavras, que não se conformariam com a nova situação. O regime ainda estava ameaçado. O presidente Nereu Ramos havia enviado mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de sítio pelo período de trinta dias. Em sua exposição de motivos, fora direto e explícito: “As garantias constitucionais, cuja suspensão se impõe, são apenas aquelas que dizem respeito mais diretamente à investigação, à prevenção e à repressão do movimento subversivo, que vem prosperando nas últimas semanas, e cuja irrupção iminente conduziu aos acontecimentos de 11 de novembro e à subsequente deliberação do Congresso Nacional sobre a substituição do presidente da República.”

Certamente muito custou a Nereu Ramos tomar essa atitude. Contudo, a situação nacional estava longe de se mostrar tranquila. Em São Paulo, estava Jânio Quadros à frente do governo do estado. O próprio brigadeiro Eduardo Gomes, por ocasião do contragolpe do general Lott, tomara um avião e voara, sozinho, para São Paulo, acreditando que ali poderia prosseguir a cruzada iniciada no Rio.

Com o general Lott no Ministério da Guerra, deposto Carlos Luz e com o brigadeiro Eduardo Gomes e o almirante Amorim do Vale afastados das suas respectivas pastas, o governador paulista julgara mais prudente calar-se. Poderia aguardar um pouco, pois havia ainda uma esperança: um possível retorno de Café Filho ao poder. No dia 14, acreditando que estava por horas o restabelecimento da situação anterior, Jânio Quadros dirigia uma mensagem ao povo paulista, na qual declarava que não havia tomado qualquer atitude porque “alimentava dúvidas concernentes à autenticidade e ao conteúdo dos despachos” que lhe haviam chegado. Entretanto, no mesmo comunicado, confessava que o ministro da Viação do governo deposto, Otávio Marcondes Ferraz, e que era da sua absoluta confiança, telefonara-lhe às 4 horas da madrugada do dia 11, fazendo um

relato completo do que ocorria no Rio. Julgando, porém, que a situação iria evoluir de maneira favorável, lançara mão das suas habituais expressões: “Ninguém me diminuirá do cargo, não existindo força sobre a Terra que me aparte, sem o meu último sacrifício, da absoluta plenitude do múnus constitucional de que estou investido!” Quando, porém, se consumou o impedimento de Café Filho, o governador paulista procurou se compor no seio da nova situação.

A votação do estado de sítio dera origem, igualmente, a veementes debates no Congresso. A minoria tudo fizera para impedi-la, mas seus esforços resultaram inúteis. A mensagem presidencial foi aprovada, no dia 23 de novembro, pela esmagadora maioria de 178 votos contra 91. Enquanto esses fatos ocorriam no Legislativo, Café Filho, tentando o último recurso, havia recorrido ao Supremo Tribunal Federal, impetrando um *habeas corpus*. No dia 15 de dezembro, o Supremo Tribunal, apreciando o pedido, decidira sustar o julgamento até que se expirasse o prazo de vigência do estado de sítio.

Esse pronunciamento da Suprema Corte levava euforia aos arraiais udenistas. Os repórteres acorreram à residência de Café Filho, que se deixou fotografar, mais uma vez, de pijama e declarara, com solenidade: “Não renunciarei.” No dia seguinte, entregou ao general Juraci Magalhães um comunicado, no qual afirmava que a não apreciação do seu *habeas corpus* fora motivada porque o Supremo Tribunal “havia entendido que defrontamos um governo de fato, que se mantém, se conserva e se defende pela força militar”.

Tratava-se de uma atitude inédita e de clamorosa inabilidade. Em face do escrúpulo dos ministros, que evitavam prolatar uma sentença que não poderia ter força de lei, ante o estado de sítio, o postulante, a eles se adiantando, arrogava-se o direito de interpretar-lhes a decisão, e o fazia de modo faccioso, atribuindo-lhes um propósito inteiramente descabido. E tanto isso era verdade que, extinto o estado de sítio, o Supremo Tribunal negou o *habeas corpus* impetrado, assim como já havia negado, antes, o mandado de segurança, também por ele requerido.

Em face de todos esses fatos e atendendo a ponderações de amigos, resolvi permanecer em Belo Horizonte, a fim de evitar que, participando dos acontecimentos que tinham lugar na capital federal, pudesse

me comprometer, sendo vítima de um desnecessário desgaste político. Às vésperas do Natal, porém, retornei ao Rio. Julgava que o melhor caminho a trilhar, naquele momento, seria o de fazer uma longa viagem pelo exterior. Enquanto os inconformados se digladiassem no Brasil, numa desprimorosa manifestação de provincianismo político, eu estaria no exterior em contato com os chefes de Estado e com os líderes das grandes nações, realizando entendimentos sobre os recursos que pudessem ser facilitados para a execução do meu Programa de Metas. Haveria, além disso, outra vantagem ao realizar aquela excursão: os brasileiros só tomariam conhecimento do que ocorria comigo através da imprensa. Seria uma maneira de estar presente na memória do povo, não em ligação pessoal e direta, mas de uma maneira simbólica, por intermédio de uma imagem.

Entretanto, existiam alguns problemas políticos que deveriam ser solucionados antes dessa viagem. Um deles – e, por sinal, de certa gravidade – era o de estabelecer com João Goulart a participação que o PTB teria no governo. No acordo feito com os petebistas, havia ficado combinado que, além da inclusão de João Goulart na minha chapa, como vice-presidente, o partido indicaria dois nomes para o Ministério.

Na ocasião, eu tentara deixar em aberto a questão do preenchimento dessas duas pastas. João Goulart insistira, entretanto, em que lhe fossem reservados os ministérios da Agricultura e do Trabalho. Quanto ao da Agricultura, não havia motivos para preocupações. Tratava-se de uma pasta apolítica, com uma esfera de atribuições limitada e inadequada, portanto, a manobras eleitorais. Todavia, já era bem diferente a situação do Ministério do Trabalho.

João Goulart já havia ocupado aquela pasta, e dela fora retirado por imposição dos militares, em decorrência do famoso *Manifesto dos Coronéis*.

Na época desses entendimentos, o assunto não apresentava qualquer gravidade. Entretanto, em dezembro de 1955, a situação já era bem diferente. A inclusão de João Goulart na minha chapa havia causado irritação em certos setores militares, principalmente entre a oficialidade jovem. Depois, ocorreram os acontecimentos de 11 e 21 de novembro. As Forças Armadas estavam coesas e o vínculo que cimentava essa coesão era justamente um exacerbado espírito de legalidade.

Vi-me, pois, numa situação difícil. Havia assumido um compromisso com João Goulart e, como é do meu feitio, não iria faltar com a palavra dada. O que me competia fazer seria policiar os nomes indicados por ele, de forma a não criar novas áreas de atrito. Antes desse encontro, eu me havia preparado convenientemente para a discussão do problema. O que precisava ter em mente era evitar uma escolha que subentendesse qualquer simpatia pelo comunismo. No balanço de nomes, um logo se impusera à minha consideração. Tratava-se do senador Parsifal Barroso, católico praticante, representante do PTB no Ceará. Seria um excelente candidato a ministro, mas certamente não seria da primeira linha dos nomes indicados por João Goulart. Mesmo assim, fixei-me nessa preferência e, depois de pesá-la bem, telegrafei a João Goulart, que se encontrava no Rio Grande, pedindo-lhe que viesse a Belo Horizonte. A fim de apressar o encontro, pois tinha necessidade de resolver aquele problema antes do meu embarque para os Estados Unidos, enviei o avião que me servira durante a campanha para trazê-lo.

João Goulart chegara pela manhã a Belo Horizonte e conferenciamos na minha casa da Pampulha. Discutimos o assunto longamente e expus as circunstâncias que me obrigavam a optar por um elemento moderado, cuja presença no Ministério não fosse olhada com desconfiança. Sugeri, então, o nome de Parsifal Barroso, que ele aceitou. O problema estava resolvido. Respirei aliviado. Quanto à pasta da Agricultura, não havia qualquer dificuldade. Ele indicou o governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, que imediatamente aceitei. Terminada a conferência, fomos almoçar num restaurante no centro da cidade, e após a refeição regressamos juntos – eu fiquei no Rio, onde a família me aguardava, e João Goulart seguiu para o Rio Grande do Sul.

A outra pasta cujo preenchimento me preocupava era a da Guerra. Através de sondagens iniciais, levadas a efeito por amigos comuns, tivera conhecimento de que o general Lott não estaria disposto a aceitá-la. Naquele momento, porém, estava muito ocupado com os preparativos para a viagem à Europa e não dispunha de tempo para solucionar aquele caso, o que faria quando retornasse ao Brasil.

Concluídos os entendimentos para minha excursão ao exterior, fixei, então, a data da minha partida: 4 de janeiro de 1956.

.....
Excursão Estados Unidos-Europa

NO SETOR POLÍTICO, ainda fermentavam ódios recalcados que não tardariam a irromper sob a forma de tentativas de intrigas, tendo por objetivo criar um ambiente de desconfiança entre Nereu Ramos e eu. Dizia-se, por exemplo, que o meu governo seria de vinditas; que eu iria desencadear uma política de perseguição aos adversários e, com isso, tumultuar a vida do país. Em relação a Nereu Ramos, pessoalmente, passaram a adverti-lo de que, reconhecendo a minha eleição, ele se revelava conivente com aquele estado de coisas. Deveria reagir a fim de evitar que tudo desaguasse na violência e na supressão das liberdades.

Essas intrigas até certo ponto obtiveram êxito. Nereu Ramos passara a acreditar que, depois de 31 de janeiro, o Brasil mergulharia na opressão e que uma onda de perseguição seria desencadeada contra todos aqueles que se haviam oposto à minha candidatura. Daí a maneira cerimoniosa com que passara a me tratar, nos poucos dias que me restavam para a data da minha partida. Sabendo disso, evitei maiores contatos com ele e deixei que nossas relações se mantivessem num terreno estritamente protocolar.

Apesar das advertências de numerosos correligionários, no sentido de que seria uma temeridade afastar-me do Brasil naquele momento,

providenciei tudo para que a minha viagem não pudesse ser retardada. Levaria apenas um secretário: Osvaldo Penido. O Itamaraty designara os diplomatas Roberto Campos e Edmundo Barbosa da Silva, que me acompanhariam como assessores nos meus contatos com as autoridades estrangeiras. No dia 3 de janeiro, em entrevista à imprensa, declarei: “Desejo atrair a atenção do mundo para o Brasil, e, em especial, a atenção do mundo econômico.” O roteiro da viagem incluiria, além das grandes nações, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Holanda, a Bélgica, a Itália e a Alemanha, países estreitamente ligados, por motivos históricos, ao Brasil, como Portugal e a Espanha. Não me esqueci de acrescentar ao programa uma visita à cidade do Vaticano, a fim de receber, pessoalmente, a bênção do papa, que, na época, era Pio XII.

O que tinha em mente, ao realizar aquela excursão, não era apenas afastar-me por algum tempo da cena política nacional, de forma a permitir que as paixões serenassem, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães da indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, de forma a tentar interessá-los naquela arrancada.

Entretanto, nem tudo deveria ocorrer como seria de esperar. A vida diplomática é sempre complexa e logo surgiram questões de protocolo, justamente no que dizia respeito aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha. O Superior Tribunal Eleitoral ainda não me havia proclamado presidente eleito, o que levou aqueles governos a manifestarem, nas conversas iniciais, a necessidade de que o programa da minha visita fosse reduzido, já que não se tratava de uma recepção a um chefe de Estado. Isso implicaria duas limitações: não seria hospedado na Blair House, de Washington, destinada aos visitantes ilustres, e a rainha da Inglaterra, que se encontrava no castelo de Balmoral, na Escócia, não interromperia sua vilegiatura para vir me receber em Londres.

Informado do que ocorria, sem qualquer alarde eliminei esses dois países do meu itinerário. Os Estados Unidos verificaram, imediatamente, o erro que haviam cometido, e que poderia ter graves consequências no desenvolvimento das relações entre os dois países e, através de gestões diplomáticas adequadas, modificaram sua atitude, fazendo-me

saber que me seriam tributadas honras de chefe de Estado. A Inglaterra foi mais lenta em suas providências e, desde logo, cortei-a do meu programa de visitas. Quando estava em Washington, porém, o embaixador de Sua Majestade britânica nos Estados Unidos procurou-me na Blair House, onde estava hospedado, e transmitiu-me, com uma insistência pouco comum aos diplomatas, o pedido do governo de Londres, no sentido de que reservasse alguns dias da minha permanência na Europa para uma visita à Inglaterra.

Naquela altura, já era difícil qualquer modificação no programa da excursão, que envolvia diversos países e teria que ser realizada em prazo exíguo. Entretanto, o representante inglês havia conquistado as boas graças do embaixador João Carlos Muniz e este insistiu comigo em que atendesse ao pedido, a fim de se evitar qualquer ressentimento futuro. Diante das circunstâncias, incluí a Inglaterra no itinerário.

Assim, às 9 horas da manhã do dia 4 de janeiro, embarquei no Rio em direção aos Estados Unidos, com escala na República Dominicana. De acordo com o protocolo, deveria desembarcar no território norte-americano na base de Key West, na Flórida, onde seria recebido pelo presidente Eisenhower, que ali se encontrava em tratamento, após o enfarte de que havia sido acometido. Em Washington, o vice-presidente Nixon faria as honras da casa, recepcionando-me em nome do governo.

O Constellation chegou a Key West às 7h44min da manhã do dia 5, mas fizera uma escala, à meia-noite, em São Domingos, onde pude assistir a uma suntuosa festa, promovida pelo generalíssimo Trujillo, para coroar uma de suas filhas como *rainha* num concurso de beleza. A aterrissagem em Key West teve lugar no aeroporto naval Boca Chica, distante 9 milhas do local onde se encontrava o presidente. Era uma manhã de inverno, fria e agradável. Aguardavam-me, no aeroporto, o embaixador João Carlos Muniz, nosso representante em Washington; o Sr. James Hagerty, secretário de imprensa da Casa Branca; o Sr. James Dunn, embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro; o almirante H. H. Henderson, comandante da base naval de Key West; e diversas outras autoridades civis e militares.

Do aeroporto, fui conduzido diretamente para a residência de Eisenhower, já que estava convidado para tomar o pequeno almoço em sua

companhia. Conhecia-o, de vista, da época em que visitara o Brasil, quando fora recepcionado no plenário da Câmara e eu era, então, deputado. Naquela ocasião, Otávio Mangabeira, incumbido de saudá-lo, cometera a imprudência de beijar a mão do soldado “que empunhara a espada para libertar a Europa do jugo nazista”. O gesto causara surpresa e, no dia seguinte, o deputado João Henrique, de Uberaba, comparecera à tribuna para estranhar, em vibrante discurso, a atitude do parlamentar baiano, considerando-a vexatória e inadequada à soberania do Congresso. Surgiram protestos dos correligionários de Otávio Mangabeira e a sessão transcorreu numa atmosfera de grande agitação. O episódio, porém, logo degenerou em pilhéria. O jornalista Paulo Silveira, conhecido por sua irreverência, sepultou em ridículo a atitude do ilustre parlamentar analisando-a, com admirável ironia, num artigo que obteve a maior repercussão, intitulado *A beijoca do Mangaba...*

Eisenhower recebeu-me com grande efusão. Como minha demora em Key West seria de apenas uma hora, o presidente manifestou seu pesar pelo fato e, gracejando, acrescentou que, tendo em vista a rapidez da visita, já havia “dado ordem para que pusessem o café nas xícaras” a fim de que pudéssemos logo conversar.

Findo o *breakfast*, reunimo-nos para uma rápida conferência, da qual participaram seu irmão, Milton Eisenhower; o general Alfred Gruenther, então comandante das Forças da Otan; o major-general Howard Snyder, seu médico assistente; e o comandante Henderson, responsável pela base. A conversa girou em torno de problemas gerais, e o único assunto de certo interesse foi o do petróleo. Eisenhower desejou saber como eu iria enfrentar a questão, já que o Brasil cada vez mais necessitava de combustível. Sugeri-me que, aproveitando aquela passagem pelos Estados Unidos, procurasse entrar em entendimentos com o grupo das pequenas companhias, aptas, em sua opinião, para uma boa colaboração com os brasileiros no campo da exploração e da prospecção do petróleo. Respondi-lhe que estava saindo de uma campanha política, no desenvolvimento da qual havia percorrido todo o país, afirmando que, ao assumir a chefia do governo, manteria o monopólio estatal do petróleo. Tratava-se de um assunto que apaixonava a opinião pública do país e, nessas condições, em hipótese alguma desapontaria os que haviam votado em mim, alterando minha posição nacionalista.

Eisenhower, que ignorava como o problema vinha sendo encarado no Brasil, percebeu que havia enveredado por terreno perigoso e, antes que fosse tarde, mudara de rumo. Falou sobre a infiltração comunista na América Latina. Ponderei que o problema, antes de ser policial, estava diretamente relacionado com os baixos níveis de vida das populações. A solução seria um largo programa de reformas, tendo por objetivo o desenvolvimento, pois somente melhorando as condições de trabalho do povo seria possível extinguirem-se os focos de inquietação social em alguns países e consolidar-se a democracia no continente.

O tempo urgia. Naquele mesmo dia, deveria comparecer ao Capitólio, onde seria recepcionado pelo Congresso norte-americano. Assim, após meia hora de conversa, despedi-me do presidente Eisenhower, que, outra vez, gracejou: “Se o senhor vai falar ao Congresso à 1h30min, terá de ir muito depressa.”

Em Washington, sucederam-se as homenagens: recepção pelo Congresso, onde fui saudado por Richard Nixon; visita à Câmara dos Representantes; banquete oferecido pelo governo norte-americano, na Anderson House – residência oficial do vice-presidente dos Estados Unidos; visita ao túmulo do Soldado Desconhecido, no cemitério de Arlington; almoço no Press Club; jantar oferecido pelo secretário de Estado Foster Dulles; visita à Casa Branca; e recepção pela Organização dos Estados Americanos, com a presença de todos os embaixadores das nações do continente, durante a qual, discursando de improviso, lancei a semente do movimento político que, mais tarde, pretendia realizar e que ficou conhecido como *Operação Pan-Americana*. No dia seguinte, parti para Nova Iorque.

A 7 de janeiro dei uma entrevista coletiva à imprensa, durante a qual tive a oportunidade de revelar os itens principais do meu programa administrativo. Salientei, entre outros, os seguintes objetivos: criação de corporações mistas de capital estadual e particular, para a implantação de algumas indústrias de base; instauração de uma política tarifária mais realista; solução definitiva do problema dos transportes no país; reequipamento das ferrovias; manutenção da Petrobrás; adoção das medidas recomendadas pela Comissão Brasil-Estados Unidos; extensão do *Binômio: Energia e Transportes*, meu programa no governo de Minas, a todo o território nacional; negociações de um acordo internacional do café, incluindo

produtores e consumidores; eliminação de dificuldades à inversão de capitais norte-americanos no Brasil; e criação de um plano de industrialização de longo alcance, de forma a fazer o país enveredar definitivamente pela estrada larga do desenvolvimento.

Minha permanência em Nova Iorque caracterizou-se pela execução de um programa dos mais intensos, em que se alternaram os contatos com as mais altas autoridades do governo do estado e da cidade e as conversações práticas com destacados elementos das classes produtoras e dos meios financeiros. No dia 8 de janeiro, concedi uma entrevista coletiva à imprensa no Waldorf-Astoria, onde estava hospedado. Após essa entrevista, segui até a Praça Bryant, no coração de Manhattan, na esquina da Rua 42 com a Avenida das Américas, onde depus uma coroa de flores no monumento ali erigido a José Bonifácio, o Patriarca. O meu gesto, embora quase de caráter pessoal e levado a efeito com a maior discrição, não deixou de atrair a atenção pública. Pouco depois, uma pequena multidão ali se formou e alguns populares aproximaram-se para me cumprimentar.

Durante a cerimônia, verificou-se um fato que sensibilizou a quantos o presenciaram. Mal havia depositado a coroa de flores no monumento, e eis que vejo aproximando-se de mim, e empurrando com dificuldade sua cadeira de rodas, a menina Célia Correia – brasileira, atacada de paralisia infantil –, que se encontrava em tratamento nos Estados Unidos. Adiantei-me para ajudá-la e conversamos durante algum tempo. Disse-me ela que desejava apenas dar-me um abraço. Curvei-me e beijei-a no rosto. Pude verificar com surpresa, então, a enorme felicidade que esse gesto singelo e absolutamente humano lhe havia proporcionado: ela sorria, com os olhos rasos d'água.

Foi intenso o programa que tive de cumprir em Nova Iorque. Da Praça Bryant segui para uma missa na Catedral de São Patrício, durante a qual fui saudado, em português, pelo celebrante, o padre O'Sullivan, pároco em Mato Grosso, que se encontrava em férias nos Estados Unidos. Terminada a missa, fui para o Waldorf-Astoria, onde o prefeito Robert Wagner Júnior homenageou-me com um almoço, oferecendo-me, na ocasião, uma medalha de ouro em nome da cidade.

No dia 8, realizou-se o banquete oferecido pelo cônsul-geral do Brasil, Hugo Gouthier, no Hotel Ambassador. Este velho e querido amigo,

que logo seria promovido a embaixador na Bélgica, foi infatigável nas providências que deram brilho e significação à minha visita. Entre centenas de convidados, figuravam o governador do Estado de Nova Iorque, o eminente líder democrático Averell Harriman; o embaixador Cabot Lodge, representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas; o Sr. Thomas E. Dewey, ex-governador do Estado de Nova Iorque; o embaixador James Clement Dunn; o Sr. Adolf Berle Júnior, ex-embaixador norte-americano no Brasil; o Sr. Nelson Rockefeller e 150 outras personalidades do mundo administrativo, político, financeiro e diplomático.

O dia 9 foi iniciado com um longo passeio a pé pela cidade, seguindo-se a clássica ascensão ao terraço do Empire State Building. Naquele mesmo dia, fiz uma visita à ONU. Como havia me antecipado à hora marcada, aproveitei o tempo disponível para percorrer algumas dependências do majestoso edifício, como as salas da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança. Em seguida, dirigi-me, em companhia do embaixador Freitas Vale e do ministro Jaime de Barros, para o gabinete do secretário-geral, Dag Hammarskjold, com quem mantive demorada conferência sobre a situação internacional.

Após uma visita ao Conjunto Residencial George Washington, em companhia do Sr. Philip Gruise, diretor do Departamento de Construções da Cidade de Nova Iorque, compareci a um almoço no Waldorf-Astoria, com o qual a Sociedade Pan-Americana, a Associação Brasileiro-Americana, o Bureau Pan-Americano do Café e a Associação Nacional do Café de Nova Iorque haviam decidido homenagear o presidente eleito do Brasil. O grande Starling Roof do Waldorf abrigou, naquela ocasião, mais de mil pessoas.

Após o almoço, fiz uma visita ao general Douglas MacArthur, em seu apartamento do Waldorf-Astoria. O herói da guerra no Pacífico recebeu-me com extrema cordialidade e conversamos durante alguns minutos. Aproveitei a oportunidade para recordar uma amizade comum – a Sra. MacCarthy, cunhada do general, que residia em Minas e justamente na minha cidade, a querida Diamantina.

Refletindo a impressão que a minha presença vinha causando, a imprensa referia-se com frequência ao meu comportamento humano, sempre acolhedor e amigo. De fato, foram inúmeras as vezes em que

quebrei o protocolo para atender aos que desejavam falar-me. E o fazia da maneira mais cordial possível, deixando à vontade o interlocutor, o que motivou um comentário jocoso do prefeito Robert Wagner, o qual, por me ser lisonjeiro, nem por isso deve ser silenciado. Declarou ele que se tornara árdua a disputa pela simpatia do povo, desde que ali “chegara o presidente eleito do Brasil, distribuindo, com prodigalidade, o seu *one million dollar smile*”.

À tarde do dia 9, dirigi-me de automóvel para o aeroporto de Idlewild e às 17h55min as hélices do Constellation puseram-se em movimento, e o avião decolou, levando-me através do Atlântico para a Holanda. A viagem realizou-se sob péssimas condições atmosféricas. Nevadas seguidas atrasaram consideravelmente o avião, criando problemas para o protocolo holandês e para a Embaixada do Brasil em Haia. Além do mais, o convite do governo inglês, recebido em Nova Iorque, para uma visita à Inglaterra, havia determinado uma redução da minha permanência na Holanda.

No aeroporto de Schipol – que fora interditado pouco antes, a fim de que se procedesse a uma rigorosa limpeza da neve – aguardavam-me, além de numerosos jornalistas, o Sr. Jonkheer W. E. Van Panhuy, chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, e Manuel Maria Fernandes Alcazar, o encarregado dos Negócios do Brasil, pois que o embaixador Temístocles da Graça Aranha havia falecido uma semana antes e a Embaixada ainda se encontrava sem titular.

Após uma rápida cerimônia no aeroporto, quando passei em revista a tropa ali formada, organizou-se uma caravana de automóveis que rumou para Haia. O tempo foi curto para vestir a casaca e me dirigir para Scheveningen, que é uma estação de repouso e férias, situada nas vizinhanças de Haia, onde seria homenageado com um banquete oferecido pelo governo holandês. O banquete teve lugar na Kurhaus – edifício em que penetrei por entre alas de Marechaussee (polícia estadual), em uniforme de gala – e foi presidido pelo primeiro-ministro da Holanda, Sr. Williem Drees, líder do Partido Socialista. No grande salão aguardavam-me numerosas pessoas, entre as quais os ministros plenipotenciários do Suriname e das Antilhas Holandesas, além dos diretores do Banco Nacional da Holanda,

da fábrica de aviões Fokker, das fábricas Werkspoor e Philips e da Companhia Comercial Holandesa.

Em seu discurso, o primeiro-ministro Drees sugeriu um acordo entre o Brasil e a Holanda no campo da ciência tropical. Classificando o desenvolvimento do Brasil na última década como “extraordinariamente encorajador”, ele sintetizou as relações entre o Brasil e a Holanda nas seguintes linhas gerais: “Comércio vivo e mutuamente benéfico, estimulado pelo então recente acordo de natureza multilateral; orgulho, por parte das indústrias holandesas, em participar do progresso do Brasil; necessidade de contínuo fortalecimento das relações culturais; gratidão da Holanda pela atitude do Brasil na ONU, defendendo o ponto de vista de que Suriname e as Antilhas Holandesas eram Estados autônomos, dentro do reino da Holanda; e gratidão do governo do país ao Brasil pela hospitalidade dispensada aos 5.000 holandeses que se haviam radicado no seu território, com suas famílias, após a Segunda Guerra Mundial.”

Antes dos discursos, porém, conversei longamente com o primeiro-ministro e, durante essa palestra, examinamos numerosos aspectos da economia de ambos os países, sobretudo aqueles em que a Holanda poderia contribuir para a execução das metas do governo, que ia empreender. Precisava da colaboração do seu país, que, embora pequeno, possuía preciosas reservas de *know-how*, as quais poderiam ser de grande valia para o Brasil, levando-se em conta que muitas indústrias holandesas já haviam começado a atuar no mercado brasileiro.

O primeiro-ministro mostrou-se altamente interessado na exposição que lhe fiz, sobretudo pelo tom informal com que tudo foi dito, fugindo tanto quanto possível ao estilo protocolar. Em seguida, ele me contou episódios de sua vida de homem, revelando que havia sido prisioneiro de guerra dos alemães e que permanecera dois anos num campo de concentração. Durante esse período, assistira à morte de cerca de 110.000 patrícios seus, sacrificados barbaramente nas câmaras de gás. O espetáculo era dantesco. Cinco mil prisioneiros entravam, de cada vez, nas grandes salas e pouco depois eram abertos os registros. Os cadáveres eram enterrados pelos próprios holandeses em valas comuns e estes, enquanto realizavam esse trabalho macabro, aguardavam a hora em que teriam destino idêntico. Informou-me o primeiro-ministro Drees que os alemães saquearam inte-

gralmente o país, não deixando na Holanda uma só locomotiva, um só caminhão, um só automóvel, uma só bicicleta, em suma, nem um único veículo. Todas as pontes foram destruídas. Dinamitaram-se os entroncamentos ferroviários. Fizeram ir pelos ares o que puderam. Esta havia sido a herança que recebera quando, cessada a guerra, fora escolhido para as funções de chefe do Gabinete.

No dia seguinte, pela manhã, deixei o Hotel Witterbrug, na capital holandesa, e segui de automóvel para o Palácio de Soestdijck, residência campestre da família real, situada a 50 quilômetros de Amsterdã. O príncipe consorte Bernhardt encontrava-se ausente do país. Viajara duas semanas antes para os Estados Unidos. Entretanto, a rainha Juliana me aguardava. Ao chegar ao palácio, fui introduzido no gabinete privado da soberana. Esta, vestida com muita simplicidade, tendo sobre os ombros uma mantilha que a protegia contra o frio, recebeu-me timidamente, convidando-me a sentar ao seu lado. Falamos sobre vários assuntos e pude verificar como ela se interessava pela situação internacional, dando informações e fazendo perguntas. Em relação ao Brasil, revelou intensa curiosidade. Conversamos, depois, sobre a participação dos holandeses na vida brasileira, desde o século XVI até os tempos modernos, quando ocorria um renascimento do interesse batavo pelo nosso progresso, com a instalação de grandes fábricas em nosso país. A rainha fez-me diversas perguntas sobre o meu programa de metas e declarou que teria o maior prazer em fazer pesar sua influência, no sentido de que capitais e técnicas da Holanda colaborassem na execução do meu plano de governo. Pouco depois, pedi licença para deixá-la. A rainha despediu-se de mim com a maior cordialidade e, acompanhado pelo marechal de campo, fui conduzido até o automóvel.

Deixando o Palácio de Soestdijck, segui para Amsterdã. Percorri a cidade rapidamente e pude admirar o encanto da denominada *Veneza do Norte*. Dirigi-me, em seguida, para o aeroporto de Schipol, onde tomei o avião para Londres.

.....

Inglaterra, Bélgica e França

NÃO ERA A PRIMEIRA VEZ que ia a Londres. Quando fiz meu curso de especialização de urologia em Paris, estivera na capital britânica e tomara contato com o *british way of life*. Olhando através da vigia de bordo, contemplava, outra vez, a metrópole imensa, cujos limites se perdiam no cinzento das campinas tostadas pelo inverno.

Eram 12h10min de 11 de janeiro. Ao deixar o avião, o conde de Scarborough, representante da rainha Elizabeth II, saudou-me. Fui cumprimentado, em seguida, pelo Sr. Selwyn Lloyd, ministro das Relações Exteriores. Entre outros altos funcionários presentes notavam-se o marquês de Reading, membro do Gabinete, e o embaixador Samuel Sousa Leão Gracie, chefe da representação diplomática brasileira.

A cerimônia obedeceu ao protocolo. O tempo mostrava-se excepcional, com um ligeiro sol e ausência de *fog*, o que é raro no inverno londrino. Após haver passado em revista uma guarda de honra da Real Força Aérea, segui diretamente para a residência do ministro das Relações Exteriores, Sr. Selwyn Lloyd, que me oferecia um almoço em Charlton Gardens. O atraso verificado na hora da minha chegada impusera a necessidade daquele *rush* diplomático. Achavam-se presentes muitos membros do Gabinete, como Harold MacMillan, chanceler do Tesouro; Peter Thor-

neycroft, ministro do Comércio Exterior; Reginald Maudling, ministro do Abastecimento; Gwylym Lloyd-George, secretário do Interior; Anthony Nutting, ministro de Estado. A oposição fez-se representar pelos Srs. Herbert Morrison e Douglas Jay. Entre outras figuras eminentes, destacavam-se o diretor do Banco da Inglaterra e o presidente da União dos Sindicatos Operários. Acompanhavam-me, além do embaixador Sousa Leão Gracie, os diplomatas Barbosa da Silva e Roberto Campos, assim como o deputado Guilhermino de Oliveira e Osvaldo Penido.

Após o almoço, no Hotel Claridge, onde estava hospedado, recebi a visita de Lorde Mountbatten, a grande figura que Churchill havia escolhido para exercer, durante um período trágico da última guerra, e quando apenas tinha 42 anos de idade, o elevado cargo de primeiro lorde do Almirantado. Tratava-se de um herói britânico, primo da rainha e um homem admirável. Disse-me que estivera, na véspera, no Castelo de Balmoral, a fim de acompanhar a rainha, que havia retornado a Londres exclusivamente para me receber. A soberana estava resfriada, com uma inflamação na garganta. Mesmo assim, interrompera suas férias na Escócia e já se encontrava no Buckingham Palace. Sua visita tinha por objetivo combinar a hora do meu encontro com Sua Majestade.

Às 4 horas, o marquês de Reading chegou ao hotel, a fim de me acompanhar até o Buckingham Palace. No pátio interior, os membros principais do pessoal da casa real me aguardavam. O Lorde Chamberlain cumprimentou-me e levou-me, através da grande escadaria, até um *hall* no primeiro andar, onde se via uma enorme porta de madeira lavrada, guardada por dois criados de libré. A um sinal de Lorde Chamberlain, os criados abriram a porta e pude ver, à frente, um grande salão, ricamente mobiliado. Penetramos nesse salão e caminhamos até o fundo, onde duas poltronas vazias, colocadas sob um docel, faziam supor que ali é que teria lugar a entrevista com a rainha.

Elizabeth II logo apareceu, entrando por uma porta lateral. Observei-a com atenção. Tratava-se da mulher mais importante do mundo, do ponto de vista político, e, no entanto, a impressão que dava era de modéstia e feminilidade. Pequena, graciosa, com lindos olhos azuis. Seu sorriso tímido iluminou o ambiente. Curvei-me, como mandava o protocolo, e a cumprimentei. Logo depois dava entrada no salão, introduzida pelo

Lorde Chamberlain, minha comitiva, tendo à frente o embaixador Sousa Leão Gracie. Após as apresentações, todos se retiraram e a grande porta foi fechada com a mesma solenidade. Ficamos na sala apenas a rainha e eu.

O protocolo inglês é muito estrito no que diz respeito ao tempo das visitas de chefe de Estado. Quando se trata de um encontro formal, o tempo é restrito a apenas alguns minutos. Sabedor disso, procurei ficar atento à hora, dimensionando as minhas respostas, de forma a não torná-las longas. Entretanto, a palestra desenvolveu-se num tão espontâneo clima de cordialidade que os minutos se escoaram sem que desse fé da extensão da entrevista. Conversamos sobre o Brasil; abordamos, em seguida, o problema do comunismo no mundo, já que estávamos em pleno período da *guerra fria* e o assunto preocupava os responsáveis pelos destinos de todos os países da Europa.

A palestra prosseguia animada e, depois de algum tempo, entrei em dúvida se devia propor o fim do encontro ou aguardar que Elizabeth II, por ser rainha e mulher, tomasse essa iniciativa. Lembrei-me, porém, do que me havia dito o embaixador Gracie, de que deveria esperar até que a soberana desse por terminada a entrevista. Prossegui conversando até que, passada meia hora, Elizabeth II levantou-se.

Uma vez no *hall*, despedi-me de Lorde Chamberlain e, reunindo-me aos demais membros da comitiva, seguimos todos para o Claridge Hotel. Depois de uma ligeira estada no hotel, a fim de mudar de roupa, segui para uma recepção na Embaixada do Brasil, oferecida pelo embaixador Sousa Leão Gracie, durante a qual iria ter a oportunidade de entrar em contato com destacadas figuras da sociedade inglesa e da colônia brasileira radicada em Londres. Antes da recepção, concedi uma entrevista à BBC, na presença da imprensa, e falei pela Radio Diffusion Française.

Nessa ocasião, verificou-se um incidente que merece ser recordado. O representante da BBC era William Tate, um anglo-brasileiro nascido no Espírito Santo, e, nessas condições, as perguntas e respostas foram feitas e dadas em português. Em seguida, falei em francês pela rádio de Paris. Os jornalistas ingleses, convocados pela Embaixada, a tudo assistiam sem nada compreender, porque não falavam português nem francês. Avisado de que a recepção iria ter início, despedi-me e subi para o primeiro andar, onde estava localizado o salão nobre da Embaixada. Os jornalistas ingleses, porém,

havam ficado aborrecidos. Queixavam-se de que tinham sido preteridos e que aquele encontro com a imprensa não passara de uma oportunidade para que eu concedesse apenas “uma entrevista especial à BBC”.

Tomando conhecimento do que ocorria, disse ao embaixador Sousa Leão Gracie: “Vamos descer.” E cruzando com os convidados que já subiam fui ao encontro dos jornalistas no vestíbulo, e logo lhes fui dizendo que nunca fugira às perguntas de qualquer profissional da imprensa. Apesar da decisão e oportunidade da afirmação, notei que os repórteres ainda se mostravam reservados. Salvei a situação, porém, apelando para o meu tradicional bom humor. “Até hoje”, declarei, para que todos ouvissem, “pensava que só nós, latinos, fôssemos emotivos. Estou descobrindo, agora, que os senhores, anglo-saxões, são igualmente temperamentais.”

O grupo pôs-se a rir e um ambiente de perfeita cordialidade substituiu a situação embaraçosa. Choveram então as perguntas. No dia seguinte, o *Daily Telegraph* publicava um comentário significativo: “Se o presidente eleito do Brasil tratar o seu povo da mesma maneira que tratou a imprensa londrina, tem o futuro assegurado.”

À noite, compareci ao banquete oferecido pelo primeiro-ministro, *Sir* Anthony Eden, ao qual estiveram presentes, entre outras, as seguintes personalidades: *Sir* Walter Monckton, ministro da Defesa; Sr. Peter Thorneycroft, ministro do Comércio; Sr. Hugh Gaitskell, líder do Partido Trabalhista; o conde de Mountbatten, primeiro lorde do Almirantado; Sr. Oliver Lyttleton, ex-secretário para as Colônias; *Sir* Matthew Drysdalf, ex-diretor do Lloyd’s de Londres; *Sir* Francis Glyn, presidente da Junta Diretora do Banco de Londres; *Sir* George Nelson, diretor da English Electric Company; o banqueiro Edward de Rothschild; e o coronel J. C. Muriel, da Câmara de Comércio Anglo-Brasileira. O banquete foi realizado na famosa Downing Street nº 10, residência oficial dos primeiros-ministros ingleses.

Ao café ainda conversei a sós com o primeiro-ministro Anthony Eden. A impressão que tive dele foi a de que era um perfeito *gentleman*, mas um pouco frágil para as tarefas que, como chefe do governo, lhe pesavam nos ombros. Os acontecimentos posteriores iriam confirmar esse meu juízo. Por ocasião da crise de Suez, sua carreira política foi encerrada subitamente, após um ato de recuo que a Inglaterra não pôde aceitar.

No dia seguinte, às 8h45min, segui para o Grão-Ducado de Luxemburgo. Ali, aguardavam-me o primeiro-ministro Joseph Bech e o embaixador do Brasil na Bélgica, Vasco Leitão da Cunha. Do aeroporto, segui de automóvel, em companhia do primeiro-ministro Bech, para o palácio, onde fui homenageado com um almoço pela grã-duquesa Carlota. Fizeram-se presentes à homenagem, igualmente, o príncipe-consorte Félix, o grão-duque Jean, herdeiro de Luxemburgo, e sua esposa Josefina Carlota, irmã do rei da Bélgica. Participaram do almoço, como convidados especiais, os srs. Felix Chome, Leopold Bouvier e Charles Gonner, diretores da empresa siderúrgica Arbed, que possuía grandes interesses metalúrgicos no Brasil.

Recebido no palácio, cuja construção data do século XI, a reunião transcorreu num ambiente de tão completa cordialidade como se nos encontrássemos no seio de uma família brasileira. Os interesses de Luxemburgo no Brasil eram grandes e ao espírito pioneiro dos seus filhos devemos a instalação de uma grande indústria no Brasil – a Belgo-Mineira –, a qual, juntamente com a Usina Esperança, foi a que acendeu pela primeira vez em nosso país os fornos que iriam transformar o nosso inaproveitado minério em lâminas de aço.

Percorri todas as siderúrgicas do grão-ducado e surpreendi-me com o potencial industrial daquele pequeno país, cuja área é menor do que a da cidade de Belo Horizonte. Para se ter uma ideia da importância de Luxemburgo como centro de produção siderúrgica, basta dizer que, em tão reduzido território, ele produzia naquela época cerca de 4 milhões de toneladas de aço, o que lhe permitia ter uma receita superior à do Estado de Minas.

Após o almoço, dirigi-me para o aeroporto, já que seguia naquela mesma tarde para Bruxelas. Uma hora mais tarde, desembarcava no aeroporto de Melsbroek, na capital da Bélgica. O presidente do Conselho de Ministros, Sr. Achille Van Acker, encabeçava o comitê de recepção, do qual faziam parte, também, o grande estadista Paul Henri Spaak, ministro das Relações Exteriores, e o grande marechal da corte, barão Gobert Easpremont Lynden. Chovia torrencialmente.

Deixando o aeroporto, segui para o Hotel Metrôpole, onde concedi uma entrevista coletiva à imprensa. Declarei nessa ocasião: “Aceita-

remos, com agrado, o capital e a ajuda técnica da Europa. Já recebemos um bom número de emigrantes europeus, mas ainda poderemos receber muito mais!” Em seguida, dirigi-me para o palácio real de Bruxelas, onde me entrevistei com a rainha Elizabeth, viúva do rei Alberto, e avó do rei Baudouin, que na ocasião se encontrava em férias no sul da França. À noite, realizou-se uma recepção na Embaixada do Brasil, oferecida pelo embaixador Vasco Leitão da Cunha, que havia ido a Luxemburgo me esperar e viajara comigo até Bruxelas.

A essa altura da viagem, o esforço despendido já se refletia no meu rosto. Após uma campanha eleitoral, que havia sido uma das mais movimentadas do Brasil, empenhara-me naquela excursão, que, dada a exiguidade do tempo que me restava para a posse, era levada a efeito num ritmo desnorteado. Para que se tenha uma ideia do que vinha ocorrendo, basta dizer que só no dia 12 de janeiro cumpri um programa que cobria três países; pela manhã, estava na Inglaterra; almocei em Luxemburgo; e terminei o dia na Bélgica.

Não era de se admirar, pois, que meu aspecto exterior refletisse cansaço. Espiritualmente, porém, encontrava-me em perfeita forma. Comentando aquelas 48 horas de Europa, disse a Osvaldo Penido, que me acompanhava: “Estou vivendo num mundo diferente, onde somente as mulheres mandam. Em dois dias, já fui recebido por quatro soberanas: Juliana, da Holanda; Elizabeth II, da Inglaterra; a grã-duquesa Carlota, de Luxemburgo; e a rainha-avó Elizabeth, da Bélgica. Será que a Europa, decepcionada com seus reis, decidiu fazer a experiência de entregar seus destinos apenas a mulheres?”

Da minha passagem pela Bélgica, guardo duas recordações que me parecem inolvidáveis. Uma delas é a de haver conhecido o primeiro-ministro Paul Henri Spaak, estadista dos mais brilhantes da Europa. Naquela ocasião, o nosso contato fora superficial, já que a brevidade da minha permanência na Bélgica não permitiu que ultrapassássemos os limites estreitos dos entendimentos protocolares. Mais tarde, porém, quando já havia deixado a Presidência da República, encontrei Spaak, de novo, por ocasião de uma reunião, promovida pelo governo belga, com o objetivo de se estudar a situação das nações subdesenvolvidas em face do Mercado Comum Europeu. Cerca de 30 personalidades do cenário mundial haviam

sido convidadas e eu tive a honra de ser o representante da América Latina. Durante vários dias, estive em contato direto com o ilustre estadista – que na época ocupava o cargo de ministro do Exterior da Bélgica – e guardei, dessa convivência, a mais grata das recordações.

Outro fato que me emocionou por ocasião dessa estada na Bélgica foi a visita que fiz à rainha Elizabeth, viúva do rei Alberto. O casal estivera no Brasil durante o governo Epitácio Pessoa e a rainha guardava, do nosso país, uma lisonjeira impressão. Num requinte de gentileza para com o presidente brasileiro, que a visitava, fizera questão de usar, para o nosso encontro, as jóias com que fora presenteada pelo governo brasileiro, em 1922. Embora já de avançada idade, a rainha Elizabeth revelava ainda uma admirável vivacidade de espírito. A tragédia que a envolvera, representada pela morte do rei, seu marido, num acidente de alpinismo, e os sofrimentos que a assaltaram, mais tarde, em face da grave crise política em que se vira envolvido seu filho, o rei Leopoldo – que foi deposto e substituído no trono pelo atual rei Baudouin, neto da velha soberana –, vincaram-lhe o rosto, emprestando-lhe um ríctus de amargura que nem a sua surpreendente agilidade mental conseguia disfarçar.

No dia 13, deixei a Bélgica muito cedo, seguindo para a França. Uma volta a Paris, após tantos anos de ausência, não deixou de me emocionar. Ali vivera como estudante e voltara como presidente eleito do meu país. Recordei as manhãs frias, quando partia do pequenino Hotel de la Paix, no Boulevard Raspail 225, e seguia para as aulas de cirurgia do professor Maurice Chevassu, no Hospital Cochin. Tantas recordações queridas! Tantos sonhos sonhados de olhos abertos!

Às 9h25min do dia 13 de janeiro, o avião pousou no aeroporto de Orly. O ministro das Relações Exteriores, Antoine Pinay, encabeçava o grupo das altas personalidades que me aguardavam no aeroporto. Após as cerimônias oficiais, declarei à imprensa: “Sinto intensa emoção ao encontrar-me novamente em Paris, após uma ausência de 25 anos. Vivi um ano em vossa capital, ao terminar os meus estudos de medicina, e ainda me recordo do tempo de serviço no Hotel de Dieu. Nunca esqueci tudo o que a França representa para o meu país e podeis estar seguros de que o meu governo fará aquilo que estiver a seu alcance para fortalecer a amizade franco-brasileira.”

Em seguida, deixei Orly rumo ao Hotel Grillon, onde ficaria hospedado. Depois de um ligeiro descanso, realizei um programa intenso de visitas e de cerimônias oficiais. Após receber a visita do cardeal Spellman, de Nova Iorque, que se encontrava em Paris, hospedado igualmente no Hotel Grillon, segui para o Palácio do Eliseu, onde o presidente Coty me ofereceu um almoço.

Levaram-me até o gabinete particular do presidente Coty. Após as saudações de praxe, seguimos conversando até o Salão dos Embaixadores, onde fui condecorado com as insígnias da Legião de Honra. A cerimônia foi simples e rápida, mas revestida de toda a solene emoção que o momento impunha. Depois de me colocar no pescoço o cordão da grã-cruz, o presidente Coty beijou-me em ambas as faces, segundo o tradicional costume francês de *accolade*.

O almoço teve caráter íntimo e contou com a participação de 28 pessoas. Sentei-me diante do presidente da República francesa, tendo à direita o Sr. Antoine Pinay e, à esquerda, o Sr. Pierre Albelin, secretário de Assuntos Econômicos. Entre os convidados figuravam os srs. Edgar Faure, chefe do Gabinete; René Massigli, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores; e Ilmar Pena Marinho, encarregado de Negócios do Brasil.

Do Palácio do Eliseu, dirigi-me ao Arco do Triunfo, onde depus uma coroa de flores junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, perante uma assistência calculada em cerca de 3 mil pessoas. Nessa mesma noite, fui homenageado no Hotel Ritz com um banquete de 150 talheres, organizado por industriais e banqueiros franceses e ao qual compareceu, como convidado de honra, o primeiro-ministro Edgar Faure. Este, ao me saudar, dispensara o discurso escrito que havia trazido e falara de improviso, sendo felicíssimo em sua oração, que se desenvolveu sob frequentes aplausos. Quando me levantei para responder, julguei que deveria repetir o gesto do ilustre político francês, e assim declarei: “O primeiro-ministro pregou-me uma peça, guardando seu discurso no bolso. Farei também o mesmo, ainda que me sinta como um paraquedista sem paraquedas.” A frase teve um grande efeito, provocando risos e criando, desde logo, um ambiente de expectativa simpática em relação ao que ia dizer. Prosseguindo, deixei-me levar pela imaginação. Sensibilizei, de saída, a plateia, evocando fatos pitorescos da minha vida de estudante. Revelei

que havia aprendido o francês, ainda menino, numa cidade do interior de Minas, traduzindo clássicos e decorando poesia. Referi-me, depois, às minhas experiências em Paris, como estudante e participando da vida intelectual da capital francesa. Anunciei, por fim, o que pretendia fazer, como presidente da República, e procurei despertar a atenção dos franceses para o que iria ocorrer de novo no Brasil – país que eles conheciam tão pouco.

Na manhã do dia 14, cancelei diversos compromissos e decidi fazer uma excursão romântica pela cidade. Iria rever Paris, a velha cidade da minha afeição da juventude. Contemplar, após 25 anos de ausência, as mesmas ruas pelas quais havia transitado, quando estudante. Entrar nos antigos cafés. Sentar-me nos parques. Deixar-me levar pelos *boulevards*, ao longo dos quais fazia minhas peregrinações diárias, com a cabeça cheia de sonhos. Deixando o hotel, tomei um táxi e ordenei ao motorista que rumasse para o Hotel de la Paix, no Boulevard Raspail, onde residira durante o meu tempo de estudante. Do hotel, segui para a residência do professor Maurice Chevassu, que havia sido meu chefe e professor, durante o período de estagiário no Hospital Cochin. Fiz a caminhada a pé, pelas ruas tortuosas e típicas do bairro. Chevassu recebeu-me emocionado. Recordamos os *beaux vieux temps*, evocando nomes, fatos, incidentes universitários, e esse recuo no tempo encheu-nos de saudade e nostalgia. Da residência de Chevassu, retornei ao Hotel Grillon, detendo-me alguns minutos nos Inválidos, a fim de rever o túmulo de Napoleão, visitando a Torre Eiffel e a Catedral de Notre Dame. No hotel, troquei de roupa e me dirigi à Casa da América Latina, onde a imprensa francesa me oferecia um almoço. Tratava-se de uma homenagem que muito me havia de sensibilizar e à qual estaria presente o chanceler Antoine Pinay.

A França estava ali, mais uma vez, aberta à minha contemplação. Entretanto, como tudo havia mudado naqueles 25 anos! Ao regime estável do meu tempo sucedera-se uma situação fluida, com o governo ameaçado cada dia de ser derrubado pela violência dos extremistas. O país vivia dias trágicos. Em contato com o povo, podia-se sentir que existia apreensão em todos os espíritos.

O presidente Coty, em palestra comigo, manifestara seu temor de que uma crise política pudesse degenerar, de um dia para outro, numa catástrofe para a nação. A agitação interna vinha sendo provocada pelos

comunistas, que, dispondo de um poderoso contingente no Parlamento, impunham ao governo obediência às suas manobras. Em face da crescente ameaça do PC francês, o presidente resolvera convocar uma nova eleição e esta havia-se realizado dias antes da minha visita. O resultado da consulta às urnas fora desastroso. Os comunistas, ao contrário do que se esperava, aumentaram o número das poltronas de que dispunham no Parlamento. E, assim fortalecidos, tornaram-se mais ameaçadores do que nunca.

O país vivia uma quadra de temor e de expectativa sombria. Edgar Faure, presidente do Conselho de Ministros, estava demissionário. Já a escolha de Coty para a Presidência da França havia-se processado através de inúmeras dificuldades. Vários escrutínios tiveram que ser realizados e, à medida que os nomes indicados não logravam êxito, outras soluções eram procuradas. No sétimo ou oitavo escrutínio foi que surgira o nome de Coty – até então um senador sem qualquer projeção no cenário internacional –, o qual, fazendo valer suas inegáveis qualidades pessoais, conseguira por fim se eleger.

Na entrevista que mantive com o presidente Coty, disse-lhe que vinha acompanhando com o maior interesse a crise política que se desenvolvia na França e que bem podia avaliar suas preocupações em face do resultado do último pleito. A resposta do presidente foi simples e direta: “A situação, de fato, apresenta alguns aspectos graves”, disse-me ele, “mas ao longo da minha vida já vi Paris sitiada duas vezes e duas vezes, igualmente, assisti ao desfile de tropas estrangeiras por suas ruas. Considero esses fatos bem mais graves do que os que agora me preocupam.”

Tinha razão o presidente da França. A história milenária do país sempre foi uma sucessão de episódios dramáticos. Desde o dia em que Santa Genoveva deteve Aníbal às portas da Lutécia, até hoje, à França nunca foi permitido qualquer período de paz e tranquilidade. Cada geração pagou o seu tributo, em sangue, na defesa do solo sagrado. E a intimidade com o sofrimento, ao longo dos séculos, fez com que os franceses se tornassem de certa forma fatalistas e que pudessem desenvolver, melhor do que qualquer outro povo, um singular sentido de sabedoria política que lhes tem permitido resolver, com a maior serenidade, as suas mais graves crises.

Minha visita à França, como aos demais países incluídos no itinerário, não teve apenas finalidades políticas. Além de estabelecer relações

peçoais com os responsáveis pelos destinos daquelas doze nações, o que me atraía, sobretudo, era entrar em entendimento com os poderosos grupos financeiros, de forma a interessá-los em cooperar no plano de industrialização que pretendia executar no Brasil. Assim é que, após o almoço no Hotel Ritz, conferenciei longamente com os vários homens de negócios presentes, como, por exemplo, Pierre Dreefus, presidente da grande fábrica de automóveis Renault, um representante do Banco Lazerd e Jean Ripoch, presidente da Regie Autonome de Transports Parisiens, empresa que administrava o Metropolitano de Paris. Esses contatos, da maior importância para os planos governamentais que tinha em mente, foram renovados e aprofundados durante um jantar que me foi oferecido pelos queridos amigos, Sra. e Sr. Schneider, sendo que o último viria montar mais tarde em Taubaté uma organização da mecânica pesada. Em todos esses encontros debatia os problemas brasileiros, revelava o que pretendia realizar e, lançando mão de todos os recursos de persuasão de que sou capaz, insinuava que os meus interlocutores poderiam realizar excelentes negócios se estendessem suas atividades ao Brasil.

Durante uma entrevista coletiva à imprensa, concedida no Hotel Grillon, abordei com o maior realismo as oportunidades que o nosso país oferecia ao capital e à técnica estrangeira. Divulgando no dia seguinte minhas declarações, os jornais levariam a todos os franceses uma síntese do meu programa de governo, o que seria de grande utilidade, já que iria atingir a setores industriais até então ignorantes do que dentro em pouco ocorreria em nosso país.

Após essa entrevista, novas conferências tiveram lugar não só com representantes de grupos financeiros, mas, igualmente, com personalidades do mundo político. Um desses encontros, e que me deu um grande prazer, foi com Pierre Mendès-France, o ilustre estadista. Essa conferência realizou-se no apartamento do jornalista Paulo Bittencourt, diretor-proprietário do *Correio da Manhã*, na Avenida Paul Doumergue. Mendès-France viajara especialmente da estação alpina de Megève para esse encontro. Presente encontrava-se também Henri Longchambon, presidente do Conselho Nacional Francês de Investigações Científicas. Durante cerca de uma hora, Mendès-France e eu discutimos a situação política internacional e seus reflexos nos problemas internos da França. Homem de grande inte-

ligência e muito bem informado, ele me esclareceu sobre a real situação da Europa naquela conjuntura, o que me foi de grande valia, já que mal havia iniciado a minha excursão e, no desdobramento dela, teria de me avistar com políticos e industriais das mais variadas tendências e nacionalidades.

Ainda em Paris, recebi um telegrama de Anthony Eden, em resposta ao que lhe havia enviado, agradecendo as atenções que me dispensara por ocasião da minha visita a Londres. Com o telegrama de Anthony Eden, chegaram-me, igualmente, recortes de jornais ingleses, referindo-se à minha visita à Inglaterra. O noticiário era excelente e servia à causa da propaganda do Brasil no exterior. Na França, porém, a repercussão da visita vinha sendo bem maior. No mesmo dia da minha chegada, o influente *Le Figaro* chamava a atenção do governo e dos industriais para o vasto mercado e as enormes possibilidades do Brasil, onde o prestígio francês era grande e deveria ser aumentado com urgência e audácia. O *France-Soir* abriu manchete, comentando a importância da visita, e o diário independente *Combat*, em longo artigo, acentuou que eu, ao contrário dos meus predecessores, não ficara em contato somente com os Estados Unidos, mas que buscara uma terceira força que me auxiliasse nos planos de desenvolvimento econômico, e advertia que o governo de Paris deveria estar atento àquela porta que se abria para os capitais franceses.

Na manhã do dia 15 de janeiro, telefonei do meu apartamento, no Hotel Grillon, ao primeiro-ministro Edgar Faure e ao chanceler Antoine Pinay agradecendo a ambos a hospitalidade do governo francês. Às 13h42min o Constellation deixava Orly, rumo a Dusseldorf.

.....

A Alemanha e a Itália

MINHA VISITA à Alemanha Ocidental foi precedida de um sentimento de intensa expectativa. Deveria chegar a Dusseldorf no dia 15, à tarde, mas já a 12 de janeiro o serviço de imprensa do Partido Socialista dizia, em Bonn, que a “primeira tarefa do presidente eleito do Brasil seria a superação das dificuldades econômicas de seu país”. Aludindo à minha viagem, sublinhava a necessidade do auxílio europeu ao Brasil, em capital e em mão de obra técnica.

Assim, quando o meu avião pousou no aeroporto de Lohausen, não ignorava o que me aguardava. O dia estava cinzento, com nuvens espessas toldando o horizonte. Ao deixar o aparelho, vi, à minha frente, o ministro Von Bretano, que me cumprimentou em nome do governo e, em seguida, fez as apresentações de praxe. Na saudação que dirigi ao povo alemão, na ocasião, defini com clareza os objetivos da minha excursão: “Considero muito importante esta minha visita à Alemanha, antes de assumir a Presidência do meu país. Quero ver, por mim mesmo, o que o vosso governo realizou em tão curto tempo e confesso que o Brasil conta com a cooperação alemã para realizar seus ambiciosos planos de desenvolvimento.”

Acompanhado pelo ministro Von Bretano, segui de automóvel para o Park Hotel, onde fiquei hospedado. No mesmo dia, fui ho-

menageado com um grande jantar, oferecido por Wilhelm Zangen, presidente da Companhia Mannesmann, firma que já se havia instalado no Brasil quando, sendo o governador de Minas, realizava a política de atrair para o estado grandes indústrias estrangeiras. Estavam presentes 35 pessoas, entre autoridades e industriais, destacando-se as seguintes: Wilhelm Vocke, presidente do Banco Central do estado de Dusseldorf; Wilhelm Reiter, diretor-geral das Indústrias Pesadas Gutehoffnungshuette; Felix Trenthel, presidente da Degussa; Alfred Krupp Von Bohlen, chefe da organização Krupp; Peter Von Siemens, da Companhia Siemens; e Fritz Koehnecke, diretor-presidente da Daimler Benz (Mercedes-Benz).

Essa reunião, eu a havia convocado com antecedência, pois desejava discutir com os industriais alemães o auxílio que poderiam dar ao programa de industrialização do Brasil. A título de esclarecimento, fiz uma exposição do que seria o meu programa de governo, referindo-me às 31 metas e analisando-as, uma por uma. Declarei que os alemães poderiam colaborar com o meu governo, implantando inúmeras indústrias no país.

Senti que minhas palavras calaram no espírito dos que me ouviam. O alemão é sincero e aceita, com espírito de cooperação, o que lhe é proposto com franqueza. “Não temos poupança” – disse-lhes, com absoluta tranquilidade de espírito – “e nessas condições necessitamos de nos valer das poupanças que outros povos fizeram. Só assim, poderíamos desenvolver os nossos imensos recursos e fazer do Brasil uma grande nação.” Propus, em seguida, que a reunião se transformasse num debate de assuntos econômicos e que todos fizessem as perguntas que desejassem, que ali estava justamente para responder a elas. Passei à fase prática dos debates, endereçando esta pergunta aos presentes: “Quais dos senhores se sentem com disposição de atender ao meu convite? Quais os que desejam cooperar comigo na obra de fazer o desenvolvimento do Brasil?” Dez industriais responderam afirmativamente, mas alegaram que precisavam trocar ideias com seus sócios, antes da apresentação de uma proposta formal de cooperação. Dirigi-me, em seguida, aos industriais, cuja colaboração era indispensável aos planos que já havia elaborado, e lhes fiz um convite para que fossem ao Brasil. Manifestei o desejo de que, ali, na minha presença, já ficasse fixado o dia e o mês em que poderia vê-los no Rio. Transformando as palavras em ação, pedi a cada um deles que marcasse, desde logo, aquelas datas.

Como era de esperar, alguns se esquivaram, solicitando um prazo para a resposta. Outros, porém, aceitaram imediatamente o convite e ordenei ao meu secretário que anotasse, cuidadosamente, os nomes e as respectivas datas de chegada. Assim, a reunião se agitou. Concorrentes altercavam, disputando a precedência da viagem. Perguntas eram-me feitas como se, em vez de um presidente da República, ali se encontrasse um corretor da Bolsa de Valores.

Tudo, porém, resolveu-se da maneira mais satisfatória possível. Meses depois, nos dias marcados, os industriais chegavam ao Rio, com pontualidade germânica. Ao desembarcar, cada um já encontrava, no aeroporto, um dos meus ajudantes que o recebia e o conduzia diretamente para o palácio, onde era recebido com absoluta prioridade. Em seguida, punha à disposição do visitante um dos técnicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento, chefiado por Lucas Lopes, para os indispensáveis estudos e esclarecimentos, comunicando-lhe que poderia ir ao palácio quando desejasse, que seria recebido sem qualquer demora. A tarefa foi realizada a contento. Os industriais chegaram, foram recebidos, obtiveram os esclarecimentos necessários e retornaram à Alemanha surpreendidos com o tratamento do governo e prometendo que, assim que seus projetos estivessem elaborados, retornariam ao Brasil.

A 16 de janeiro realizei uma longa excursão de automóvel pelo Ruhr. Desejava ver, de perto, o milagre do renascimento industrial do país e nenhuma região, como aquela, seria mais apropriada para atender à minha curiosidade. Dirigimo-nos, inicialmente, em diversas limusines, para o local dos altos-fornos de Huckingem. Ali, transferi-me para um carro Porsche – modelo novo e semelhante ao jipe –, que estava sendo fabricado para o Exército alemão. Tratava-se de um veículo de admiráveis qualidades. Nele, viajei sobre o leito de uma estrada de ferro, subi uma encosta abrupta e atravessei um riacho bem fundo.

Visitei, em seguida, as instalações de indústria pesada da Demag, em Duisburg, onde subi ao décimo pavimento da denominada Casa dos Arquitetos. Do alto, pude admirar o panorama da região do Ruhr – uma floresta de chaminés e de altos-fornos, febricitantes de atividade, com milhares de veículos indo e vindo, transportando máquinas, tratores, tubos de aço, enfim, a variada produção de que é capaz o potencial fabril de um tão

gigantesco complexo de indústria pesada. De Duisburg, segui para os altos-fornos de Gutehoffnungshuette, em Oberhausen, tendo completado o giro em Rheinhausen, na escola de aprendizes dos estabelecimentos Krupp. Durante três horas percorri, maravilhado, aquele imenso parque em plena atividade e, após um ligeiro descanso em Rheinhausen, dirigi-me a Bonn, onde me aguardava o presidente Theodor Heuss, que me oferecia um almoço.

Às 13 horas, meu carro dava entrada no palácio presidencial, em Bonn. Ao saltar do veículo, fui saudado por Hans Von Hayden, chefe do Protocolo, que me conduziu para uma sala, onde já me aguardava o presidente da República da Alemanha Ocidental. Conversamos durante minutos e, em seguida, o presidente Heuss levou-me para um salão vizinho, cujas janelas se abriam sobre o Reno, permitindo a contemplação de um deslumbrante cenário.

Seguiu-se o almoço, que contou com a presença do chanceler Konrad Adenauer. Tomaram lugar à mesa, entre outras, as seguintes personalidades: Heinrich Von Bretano, ministro das Relações Exteriores; Eugen Gerstentier, presidente do Parlamento; Walter Hallstein e Hans Globke, secretários de Estado; o barão Wolfgang Von Welck, do Ministério das Relações Exteriores; Fritz Berg, presidente da Federação Alemã da Indústria; o embaixador Fritz Oellers; Sigismund Weiss, diretor da Mannesmann; e o embaixador Bueno do Prado, chefe da representação diplomática brasileira em Bonn.

Ao champanha, o presidente Heuss dirigiu-me uma saudação, na qual declarou que “a economia alemã estava disposta a cooperar com o Brasil, em tudo o que estivesse ao seu alcance”. Recordou o papel que os alemães haviam desempenhado no progresso do Brasil e concluiu por afirmar que a Alemanha aguardava “com sincero interesse o advento de novas oportunidades de colaboração com o povo brasileiro”.

Em resposta, reafirmei minha intenção de introduzir no Brasil uma nova política de braços abertos, recebendo todos aqueles que desejassem investir, no país, capitais e conhecimentos técnicos. Na realidade, o papel que me competia desempenhar naquela viagem era justamente aquele: o de agente financeiro do Brasil.

Em Dusseldorf, tive a oportunidade de trocar ideias com Errhardt, que naquele tempo era o todo-poderoso ministro da Economia do

governo alemão. Expus, com objetividade, meus pontos de vista e Errhardt concordou em que o caminho certo para o Brasil na época era o da industrialização. Ao falar nas dificuldades com que lutava o país, para vencer a barreira da sua própria miséria, fiz uma referência ao Plano Marshall e Errhardt interveio, com vivacidade: “A ajuda norte-americana foi apreciável, mas o que aconteceu na Alemanha foi o resultado de um esforço coletivo. A indústria reconstruíra 75% das habitações, destruídas pelos bombardeios. Devemos a ela, igualmente, a reconstrução das estradas, das pontes, das ferrovias e das cidades, arrasadas pela força aérea aliada. A Alemanha constituía, no início, um cenário trágico. Mas tudo foi sendo transformado, aos poucos, à medida que as fábricas começaram a funcionar. O plano financeiro que elaborei era drástico, mas de resultado garantido. O que me competiu foi executá-lo à risca, mobilizando, paralelamente, a iniciativa privada. Em pouco tempo, já não se podia duvidar do êxito da cruzada. Coube à indústria alemã, sem dúvida, um papel da maior importância na recuperação do país.”

Sentia-se que Errhardt estava orgulhoso da obra realizada. As indústrias que se erguiam ao longo do Ruhr ofereciam um exemplo digno de ser imitado por todos os países que ambicionam reerguer-se de uma *débâcle* nacional. Cada fábrica possuía seus cursos para jovens, onde era ministrado o mais moderno ensino técnico. Qualquer trabalhador poderia frequentar esses cursos, que eram custeados pela empresa, e após alguns meses de estudo, por muito rudimentar que houvesse sido a sua formação profissional, transformava-se num operário especializado, fazendo jus a um salário mais elevado.

O chanceler Adenauer ofereceu-me, igualmente, uma recepção, à qual estiveram presentes o corpo diplomático e as autoridades e personalidades mais eminentes da Alemanha. O velho chanceler já tinha naquela época quase 80 anos de idade. Alto e forte, sua resistência era digna de admiração. Durante a recepção, pouco pudemos falar, já que teríamos de atender aos convidados. Terminada a reunião, porém, sentamo-nos e conversamos livremente. Adenauer havia voltado dias antes da Rússia, aonde fora numa tentativa de obter a concordância do governo soviético, no sentido de que a Alemanha voltasse a ter o seu exército. A oposição do governo de Moscou fora taxativa e gélida. Os alemães deveriam permanecer como povo vencido, sem direito a qualquer arma de defesa.

Observando a fisionomia daquele ancião ilustre, compreendia que o futuro das nações está vinculado intimamente ao esforço feito por sucessivas gerações, no sentido da realização do destino nacional, cabendo a cada uma delas avançar mais ou menos, de acordo com as circunstâncias e a determinação dos seus respectivos líderes. Adenauer dera um enorme passo à frente, preservando a dignidade nacional, mas graves problemas ainda estavam por resolver. Após uma guerra devastadora, a Alemanha voltara a ser de novo uma grande potência industrial. Politicamente, porém, permanecia à mercê das forças de ocupação, sem exército, sem esquadra e sem aviação. Só o futuro poderia revelar o destino que a aguardava.

Às vésperas da minha partida, visitei a casa de Beethoven. Foi a única derivação que introduzi no intenso programa oficial. Percorri a casa toda, visitando as diferentes peças, de teto baixo e, naquela oportunidade, geladas, por causa do inverno. Examinei os diversos pianos e observei, com intensa curiosidade, a que não era estranha certa preocupação própria dos médicos, os instrumentos que ele havia tentado criar para vencer a surdez. Viam-se esses aparelhos por toda parte, pequenos e grandes, de diferentes formatos, o que evidenciava a ânsia com que o genial compositor havia se esforçado para reviver o mundo maravilhoso dos sons, interdito aos seus ouvidos. Era a tragédia do músico que, debruçado sobre o piano de pequeno teclado da época, mentalizava os sons, dando expressão a um universo sonoro que escapava aos seus sentidos.

No dia 17 de janeiro, embarquei no aeroporto de Lohausen, em Dusseldorf, com destino a Roma. Desde algum tempo, havia grande interesse na Itália em torno da minha viagem, antevendo-se uma ampla reafirmação da amizade ítalo-brasileira e o início de uma nova e promissora etapa no intercâmbio comercial entre os dois países. Da minha parte, era com emoção que viajava para a Cidade Eterna – emoção que, embora comum a qualquer cidadão do mundo, adquiria um significado todo especial para os que, como eu, possuem uma formação latina.

Deixei Dusseldorf às 7h30min da manhã e, após duas horas de uma viagem tranquila, o avião sobrevoava Roma, cujas ruínas, vistas do alto, ofereciam um espetáculo maravilhoso. Às 9h15min estava no aeroporto de Ciampino. Na pista, encontravam-se para dar-me as boas-vindas o primeiro-ministro Antônio Segni; o Sr. Salvatore Rebecchini, prefeito

de Roma; o embaixador Carlos Alves de Sousa, chefe da representação diplomática do Brasil na Itália; o embaixador Décio Moura, nosso representante junto à Santa Sé; o embaixador da Itália no Brasil, marquês Lanza D'Ajeta, e várias outras personalidades. Do aeroporto, segui em automóvel para a Embaixada do Brasil, na Piazza Navona, onde fiquei hospedado. Nesse mesmo dia, realizou-se o almoço que me foi oferecido pelo presidente Gronchi, no Palácio Quirinal. Foi uma reunião festiva que muito me sensibilizou.

Nessa ocasião convidei o presidente Gronchi para visitar o Brasil – visita que teve lugar no primeiro ano do meu governo e que deu ensejo às maiores manifestações do povo brasileiro ao chefe do governo italiano. Após o almoço, o presidente condecorou-me com a Grã-Cruz e o Grande Cordão da República italiana, as mais altas condecorações do país. Ressalte-se o fato de que, ao prestar-me essa homenagem, o presidente Gronchi ignorou as exigências do protocolo, pois essas condecorações só eram concedidas aos chefes de Estado no exercício do governo.

Após o almoço, fiz uma excursão turística pela cidade, em companhia do embaixador Alves de Sousa, percorrendo as principais ruas de Roma. O passeio foi iniciado pela histórica Via Ápia. Visitei a igreja de Quo Vadis, a de São Sebastião – entrada das antigas catacumbas – e a sepultura bimilenar de Cecília Metella. Estive, em seguida, na prefeitura de Roma, onde o prefeito Rebecchini presenteou-me com uma placa de prata, onde se achava gravada a figura simbólica da loba romana, amamentando Rômulo e Remo, os fundadores da cidade.

À noite, participei de um jantar que me foi oferecido na Embaixada do Brasil pelo embaixador Alves de Sousa. Já era amigo desse ilustre diplomata, desde vários anos. Não constituiu surpresa para mim, portanto, a gentileza com que fui recebido por ele em Roma. Hospedou-me na Embaixada – o suntuoso Palácio Doria Pamphilli – juntamente com a embaixatriz, filha do meu grande amigo, o ex-presidente Artur Bernardes, e tudo fizera para tornar o mais agradável possível minha passagem pela Cidade Eterna.

Estando na Itália, fiz questão de cumprir um dever que julgava sagrado: levar aos nossos mortos, que repousavam em Pistoia, a comovida homenagem do presidente eleito do Brasil. No dia 18, pela manhã, depo-

sitei uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, na Piazza Venezia. A cerimônia durou sete minutos, mas não deixou de ser tocante. Da Piazza Venezia, segui diretamente para o aeroporto, onde um avião da Força Aérea italiana, pilotado pelo ás de aviação, capitão Renato Silenzi, me aguardava. O aparelho deveria conduzir-me de Roma até Pisa, seguindo em minha companhia os embaixadores Alves de Sousa e Lanza D’Ajeta.

No Aeroporto de San Giusto, em Pisa, fui recebido pelo prefeito da cidade, pelo chefe de polícia e demais autoridades locais. Em automóvel, segui para a Praça do Duomo, de Pisa, onde posei para os fotógrafos e câmeras de televisão, tendo ao fundo a silhueta inclinada da torre. Pouco depois, segui de automóvel para Pistoia.

À entrada do campo-santo, saudaram-me o comandante militar de Florença, general Ezio de Michelis, e outras autoridades locais. Passei em revista uma guarda de honra constituída por uma companhia do 88º Regimento de Infantaria, enquanto a banda militar executava os dois hinos nacionais. A hora era de emoção. Sob a chuva, caminhei por entre as aleias que circundavam as 454 sepulturas de patrícios nossos. Tudo, ali, estava admiravelmente bem cuidado. Viam-se flores e plantas típicas do Brasil, cujas mudas haviam sido enviadas do nosso país por familiares ou amigos dos mortos, a fim de que as sepulturas apresentassem um aspecto caro aos olhos dos visitantes brasileiros.

Estava profundamente emocionado. Via, em torno de mim, aquelas sepulturas, nas quais repousavam os corpos de brasileiros que se haviam sacrificado, lutando longe da pátria pela preservação da liberdade no mundo. O obelisco, levantado em memória dos soldados brasileiros, erguia-se no centro do cemitério. Soldados italianos, perfilados, cercavam o monumento, quando nele depus uma coroa de flores. Houve um momento de concentração e de êxtase patriótico. De súbito, emprestando um acento emocionante à cerimônia, ouviram-se vozes femininas entoando uma canção do nosso folclore. Eram moças brasileiras, alunas da Universidade de Florença, que, sabedoras da minha visita, haviam organizado aquele coro para dar maior brilho à solenidade.

Terminado o canto, dois meninos – órfãos de guerra italianos – aproximaram-se de mim e me entregaram uma mensagem de agradecimento do povo irmão pelo papel desempenhado pela Força Expedicionária

Brasileira na libertação da Itália. O gesto me comoveu profundamente e, quebrando o protocolo, abracei e beijei as duas crianças. Em seguida, procurei conhecer o sargento Miguel Pereira, que, desde o final da guerra, era o zelador do cemitério de Pistoia. Conversamos durante alguns minutos e soube que havia casado com uma italiana e que já tinha dois filhos. Terminada a cerimônia, retornei de automóvel a Pisa, onde tomei o avião para Roma. D. Elba Sete Câmara e o cônsul Sete Câmara esperavam-me com uma afetuosa recepção em Florença. O mau tempo impedia a viagem, privando-me do prazer daqueles amigos.

Naquele mesmo dia, à noite, compareci a um banquete com o qual me homenageou o primeiro-ministro Segni. Foi uma reunião agradávelíssima, que teve lugar em sua residência, a Villa Madama, situada na encosta do Monte Mario. Na Cidade Eterna ainda teria de viver horas de extrema emoção, que jamais esqueceria. Tratava-se da visita ao papa Pio XII, o que constituiu a chave de ouro com que encerrei minha visita à Itália. No dia 19, pela manhã, acompanhado por uma caravana de automóveis, cruzei a ponte sobre o Tibre e penetrei na Praça São Pedro. Todos os membros da minha comitiva fizeram questão de me acompanhar nessa visita e, através de entendimentos prévios, havia ficado combinado que eles seriam, igualmente, recebidos por Sua Santidade.

Acompanhavam-me o embaixador Décio Moura e uma comitiva de autoridades eclesiásticas. Após passar em revista as tropas papais, segui, cercado de altos dignitários do Vaticano, até o Salão Clementino. Nele ficaram os membros da comitiva. Eu, porém, fui introduzido pelo monsenhor Caroli di Vignale no Salão do Pequeno Trono – *Sale del Tronetto* –, onde aguardei a presença de Sua Santidade. A espera foi mínima. Uma grande porta se abriu e o papa Pio XII surgiu, encaminhando-se para mim. Era um homem alto e magro, de fisionomia serena, mas grave. O sumo pontífice trazia a *mozzetta*, capa abotoada, de cor vermelha, que chega até os cotovelos, e trajava uma túnica de mangas estreitas, o *rocchetto*, em linho branco. Ajoelhei-me, para beijar a mão, mas Sua Santidade procurou impedir o gesto. Sentamo-nos, em seguida, em duas poltronas que ficavam frente a frente.

É estranho o poder que exerce sobre qualquer cidadão do mundo a presença do representante de Cristo na Terra. Trata-se de uma sen-

sação que é um misto de respeito e emoção profunda. Pio XII tudo fez para deixar-me à vontade. Durante cerca de meia hora conversamos sobre os problemas internacionais e Sua Santidade fez-me numerosas perguntas sobre o Brasil, cuja situação interna revelou conhecer bem. O Brasil, sendo o maior país católico do mundo, estava sempre presente em seu espírito. Enquanto respondia às suas perguntas, lembrei-me de que naquela hora uma mulher de rara coragem, com quase 80 anos de idade, informada pela imprensa de que eu estaria na presença do sumo pontífice, estaria certamente rezando pelo êxito do filho distante. Desde que ingressara na política, ela se levantava às 5 horas da manhã para assistir à primeira missa, e esse esforço só tinha um objetivo: obter a graça divina para aquele que ela alimentara com seu leite e, sob sua vigilância severa, encaminhara na vida.

Após a audiência pessoal, solicitei a Sua Santidade que me permitisse apresentar-lhe os meus companheiros e o sumo pontífice ordenou ao monsenhor Caroli di Vignale que os introduzisse na sala. O encontro, que era a dois, transformou-se então numa pequena cerimônia. Surpreendentemente para mim, o papa tirou da manga da sua túnica um discurso, escrito em português, e o leu com a maior fluência, sem acusar qualquer sotaque. Este discurso teve uma grande repercussão no Brasil. Os adversários, que não se cansavam de apregoar que eu iria governar de acordo com os comunistas, em face da saudação do chefe da Igreja Católica julgaram prudente não insistir naquela capciosa exploração. Nessa oração, Pio XII fora incisivo. Dava-me a bênção, já que, por minha formação religiosa, a merecia e porque, dentro de poucos dias, seria o chefe do governo da maior nação católica do mundo. Infelizmente Sarah não pudera acompanhar-me nessa ocasião. Ficara no Brasil, ao lado de seu irmão, Geraldo Gomes de Lemos, que, poucos dias antes, havia sido vítima de um enfarte.

Após agradecer as palavras generosas de Sua Santidade, ofereci-lhe, em nome do povo brasileiro, um cálice de ouro ricamente trabalhado, obra do século VII, de autoria dos artífices espanhóis Miguel e Francisco Espinosa. O papa, por sua vez, presenteou-me com um grande volume, luxuosamente encadernado em couro branco, contendo reproduções dos quadros de Rafael que se encontram no Vaticano. Sua Santidade abençoou, em seguida, os membros da minha comitiva e, precedidos pelo monsenhor Di Vignale, deixamos a *Sale del Tronetto*.

Visitei, em seguida, a Basílica de São Pedro, onde fui recebido pelo cardeal Federico Tedeschini, arcepreste da basílica e do Capítulo de São Pedro. Deixando o Vaticano, segui diretamente para a Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, onde fui homenageado com um almoço pelo embaixador Décio Moura, ao qual esteve presente o cardeal Benedetto Aloisi Masella, antigo núncio apostólico no Brasil.

A última visita que fiz em Roma foi ao Colégio Pontifício Brasileiro, situado na Via Aurélia, onde tive a oportunidade de conhecer centenas de jovens brasileiros que ali se preparavam para a vida sacerdotal. No dia 19, realizou-se a grande recepção, em minha homenagem, oferecida pelo embaixador Alves de Sousa, na Embaixada do Brasil. Naquela noite, o chefe da nossa representação diplomática reuniu no Palácio Doria Pamphilli o que havia de mais expressivo no mundo intelectual e nos círculos econômicos e sociais da velha Roma. Antes da recepção, entreguei aos jornalistas uma declaração escrita, nos seguintes termos: “No decurso de minha estada na Itália, mantive estreito contato com figuras do governo italiano. Discutimos vários assuntos e estabelecemos base para uma intensa colaboração. Algumas indústrias italianas podem ser transplantadas para o Brasil, por comum acordo, podendo ser iniciado um programa amplo de inversões italianas em meu país.”

Às 8 horas do dia 20, deixei Roma, com destino a Madri.

.....

Espanha e Portugal

ANTES DE CHEGAR À ESPANHA, já a imprensa do país preocupava-se com a minha visita, abrindo manchetes e divulgando copioso noticiário. *El Alcazar* já me havia solicitado uma entrevista, por intermédio do seu correspondente em Paris, e o *El Pueblo*, referindo-se à minha chegada, estampara em sua primeira página um longo artigo, sob o título *Brasil, continente do futuro*. O diário católico *Ya* saudou-me com as seguintes palavras: “Um brasileiro nunca será um estrangeiro entre nós. Juscelino Kubitschek é bem-vindo à nossa terra.”

O avião em que viajava aterrisso no aeroporto de Barajas mais ou menos ao meio-dia. O generalíssimo Francisco Franco surpreendeu-me com um gesto antiprotocolar, comparecendo ao meu desembarque, acompanhado por todos os membros do seu governo. Após saudar-me, apresentou-me seus ministros. Seguiu-se uma revista à guarda de honra da Força Aérea. Pouco depois, em companhia do generalíssimo, segui de automóvel para o Palácio dos Jardins de Moncloa, na Cidade Universitária, reservado exclusivamente para os chefes de Estado que visitam o país. No mesmo dia da minha chegada, almocei com o generalíssimo Franco. Após um passeio pela cidade, segui para o Palácio do Pardo, residência particular do chefe do governo espanhol, situada 10 quilômetros a oeste de Madri.

Além do generalíssimo Franco e de sua esposa, achavam-se presentes numerosos dignitários espanhóis.

O Palácio do Pardo é uma das residências oficiais mais belas do mundo. Tive a oportunidade de admirar sua valiosíssima coleção de tapetes, acumulada através dos séculos, e que hoje cobre as paredes dos magníficos salões e cujas unidades, se colocadas lado a lado, cobririam uma extensão de cerca de 42 quilômetros.

No dia seguinte segui para Toledo, a fim de conhecer as ruínas do famoso Alcazar. Acompanharam-me o embaixador Rubens Ferreira de Melo, o ministro da Guerra, tenente-general Augustín Muñoz Grandes, e membros da minha comitiva. Ao chegar à heroica cidade, fui saudado pelo governador de Toledo, o conde de Espoz y Mina, e visitei em seguida a catedral, construída no século XIII, onde o primaz de Espanha, cardeal Pla y Daniel, mostrou-me o altar elevado, o coro, o capítulo e a sacristia. Estive, depois, na capela da Virgem do Sacrário, padroeira da cidade.

Da catedral segui para as ruínas do Alcazar de Toledo, onde as forças do general Franco resistiram a três meses de sítio durante a guerra civil. Estive pouco depois na casa onde residiu El Greco, hoje transformada em museu. Toledo impressionou-me profundamente. Cidade fundada 200 anos antes de Cristo, tudo ali é história, tradição, acervo de bravura e heroísmo. O casario, estendendo-se pelas margens do Tejo, é um labirinto de ruas estreitas e pitorescas. No centro, dominando a paisagem, ergue-se a massa granítica do Alcazar, com suas muralhas cinzentas.

Regressando a Madri, visitei o Museu do Prado e o Palácio Real. Foram duas visitas que me deram um prazer enorme pela oportunidade de ver e admirar tantas obras de arte. A visita seguinte foi ao Instituto Nacional de Indústria, onde pude ter uma ideia das atividades espanholas nos setores hidrelétrico, automobilístico, aeronáutico e petrolífero. O ministro da Indústria, Joaquim Planell, e o presidente do INI, Juan Antonio Suanzes, forneceram-me informações minuciosas sobre as refinarias de Cartagena e de Tenerife, assim como sobre a fabricação dos aviões DC-207, de 31 passageiros. Nossa conversa, que, até então, vinha sendo mais ou menos diplomática, assumiu de súbito um caráter técnico, com enumeração de dados, cifras e preços.

Minha estada em Madri chegava ao fim. À noite do dia 21 de janeiro, ofereci uma recepção às autoridades e ao corpo diplomático na

Embaixada do Brasil, em retribuição às homenagens de que havia sido alvo na Espanha. No dia seguinte, deixei Madri às 9h30min, rumo a Lisboa.

Uma visita a Portugal é sempre um banho lustral para qualquer brasileiro. Remontamos às nossas origens. Identificamo-nos com o nosso passado. Se esta é a emoção do brasileiro, um sentimento quase idêntico assalta o português. Ele se revê em nós. Presente a continuidade admirável da raça. Experimenta, ao contemplar o desdobramento da pátria, uma estranha sensação de prolongamento no espaço, acima do oceano e indiferente às limitações do tempo.

No aeroporto, achavam-se presentes as mais altas autoridades do país, tendo à frente o Dr. Antônio de Oliveira Salazar, presidente do Conselho. Pouco depois do desembarque, fui ao Palácio de Belém, a fim de visitar o presidente Craveiro Lopes. A manhã estava esplêndida, com um sol como só se vê em Portugal.

O presidente Craveiro Lopes, em uniforme de general e trazendo ao peito a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, recebeu-me no grande salão do palácio, onde conferenciamos durante cerca de 20 minutos, na presença do chanceler Paulo Cunha. Mais tarde, transferimo-nos para o Salão Luís XV, onde o presidente apresentou-me os membros da sua Casa Civil e Militar. Seguiu-se a entrega da grã-cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, condecoração que me conferiu honras de general do Exército. Essa ordem foi fundada por Dom Afonso em 1459, para comemorar a conquista da África do Norte. Dom João VI restabeleceu-a em 1808, para assinalar sua chegada ao Brasil.

Do Palácio de Belém, dirigi-me para o de Queluz, em companhia do chanceler Paulo Cunha e do almirante Nuno de Brion – que havia sido colocado à minha disposição –, recebendo, durante o percurso, ruidosas aclamações do povo. Tão grande fora a manifestação popular que, após haver ingressado no palácio dos antigos reis de Portugal e no qual ficara hospedado, vi-me obrigado a assomar à sacada, a fim de agradecer as aclamações.

Ao meio-dia, o presidente Craveiro Lopes dava entrada no Palácio de Queluz, para retribuir a visita que lhe fizera pouco antes. Conversamos durante alguns minutos e, em seguida, o chefe do Executivo português despediu-se, dizendo-me, com um sorriso: “Logo mais, Vossa Excelência irá

ao Estádio Nacional. Agora, poderá descansar um pouco.” O programa era intenso e, na realidade, não havia oportunidade para qualquer repouso. Mal o presidente Craveiro Lopes deixara Queluz, já me dirigia para a Embaixada do Brasil, onde o embaixador Heitor Lira me oferecia um almoço. No trajeto para a sede da nossa representação diplomática, pude observar no alto do Castelo de São Jorge, que domina Lisboa, duas bandeiras que drapejavam ao vento, assinalando o acontecimento que, naquele momento, empolgava o povo português: a visita do presidente eleito do Brasil.

Conforme o presidente Craveiro Lopes anunciara, compareci à noite ao Estádio Nacional, onde assisti a uma partida de futebol entre o quadro do Porto e o do Belenenses. Sessenta mil pessoas lotavam as dependências da magnífica praça de esporte. Foi um espetáculo emocionante. Milhares de bandeirolas com as cores verde e amarela agitavam-se ao vento. Ouviam-se aclamações ao Brasil e ao meu nome. Os dois times homenagearam-me ofertando lembranças: o Porto ofereceu-me uma insígnia de ouro do grêmio e o Belenenses me entregou uma artística caravela, réplica das primeiras que chegaram ao Brasil.

Em seguida, retornei ao Palácio de Queluz, onde concedi uma entrevista coletiva à imprensa. A reunião teve lugar no Salão dos Espelhos, que estava repleto de jornalistas. Definindo minha política de inversões de capitais estrangeiros, declarei na ocasião: “Desejo abrir as portas do Brasil a todos os que revelarem disposição de inverter seus capitais no país. Trabalharemos em conjunto, de forma a retirar a economia brasileira do marasmo em que desde muito ela se encontra.”

Depois da entrevista, dirigi-me para o Palácio da Ajuda, onde fui homenageado com um grande banquete oferecido pelo presidente Craveiro Lopes. Assentaram-se à mesa 135 convidados e, entre eles, viam-se muitos chefes de missões diplomáticas. Estavam presentes, igualmente, o primeiro-ministro Oliveira Salazar, membros do governo e o núncio apostólico, monsenhor Fernando Cento. Com esse banquete, encerrou-se o meu primeiro dia em Portugal.

No dia seguinte, fiz uma excursão a Sintra e visitei posteriormente os balneários de Cascais e do Estoril e, também, o Mosteiro dos Jerônimos, em Belém, onde repousam os restos mortais de Camões e de Vasco da Gama.

Ao meio-dia, chegava à residência do primeiro-ministro Oliveira Salazar, em São Bento, onde mantive uma longa conferência com o ilustre estadista que mais tarde seria um dos meus grandes amigos. Durante aquela rápida visita a Portugal, o povo português nunca perdeu uma só oportunidade de me prestar homenagens. Se o meu automóvel era localizado numa das ruas, logo se formava uma pequena multidão e os mais afoitos, quebrando o protocolo, aproximavam-se para um rápido cumprimento. Nas cerimônias oficiais, sempre havia uma aglomeração nas imediações do local, e quando eu aparecia numerosas eram as pessoas que desejavam dirigir-me a palavra. Essas manifestações, espontâneas como eram, muito me sensibilizaram e a vontade que tinha era de deixar o cortejo oficial, quebrar o protocolo, para me misturar com o povo, a fim de sentir de perto suas emoções.

Da minha permanência em Portugal, naquela ocasião, guardo recordações que não poderei esquecer e fiz amizades que haviam de se tornar profundas e duradouras. Será justo ressaltar aqui alguns fatos de caráter pessoal, relacionados com os vínculos afetivos que, a partir daquela data, me ligaram ao presidente Craveiro Lopes e ao primeiro-ministro Salazar. Quanto ao primeiro, o convite que lhe fiz para visitar o Brasil foi recebido com o maior agrado e transformou em amizade sólida e sincera a mútua simpatia que a princípio nos aproximava. A visita teve lugar dois anos após a minha posse e a estima recíproca, que prevaleceu em nossas relações, prolongou-se ao longo de todo o tempo do meu e do seu governo. Quanto a Oliveira Salazar, nossas relações desenvolveram-se de forma diferente. Eu não o conhecia pessoalmente ao chegar a Lisboa. O programa que ali teria de cumprir, durante a minha visita, era intenso e não me permitia qualquer tempo vago. Não poderia, porém, retornar ao Brasil sem haver tido uma conversa mais demorada com o primeiro-ministro, cujos conselhos desejava ouvir numa entrevista informal, já que sua experiência administrativa desde muito atraía a minha atenção.

Durante uma das recepções, manifestei esse desejo a Oliveira Salazar e o primeiro-ministro imediatamente se pôs à minha disposição. Examinamos o programa e não encontramos qualquer tempo vago que tornasse possível aquele encontro. A única solução seria aproveitarmos o tempo, antes que se iniciassem as cerimônias oficiais. Combinamos um encontro,

então, para as 7 horas da manhã, o que não constituía qualquer sacrifício, pois ambos éramos madrugadores. Precisamente às 7 horas da manhã, eu chegava à residência do presidente do Conselho. Salazar recebeu-me com sua habitual gentileza e levou-me para o seu gabinete de trabalho. Convidou-me a sentar e ele próprio, num requinte de hospitalidade, foi buscar um aquecedor elétrico, que ligou numa tomada e colocou sob os meus pés. A providência fora adequada, pois logo me senti aquecido. Salazar, porém, não se deu por satisfeito e, levando em conta naturalmente que não estava habituado aos rigores do inverno, apanhou uma manta espessa e a estendeu sobre os meus joelhos. Em seguida, sentou-se numa larga poltrona e deu início à entrevista.

Contou-me ele que no início da sua administração precisou reduzir todos os vencimentos em 10%. Anunciada a providência, uma comissão de generais do Exército o procurou, para dizer que não estava de acordo com a decisão, uma vez que as dificuldades de vida não permitiam aquela redução. Salazar ouviu os militares com a maior tranquilidade e respondeu: “Escolham, então, o meu substituto, porque amanhã estarei de novo lecionando em Coimbra.” Os generais se retiraram. Disse-me Salazar que esta foi a última vez que os militares portugueses tentaram obstar a execução de qualquer dos seus atos administrativos.

Esse encontro lançou as bases de uma sólida amizade. A partir desse primeiro contato, nossas relações pessoais se cercavam cada vez de maior calor, e mais tarde, quando fui obrigado a me afastar do Brasil, em consequência da Revolução de 1964, escolhi Portugal para viver. Salazar abriu-me os braços, de forma que a terra portuguesa se tornasse para mim um segundo lar.

Entretanto, o programa da minha visita havia chegado ao fim. Estávamos a 23 de janeiro e a minha posse deveria se dar no dia 31. Apenas sete dias me separavam da Presidência da República. Assim, aos dez minutos da madrugada de 24 de janeiro deixei Lisboa, encerrando aquela excursão de 20 dias pelos Estados Unidos e pela Europa. Do outro lado do oceano, estava o Brasil e, à medida que me aproximava do Rio, iam retornando ao meu espírito as mesmas preocupações políticas que durante aqueles últimos doze meses haviam constituído o meu tormento diário.

.....
Retorno ao Brasil e organização do Ministério

ENQUANTO ESTIVERA NO EXTERIOR, nunca deixara de ser informado sobre o que se passava no Brasil. Em cada cidade que visitava, mesmo que o programa a cumprir fosse dos mais intensos, sempre arranjava tempo para fazer uma ligação telefônica para um amigo no Rio e tomar conhecimento do que ocorria no cenário político. Nereu Ramos, na chefia do governo, vinha se conduzindo com elevação. À frente do Ministério da Guerra, permanecia o general Teixeira Lott, e sua atuação apolítica vinha causando boa impressão no seio das Forças Armadas, o que contribuía para que fossem sendo reduzidos os focos de rebeldia, cuja atividade havia dado origem ao 11 de novembro. O estado de sítio ainda estava em vigor. No dia 24 de janeiro, pela manhã, desembarquei no Rio. A manifestação que recebi no aeroporto não deixou de me surpreender. O Galeão lotado e ao longo do trajeto, até a minha residência, recebi delirantes aclamações, o que evidenciava que a tensa atmosfera política, prevalecente antes da minha viagem, dissipava-se à medida que se aproximava a data da posse. Ao passar pela Avenida Rio Branco, assisti à tradicional chuva de papel picado. Meu apartamento estava tomado, vendo-se ali as mais expressivas figuras do cenário político. Apesar da confusão criada pelos amigos que desejavam abraçar-me, ainda consegui realizar naquele mesmo dia algumas entrevis-

tas políticas. Pretendia informar-me, de forma objetiva e explícita, sobre a real situação do país.

Na realidade, o tempo urgia. Faltavam apenas cinco dias para a posse e o meu Ministério praticamente estava por ser organizado. Como já disse, antes de embarcar havia convidado o meu amigo José Maria Alkmin para a pasta da Fazenda e acertado, com João Goulart, a ida do senador Parsifal Barroso para o Ministério do Trabalho e a do ex-governador Ernesto Dorneles para a Agricultura.

Era só. Faltavam ainda oito pastas para serem preenchidas. Como era natural, existiam as pressões políticas, os apelos dos amigos, os compromissos partidários. Nereu Ramos conduzira-se com isenção na chefia do governo e julguei que seria justo aproveitá-lo na pasta da Justiça. Sua escolha oferecia uma dupla vantagem. Tratava-se de um homem enérgico e correto, e sua nomeação para o Ministério atrairia para o meu governo o apoio de uma ala dissidente do PSD que, desde a campanha presidencial, vivia afastada do partido.

Os problemas políticos mais graves haviam sido solucionados enquanto eu me encontrava no exterior. A ideia de um movimento de pacificação nacional, lançada por Otávio Mangabeira, tendo por objetivo o meu afastamento da cena política e a entrega do poder a uma personalidade neutra, com a conversão do Congresso em assembleia constituinte, desmoralizara-se por si mesma. Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal lançaram uma pá de cal na pretensão de Café Filho, de ainda ser o legítimo depositário do poder. E, por fim, com o pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral, de que eu era o presidente eleito, desfizera-se como bolha de sabão a esdrúxula tese da maioria absoluta, inventada pelos udenistas.

O único problema pendente, pois, era o do estado de sítio. Essa medida de exceção havia sido prorrogada três vezes e sua vigência ultrapassaria a minha posse e se prolongaria até o fim do primeiro mês do meu governo. A ideia de dirigir o país num ambiente de suspensão das garantias constitucionais repugnava-me, sinceramente. Não a aceitava, julgando-a desnecessária, e também porque contrariava minha formação democrática. Eram grandes as pressões que sofria para que mantivesse a medida. Assim, enquanto realizava os entendimentos políticos para a formação do Minis-

tério, nunca deixei de pensar na atitude que deveria tomar em face dessa questão.

Como o tempo era exíguo, acelerei as conversações para a escolha dos ministros restantes. Convidei para a pasta da Educação o ex-governador de Minas, Clóvis Salgado, ilustre professor da Escola de Medicina de Belo Horizonte e cuja conduta como meu sucessor no Palácio da Liberdade havia sido decisiva para a consolidação da minha candidatura à Presidência. Para o Ministério da Viação, escolhi o almirante Lúcio Meira, sobre cuja capacidade tinha as melhores informações, e cujo nome me fora sugerido por Amaral Peixoto e Antônio Balbino. Quanto às pastas da Saúde e do Exterior, foram elas preenchidas pelos mesmos titulares que já a ocupavam durante o governo Nereu Ramos, isto é, o professor Maurício de Medeiros e o embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Quando procurei Nereu Ramos para convidá-lo para a pasta da Justiça, encontrei-o reservado e hesitante. Percebi que a campanha, levada a efeito por meus adversários enquanto estava ausente do Brasil, havia surtido efeito. Nereu Ramos deixara-se influenciar por ela e daí seu retraimento quando o procurei. Discutiu vagamente o assunto comigo, solicitando-me, por fim, que lhe concedesse algumas horas para pensar. Despedi-me e saí. A outra tarefa que me competia realizar seria convidar o general Teixeira Lott a servir o país, permanecendo à frente do Ministério da Guerra. Como Alkmin havia estado em estreito contato com o general durante os graves acontecimentos que tiveram lugar no cenário político, após a minha eleição, pedi-lhe que fizesse uma sondagem inicial, no sentido de conhecer o pensamento do chefe do Exército em relação ao meu governo e, caso esse fosse favorável, comunicar-lhe desde logo que minha intenção seria a de conservá-lo à frente daquela pasta.

O general Lott, na entrevista que manteve com Alkmin, revelou-se cheio de escrúpulos. Disse que havia tomado aquela atitude levado por sentimentos patrióticos, a fim de evitar o *golpe* que se tramava contra o regime no seio do próprio governo. Com o impedimento de Café Filho, considerava sua missão cumprida, devendo, pois, retornar às fileiras do Exército. Ainda ocupava a pasta, atendendo a um apelo de Nereu Ramos, que julgava não estar consolidada a nova situação. Em face disso, permaneceria no Ministério até a minha posse.

Alkmin tentou inutilmente convencer o general Lott. Este ouviu tudo calado, conservando a cabeça ligeiramente inclinada e, alisando com a mão direita o braço da cadeira, nem uma só vez interrompera a exposição de Alkmin. Julgando que havia obtido êxito em sua missão, Alkmin finalizou sua entrevista condensando, numa frase, a longa argumentação desenvolvida: “O senhor me autoriza a comunicar ao Dr. Juscelino a sua aquiescência?” A pergunta teve o efeito de um choque. O general, erguendo-se de súbito, retrucou com vivacidade: “Não, senhor deputado. Desejo que agradeça ao Dr. Juscelino a gentileza do convite, mas infelizmente não poderei aceitá-lo. Trata-se de uma questão moral, Dr. Alkmin, e nesse terreno não transijo. Agi, porque achei que aquele era o meu dever, e não para favorecer a quem quer que fosse.” E, estendendo a mão a Alkmin, deu por encerrada a entrevista.

Alkmin deixou a residência do general profundamente chocado. Até então, mantivera frequentes contatos com Lott e sabia que se tratava de um homem difícil, mas nunca pensara que sua intransigência chegasse a tanto. No automóvel, de volta para o Hotel Califórnia, procurara analisar as palavras que acabara de ouvir. De fato, Lott fechara a questão. Colocara o problema em termos de escrúpulo moral, o que era uma barreira difícil de ser vencida. Entretanto, Alkmin percebera que, embora mostrando-se taxativo no que dizia respeito à recusa, ele se revelara sensibilizado pelo convite. Assim, ao chegar ao hotel, ele me telefonou dando conta do que o general dissera e manifestando a impressão de que se eu, pessoalmente, fizesse o convite, talvez se verificasse uma mudança de atitude. Prontifiquei-me a procurar o ministro no mesmo dia e solicitei a Alkmin que fizesse as indispensáveis *démarches* para o encontro.

Durante a minha entrevista com Lott – que se realizou no apartamento de Osvaldo Penido – respirou-se um clima de perfeita cordialidade. Repeti, mais ou menos, os mesmos argumentos utilizados por Alkmin. Pretendia realizar um programa de grandes obras administrativas, mas como poderia executá-lo se tivesse a atenção tomada pelo problema da manutenção da ordem? Fazia-lhe um apelo, não em meu nome pessoal, mas do Brasil, que precisava de tranquilidade e de ordem para trabalhar e progredir. Lott refletiu alguns instantes e retrucou: “Compreendo a sua situação, senhor presidente, e estou disposto a ajudá-lo. Entretanto, não desejo decidir sem antes

ouvir os companheiros que ficaram ao meu lado, durante os acontecimentos do mês passado. Terei necessidade de 24 horas para esses entendimentos. Findo esse prazo, darei uma resposta definitiva.”

De fato, findo o prazo, o general Lott me procurou, declarando que concordava em permanecer à frente da pasta, depois da minha posse. Assim, os dois problemas mais sérios do início do meu governo estavam solucionados: o preenchimento da pasta do Trabalho pelo não comunista Parsifal Barroso e a manutenção do general Teixeira Lott à frente do Ministério da Guerra. Quanto às outras pastas militares – Marinha e Aeronáutica, pelo almirante Alves Câmara e pelo brigadeiro Alves Seco –, os convites foram feitos e aceitos sem qualquer objeção. Restava, pois, a pasta da Justiça, para a qual havia solicitado a cooperação de Nereu Ramos, o qual a princípio se mostrara hesitante. Em face da aquiescência dos três ministros militares, ele me procurou para dizer que também aceitaria o convite para ocupar a pasta da Justiça.

Estava, assim, completo o Ministério, já que o preenchimento das demais pastas não oferecia qualquer problema. Enquanto realizava essas *démarches*, retocava no meu espírito a estratégia política que nortearia o meu governo. Tratava-se de uma filosofia que teria por base duas frases que julgava de enorme profundidade: uma era de Churchill; e a outra de Lincoln. O ex-primeiro-ministro britânico havia dito: “Quando os governos se esquecem do presente e se voltam para o passado, perdem o futuro!” Lincoln, após a guerra civil nos Estados Unidos, durante a qual cerca de 1 milhão de norte-americanos haviam perdido a vida, declarara, chocado pela crueza da realidade que se lhe antolhava: “Se eu não me colocar como uma muralha, para conter o ódio que separa o Norte do Sul, esta nação perecerá!” Tendo essas duas sentenças sempre presentes no meu espírito, compus a tessitura do que seria a filosofia do que pretendia realizar como presidente da República.

Estávamos a 30 de janeiro de 1956. No dia seguinte, seria a posse. Tinha a consciência tranquila, já que o vendaval de insânia que, naqueles últimos meses, havia assolado o país não havia sido desencadeado por mim, mas contra mim. O que me preocupava era apenas o compromisso que havia assumido com os que me tinham dado seu voto: o de fazer o Brasil progredir 50 anos em 5. Esse compromisso estava disposto a honrar, custasse o que custasse.

.....

A posse na chefia do governo

DIANTE DE MIM, abria-se a fase decisiva da minha vida. 31 de janeiro de 1956 – dia da minha posse na Presidência da República! Era o desfecho, esperado mas sempre posto em dúvida, do grande esforço levado a efeito contra a resistência de poderosas forças. Desde que regressara da Europa, senti que o ambiente no país estava mudado. Engrossava, dia a dia, o número dos que me apoiavam. Surpreendia-me, a cada hora, com o volume das manifestações de solidariedade, recebidas dos mais variados setores de opinião pública.

Na realidade a nação confrontava-se com um fato consumado. A atoarda feita pela UDN não resultara em nada. Desde muitos anos o Brasil estava parado. Estiolava-se no imobilismo e na estagnação. Eu havia prometido sacudi-lo. Transformá-lo numa rica e próspera nação. Minha pregação cobrira toda a extensão do território nacional. Meus discursos haviam sido objetivos, precisos, elaborados em torno de cifras. Tratava-se de uma linguagem nova, à qual não estavam afeitos os eleitores. Em face dessa revolucionária pregação eleitoral – que era antes um diálogo com o povo – crescera o número dos que passaram a me apoiar.

Entretanto, inúmeras barreiras tiveram de ser transpostas para que chegasse, são e salvo, àquele 31 de janeiro. Deus estivera comigo e de-

ra-me as mãos, para o êxito da longa e perigosa caminhada. Desde alguns dias, o Rio estava repleto de visitantes, tanto nacionais como estrangeiros. Dezenas de embaixadores haviam chegado, em missão especial, para a cerimônia da posse. Richard Nixon, então vice-presidente dos Estados Unidos, chefiava a delegação norte-americana. Vincent Auriol encabeçava a missão francesa, já que o presidente Coty, numa deferência pessoal para comigo, fizera questão de dar o maior relevo possível à representação do seu governo, designando para a tarefa um ex-presidente da França. Todas as demais nações – grandes e pequenas – amigas do Brasil ou que haviam sido visitadas por mim como presidente eleito fizeram-se representar por figuras das mais expressivas do seu mundo cultural ou político. Chegaram ao Rio, igualmente, para testemunhar a cerimônia, jornalistas dos principais jornais da Europa e dos Estados Unidos.

O dia 31 de janeiro amanheceu cinzento, com nuvens densas empanando a claridade solar, característica da Cidade Maravilhosa. Desde cedo, porém, verificava-se extraordinário movimento nas ruas. Às 15 horas, deveria realizar-se a cerimônia no Palácio Tiradentes – com a Câmara e o Senado em sessão conjunta –, onde eu e o vice-presidente João Goulart faríamos o juramento de praxe. O Palácio Tiradentes estava repleto e esplendidamente decorado. Sarah, minha mãe – então com 82 anos de idade –, e minhas filhas Márcia e Maria Estela, minha irmã Naná e meu cunhado Júlio Soares achavam-se em uma das tribunas. Apesar do policiamento que vedava a entrada de pessoas não convidadas, milhares de populares furaram os cordões e cercaram o meu carro, quando cheguei ao edifício da Câmara dos Deputados. Colegiais, de uniforme branco e agitando bandeirolas, ladeavam as filas formadas por soldados dos Dragões da Independência.

Flores da Cunha, presidente em exercício da Câmara, abriu os trabalhos da sessão conjunta às 15h15min, com um quarto de hora de atraso. Foi designada uma comissão de senadores e deputados para nos receber à entrada do palácio e nos introduzir no recinto. A comissão era composta pelos senadores Apolônio Sales, Georgino Avelino, Assis Chateaubriand e Atilio Vivácqua e pelos deputados Pereira da Silva, Arnaldo Cerdeira, Iukishique Tamura e Ivete Vargas.

Fomos levados até à mesa, onde prestamos o compromisso de acordo com o parágrafo único do artigo 83 da Constituição. Fi-lo com voz pausada e clara. Em seguida, João Goulart fez o juramento. Assinamos o livro de posse, e o recinto estrugiu, sob uma tempestade de aplausos. Seguimos pouco depois em carro aberto para o Palácio do Catete, onde se realizaria a cerimônia da transmissão do cargo. Nereu Ramos aguardava-me à porta do palácio, em companhia de todos os seus ministros. Defronte do Catete, formava-se um esquadrão de cavalaria dos Dragões da Independência e, mais adiante, via-se compacta massa popular. Cumprimentei o chefe do governo que deixava o poder. No salão nobre, teve lugar a solenidade de transmissão do cargo, quando Nereu Ramos, pronunciando rápido discurso, entregou-me a faixa presidencial.

O que a UDN julgara impossível acontecera por fim. Ali estava na sede do governo da República, cercado pelas mais altas autoridades do país, e investido dos poderes que ela tudo fizera para contestar. Havia certo tumulto nos salões, pois os convidados eram numerosos e disputavam a primazia de me cumprimentar. Olhei em torno, tentando localizar os membros da minha família. Vi-os agrupados, a um canto, constrangidos em face da balbúrdia reinante. Diante das aclamações que vinham da rua, julguei que deveria chegar à sacada, a fim de cumprimentar o povo. Chamei Sarah, minha mãe, Márcia, Maria Estela, Naná e Júlio Soares e, juntos, assomamos à janela. Senti que minha mãe estava embaraçada. Ela odiava as cerimônias ruidosas, os apertos de mão frenéticos, os abraços exaltados. Para levá-la ao palácio, já fora uma dificuldade. Rejeitara o carro presidencial que enviara para a transportar, e tomara um táxi, com minha irmã Naná e meu cunhado Júlio Soares. Ao chegar ao palácio, dispensara o apoio do braço do genro e subira, sozinha e ereta, a longa escadaria até o primeiro andar. Reservada e tímida, tudo observava, sem nada comentar, mas sempre atenta às duas netas, que com 12 e 13 anos, respectivamente, mostravam-se deslumbradas com o espetáculo.

No dia anterior, quando dissera à minha mãe que fazia questão da sua presença na solenidade da minha posse, ela me respondeu, com aquela sua característica serenidade: “Sempre estive ao seu lado em todos os passos que deu na vida. Amanhã, galgará o degrau definitivo e, como das outras vezes, estarei presente, rezando por você.” E, de fato, no dia seguinte, contrariando seus hábitos lá estava, mas tudo fazia para não se dar

a conhecer, vivendo a felicidade interior de ver o seu único filho homem ser empossado na Presidência da República.

À noite, teve lugar uma grande recepção no Itamaraty, em honra dos embaixadores especiais que haviam comparecido à posse. O dia fora de intensa emoção para mim e terminava de maneira brilhante, com aquela linda festa, à qual estiveram presentes os políticos de maior expressão, o corpo diplomático, intelectuais, representantes da imprensa e autoridades militares. Enquanto se realizava a recepção, uma preocupação me verrumava o espírito. Era democrata por índole, e não poderia governar sob a vigência do estado de sítio. Durante a campanha eleitoral, havia prometido desenvolvimento, trabalho e democracia. Como iria conciliar essa pregação com a situação que encontrava ao assumir a Presidência? Os jornais estavam sob censura. Existiam presos políticos. Respirava-se, no país, um clima de temor e apreensão.

Não era a atmosfera que me era familiar. Dirigira os destinos de Minas, concedendo ampla liberdade aos adversários para as críticas que desejassem fazer ao governo. Não se podia negar, entretanto, que era bem diferente a situação nacional. Dois presidentes haviam sido depostos e existiam numerosos focos de fermentação subversiva no seio das Forças Armadas. O estado de sítio havia sido solicitado a Nereu Ramos pelos próprios ministros militares. Tratava-se de uma medida extrema, imposta pela gravidade das dissensões políticas. Nereu, apesar da sua formação legalista, vira-se compelido a aceitá-la. Sua gestão havia sido de transição. Já o meu governo plantava suas raízes na vontade do povo. Fora o resultado de um pleito livre e havia sido legitimado por uma esmagadora vitória nas urnas. Era um novo quinquênio que se iniciava na evolução da nossa vida republicana e, de forma alguma, iria permitir que ele fosse tísido, no nascedouro, por uma suspensão da Constituição.

Assim é que, mal terminada a recepção no Itamaraty, reuni os ministros da Justiça e os titulares das pastas militares para comunicar-lhes minha decisão de suspender de imediato o estado de sítio. Minha atitude causou surpresa. Verificaram-se resistências por parte dos meus auxiliares. Advertiram-me de que ainda era profundo o descontentamento no seio das Forças Armadas. Conviria esperar um pouco, até que a atmosfera de inquietação se dissipasse. Não atendi os apelos feitos. “Governar sob o estado

de sítio, não o farei” – disse-lhes. Desejava administrar a nação num clima de integral liberdade. E como a revogação da medida de exceção dependeria de votação no Congresso, enquanto esperasse pela tramitação da medida no Parlamento, iria suspender imediatamente a censura à imprensa.

E foi o que fiz. Após a reunião com os quatro ministros referidos, distribuí pela Agência Nacional o seguinte comunicado oficial: “Por ordem do senhor presidente da República, fica, a partir de hoje, suspensa a censura aos órgãos de divulgação e publicidade (jornais, revistas, estações de rádio e televisão).”

O Brasil retornara às suas origens. Restabelecera-se a democracia no país. Daquele dia em diante, haveria liberdade para todos.

Era o clima que me era familiar. Governaria de portas abertas e sem temer a crítica dos adversários. Este era o preço da democracia, e estava disposto a pagá-lo para que o povo compreendesse que uma nova era se iniciara na vida do país: o Brasil iria progredir 50 anos em apenas 5.

.....
Índice onomástico

A

- ABREU, Ovídio de (deputado) – 115, 116, 183, 189, 190, 194, 196, 203, 521, 522
- ABREU, Sebastião de Araújo (compadre de JK) – 226
- ACHESON, Dean – 296
- ACKER, Achille Van – 549
- ADAMS – 168
- ADAMS (Sr^a) – 169
- ADENAUER, Konrad (chanceler) – 560, 561, 562
- AFONSO (D.) – 570
- AGACHE – 22, 35, 36, 40
- AGAMENON – Ver MAGALHÃES, Agamenon
- AKHNATON – 170
- ALBERTO (rei) – 550, 551
- ALCAZAR, Manuel Maria Fernandes – 542
- ALEIXO, Pedro – 64, 80, 81, 86, 120, 124, 125, 144, 159, 179, 180
- ALKMIN, José Maria (deputado) – 80, 118, 144, 155, 156, 189, 203, 204, 209, 238, 274, 298, 360, 365, 403, 422, 437, 438, 449, 450, 451, 452, 453, 455, 456, 457, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 471, 472, 481, 482, 485, 486, 488, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 500, 501, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 520, 521, 523, 524, 527, 575, 576, 577
- ALMEIDA, Guilherme de – 56
- ALMEIDA, Jaime de (general) – 517
- ALMEIDA, José Américo de – 386
- ALMEIDA, Sebastião Pais de – 524, 525
- ÁLVARES, Edson – 203
- ALVES CÂMARA (almirante) – 578
- ALVES DE SOUSA – Ver SOUSA, Carlos Alves de
- ALVES SECO (brigadeiro) – 578
- AMARAL PEIXOTO – Ver PEIXOTO, Ernani do Amaral
- AMORIM DO VALE – Ver VALE, Edmundo Jordão Amorim do
- ANDRADA, José Bonifácio Lafaiete de – Ver JOSÉ BONIFÁCIO
- ANDRADE, Amadeu – 298
- ANDRADE, João Napoleão de – 305
- ANDRADE, Maurício – 298
- ANDRADE, Moacir – 388
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de – 41, 42, 60
- ANÍBAL – 554
- ANTÔNIO CARLOS – 104, 146
- ANTUNES – 390
- ARANHA, Osvaldo – 45, 54, 55, 86, 321, 356, 357, 374, 375, 506
- ARARIPE, Alencar (coronel) – 112
- ARARIPE, Arnaldo (desembargador) – 238
- ARAÚJO, Ernesto (almirante) – 489, 499
- ARAÚJO, José Osvaldo de – 20, 28
- ARCHER, Renato (deputado) – 211, 387, 388, 463, 509, 517
- ARINOS, Afonso (deputado) – 65, 455, 462, 463, 464, 491, 494, 495, 517

ASSIS CHATEAUBRIAND (senador) – 396, 580
 AUFRÈRE – 51
 AURIOL, Vincent – 580
 AVELINO, Georgino (senador) – 396, 580
 AVERELL HARRIMAN – 541
 AZEREDO, Renato (deputado) – 388, 395
 AZEVEDO, Celso Melo (vereador) – 75

B

BALBINO, Antônio – 395, 523, 576
 BARATA – Ver MAGALHÃES BARATA
 BARBOSA DA SILVA – Ver SILVA, Ed-
 mundo Barbosa da
 BARBOSA, Nestor – 216
 BARCELOS, Cristóvão (general) – 90
 BARROS, Ademar de (governador) – 172, 178, 182, 184, 187, 217, 289, 423, 443, 467, 468, 473, 475, 479, 524
 BARROS, Amintas de (prefeito) – 75
 BARROS, Eugênio (governador) – 376, 389, 415
 BARROS, Jaime de (ministro) – 541
 BARROSO, Parsifal (senador, governa-
 dor) – 534, 575, 578
 BATISTA, Nísio – Ver OLIVEIRA, Nísio
 Batista de
 BATTISTA, Pedro – Ver MARTINS, Pe-
 dro Batista
 BAUDELAIRE – 56
 BAUDOIN (rei) – 550, 551
 BECH, Joseph (primeiro-ministro) – 549
 BEETHOVEN – 46, 562
 BEHRENS, Odilon – 64, 80
 BEJO – 110
 BENEDITO – Ver VALADARES, Bene-
 dito

BENHARDT (príncipe consorte) – 544
 BERARDO, João – 127, 128, 133, 138, 144, 147, 203
 BERARDO, Rubens – 523
 BERG, Fritz – 560
 BERLE JÚNIOR, Aldof (embaixador) – 541
 BERNARDES FILHO (senador) – 159, 192, 193, 217, 219, 224, 365, 378, 380, 401, 402, 403, 405, 406, 425, 470
 BERNARDES, Artur (presidente) – 86, 124, 139, 149, 150, 163, 173, 180, 183, 191, 192, 198, 199, 224, 377, 378, 379, 420, 421, 423, 424, 425, 563
 BERTA – 165
 BIAS FORTES – 75, 107, 118, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 160, 177, 180, 182, 183, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 205, 219, 220, 274, 421, 425, 437, 438, 439, 442, 470
 BICALHO, Maurício (Dr.) – 449
 BILAC PINTO – 120, 125
 BISAGLIA, Hidelbrando – 429
 BITTENCOURT, Paulo – 83, 407, 410, 458, 477, 555
 BHERING – 339
 BLOCH, Adolfo – 12, 15
 BOHLEN, Alfred Krupp Von – 558
 BOLIVAR DRUMMOND (Dr.) – 20
 BORGHI, Hugo – 122
 BOUVIER, Leopold – 549
 BRAGA, Álvaro – 203
 BRAGA, Odilon – 64
 BRAGA, Pedro – 238
 BRANT, Mário – 180, 211
 BRÁS, Venceslau (presidente) – 149, 150,

- 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157
BRASIL, Lourival – 298
BRETANO, Heinrich Von (ministro) – 557, 560
BRION, Nuno de (almirante) – 570
BRITO, Raimundo de (Dr.) – 488, 492, 511, 512, 513
BRUTUS – 114
BUENO BRANDÃO – 216
BUENO DO PRADO (embaixador) – 560
BUKHARIN – 78
BURLE MARX – 62, 131
- C**
- CABOT LODGE (embaixador) – 541
CABRAL, D. Antônio (arcebispo) – 38, 60, 73, 74
CAIADO DE CASTRO – 351
CAFÉ FILHO (presidente) – 15, 279, 285, 356, 359, 362, 364, 365, 366, 369, 370, 372, 373, 375, 378, 379, 383, 385, 386, 392, 393, 394, 395, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 411, 412, 413, 414, 417, 419, 420, 423, 432, 436, 437, 443, 461, 473, 478, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 495, 497, 498, 500, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 575, 576
CALMON, Pedro (historiador) – 102, 209, 211, 245
CÂMARA, Elba Sete – 565
CÂMARA, Jaime de Barros (cardeal) – 456, 457
CAMÕES – 571
CAMPOS, Francisco – 55, 68, 76, 77, 81, 85, 87, 175
CAMPOS, Haidé – 229
CAMPOS, Milton (governador) – 64, 107, 120, 125, 153, 157, 158, 159, 173, 176, 178, 179, 183, 184, 185, 192, 241, 275, 377, 379
CAMPOS, Roberto (diplomata) – 536, 546
CANAVARRO (coronel) – 519
CÂNCIO, João (coronel) – 89
CANROBERT – Ver COSTA, Canrobert Pereira da
CANTANHEDE, Plínio – 37
CAPANEMA, Gustavo – 118, 157, 203, 297, 299, 362, 365, 408, 422
CARDIM, Elmano – 373
CARDOSO, Aduino Lúcio (deputado) – 64, 444, 450, 452
CARDOSO, Álvaro – 188, 203
CARDOSO, Dario – 211
CARLOTA (grã-duquesa) – 549, 550
CARMO, Juarez do – 298
CARNEIRO (general) – 21
CARNEIRO, Geraldo – 387
CARNEIRO, Janduí (deputado) – 395
CARNEIRO, Otávio Dias (embaixador) – 24
CARVALHO, Daniel de – 133, 211
CARVALHO, Horácio de – 192, 387
CARVALHO, Júlio Ferreira de – 147, 151, 153
CARVALHO, Último de (deputado) – 258
CASASSANTA, Mário – 217, 388, 403
CASTRO, Álvaro Fiúza de (general) – 393, 501, 502, 503, 509, 513, 518
CELINA (neta de Getúlio Vargas) – 246
CERDEIRA, Arnaldo (deputado) – 523, 580
CÉSAR – 114

CHAVES, Antiógenes – 396
 CHESCHIATTI – 72, 73
 CHEVASSU, Maurice – 551, 553
 CHOME, Felix – 549
 CHURCHILL, Winston – 45, 55, 71, 296, 485, 546, 578
 CIRILO JÚNIOR – 89, 162, 183, 184, 185, 412, 419, 523
 CLARK, Mark (general) – 68
 CLODOALDO – 229
 COELHO, Danton – 297, 443
 COELHO, Êmerson Nunes (governador) – 397
 COELHO, Levindo – 157, 203
 COELHO, Saladino (almirante) – 393
 COLOR, Lindolfo – 19
 CONCEIÇÃO (tia paterna de JK) – 241
 CORDEIRO DE FARIAS (general) – 68, 114, 369
 CORREIA, Célia – 540
 CORREIA, Vitorino (deputado) – 459, 482, 495, 496, 505-506
 COSTA NETO – 155
 COSTA, Canrobert Pereira da (general) – 113, 173, 234, 321, 322, 365, 393, 448, 453, 486, 488
 COSTA, Edgar (ministro) – 461, 462, 463, 464, 477
 COSTA, Fernando – 89, 90, 97, 103
 COSTA, José de Resende (D.) – 74, 75
 COSTA, Lúcio – 62
 COSTA, Osvaldo (deputado) – 235
 COSTA, Zenóbio da (general) – 68, 345, 365, 483, 484, 487, 488
 COTY (presidente) – 552, 553, 554, 580
 CRAVEIRO LOPES (presidente) – 570, 571, 572
 CRUZ, Dilermando (coronel) – 211, 303
 CUNHA, Adalberto Rodrigues da – 301,

302, 303

CUNHA, Guiomar Rodrigues da – 301
 CUNHA, Paulo (chanceler) – 570
 CUNHA, Tristão da – 238
 CUNHA, Vasco Leitão da (embaixador) – 549, 550

D

DAMÁSIO – 353
 DENIS, Odílio (general) – 500, 504, 505, 506, 526
 DEWEY, Thomas E. (governador) – 541
 DILERMANDO – Ver CRUZ, Dilermando
 DODSWORTH, Henrique – 97
 DORNELES VARGAS (coronel) – 46
 DORNELES, Ernesto (governador) – 341, 534, 575
 DREEFUS, Pierre – 555
 DREES, Williem (primeiro-ministro) – 542, 543
 DRUMMOND, Olavo – 372
 DRYSDALF, Matthew (*Sir*) – 548
 DUARTE, Dioclécio (deputado) – 395, 452
 DUARTE, Jonas (governador) – 398
 DULCE – 177
 DUNCAN, Gervásio (brigadeiro) – 499
 DUNN, James Clement (embaixador) – 537, 541
 DUTRA, Eurico Gaspar (general, ministro e presidente) – 55, 57, 79, 84, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 111, 113, 115, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 132, 133, 134, 137, 138, 141, 142, 146, 147, 150, 151, 153, 157, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 191, 194, 199, 200, 203, 211, 236, 238, 243, 297,

344, 365

E

EDEN, Sir Anthony (primeiro-ministro) – 548, 556

EISENHOWER, Dwight (presidente) – 537, 538, 539

EISENHOWER, Milton – 538

EL GRECO – 569

ELISEU, D. (bispo) – 442

ELIZABETH (rainha-avó) – 550

ELIZABETH II (rainha) – 545, 546, 547, 550, 551

EMERSON – 24, 40

EMILINHA (tia paterna de JK) – 241

ENSCH, Louis (Dr.) – 260

ERHARDT – 560, 561

ESPINOSA, Francisco – 566

ESPÍRITO SANTO CARDOSO (general) – 345

ESPOZ Y MINA (conde de) – 569

ETCHEGOYEN, Alcides (general) – 484, 513, 518

EULÁLIA – 135

F

FALCÃO, Armando – 384

FALCONIERI (general) – 68

FARANI, Lauro – 226

FAURE, Edgar – 552, 554, 556

FELIX (príncipe-consorte) – 549

FERNANDES TÁVORA (senador) – 391

FERNANDO – Ver COSTA, Fernando

FERRAZ, Otávio Marcondes (ministro) – 519, 531

FERRAZ, Salvador – 190

FERREIRA, Jurandir Pires – 325, 470

FIGUEIREDO – Ver LIMA FIGUEIREDO

FIGUEIREDO, João Kubitschek de (primo de JK) – 297

FIÚZA DE CASTRO – Ver CASTRO, Álvaro Fiúza de

FIÚZA, Iedo (prefeito) – 121, 365

FLORES DA CUNHA (deputado, governador) – 86, 181, 487, 506, 511, 517, 580

FONSECA, Olinto – 33

FONTOURA, João Neves da (chanceler) – 122, 296, 413, 414

FONTOURA, Olavo – 235, 400

FORD – 441

FORTUNATO, Gregório (tenente) – 301, 302, 303, 348, 355, 356, 357

FOSTER DULLES (secretário de Estado) – 539

FRANCO, Afonso Arinos de Melo – 64

FRANCO, Francisco (generalíssimo) – 568, 569

FRANCO, Márcio Alves de Melo – 387

FRANCO, Rodrigo Melo – Ver ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de

FRANCO, Virgílio de Melo – 64, 81, 82, 86, 151, 173, 175, 176, 177, 178

FREIRE, Firmo (general) – 114

FREIRE, Vitorino (senador) – 388, 390, 415, 434

FREITAS VALE (embaixador) – 541

FREITAS, Bolívar (embaixador) – 378, 379, 380

FREITAS, Caio de – 16

FREITAS, Pedro de (governador) – 388

FRIEIRO, Eduardo – 69, 70

FROMM, Erich – 79

G

GAIOSO ALMENDRA (general e governador) – 388, 459

590 Juscelino Kubitschek

GAITSKELL, Hugh – 548
GALOTI, Francisco – 211
GAMA, Vasco da – 571
GARCEZ, Lucas (governador) – 341, 383, 384, 400, 524
GARCIA, Filadelfo (deputado) – 463
GARCIA, Marcelo (Dr.) – 131
GERSTENTIER, Eugen – 560
GETÚLIO – Ver VARGAS, Getúlio
GIANETTI, Américo René (prefeito) – 326
GLOBKE, Hans – 560
GLYN, Francis (*Sir*) – 548
GODÓI ILHA – 527
GÓIS MONTEIRO (general) – 79, 97, 98, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 139, 140, 141, 146, 150, 184, 185, 191, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 234, 377
GOMES, Eduardo (brigadeiro e ministro) – 82, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 117, 121, 122, 123, 124, 173, 177, 182, 184, 187, 218, 221, 222, 232, 234, 238, 245, 365, 393, 398, 444, 456, 462, 478, 487, 496, 499, 503, 513, 527, 531
GOMES, Stênio (governador) – 388
GONÇALVES, Nélio (coronel) – 302, 428
GONNER, Charles – 549
GOULART, João – 321, 322, 344, 345, 371, 374, 382, 423, 429, 434, 439, 443, 446, 447, 533, 534, 575, 580, 581
GOUTHIER, Hugo (cônsul-geral) – 540
GRACIE, Samuel Sousa Leão (embaixador) – 545, 546, 547, 548
GREGÓRIO – Ver FORTUNATO, Gregório
GRONCHI (presidente) – 563

GRUENTHER, Alfred (general) – 538
GRUISE, Philip – 541
GUERRA, Joubert – 20, 325, 474, 517
GUIGNARD – 83
GUIMARÃES, Célio – 218
GUIMARÃES, Cristiano (Dr.) – 25-26
GUIMARÃES, Djalma – 339
GUIMARÃES, Flávio – 211
GUIMARÃES, Ulisses (deputado) – 376, 461, 462, 463, 464
GUINLE, Guilherme – 54
GUSMÁN JÚNIOR, João – 117

H

HAGERTY, James – 537
HALLSTEIN, Walter – 560
HAMILTON, Alexandre – 242
HAMMARSKJOLD, Dag (secretário-geral da ONU) – 541
HECK, Cláudio (comandante) – 519
HEMINGWAY – 98-99
HENDERSON, H. H. (almirante) – 537, 538
HENRIQUES, João – 203
HEUSS, Theodor (presidente) – 560
HIROHITO (imperador) – 101
HITLER – 17, 19, 44, 54
HUGO NAPOLEÃO (deputado) – 388, 462
HUXLEY, Aldous – 102

I

ISLER, Vítor (deputado) – 506, 509
ISRAEL – Ver PINHEIRO, Israel

J

JAIME (D.) – Ver CÂMARA, Jaime de Barros
JANARI – Ver NUNES, Janari

- JAY, Douglas – 546
JEAN (grão-duque) – 549
JEFFERSON – 168, 170
JOÃO VI (D.) – 570
JOÃO ALBERTO – 65, 108, 109, 110, 111
JOÃO HENRIQUE (deputado) – 538
JOÃO LUÍS – 387
JOBIM, Danton – 387
JOFILI, José (deputado) – 395
JONES, Jesse – 54
JOPPERT, Maurício (ministro) – 209, 325
JOSÉ AMÉRICO (governador) – 83, 84, 85, 86, 87, 94, 139, 140, 396
JOSÉ BONIFÁCIO – 198, 540
JOSÉ RAIMUNDO – 298, 470
JOSEFINA CARLOTA – 549
JUAREZ – Ver TÁVORA, Juarez
JÚLIA – 208
JULIANA (rainha) – 544
JURACI – Ver MAGALHÃES, Juraci
- K**
- KOEHNCKE, Fritz – 558
KRUEL, Amauri – 345
KUBITSCHKE, João (engenheiro) – 83, 253
KUBITSCHKE, João Nepomuceno (bisavô materno de JK) – 60
KUBITSCHKE, Juscelino (presidente) – 289, 485, 584
KUBITSCHKE, Moacir – 75
- L**
- L'ENFANT, Pierre Charles (major) – 168, 169
LABORNE, Pedro – Ver TAVARES, Pedro Laborne
LACERDA, Carlos (deputado) – 83, 347, 362, 444, 448, 476, 477, 481, 482, 485, 488, 491, 492, 493, 519, 522, 523
LADEIRA, Mário – 238
LAMEIRA BITTENCOURT (deputado) – 388, 417, 418
LANZA D'AJETA (marquês) – 563, 564
LAPER, Mário – 308
LAVAL – 44
LE CORBUSIER – 41
LEACH, Edmund – 255
LEAL, Leoberto (deputado) – 376, 423, 443
LEMONS, Geraldo Gomes – 387, 566
LEMONS, Luísa Gomes de – 520
LEOPOLDO (rei) – 551
LESSA, Elsie – 361
LESSA, Francisco de Sá – 209
LEVINDO COELHO – 118
LIMA CÂMARA (general) – 350, 360, 363
LIMA FIGUEIREDO – 99, 100, 102
LIMA, Francisco Negrão de – 217, 239, 297
LIMA, Noraldino – 151, 153, 154, 157, 203, 211
LIMA, Otacílio Negrão de (embaixador) – 19-20, 36, 40, 127, 203, 204, 205, 207, 211, 212, 383, 402, 447
LINCOLN (primo de JK) – 75, 578
LINHARES, José (ministro, presidente) – 114, 115, 116, 121, 129, 514
LINS, Alcides – 157, 158
LINS, Álvaro – 387, 407, 446
LINS, Etelvino (governador) – 369, 370, 373, 381, 383, 384, 385, 396, 413, 417, 418, 432, 437, 443, 444
LINS, Sinval (Dr.) – 132
LIRA, Heitor (embaixador) – 571
LLOYD, Selwyn (ministro) – 545

592 Juscelino Kubitschek

- LLOYD-GEORGE, Gwylm – 546
LOBO, Valdomiro (deputado) – 363, 364
LODI, Euvaldo (deputado) – 155, 189, 190, 191, 196, 197, 203, 205, 230, 235
LONGCHAMBON, Henri – 555
LOPES, Lucas – 209, 217, 230, 233, 245, 252, 254, 263, 267, 268, 365, 366, 387, 413, 418, 479, 559
LOPES, Valdemar – 25, 43
LOTT – Ver TEIXEIRA LOTT
LUDOVICO, Pedro (senador) – 341, 398
LUÍSA (sogra de JK) – 206, 526
LUZ, Carlos (presidente) – 15, 93, 127, 128, 129, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 183, 188, 203, 217, 285, 413, 414, 415, 418, 450, 451, 452, 485, 486, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 515, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 525, 526, 531
LYNDEN, Gobert Eastpremont (barão) – 549
LYTTLETON, Oliver (lorde) – 548
- M**
- MACARTHUR, Douglas (general) – 296, 541
MACCARTHY – 541
MACHADO, Armando Mata – 135
MACHADO, Celso – 107, 203
MACHADO, Cristiano – 117, 156, 157, 183, 185, 186, 194, 199, 211, 218, 221, 222, 233, 234
MACHADO, Lucas (Dr.) – 57
MACIEL, Adélio – 203
MACMILLAN, Harold (chanceler) – 545
MAGALHÃES BARATA (major, governador e senador) – 388, 389, 415, 441, 442
MAGALHÃES PINTO – 64, 150, 159
MAGALHÃES, Agamenon (ministro) – 87, 91, 93, 94, 97, 108, 110, 114, 185, 369
MAGALHÃES, Juraci (general) – 86, 385, 474, 532
MAIA, Álvaro – 97
MAMEDE, Jurandir Bizarria (coronel) – 486, 487, 488, 489, 496, 497, 500, 505, 507, 519
MANECO – Ver VARGAS, Maneco
MANGABEIRA, Otávio – 86, 133, 134, 139, 181, 538, 575
MARANHÃO, Jarbas (senador) – 396
MÁRCIA (filha de JK) – 57, 62, 64, 80, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 142, 241, 580, 581, 584
MARCONDES FERRAZ – Ver FERRAZ, Otávio Marcondes
MARCONDES FILHO – 76, 79, 84
MARIA ESTELA (filha adotiva de JK) – 135, 136, 137, 142, 241, 580, 581, 584
MARINHO, Ilmar Pena – 552
MARIZ, Dinarte (senador) – 341
MARQUES, José de Oliveira – 152
MARTINS E SILVA – 470
MARTINS RODRIGUES (deputado) – 461, 462, 463
MARTINS SOARES – Ver SOARES, Luís Martins
MARTINS, Cristiano – 92, 209, 387, 403
MARTINS, Hildebrando – 226
MARTINS, Oséas – 512, 527
MARTINS, Pedro Batista – 175, 176

- MASCARENHAS DE MORAIS (marechal) – 393
- MASCARENHAS, Geraldo (Dr.) – 267
- MASELLA, Benedetto Aloisi (cardeal) – 567
- MASSIGLI, René – 552
- MATA, Judite Oliveira – 135
- MATOS, Mário – 33, 89, 403
- MAUDLING, Reginald (ministro) – 546
- MAURELL, Emílio (general) – 388
- MEDEIROS NETO (padre) – 395
- MEDEIROS, Maurício de – 576
- MEIRA, Lúcio (almirante) – 576
- MEIRELES, Ibá Jobim (tenente-coronel) – 68
- MELO VIANA (senador, vice-presidente) – 104, 105, 107, 118, 139, 143, 149, 150, 152, 154, 155, 156, 157, 189, 196, 199, 203, 274
- MELO, Arnon de (governador) – 394, 395, 397
- MELO, Rubens Ferreira de (embaixador) – 569
- MELO, Tarcísio Vieira de (deputado) – 92, 384, 395, 415, 418, 435, 453
- MENDES DE MORAIS (general) – 157
- MENDES DE SOUSA – 165, 166
- MENDÈS-FRANCE, Pierre – 555
- MENESES CORTES (coronel) – 509
- MENESES PIMENTEL – 415
- MENESES, Eurípedes Cardoso de (deputado) – 456, 457
- MESQUITA (Duque de) – 118, 203
- METELLA, Cecília – 563
- MICHELIS, Ezio de (general) – 564
- MIGUEL [Espinosa] – 566
- MIRANDA, Heráclito Moura de – 34
- MONCKTON, *Sir* Walter (ministro) – 548
- MONTERIO DE CASTRO (ministro) – 512, 527
- MONTEIRO, Ismar Góis – Ver GÓIS
- MONTEIRO
- MORAIS, José – 214, 287, 308, 387
- MOREIRA, Nestor – 322
- MORENA, Roberto – 344
- MORRISON, Herbert – 546
- MOTA, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos (cardeal) – 90, 412
- MOUNTBATTEN (conde de) – 546, 548
- MOURA, Décio (embaixador) – 563, 565, 567
- MOURA, Getúlio – 211
- MÜLLER, Filinto (senador) – 97, 397, 415
- MUNHOZ DA ROCHA (governador) – 341, 412, 423, 512, 523, 527
- MUNIZ, João Carlos (embaixador) – 537
- MURIEL, J. C. (coronel) – 548
- MURTA, Celso – 245, 253, 292
- MUSSOLINI – 54, 64, 101
- N**
- NANÁ (irmã de JK) – 56, 57, 203, 204, 205, 230, 241, 580, 581
- NAPOLEÃO – 163, 242, 357, 553
- NEGRÃO DE LIMA – Ver LIMA, Otacílio Negrão de
- NELSON, George (*Sir*) – 548
- NEPOTI, D. José (bispo) – 398
- NEREU – Ver RAMOS, Nereu
- NETO DOS REIS (major-brigadeiro) – 487
- NEVES, Alfredo – 211
- NEVES, João – Ver FONTOURA, João Neves da
- NEVES, Tancredo – 118, 183, 211, 229, 349, 350, 374, 387, 527
- NIEMEYER, Oscar – 42, 43, 51, 52, 62, 72, 131, 272

NIXON, Richard (vice-presidente) – 537, 539, 580
NOÊMIA – 69, 70
NOVELI JÚNIOR – 172, 211
NUNES, Coaraci (deputado) – 162, 387, 388, 415, 429
NUNES, Heleno – 509
NUNES, Janari (governador) – 162, 163, 389, 390
NUNES, Paulo (major) – 397
NUTTING, Anthony (ministro) – 546

O

O'SULLIVAN (padre) – 540
ODETE (esposa de Benedito Valadares) – 52, 53
OELLERS, Fritz (embaixador) – 560
OLIVEIRA BRITO (deputado) – 463
OLIVEIRA MATA (família) – 135
OLIVEIRA SALAZAR – Ver SALAZAR, Antônio de Oliveira
OLIVEIRA, Adil de (coronel) – 358
OLIVEIRA, Armando Sales de – 84, 86
OLIVEIRA, Eufrosino de (tio de JK) – 302
OLIVEIRA, Guilhermino de (deputado) – 207, 470, 546
OLIVEIRA, Luís de – 325, 326, 327, 328
OLIVEIRA, Nísio Batista de (desembargador) – 116, 117, 127
OMEGNA, Nelson – 463
OSVALDO [Oliveira Mata] – 135
OVÍDIO – Ver ABREU, Ovídio de

P

PACHECO, Régis (governador) – 395, 397
PACHECO, Sizefredo (deputado) – 388
PANHUY, Jonkheer W. E. Van – 542

PAQUET (general) – 111
PASSOS, Gabriel (concunhado de JK) – 107, 133, 180, 197, 198, 206, 212, 215, 217, 219, 221, 222, 223, 226, 231, 233, 235
PAZ, Porfírio da (vice-governador) – 434
PEDROSA, Sílvio (governador) – 396
PEDROSA, Valdemar – 211
PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral – 218, 219, 356
PEIXOTO, Augusto do Amaral – 408
PEIXOTO, Ernani do Amaral – 97, 122, 185, 279, 341, 348, 349, 351, 365, 368, 375, 378, 379, 381, 382, 383, 385, 387, 408, 413, 414, 415, 419, 435, 446, 462, 466, 485, 576
PENA, Afonso – 184
PENIDO, Osvaldo – 46, 62, 63, 64, 80, 215, 217, 232, 387, 536, 546, 550, 577
PERACHI BARCELOS (coronel) – 376, 383, 384, 417, 418, 423
PEREIRA BRASIL (deputado) – 429
PEREIRA DA SILVA (deputado) – 580
PEREIRA FILHO, Vicente Brito – 297
PEREIRA LIRA – 200, 211
PEREIRA, Miguel (sargento) – 565
PEREIRA, Odilon Dias – 33
PEREIRA, Pedro – 403, 419
PERÓN – 108, 109, 344
PESSOA, Epitácio (Dr.) – 193, 238, 551
PESSOA, João – 238
PETACCI, Clara – 101
PILA, Raul – 86
PIMENTEL, Marcelo – 457
PINAY, Antoine (ministro) – 551, 552, 553, 556
PINHEIRO NETO, João (Dr.) – 348
PINHEIRO, Israel – 19, 33, 48, 93, 107, 144, 183, 189, 190, 194, 203, , 274,

279, 280, 297, 387
PINHEIRO, João – 96, 252
PINTO ALEIXO – 97
PINTO, Clóvis – 27
PIO XII (papa) – 283, 536, 565, 566
PLA Y DANIEL (cardeal) – 569
PLANELL, Joaquim (ministro) – 569
PONTES VIEIRA (deputado) – 397
PORTELA, Adolfo (deputado) – 174
PORTINARI, Cândido – 63, 71, 72, 73,
74, 272
PRADO KELLY – 180, 181, 183, 465,
472, 498, 503, 527
PRATES, César – 353
PRATES, João Milton (tenente) – 363,
387, 441, 442, 446
PRESTES, Júlio – 86
PRESTES, Luís Carlos – 93, 95, 98, 103
PROCÓPIO, Mariano – 250

Q

QUADROS, Jânio (governador, presiden-
te) – 375, 383, 400, 401, 447, 467,
475, 513, 519, 520, 521, 524, 525,
531
QUEIRÓS, Eça de – 353

R

RAMOS, Nereu – 15, 139, 140, 143,
161, 180, 182, 183, 284, 370, 376,
384, 413, 414, 418, 423, 432, 443,
509, 510, 512, 513, 514, 515, 518,
519, 520, 521, 522, 527, 528, 529,
531, 535, 574, 575, 576, 578, 581,
582
READING (marquês de) – 545, 546
REBECCHINI, Salvatore (prefeito) –
562, 563
REIS, Aarão – 21, 59
REIS, Dilermando – 353

REITER, Wilhelm – 558
REMO – 563
RENAULT, Abgar – 47, 56
RIBEIRO PENA (deputado) – 185, 186,
203, 214, 380
RIBEIRO, Idalino (coronel) – 203, 225
RIBEIRO, Laurita Brand – 80
RIDGWAY (general) – 296
ROCHA, Miguel Maurício da – 64
ROCKEFELLER, Nelson – 541
RODRIGUES SEABRA – 203
RODRIGUES, Francisco – 80, 387
RODRIGUES, Gervásio Duncan de
Lima (brigadeiro) – 393
RODRIGUES, José Esteves – 238
RÔMULO – 563
ROOSEVELT (presidente) – 18, 44, 45,
57, 91, 265
ROUSSEAU, Jean-Jacques – 14
ROTHSCHILD, Edward de – 548
RUSSEL, W. – 261, 262, 263

S

S. WALTER (cônsul) – 262
SÁ LESSA – 192, 209
SÁ TINOCO (senador) – 435
SALAZAR, Antônio de Oliveira (primei-
ro-ministro) – 570, 571, 572, 573
SALES, Apolônio (senador) – 211, 396,
434, 514, 515, 580
SALES, Armando – Ver OLIVEIRA, Ar-
mando Sales de
SALGADO FILHO – 226
SALGADO, Clóvis (vice-governador, mi-
nistro) – 207, 214, 217, 225, 226,
318, 375, 378, 379, 380, 420, 424,
425, 426, 428, 483, 497, 500, 501,
516, 517, 530, 576
SALGADO, Plínio – 432, 433, 447, 473,
475, 479

- SAMPAIO DÓRIA (ministro) – 115
 SANTA ROSA (pintor) – 62
 SANTANA, Humberto – 80
 SANTOS, Artur – 429
 SANTOS, Juscelino Felício dos – 135
 SANTOS, Newton (major) – 214, 215, 223, 235
 SARAH (esposa de JK) – 39, 46, 51, 52, 56, 57, 64, 75, 80, 130, 131, 132, 135, 136, 160, 165, 177, 203, 204, 205, 224, 230, 241, 248, 276, 297, 315, 364, 387, 419, 434, 435, 468, 474, 475, 520, 526, 566, 580, 581, 584
 SCHMIDT, Augusto Frederico – 363, 387, 413
 SCHNEIDER – 555
 SEGADAS VIANA (deputado) – 297, 320, 344
 SEGNI, Antônio (primeiro-ministro) – 562, 565
 SERAFIM (D.) – 409
 SERVAN-SCHREIBER – 309
 SETE CÂMARA (cônsul) – 361, 565
 SIEMENS, Peter Von – 558
 SILVA, Dilermando (major, coronel) – 363, 387, 403, 452
 SILVA, Edmundo Barbosa da (diplomata) – 536, 546
 SILVA, Valentim Benício da (general) – 103
 SILVEIRA, Cândido Lúcio da – 60
 SILVEIRA, Paulo – 538
 SILVEIRA, Roberto (vice-governador) – 435
 SILVÉRIOS DOS REIS (os) – 417
 SINDÍMIO (major) – 327
 SMITH, John (capitão) – 168
 SNYDER, Howard (major-general) – 538
 SOARES FILHO – 299
 SOARES, Antônio Carvalho – 430
 SOARES, José Carlos de Macedo (embaixador) – 576
 SOARES, José Eduardo de Macedo – 386, 387, 388, 402, 403, 405
 SOARES, Júlio (cunhado de JK) – 56, 57, 78, 209, 225, 230, 403, 449, 473, 580, 581
 SOARES, Luís Martins – 118, 144, 173, 174
 SOBRINHO, João Barbosa Lima – 186
 SOUSA FILHO, Demócrito de – 88
 SOUSA LEÃO GRACIE – Ver GRACIE, Samuel Sousa Leão
 SOUSA, Carlos Alves de (embaixador) – 563, 564, 567
 SOUTO, Alcio (general) – 113
 SPAAK, Paul Henri (primeiro-ministro) – 549, 550
 SPELLMAN (cardeal) – 552
 STALIN – 79
 STARLING SOARES – 186
 STARLING, Geraldo (deputado) – 419
 STARLING, Leão (desembargador) – 117
 SUANZES, Juan Antonio – 569
- T**
- TALES – 80
 TAMURA, Iukishique (deputado) – 580
 TATE, William – 547
 TAVARES, Mário – 89
 TAVARES, Pedro Laborne – 21, 26, 34, 38, 128
 TÁVORA, Juarez (general) – 359, 365, 375, 381, 386, 392, 393, 436, 437, 443, 447, 467, 468, 473, 475, 476, 479
 TÁVORA, Virgílio (deputado) – 391

- TEDESCHINI, Federico (cardeal) – 567
- TEIXEIRA LOTT (general e ministro) – 365, 393, 394, 400, 401, 415, 443, 446, 447, 457, 459, 460, 471, 472, 478, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 526, 528, 531, 534, 574, 576, 577, 578
- TEIXEIRA, Miguel (Dr.) – 354
- TEMÍSTOCLES – 357
- THORNEYCROFT, Sr Peter (ministro) – 548
- TINOCO, Tasso – 518
- TONIQUINHO – Ver SOARES, Antônio Carvalho
- TORRES, Alberto – 387, 441, 442
- TOSTES, Edgard (brigadeiro) – 395
- TRAVASSOS, Mário (coronel) – 68
- TRENTHHEL, Felix – 558
- TRISTÃO DA CUNHA – 64
- TROMPOWSKI, Armando (ministro) – 124
- TRUJILLO (generalíssimo) – 537
- TRUMAN (presidente) – 91, 296
- U**
- UCHOA, Cândido (deputado) – 225
- V**
- VALADARES, Benedito (governador, deputado) – 19, 20, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 40, 48, 52, 53, 56, 59, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 77, 80, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 133, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 199, 200, 201, 203, 211, 214, 222, 224, 225, 233, 234, 238, 242, 297, 299, 324, 335, 339, 366, 375, 377, 378, 379, 380, 384, 408, 412, 415, 417, 418, 419, 421, 424, 425, 426, 437, 438, 497
- VALE, Edmundo Jordão Amorim do (almirante e ministro) – 365, 393, 455, 478, 496, 499, 503, 513, 519, 527, 531
- VANDA [Kubitschek] – 75
- VARGAS, Alzira – 349, 351, 357, 364
- VARGAS, Benjamim – 65, 89, 110, 111, 113, 357
- VARGAS, Getúlio (presidente) – 18, 19, 20, 27, 28, 29, 31, 39, 45, 48, 55, 56, 57, 64, 65, 69, 75, 76, 77, 79, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 121, 122, 123, 125, 134, 146, 160, 172, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 195, 197, 199, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 266, 267, 277, 285, 291, 296, 297, 300, 301, 302, 304, 308, 309, 315, 320, 321, 322, 333, 334, 340, 342, 344, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 374, 400, 429, 434, 439, 461, 473, 478, 482, 483
- VARGAS, Ivete (deputada) – 470, 580
- VARGAS, Lutero – 443
- VARGAS, Maneco – 356

598 Juscelino Kubitschek

VASCONCELOS, Emílio de – 363
VAZ, Rubem (major) – 347, 355, 448,
454
VERGUEIRO CÉSAR (senador) – 412
VIANA, Fernando Melo – Ver MELO
VIANA
VIDELA, Gabriel Gonzalez (presidente)
– 162
VIDIGAL, Gastão – 90
VIEGAS, Augusto – 203
VIEIRA DE MELO – Ver MELO, Tarcí-
sio Vieira de
VIGNALE, Caroli di (monsenhor) –
565, 566
VILELA, Joaquim – 216
VILLON, Paul – 21
VIRGÍLIO – Ver FRANCO, Virgílio de
Melo

VIVÁCQUA, Atílio (senador) – 580
VOCKE, Wilhelm – 558
VON BRETANO – Ver BRETANO,
Heinrich Von

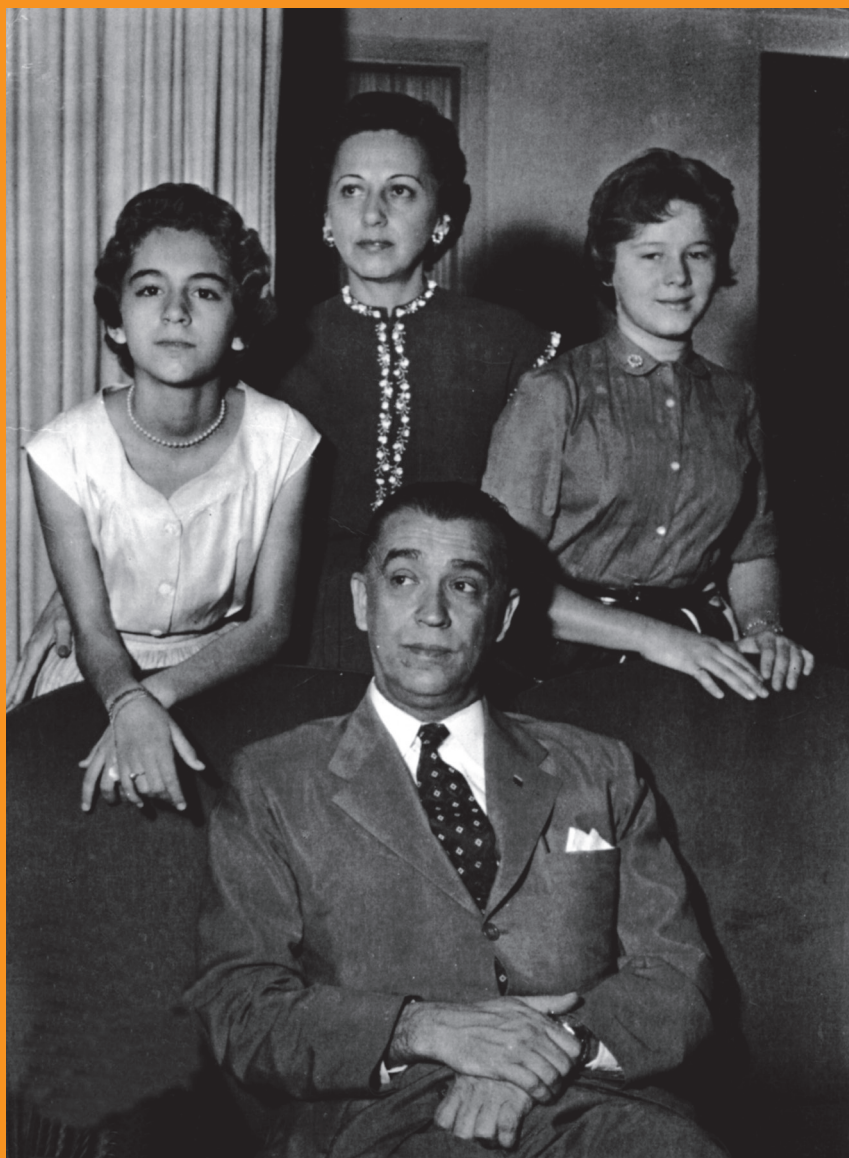
W

WAGNER JÚNIOR, Robert (prefeito) –
540, 542
WAINER, Samuel – 235
WASHINGTON LUÍS – 23
WASHINGTON, George – 168, 169
WEISS, Sigismund – 560
WELCK, Wolfgang Von (barão) – 560

Z

ZANGEN, Wilhelm – 558
ZILLER, Adelchi – 410

Meu caminho para Brasília / A Escalada Política,
de Juscelino Kubitschek, foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m2, nas oficinas da
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2014, de
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.



No Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, o governador Juscelino Kubitschek e sua família: Dona Sarah, suas filhas Márcia e Maria Estela. Minas Gerais e depois o Brasil aprenderam a respeitar e admirar esta família.



Baixe gratuitamente
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

